

UNIVERSIDAD DE SALAMANCA
FACULTAD DE DERECHO
DEPARTAMENTO DE DERECHO PÚBLICO GENERAL
ÁREA DE CIENCIA POLÍTICA Y DE LA ADMINISTRACIÓN



**VNiVERSiDAD
D SALAMANCA**

**DA MORAL PRIVADA À ÉTICA PÚBLICA:
A NOVA ELITE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA AMÉRICA
LATINA**

TESIS DOCTORAL

AUTOR: HELERSON DA SILVA

DIRECTOR: MANUEL ALCÁNTARA SÁEZ

PROGRAMA PROCESOS POLÍTICOS CONTEMPORÁNEOS

2017

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, e de maneira muito especial, ao professor Manuel Alcantara por ter me recebido como seu orientando no doutorado em Processos Políticos Contemporâneos. Minha gratidão pelas orientações, pela atenta leitura da tese e pelos comentários que enriqueceram o texto e indicaram o caminho do conhecimento. Tendo um orientador, ganhei também um amigo. Grato, Manolo!

Minha gratidão também aos professores do Programa de Processos Políticos Contemporâneos com quem tive o privilégio de aprender durante a realização dos créditos de disciplinas - Manuel Alcántara, Agustín Ferraro e Flavia Freidenberg; Mercedes García Montero, Sebastián Linares e Elena Martínez Barahona; Fátima García, Iván Llamazares e Araceli Mateos.

De antemão, agradeço aos professores que farão a avaliação da tese.

Aos colegas de turma, meus agradecimentos pelo convívio e pela amizade - Ava Gomez, José Manuel Rivas, Hugo Marcos, Inam Ben, Mara Pegoraro, Melany Barragan.

Ao Presbitério de São João da Boa Vista que, de maneira gentil e compreensiva, ano a ano, me concedeu a licença necessária para a realização dos estudos doutorais; obrigado!

Ao professor Glauco Bersalini, Diretor da Faculdade de Ciências Sociais, e ao Reverendo Padre Edvaldo Manoel de Araujo, Diretor da Faculdade de Filosofia, agradeço por terem me recebido na Pontifícia Universidade Católica de Campinas e incentivado minha pesquisa e minha carreira docente.

À Ingrid Juliane Sartori, Juliana Gomes Santos e Sarita dos Santos Carvalho; ao Alexandre Tadeu Dias, Lucas Manuel Cabral Teixeira e Rafael Fernando da Costa, e especialmente, à Tabata Ponce minha gratidão por todo o trabalho de organização dos dados.

E, finalmente, a minha maior gratidão a Mônica Martinez que me acompanhou incansavelmente nessa caminhada quixotesca.

RESUMO

O retorno da maioria dos países latino-americanos numa ordem constitucional após o esgotamento dos regimes ditatoriais no início dos anos 1980 – a chamada terceira onda de redemocratização descrita por Samuel Huntington - favoreceu a emergência de um novo ator coletivo na cena político-partidária da América Latina. A partir da pluralização do campo religioso latino-americano e tendo como marca distintiva a confessionalidade, o político evangélico conseguiu transpor o conflito cultural entre uma identidade construída em ruptura com o catolicismo romano da esfera privada – à esfera pública. A participação recorrente e duradoura dos protestantismos populares na política partidária, inclusive com representação nos Parlamentos latino-americanos, possibilitou a constituição de uma nova elite política evangélica existindo ao lado da velha oligarquia latifundiária ou do mais moderno segmento patronal. Neste ano de 2017 em que se comemora os 500 anos do movimento da Reforma Protestante do século XVI, o presente estudo investiga se o protestantismo latino-americano tem conseguido transformar as relações de poder entre Igreja e Estado e particularmente a cultura política patrimonialista baseada em relações de dominação pessoal – apadrinhamento, conchavo, nepotismo, clientelismo, populismos, etc, ou, ao contrário, destituído de um ethos cultural enraizado no liberalismo político tem procurado doutrinar a função pública impondo ao conjunto da população sua moral religiosa privada de maneira a constituir um Estado multiconfessional procurando obter as mesmas vantagens outorgadas pelo Estado à Igreja.

Palavras-chave: parlamentos latino-americanos, evangélicos, moral privada, ética pública.

ABSTRACT

The return of most Latin American countries to a constitutional order after the exhaustion of dictatorial regimes in the early 1980s - the so-called third wave of redemocratization described by Samuel Huntington - favored the emergence of a new collective actor in the Latin America's political-party scene. From the pluralization of the Latin American religious field and having as its distinguish mark the confessionality, the evangelicals politicians was able to transpose the cultural conflict between an identity built in rupture with Roman Catholicism from the private to the public sphere. The recurrent and enduring participation of Popular Protestantism in partisan politics, including representation in Latin American parliaments, has made possible the emergency of a new evangelical political elite existing alongside the old rural oligarchy or the most modern entrepreneurial segment. In this year of 2017, in which the 500th anniversary of the Protestant Reformation movement of the sixteenth century is celebrated, the present study investigates whether Latin American Protestantism has succeeded in transforming power relations between Church and State in the Continent - particularly the patrimonialist political culture based on relationships of personal domination – patronage, collusion, nepotism, clientelism, populism, etc., or, on the contrary, devoid of a cultural ethos rooted in political liberalism has sought to indoctrinate the public function by imposing on the whole of the Latin American population its private religious morality in order to constitute a multiconfessional State seeking the same advantages granted by the State to the Church.

Key-words: Latin American parliaments, evangelicals, private moral, public ethics.

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iii
ÍNDICE GERAL	iv
ÍNDICE DE TABELAS	vii
ÍNDICE DE QUADROS	xi
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS	xiv
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I: RELIGIÃO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: OS NOVOS ATORES	
“EVANGÉLICOS” NA CENA POLÍTICO PARTIDÁRIA LATINO-AMERICANA	9
1.1 Pluralização do campo religioso Latino-Americano: emergência de uma nova identidade cultural “evangélica”	12
1.1.1 Países Latino-Americanos Predominantemente Católicos (GRUPO 1)	18
1.1.2 Países Latino-Americanos Majoritariamente Católicos (GRUPO 2)	20
1.1.3 Países Latino-Americanos Religiosamente “Mistos” (GRUPO 3)	24
1.1.4 Países Latino-Americanos Minoritariamente Católicos (GRUPO 4)	25
1.2 Tipos de Estados latino-americanos e sua relação com a Igreja	26
1.2.1 Estado Confessional	27
1.2.2 Estado com Laicidade Restrita	33
1.2.3 Estado Laico	37
1.3 A nova elite política “evangélica” na América Latina e os partidos políticos confessionais	50
1.3.1 A ascensão de novos atores políticos evangélicos na cena partidária latino-americana	50
1.3.2 Evangélicos e “bipartidarismo” em Estados confessionais	62
1.3.3 Evangélicos e sistemas multipartidários: estabilidade e instabilidade democrática ..	75
1.3.4 Evangélicos e a refundação dos sistemas partidários em Nicarágua e Guatemala	93
CAPITULO II: PARLAMENTARES EVANGÉLICOS NA AMÉRICA LATINA E A DOCTRINAÇÃO DA POLITICA: MORAL PRIVADA, ÉTICA PÚBLICA	106
2.1 Religião e comportamento político na América Latina	108

2.2. Parlamentares Latino-Americanos em Estados do Tipo Confessional	110
2.2.1 Crenças Religiosas dos Parlamentares Argentinos e Costarriquenhos.....	110
2.2.2 Pertença Religiosa dos Parlamentares Argentinos e Costarriquenhos.....	111
2.2.3 Prática Religiosa entre os Parlamentares Argentinos e Costarriquenhos	112
2.3 Parlamentares latino-americanos em regimes de laicidade restrita	114
2.3.1 Crenças Religiosas dos Parlamentares Latino-Americanos em regimes de laicidade restrita	115
2.3.2 Pertença Religiosa dos Parlamentares Latino-Americanos em Regimes de Laicidade Restrita	118
2.3.3 Intensidade das práticas religiosas dos parlamentares latino-americanos em regimes de laicidade restrita.....	121
2.4 Parlamentares latino-americanos em regimes de laicidade	122
2.4.1 Crenças Religiosas dos Parlamentares Latino-Americanos em Regimes de Laicidade	124
2.4.2 Intensidade das Práticas Religiosas dos Paramentares Latino-Americanos em Regimes Laicos	126
2.4.3 Pertença Religiosa dos Parlamentares Latino-Americanos em Regimes Laicos	129
2.5 Representação Parlamentar Evangélica na América Latina	136
2.5.1 Níveis de Representação Evangélica nos Parlamentos Latino-Americanos.....	136
2.5.2 Representação Evangélica em Parlamentos Bicamerais e Unicamerais.....	140
2.6 Alguns cenários sobre a representação parlamentar evangélica na América Latina	165
CAPÍTULO III: A NOVA ELITE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO BRASIL DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	175
3.1 Emergência da nova elite parlamentar evangélica na 47ª Legislatura na Câmara dos Deputados Federais (1983-1986).....	180
3.1.1 Atores políticos e identidade confessional protestante	180
3.1.2 Perfil profissional e experiência político-partidária	182
3.1.3 Comportamento político-partidário dos parlamentares evangélicos da 47ª legislatura (1983-1986) nas votações da emenda Dante de Oliveira e Presidente da República	203
3.2 A nova elite parlamentar evangélica na 48ª Legislatura na Assembleia Nacional Constituinte (1987- 1988)	208
3.2.1 Atores políticos e identidade confessional protestante	208
3.2.2 Perfil profissional e experiência político-partidária	209

3.3 Análise Comparada do Comportamento Político dos Parlamentares Evangélicos Durante as votações na <i>Assembleia Nacional Constituinte</i>	269
CAPÍTULO 4: PARLAMENTARES EVANGÉLICOS NA NOVA REPÚBLICA: DO IMPEACHMENT DE COLLOR AO IMPEACHMENT DE DILMA	289
4.1 Parlamentares Evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994) e instabilidade democrática: da eleição ao impeachment de Collor	290
4.1.1 Perfil dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994)	298
4.1.3 Parlamentares Evangélicos e a CPI do Orçamento	318
4.2 Parlamentares evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998) com FHC: a participação da Bancada Evangélica nas reformas da Constituição	322
4.2.1 Perfil dos Parlamentares Evangélicos na 50ª Legislatura (1995-1998)	324
4.2.2 Parlamentares evangélicos e a emenda da reeleição	333
4.3 Parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002) contra FHC: da crise do neoliberalismo à consolidação dos grupos de pressão na Câmara dos Deputados	339
4.3.1 Perfil dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002)	341
4.3.2 Parlamentares Evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002): grupos de interesse, grupos de pressão	352
4.4 Parlamentares Evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006): a emergência de uma Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados	356
4.4.1 Perfil dos Parlamentares Evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006)	361
4.4.2 Emergência de uma Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados Federais: a institucionalização dos lobbies suprapartidários	371
4.5 Parlamentares Evangélicos na 53ª legislatura (2007-2010): emergência da Frente Parlamentar Evangélica	376
4.6 Parlamentares Evangélicos na 53ª legislatura (2011-2014): o conflito de Agendas.....	393
4.7 Parlamentares Evangélicos na 55ª legislatura (2015-2018): do retorno do <i>Centrão</i>	412
4.7.2 Parlamentares evangélicos e o impeachment de Dilma Rousseff	429
CONSIDERAÇÕES FINAIS	454
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS	462

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População católica na América Latina em %.....	14
Tabela 2. Pertença Religiosa na América Latina em 2014 em %.....	17
Tabela 3. Pertença Religiosa na América Latina – Países Latino-Americanos Predominantemente Católicos em %.....	19
Tabela 4. Pertença Religiosa na América Latina - Países Latino-Americanos Majoritariamente Católicos em %.....	20
Tabela 5. Pertença Religiosa na América Latina – Países Latino-Americanos Religiosamente Mistos em %.....	25
Tabela 6. Pertença Religiosa na América Latina – Países Latino-Americanos Minoritariamente Católicos em %.....	26
Tabela 7. Pertença Religiosa na América Latina – Países Confessionais em %.....	28
Tabela 8. Pertença Religiosa na América Latina em %.....	33
Tabela 9. Pertença Religiosa na América Latina – Estado Laico em %.....	39
Tabela 10. Tamanhos das amostras e margem de erro.....	105
Tabela 11. Tipo de Estado e Pertença Religiosa na América Latina em %.....	109
Tabela 12. É crente?	111
Tabela 13. Qual a sua Religião?	112
Tabela 14. Frequencia aos serviços religiosos.....	113
Tabela 15. É crente?	117
Tabela 16. É crente?	117
Tabela 17. É crente	118
Tabela 18. Qual a sua Religião?	121
Tabela 19. Frequencia aos serviços Religiosos.....	122
Tabela 20. É crente?	126
Tabela 21. Qual a sua Religião?	132
Tabela 22. Qual a sua Religião?	133
Tabela 23. Qual a sua Religião?	133
Tabela 24. Qual a sua Religião?	134
Tabela 25. Qual a sua Religião?	135
Tabela 26. Católicos e Evangélicos nos Parlamentos Latino-americanos em %.....	137
Tabela 27. Opinião sobre o aborto.....	145

Tabela 28. União civil entre pessoas do mesmo sexo.....	146
Tabela 29. Opinião sobre o aborto.....	148
Tabela 30. União civil entre pessoas do mesmo sexo.....	148
Tabela 31. Opinião sobre o aborto.....	153
Tabela 32. União civil entre pessoas do mesmo sexo.....	154
Tabela 33. Opinião sobre o aborto.....	161
Tabela 34. União civil entre pessoas do mesmo sexo.....	162
Tabela 35. Opinião sobre o aborto.....	163
Tabela 36. União civil entre pessoas do mesmo sexo.....	164
Tabela 37. Qual a sua religião?.....	173
Tabela 38. Com que frequência assiste a serviços religiosos?	174
Tabela 39. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994).....	298
Tabela 40. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos	305
Tabela 41. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 49ª legislatura (1991-1994).	306
Tabela 42. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994)	307
Tabela 43. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura	308
Tabela 44. Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura	311
Tabela 45. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura.....	311
Tabela 46. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994) e.....	324
Tabela 47. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 50ª legislatura (1995- 1998).....	329
Tabela 48. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 50ª legislatura (1995-1998)	330
Tabela 49. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura	331
Tabela 50. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura	331
Tabela 51. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura	332
Tabela 52. Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura	333
Tabela 53. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994);.....	341
Tabela 54. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 51ª Legislatura (1999-2002).	346
Tabela 55. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 51ª legislatura (1999-2002)	348

Tabela 56. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura	349
Tabela 57. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura	350
Tabela 58. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura	351
Tabela 59. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura.....	351
Tabela 60. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994);.....	360
Tabela 61. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006).....	364
Tabela 62. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 52ª legislatura (2003-2006).	366
Tabela 63. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura	367
Tabela 64. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura	369
Tabela 65. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura.....	370
Tabela 66. Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura	370
Tabela 67. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006) e 53ª legislatura (2007-2010).	377
Tabela 68. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 53ª Legislatura (2007-2010).	382
Tabela 69. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 53ª legislatura (2007-2010).	384
Tabela 70. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2007-2010).	385
Tabela 71. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura	386
Tabela 72. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura	387
Tabela 73. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura.....	387
Tabela 74. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006); 53ª legislatura (2007-2010) e 55ª legislatura (2011-2014).....	400
Tabela 75. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 53ª legislatura (2011-2014).....	406
Tabela 76. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 53ª legislatura (2011-2014).	408
Tabela 77. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura	409
Tabela 78. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura	410

Tabela 79. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura	411
Tabela 80. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura	411
Tabela 81. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006); 53ª legislatura (2007-2010) e 55ª legislatura (2011-2014).....	415
Tabela 82. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 55ª legislatura (2015-2018).....	422
Tabela 83. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 55ª legislatura (2015-2018).	423
Tabela 84. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 55ª legislatura	425
Tabela 85. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 55ª legislatura	427
Tabela 86. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 55ª legislatura	428
Tabela 87. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura	429
Tabela 88. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006); 53ª legislatura (2007-2010) e 55ª legislatura (2011-2014).....	436

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Tipos de Estado Latino-Americanos segundo O Ordenamento Jurídico.	50
Quadro 2. Sistema de Partidos na América Latina.	54
Quadro 3. Partidos Políticos Protestantes na América Latina.	104
Quadro 4. Composição da Assembleia dos deputados costarriquenha 143	143
Quadro 5. Sistemas Eleitorais na América Latina.....	166
Quadro 6. É crente?	172
Quadro 7. Parlamentares Evangélicos na 47 ^a . Legislatura (1983-1986).....	183
Quadro 8. Parlamentares Evangélicos nas duas principais votações da 47 ^a . Legislatura (1983-1986) na Câmara dos Deputados.....	206
Quadro 9. Parlamentares Evangélicos na 48 ^a . Legislatura (1987-1990).....	212
Quadro 10. Deputados Evangélicos alinhados ao <i>Centrão</i>	215
Quadro 11. Deputados Evangélicos não alinhados ao <i>Centrão</i>	216
Quadro 12. Perfil ideológico partidário dos parlamentares evangélicos na 48 ^a . Legislatura	267
Quadro 13. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos sobre direitos políticos, sociais e economia.	270
Quadro 14. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos – Assembleia Nacional Constituinte – 1 ^o . Escrutínio.	272
Quadro 15. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos - Assembleia Nacional Constituinte – 2 ^o . Escrutínio	274
Quadro 16. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos - Assembleia Nacional Constituinte – Matérias Gerais	278
Quadro 17. Votações de matérias de âmbito moral.....	283
Quadro 18. Parlamentares evangélicos eleitos à 49 ^a legislatura (1991-1994).....	300
Quadro 19. Parlamentares Evangélicos e a votação do Impeachment de Collor de Mello.....	316
Quadro 20. Parlamentares Evangélicos na 50 ^a legislatura (1995-1998)	325
Quadro 21. Parlamentares Evangélicos e a votação da Emenda da Reeleição.	336
Quadro 22. Parlamentares Evangélicos na 51 ^a legislatura (1999-2002)	342
Quadro 23. Parlamentares Evangélicos da 52 ^a legislatura (2003-2006).....	361
Quadro 24. Parlamentares evangélicos da 52 ^a legislatura (2003-2006) listado na CPI dos “Sanguessugas”.	375
Quadro 25. Parlamentares Evangélicos Eleitos à 53 ^a legislatura (2007-2010).....	379

Quadro 26. Parlamentares evangélicos eleitos à 54ª legislatura (2011-2014).	402
Quadro 27. Parlamentares Evangélicos Eleitos à 55ª legislatura (2015-2018) na Câmara dos Deputados.	417
Quadro 28. Brasil – Câmara dos Deputados – 55ª. Legislatura, 2015 – 2019. Frente Parlamentar Evangélica (Bancada Evangélica).....	433
Quadro 29 – Distribuição dos parlamentares evangélicos por partido político da 47ª legislatura a 55ª legislatura, em números absolutos.....	438
Quadro 30. Proposições de autoria de Parlamentares Evangélicos e/ou outros, sobre temas morais.	447

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Classificação percentual das religiões e comparação com o Censo 2000.	22
Gráfico 2 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por partido político da 47ª legislatura a 55ª legislatura.	437
Gráfico 3 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 47ª legislatura à 49ª legislatura.	439
Gráfico 4 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 50ª legislatura à 51ª legislatura.	439
Gráfico 5 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 52ª legislatura à 53ª legislatura.	440
Gráfico 6 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 53ª legislatura à 55ª legislatura.	441
Gráfico 7 – Espectro ideológico político-partidário dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura (%).	441
Gráfico 8 – Espectro ideológico político-partidário dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura (%).	442
Gráfico 9 – Distribuição de frequência da idade entrada dos parlamentares na câmara dos deputados da 47ª (1983 a 1986) à 55ª legislatura (2016 a 2018).	443
Gráfico 10 – Distribuição de frequência da idade de entrada dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura em números absolutos.	444
Gráfico 11 – Média da idade de entrada dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura.	444
Gráfico 12 – Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos.	445
Gráfico 13 – Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos por legislatura.	446
Gráfico 14 – Distribuição de frequência dos parlamentares por gênero da 47ª à 55ª Legislatura.	446

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Pentágono de Burke.....	176
Figura 2. Pentágono de Burke aplicado a 47ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	207
Figura 3. Pentágono de Burke aplicado a 48ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	286
Figura 4. Pentágono de Burke aplicado a 49ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	322
Figura 5. Pentágono de Burke aplicado a 50ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	339
Figura 6. Pentágono de Burke aplicado a 51ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	356
Figura 7. Pentágono de Burke aplicado a 52ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	376
Figura 8. Pentágono de Burke aplicado a 53ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	393
Figura 9. Pentágono de Burke aplicado a 54ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	411
Figura 10. Pentágono de Burke aplicado a 55ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.....	435

INTRODUÇÃO

Os processos de ruptura política com as potências Ibéricas levados a cabo pelas elites dirigentes latino-americanas no século XIX tornou possível o ingresso da América Latina em uma ordem constitucional. A ordem legal, contudo, refletiria pouco a ordem real dominada pela influência societal da Igreja em todo o Continente latino-americano, pelo regime da grande propriedade rural e o estabelecimento de ditaduras militares recorrentes e longevas em toda a região responsáveis pela instabilidade política e pela emergência de uma cultura de desigualdade social, incapaz de institucionalizar uma gestão do poder baseada na racionalidade de tipo impessoal marcada pela ausência de interferência de assuntos privados no espaço público, sem a qual o poder político não pode ser exercido, segundo a concepção do Estado liberal que se pretendia estabelecer.

Herança de uma cultura patrimonialista, forjada em uma época colonial, em que o Estado se confundia com o patrimônio, a elite política América Latina continuou exercendo sua dominação tradicional (caudilhismo, coronelismo e populismo) durante a formação de seu Estado legal sem que este pudesse se converter em um sistema de normas jurídicas imposto por um conjunto de instituições democráticas a fim de ordenar e regular as relações sociais baseadas na igualdade entre os cidadãos latino-americanos característico do moderno Estado Democrático de Direito.

Dominando o campo econômico e social, as elites políticas latino-americanas – que se confundiam com a elite oligárquica e/ou a elite patronal - passaram a estigmatizar e a excluir do espaço público não apenas as minorias sociais - como as étnicas (imigrantes) ou religiosas (protestantismos, religiões afro-brasileiras, afro-caribenhas, animistas, etc.) - como igualmente os segmentos numericamente importantes da população (indígenas, negros, mulheres, classe trabalhadora, etc.) através de uma gestão do poder na qual o político cria instrumentos personalísticos de controle sobre as massas e acaba instrumentalizando a estrutura estatal (esfera pública) a fim de satisfazer seus interesses pessoais (esfera privada).

Durante o passado colonial da América Latina, a senzala ou as reduções não se constituíram simplesmente como o *loci* da dominação estatal, como espaços

sociais da exclusão real imposta aos negros africanos (pela empresa colonial) ou indígenas (pela empresa religiosa). Tanto os africanos escravizados quanto os indígenas incorporados à cristandade tornaram-se patrimônio privado da empresa estatal. Considerado um objeto dotado de voz pela empresa colonial, o escravo africano não se constituía em sujeito de direito público. Considerado como infante de Deus por um catolicismo inspirado pela Contra-Reforma, o indígena foi obrigado a passar pelo processo civilizatório europeu ficando confinado sob a tutela paternalista da empresa religiosa jesuítica. Contudo, a instituição do Estado legal no Continente latino-americano não conseguiu transcender um modelo de gestão pública marcada pela ausência de impessoalidade. O personalismo político se utiliza de redes de relação público/privada na qual prevalecem arranjos pessoais como o nepotismo, o apadrinhamento, o conchavo e o populismo.

O nepotismo designa a prática de favorecimento de parentes do político ou de amigos próximos em detrimento de pessoal mais qualificado principalmente aos cargos de nomeação. O “apadrinhamento” pode ser qualificado como um fenômeno político que se caracteriza pela escolha de funcionários administrativos baseada em vínculos pessoais. Por meio dele, por exemplo, se pode obter a aprovação de leis na esfera legislativa. O “conchavo” político pode ser definido como um acordo informal estabelecido entre várias pessoas. Na esfera econômica, por exemplo, pode ter como objetivo a aprovação de licitações públicas visando o favorecimento de determinadas empresas. Mais complexo, o populismo tem sido analisado como um fenômeno sociopolítico relacionado com o patrimonialismo e que se caracteriza pela adesão da massa de governados à figura carismática de um determinado líder político. Embora apresente-se como “pai” do povo ou o “salvador da pátria”, a liderança carismática e messiânica coloca em risco a legalidade da política do Estado, uma vez que o líder carismático pode usar a sua imagem para agir acima da lei ou transformar o edifício jurídico para que ele seja favorecido. Assim, o modo pessoal de gerir o público estatal além de se tornar uma cultura política na América Latina tem reforçado a manutenção das relações de dominação exercida verticalmente pelos donos do poder: as elites econômicas, políticas e sociais desejosas de manter o regime de privilégios às custas da opressão dos segmentos sociais minoritários e excluídos de seus direitos às margens sociais.

Interessa menos discutir nos limites desse trabalho se a impessoalidade no modo de gestão pública se torna um impedimento para o exercício da política na América Latina contemporânea do que estabelecer a existência de um modo latino-americano de se fazer políticas públicas. Este modo latino-americano do exercício da gestão pública se baseia nas relações pessoais e advém do próprio tipo de Estado latino-americano que se distingue da concepção mais clássica de Estado Democrático de Direito estabelecido a partir da Revolução Francesa em 1789, ou daquela mais atual, a de um Estado de Bem-Estar Social surgido a partir de 1930 na Europa. Neste sentido, o Estado latino-americano é legal ou burocrático, no sentido que possui um marco mínimo de legalidade em seu ordenamento jurídico e instituições políticas que garantem o seu funcionamento, mas a legalidade é exercida por diferentes agentes e através de distintos tipos de dominação que ultrapassam os próprios limites do Estado procedimental e suas instituições; ainda que exercida de forma legítima, a legalidade não pode ser prescindida da coercitividade. Por definição, essa concepção do Estado latino-americano aponta para uma realidade mais sociológica do exercício do poder do que a jurídica, segundo os tipos de dominação legítima estabelecidos por Weber e das poliarquias definidas por Dahl.

Assim, a pouco mais de trinta anos, a maioria dos países latino-americanos retornava a ingressar em uma ordem legal depois das rupturas sofridas no interior de seus sistemas políticos impostas pela instauração das ditaduras militares na América Latina. Contudo, o pluralismo social começa a ocorrer de forma mais acelerada a partir da fragmentação do campo religioso latino-americano, principalmente a partir do crescimento exponencial das “seitas protestantes”, na expressão de Weber, os protestantismos populares de tipo pentecostal e neopentecostal que passaram a se constituir a partir da adesão voluntária às suas sociabilidades religiosas dos segmentos sociais antes pertencentes à clientela da Igreja e do Estado: indígenas, pretos, pobres, periféricos, mulheres, operários, além das classes econômicas mais desfavorecidas da sociedade latino-americana.

O crescimento numérico da religião protestante na América Latina possibilitou a emergência de um fenômeno sem precedentes na história do Continente: a inserção de atores políticos “evangélicos” na cena partidária latino-

americana. Expulsa ao espaço privado que passou a constituir através das redes educacionais particulares que formaram, a religião protestante não se conformou ao *status quo* caracterizado pela união entre o trono e o altar quando se estabeleceu definitivamente na América Latina durante a segunda metade do século XIX. O protestantismo construiu uma nova identidade evangélica em ruptura com o catolicismo romano e a sociedade enformada pela cultura católica. Em outra, a religião protestante permitiu que os setores sociais marginais vivendo sob o assistencialismo da Igreja ou a exclusão do Estado elitista se organizassem em torno de um movimento de protesto social transferindo ao campo político - a esfera pública - as reivindicações de transformação societal que portava a partir de uma ação coletiva baseada na moral religiosa – a esfera privada.

O protestantismo foi conquistando o campo político partidário e se constituiu como uma nova elite política na América Latina atuando em âmbito nacional, regional e local tanto na esfera do poder executivo quanto na do poder legislativo. A nova elite política latino-americana tem como característica principal a pertença confessional. Constitui uma minoria seleta da classe média, mas representa principalmente os setores mais populares do Continente latino-americano. A nova elite política evangélica na América Latina instrumentaliza o principal recurso religioso que possui a fim de levar avante seu projeto de conquista do espaço público: os bens simbólicos fazendo apelo à uma demanda exterior no contexto da sociedade de consumo. Finalmente, a fim de levar adiante seu projeto de conquista do poder, a nova elite política evangélica tem constituído partidos políticos confessionais e obtido representação nos Parlamentos latino-americanos. Nesse âmbito do poder legislativo, os deputados protestantes constituem atualmente uma nova elite parlamentar evangélica bastante influente no Peru e no Brasil.

A nova elite política evangélica na América Latina tem conseguido transformar a cultura política marcada pelas relações de dominação personalista na forma de gerir o público estatal ou as relações de poder entre a Igreja e o Estado? A fim de responder a essas questões, a investigação que norteia esse estudo foi dividida em quatro partes. Tem como hipótese principal a proposição segundo a qual a nova elite política evangélica na América tem impactado de maneira pouco uniforme as relações de poder no interior do campo político latino-americano. Isso a

partir do projeto de poder dos protestantismos populares visando transformar a moral religiosa privada em políticas públicas impostas ao conjunto da população latino-americana. Porém, a doutrinação da função pública pelos atores evangélicos objetiva menos o estabelecimento de um Estado democrático ou de bem-estar social do que a criação de um Estado multiconfessional no qual as sociabilidades religiosas protestantes gozem dos mesmos privilégios outorgados à Igreja pelo Estado. Assim, os protestantismos populares não têm conseguido transformar a cultura política no Continente sendo a sua atuação na política partidária totalmente destituída de um ethos enraizado no liberalismo político.

A fim de demonstrar essa hipótese, a primeira parte do estudo analisa, numa perspectiva sócio-histórica, a configuração do campo religioso em 18 países da América Latina. A partir de vários indicadores quantitativos baseados nas pesquisas de pertença sobre a religiosidade dos latino-americanos, além da análise de dados censitários fornecidos ou omitidos por organismos oficiais de estatística pretendeu-se demonstrar, de maneira comparada, o duplo fenômeno de declínio do catolicismo e a expansão dos protestantismos que vem se produzindo na América Latina a partir da década de 1970 na maioria dos dezoito países latino-americanos selecionados.

Na segunda parte do capítulo primeiro, investigou-se de que maneira o ordenamento jurídico dos países latino-americanos constituiu terreno fértil à proliferação de sociabilidades religiosas protestantes bem como ocorreu a inserção dos protestantismos populares no campo político-partidário. Partiu-se primeiramente, do estabelecimento de uma tipologia dos Estados latino-americanos. Em seguida, avançou-se algumas hipóteses explicativas para o fenômeno do trânsito religioso que vem se produzindo na maioria dos 18 países latino-americanos analisados, cruzando os dados estatísticos com os quatro tipos de ordenamentos jurídicos que emergiram na América Latina. Em seguida, nuançou-se a hipótese segundo a qual os segmentos protestantes tornam-se particularmente ativos onde existem clivagens entre Igreja e Estado. Assim, a terceira parte do primeiro capítulo procurou investigar em que medida a ideologia messiânica contribuiu ao protesto social dos evangélicos e à emergência de movimentos e partidos políticos evangélicos a partir da análise comparada entre o peso demográfico da religião protestante na América Latina, os

tipos de Estado latino-americanos e os modelos de sistemas partidários existentes no Continente.

O segundo capítulo trata da emergência e estabelecimento de uma representação parlamentar evangélica em poliarquias latino-americanas contemporâneas tomando como referência a terceira onda de democratização do século XX. O estudo comparado das legislaturas em parlamentos latino-americanos realizadas entre 2000 a 2015 pelo *Observatório de Elites Parlamentares da América Latina* (PELA/USAL) permitiu constatar a existência da representação parlamentar evangélica em quinze dos dezoito países analisados. Em seguida, analisou-se os dados do PELA referentes às opiniões dos parlamentares latino-americanos sobre duas questões polêmicas na área da política pública de caráter transversal, quais sejam: a prática do aborto e a união homoafetiva. A questão principal procurou investigar até que ponto as convicções pessoais dos representantes das câmaras dos deputados e dos parlamentos unicamerais da América Latina tem impactado a formulação das políticas públicas de seus respectivos países. A fim de explorar esta questão, baseou-se no modelo de análise das tipologias dos Estados latino-americanos empregada na primeira parte deste estudo procurando compreender de que maneira a representação parlamentar, a partir da pertença religiosa dos parlamentares, tem transformado as relações de poder entre Igreja e Estado na América Latina contemporânea.

A evidência empírica do estudo aponta em direção à permanência do religioso no espaço societal latino-americano. Por fim, procurou-se demonstrar que os parlamentares evangélicos latino-americanos operam como *lobbies* organizados em bancadas suprapartidárias e interdenominacionais agindo no interesse de grupos que representam – confessionais, governamentais ou privados – com a finalidade de exercer direta pressão ostensiva ou velada, a fim de intervir diretamente nas decisões do poder público, em especial do poder legislativo, em favor de causas ou objetivos defendidos pelo grupo, qual seja: a desconstrução das agendas progressistas dos governos de esquerda e a imposição de sua moral religiosa ao conjunto das populações latino-americanas.

Os capítulos 3 e 4 analisam o comportamento político-partidário da nova elite parlamentar evangélica, um universo de 237 parlamentares, atuando na

Câmara dos Deputados do Brasil. A característica distintiva deste estudo consiste na análise das carreiras políticas dos parlamentares evangélicos delimitados pelo tempo das nove legislaturas compreendidas entre a transição democrática, a redemocratização do Brasil e a Nova República. O capítulo 3 dedicou-se ao estudo de duas legislaturas. Na 47ª legislatura (1983-1986), analisei a emergência de parlamentares evangélicos atuando numa cena política marcada pela transição democrática (1985-1988). Na 48ª legislatura (1989-1990), procurei demonstrar o comportamento político dos parlamentares evangélicos na *Assembleia Nacional Constituinte* (1987-1988) atuando nos processos decisórios em busca do estabelecimento de uma nova ordem constitucional durante o processo de redemocratização do Brasil. Em ambas as legislaturas enfocadas, os parlamentares “evangélicos” são retratados como representantes dos grupos de interesse confessionais que representaram: suas distintas sociabilidades religiosas.

O capítulo 4 analisa os parlamentares evangélicos atuando na cena legislativa brasileira como *policy makers* durante um período delimitado por sete legislaturas na Câmara dos Deputados Federais: da 49ª legislatura (1991-1994) à 55ª legislatura (2015-2018). A 49ª Legislatura se inicia com o intrincado retorno do Brasil à via democrática marcada pela eleição, seguida do afastamento de Collor de Mello do posto de chefe do executivo em 1992, e se estende num processo inconcluso até o golpe parlamentar-jurídico-midiático, no qual as elites evangélicas participaram ativamente, responsável pelo impeachment de Dilma Rousseff da presidência da República sem crime de responsabilidade em 2016. Para além da compreensão global do perfil parlamentar dessa nova elite confessional, a visão de conjunto da atuação dos parlamentares evangélicos em todas as legislaturas da Nova República permite interrogar o próprio papel do político profissional na sociedade brasileira no final do século XX e início do XXI. A carreira do político profissional diz respeito, segundo Alcântara, à um processo que envolve a militância do político, seu recrutamento e seleção político-partidário, sua participação na competição eleitoral até o desenvolvimento de uma carreira na esfera pública. Demonstrou-se que o presidencialismo de coalizão e a institucionalização das *Frentes Parlamentares* pela Câmara dos Deputados do Brasil que dele decorre, têm favorecido a emergência de poderosos grupos de interesse no Congresso Nacional,

inclusive o confessional, atuando por meio de *lobbies*, como a *Frente Parlamentar Evangélica*, exercendo direta pressão nos governos de maneira a dispensar a mediação dos partidos políticos em busca de vantagens pessoais ou do grupo que representam em detrimento do bem comum. Além de incentivar o fisiologismo político – nepotismo, apadrinhamento, conchavo e clientelismo –, a emergência de grupos de pressão no Congresso Nacional tem transformado o poder legislativo ao incorporar um novo *modus operandi* caracterizado por relações mercadológicas no Parlamento quando deveria ser norteadada pela ética e pela ideologia político-partidária. Para além da retórica que move a agenda moral, a atuação dos parlamentares evangélicos na Câmara dos Deputados tem se notabilizado por paralisar agendas de mudança social de governos progressistas, incluindo-se, quando necessário, o apoio ao processo de deposição da presidenta sem crime de responsabilidade.

CAPITULO I: RELIGIÃO E POLÍTICA NA AMÉRICA LATINA: OS NOVOS ATORES “EVANGÉLICOS” NA CENA POLÍTICO PARTIDÁRIA LATINO-AMERICANA

O presente capítulo analisa de maneira comparada a emergência de atores confessionais evangélicos na cena político-partidária latino-americana. Parto do pressuposto da permanência do fenômeno religioso na sociedade civil e da hipótese principal de que a suposta neutralidade do protestantismo no campo político partidário não se sustenta à luz de seu projeto societal que sempre buscou a conquista do espaço público a partir de uma certa moral privada que mobiliza as ações coletivas das sociabilidades religiosas protestantes¹. Essa moral religiosa individualista, conversionista e ascética importadas pelos protestantismos de missão durante a chamada *Era Missionaria*, no século XIX, entrou em conflito com a cultura patrimonialista latino-americana onde as relações entre Igreja e Estado eram marcadas por clivagens que no campo político opunha liberais e conservadores. Portadoras do *Manifest Destiny* e com fortes traços culturais do *American Way of Live*, as sociedades missionárias protestantes não se constituíram como agências difusoras do liberalismo político; produziram ideologias religiosas de protesto social derivadas do messianismo, a crença de que um salvador - o próprio Deus ou seu emissário - e a expectativa de sua chegada colocaria fim à ordem presente percebida como iníqua ou opressiva - um espaço dominado pelo mal - instaurando uma nova era de virtude e justiça. A ideologia messiânica dos protestantismos de missão encontraria ressonância primeiramente naqueles seguimentos rurais marginalizados da sociedade latino-americana à margem da esfera de influência

¹ Na Alemanha, a Reforma Protestante iniciada pelo monge agostiniano Martinho Lutero em 1517 origina um movimento de protesto político que abalaria a influencia religiosa do Sacro Império Romano Germânico no Antigo Regime e estabeleceria os fundamentos da modernidade. Na Inglaterra, em 1634, Henrique VIII institui o Anglicanismo religião oficial do Estado. Em 1653, o puritano Oliver Cromwell dissolve o Parlamento britânico e instaura a primeira e única República da Inglaterra, embora governasse de maneira personalista e ditatorial. Entre 1688-1689, os puritanos liberais vencem a Revolução Gloriosa colocando fim à guerra civil que opunha protestantes e católicos e instauram a monarquia parlamentarista produzindo, em seguida, a declaração de direitos garantindo a vida, a liberdade e a propriedade privada, documento conhecido como Bill of Rights. No oitavo capítulo do livro IV da obra *Du Contrat Social ou, Principes du Droit Politique* publicada em 1762, o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau advoga a necessidade de uma religião civil, um credo mínimo a ser professado de acordo com o pacto civil. A religião privada (do homem) não tem nenhuma relação particular com o corpo político enquanto a religião civil (do cidadão) teria a vantagem de unir o culto divino ao amor às leis de uma sociedade particular (o Estado-Nação).

religiosa da Igreja dentro da ordem escravocrata. Tal sociedade tradicional favoreceria a emergência de um protestantismo endógeno de tipo conservador em matéria de moral e fundamentalista no que concerne a interpretação das escrituras, acrescentando o traço popular ao perfil do protestantismo de missão. Este estagnaria na América Latina com a implantação de uma ordem constitucional democrática, defensora do Estado laico e a conseqüente diminuição do poder político da religião católica na esfera pública².

A religião protestante, entretanto, se reativaria na América Latina a partir da década de 1970 quando passou a experimentar um crescimento exponencial de suas sociabilidades religiosas como resultado da migração de fiéis convertidos ao protestantismo oriundos do catolicismo. O trânsito religioso foi uma resposta à demanda de bens simbólicos ofertados pelos protestantismos populares que, embora conservadores em sua moral religiosa e fundamentalistas em matéria de teologia, foram incorporando elementos afins com a cultura latino-americana aos elementos emocionais importados por agentes missionários difusores dos movimentos de avisamentos espirituais ocorridos nos Estados Unidos em meio às classes marginalizadas da sociedade norte-americana quando constituíam novas sociabilidades religiosas protestantes na América Latina em princípios do século XX. O êxito dos protestantismos populares, contudo, deve-se ao fato de se constituírem, ao contrário das *Comunidades Eclesiais de Base* (CEB) católicas, não em um espaço de conscientização da opressão política, mas como o próprio espaço político que lhes permitiu de se expandir à margem tanto do assistencialismo da Igreja quanto da ação reguladora do Estado.

Expulsa ao espaço privado pelos regimes de tipo confessional durante o século XIX na América Latina, a religião protestante transpos ao campo político partidário o protesto social de minoria religiosa, visando a sua conquista. Por um lado, tanto o imaginário mobilizador dos movimentos políticos protestantes quanto a formação de partidos políticos confessionais seguem em continuidade com a missão que o político de Deus acredita ser vocacionado a realizar, qual seja: a transformação do espaço político (*Manifest Destiny*). Por outro, ao buscarem representação política sobre a base do corporativismo religioso bem como o

² Note-se que o Brasil foi o último país da América Latina a proclamar a República em 1889.

reconhecimento do Estado como atores sociais importantes, os “políticos de Deus” o fazem a partir de um imaginário guerreiro firmado em sua pertença (religiosa, étnica, econômica e social) firmada na prosperidade individual do que de por valores democráticos ou de respeito aos Direitos Humanos (manifestação do *American Way of Life*). Assim, e de maneira paradoxal, emerge na América Latina uma nova identidade cultural em oposição ao católico, o “evangélico”. Essa abstração que reúne todos os segmentos protestantes à despeito de suas significativas diferenças são constituídas por minorias religiosas lutando pela conquista do espaço social através da conquista do espaço político. Os evangélicos são capazes de apoiar ditadores e regimes militares, uma ordem econômica neoliberal e líderes políticos messiânicos que se apresentem como salvadores do povo contra as ideologias de esquerda ameaçando implantar uma ordem comunista, socialista ou baseada em justiça distributiva visando o bem-estar social. Sendo o resultado de uma moral religiosa privada, a ideologia messiânica dos protestantismos será, no espaço público, uma revolta alienada levando os evangélicos não apenas a isolar-se da realidade política como também a ensimesmar-se em suas sociabilidades religiosas constituídas como um lugar de refúgio para as massas.

A fim de operacionalizar estas hipóteses, o presente capítulo divide-se em três seções. A primeira parte dedica-se à análise do campo religioso latino-americano. A partir de vários indicadores quantitativos baseados nas pesquisas de pertença sobre a religiosidade dos latino-americanos além da análise de dados censitários fornecidos ou omitidos por organismos oficiais de estatística pretende-se demonstrar, de maneira comparada, o fenômeno acelerado de mutação religiosa que vem se produzindo a partir da década de 1970 na maioria dos dezoito países latino-americanos selecionados. O estudo, entretanto, não se situa em nível do juízo de valor mas busca analisar o comportamento político dos protestantismos a partir da construção dessa relação entre as sociabilidades religiosas protestantes, a sociabilidade religiosa dominante - o catolicismo romano - e o Estado. Os indicadores sobre pertença religiosa dos latino-americanos demonstra a existência de quatro variáveis demográficas que emergiram no Continente. De *per se*, entretanto, elas não explicam essa relação. Por isso, a fim de buscar compreender a atual configuração do campo religiosos na América Latina a segunda parte do

capítulo primeiro procura investigar de que maneira o ordenamento jurídico dos países latino-americanos constitui terreno fértil à proliferação de sociabilidades religiosas protestantes bem como sua inserção no campo político-partidário. Partiu-se, primeiramente, do estabelecimento de uma tipologia dos Estados latino-americanos. Em seguida, procurou-se avançar hipóteses que explicassem o trânsito religioso nos países latino-americanos através do cruzamento dos dados estatísticos que permitiram avançar a hipótese das quatro variáveis demográficas na parte precedente. A mais significativa delas e já formulada anteriormente postula que os segmentos protestantes tornam-se particularmente ativos onde existem clivagens entre Igreja e Estado. Contudo, essa hipótese deve ser aprofundada a partir da análise dos sistemas partidários da América Latina. Assim, a terceira parte do primeiro capítulo procura investigar em que medida a ideologia messiânica contribuiu ao protesto social dos evangélicos e à emergência de movimentos e partidos políticos evangélicos a partir da análise comparada entre o peso demográfico da religião protestante na América Latina, os tipos de Estado latino-americanos e os modelos de sistemas partidários existentes no Continente.

1.1 Pluralização do campo religioso Latino-Americano: emergência de uma nova identidade cultural “evangélica”

A América Latina está passando por um processo acelerado de fragmentação daquela identidade cultural nacional - unificada e estável - que definia o sujeito latino-americano a partir de sua pertença religiosa ao catolicismo romano. À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, como parte de um processo acelerado de urbanização da sociedade, pluralização religiosa e globalização incompleta, a identidade do latino-americano foi se tornando múltipla e cambiante, algumas vezes contraditória e não resolvida. Com a emergência de uma nova identidade "evangélica", o sujeito latino-americano e, principalmente católico, deixa de possuir uma identidade fixa, essencial ou permanente. O protestantismo é plural: evangélico, evangelical, pentecostal, neopentecostal. A identidade protestante, muito mais do que a do católico torna-se, na expressão de Stuart Hall, uma “celebração móvel” formulada e transformada

continuamente em relação às formas pelas quais adeptos da religião protestante são representados ou interpelados nos sistemas culturais que os rodeiam e que os definem de maneira histórica e não mais biológica³. A América Latina continua sendo um continente cristão mas em todo o espaço latino-americano o catolicismo vem perdendo fiéis num processo acelerado de conversão à religião protestante cujo projeto político visa a conquista da sociedade à partir de sua moral religiosa. Tradicionalmente definido como um Continente católico, a América Latina, que representava 40% do total da população católica mundial com mais de 425 milhões de fiéis em 2014, tem visto a identificação de sua população com o catolicismo diminuir em toda a região pela primeira vez em sua história. Embora os dados obtidos por meio dos recenseamentos nacionais realizados na América Latina a cada decênio devam ser relativizados, sua análise comparada permite conhecer, além da planificação e formulação das políticas de Estado reveladas por meio dos diferentes indicadores (idade, sexo, nível educacional, lugar de residência, etc), as relações de seus próprios indivíduos com as representações sociais: os partidos políticos, a organização do trabalho mas igualmente a identidade religiosa dos latino-americanos. Nesse contexto, os dados censitários permitem demonstrar com mais profundidade as transformações sociais que vem se produzindo nas tramas do tecido cultural da América Latina na longa duração histórica. Em particular, eles permitem constatar a emergência de uma nova identidade religiosa evangélica em oposição à católica. A fim de demonstrar esta mudança, a maioria dos países da América Latina inclui questões relativas à religiosidade de sua população em seus respectivos censos demográficos. Será feita referência constante a eles nesta seção; antes, porém, se apresenta uma visão de conjunto do campo religioso latino-americano a partir de duas fontes.

De acordo com o World Religion Database, que realiza pesquisa religiosa na América Latina desde 1910, pode-se observar, a partir da década de 1970, o fenômeno de declínio das declarações de pertença da população latino-americana ao catolicismo romano que já aparecia indicado localmente nos recenseamentos nacionais da população realizados pelos diferentes países da região. Assim, entre 1900 até a primeira década de 1960, o catolicismo romano era identificado como a

³ Hall, 2004:12-13.

religião predominante na América Latina, com mais de 98% da população se declarando católica. Entre 1910 e 1970, apenas o Chile apresentou diminuição de dois dígitos na identidade católica, com uma redução de 20 pontos percentuais. Apenas na Colômbia observou-se um aumento de 15 pontos percentuais entre 1910 e 1970. Entretanto, em quatro décadas - entre 1970 e 2014 - a porcentagem das identificações da população com a religião católica tornou-se decrescente em todos os dezoito países pesquisados, variando de uma queda de 47 pontos em Honduras para uma diminuição de cinco pontos no Paraguai (Tabela 1).

Tabela 1. População católica na América Latina em %.

Catholic Affiliation in Latin America
% of Catholic population

	1910	1950	1970	2014	1910-1970 Diff.	1970-2014 Diff.
Argentina	97	95	91	71	-6	-20
Brazil	95	93	92	61	-3	-31
Bolivia	94	94	89	77	-5	-12
Chile	96	89	76	64	-20	-12
Colombia	80	91	95	79	+15	-16
Costa Rica	99	98	93	62	-6	-31
Dominican Republic	98	96	94	57	-4	-37
Ecuador	88	98	95	79	+7	-16
El Salvador	98	99	93	50	-5	-43
Guatemala	99	99	91	50	-8	-41
Honduras	97	96	94	46	-3	-47
Mexico	99	96	96	81	-3	-15
Nicaragua	96	96	93	50	-4	-43
Panama	84	87	87	70	+3	-17
Paraguay	97	96	95	90	-2	-5
Peru	95	95	95	76	0	-19
Puerto Rico	100	94	87	56	-13	-31
Uruguay	61	62	63	42	+2	-21
Venezuela	93	91	93	73	0	-20

The 1910, 1950 and 1970 estimates are from the World Religion Database and the Brazilian and Mexican censuses. The 2014 estimates are based on the Pew Research Center survey. See this report's methodology for more on how population estimates were calculated.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research Center, 2010.

Em quarenta e quatro anos, segundo a recente pesquisa realizada pelo instituto norte-americano Pew Research Center, de Washington, o catolicismo, que representava 92% da população latino-americana em 1970, passou a representar

69%, em 2014, ou seja, observa-se uma redução de 28,52%. As maiores quedas nas declarações de pertença ao catolicismo encontram-se na Nicarágua, Uruguai e Brasil, países onde 81% da população foi batizada no catolicismo, mas apenas 61% dos fiéis se considera católico. Neste mesmo período, entretanto, a proporção de evangélicos, especialmente provenientes dos segmentos populares (pentecostais) saltou de 4% para 19% da população. Em 1910, enquanto 94% da população latino-americana se declarava católica, apenas 1% da população era composta por evangélicos. Desta vez, contudo, menos de um quarto dos evangélicos consultados provém do protestantismo de etnia (Luteranos) ou dos protestantismos de missão (Presbiterianos, Batistas, Congregacionais ou Metodistas); a maior parte destes segmentos declara seu pertencimento religioso aos protestantismos populares (pentecostais e neopentecostais)⁴. Assim, em todos os 18 países pesquisados, 65% dos entrevistados identificaram-se como evangélicos (pentecostais) e frequentam uma sociabilidade religiosa de tipo pentecostal: 83% dos evangélicos frequentam uma cerimônia religiosa pelo menos uma vez por mês contra 62% de fiéis do catolicismo⁵. As amostragens ainda apontam que 4% da população da América Latina afirma pertencer a outros segmentos religiosos: testemunhas de Jeová, mórmons, muçulmanos, hindus, judeus, espíritas, além dos adeptos das religiões afro-caribenhas e afro-brasileiras - como a umbanda e o candomblé - assim como as indígenas. Merece destaque igualmente, o crescimento do segmento adulto da população que se declarou sem religião passando de 0% à 8% no mesmo período. O Uruguai é o país com a maior porcentagem de não religiosos (37%), seguido pela

⁴ Pew Research Center, 2014: 25. Os dados apresentados provém do relatório contendo o levantamento realizado pelo Pew Research Center com subsídios da Pew Charitable Trusts e da John Templeton Foundation intitulado: Religião na América Latina: mudança generalizada em uma região historicamente católica. A sondagem foi baseada em 30 mil entrevistas presenciais realizadas entre outubro de 2013 e fevereiro de 2014 abrangendo 18 países da América Latina e do Caribe - incluindo Porto Rico - , com exceção de Cuba que foi omitida. No presente trabalho deixo de incluir os dados sobre Porto Rico. A pesquisa de campo foi realizada pela Princeton Survey Research Associates, sob a direção de Mary Macintosh, e pela Ipsos Public Affairs, sob a direção de Clifford Young. O questionário se beneficiou da orientação fornecida por vários especialistas em religião e opinião pública na América Latina, incluindo Matias Bargsted, Pontificia Universidad Católica de Chile; Andrew Chesnut da Virginia Commonwealth University; Nestor Da Costa, do Instituto Universitário CLAEH e Universidad Católica del Uruguay; Juan Cruz Esquivel, do CONICET, Universidad de Buenos Aires, Argentina; Silvia Fernandes, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil; Frances Hagopian, do Departamento de Estado da Harvard University; Fortunato Mallimaci, CEIL-CONICET, Universidad de Buenos Aires, Argentina; Catalina Romero, Pontificia Universidad Católica de Peru; e Mitchell Seligson da Vanderbilt University.

⁵ Pew Research Center, 2014: 6.

República Dominicana (18%), Chile (16%), Argentina (11%) e Honduras (10%). Assim, os evangélicos já constituem a minoria religiosa mais importante na maioria dos países da região. Em alguns casos representam a metade ou mais da metade da população.

A Tabela 2 apresenta a atual configuração do campo religioso latino-americano segundo a pesquisa de opinião realizada em 2014 pelo Pew Research Center e que contou com mais de trinta mil entrevistados. Através dela podemos evidenciar o duplo fenômeno que vem se produzindo no interior do campo religioso latino-americano, quais sejam: o declínio nas declarações de pertença da população adulta na América Latina em todos os deztoitos países pesquisados, de um lado; e, de outro, o crescimento numérico dos segmentos evangélicos em todos os países do Continente. O crescimento nas conversões do segmento católico ao evangélico tornou a religião protestante a minoria religiosa mais importante da América Latina e, em muitos casos, possibilitou sua inserção na política partidária. Contudo, a Tabela 2 também demonstra a expansão numérica que as demais minorias religiosas vêm experimentando com o pluralismo religioso que também se reflete no crescimento daqueles segmentos que se declaram não pertencer a nenhum grupo religioso (sem religião, ateus ou indiferentes).

Tabela 2. Pertença Religiosa na América Latina em 2014 em %.

PAÍS	CATÓLICOS	EVANGÉLICOS	OUTROS	NÃO-RELIGIOSOS
Argentina	71	15	3	11
Bolívia	77	16	3	4
Brasil	61	26	5	8
Chile	64	17	3	16
Colômbia	79	13	2	6
Costa Rica	62	25	4	9
El Salvador	50	36	3	12
Equador	79	13	3	5
Guatemala	50	41	6	3
Honduras	46	41	2	10
México	81	9	4	7
Nicarágua	50	40	4	7
Panamá	70	19	4	7
Paraguai	89	7	2	1
Perú	76	17	3	4
República Dominicana	57	23	2	18
Uruguai	42	15	6	37
Venezuela	73	17	4	7
Total Regional *	69	19	4	8

Fonte: Pew Research Center, 2014. *Ajustando-se ao tamanho da população de cada país. **As porcentagens podem não totalizar 100% devido ao arredondamento.

A partir da análise comparada dos dados estatísticos sobre a pertença e as crenças religiosas em dezoito países da América Latina pesquisados, pode-se observar o processo de mudança na identidade cultural que vem se produzindo no Continente latino-americano à partir das transformações no interior de seu campo religioso. Com relação ao duplo fenômeno de declínio do catolicismo e a ascensão dos evangélicos na região, pode-se identificar a emergência de quatro cenários distintos.

Um primeiro bloco constituiu-se de nove países onde a porcentagem de declarações de pertença à religião católica, ainda que tenha diminuído, torna o catolicismo a religião predominante em relação à densidade populacional, quais

sejam: Paraguai, México, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina e Panamá.

Um segundo grupo abrange quatro países onde o peso demográfico da população católica continua sendo importante porém, o catolicismo deixou de ser predominante para tornar-se majoritário. São eles: Chile, Costa Rica, Brasil e República Dominicana.

Um terceiro bloco é constituído por três países centro-americanos - El Salvador, Guatemala e Nicarágua - nos quais cerca da metade da população nacional compõe-se de católicos.

Finalmente, aparece um quarto grupo formado por dois países - Honduras e Uruguai - onde menos da metade da população declara seu pertencimento religioso ao catolicismo romano. No caso de Honduras são expressivos 41% da população que se declara evangélica contra 46% de declarações ao catolicismo; 2% dos hondurenhos pertence a outros segmentos religiosos e 10% se declara não religioso, ou seja, 53% da população do país centro-americano se distingue do catolicismo. No Uruguai, o que impressiona é o total de não-afiliados ou sem religião, que representam 37% da população. Somados aos 15% de evangélicos e aos 6% de praticantes de outras religiões, estes três segmentos constituem mais da metade da população católica, estimada em 42% da população uruguaia. Em termos gerais, isso significa que um em cada sete venezuelanos (grupo 1); um em cada cinco brasileiros (grupo 2); um em cada quatro nicaraguenses (grupo 3) e quatro em cada dez adultos hondurenhos (grupo 4) são evangélicos que nasceram na religião católica, mas abandonaram o catolicismo romano e se converteram aos protestantismos populares de tipo pentecostal ou neopentecostal⁶.

1.1.1 Países Latino-Americanos Predominantemente Católicos (GRUPO 1)

Nos nove países constitutivos do primeiro bloco - Paraguai, México, Colômbia, Equador, Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina e Panamá - os católicos constituem uma impressionante maioria de mais de dois terços da população de adultos, variando de 89% no Paraguai a 70% no Panamá. Embora estes países

⁶ Pew Research Center, 2014: 25.

sejam predominantemente católicos, os evangélicos já constituem a minoria religiosa mais importante em todos eles, com cerca de 10% da população declarando sua identidade religiosa aos protestantismos populares - segmentos pentecostal e neopentecostal da religião protestante – sem, contudo, ultrapassar a marca dos 20%.

O Paraguai, com 89% das declarações de pertença à Igreja Católica Apostólica Romana, aparece como o país mais católico da América Latina. Ao mesmo tempo é, inversamente, aquele que também possui a menor porcentagem de evangélicos que representam apenas 7% da população. Por contraste, o Panamá possui a menor porcentagem de católicos (70%), mas, inversamente, o maior percentual de evangélicos (19%).

Tabela 3. Pertença Religiosa na América Latina – Países Latino-Americanos Predominantemente Católicos em %.

PAÍSES	CATÓLICOS	EVANGÉLICOS	OUTROS	NÃO-RELIGIOSOS
Paraguai	89	7	2	1
México	81	9	4	7
Colômbia	79	13	2	6
Equador	79	13	3	5
Bolívia	77	16	3	4
Peru	76	17	3	4
Venezuela	73	17	4	7
Argentina	71	15	3	11
Panamá	70	19	4	7

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

Com 81% da população declarando sua adesão nominal ao catolicismo romano, o México aparece na segunda posição entre os países mais católicos do Continente; os evangélicos mexicanos seriam estimados em 9% da população, a mais baixa representação protestante depois do Paraguai. Na terceira posição das declarações nominais de pertença ao catolicismo romano encontram-se Colômbia e Equador, respectivamente com 79%; ambos os países contanto com mais de 10% da população declarando-se evangélica. Seguem Bolívia e Perú, o primeiro país com 77% da população se declarando católica romana e o segundo com 76% se

identificando com o catolicismo. Nestes países, a representação protestante encontra-se num *hall* intermediário: a Bolívia com 16% de evangélicos e o Peru, com 17%. Venezuela e Argentina aparecem na penúltima posição entre os países mais católicos da América Latina atrás apenas do Panamá: o primeiro país com 73% de católicos nominais e o segundo com 71%; os evangélicos já representam 17% na Venezuela e 15% da população na Argentina.

1.1.2 Países Latino-Americanos Majoritariamente Católicos (GRUPO 2)

Neste segundo bloco constituído por quatro países, quais sejam: Chile, Costa Rica, Brasil e República Dominicana - os católicos se constituem entre a metade e cerca de dois terços da população. Em todos eles o número de católicos continua sendo importante; a religião católica, porém, deixou de ser predominante para tornar-se majoritária entre a população.

Tabela 4. Pertença Religiosa na América Latina - Países Latino-Americanos Majoritariamente Católicos em %

PAÍSES	CATÓLICOS	EVANGÉLICOS	OUTROS	NÃO-RELIGIOSOS
Chile	64	17	3	16
Costa Rica	62	25	4	9
Brasil	61	26	5	8
República Dominicana	57	23	2	18

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

O Chile lidera o ranking de países latino-americanos onde a população apresenta-se como majoritariamente católica. De acordo com o *Censo de Población y Vivienda* realizado pelo Instituto Nacional de Estadística (INE), os católicos declinaram de 76,7% em 1992 para 67,37 % em 2012 de uma população estimada em 16,6 milhões de chilenos. Essa diminuição se contrapõe ao aumento dos evangélicos. Em 1920, este segmento religioso representava 1,44% da população estimada em 54.800 evangélicos. Em 1940, os evangélicos somavam apenas 2,34%, de uma população estimada em 63.400. Em 1960, os evangélicos chilenos representavam 5,58% da população nacional estimada em 424.7000; e em 1970, contariam com 6%. Em 1992, a população evangélica já atingia 12%; em 2002 passariam aos 16,62% da população. Em 2012, os evangélicos já representavam

quase 18% da população. Os setores católicos atribuíram à queda do catolicismo à perda de confiança dos chilenos na instituição religiosa envolvida com os escândalos que levaram às investigações de abusos sexuais de seu clero. De maneira significativa, o censo de 2012 também registrou um aumento de três pontos percentuais e meio entre o segmento da população que se declarou não pertencer a nenhuma religião. Essas passaram dos 8,30% aos 11,58% no mesmo período investigado⁷.

Na segunda posição entre os países majoritariamente católicos figura a Costa Rica. Juntamente com a Argentina, e não por acaso, omite os dados sobre pertença religiosa em seus censos demográficos. Contaria, segundo a pesquisa do *Pew Research Center* com uma população de católicos estimada a 62% enquanto os evangélicos representariam 25% da população.

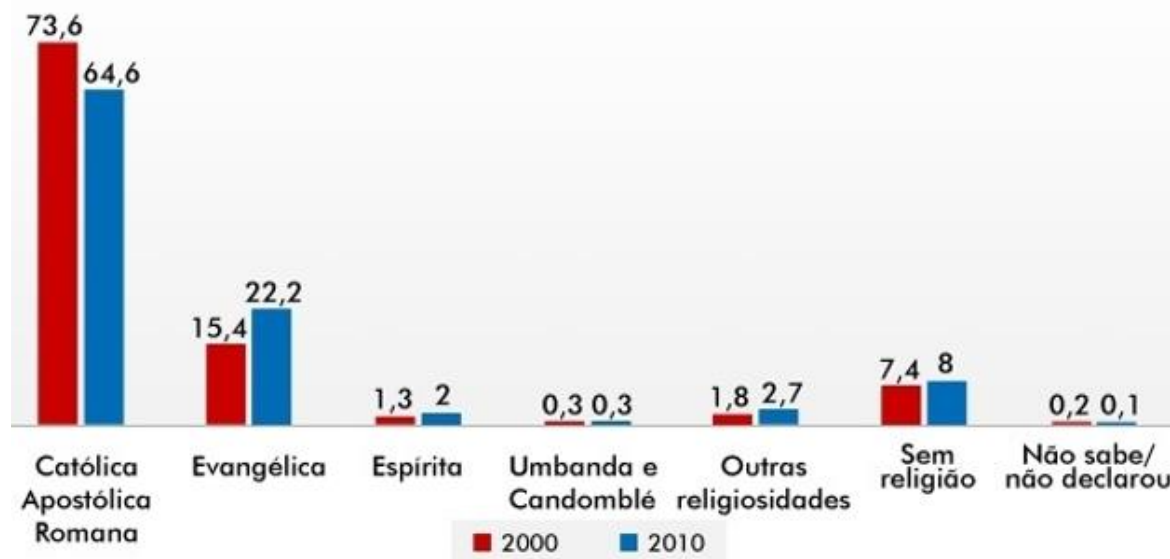
O Brasil concentra o maior número de adeptos católicos do que qualquer outro país do mundo ocidental. Possui igualmente a maior população católica da América Latina estimada em 123 milhões de fiéis segundo os dados do último censo populacional realizado em 2010 pelo *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE). Desde a Conferência Geral do Conselho Episcopal Latino-Americano realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, quando a Igreja latino-americana começou a exercer grande influência sobre o catolicismo mundial especialmente com a sua preocupação para as mudanças dentro da burocracia do Vaticano, a Igreja brasileira também se destacou por ser a mais progressista da América Latina⁸. Contudo, em dez anos, a religião católica teve uma redução da ordem de 1,7 milhão de fiéis, ou seja, uma diminuição de 12,2%. Dentre todos os dezoito países latino-americanos o Brasil foi aquele onde observa-se as maiores perdas líquidas nas declarações de pertença da população ao catolicismo. Em 1940, 95% dos brasileiros se consideravam católicos; meio século depois, em 1991, as declarações de pertença da população à religião católica chegaram aos 83%. Em 2000, entretanto, as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registravam uma queda nas filiações da população com a religião católica que chegou a 73,6%. Dez anos depois, em 2010, os dados oficiais do instituto brasileiro apontam para o contínuo declínio na identificação da população brasileira com o catolicismo, que

⁷ Poblete & Nahuelhual, 2013.

⁸ Mainwaring, 1989: 11.

agora representa 64,6% de uma população estimada em 190 milhões de brasileiros⁹.

Gráfico 1. Classificação percentual das religiões e comparação com o Censo 2000.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010

De acordo com a pesquisa do Pew Research Center, de 2014, a identificação da população brasileira com a religião católica declinou mais três pontos percentuais e meio em 2014, passando à 61% de católicos. Por contraste, em 1940, os evangélicos representavam apenas 2,6% da população segundo os dados do IBGE. Setenta anos mais tarde, em 2000, os evangélicos cresceram 19,6% passando a 25 milhões, o que representa 15% da população. Em 2010, 22% da população brasileira declarou-se evangélica, ou seja, cerca de 42.275.440 milhões de brasileiros migraram do catolicismo aos protestantismos populares especialmente as vertentes de tipo pentecostal e neopentecostal. O censo de 2010 também constatou um aumento daquela parcela populacional declarando-se sem religião. Em 1970, ela não ultrapassava um milhão de brasileiros, ou seja, 0,5% da população. Em quarenta anos, o aumento foi de 70%. Em 2000, o número de pessoas se declarando sem filiação religiosa chegou a doze milhões de brasileiros, ou seja, 7% da população. Em 2010, os não religiosos passaram a representar 8% da população brasileira, quer dizer, 15 milhões de não praticantes. Em termos

⁹ IBGE, 2010.

relativos, o Brasil deixou de compor o grupo de países predominantemente católicos para figurar no grupo de países majoritariamente católicos e ainda assim, atrás do Chile e da Costa Rica.

Apesar dos evangélicos estarem presentes na nova classe média, os protestantismos populares crescem entre a população pobre e de baixa renda influenciados pela Teologia da Prosperidade, a defesa dos valores tradicionais da família e a conquista da política partidária sobre a base do corporativismo religioso expresso no *slogan*: "irmão vota em irmão". As principais sociabilidades religiosas protestantes deste tipo como a Assembleia de Deus, a Congregação Cristão do Brasil, a Igreja do Evangelho Quadrangular, a Igreja Deus é Amor e a Igreja Maranata juntas, em 2010, somaram 25.370.484 milhões de adeptos, ou seja, 12,5% da população brasileira. Segundo a tipologia do IBGE, 66% dos adeptos dessas sociabilidades religiosas protestantes declarou pertencer a etnia parda; 21 % à branca; 11% à preta, 1% à indígena e 1% à amarela. Por contraste, os segmentos evangélicos provenientes do protestantismo de etnia (luteranos) ou do protestantismo de missão (presbiterianos, batistas, congregacionais, metodistas, etc) estabelecidos na classe média alta são constituídos por 57% de brancos e apenas 7% de negros. Em comparação com o Censo realizado em 2000, o percentual de pardos cresceu de 38,5% para 43,1% (82 milhões de pessoas) em 2010. A proporção de pretos também subiu de 6,2% para 7,6% (15 milhões) no mesmo período. Esse resultado também aponta que a população que se autodeclara branca caiu de 53,7% para 47,7%, ou seja, 91 milhões de brasileiros.

Finalmente, a República Dominicana compõe o bloco de países majoritariamente católicos. O país caribenho tem passado por um processo de transformação acelerada no interior de seu campo religioso nos últimos trinta anos. Contudo, a centralidade do fenômeno religioso nesse país do Caribe contrasta com a escassez de informação estatística provenientes dos principais órgãos governamentais no que concerne as mudanças ocorridas na pertença religiosa da população dominicana. Tanto os censos populacionais quanto as pesquisas oficiais realizadas pela *Oficina Nacional de Estadística* (ONE) deixaram de incluir a variável pertença religiosa das suas respectivas pesquisas nos últimos três censos nacionais. Isso ocorre porque a República Dominicana omite informações censitárias que

ameacem a hegemonia da Igreja¹⁰. Contudo, segundo a *Encuesta Demográfica y de Salud* (ENDESA) realizada em 2002 na República Dominicana, para uma população estimada em 8,93 milhão de habitantes: 64.3% dos dominicanos se declarou católico; 9,1% afirmou pertencer a algum segmento evangélico; 1,3% se declarou adventista; 1.2% declarou pertencer a outros segmentos religiosos; 1,3% não informou a sua religião e, finalmente, 22% dos dominicanos declarou a sua não filiação religiosa. Em termos de comparação, as trinta mil entrevistas realizadas pela pesquisa do *Pew Research* em 2014 revelou que apenas 57% da população dominicana se considera católica; expressivos 23% se reconheciam como evangélicos; 2% declarou sua filiação a outros segmentos religiosos e, finalmente, o número daqueles que se declararam sem religião revelou-se bastante elevado ficando na casa dos 18%. Em 2011, o último censo registrava uma população estimada em 9,4 milhão de dominicanos. Se compararmos as duas pesquisas observamos que o catolicismo na República Dominicana declinou sete pontos percentuais em doze anos. Os evangélicos tiveram um crescimento da ordem de 14 pontos percentuais. Agregando os três segmentos - evangélicos, não religiosos e outras religiões - o grupo não católico representaria expressivos 43% da população dominicana, o que poderia se traduzir na paulatina perda do peso político do catolicismo na vida social no país.

1.1.3 Países Latino-Americanos Religiosamente “Mistos” (GRUPO 3)

O terceiro bloco é constituído por três países da América Central: El Salvador, Guatemala e Nicarágua. Neles, os católicos representam a metade da população nacional com 50% das declarações de pertença à religião católica; enquanto cerca de quatro em cada dez adultos identificam-se como evangélicos.

¹⁰ El Webguerrillero, 2011. "La religión Católica, Apostólica, Romana, sigue siendo la de la nación dominicana y gozará de los derechos y de las prerrogativas que le corresponden en conformidad con la Ley Divina y el Derecho Canónico."

Tabela 5. Pertença Religiosa na América Latina – Países Latino-Americanos Religiosamente Mistos em %.

PAÍSES	CATÓLICOS	EVANGÉLICOS	OUTROS	NÃO-RELIGIOSOS
El Salvador	50	36	3	12
Guatemala	50	41	3	6
Nicarágua	50	40	4	7

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

Em El Salvador, os evangélicos representam 36% da população nacional; na Guatemala, a porcentagem é ainda mais elevada chegando aos 41% das declarações de pertença da população com o segmento evangélico; e, finalmente, na Nicarágua, são eloquentes 40% da população que abandonou o catolicismo migrando à religião protestante. Nestes países centro-americanos a soma da população evangélica com outros segmentos religiosos e dos não-religiosos chega a paridade com a população católica, como na Guatemala, ou supera em um ponto percentual o número de católicos declarados, como em El Salvador e na Nicarágua, tornando-os estados religiosamente “mistos”.

1.1.4 Países Latino-Americanos Minoritariamente Católicos (GRUPO 4)

Finalmente, a análise do campo religioso latino-americano permite observar a constituição de um quarto e último bloco constituído por países “minoritariamente” católicos, a saber: Honduras e Uruguai. Nestes países, a soma dos segmentos protestantes com as outras religiões e os segmentos populacionais que se declararam sem-religião supera em mais da metade a população nacional composta por católicos. Em Honduras, os evangélicos já representam 41% da população contra 46% de declarações de afiliação ao catolicismo romano. No Uruguai, impressiona a alta taxa daqueles segmentos populacionais declarando-se sem religião, 37%, a mais alta entre todos os países latino-americanos. Somado aos segmentos evangélicos estimados a 15% da população, superam o total de católicos (42% da população) com 52%. Contudo, apenas em Honduras a religião protestante concorre com o catolicismo.

Tabela 6. Pertença Religiosa na América Latina – Países Latino-Americanos Minoritariamente Católicos em %.

MINORIA CATÓLICA	CATÓLICOS (%)	PROTESTANTES (%)	OUTROS (%)	NÃO-RELIGIOSOS (%)
Honduras	46	41	2	10
Uruguai	42	15	6	37

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

A configuração do atual campo religioso latino-americano possibilitou o estabelecimento de uma tipologia evidenciando a constituição de quatro blocos demonstrando, por um lado, o grau de declínio das declarações de pertença em nível nacional à religião católica e, por outro, a ascensão da religião protestante em todos os países da América Latina elencados. São eles: (1) os países latino-americanos predominantemente católicos; (2) os países latino-americanos majoritariamente católicos; (3) os países latino-americanos religiosamente mistos e, finalmente, (4) os países latino-americanos minoritariamente católicos. Tanto o declínio do catolicismo quanto a emergência dos protestantismos, assim como o crescimento de outras minorias religiosas, além do aumento daqueles segmentos que se declaram sem-religião, apontam para o processo acelerado de mudança da identidade cultural do latino-americano que vem se produzindo em toda a América Latina durante as últimas décadas do século XX. Embora o declínio da religião católica à outras religiões signifique implicitamente a perda de poder político do catolicismo romano face ao Estado latino-americano, a configuração do campo religioso *de per se* contudo, não explica as relações entre a sociabilidade religiosa hegemônica na América Latina, as sociabilidades religiosas protestantes minoritárias e o Estado. Isto posto, a próxima sessão analisa estas relações a partir da reconstrução de uma tipologia que torne compreensiva as rupturas e continuidades entre os atores religiosos e o Estado interrogando em que medida o peso demográfico baseado na constituição de uma nova identidade cultural evangélica vem transformando a relação entre Igreja e Estado na América Latina.

1.2 Tipos de Estados latino-americanos e sua relação com a Igreja

A presente sessão analisa de maneira comparada o peso demográfico das declarações de pertença religiosa na América Latina à partir das relações de

poder entre a Igreja, as sociabilidades protestantes e o Estado latino-americano. Para tanto, partiu-se da construção dos tipos de Estado existentes na América Latina a fim de mesurar os impactos da nova identidade “evangélica” sobre a sociedade civil. Retoma-se a tese principal de que as sociabilidades religiosas protestantes não são portadoras do liberalismo político, mas de ideologias de protesto social enraizadas no messianismo que mobilizam as ações coletivas dos evangélicos, partindo da conquista do espaço público à partir de uma moral privada individualista, ascética e conversionista. A revolta social, por um lado, emerge a partir da reivindicação de uma nova identidade cultural “evangélica” minoritária (índigena, parda, negra, pobre, etc.) buscando reconhecimento da parte do Estado. Por outro lado, ao buscar este reconhecimento, os protestantismos populares o fazem a partir de sua moral religiosa visando adquirir vantagens à coletividade que transposta à esfera político-partidária reduz o protesto à uma revolta alienada. Procurou-se demonstrar nesta parte dois do primeiro capítulo que a análise dos tipos de ordenamento jurídico dos países latino-americanos embora auxilie a compreensão das relações corporativas entre Igreja e Estado e os novos atores evangélicos não explica a priori sua inserção na cena política latino-americana¹¹. Cada tipo apresentado segue com hipóteses (H) em que se formulam proposições que servirão como ponto de partida para a demonstração posterior. Elas serão aprofundadas a partir dos quatro cenários da configuração dos sistemas de partidos latino-americanos pós-transição democrática avançados por Alcántara e Freidenberg (2002).

1.2.1 Estado Confessional

H1 – Em regimes do tipo Confessional, os protestantismos se ativam na esfera pública se existirem clivagens nas relações entre Igreja e Estado.

Apesar da população da América Latina se identificar predominantemente ou majoritariamente com a religião católica, dentre todos os dezoito países latino-americanos analisados anteriormente, apenas dois possuem um ordenamento jurídico em que o Estado adota dispositivos legais assegurando o catolicismo como

¹¹ Utilizo a tipologia de Oro & Ureta (2007: 288) mas não me limito à análise da legislação dos países latino-americanos. Procurei atualizar os dados apresentados com a formulação de hipóteses próprias porém construídas a partir da literatura religiosa especializada.

a religião oficial. Os países que assumem o Estado Confessional na América Latina são: Argentina (Tipo 1) e Costa Rica (Tipo 2).

A Constituição da Argentina alterada em 1994 estabelece, no art. 2o. do Capítulo I, que o Governo nacional assegura o culto católico apostólico romano. O artigo 14 garante que todos os habitantes gozam, dentre outros direitos, o de professar livremente o seu culto religioso¹². A Constituição da Costa Rica de 1949, revisada em 2003, enfatiza, no art. 75, que "a religião católica apostólica romana é a religião do Estado, o qual contribui à sua manutenção". Ela estabelece igualmente, no mesmo artigo citado, o livre exercício de outros cultos com a ressalva de que estes não devem se opor à moral universal nem aos bons costumes¹³.

Tabela 7. Pertença Religiosa na América Latina – Países Confessionais em %.

PAÍS	CATÓLICOS (%)	EVANGÉLICOS (%)	OUTROS (%)	NÃO RELIGIOSOS (%)
Argentina	71	15	3	11
Costa Rica	62	25	4	9

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

Nos dois Estados latino-americanos que adotam o regime de tipo confessional em seu ordenamento jurídico, entretanto, o catolicismo romano tem visto seu monopólio religioso declinar. A Igreja católica argentina, a mais conservadora da América Latina, foi pouco influenciada da Teologia da Libertação e colaborou com os regimes militares desde o início até o final da violenta ditadura que vigorou no país de 1976 a 1983. Como o resultado do estabelecimento de uma ordem bipolar mundial que se impôs com o fim da Segunda Guerra Mundial e que opunha um bloco capitalista defendido pelos Estados Unidos e seus aliados, de um lado, ao bloco comunista formado pela União Soviética e seus satélites, de outro lado, os protestantismos, influenciados pela ideologia apocalíptica e messiânica se opuseram ao peronismo acreditando combater o comunismo na Argentina e

¹² República Argentina, 1994. Artículo 2º. El Gobierno federal sostiene el culto catolico, apostolico, romano. Artículo 14o. Todos los habitantes de la Nacion gozan de los siguientes derechos conforme a las leyes que reglamenten suejercicio, a saber: de trabajar y ejercer toda industria licita; de navegar y comerciar; de peticionar a las autoridades; de entrar, permanecer, transitar y salir delterritorio argentino; de publicar sus ideas por la prensa sincensura previa; de usar y disponer de su propiedad; de asociarse con fines utiles; de profesar libremente su culto; de enseñar y aprender.

¹³ República da Costa Rica, 1949. La Religión Católica, apostólica, Romana, es la del Estado, el cual contribuye a su mantenimiento, sin impedir ellibre ejercicio en la República de otros cultos que no se opongan a lamoral universal ni a las buenas costumbres.

passaram a apoiar o regime militar durante toda sua existência. Na Argentina, a Igreja e os protestantismos partilharam do mesmo conservadorismo político e não entraram em conflito com o Estado autoritário. Embora figure entre os países latino-americanos predominantemente católicos, chama a atenção o fato de que a Argentina ocupa a penúltima posição nas declarações de pertença de sua população à religião católica atrás de Paraguai (89%); México (81%); Colômbia e Equador (79%); Bolívia e Peru (76%); e Venezuela (73%), com 71% de afiliações ao catolicismo contra 15% de declarações de pertença da população aos segmentos evangélicos. Na Argentina, o *Instituto de Estadísticas e Censos* (Indec) indicou que o país possuía, em 2010, 40 milhões de habitantes, 10,6% a mais do que indicou o censo de 2001. A província de Buenos Aires, a maior do país, concentra 38,9% do total de habitantes, ou seja, 14,2 milhões de pessoas. A despeito do crescimento evangélico, a Argentina distigui-se dos demais países da América Latina pois tem sofrido um processo de recuo da influência da Igreja no espaço societal. A reforma constitucional de 1994, por exemplo, eliminou a cláusula que determinava que o chefe do Executivo pertencesse ao catolicismo, uma conquista da mobilização evangélica como veremos mais adiante. O exemplo ainda mais eloquente do fenômeno de privatização das crenças religiosas no espaço social argentino tem sido o escasso vínculo dos católicos com a sua religião. A Argentina incluiu a questão concernente à filiação religiosa nos censos populacionais realizados em 1875, 1947 e 1960. A partir da década seguinte, entretanto, sob a influência da Igreja num Estado de tipo confessional, o *Censo Nacional de Población* deixou de interrogar as preferências religiosas de seus cidadãos nos recenseamentos deixando de incluir em sua pesquisa censitária a variável filiação religiosa. Contudo, em 2008, o *Conselho Nacional de Pesquisa Científicas e Técnicas* (CEIL/CONICET), juntamente com quatro universidades nacionais: Buenos Aires, Rosário, Santiago del Estero e Cuyo, realizaram sondagens sobre as crenças e atitudes religiosas dos argentinos. A pesquisa demonstrou que a porcentagem de católicos na Argentina diminuiu 14% nos últimos 48 anos, quando as declarações de pertença ao catolicismo romano passaram de 90,48%, em 1960, para 76,5%, em 2008¹⁴. De acordo com as mesmas amostragens, somadas, as declarações de pertença aos diferentes segmentos

¹⁴ Clarín Digital, 2008. A pesquisa que ouviu 2.403 pessoas maiores de 18 anos em toda a Argentina foi conduzida pelos sociólogos Fortunato Mallimaci, Juan Cruz Esquivel e Guillermo Oliveri.

evangélicos representaria 9% da população argentina. Embora a porcentagem de declarações ao catolicismo romano continue elevada, o estudo também revelou o escasso vínculo dos católicos com a sua prática religiosa. Em outras palavras, os católicos argentinos são religiosos nominais que foram batizados quando crianças, mas deixaram de frequentar a Igreja. Assim, embora 95,3% dos entrevistados afirmaram ter sido batizados no catolicismo, 76% dos que se consideram católicos declararam frequentar raramente ou nunca frequentar a missa. Por contraste, dentre os 23,8% que o fazem frequentemente, 60,8% são evangélicos, apenas 6% são católicos. A pertença a outras religiões representaria 3% do campo religioso argentino: 1,2% são testemunhas de jeová; 0,9% se declararam mórmons e 1,2% professam outras crenças religiosas como, por exemplo, o judaísmo e o islamismo. Merece destaque, igualmente, a porcentagem elevada daqueles que se declararam religiosamente indiferentes, agnósticos, ateus ou sem religião: 11,3% da população do país, ultrapassando largamente a porcentagem daqueles entrevistados que se declararam católicos praticantes¹⁵.

Segundo o sociólogo Fortunato Mallimaci, os dados recolhidos sobre as crenças e atitudes religiosas dos argentinos revelam complexos processos de desinstitucionalização religiosa e de individualização das crenças. Embora a pesquisa tenha demonstrado que 91,1% do total dos entrevistados declararam acreditar em Deus, 61% se relacionam com ele “por conta própria”, quer dizer, sem a intervenção de instituições religiosas. A prática da oração em casa, por exemplo, é a maneira mais comum de se assumir a religião por 73,8% dos argentinos; 42,8% leram a Bíblia no último ano, especialmente os evangélicos e 70,8% consideram que seus filhos devem escolher a sua religião contra 26% que afirmaram que os filhos devam ter a mesma religião dos pais. Contudo, dentre aqueles que se relacionam com Deus por intermédio de uma sociabilidade religiosa, 44% são evangélicos¹⁶.

Como se demonstrará na parte três do presente capítulo, o contexto de crise política que se seguiu à redemocratização da Argentina após a derrota do país na guerra das Malvinas favoreceu a emergência de movimentos políticos evangélicos como a *Aliança Evangélica Argentina (ALEVA)* e o *Civismo en Acción*

¹⁵ Clarín Digital, 2008. Estimada em ambos os casos entre 300 e 500 mil pessoas, a Argentina contaria com a maior comunidade judaica da América Latina além de uma forte presença muçulmana nas províncias do norte e noroeste.

¹⁶ Clarín Digital, 2008.

(CEA). Constituídos pelos segmentos evangélicos, protestantismo de missão de tipo conservador, entretanto, estes movimentos não chegaram a se organizar em partidos políticos confessionais. Reivindicavam o retorno do país à ordem constitucional, mas se opuseram ao justicialismo. Coube aos protestantismos populares ingressar de maneira pioneira na política partidária. Estes, visando obter vantagens às suas sociabilidades religiosas se mobilizaram de maneira oportunista primeiramente no *Partido Movimiento Cristiano Independiente* (PMCI) e, posteriormente, no *Partido Movimiento Reformador* (PMR).

Como na Argentina, o catolicismo na Costa Rica goza igualmente do status de religião oficial do Estado, razão pela qual a variável pertença religiosa deixa de ser incluída nos censos demográficos realizados em nível nacional. Contudo, diferentemente da Argentina, a Costa Rica situa-se no tipo 2 de países latino-americanos majoritariamente católicos. Seu campo religioso apresenta uma maior pluralidade no século XXI, principalmente em virtude do crescimento numérico do protestantismo iniciado a partir da década de 1960 do século passado. Segundo a pesquisa de opinião realizada em 1999 pelo instituto CID-Gallup, para uma população estimada a 3,8 milhão de habitantes, a população católica representava 74%; os evangélicos somavam 16%; 3% da população nacional afirmou pertencer a outros segmentos religiosos e, finalmente, 7% declarou não estar vinculado a nenhuma religião. Os protestantismos populares, como na maior parte do Continente, constituem as vertentes evangélicas que mais crescem dentro da religião protestante. De acordo com o levantamento realizado pelo *Programa Latinoamericano de Estudios Sociorreligiosos* (PROLADES), em 2002, a Costa Rica contaria com 230 associações de igrejas englobando 2779 sociabilidades religiosas nas quais 752 são provenientes do protestantismo de missão (27%); 1769 são pentecostais (63,7%) e 258 não foram classificadas (9,3%). Na Costa Rica, a sociabilidade religiosa numericamente mais representada não pertence ao protestantismo de missão. A Igreja Anglicana contaria com doze mil afiliados sendo seguida pela *Assembleia de Deus*, a *Iglesia de Dios del Evangelio Completo*, a *Misión Cristiana La Rosa de Sarón*, a *Iglesia Santidad Pentecostal*, a *Iglesia Evangélica Cuadrangular*, a *Asociación de Iglesias Evangélicas Centroamericanas*, a *Iglesia Cristiana Pentecostal del Movimiento Misionero Mundial*, o *Concilio de Iglesia*

*Evangélica Nacional, a Asociación Cristiana Manantial de Vida, a Asociación Misiones Transmundoiales de Costa Rica e a Iglesiade Dios Pentecostal*¹⁷.

Em 2011, o censo demográfico realizado pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos* da Costa Rica (INEC) registrou uma população de 4,3 milhão de habitantes¹⁸. A pesquisa realizada pela Universidade de Costa Rica em 2012 revelou que 69% da população costarriquenha declarou sua pertença à religião católica. Deste total, entretanto, apenas 46% dos entrevistados afirmaram ser católicos praticantes; os 23% restantes se consideraram não praticantes. A pesquisa também demonstrou o crescimento dos evangélicos que representavam, em 2007, 13,7% da população. Em 2012, a soma dos diferentes segmentos evangélicos - englobados na categoria "outras religiões" do questionário - representaria 22% da população, ou seja, um crescimento de 9 pontos percentuais¹⁹. A pesquisa do Pew Research de 2014 indicou que 62% dos costarriquenhos se consideravam católicos; 25% se identificaram como evangélicos; 4% declararam pertencer a outros segmentos religiosos e, finalmente, 9% disseram não se vincular a nenhum segmento religioso. No regime de tipo Igreja-Estado, mas com o campo religioso mais pluralista como o costarriquenho, os evangélicos emergiram na cena político partidária buscando mais a conquista de privilégios da parte do Estado que a ampliação da democracia. Entre 1986 a 2006 surgiram partidos políticos evangélicos no país que se constituíram como canais de representação de suas socialidades religiosas, quais sejam: *Partido Alianza Nacional Cristiana* (PANC), *Partido Renovación Costarricense* (PRC) e *Partido Restauración Nacional* (PRN).

Do exposto acima, nota-se que as tensões latentes de um regime confessional caracterizado pela união entre Igreja e Estado na Argentina e Costa Rica não explicam o declínio do catolicismo nem a emergência de partidos confessionais evangélicos. A Argentina experimenta um processo de individualização das crenças religiosas de sua sociedade católica paralelo à constituição de uma nova identidade evangélica. Na Costa Rica, onde a influência política do catolicismo tem diminuído, embora o Estado se apoie sobre a Igreja para manter a sua hegemonia política, os evangélicos têm buscado representação

¹⁷ Costa Rica Roy, 2012.

¹⁸ INEC, 2012.

¹⁹ INEC, 2012.

partidária a fim de conquistar vantagens às suas sociabilidades religiosas, além do procurar obter o reconhecimento do Estado como atores com relevância na cena político-partidária. Em ambos os casos, os partidos políticos evangélicos apresentaram-se como novidades em sistemas de partidos marcados pela alternância entre duas agremiações partidárias.

1.2.2 Estado com Laicidade Restrita

H2 – Em regimes de separação entre Igreja e Estado mas, com dispositivos legais que privilegiam a Igreja, os protestantismos encontram maior dificuldade para se ativar na esfera político-partidária

Um segundo tipo de ordenamento jurídico nos países latino-americanos constitui-se daqueles regimes de separação entre Igreja e Estado, porém, dispositivos constitucionais asseguram privilégios legais à Igreja da parte do Estado. Seis Estados latino-americanos compõem esse bloco, quais sejam: Paraguai (Tipo 1), Peru (Tipo 1), Panamá (Tipo 1), República Dominicana (Tipo 2), Guatemala (Tipo 3) e El Salvador (Tipo 3). Neste segundo tipo de regime, a ordem constitucional garante a separação entre Igreja e Estado além de assegurar aos cidadãos direitos como a liberdade de consciência, de culto e a igualdade entre as religiões, os três pilares que sustentam o Estado laico. Paradoxalmente, dispositivos constitucionais particulares privilegiam a religião católica ferindo o princípio da isonomia das demais religiões. Nestes países latino-americanos, a laicidade é restrita por não excluir a Igreja do exercício do poder político e administrativo.

Tabela 8. Pertença Religiosa na América Latina em %.

PAÍS	CATÓLICOS (%)	EVANGÉLICOS (%)	OUTROS (%)	NÃO-RELIGIOSOS (%)
Guatemala	50	41	3	6
El Salvador	50	36	3	12
Panamá	70	19	4	7
República Dominicana	57	23	2	18
Peru	76	17	3	4
Paraguai	89	7	2	1

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

Tanto a Constituição da Guatemala (artigo 36 da Constituição reformulada em 1993) quanto a de El Salvador (artigo 25 da Constituição de 1983 reformulada em 2000) garantem a liberdade religiosa em seus textos constitucionais ao mesmo tempo em que asseguram o direito de liberdade de culto - de maneira privada ou coletiva - desde que os cidadãos respeitem a ordem pública e os demais credos. Na República Dominicana, a Concordata de Trujillo assinada com o Vaticano em 1954 estabeleceu o catolicismo a religião oficial. No entanto, a Constituição dominicana não afirma nenhuma religião de Estado e, em seu artigo 45 reconhece e protege a liberdade de culto, embora com a devida atenção à ordem pública e aos costumes. A Constituição permite inclusive que inúmeras religiões celebrem casamentos desde que estas estejam devidamente registradas. No Panamá, ao contrário, o artigo 35 da Constituição reconhece que a religião católica é a da maioria dos panamenhos, mas a profissão de todas as religiões, bem como o exercício de todos os cultos são livres. Além disso, as constituições da República Dominicana (art. 8º. da Constituição de 2002), Panamá (art. 35 da Constituição reformulada em 1994), Peru (art. 2o.) e Paraguai (art. 24) asseguram igualmente aos seus cidadãos a liberdade religiosa e de consciência. Apenas o texto constitucional do Panamá (art. 85), Peru (art. 51) e Paraguai (art. 82) reconhecem a importância da Igreja Católica na formação histórica, cultural e moral em seus respectivos países.

No que tange aos privilégios, os dispositivos constitucionais desses seis países latino-americanos evidenciam-se principalmente na forma de concessões obtidas pela Igreja católica da parte do Estado. O primeiro deles consiste no reconhecimento da personalidade jurídica da Igreja ao passo que as demais religiões devem solicitar e obtê-la, como estabelecem o art. 37 da Constituição Federal da Guatemala e o art. 26 da Constituição de El Salvador. O mesmo artigo da constituição guatemalteca ainda isenta a Igreja do pagamento de títulos de propriedade de seus bens imóveis ao Estado. Na República Dominicana, o Estado reconhece o direito canônico católico e permite que fundos públicos sejam empregados a fim de financiar algumas despesas da Igreja além de conceder a total isenção de taxas alfandegárias. No Panamá, a Constituição garante à Igreja o monopólio do ensino religioso nas redes educacionais públicas (art. 103) mas não é obrigatório quando solicitado pelos pais ou responsáveis (art. 107). O art. 45 da

Constituição panamenha estabelece que “os Ministros dos cultos religiosos, além das funções inerentes a sua missão, só poderão exercer os cargos públicos que se relacionem com a assistência social, a educação ou a investigação científica”.

Nestes países latino-americanos onde o Estado se apoia sobre a Igreja para manter a sua hegemonia política, os protestantismos encontram maior dificuldade para se ativar na esfera pública. Contudo, o peso demográfico das declarações de afiliação à religião católica apresenta-se como uma variável significativa a ser considerada. Assim, naqueles países predominantemente católicos: Paraguai (Tipo 1), Peru (Tipo 1) e Panamá (Tipo 1), apenas Paraguai e Panamá constituem exemplos onde os protestantismos não encontraram condições favoráveis para se inserir no espaço público. No Panamá, a relativa estabilidade política e uma maior pluralização do campo religioso com as adesões de pertença da população ao catolicismo representando 70%, os segmentos evangélicos contando com 19%, as outras vertentes religiosas alcançando os 4%, além daquelas parcelas da população nacional que se declaram não pertencer a nenhum grupo religioso somando 7%, os evangélicos não tem alcançado nenhuma influência política. De maneira inversa, no Paraguai, fatores como a histórica instabilidade política causada por uma sucessão de golpes de Estado, a hegemonia do Partido Colorado entre 1947 a 2008, a importante adesão da população paraguaia à religião católica - a mais alta da América Latina (89%) - além da fraca pluralização do campo religioso com os evangélicos representando apenas 7% da população nacional, as demais religiões não ultrapassando os 2% e o segmento não-religioso somando apenas 1%, torna mais difícil a participação dos evangélicos no espaço público. Isso contudo, não impediu que os evangélicos se mobilizassem em torno da candidatura presidencial do protestante Óscar Nicanor Duarte Frutos. Apresentando-se como a figura messiânica que acabaria com a pobreza e a corrupção, Duarte Frutos sagrou-se presidente do Paraguai com 37,01% dos votos válidos para o período 2003-2008, pelo *Partido Colorado*²⁰.

No Peru, entretanto, a instabilidade política mais do que o peso nacional do catolicismo contribuiu para que as minorias étnicas protestantes se mobilizassem ao redor do imaginário messiânico apoiando o movimento *Cambio 90* que elegeria

²⁰ Neohechos, 2012.

presidente o *outsider* Alberto Fujimori; os evangélicos obtiveram representação parlamentar até o auto-golpe que dissolveria o Congresso em 1992. Desde então, os evangélicos têm constituído partidos políticos confessionais como o *Partido Frente Evagénico* (FE), o *Movimiento Acción Renovadora* (AMAR), a *Unión Renovadora de Evangélicos Peruanos* (EREP) e o *Partido Presencia Cristiana* (PC) e obtido representação parlamentar como veremos na parte três deste capítulo.

Na República Dominicana, país majoritariamente católico (Tipo 2) os segmentos evangélicos tem se mobilizado a fim de diminuir a influência política da Igreja na esfera pública. Assim, a *Coordenadora Social Pastoral Evangélica Nacional* (Cosopaen) têm repetidas vezes reiterado o pedido de que a Concordata estabelecida entre o Vaticano e o Estado seja declarada inválida pela Suprema Corte de Justiça. A Cosopaen entende que o acordo alimenta a discriminação econômica, política e social em prejuízo das minorias religiosas. Em 2006, durante meses, os evangélicos dominicanos se mobilizaram organizando marchas em frente à sede da Suprema Corte de Justiça exigindo o fim da concordata vigente entre a Igreja Católica e o Estado, assinada na era do ditador Rafael Leonidas Trujillo, há mais de 50 anos. A mobilização da Cosopaen, entretanto, visa menos o aprofundamento da laicidade do que o interesse dos segmentos evangélicos em obter igualdade nos privilégios nas relações com o Estado, o que se conclui pela seguinte declaração desta instituição evangélica²¹: “É importante que o Núncio reconheça que, assim como a Igreja Católica desfruta das riquezas da nação, os evangélicos e outras religiões têm o mesmo direito a desfrutar dessas riquezas”. A fim de cumprir este objetivo, os evangélicos dominicanos se mobilizaram criando um partido político visando competir nas eleições gerais de 2016. O *Partido Dominicano Podemos* (PDP), organização evangélica encabeçada pelo pastor Ramon Sarante de Aza, apresenta os mesmos elementos milenarista e messiânico do protestantismo de missão que busca transformar o Estado através do combate à corrupção a partir da conquista da esfera partidária. Segundo Sarante de Aza²²:

²¹ Folha Gospel, 2006.

²² Cristiano Digital, 2012.

Nos proponemos competir en el próximo torneo electoral, llevando candidatos a la presidencia, al congreso y a los ayuntamientos, por tanto invitamos hombres y mujeres de todo el país, de organizaciones comunitarias, de las iglesias, de juntas de vecinos, de clubes, organizaciones campesinas, confraternidades y federaciones de pastores, sindicatos, y a todas las ONG, a que nos sumemos en este proyecto, no le sigamos más el juego al entramado sistema político donde solo se nos usa como carnada para ellos enriquecerse, este es el tiempo de producir una verdadera transformación, esto solo es posible, si nos atrevemos a vencer el miedo y nos unimos, con un solo pensamiento, una sola aptitud y un solo lenguaje.

Guatemala (Tipo 3) e El Salvador (Tipo 3) pertencem ao bloco de países latino-americanos religiosamente “mistos”, aqueles em que os segmentos evangélicos somados às outras minorias religiosas e os não-afiliados representam a metade da população católica nacional. Na Guatemala, como também na Nicarágua, o terremoto que destruiu a capital do país em 1976 pode ser considerado o marco inicial para a entrada dos evangélicos no espaço público. Na Guatemala, e Nicarágua, o imaginário apocalíptico e messiânico do protestantismo de missão se ativou com a crise humanitária que se instaurou após a destruição da capital guatemalteca mobilizando os evangélicos a ingressar no espaço público. Estes passaram a competir com a Igreja no campo do assistencialismo. Sem contar com um marco mínimo de partidos em seu sistema partidário, como ocorre em El Salvador, os evangélicos guatemaltecos transpuseram o protesto social ao político²³.

Em 1990 e 1995 o general Efraín Rios Montt disputou a presidência da Guatemala. Em 1991, o pentecostal Jorge Serrano Elías tornou-se o primeiro presidente evangélico da Guatemala eleito para o período 1991-1993. Seu vice presidente, Gustavo Espina Salguero, era igualmente pertencente a uma sociabilidade protestante de tipo pentecostal.

1.2.3 Estado Laico

H3 – Em regimes de separação entre Igreja e Estado, atores evangélicos podem competir com a Igreja no espaço público dependendo de seu peso na cena político-partidária além do reconhecimento da parte do Estado como sua nova clientela política

O Estado laico se apresenta como o modelo de ordenamento jurídico

²³ Alcántara & Friedenberg, 2002: 142.

adotado pela maioria dos países latino-americanos²⁴. Os dez países analisados que adotam o regime de separação entre Igreja e Estado por ordem cronológica são: Brasil (1988); Equador (1998); Venezuela (1999); México e Uruguai (2004); Colômbia, Chile, Honduras, Nicarágua (2005) e Bolívia (2009). Bolívia, Colômbia, Equador, México e Venezuela compõem o Tipo 1 constituído por países predominantemente católicos. Brasil e Chile pertencem ao Tipo 2 formado por estados latino-americanos majoritariamente católicos. Nicarágua é o único país da região centro-americana que reconhece a separação entre Igreja e Estado, fazendo parte do Tipo 3, a do bloco constituído por países religiosamente mistos. Finalmente, Honduras e Uruguai compõem o bloco 4, o dos países latino-americanos onde o catolicismo romano constitui minoria religiosa em nível nacional. Nesses Estados, o ordenamento jurídico assegura um regime de separação entre Igreja e Estado com as garantias da liberdade de consciência e de culto religioso. Isso não significa, entretanto, que os Estados laicos sejam secularizados, o que pressupõe um processo de completa expulsão da religião à esfera privada. Os países latino-americanos reivindicam uma identidade cristã; apenas em cinco países que adotam o regime de separação entre Igreja e Estado – México, Colômbia, Chile, Bolívia e Uruguai – não há referência à Deus no preâmbulo de suas respectivas Cartas

²⁴ A título comparativo, Oro e Ureta (2007: 289-294; 298) destacam que os três tipos de Estado encontram-se presentes na Europa. Naquele continente, quatro países mantêm o regime de união entre Igreja e Estado. Trata-se da Inglaterra, cuja religião oficial é o anglicanismo desde 1534; da Grécia, onde a Igreja Ortodoxa é a religião do Estado; da Finlândia, que reconhece duas Igrejas oficiais: a Ortodoxa e a Luterana; e da Dinamarca, que confere ao luteranismo protestante o status de religião oficial em sua constituição. Outros nove países asseguram a liberdade religiosa em seus textos constitucionais ao mesmo tempo em que garantem um tratamento privilegiado a certas religiões. É o caso da Itália, que mantém o Concordato de 1929 (revisto em 1971) com a Santa Sé; de Portugal e da Espanha, que asseguram certos privilégios nos dispositivos legais especialmente na forma de subvenções públicas à Igreja católica; da Holanda, que possui uma lei de proteção das minorias e lhes assegura uma complexa repartição de tempo nas rádios e na televisão; da Suécia, que deixou de reconhecer o luteranismo como religião oficial em 2000, mas continua cobrando o imposto da Igreja a fim de financiar atividades educativas; da Alemanha, que verte parte do imposto de renda às diferentes religiões; da Áustria, que reconhece oficialmente uma pluralidade de credos; da Bélgica, que reconhece oficialmente seis distintas religiões - católica, judaica, anglicana, protestante, ortodoxa e muçulmanos - habilitando-as a receber subvenções públicas, especialmente no campo educacional; e de Luxemburgo, que oficialmente reconhece quatro confissões: catolicismo, protestantismo, judaísmo e a ortodoxa. Finalmente, o tipo clássico de separação entre Igreja e Estado, que serviu de modelo a muitos países ocidentais inclusive na América Latina, provém da França. O regime de separação - promulgado na lei de 9 de dezembro de 1905, embora tenha sido proclamada anteriormente por ocasião da Comuna de Paris (1871) e da Revolução de 1789 - garante a liberdade de consciência e o livre exercício do culto (Cf. artigo 1o.) porém, não reconhece, não assalaria nem subvenciona nenhum deles (Cf. artigo 2o.), os três pilares que sustentam o regime de Estado laico. Sete Estados europeus definiram, em seus ordenamentos jurídicos, o regime de separação entre Igreja e Estado: Hungria, Letônia, Portugal, República Tcheca, Eslováquia e França.

Magnas²⁵. Dado o passado corporativo das duas instituições mais importantes na formação social latino-americana, a Igreja e o Estado, nota-se, primeiramente, que nestes países, a histórica aliança entre Estado e Igreja, com o poder político subordinando o poder espiritual na América Latina, ao contrario do que ocorreu na Europa, teve como consequência a não diferenciação nítida entre as esferas pública e privada. Isso implica, em segundo lugar, no reconhecimento de um modelo próprio de modernidade que não exclui a religião do espaço público. Na América Latina, e em particular no bloco de países laicos, o processo de laicidade, mais do que o secularização, de fato, significa uma maior inclusão das sociabilidades religiosas distintas do catolicismo no exercício do poder político e administrativo.

Tabela 9. Pertença Religiosa na América Latina – Estado Laico em %.

PAÍS	CATÓLICOS (%)	EVANGÉLICOS (%)	OUTROS (%)	NÃO-RELIGIOSOS (%)
Brasil	61	26	5	8
Equador	79	13	3	5
Venezuela	73	17	4	7
México	81	9	4	7
Uruguai	42	15	6	37
Colômbia	79	13	2	6
Chile	64	17	3	16
Honduras	46	41	2	10
Nicarágua	50	40	4	7
Bolívia	77	16	3	4

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

Neste bloco constituído por países latino-americanos que adotam o regime da laicidade, apenas cinco pertencem ao tipo 1, aquele em que o peso demográfico das declarações de pertença religiosa em nível nacional ao catolicismo apresentam-se como predominante, quais sejam: Colômbia, Bolívia, Equador, México e Venezuela. Nesses países, a Igreja continua sendo o ator político mais importante embora sua hegemonia venha diminuindo com os processos de pluralização do campo religioso e ampliação da democracia. Assim, diferentemente do que ocorreria nos Estados de tipo confessional, os protestantismos populares

²⁵ Oro & Ureta, 2007: 294-298.

podem entrar em relações clientelistas com o Estado corporativo dependendo se são reconhecidos como atores políticos legítimos.

Merece destaque o fato de que a Bolívia deu um enorme salto democrático em seu ordenamento jurídico ao deixar o primeiro grupo - o dos Estados confessionais - para integrar o terceiro - o dos Estados laicos - com a promulgação da nova Constituição federal de 2009, sob a presidência de Evo Morales. Anteriormente, o art. 3o. da Constituição de 1967, reformulada em 1999, estabelecia que o Estado não apenas reconhecia como assegurava a religião católica. Além disso, ela estipulava que “las relaciones con la Iglesia Católica se regirán mediante concordatos y acuerdos entre el Estado Boliviano y la Santa Sede”. Na nova Constituição, entretanto, o país se constituiu, em seu art. 1o., “um Estado Social de Direito Plurinacional Comunitário, livre, autônomo e descentralizado, independente, soberano, democrático e intercultural”. Fundamenta-se “na pluralidade e no pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico, dentro do processo integrador do país”. O artigo 4o. define a laicidade ao afirmar que “o Estado respeita e garante a liberdade de religião e crenças espirituais de acordo com as suas cosmovisões. O Estado é independente da religião”. Quanto aos deveres e garantias, o art. 14 estabelece que²⁶:

El Estado prohíbe y sanciona toda forma de discriminación fundada en razón de sexo, color, edad, orientación sexual, identidad de género, origen, cultura, nacionalidad, ciudadanía, idioma, credo religioso, ideología, filiación política o filosófica, estado civil, condición económica o social, tipo de ocupación, grado de instrucción, discapacidad, embarazo, u otras que tengan por objetivo o resultado anular o menoscabar el reconocimiento, goce o ejercicio, en condiciones de igualdad, de los derechos de toda persona.

Finalmente, quanto aos direitos civis, o art. 21 da Constituição boliviana ainda garante aos seus cidadãos: *la libertad de pensamiento, espiritualidad, religión y culto, expresados en forma individual o colectiva, tanto en público como en privado, con fines lícitos* (art 3o.), assim como: *la libertad de reunión y asociación, en forma pública y privada, con fines lícitos*.

Na Bolívia, os resultados do *Censo de Población y Vivienda* divulgados em 2012, revelaram que a população majoritária no país constitui-se de mestiços, e

²⁶ Estado Plurinacional da Bolívia, 2009.

não mais de indígenas, como demonstrou anteriormente o censo de 2001. O resultado oficial gerou polêmica uma vez que reduziu a população de áreas indígenas de onde vem o apoio político de Evo Morales, o primeiro presidente dessa etnia a ocupar o posto mais importante do país, o que determina um rearranjo de verbas que o governo direciona aos estados, chamados na Bolívia de departamentos. De uma população total estimada em 10.027.254, 4.032.000 de Colômbianos maiores de 15 anos declarou não pertencer a nenhuma das 36 nações indígenas do país, ou seja, aproximadamente 40,21% da população. Declararam-se indígenas 2.800.000 Colômbianos maiores de 15 anos, ou seja, 27,92% da população²⁷.

Se a diversidade étnica tem hipoteticamente diminuído com a redução de pertença da população boliviana aos segmentos indígenas, o mesmo não tem ocorrido em relação à pluralização do campo religioso boliviano. O pluralismo religioso tornou-se inclusive mais acentuado com as sociabilidades religiosas evangélicas crescendo 130% em doze anos no país. De 1995 a 2007, 217 novas denominações evangélicas obtiveram sua personalidade jurídica reconhecida na Bolívia, chegando a totalizar 378; enquanto que em 1995 havia 161 inscrições na lista governamental. Durante o mesmo período, apenas onze novas congregações católicas foram abertas na Bolívia, totalizando apenas 5% de crescimento do catolicismo no país. De acordo com o *Instituto Nacional de Estadística* (INE), até 2005, 56,55% dos bolivianos se consideravam católicos; 36,45% se declaravam evangélicos, número superior aos da pesquisa do Pew Research realizada em 2014²⁸.

Dentre as sociabilidades religiosas que tem conhecido uma intensa expansão no país encontra-se a brasileira neopentecostal Igreja Universal do Reino de Deus, fruto do fenômeno de transnacionalização do religioso. Embora funcionando como empresas de fé que seguem a lógica de mercado capitalista de compra e venda de bens simbólicos e fazendo apelo recorrente à teologia da prosperidade, o sucesso das sociabilidades religiosas neopentecostais parece dever-se mais à adaptabilidade de seus cultos ao cotidiano da população, à modernidade de seu marketing religioso e mesmo acessibilidade junto à população

²⁷ UOL, 1996.

²⁸ O Desviante, 2013.

de maneira a superar o tradicionalismo católico. Ainda que o censo de 2012 tenha demonstrado que a Bolívia progrediu economicamente com 95% da população encontrando-se alfabetizada; 78% possuindo energia elétrica em seus domicílios; 66% tendo acesso a água potável e 70% dos bolivianos contem com esgoto encanado, as declarações de pertença da população boliviana aos segmentos pentecostal e neopentecostal do protestantismo continuam crescendo no país²⁹.

Esse crescimento se refletiu na emergência de dois partidos políticos evangélicos *Organizacion Renovadora Autentica* (ORA) e *Alianza Renovadora Boliviana* (ARBOL). O ORA, organizado em 1989, foi uma tentativa de reproduzir sua congênere venezuelana. Fundado em 1992, o partido ARBOL disputou as eleições gerais realizadas no ano seguinte na Bolívia. Obteve dois por cento dos votos válidos, provindos principalmente de Oruro, o que garantiu o envio de um deputado ao Congresso. Como em outros países da América Latina, a emergência de um partido político evangélico na Bolívia foi a única presença renovadora no âmbito político do país. Além da tentativa de representação partidária, a presença evangelica na Bolívia também tem se mostrado importante na liderança das organizações de base como: juntas de vizinhos, sindicatos, gremios, organizações de mulheres. Um estudo de caso realizado em El Alto demonstrou que a presença evangelica nas organizações de base foi proporcionalmente maior que a expansão numerica do protestantismo entre a população que apenas alcançou 10,16% segundo o censo de 1992³⁰.

A Colômbia é terceiro país de maior densidade demográfica da América Latina depois do Brasil e do México. Seu peso populacional se traduz em uma grande diversidade de grupos étnicos. De acordo com o censo geral da população realizado pelo *Departamento Administrativo Nacional de Estadística* (DANE) em 2005, 49% da população Colômbiana constituí-se de mestiços; 37% de brancos, totalizando uma maioria étnica de 86%; 10,6% são afro-Colômbianos e 3,4% são indígenas, totalizando 43.593.035 habitantes, dos quais 64,5% é do sexo masculino (13.689.384) e 35,5% do sexo feminino (35,5%). Para se ter uma idéia da diversidade da população recenseada na Colômbia, os 1.378.884 indígenas no país correspondem a mais de 80 etnias dentre as quais os Wayúu, Nasa, Zenú e Emberá,

²⁹ UOL, 1996.

³⁰ Córdova, 2003: 193-194.

populam todos os trinta e três departamentos (estados) da Colômbia³¹. As maiores populações nativas em porcentagem, entretanto, encontram-se nos departamentos de Vaupés (66%), Guainía (65%), Guajira (45%), Vichada (44%), Amazonas (43%), Cauca (22%) e Putumayo (18%). Essas minorias étnicas, marginalizadas do espaço social e não alcançadas pelo assistencialismo da Igreja ou da ação reguladora do Estado convertem-se à religião protestante ganhando uma nova identidade cultural, plural, porém religiosa.

Ao ingressar em distintas sociabilidades religiosas protestantes, o evangélico acessa uma nova ordem social corporativa que substituiu o Estado ou a ação assistencialista da Igreja embora pouco democrática por estar sob o controle de um estilo de gestão do sagrado de tipo carismático-burocrática personificada pela dominação de um pastor-patrão-empresário da fé. Em espaços onde a laicidade se estabelece, o Estado deixa de negociar exclusivamente com a Igreja dada a crescente oferta religiosa que faz com que as sociabilidades protestantes se tornem novos canais de representação política. Isso pode ser percebido no caso Colômbiano. Embora constituída por uma minoria branca que representa 37% da população, a Colômbia historicamente obteve êxito em manter a hegemonia da religião católica tornando-se um país mais hermético ao fenômeno sectário. Assim como no Equador e no Peru, o protestantismo foi se inserindo no campo religioso tardiamente, onde tiveram um crescimento lento até os anos 1960. Na Colômbia, contudo, a diversidade religiosa se acelerou com a reforma da Constituição de 1991, que estabeleceu a liberdade religiosa e a igualdade de cultos a todas as religiões. Amparada nos artigos 18 e 19, o texto constitucional passou a garantir a qualquer pessoa o direito de fundar um culto e legalizá-lo perante o Ministério do Interior mediante a apresentação de estatutos e regulamentos. Desde então, o que se viu na Colômbia foi um verdadeira explosão de novas sociabilidades religiosas evangélicas cujas distintas interpretações da Bíblia e outras formas de rituais passaram a concorrer com o catolicismo romano. Em 2007, o total de confissões religiosas na Colômbia ultrapassaria a marca de três mil; o número de pastores evangélicos atuando no país no mesmo ano superaria a marca dos sete mil, segundo levantamentos da *Asociación Nacional de Ministros del Evangelio*. Somente em

³¹ DANE, 2005.

Bogotá, haviam 700 pastores em 2007, enquanto que duas décadas atrás o total de ministros era estimado a uma centena. De acordo com a Alcaldía de Bogotá, o número de igrejas católicas na cidade já foi superada pelos templos de outros credos religiosos: as primeiras chegam a 450, enquanto que os segundos chegam a 700. Para se ter uma idéia do que isso significa, segundo um estudo da Universidad Nacional, somente no bairro de Teusaquillo se reúnem, em 14 quilômetros quadrados, trinta e seis diferentes confissões religiosas cuja oferta de bens simbólicos vai desde as confissões evangélicas, passando pelo gnosticismo, até chegar a outras vertentes espirituais como o Poder Astral e EL Templo Llanero³².

Como parte de um processo de pluralização da democracia que vem ocorrendo na América Latina em fins do século XX, a Colômbia viu emergir em sua cena político-partidária atores evangélicos que se organizaram em partidos políticos confessionais distintos daqueles que tradicionalmente governaram o país polarizando-o entre liberais e conservadores, como a *Alianza Nacional Cristiana* (1980), o *Partido Nacional Cristiano* (1989), o partido *Movimiento Unión Cristiano* (1990), o *Movimiento Cívico Cristiano* (C4) e o Partido Cristiano de Transformación y Orden (PACTO), que disputou as eleições até 2010. Contudo, como veremos na sessão seguinte, os partidos políticos evangélicos latino-americanos se apresentam como movimentos sociais que recuperam e transmitem as reivindicações dos grupos que representam e, assim, de maneira paradoxal, embora contribuam à pluralização do sistema partidário e à uma maior representação política aos segmentos minoritários da sociedade, sua organização de base confessional e os processos decisórios seriam expressão do autoritarismo presente no modelo corporativista de gestão do sagrado³³.

Em países predominantemente católicos, onde as declarações de pertença ao catolicismo romano variam entre 70% a 89%, os protestantismos buscam estabelecer relações clientelistas com o Estado corporativo de maneira concorrencial com Igreja. Compõem esse grupo: México (Tipo 1) com 81% de declarações de pertença da população à religião católica; Equador (Tipo1), com 79%; Bolívia (Tipo 1), com 77%. O caso mexicano, contudo, constitui-se uma exceção. No México os protestantismos tiveram um papel político de destaque

³² El Tiempo, 2007.

³³ Restrepo, 1988: 57.

associando-se com os liberais contra os conservadores, entre 1914 a 1930, período marcado por tensões agudas entre a Igreja Católica e o Estado³⁴. Com o estabelecimento do regime de separação entre Igreja e Estado e as reformas laicizantes, além da hegemonia de um partido unico liberal, os protestantismos deixaram de ter papel político significativo na esfera publica. A constituição do México garante a educação laica nas redes educacionais públicas (art. 3o.) e proíbe (art. 130d), assim como a de Honduras (Tipo 4; art. 77), o exercício de cargos públicos eletivos por parte dos ministros religiosos, o que dificulta a emergência de atores políticos na esfera partidária.

Brasil (Tipo 2) e Chile (Tipo2) compõem o bloco de Estados laicos onde a população nacional deixou de ser predominantemente católica para apresentar-se como majoritariamente católica. Em ambos os países, o declínio do catolicismo e as clivagens entre Igreja e Estado durante os regimes autoritários favoreceu o estabelecimento de novas relações clientelísticas entre os governos militares e as sociabilidades protestantes. Nestes países do Cone Sul onde o ordenamento jurídico garante a laicidade por um lado mas predominam as relações conflitivas entre Igreja e Estado no campo societal por outro, os protestantismos encontram condições mais favoráveis para competir com a Igreja no reconhecimento pelo Estado de uma nova clientela política.

Tanto no Brasil como no Chile, o contexto de clivagem entre Igreja e Estado favoreceu a constituição de novas relações clientelistas entre os protestantismos de missão e os regimes militares durante as décadas de 1960 a 1985, no caso do Brasil e entre 1973 a 1990, no caso do Chile³⁵. Em ambos os países, os regimes militares passaram a cooptar as sociabilidades religiosas protestantes de missão, especialmente presbiterianos, batistas e metodistas, no caso do Brasil, em troca de apoio político quando perderam o suporte do catolicismo progressista que passava sistematicamente a denunciar os autoritarismos e torturas dos regimes ditatoriais à opinião pública internacional, contrariamente ao que se produziu na Argentina em que as igrejas apoiaram os regimes autoritários. No Chile, desde 1989 os protestantes conservadores, decepcionados com as promessas do

³⁴ Bastian, 1986: 194.

³⁵ Os protestantismos de missão como os setores conservadores da Igreja se articularam em torno dos regimes ditatoriais apoiando as ditaduras que se produziram no Brasil (1964-1985), no Uruguai (1973-1985), na Argentina (1976-1983) e no Chile (1973-1990).

general Pinochet em realizar a reforma religiosa, iniciaram diálogos com diversos círculos partidários e parlamentares no país. Até a segunda metade da década de 1990, contudo, o *Comité de Organizaciones Evangélicas* (COE) rechaçou a possibilidade de constituição de um partido confessional que representasse os evangélicos. Coube aos pentecostais, em 1995, como ocorreu na Argentina, transformar a mobilização social que animavam no partido político *Alianza Nacional Cristiana* (ANC). Marcado pela precariedade de sua organização e pela falta de visão à longo prazo, o partido evangélico tinha como objetivo principal pressionar o governo a sancionar a lei de igualdade religiosa. Depois de chegar a um “acordo eleitoral e programático” com o *Partido Renovación Nacional* (PRN), a ANC concorreu nas eleições municipais de 1996 e parlamentares de 1997. Dos doze candidatos que apresentou às municipais, a ANC conseguiu eleger quatro *consejales*. Nas eleições parlamentares, sem obter apoio de nenhum partido, a ANC conseguiu eleger um candidato independente pelo distrito da região metropolitana com 2,97% dos votos válidos. Em 1999, de maneira independente, a *Alianza Nacional Cristiana* apoiou o pastor pentecostal Salvador Pino à presidência. Contudo, a divisão entre os evangélicos inviabilizou a candidatura levando a ANC a transferir seu apoio eleitoral à Joaquín Lavín, candidato da *Union Demócrata Independiente* (UDI)³⁶. Mesmo derrotados nas presidenciais em 1999, os evangélicos chilenos obtiveram uma expressiva vitória com a promulgação da Lei dos Cultos que passava a garantir a todas as confissões religiosas os mesmos direitos da Igreja católica perante o Estado. Cumprido este objetivo e graças ao alto grau de fragmentação existente entre as sociabilidades religiosas protestantes chilenas, a mobilização evangélica na política partidária começou a estagnar na década seguinte. A ANC acabaria aliando-se à *Renovación Nacional* (RN).

No Brasil, ao contrário, o crescimento exponencial que certas sociabilidades protestantes populares experimentaram nos anos 1980, como consequência do processo de migração dos segmentos populacionais católicos à religião protestante, dispensava a necessidade de estabelecer-se “coalizões” entre os diferentes segmentos evangélicos visando a disputa eleitoral. A representação política dos evangélicos brasileiros vem sendo estabelecida sobre a base do

³⁶ Fediakova, s/d.

corporativismo religioso visando não apenas o reconhecimento do Estado como atores políticos legítimos na cena político-partidária como também a conquista de privilégios ou vantagens materiais para as suas sociabilidades religiosas ao mesmo tempo em que procuram impor sua moral conservadora ao conjunto da população. A irrupção de um lobby evangélico no legislativo federal no Brasil em 1986 - a “bancada evangélica” - constitui um eloquente exemplo de como os novos atores evangélicos vem se impondo na cena legislativa no país a partir de um imaginário messiânico e milenarista que percebe a sociedade como um espaço dominado pelo mal e pela corrupção. Sua transformação ocorre a partir da conquista da esfera política a partir da moral religiosa imposta ao conjunto da população, o que no caso dos legisladores evangélicos implica no processo de “penteconstitucionalização” da ordem jurídica, ou seja, interpretam a legislação sob a ótica do fundamentalismo expresso pelas sociabilidades religiosas evangelicas que constituem sua base política. Deve-se destacar que o apoio dos segmentos evangélicos no Brasil seguia essa ideologia messiânica que respaldou primeiramente o general Ernesto Geisel, filho de imigrantes luteranos alemães, na luta contra o estabelecimento do comunismo no Brasil. O messianismo político novamente emergiria na cena política brasileira durante a conjuntura de crise que marcou o retorno do país à via democrática com os protestantismos apoiando a candidatura de Fernando Collor de Mello contra a de Luís Inácio Lula da Silva, apoiada pela *Confederação Nacional dos Bispos do Brasil* (CNBB), organismo religioso que funciona como partido político, percebidos por estes segmentos como a encarnação do mal por tentar estabelecer um regime “comunista”.

No Brasil, em 1986, tendo como pano de fundo as eleições constituintes à Assembleia Nacional, que passaria a funcionar simultaneamente com a 48ª Legislatura (1987-1990) à Câmara dos Deputados, vários segmentos da sociedade civil brasileira se mobilizaram na defesa de seus interesses, incluindo as diferentes sociabilidades religiosas protestantes. Os evangélicos, principalmente das vertentes pentecostal e neopentecostal, em busca de representação política em prol de seus interesses elegeram, sobre a base do corporativismo religioso, mais de trinta e seis deputados federais³⁷. Reivindicando abertamente sua pertença religiosa, esses

³⁷ Freston, 2005.

políticos de Deus, em sua maioria pastores/empresários do setor midiático se constituíram, em seguida, em um grupo de pressão suprapartidário e interdenominacional - a "*Bancada Evangélica*" - cuja representação e influência conservadora aumentariam a cada nova legislatura ainda que estejam constantemente envolvidos em denúncias de corrupção. Dentro de um sistema político caracterizado pelo pluripartidarismo em que convivem mais de trinta agremiações partidárias registradas mas numa cultura política que valoriza o candidato em detrimento dos partidos, por um lado, e da própria natureza sectária do protestantismo que dificulta as alianças religiosas em torno de candidatos de diferentes pertenças religiosas, por outro lado, os evangélicos não viram a necessidade de criar partidos confessionais próprios. No caso dos segmentos pentecostal e neopentecostal, concentraram-se nos pequenos partidos políticos como o *Partido da Reconstrução Nacional* (PRN), o *Partido Progressista Brasileiro* (PPB) e o *Partido Socialista Cristão* (PSC) que se beneficiaram conquistando representação parlamentar. Os evangélicos tornaram-se uma força política cobiçada uma vez que os candidatos evangélicos já possuem sólidas bases eleitorais, suas próprias sociabilidades religiosas, capazes de os eleger sem o recurso da competição eleitoral.

Na Nicarágua, país latino-americano religiosamente "misto", quer dizer, onde a porcentagem de declarações de pertença religiosa em nível nacional aos segmentos evangélicos bem como à outras vertentes religiosas assim como os não-religiosos constitui paridade com os segmentos declarando-se católicos, o abalo sísmico que destruiu Managua em 1972, motivou a emergência dos protestantismos na esfera pública. Como na Guatemala, motivados pelo imaginário apocalíptico, os evangélicos nicaraguenses passaram a concorrer com a Igreja no campo do assistencialismo na forma de ajuda humanitária e obtendo inclusive reconhecimento da parte do Estado autoritário. Contudo, diferentemente ao que ocorreu na Guatemala, como veremos a seguir, os evangélicos aproveitaram o contexto de crise para estender o protesto social ao campo político de maneira a opor-se à ditadura estabelecida e permitindo o surgimento de um protestantismo revolucionário que apoiou o movimento sandinista de libertação nacional ao qual a Igreja conservadora se opôs.

Em Honduras (Tipo 4) e Uruguai (Tipo 4), países latino-americanos onde o catolicismo constitui a minoria em comparação à soma dos segmentos evangélicos, outras religiões e sem filiações religiosas, a falta de um sistema de partidos estruturado fazia com que o Estado dependesse da Igreja a fim de manter sua hegemonia política. Neste país, os protestantismos não obtiveram papel político relevante. No Uruguai, ao contrário, que possui um sistema partidário sólido o aprofundamento da laicidade transparece na ausência de clivagens entre a Igreja e Estado. No Uruguai, contudo, não são as sociabilidades protestantes que apresentam um crescimento exponencial com 15% da população nacional se declarando evangélica mas o seguimento dos que afirmam não pertencer a nenhuma religião estimada a 37% da população, o que torna o país o “menos” religioso de toda a América Latina. O crescimento numérico de não-religiosos (37%), o mais alto da América Latina, tem sido consequência de uma longa história de separação entre Igreja e Estado que se iniciou com a nacionalização dos cemitérios em todo o país pelo governo em 1861, seguidas pela proibição do ensino religioso nas escolas públicas e instituição do casamento civil³⁸. Vinte e oito por cento dos uruguaios afirmaram que a religião é muito importante nas suas vidas, ao contrário dos entrevistados em outros países latino-americanos cuja afirmativa nunca foi inferior aos 40%. No Uruguai, a Constituição, em seu artigo 5 não apenas estabelece a inexistência de religião de Estado, como assegura igualmente a liberdade de culto, além de isentar de impostos os templos das diversas religiões³⁹:

Todos os cultos religiosos são livres no Uruguai. O Estado não sustenta religião alguma. Reconhece à Igreja Católica o domínio de todos os templos que seja total ou parcialmente construídos com fundos do Erário Nacional, se excetuando só as capelas destinadas ao serviço de asilos, hospitais, cárceres ou outros estabelecimentos públicos. Declara, assim mesmo, isentos de toda classe de impostos aos templos consagrados ao culto das diversas religiões.

O Uruguai é igualmente o único país latino-americano no qual a maioria dos entrevistados (57%) afirmou que “líderes religiosos não deveriam ter nenhuma influência em assuntos políticos”⁴⁰.

³⁸ Da Costa, 2014.

³⁹ Oro & Ureta, 2007: 298.

⁴⁰ Pew Research Center, 2014:16.

Ainda que os dados censitários recolhidos nos diversos países da América Latina convirjam para o importante processo de transformação que vem se produzindo no interior do campo religioso latino-americano, de per se, entretanto, eles não explicam a mudança mais profunda que vem se produzindo no próprio ordenamento jurídico dos países da região. Embora a Igreja católica prossiga exercendo seu protagonismo na sociedade latino-americana, o declínio nas declarações nominais de filiação à religião católica por um lado, e por outro lado, o aumento numérico de pertença ao protestantismo tem se traduzido na diminuição da influência política do catolicismo em toda a região, o que procuro demonstrar na próxima sessão dedicada às relações Igreja-Estado na América-Latina.

Quadro 1. Tipos de Estado Latino-Americanos segundo O Ordenamento Juridico.

ESTADO CONFESSIONAL	ESTADO LAICO COM DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS QUE ASSEGURAM PRIVILÉGIOS À IGREJA	ESTADO LAICO
Argentina (1994)	Guatemala (1993)	Brasil (1988)
Costa Rica (1949)	El Salvador (1983)	Equador (1998)
	Panamá (1994)	Venezuela (1999)
	Republica Dominicana (2002)	México (2004)
	Peru (1993)	Uruguai (2004)
	Paraguai (1992)	Colômbia (2005)
		Chile (2005)
		Honduras (2005)
		Nicarágua (2005)
		Bolívia (2009)

Fonte: Pew Reseach Center, 2014.

1.3 A nova elite política “evangélica” na América Latina e os partidos políticos confessionais

1.3.1 A ascensão de novos atores políticos evangélicos na cena partidária latino-americana

O protestantismo como categoria plural que abrange diferentes sociabilidades religiosas que se constituíram em ruptura à religião católica no

movimento da Reforma Protestante do século XVI se estabeleceu definitivamente no interior do campo religioso latino-americano a partir da segunda metade do século XIX em virtude da chamada “Era missionária”. Num contexto político marcado pelo Estado de tipo confessional, opondo liberais e conservadores, as sociedades missionárias protestantes, particularmente as norte-americanas, se apresentaram como atores sociais anti-católicos cuja característica predominante consistiu na produção de ideologias religiosas de protesto social. Tinham em seu escopo um sentido civilizador baseado no binômio evangelizar e educar pautado na ideologia do “Destino Manifesto” e com fortes traços culturais do *American Way of Life*⁴¹. Apesar da clara intenção de ganhar espaço no interior do campo religioso e de influenciar a sociedade latino-americana, o protestantismo de “missão” não era portador do liberalismo político. Sua ética coletiva se baseava numa moral individual ascética em ruptura com a identidade cultural gestada pelo catolicismo romano que possui uma cosmovisão unificada do religioso na sociedade. Por essa razão, o protestantismo de missão se expressava menos em termos de princípios teológicos incorporados pelo movimento da Reforma Protestante do século XVI do que pelo anticatolicismo assumido pelas sociedades missionárias na segunda metade do século XIX. Ser protestante na América Latina era não ser católico. Em virtude da oposição cultural ao catolicismo, sua estratégia consistia no proselitismo por meio de uma pregação individualista e conversionista. Sua ideologia religiosa era milenarista ou apocalíptica, derivada do messianismo que transplantada ao campo político ecoaria naqueles movimentos messiânicos que apelaram grandemente ao imaginário latino-americano⁴².

O Messianismo diz respeito à crença em um salvador - o próprio Deus ou seu emissário - e à expectativa de sua chegada que colocará fim à ordem presente, percebida como iníqua ou opressiva, um espaço dominado pelo mal, e instaurará uma nova era de virtude e justiça. A crença messiânica na América Latina encontraria ressonância primeiramente naqueles segmentos rurais formados pelos homens “livres e pobres” dentro da ordem escravocrata. Ela favoreceria a emergência de um protestantismo endógeno de tipo conservador e fundamentalista

⁴¹ Mendonça, 1984: 95.

⁴² Mendonça, 1984: 95. Defendo a tese contrária de Mendonça que se limitou à análise do protestantismo brasileiro.

que acrescentaria um traço definitivo ao perfil do protestantismo de missão que estagnaria com a implantação de uma ordem democrática na América Latina e a consequente diminuição do poder do catolicismo romano na esfera política. Nessa acepção, o messianismo seria uma revolta alienada levando os adeptos dos protestantismos populares a isolar-se da realidade e a ensimesmar-se⁴³. O Movimento messiânico, quanto a ele, refere-se à ação coletiva que mobilizou as sociedades missionárias protestantes a fim de concretizarem a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder percebido por esses segmentos religiosos como possuidor de virtudes carismáticas⁴⁴. Se as sociedades missionárias protestantes se uniram ao projeto liberal que reivindicava a liberdade de culto, a tolerância religiosa e a laicidade no contexto de tensão entre Igreja e Estado, o fizeram mais por razões práticas, a partir dessa ideologia milenarista em busca da conquista de um campo societal dominado pelo catolicismo romano do que pela sua condição de minoria religiosa que não pretendia um simples ajustamento ao status quo.

No final da década de 1960, surgia na América Latina um catolicismo de tipo progressista e compromissado com o movimento da Teologia da Libertação que assumiu, a partir da Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano realizada em Medellín, em 1968, o programa de *aggiornamento* da Igreja promovido pelo Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, em 1962. Esta corrente do catolicismo entrava em conflito não apenas com os setores conservadores da Igreja mas com os Estados autoritários em alguns países latino-americanos. Durante este período, os protestantismos populares foram se ativando na sociedade latino-americana a partir da incorporação de elementos emocionais importados dos movimentos de avivamentos surgidos nos Estados Unidos em princípios do século XX e afins com a cultura latino-americana e passaram a estabelecer suas sociabilidades religiosas como modelo concorrencial às Comunidades Eclesiais de Base (CEB) surgidas nos anos 1970. As sociabilidades protestantes se constituíram como sociedades inclusivas às massas marginalizadas tanto do assistencialismo da Igreja quanto da ação reguladora do Estado. Enquanto o catolicismo progressista fazia sua opção preferencial pelos pobres, os pobres, quanto a eles, faziam sua opção preferencial pelos protestantismos populares de tipo pentecostal e

⁴³ Vinhas de Queiroz, 1977: 253.

⁴⁴ Pereira de Queiroz, 1965.

neopentecostal. O corporativismo religioso produzido pelas empresas de fé constituídas como um espaço de refúgio para as massas, de oferta de bens simbólicos e de empoderamento pessoal a partir da prosperidade coletiva teve duas consequências importantes na América Latina: passou a substituir tanto o Estado corporativo quanto a organização comunitária e a ação assistencialista da Igreja católica.

A partir da década de 1980, período marcado pela terceira onda de democratização da América latina (1978-1980) os protestantismos populares, sem maiores compromissos com a democracia, passaram a investir na política partidária sobre a base do corporativismo religioso em busca de vantagens às suas sociabilidades religiosas além do reconhecimento da parte do Estado como atores políticos legítimos. Em toda a América Latina emerge o político evangélico representando a figura messiânica do político honesto e dotado de um carisma pessoal capaz de salvar o mundo social de qualquer ordem provinda da esquerda idealizada pela sua base de apoio político, as sociabilidades religiosas protestantes. Os movimentos sociais em que se mobilizaram visavam a conquista do espaço societal. Em muitos países latino-americanos, a mobilização religiosa resultou na emergência de partidos políticos confessionais “evangélicos”. Tendo, de uma parte, o sistema partidário latino-americano pós-transição democrática praticamente a mesma configuração anterior à quebra da democracia pelos regimes autoritários das décadas de 1970 a 1980, no caso dos países do Cone Sul (Argentina, Chile e Uruguai) e Peru, antes do processo autoritário iniciado no país Andino na década de 1990, e de partidos políticos novos convivendo com os velhos (Bolívia, Brasil e Equador) e, de outra parte, sistemas partidários onde os partidos políticos se apresentam como organizações vazias do ponto de vista político-social (Paraguai, Honduras, Nicarágua e Panamá) e onde mal havia um marco mínimo de partidos (Colômbia, Costa Rica, Venezuela e México), como demonstraram Alcántara e Friedenberg (2002), os partidos políticos evangélicos surgiam como novos movimentos sociais dentro de sistemas partidários já consolidados, se estabelecendo, sem relevância sóciopolítica ou passando por um processo de refundação. Como destacaram Alcántara e Friedenberg, nem todos os países latino-americanos, entretanto, entram nesta tipologia. Costa Rica, Colômbia e Venezuela

tiveram processos transacionais anteriores à terceira onda de democratização da América Latina e o México (assim como Cuba) possuía, até recentemente, um regime de partido único⁴⁵.

Quadro 2. Sistema de Partidos na América Latina.

SISTEMA DE PARTIDOS NO INICIO DA TRANSIÇÃO. PARTIDOS COM MAIOR APOIO NA ELEIÇÃO FUNDACIONAL LEGISLATIVA.			SISTEMA DE PARTIDOS NA ATUALIDADE. PARTIDOS COM MAIOR APOIO NA ULTIMA ELEIÇÃO LEGISLATIVA	
PAIS	ANO	PARTIDOS	ANO	PARTIDOS
GRUPO I				
Argentina	1983	UCR – PJ	1999	UCR – FREPASO – PJ
Chile	1989	Concertacion – Union por el Progreso de Chile	1997	Concertacion – Union por el Progreso de Chile
Uruguai	1984	PC – PN – Frente Amplio	1994	PC – PN – Frente Amplio
Peru	1980	APRA – AP	2000	Peru 2000 – Peru Posible
GRUPO II				
Bolívia	1985	MNR – ADN	1997	MNR – ADN – MIR – CONDEPA – UCS
Brasil	1986	PFL – PMDB – ARENA/PDS/PPR	1998	PFL – PSDB – PMDB – PT
Equador	1978	CFP – ID – PCE	1998	DP – PSC – PRE – ID – MUPP – NP
GRUPO III				
Paraguai	1993	ANR – PD – PLRA	1998	ANR – PC – PLRA
Honduras	1981	PLH – PNH	1997	PLH – PNH
Nicarágua	1984	PSLN	1996	FSLN – ALIANZA LIBERAL
Panamá	1994	PRD – ARNULFISTA	1999	PRD – ARNULFISTA
GRUPO IV				
El Salvador	1982	ARENA – PDC – PCN	1997	ARENA – FMLN
Republica Dominicana	1978	PR/PRSC – MMP	1998	PRD – PLD
Guatemala	1985	DCG – UCN – MLN	1999	FRG – PAN
Colômbia	1982	PC – PL	1998	PC – PL
Costa Rica	1982	PLN – UNIDAD	1998	PLN – PUSC
Venezuela	1973	AD – COPEI	2000	AD – COPEI – MVR – MAS
Mexico	1985	PRI	2000	PRI – PAN – PRD
Cuba				

Fonte: Alcántara, 1999: 142.

⁴⁵ Alcántara & Friedenberg, 2002.

Analisando as três variáveis em conjunto, quais sejam: (1) o peso demográfico da religião protestante nos países latino-americanos; (2) os tipos de ordenamento jurídico dos Estados da América Latina; e, finalmente, (3) os tipos de sistemas de partidos da Região, pode-se postular:

I – Na Argentina, onde a predominância do catolicismo entre a população é nominal (T1) mas o Estado se apoia sobre a Igreja para manter a sua hegemonia política e onde a competição eleitoral vem sendo protagonizada por dois partidos desde o processo de transição democrática (1983-2001) até 2015, os partidos políticos evangélicos obtiveram pouco êxito na cena partidária. Na Costa Rica, onde o Estado também é confessional mas o catolicismo romano é majoritário entre a população (T2) com o Estado reconhecendo o pluralismo religioso além de apresentar um sistema multipartidário, os partidos políticos evangélicos puderam emergir na cena partidária constituindo-se como novidade no sistema de partidos.

Embora a Argentina componha com o grupo de países onde o sistema partidário pós-transição democrática seja sólido e multipartidário porém praticamente respeita o mesmo esquema anterior à quebra da democracia que opunha radicais e justicialistas (G1), o contexto de "bipartidarismo" político, mais do que o peso demográfico do catolicismo, que se apresenta predominante entre a população apenas de forma nominal (T1) além do apoio da Igreja ao Estado durante e depois dos regimes autoritários não favoreceu o êxito dos partidos confessionais evangélicos como atores corporativos na política partidária argentina⁴⁶. Por contraste, na Costa Rica, onde o processo transicional ocorreu anteriormente à terceira onda de democratização da América Latina e onde o campo religioso apresenta-se como religiosamente mais pluralista, com o catolicismo sendo majoritário entre os costarriquenhos (T2), o sistema multipartidário que foi se estabelecendo entre 1982 a 2002 favoreceu a emergência de três partidos políticos evangélicos na cena partidária costarriquenha: o *Partido Alianza Nacional Cristiana* (PANC), *Partido Renovación Costarricense* (PRC), *Partido Restauración Nacional* (PRN). Em 1998, por exemplo, Sherman Thomas chegou a disputar a presidência representando os evangélicos costarriquenhos. Neste contexto, o Estado passava a negociar com outros atores políticos religiosos distintos da Igreja.

II – Países latino-americanos apresentando um sistema de partidos traduzindo a lógica governo-oposição – Honduras (T4) e Paraguai (T1) – não favorecem a emergência de partidos políticos evangélicos na cena partidária.

⁴⁶ Alcántara & Friedenberg, 2002: 140-141.

Como demonstrado anteriormente, o Paraguai é o país mais católico da América Latina com 89% de sua população declarando sua pertença religiosa ao catolicismo romano contra 7% de evangélicos. Honduras, ao contrário, é um país minoritariamente católico com 46% de sua população declarando sua pertença religiosa ao catolicismo contra 41% de evangélicos. Embora o peso demográfico seja condição necessária para a emergência dos evangélicos na política partidária ele apenas não é suficiente para a ocorrência do fenômeno, como o caso de Honduras deixa transparecer. Neste país da América Central duas variáveis aparecem como elementos explicativos para a não mobilização dos evangélicos na esfera partidária: a observância do princípio de isonomia pelo Estado que evita conflitos no interior do campo religioso hondurenho além do país apresentar um sistema partidário mais fechado que impede a competição eleitoral.

III – Países latino-americanos predominantemente católicos (T1) ou majoritariamente católicos (T2), apresentando um regime de Estado de tipo laico e um sistema político multipartidário favorecem a emergência de atores políticos evangélicos na cena político-partidária como atores corporativos negociando com o Estado.

Os países latino-americanos que compõem este grupo são Bolívia (T1), Brasil (T2), Colômbia (T1), Chile (T2), Peru (1), Venezuela (T1) e México (T1). Todos eles tem em comum um sistema político multipartidário. Neste bloco de países latino-americanos apenas no Brasil não se observa o fenômeno da constituição de partidos políticos evangélicos. Como demonstrado anteriormente, o corporativismo religioso no Brasil dispensa a constituição de agremiação confessionais uma vez que a própria sociabilidade religiosa possui o peso numérico necessário para eleger candidatos que passam a ser cobiçados pelos partidos políticos por já possuírem uma base eleitoral religiosa solidamente estabelecida.

No México, país latino-americano predominantemente católico (T1), o sistema multipartidário não superou o passado corporativo e de partido “único”. Num contexto de ausência de conflitos entre o Estado liberal e a Igreja, os protestantismos não se ativam na cena partidária porque de um lado, as sociabilidades protestantes apoiaram o regime liberal instaurado pela Revolução Mexicana de 1910 e, por outro lado, porque as tensões entre Igreja e Estado tornaram-se mais raras depois de 1930. Além disso, no México, o governo manteve o controle do processo eleitoral através de um partido político único, o *Partido*

Revolucionário Institucional (PRI) até a fraude eleitoral que impediu o candidato de uma ampla coalizão de partidos e movimentos de esquerda, Cuauhtémoc Cárdenas, chegasse à presidência precipitando a reforma eleitoral de 1989-1990. Desde a eleição de 1997, quando o PRI perdeu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados e o presidente viu-se obrigado a negociar com a oposição as leis e reformas necessárias em seu governo, o sistema partidário tornou-se pluripartidário resultando em um presidencialismo de coalizão com um executivo fraco e um legislativo forte. Contudo, o PRI nunca deixou de ser o partido com maior número de governadores, de prefeitos ou cargos no legislativo, o que ameaça a continuidade do processo democrático. Graças a seu passado corporativo e de partido único, o PRI conserva o maior aparato partidário do México e mantém a maioria dos sindicatos das grandes empresas estatais, da maioria das organizações camponesas e de produtores rurais⁴⁷. Embora a Colômbia, a Venezuela e o México pertençam ao bloco de países latino-americanos onde as declarações de pertença à religião católica predominam em nível nacional, a existência de um partido “único” no México mas que realizou as reformas liberais dispensa a mobilização evangélica na cena partidária. Como afirma Ponte⁴⁸:

⁴⁷ Alcántara & Friedenber, 2002: 141,142. Ponte e Pudenzi, 2010:147.

⁴⁸ Ponte & Pudenzi, 2010: 148-149.

Em virtude de sua força, (o PRI) foi capaz de evitar o desmantelamento de partes importantes do regime autoritário, especialmente o corporativismo. Também conseguiu anular a cidadanização das instituições encarregadas dos processos eleitorais, transformando os cidadãos representantes em quotas controladas pelos partidos. Para isso, contou com o apoio dos legisladores do PAN. Deve-se considerar que o PRI perdeu a presidência e a maioria das câmaras para líderes carismáticos, populistas: a presidência, em 2000, para Vicente Fox, de direita, e, em 2006, para Andrés Manuel López Obrador, de esquerda. Em eleições nas quais não intervêm fatores extraordinários (líderes carismáticos ou eventos traumáticos como o caso de Sonora) é muito difícil superar o PRI, como evidenciou-se nas eleições de 2009, quando este partido ganhou quase todos os postos executivos em disputa (alguns dos quais estavam em poder do PAN, como San Luis Potosí e Querétaro) e voltou a ter a maioria absoluta na Câmara dos Deputados. Depois dessas eleições, começou-se a falar do iminente retorno do PRI à presidência da República. Nas eleições (...) em junho de 2010, o PRI ameaçava ganhar todos os pleitos mais uma vez, mas um fenômeno novo ocorreu. O PRI não conseguiu esse feito em virtude da aliança entre o PAN, partido de direita, com os partidos de esquerda PRD, Partido Convergência e Partido do Trabalho (PT), uma aliança claramente “antipriista”, realizada com o fim de “nivelar” a disputa. Com isso, esses partidos conseguiram derrotar o velho PRI em três de seus mais tradicionais redutos (Oaxaca, Sinaloa e Puebla), e estiveram muito perto de fazê-lo também em Durango e Hidalgo. Essas eleições mudaram o significado da disputa política. De um lado, houve, ao que parece, um retorno à situação autoritária em que a meta dos partidos de oposição era remover o PRI do poder para abrir espaço para a democracia; de outro, fez-se a aliança para impedir a restauração do autoritarismo. Contudo, há uma diferença substancial; naquela época, a democratização era uma bandeira moderna e progressista que unificava a oposição, ao passo que hoje a aliança, mesmo que pretenda manter o jogo democrático, anula um de seus fatores essenciais, ou seja, a pluralidade de alternativas de governo, de projetos políticos. Em todo caso, o prenunciado retorno do PRI diluiu-se nessa disputa democrática.

Na Colômbia (T1), Venezuela (T1), Peru (T1) e Bolívia (T1), o catolicismo apresenta-se como a religião predominante entre a população. No Chile, como no Brasil, porém a religião católica é majoritária. Contudo, apenas Brasil e Chile apresentam um presidencialismo de coalizão multipartidário com um executivo institucionalmente forte que atenua os efeitos desestabilizadores da fragmentação parlamentar. No Brasil essa dinâmica funcionou até logo após as eleições majoritárias de 2014, quando a base governista formada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e pela Frente Parlamentar Evangelica se rebelaram contra a Presidente Dilma Rousseff e suas políticas sociais paralyzando a Câmara dos Deputados. Os parlamentares evangélicos que já tinham o protagonismo político nessa legislatura por meio de Eduardo Cunha na presidência da Câmara, uniram-se aos conservadores levando à admissibilidade do processo de impeachment da

Presidente Rouseff⁴⁹ instalando uma crise política sem precedentes no país. Na Venezuela, Peru e Bolívia, a concentração de poder pelo chefe do Executivo gerou instabilidades democráticas a partir da década de 1990 favorecendo a emergência dos evangélicos na política.

Na Venezuela (T1), em 1978, surgiu o primeiro partido político evangélico da América Latina, o partido *Organización Renovadora Autêntica* (ORA). Em 1988, o presbiteriano Godofredo Ramón Marín disputava a eleição presidencial pelo partido confessional. No Peru (T1), em 1991, o batista Carlos Alán García foi eleito vice presidente de Alberto Fujimori pelo partido Cambio 90 contando com o apoio dos evangélicos. Estes se constituíram como a segunda força política da base do partido que também contava com a Associação Peruana de Empresas Médias e Pequenas e dos “molineros”, grupo formado pelos quadros da *Universidad Nacional Agraria La Molina*.

Nesses países, as clivagens entre Igreja e Estado devem ser levadas em consideração como elemento explicativo para a mobilização evangélica no espaço público. No Peru, por exemplo, os evangélicos reproduziram no campo político os conflitos sociais com a Igreja católica nas eleições de 1990. Nesse pleito, a Igreja peruana posicionou-se contra a candidatura dos evangélicos representada por Alberto Fugimori. Além dos conflitos com a Igreja, a busca da representação política dos evangélicos está sustentada no multipartidarismo e no clientelismo com o Estado que se apresenta como instável.

Em vários aspectos o Peru constitui uma exceção neste grupo. Dentre todos os países latino-americanos que compõem este bloco, o Peru é o único com regime de Estado do tipo laico mas com dispositivos constitucionais que asseguram privilégios à Igreja; todos os demais países optaram pela laicidade em seu ordenamento jurídico de maneira que o Estado reconhece o princípio de isonomia entre todas as religiões. Como observam Alcántara e Friedenberg⁵⁰, antes da década de 1990, o país Andino situava-se entre o grupo de países com tradições partidárias sólidas. Porém, a instabilidade política em que o país se viu mergulhado

⁴⁹ Na histórica votação realizada pela Câmara de Deputados em 17 de abril de 2016, a mais conservadora desde 1964, os parlamentares justificaram seu voto a favor da abertura do processo de impeachment citando a defesa da família (136 vezes), o combate a corrupção (65 vezes,) e “Deus” (59 vezes). Todos os parlamentares evangélicos fizeram discursos religiosos invocando o nome de Deus e sem exceção votaram pelo impedimento. (Congresso em Foco, 2016.)

⁵⁰ Alcántara & Friedenberg, 2002: 141.

desde o "autogolpe" de Estado perpetrado por Fujimori em 1992, criou o cenário apocalíptico necessário à emergência do messianismo político que se traduziu, por exemplo, no apoio que os segmentos evangélicos deram à candidatura do dirigente pentecostal dos Israelitas, Ezequiel Ataucusi que disputou as eleições presidenciais peruanas em 1991 e 1995, entre outros. Desde o processo de redemocratização do país que se seguiu à era pós-fujimori em 2000, o voto evangélico tem conquistado cadeiras legislativas marcando o retorno dos parlamentares evangélicos no Congresso peruano interrompido, como veremos, desde o golpe de 1992.

Colômbia (T1) e Venezuela (T1) também não se enquadram naquelas tipologias de sistemas partidários latino-americanos avançadas por Alcántara e Friedenberg⁵¹. Como a Costa Rica, ambos os países tiveram processos transicionais anteriores à terceira onda de democratização que atingiu os países latino-americanos entre 1978 a 1980, o que se reflete em maior pluralização de seus respectivos campos religiosos a partir da adoção de um ordenamento jurídico que passou a assegurar o tratamento isonômico do Estado à todas as religiões. Contudo, como o Peru, Colômbia e Venezuela experimentaram fortes crises políticas a partir de 1990. Em 2000, Peru e Venezuela, e igualmente o Equador, enfrentaram a maior crise política na região, levando os respectivos países a um processo de refundação do tipo de vínculo existente entre os partidos e os cidadãos⁵². Ambos passariam do bipartidarismo ao sistema multipartidário. Como observam Alcántara e Friedenberg, países como Bolívia, Brasil e Chile - e fora deste bloco Argentina e Uruguai - caracterizam-se pelo alto número de partidos políticos obrigando-os a realizar acordos amplos que levem a governos de coalizão. Exceptuados estes casos, os demais sistemas partidários com alto número de partidos implica uma rotação mais multiforme na hora de obter êxitos eleitorais⁵³.

IV – Países latino-americanos religiosamente “mistos”: El Salvador (T3), Guatemala (T3) e Nicarágua (T3), contando com o Estado de tipo laico mas com dispositivos constitucionais que garantem privilégios à Igreja e com sistemas de partidos onde mal havia um marco mínimo de partidos (G4) - El Salvador e Guatemala - ; ou com o tipo de Estado laico mas contando com organizações vazias do ponto de vista sócio-política (G3) - Nicarágua - , favoreceram a mobilização evangélica na cena partidária.

⁵¹ Alcántara & Friedenberg, 2002: 141.

⁵² Alcántara & Friedenberg, 2002: 149.

⁵³ Alcántara & Friedenberg, 2002: 146.

El Salvador e Guatemala são países centroamericanos religiosamente “mistos”, com um regime de Estado do tipo laico, porém com dispositivos constitucionais que asseguram privilégios à Igreja da parte do Estado. Nestes países, de acordo com Alcántara e Friedenber, houve um processo muito claro de refundação do sistema partidário que aconteceu paralelamente ao processo de transição democrática. Ele foi particularmente evidente:

em El Salvador, onde ARENA e FMLN são filhos do conflito bélico, e na Guatemala, onde FRG, PAN e URNG têm origem semelhante”. O mesmo vale parcialmente para a Nicarágua, com o FSLN, e para a República Dominicana, embora aqui a presença do PRD datasse da ditadura trujillista⁵⁴.

Tal processo de refundação do sistema de partidos salvadorenho, após o iato marcado pela guerra civil de 1980 a 1992, contou com a participação de dois partidos políticos evangélicos nas eleições presidenciais e legislativas do 20 de março de 1994. O *Movimiento de Solidaridad Nacional* obteve 1,06% dos votos sem conquistar cadeiras no legislativo. O *Partido Movimiento Unidad* obteve 2,41% de votos válidos conseguindo eleger um deputado à Assembleia Nacional⁵⁵.

Na Guatemala os evangélicos entraram na esfera pública concorrendo com o assistencialismo da Igreja católica. A oposição entre os segmentos evangélicos com a Igreja levou-os a apoiar candidatos messiânicos que se opuseram ao domínio político da Igreja. Entre 1990 e 1995, por exemplo, o general Efraín Rios Montt disputou a presidência da Guatemala. Em 1991, o pentecostal Jorge Serrano Elías tornou-se presidente da Guatemala eleito para o período 1991-1993. Seu vice presidente, Gustavo Espina Salguero, era igualmente pertencente a uma sociabilidade protestante de tipo pentecostal. Na Nicarágua, os segmentos evangélicos contribuíram à refundação do sistema político ao participarem do movimento revolucionário e do processo de constituição do partido FSLN que não apenas derrubaria o Estado autoritário de Anastasio Somoza Debayle como também implantaria o governo democrático progressista de esquerda entre 1979 a 1990. Influenciada pela ideologia milenarista a Nicarágua, ainda de forma mais contundente do que os países centroamericanos reunia as condições favoráveis à emergência

⁵⁴ Alcántara & Friedenber, 2002: 141.

⁵⁵ Bastian, 1999: 159.

dos evangélicos na política durante o contexto da Guerra Fria: catástrofe natural, conflitos bélicos, regime autoritário, aparecimento de líderes messiânicos além da oposição à Igreja que apoiava o Estado ditatorial. Após o fim dos governos revolucionários e a instauração do multipartidarismo, a influencia evangélica na política seguiu seu rumo na Nicarágua. Em 1996, o pentecostal Guillermo Osorno apresentou-se disputando a presidência do país.

A conclusão a que chegaram Alcántara e Friedenberg em seu estudo sobre os partidos políticos na América Latina pode ser aplicada aqui como a chave hermenêutica para a compreensão da emergência de novos e distintos canais de representação política evangélica no Continente. Ela demonstra que contrariamente à percepção hostil dos eleitores latino-americanos, tanto os partidos políticos quanto os sistemas partidários da América Latina continuam criando o universo conceitual que orienta os cidadãos, no caso dos primeiros, e apresentam certos níveis de estabilidade, no que toca aos segundos - com exceção de Venezuela e Peru. Contudo, as mudanças ocorridas nos sistemas de partidos entre 1980 e 2000, em termos de continuidade das mesmas siglas partidárias, excetuando Brasil, Peru e Venezuela, continuaram mostrando uma estrutura partidária muito similar a que possuíam anteriormente à redemocratização⁵⁶. Em outros termos, os partidos políticos e os sistemas partidários da América Latina mudaram pouco após os processos de transição democrática possibilitando a entrada de novos atores políticos evangélicos e novos partidos políticos confessionais na cena político-partidária latino-americana que contribuiram, por um lado, à institucionalização do regime político e, por outro lado, tornaram-se intermediários das demandas de suas sociabilidades religiosas e o poder.

1.3.2 Evangélicos e “bipartidarismo” em Estados confessionais

1.3.2.1 Evangélicos e redemocratização da Argentina (1983-2001)

Os evangélicos argentinos começaram a se inserir na política partidária a partir década de 1980 após o esgotamento do regime militar que culminaria com o processo de redemocratização de Argentina. Na Argentina, o retorno da sociedade à via democrática teve início com as eleições livres realizadas em 1983. O processo

⁵⁶ Alcántara & Friedenberg, 2002: 146; 150.

de transição democrática, entretanto, se completaria apenas em 2001 com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que trataria de reformar a Constituição vigente. Na Argentina, observa-se a quase inexistência de representação parlamentar evangélica contrastando com a incursão dos evangélicos na política-partidária a partir da criação de partidos políticos confessionais.

A primeira fase de participação evangélica na esfera pública na Argentina foi motivada pela reação da nação face ao fracasso evidente do chamado *Proceso de Reorganización Nacional*, iniciado em março de 1976. *El Proceso*, como se autodenominou a ditadura que governou a Argentina desde o golpe militar que derrubou o governo constitucional da presidenta María Estela Martínez de Perón, em 24 de março de 1976, até a ascensão do presidente Raúl Afonsín, eleito democraticamente em sufrágio realizado em 10 de dezembro de 1983, foi um dos períodos mais violentos da história da Argentina. Caracterizou-se pelo terrorismo de Estado, a sistemática violação dos direitos humanos, o sequestro de recém-nascidos e outros crimes de lesa-humanidade⁵⁷. De acordo com o relatório *Nunca Mais: Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas* (CONADEP) presidido por Ernesto Sábato, a ditadura argentina utilizou 340 campos de concentração na repressão política que deixaria um saldo de mais de trinta mil mortos⁵⁸.

Nesse contexto de repressão política, em meados de 1981, as lideranças evangélicas argentinas, principalmente provenientes das sociabilidades religiosas protestantes “bautistas” e “hermanos libres” se mobilizaram a fim de compartilhar suas inquietudes pela situação de crise política e moral que atravessava o país. A derrota da Argentina na Guerra das Malvinas - ocorrida entre abril e julho de 1982 - e a reação popular contra a ditadura militar que se seguiu, precipitaram os acontecimentos no país em direção à uma saída democrática levando os evangélicos a constituir-se na *Asociación Alianza Evangélica Argentina* (ALEVA) em 19 de agosto de 1982. Formada em sua maior parte por profissionais liberais, homens de negócios e pastores geralmente acima dos cinquenta anos, a ALEVA rejeitou a criação de um partido político evangélico. Colocou-se ao lado do movimento justicialista procurando utilizar sua influência religiosa na esfera político-

⁵⁷ Deiros, 1986: 315.

⁵⁸ Sábato, 1984.

partidária de maneira indireta a fim de garantir a liberdade religiosa e seu corolário, a separação entre Igreja e Estado. Contudo, endossou na mesma reunião, a estratégia de um grupo de líderes evangélicos mais jovens e saída da mesma base religiosa os quais constituíram-se no movimento *Civismo em Acción*. De maneira consensual, os quadros dirigentes de ambos os movimentos elaboraram um documento em que definiam as linhas básicas do pensamento seguidas das estratégias. O documento expressava princípios acerca de conceitos sobre o homem (realidade suprema e final da ordem temporal), a verdade (princípio fundante de toda relação humana), a liberdade (direito inalienável de todo o ser humano) a justiça (aplicação racional da lei com o fim de promover a pessoa humana), a paz (real e duradoura quando surge de um pluralismo em que a unidade se verifica na diversidade), a solidariedade (expressão concreta da vontade fraternal de um ser humano que vive em uma ordem de verdade, liberdade, justiça e paz) e a democracia, esta última sendo definida como:⁵⁹

...el mejor camino para el logro de una sociedad en la que se impongan los valores supremos que hacen al desarrollo de la persona humana. Esto significa que la democracia es un estilo de vida política donde el respeto y el ejercicio de todos los derechos inherentes al ser humano, le ofrecen los canales posibles para expresión de su voluntad soberana.

Sem atacar o Estado confessional, o documento ressaltava que a Constituição do país continha os elementos necessários para materializar os princípios enunciados pelo grupo. Mesmo não sendo desconhecidos, estes valores eram pervertidos. Era necessária, portanto, uma ação política a fim de concretizar as ideias enunciadas. Esta seria desenvolvida através de uma pedagogia que teria por objetivo fornecer uma formação cívica que permitisse a seus integrantes assumir, de forma preparada e compromissada, a responsabilidade de serem cidadãos. Embora ambos os movimentos procurassem defender a democratização do país e motivar os evangélicos de classe média e alta à participar das estruturas partidárias através da criação de grupos de reflexão, debates e estudos sobre a praxes política, *Civismo en Acción* foi quem melhor explorou o orgulho nacional argentino convertendo-o em movimento cívico-religioso que tornou-se extremamente relevante no que tange a criação não apenas de um espaço de reflexão político-teológica mas igualmente no

⁵⁹ Deiros, 1986: 315-323.

processo de conscientização da juventude visando a participação dos evangélicos na política partidária. Neste sentido, CEA criou um Centro de Estudos do Civismo chegando a organizar um ciclo de conferências públicas em torno do tema geral *Colisiones entre la realidad política y la Constitución nacional* em que atenderam personalidades políticas dentre as quais vários presenciáveis. O documento “¿Se justifica un centro de estudios del civismo? Respondemos que sí, por estas razones” tem extrema importância no que concerne o estabelecimento de uma ética protestante voltada para a ação política⁶⁰.

Porque nos es necesario rescatar el significado pleno de la reflexión y la actividad política. La desjerarquización de la política en los últimos años, ha llevado a muchos individuos a abstenerse de participar, o a volcarse a participar dentro de su actividad específica sin contemplar el interés común. Entendemos que el interés de la Nación no puede ser manejado por representaciones sectoriales que se alternen, sino por la actividad que atiende al interés general: la política. La política es derecho de todos y no deber de algunos.

Porque nos hace falta un retorno a la Constitución Nacional que no sea tan sólo formal sino sustancial. Pondremos como base de todo nuestro trabajo, como punto de partida, como guía a seguir, como ideal a realizar, a la ley fundamental de la República. Es vital que este documento básico sea el motor, el inspirador y el modelo del comportamiento de todos y de cada uno.

Nas palavras de Deiros, *Civismo em Acción*⁶¹:

...esperaba ser un lugar de manifestación y práctica del civismo. El amor a la patria no consiste solo em declamarlo, sino em sentirse responsable por ella. En función de este principio, los fundadores de Civismo esperaban desarrollar programas y actividades que exaltasen un auténtico patriotismo. Este celo debía expresarse em las acciones y decisiones cotidianas, a fin de que el ejercicio de la virtud cívica individual se revirtiese em beneficio de la comunidad. Por otro lado, Civismo debía ser también un lugar de intercambio e información. No hay democracia sin pluralismo. Por ello, Civismo esperaba ser canal de expresión em una sociedad abierta, com la sola limitación de su encuadre em el respeto e los valores de la Constitución Nacional, a fin de enriquecer a cada uno de sus participantes. Se procuraría, de igual modo, llenar el vacío informativo que em buena medida era el culpable de la indiferencia política de los argentinos. Un ciudadano bien informado y educado cívicamente estará em mejores condiciones de ejercer com responsabilidad sus deberes y derechos.

O CEA não chegou a constituir-se em partido político⁶². Contudo, a falta de experiência na política partidária assim como a própria dinâmica do processo político

⁶⁰ Deiros, 1986: 320-321.

⁶¹ Deiros, 1986: 318.

⁶² Wynarczyk, 2010.

argentino vivido durante a segunda metade de 1982 até as eleições nacionais de 30 de outubro de 1983, levou vários líderes evangélicos a ingressar no PDP e no PSD. Sete líderes evangélicos do CEA passaram a ocupar lugares de liderança no PDP, dois deles eram pastores. Outro ocupou um lugar importante na direção do partido e outro foi candidato a deputado⁶³. O *Partido Demócrata Progresista* (PDP) era um partido pequeno, fundado em 1914, posicionando-se no centro-direita do espectro ideológico e contava com uma longa história além de sólido prestígio nacional. O *Partido Socialista Democrático* (PSD), surgiu em 1958 como uma dissidência do *Partido Socialista*. Era constituído pela ala mais social democrata e centrista do socialismo. Contudo, era extremamente criticado pelos adversários por ter apoiado todos os golpes de Estado que se produziram na Argentina entre 1962 a 1973. Nas eleições de 1983, o PDP coligou-se com o *Partido Socialista Democrático* (PSD) apoiando a candidatura do advogado Rafael Martínez Raymonda (PDP) para presidente e René Balestra (PSD) para vice através *Alianza Demócrata Socialista*. Nas eleições presidenciais de 1983 em que saiu vitorioso Raúl Alfonsín, pelo partido *Unión Cívica Radical* (UCR), a coligação PDP/PSD alcançou apenas 0,32% dos votos e não obteve representação parlamentar. Contudo, merece destaque o fato de que os princípios elaborados pelos políticos do CEA para a ação evangélica na esfera político-partidária durante a campanha eleitoral além de se constituir a coluna dorsal da plataforma política da *Aliança Demócrata Socialista* em 1986, também influenciou um grupo de teólogos e políticos evangélicos reunidos na República Dominicana em 1983 por ocasião da consulta sobre “La teología y la práctica del poder”, sob a direção da Fraternidade Teológica Latino-americana. Todos os princípios foram expressos na Declaración de Jarabacoa, aprovada em 28 de maio pelo organismo de vertente evangélica⁶⁴.

Sete anos após o interregno que marcou o fim da participação pioneira

⁶³ Deiros, 1986: 327.

⁶⁴ Deiros, 1986: 329. De acordo com Ferreira (1999) os evangelicais podem ser definidos como cristãos de origem conservadora, mas não tão sectários quanto os fundamentalistas clássicos; alimentam certa desconfiança para com o movimento ecumênico, partilham de base pietista comum e acentuam a necessidade de conversão como experiência religiosa pessoal e frequentemente emotiva que proporcionaria o novo nascimento aos que recebem Cristo como salvador pessoal. Por isto mesmo, o Evangelicalismo não é um movimento monolítico e facilmente definível como o Fundamentalismo clássico. Na verdade, o Movimento Evangelical é uma espécie de “guarda-chuva” que abriga protestantes pietistas, carismáticos, pentecostais, fundamentalistas menos radicais e até pessoas de relativa abertura ecumênica.

dos líderes evangélicos do *Civismo en Acción* (CEA) nas primeiras eleições livres ocorridas na Argentina em 1983, a década de 1990 principiaria com a reinserção dos atores evangélicos na esfera pública. A cena política mobilizadora desta vez tinha como pano de fundo os protestos dos segmentos evangélicos em defesa da igualdade de culto durante o segundo ciclo peronista iniciado por Carlos Saúl Menem, presidente da Argentina entre 1989 a 1999. O neoperonismo motivaria igualmente a emergência na política partidária de três novas agremiações confessionais de vertente protestante que competiriam na arena eleitoral durante a próxima década na Argentina, entre 1991 a 2001.

A segunda fase de participação dos evangélicos argentinos na esfera pública ocorre entre os anos 1991 a 1995. Teve início em 1991, quando os atores “evangelicais” pertencentes às mesmas sociabilidades protestantes históricas - “bautistas” e “hermanos libres” - tentaram sua reinserção na política partidária. Provinham dos setores sociais constitutivos da classe média e alta da Cidade de Buenos Aires, em sua maioria homens educados nas universidades: advogados, empresários e pastores conservadores, que buscavam representação política dentro de um Estado Confessional. Eram, portanto, os herdeiros do legado evangélico na política partidária deixadas pela *Asociación Alianza Evangélica Argentina* (ALEVA) e do *Civismo en Acción* (CEA). Passaram a reunir-se no Hotel Rochester e sua principal ambição consistia em criar um partido político protestante que representasse sua ideologia neoliberal ao mesmo tempo que sua aversão ao peronismo. Se o movimento anterior de 1981-1983 se organizou menos em torno da defesa da separação entre Igreja e Estado do que o retorno do país à ordem constitucional, o de 1991 se articulava principalmente pela promoção da igualdade entre os cultos face à impossibilidade da criação de um Estado laico. Como ocorreu no início do movimento anterior, essas lideranças evangelicais pretendiam mobilizar outras sociabilidades protestantes a fim de cooptá-las utilizando-as como sua base eleitoral. Incorporou-se ao movimento os segmentos provenientes dos protestantismos populares de tipo pentecostal majoritariamente vinculados à região metropolitana de Buenos Aires, o “conurbado bonaerense”. Pertenciam aos segmentos sociais provenientes das classes mais populares marcadas pela influência justicialista, peronista ou populistas. Ambicionavam criar um partido

político próprio sem a necessidade de intermediários, nos moldes do partido evangélico Cambio 90, do Perú, sobre a base do corporativismo religioso a fim de obter vantagens para as suas sociabilidades religiosas. Dada à evidente clivagem de interesses durante o processo de mobilização coletiva em busca de representação política, os evangélicos liberais desistiram do projeto, como haviam feito na década anterior. Deixavam aos pentecostais a organização da primeira agremiação político-partidária evangélica pós-transição democrática na Argentina: o partido *Movimiento Cristiano Independiente* (MCI)⁶⁵.

Os anos 1991-1992 foram marcados pela precariedade na organização do *Movimiento Cristiano Independiente* como partido político. Em Buenos Aires, o MCI fracassou em obter número suficiente de afiliações necessárias para o registro junto à Justiça Eleitoral. Apenas em 1992, a Mesa Promotora da Província conseguiu uma quantidade suficiente de afiliações. Assim, em 3 de outubro de 1993, nas eleições parlamentares nacionais, o MCI concorreu em apenas 27 dos 127 distritos eleitorais da Província de Buenos Aires. Obteve 44.540 votos, ou seja, 0,7% do total de votos escrutinados ocupando a sétima colocação entre os partidos políticos que disputaram o pleito eleitoral⁶⁶. Em 10 de abril de 1994, os argentinos voltaram às urnas a fim de eleger representantes para a *Convención Nacional Constituyente* que se reuniria na cidade de Santa Fé. Neste contexto de mobilização cívica, os evangélicos passaram a reivindicar a igualdade religiosa na Argentina. A estratégia pentecostal consistiu em apoiar candidatos de prestígio pertencentes às suas federações de igrejas. O MCI conseguiu organizar-se em 26 distritos das províncias de Buenos Aires o que representou, aproximadamente, 20% destas. Embora a porcentagem de representação evangélica tenha subido a 1,42% dos votos válidos, ou seja, 85.182 votos, o MCI fracassou em eleger um parlamentar pentecostal que os representasse na Constituinte. Os evangélicos, quanto a eles, conseguiram eleger o único parlamentar evangélico que chegou a ocupar uma cadeira na Constituinte, o teólogo metodista José Miguez-Bonino (1924-2012), vinculado à *Frente Grande*. Miguez-Bonino participou nas comissões internas da Assembleia Constituinte relacionadas com os novos direitos e garantias constitucionais aos cidadãos (Capítulo Segundo da Constituição), das formas de participação política e

⁶⁵ Wynarczyk, 2006: 18-23.

⁶⁶ Wynarczyk, 2006: 25.

da questão da liberdade de culto. Contudo, o fazia mais como expressão de sua fidelidade à base eleitoral evangélica que o elegeu do que à coalizão de partidos que representava. Com o encerramento das atividades da Convenção Nacional Constituinte, em 22 de agosto de 1994, Bonino se retirou da esfera pública por ser contrário à participação dos evangélicos na política partidária, salvo em momentos particulares como o apresentado pela Constituinte. Em todo caso, a pressão dos evangélicos obteve alguns êxitos. A reforma constitucional de 1994, por exemplo, suprimiu o artigo que tornava obrigatório ao presidente eleito professar a religião católica apostólica romana a fim de ser empossado no mais alto posto de comando do país além de incorporar um conjunto de tratados internacionais de Direitos Humanos que passaram a impedir tratos desiguais em matéria de políticas públicas, incluindo a religiosa, da parte do governo. Em 14 de maio de 1995, o partido *Movimiento Cristiano Independiente* (MCI) competiu pela terceira vez nas eleições gerais realizadas na Argentina. Sua performance eleitoral foi melhor do que as anteriores. Na província de Buenos Aires o MCI obteve 8.535 votos, ou seja, 0,14% do total de votos escrutinado mas não conseguiu eleger nenhum senador ou governador de província⁶⁷. Dado aos fracos desempenhos eleitorais em três anos de existência, o MCI perdeu a pessoa jurídica desaparecendo como agremiação político-partidária evangélica⁶⁸.

Nas eleições de 1995, o MCI não foi o único segmento evangélico a participar do pleito que elegeu Carlos Menen (1995-1999) a um segundo mandato ainda no primeiro turno. Com efeito, um grupo de líderes pentecostais descontentes com a mentalidade sectária e comportamento autoritário da cúpula dirigente do MCI decidiu romper com o partido e criar o *Movimiento Reformador* (MR). Sem obter o registro do partido junto à Justiça Eleitoral, o grupo partiu para a estratégia da busca de alianças mas não sem antes partir de uma visão mais universalista, a qual incorporava ideias de justiça social, afins com a Teologia da Libertação, e de decência pública. Assim, o MR se uniu à *Frente País Solidário* (Frepasso), um partido político de esquerda moderada e de oposição "ética" à corrupção e autoritarismo de Menen, percebido por eles como um promotor da expansão do sistema capitalista, da venda de empresas estatais ao setor privado e rodeado por escândalos de

⁶⁷ Junta Electoral, 1995.

⁶⁸ Junta Electoral, 1995: 25. UMESP, 2012.

corrupção. Buscavam obter maior representação e respeito no partido que consideravam uma via alternativa daquela encontrada no "bipartidarismo" do sistema político argentino que opunha o justicialismo ou peronismo, de um lado, e a *Unión Cívica Radical*, de outro. Além disso, procuraram conquistar posições importantes dentro do partido o que acabou não ocorrendo uma vez que os líderes dirigentes da *Frepaso* deixaram de incluir os pentecostais nas listas para postos importantes. Os quadros dirigentes evangélicos do MR também chegaram a participar das eleições internas da *Frepaso* para a escolha do candidato à disputa da eleição presidencial. Fracassaram na mobilização que apoiou a Carlos "Chaco" Alvarez convictos de que José Octavio "Pilo" Bordón, um ex-peronista e fundador do partido *Política Abierta para la Integridade Social* (Pais), incorporado ao coletivo da *Frepaso*, pertencia à *Opus Dei*⁶⁹.

Embora alguns evangélicos continuassem no *Movimiento Reformador* (MR) unidos ao partido *Frepaso*, uma nova cisão interna no MR levou as lideranças evangélicas, em sua maior parte pentecostais, a romper com a *Frepaso* em busca de uma maior representação em um partido com expressão nacional. Desta forma, em 1997, os dissidentes do MR se uniram ao partido *Democracia Cristiana* e três evangélicos passaram a ocupar postos importantes no partido. Visando disputar as eleições gerais de 24 de outubro de 1999, a *Democracia Cristiana* se coligou à *Frepaso*. A *Frepaso*, por sua vez, coligou-se com a *Unión Cívica Radical* (UCR), partido que constituía de fato, o sistema bipartidário na Argentina. Juntas, *Frepaso* e UCR formaram a coalizão *Alianza para el Trabajo, la Justicia y la Educación*. A *Alianza*, como ficou mais conhecida na Argentina, apoiou a Fernando de la Rúa que obteve uma ampla vitória nas eleições presidenciais de 1999⁷⁰. Ao seu lado, na vice-presidência, assumiu Carlos "Chaco" Alvarez, justicialista dissidente ético da *Frepaso*⁷¹.

A vitória dos evangélicos argentinos constituídos em agremiações partidárias como a *Frepaso* assim como a *Democracia Cristã* significou a vitória da oposição "progressista" apoiada pelo país contra o "memenismo" neoliberal. Em

⁶⁹ Junta Electoral, 1995: 29-30.

⁷⁰ De la Rúa obteve 48,37% dos votos; Eduardo Duhalde, o segundo colocado obteve 38,27% pela coalizão *Concertación Justicialista para el Cambio*, formada pelo *Partido Justicialista* (PJ) e partido *Unión del Centro Democrático* (UCeDé).

⁷¹ Wynarczyk, 2006: 31-32.

outra, ela marcaria o retorno da UCR ao poder e o fim do ciclo justicialista na política partidária argentina representada nos dois mandatos de Carlos Menem. Contudo, dois anos após assumir a presidência, as manifestações populares contrárias ao governo e aprofundadas por uma grave crise financeira no país levaria à renúncia de De la Rúa em 21 de dezembro de 2001. A queda de De la Rúa significou o retorno do peronismo ao poder e o início de um novo ciclo de hegemonia do Partido Justicialista que duraria quatorze anos na Argentina. Em 1 de janeiro de 2002 assumiu a presidência Eduardo Duhalde, sendo sucedido por Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015), todos pertencentes ao *Partido Justicialista*. Desde 2001, os evangélicos argentinos, incluindo os pentecostais do partido *Democracia Cristiana*, se moveram em direção ao movimento popular cuja expressão emblemática encontraria sua representação no carisma do padre Luis Farinello, pároco do bairro de Villa Luján, um subúrbio da cidade de Quilmes, no “conurbano bonaerense”. A capacidade de mobilização dos políticos evangélicos no interior do “polo social” havia diminuído consideravelmente colocando termo aos esforços dos evangélicos de criar tanto um partido político próprio quanto um segmento político evangélico dentro de outro partido⁷².

1.3.2.2 Partidos Políticos Evangélicos na Costa Rica

Na Costa Rica, cuja democracia é anterior à terceira onda de democratização (1978-1980), ao contrário da Argentina, cuja transição democrática respeitava o mesmo esquema bipartidário anterior à ruptura com a democracia, a emergência de três partidos políticos evangélicos tornou-se possível com o declínio do “bipartidarismo” que dominou o sistema partidário costarricense por mais de meio século, da década de 1950 à década de 1990. A democracia costarricense foi o produto não intencional da situação de “empate” entre as forças sociais que protagonizaram a guerra civil de 1948, encabeçada por José Figueres Ferrer, - o *don Pepe* - e Otilio Ulate Blanco apoiados por Rafael Calderon Guardia de um lado, e os conservadores neoliberais, de outro lado⁷³. Assim, desde 1953 até 1986, o *Partido Liberación Nacional* (PLN) compartilharia o bipartidarismo em Costa Rica com a força partidária conservadora que de maneira conjuntural se apresentava às

⁷² Wynarczyk, 2006: 36.

⁷³ Araúz, 2006.

eleições presidenciais. Neste período em que se disputaram nove eleições gerais na Costa Rica, o PLN conquistou todas as eleições legislativas. Em cinco delas obteve a maioria absoluta das cadeiras na Assembleia Unicameral além de ganhar seis eleições presidenciais com José Figueres Ferrer (1953-1958); Francisco Orlich Bolmarcich (1962-1966); novamente com José Figueres Ferrer (1970-1974); Daniel Oduber Queirós (1974-1978); Luis Alberto Monge Álvarez (1982-1986) e Óscar Arias Sánchez (1986-1990), este último laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1987⁷⁴.

O PLN alcançaria sua dominância política embora sem hegemonia com as vitórias eleitorais conquistadas entre 1970 a 1989, período de dezesseis anos em que ganhou quatro das cinco eleições presidenciais que se realizaram. A única exceção foi a interrupção do período 1978-1982 que levou ao poder Rodrigo Alberto Carazo Odio, através da *Coalición Unidad*, a qual se recomporia em 1983 formando o *Partido de la Unidad Social Cristiana* (PUSC)⁷⁵. O PLN voltaria a vencer as eleições presidenciais nos anos de 1982 e 1986. Contudo, abandonaria sua ideologia social democrata a fim de aplicar as medidas econômicas do Fundo Monetário Internacional recomendada à toda região pela instituição, o chamado Consenso de Washington. Em 1986, Oscar Arias Sánchez, representando a nova guarda de jovens liberais do PLN ganhou as eleições gerais na Costa Rica, sendo o primeiro presidente do partido que não havia sido membro da Junta Revolucionária de 1948⁷⁶.

Foi justamente a partir da década de 1980 que o desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social teria como consequência a emergência do multipartidarismo em Costa Rica. Entre 1982 e 2002, além do PUSC, fundado em 1983, surgiria a primeira agremiação partidária evangélica da Costa Rica, o *Partido Alianza Nacional Cristiana* (PANC). Fundado em 1986, o PANC apareceria como novidade na cena político partidária costarriquenha tendo por objetivo cooptar o voto da comunidade evangélica. Sendo um partido independente, o PANC participou das eleições gerais de 1986 a 2006, sempre lançando candidatos próprios. Nas eleições presidenciais de 1986 e 1998, o PANC apresentou como candidato o advogado

⁷⁴ Araúz, 2006. Guías Costa Rica, 2013.

⁷⁵ Araúz, 2006: 2.

⁷⁶ Araúz, 2006: 2.

Alejandro Madrigal Benavides⁷⁷. Na eleição de 1990, postulou pelo PANC o pastor Fernando Ramírez Muñoz⁷⁸. Em 1994, disputou pelo partido o pastor Rafael Ángel Matamoros Mesén⁷⁹. Finalmente, o último candidato presidencial pelo PANC foi o educador Marvin Calvo que representou o partido nas eleições gerais de 2002. Durante vinte anos de existência, o PANC nunca obteve êxito eleitoral; seus candidatos presidenciais jamais atingiram 1% dos votos válidos, razão pela qual se fundiu ao *Movimiento Libertario* em apoio à candidatura de Otto Guevara em 2006⁸⁰.

Entre 1990 e 2010, o PLN alternaria o poder em Costa Rica com o PUSC, cada um conquistando três mandatos presidenciais respectivamente. O PLN ganhou as eleições presidenciais de 1994 e consecutivamente as de 2006 e 2010. O PUSC conquistaria as eleições presidenciais de 1990 e as de 1998 e 2002 consecutivamente. Conforme observa Araúz Brown (2006) em 1990, o sistema de partidos costarrriquenho seguia bipartidário, com 98,7% da concentração do voto além de um número efetivo de partidos presidenciais (NEPP) de 2.05. Em 1994, o sistema político costarrriquenho não apresentava alterações, com 97,3% de concentração do voto e 2.11 de NEPP. Em 1998, porém, o PUSC ganhou as eleições presidenciais e as legislativas mas sem obter maioria absoluta das cadeiras na Assembleia Unicameral. A concentração do voto, da ordem de 91,5%, indicava que o bipartidarismo continuava estabelecido; o NEPP de 2.38, contudo, começava a indicar a existência de quase dois partidos presidenciais e meio; o número efetivo de partidos legislativos (NEPL) já era de 2.56, pouco mais de dois partidos e meio. Além disso, o alto índice de abstenção sem precedentes na história recente da Costa Rica da ordem de 30,01%, dava indício do protesto político da parte dos eleitores costarrriquenhos e do desgaste do bipartidarismo. Essas mudanças apontavam na direção da importante inflexão que se produziria no sistema político da Costa Rica que passaria do bipartidarismo ao multipartidarismo nas eleições gerais de 2002⁸¹.

Prenúncio dessa mudança foi a participação nas eleições gerais de 1998 de duas agremiações político-partidárias evangélicas, cada qual lançando dois

⁷⁷ Jiménez, 2008.

⁷⁸ Vega, 2004.

⁷⁹ Elecciones Generales en Costa Rica, 1994.

⁸⁰ Valverde, 2005.

⁸¹ Valverde, 2005.

candidato próprios entre os onze que se apresentaram ao processo eleitoral. Além do PANC, que apoiava a candidatura de Benevides, surgia disputando as eleições costarriquenhas daquele ano o *Partido Renovación Costarricense* (PRC), lançando o esquerdista limonense Sherman Thomas Jackson. Fundado em 1995 por vários membros egressos do PANC organizados na zona de Hatilo, o PRC se apresentava como um partido conservador e ideologicamente à direita do espectro político-ideológico. Embora Thomas Jackson não tenha recebido mais do que 1,9% do total de votos válidos, o PRC conseguiria eleger um deputado em dois períodos legislativos consecutivos: 1998-2002 e 2002-2006. Nas eleições gerais de 1998, o PRC obteve êxito em eleger o evangélico Justo Orozco à Assembleia Legislativa. Nas eleições seguintes, em 2002, Orozco disputaria a presidência pelo partido *Renovación Costarricense*. Apesar de receber apenas 0,9% dos votos, o partido conseguiria eleger o evangélico Carlos Luis Avendaño Calvo à Assembleia Legislativa. Digno de destaque é o fato de que nas eleições municipais de 2002, o PRC elegeu 48 *síndicos* e *concejales* em distintas áreas rurais. Avendaño foi deputado no período 2002-2006 representando inicialmente o PRC. Contudo, renunciou no meio do período legislativo para fundar uma agremiação partidária evangélica com expressão regional (San José), o partido *Restauración Nacional* (PRN). Assim, nas eleições gerais de 2006, dois partidos políticos evangélicos disputaram a presidência lançando candidatos próprios; o pastor Bolívar Serano Hidalgo, representando o *Partido Renovación Costarricense* e Carlos Luis Avendaño Calvo, designado pelo *Partido Restauración Nacional*. Ambos receberam menos de 1% dos votos válidos⁸². Avendaño Calvo obteve uma cadeira no Parlamento para o pastor Guyón Massey Mora no período legislativo 2006-2010, período durante o qual o PRC não obteve representação parlamentar. Contudo, nas eleições municipais desse ano, PRC conseguiu eleger dezessete *concejales* de distritos e um *síndico* em áreas rurais aos Concejos de Osa, Corredores, San Ramón, Santa Cruz, Carrillo, Sarapiquí e La Unión ⁸³. Avendaño Calvo candidatou-se à reeleição como deputado nas eleições de 2010 obtendo um assento desta vez ao lado de seu antigo companheiro de partido Justo Orozco, de *Renovación Costarricense*. Em ambos os períodos, Avendaño obteve o cargo de subsecretário do diretório legislativo e tornou-

⁸² Araúz, 2006.

⁸³ La Nacion, 2013.

se um dos principais aliados do *Partido Liberación Nacional*. Em sua segunda gestão, sendo responsável pela comissão de controle de gastos públicos aprovou, junto com outros deputados liberacionistas, os documentos do PLN que acabaram evitando a investigação do vice presidente Luis Liberman pelo Parlamento⁸⁴.

Para as eleições presidenciais de 2010, o PRC lançou a candidatura da advogada Mayara Gonzáles León, ex-prefeita de Tibás, que obteve 0,7% dos votos. Apesar do fraco desempenho eleitoral, Justo Orozco obteve uma cadeira legislativa pela província de San José; um *regidor* foi eleito em Sarapiquí, San Carlos, Corredores, Parrita, San Mateo, San Ramón, Pococí, em Central de Limón, Matina e, finalmente, um em Guácimo. Em seu período legislativo, Orozco protagonizou muitas polêmicas ao converter-se presidente da Comissão de Direitos Humanos graças ao voto dos deputados do Partido de Liberación Nacional do qual era aliado. Suas declarações foram consideradas homofóbicas e contra a diversidade sexual. Contudo, Orozco representou o partido nas eleições presidenciais de 2014, onde obteve 0,1% dos votos, o suficiente para eleger dois deputados à Assembleia unicameral. No mesmo ano, o PRN lançou a candidatura do pastor Avendaño Calvo às eleições presidenciais de 2014, conseguindo eleger deputado o pastor evangélico Fabricio Alvarado. Juntos, os dois deputados do PRC e o do PRN se uniram aos deputados dos partidos *Alianza Demócrata Cristiana* y *Accesibilidad Sin Exclusión* formando uma bancada cristã unindo evangélicos e católicos se mobilizando contra os projetos gravitando ao redor da união civil às pessoas do mesmo sexo, a fertilização *in vitro* e a oposição contra qualquer nova regulação sobre o aborto no período legislativo 2014-2018.

1.3.3 Evangélicos e sistemas multipartidários: estabilidade e instabilidade democrática

1.3.3.1 Partidos Políticos Evangélicos na Colômbia

O Partido Nacional Cristiano (PNC) foi o primeiro partido político evangélico que surgiu na Colômbia em 1989. Foi fundado pelo casal de pastores César Geraldo Castellanos Dominguez y Claudia Rodriguez de Castellanos, também fundadores da Misión Carismática Internacional (1983). Contando com dezoito sedes

⁸⁴ La Nación, 2013.

localizadas nas grandes cidades do território Colômbiano, a Misión Carismática Internacional constituiu-se como um movimento religioso que se transnacionalizou, encontrando-se presente em quatorze países como os Estados Unidos, Venezuela, Espanha, Costa Rica, Argentina e Suíça⁸⁵. César Castellanos foi eleito representante à Câmara de Bogotá em 1998 participando da chamada *Comisión Tercera*⁸⁶. Outro parlamentar evangélico eleito à Assembleia Nacional Constituinte de 1991 representava o *Partido Nacional Cristiano*. Para um país predominantemente católico desde a época colonial, a eleição de dois parlamentares evangélicos reflete o crescimento exponencial da religião protestante na Colômbia em busca de representação política. Esta representação evangélica procurou distinguir-se dos canais tradicionais de representação das elites Colômbianas que polarizava o sistema partidário entre o Partido Conservador e o Liberal, o primeiro apoiando a Igreja e o segundo instituindo o regime laico; as relações entre Igreja e Estado, por mais de cem anos, dependeria do governo que detivesse o poder.

A chegada do protestantismo de missão no meio do século XIX na Colômbia uniu os interesses das sociedades missionárias norte-americanas, como a presbiteriana, com as elites liberais. Ambos possuíam em comum o objetivo de acabar com a hegemonia política da Igreja no campo social além de estabelecer uma ordem econômica liberal. As sociedades protestantes não eram contudo, portadoras do liberalismo político mas se apresentavam como sociedades difusoras do “destino manifesto” e do “American Way of Life”, ganhando projeção e reconhecimento das elites pela constituição de suas redes educacionais percebidas por eles como modernas. Contudo, a união entre os protestantismos de missão com os liberais na Colômbia sofreria um forte abalo com as violentas lutas que opuseram liberais e conservadores entre 1948-1958 que acabaram atingindo este segmento religioso no país. Os dois partidos políticos tradicionais encontraram na alternância do poder a forma de superar os conflitos dentro da *Frente Nacional* que os uniu. Os protestantismos de missão, que já eram conservadores e anti-católicos, foram se afastando dos liberais e passaram a assimilar elementos da cultura latino-americana. Como portadores do destino manifesto e difusores de um estilo de vida baseado no

⁸⁵ Kienyke, 2012.

⁸⁶ CongresoVisible, 1998.

American Way of Life, os protestantismos de missão foram rechaçando não apenas o projeto do partido *Frente Nacional* como o comunismo. Durante este tempo, o pentecostalismo fez sua entrada no campo religioso Colômbiano como fenômeno religioso urbano. Tanto o processo de industrialização quanto o fenômeno da violência rural causaram migrações das massas da população aos centros urbanos provocando o desmoronamento do modelo sócio-político da Colômbia rural marcada pelas relações verticais de poder caudillista, patrimonialista e clientelista⁸⁷. Em muitos sentidos, os protestantismos populares ou o pentecostalismo ofereceu, a partir de suas sociabilidades religiosas, um modelo social urbano de substituição à sociedade tradicional opondo o pastor patrão e, depois empresário da fé, à sua clientela religiosa. Mas os evangélicos, a partir de sua visão milenarista e messiânica, possuíam igualmente um projeto político de conquista da sociedade e sua expansão na política partidária seria uma demonstração desta vocação manifesta de transformação da sociedade corrompida e que os marginalizava.

A análise das propostas para a Assembleia Nacional Constituinte e os sucessivos projetos de lei apresentados no Senado e na Câmara de Representantes Colômbianos pelos partidos políticos evangélicos feita por Helmsdorff mostra seus distintos projetos. O *Partido Nacional Cristiano* utilizou o espaço televisivo dado aos candidatos presidenciais na eleição de 1990 para ganhar adeptos. O *Movimiento Unión Cristiana*, representava a Confederación Evangélica de Colômbia (CEDECOL), organismo que reunia a maior parte das sociabilidades evangélicas e que durante a década passada vinha promovendo uma série de conferências analisando o papel das igrejas cristãs na sociedade e na política. Os parlamentares evangélicos na Assembleia, Arturo Mejía Borda, pelo Partido Nacional Cristiano e Jaime Ortiz, pelo Movimiento Unión Cristiana, ambos eleitos com 115.201 votos, apresentaram propostas de reforma da constituição mas se notabilizaram pela tentativa de desmantelamento da hegemonia da Igreja enraizada no Concordato de 1887. Embora os temas econômicos fossem importantes, os candidatos evangélicos não apresentaram nenhum projeto nesta área. Tiveram sucesso, entretanto, na aprovação dos artigos instituindo a liberdade de consciência, de cultos e liberdade religiosa assim como a igualdade de todas as confissões religiosas perante a lei. No

⁸⁷ Helmsdorff, 1996.

período legislativo posterior (1991-1994), os evangélicos, aproveitando o "momentum" dado pela sua participação na Assembleia, elegeram dois senadores: Fernando Mendoza, pelo partido Unión Cristiana e Claudia Rodríguez, pelo Partido Nacional Cristiano; e uma representante à Câmara: Viviane Morales, também pelo partido Unión Cristiana. O objetivo da Unión Cristiana consistia em apresentar o caminho de Deus à ordem temporal, o que incluía a luta contra a corrupção. O Partido Nacional Cristiano procurou amparar a infância, proteger os idosos, a mulher, combater o narcotráfico e desenvolver políticas públicas voltada ao bem-estar das classes trabalhadoras. Contudo, os evangélicos continuaram mobilizados a fim de obter os mesmos privilégios da Igreja através de projetos de reformas constitucionais isentando as sociabilidades religiosas protestantes de tributos, garantia da personalidade jurídica, além daqueles projetos visando a proibição da pornografia, a criminalização do aborto, o fortalecimento e proteção da família, a regulação do consumo de álcool e de tabaco. Um terceiro grupo de projetos de lei tentaram favorecer o processo democrático. Entre eles contam-se: o projeto de participação cidadã que reduz o número de assinaturas requeridas para a apresentação de projetos de lei pela população e o projeto "Mujer Cabeza de Familia", que garante a participação das minorias étnicas e políticas em postos legislativos, ambos de autoria do *Partido Nacional Cristiano*; além do projeto de proteção à mulher contra o assédio sexual, elaborado pela Unión Cristiana⁸⁸.

O período legislativo seguinte 1994-1998 foi caracterizado pela diminuição da influência evangélica na Câmara dos deputados Colômbiana como consequência das divisões internas que os partidos evangélicos sofreram durante o processo eleitoral. O *Partido Nacional Cristiano* não conseguiu reeleger sua senadora; Colin Crawford, um dos *concejales* de Bogotá deixou o partido e aliou-se ao *Movimiento Unión Cristiana* cuja divisão interna acerca das nomeações aos cargos eletivos resultou na saída da deputada Viviane Morales do partido. Nas eleições de 1994, Morales se uniu ao tradicional Partido Liberal e conseguiu ser reeleita. O MUC, por sua vez, elegeu o evangélico Jaime Ortiz Hurtado.

A participação dos evangélicos na política-partidária na Colômbia seguiria a mesma lógica observada nos casos de Argentina, Brasil e Chile. Ela teria como

⁸⁸ Helmsdorff, 1996.

finalidade a conquista de privilégios para a sociabilidades religiosa da parte daqueles que ocupam postos políticos visando a expansão destas dentro da sociedade civil que pretendem transformar a partir do imaginário messiânico e milenarista. Segundo Helmsdorff, embora os estatutos dos partidos evangélicos Colômbianos expressem uma organização democrática, sua constituição mostra o contrário. São organizações caudilhistas, clientelistas e patrimoniais. Ambos os partidos possuem um sistema altamente hierarquizado e autoritário concentrado em seus Diretórios Nacionais que detém a hegemonia do processo decisório em todos os níveis de organização do partido. No caso do PNC, os três principais líderes pertencem à mesma família; Claudia Rodríguez de Castellanos, a ex senadora do partido além de ser a esposa de César Castellanos, o pastor da *Misión Carismática Internacional*, grupo que representam, é filha de Alfonso Rodríguez, um antigo *concej*al de Bogotá, caudilho do Partido Liberal. O mesmo pode ser observado no caso do Movimiento Unión Cristiana. Em suas palavras⁸⁹:

También aquí el verticalismo y lo cerrado de la estructura interna se ha hecho presente, es un pequeño grupo de personas quienes desde Bogotá toman las decisiones del Movimiento, desconociendo las propuestas y planteamientos de los afiliados regionales. Una carta de un miembro a la Directiva Nacional es muy dicente: "Mantengo...la convicción...de que es necesaria y urgente...la presencia de hombres honestos, íntegros y capaces...[que] sirvan al Señor, a la nación, a sus hermanos y no a sus intereses personales..."

Descrevendo o processo eleitoral de 1994, a autora afirma que⁹⁰:

... la decisión de a quién apoyar no provino de un poroso analítico y democrático sino de una negociación entre el candidato Ernesto Samper (actual Presidente) y los evangélicos; estos ponían votos y él se comprometía a presentar un proyecto de ley por el al se le da igual tratamiento tributario a todas las iglesias. Y así fue, la dirección del Movimiento mandó durante este período cartas a los pastores de las diversas congregaciones diciendo que por favor "recomendaran" a Samper a sus fieles.

Sua conclusão mostra que os objetivos dos políticos evangélicos na Colômbia⁹¹:

⁸⁹ Helmsdorff, 1996.

⁹⁰ Helmsdorff, 1996.

⁹¹ Helmsdorff, 1996.

... nada tienen que ver con un proceso de ampliación de la democracia, de presentación de un modelo de sociedad basado en los principios del Evangelio que debería entrar a competir con otros modelos de manera democrática, o por lo menos de lograr una real separación entre iglesia y Estado, que es uno de los puntos fundamentales de la modernización. Su participación política tiene más que ver con lograr para sí como iglesia establecer relaciones con el Estado que le permitan ampliar su poder dentro de las más variadas esferas sociales. El éxito de los grupos protestantes en Colômbia es precisamente el de, cómo lo explicamos antes, mantenerse cercanos a las raíces sociales, y su participación política se puede decir que es una mera estrategia de los grupos directivos para afianzar su poder dentro de la sociedad. Una vez conseguidos estos objetivos (las bases legales para el tratamiento igualitario con respecto a la Iglesia Católica están para este momento prácticamente logrados) la participación se va yendo lentamente a pique ya que no la sostiene ningún tipo de interés u organización de base popular. ¿Cuanto tiempo más podrán los grupos protestantes mantenerse en el poder? ¿Han logrado establecer ya unas clientelas fijas que le permitan permanecer en el poder? ¿O surgirán otros grupos políticos evangélicos dispuestos a trabajar en y por la democracia? Esta última posibilidad no se descarta ya que existen en Colômbia grupos evangélicos que tienen una visión crítica de la situación social y de la participación del Partido Nacional Cristiano y del Movimiento Unión Cristiano. De hecho, las congregaciones menonitas Colômbianas (cinco en total), la Iglesia Presbiteriana de Colômbia y el Sínodo Reformado de la Iglesia Presbiteriana de Colômbia, plantean, fieles a su tradición histórica, que la iglesia tiene un compromiso social y que este compromiso debe traducirse a la esfera individual e institucional. Una labor ejemplar es la que han hecho algunos menonitas que han trabajado con personas de las más diversas vertientes en pro de la libertad de conciencia.

1.3.3.2 “Gobernar Venezuela por cinco años según la Biblia Evangélica”: Organización Renovadora Autêntica (1978-1998)

O primeiro partido político protestante da América Latina surgiu na Venezuela em 1978, ano de registro do partido *Organização Renovadora Autêntica* (ORA). Com sede na cidade de Caracas, ORA não surgiu da mobilização do protestantismo histórico, em sua maioria composta pelas sociabilidades religiosas batistas mas de um protestantismo popular. Foi o canal por meio do qual expressou a ambição política de doze líderes evangélicos de tipo pentecostal - entre os quais Luis Reys, Godofredo Ramón Marín e Carlos Méndez – alguns deles fundadores de organizações estudantis que justamente atuavam fora do quadro institucional protestante, as chamadas paraeclesiásticas, iniciadas uma década antes na Venezuela, a partir do *Movimento Universitário Evangélico Venezuelano* (MUEVE). Estes políticos evangélicos criaram o partido de maneira oportunista visando as disputas da eleição presidencial de 1978 e as eleições municipais a serem

realizadas no ano seguinte ⁹². O partido considera que o cristianismo não é uma ideologia política de esquerda, de direita ou de centro; governar deveria ser o exercício da política sob os “sagrados e nobres princípios cristãos do amor, da paz, da fé e da esperança e, acima de tudo, do amor a Deus e ao próximo, da tolerância, da liberdade religiosa e do pluralismo político”⁹³.

A primeira fase de organização deste partido político evangélico, que culminou com o teste das urnas em 1978 e 1979, caracterizou-se pela precariedade. O *Pacto Venezuela Nueva* firmado em 12 de março de 1977 pelos membros fundadores da agremiação partidária estava longe de ser considerada uma plataforma política digna deste nome. Este consistia em uma declaração baseada na experiência daquele movimento estudantil em que os signatários prometiam, de forma vaga, defender os princípios da Reforma Protestante do século XVI. Mais contundente, entretanto, foi o comprometimento da ORA com os valores do neoliberalismo econômico, o que permite situá-la no centro-direita do espectro ideológico político, principalmente no que concerne a defesa da natureza sagrada do trabalho; a ética individual e coletiva no desenvolvimento econômico; a independência da Igreja e do Estado; a liberdade como condição fundamental do desenvolvimento social; o reconhecimento do valor espiritual da propriedade privada; a solidariedade entre os homens como o reconhecimento da origem do ato criador único e igualitário; a autonomia do povo manifestada no rechaço da regulação do Estado e do capital internacional nos sindicatos, grêmios, ligas camponesas, associações de vizinhos assim como a independência dos poderes do Estado (Ejecutivo, Legislativo e Judiciário), e finalmente, autonomia dos municípios na administração de seus recursos locais, notadamente a terra⁹⁴. Em agosto de 1977, a direção nacional do partido passou a contar com apenas nove membros. À defecção destes três quadros somou-se, ainda, o problema das coletas de assinaturas necessárias visando o reconhecimento do partido junto ao *Consejo Supremo Electoral* (CSE). A ambição destes líderes evangélicos era a criação de diretórios políticos em quase todo o território venezuelano. Contudo, submetidos os registros ao CSE, o partido obteve a licença legal para participar do processo eleitoral em

⁹² Deiros, 1986: 305-307.

⁹³ PSUV, 2012.

⁹⁴ Deiros, 1986: 305-307.

apenas três dos quatorze estados com diretórios organizados. Em 1978, ano das eleições presidenciais, a direção nacional do partido converteu-se em *Comando Nacional de Campaña*. Este era composto por cinco membros e um Secretariado Político em sua maioria integrado pelos Secretários gerais de cada um dos três estados em situação de registro oficial. Prometiam promover uma democracia participativa em aliança próxima ao Estado e à religião governando em prol de uma “crístologia pluralista” que incluía os evangélicos e não apenas o católico⁹⁵.

Os resultados do partido ORA nas eleições presidenciais de 1978 e 1979, bem como nas eleições gerais de 1983 foram decepcionantes por vários motivos. Em 1978, ano em que foi eleito presidente Luis Herrera Campins apoiado por ampla coalizão formada pelos partidos COPEI, URD, FDP e OPINA, ORA não conseguiu seu objetivo de lançar um candidato evangélico à presidência. O mesmo se repetiria em 1983, quando Jaime Lusinchi foi eleito presidente sobre a base coalescente formada pelos partidos AD, URD, VOI e VTV. Embora a ORA tivesse recebido uns três mil votos nas eleições de 1979, também não conseguiu eleger nenhum deputado ao Congresso venezuelano. Contudo, ORA trouxe maior visibilidade aos evangélicos embora a recepção dos partidos políticos venezuelanos tenha sido em princípio de indiferença. A ORA também não obteve êxito em mobilizar as igrejas protestantes históricas vendo frustrada, assim, a expectativa de constituir uma base eleitoral entre os evangélicos provenientes do protestantismo histórico, mesmo que o partido defendesse uma ideologia que ia de encontro aos valores da classe média evangélica. Finalmente, a imagem de honestidade do político evangélico veiculada pelos quadros do partido durante as campanhas eleitorais acabou não impactando as sociabilidades religiosas protestantes até então destituídas da prática da escolha de um candidato baseada na pertença religiosa⁹⁶. A situação, contudo, mudaria em 1988. Começava uma segunda fase no partido caracterizada pela disputa de candidatos evangélicos ao primeiro posto político do país bem como a eleição de representantes à Assembleia Nacional até a última participação de ORA nas eleições gerais de 1998 que elegeu presidente Hugo Chaves.

Nas eleições gerais de 1988, ORA foi o primeiro partido político evangélico da América Latina a lançar um de seus membros fundadores à

⁹⁵ Deiros, 1986: 309.

⁹⁶ Deiros, 1986: 311.

presidência do país, o pentecostal Godofredo Ramón Marín. Sua promessa eleitoral consistia em *governar Venezuela por cinco años según la Biblia Evangélica*. Em uma eleição disputada por 24 candidatos, a maior da história política da Venezuela, e sem se coligar com nenhum outro partido, Marín obteve 0.87% (63.795 votos) do total de votos válidos estimado a 7.315.183. Ficou atrás apenas das coalizões formadas pelos partidos AD, PN, VTV que elegeu presidente Carlos Andrés Pérez e, respectivamente, de Eduardo Fernandez (COPEI, MIN, ICC, FNP, VTV) e Teodoro Petkoff (MAS-MIR)⁹⁷. Nesta eleição, ORA conseguiu eleger dois deputados à Asamblea Nacional: o engenheiro Gabriel Hernández Niño Laguado, representando o Estado Zulia e o médico Modesto M. Rivero, representante do Distrito Capital, antigo Distrito Federal. Tendo em vista que o Estado venezuelano não destinava nenhum tipo de recursos financeiros às igrejas evangélicas no país durante os anos de 1988-1994, Laguado, que tornou-se membro da Comissão de Finanças da Assembleia Nacional utilizou seu mandato a fim de levantar fundos para a construção do templo da Iglesia Evangélica de la Cruz, em Maracaibo. A prática corporativista, entretanto, era percebida como moralmente justificável até mesmo pelo órgão de divulgação da sociabilidade religiosa que lançava uma campanha de levantamento de fundos baseada no lema “*un grand templo para un grand Dios*”⁹⁸. Nas eleições presidenciais de 1993, que elegeu Rafael Caldera, sobre a base da maior coalizão de partidos políticos jamais vista na história da Venezuela formada por 17 agremiações políticas, ORA, sem coligar-se, apoiou o evangélico Modesto M. Riveiro, o qual obteve a quinta colocação com 0,37% do total de votos válidos (20.814 votos) numa disputa em que participaram dezoito candidatos e cujo colégio eleitoral foi estimado em 9.688.795 votantes⁹⁹. Nas eleições presidenciais de 1998, em que saiu vitorioso o candidato Hugo Chávez Frías, ORA, pela primeira vez em sua história, participou do sufrágio coligada com outras siglas (URD, RENACE, VU, ICC, FIN e ONDA). Apoiou o candidato Luis Afaro Uceró, que obteve a quarta colocação no pleito. Nesta eleição, ORA obteve 0,12% dos votos (7.518 votos) e a coligação recebeu 0,42% (27.586 votos).

⁹⁷ Consejo Supremo Electoral, 2006.

⁹⁸ Embajada del Reino de los cielos, 2009.

⁹⁹ Consejo Supremo Electoral, 2006.

1.3.3.3 Nova Elite Parlamentar Evangélica no Peru: etnicidade, modernidade e cidadania

A presença de atores políticos evangélicos na cena partidária peruana antes das eleições gerais de 1990 era limitada e mesmo dominada por figuras cuja pertença religiosa provinha do protestantismo de missão. A participação política do jornalista José Ferreira Garcia, membro da *Iglesia Evangélica Peruana*, constitui exemplo dessa participação. Foi eleito deputado em 1956, senador em 1963, 1968 e novamente em 1985. Isso não significa, entretanto, que as campanhas desses políticos protestantes fosse feita de maneira isolada e sem o apoio institucional da denominação. Isso percebe-se na carreira do engenheiro Pedro Arana Quiroz, pastor presbiteriano eleito membro da Assembleia Constituinte em 1979. Embora ambos fossem militantes do partido *Acción Popular Revolucionaria Americana* (APRA), fundado por Victor Raúl Haya de la Torre, no qual foram eleitos, apenas a campanha de Arana já contou com a articulação dos líderes evangélicos em torno de sua candidatura utilizando suas redes eclesiais. Depois do Brasil, onde a representação política de deputados federais evangélicos apresenta-se como fenômeno recorrente em todas as oito legislaturas na Câmara dos Deputados, de 1987 à atual iniciada em 2015 (Cap. 3), o legislativo peruano constitui um segundo espaço privilegiado para a emergência e estabelecimento de uma nova elite parlamentar evangélica na América Latina, onde se fizeram representar em sete legislaturas. A inserção de atores evangélicos na cena legislativa peruana teve como marco inaugural o ingresso de dezoito parlamentares evangélicos - quatorze deputados e quatro senadores - na lista vitoriosa que elegeu presidente, no segundo turno, o *outsider* Alberto Fujimori em 28 de julho de 1990. Com 62,4% de votos (4.478.897), Fujimori derrotou o romancista Mario Vargas Llosa, o candidato do partido *Frente Democrático* que representava a elite econômica peruana, ficando com 37,6% dos votos (2.708,291). Além da representação parlamentar inédita, os evangélicos também passaram a contar um representante no poder executivo, o pastor batista Carlos García y García, segundo vice-presidente de Fujimori¹⁰⁰. A pesquisa *Políticas divinas* (2008), realizada pelo Instituto Riva-Aguero, da Pontifícia Universidad Católica do Peru demonstrou que o suporte protestante foi decisivo na

¹⁰⁰ Adital, s/d.

campanha fujimorista de 1990. Os esforços visando a coleta de assinaturas para registro do partido assim como a formação de comitês de campanha locais foram recompensados com a outorga de 21,6% de participação na lista de deputados e 18,3% na de senadores¹⁰¹.

O engenheiro agrônomo Alberto Fujimori cegou ao poder através de uma campanha populista que encontrou respaldo no voto evangélico. Embora tivesse recebido apoio massivo das sociabilidades religiosas provenientes do protestantismo de missão, principalmente da *Iglesia Batista* e a *Alianza Cristiana y Misionera*, outras sociabilidades religiosas protestantes de tipo popular, as pentecostais e neopentecostais, igualmente o aprovaram, como a *Iglesia Pentecostal*, as *Asambleas de Dios*, a *Iglesia Peregrina*, a *Iglesia Evangélica Peruana* além de várias congregações carismáticas lideradas pelo pastor Humberto Lay Sun futuro candidato à presidência do Peru e acusado de corrupção com Fujimori. Constituídas pelas populações indígenas marginalizadas como os *quechua* e *aybara* de Huancavelina, Ayacucho, Apurímac, Cusco e Puno, estes segmentos etnico-religiosos se mobilizaram ao redor do movimento político *Cambio 90* que passou a ver em Fujimori - “el hermano maior”- um líder messiânico capaz não apenas de tirá-los da condição de pobreza mas também de melhorar os níveis de desenvolvimento do país além de gerar mais empregos como afirmava seu slogan de campanha: “tecnología, honestidade y trabajo”¹⁰². Fujimori teria se aproveitado das redes políticas marginais estabelecidas em eleições presidenciais anteriores - as quais foram animadas por movimentos sociais como o *Frente Evangélico* (FE) surgido em 1980 e a *Asociación Movimiento de Acción Renovadora* (AMAR) fundada em 1985 – além das próprias redes evangélicas formada pelo *Concílio Nacional Evangélico* do Peru (CONEP) cujo candidato a vice-presidência era igualmente o presidente da organização¹⁰³.

A surpreendente eleição de Alberto Fujimori no segundo turno em 1990 marca a entrada de políticos evangélicos na cena partidária peruana. Nesta eleição, dezoito parlamentares evangélicos foram eleitos pelo *Cambio 90*; a maioria destes pertenciam à Igreja Batista. Constituíram-se em uma bancada evangélica

¹⁰¹ Millones Maríñez, 2010.

¹⁰² Degregori & Grompone, 1991: 103-104. Noticias Cristianas, 2005-2017.

¹⁰³ Bastian, 1997: 102-103.

procurando obter concessões de redes de televisão e de rádio às sociedades religiosas que representavam mas viram seus planos frustrados com o auto-golpe de Fujimori que levou ao fechamento do Congresso unicameral em 1992. Para se ter uma idéia da força evangélica nas eleições é importante destacar que nas eleições de 1985 apenas seis candidatos se apresentaram ao parlamento peruano. Em 1990, entretanto, cinquenta e dois candidatos evangélicos concorreram ao parlamento, apenas dois pelo partido aprista peruano; todos os demais eram vinculados ao Cambio 90¹⁰⁴. Destes, quatro se elegeram senadores e dezoito deputados. A bancada Fujimorista teve uma maior concentração de deputados pertencentes à Igreja Batista, 11 no total. É significativo destacar que os dois deputados evangélicos mais votados para a Câmara de Deputados peruana eram provenientes da mesma região Arequipa. Guillermo Yoshikawa Torres, o primeiro colocado com 16.980 votos era paradoxalmente membro de uma das menores igrejas protestantes do Peru, a Metodista. Foi diretor do prestigioso *Colegio Internacional* e dirigente do Rotary Club local. O segundo melhor colocado nas eleições, Gilberto Siura (14.878 votos) era um conhecido gerente das lojas de cozinhas “Surge”. O terceiro melhor colocado foi o pastor e cantor César Vargas Gonzales (13.302 votos) eleito deputado por Lima. O quarto congressista evangélico mais votado foi o jornalista Oswaldo García (12.216 votos) dono de um programa de rádio e uma emissora de televisão em Junín. Na quinta posição como deputado mais votado do Peru aparece o batista Mario Soto (9.239 votos), professor da *Universidad Nacional Técnica* do Altiplano de Puno¹⁰⁵.

Cambio 90, entretanto, não foi o único partido evangélico que disputou as eleições presidenciais de 1990. Nestas eleições também concorreu, pela primeira vez, o partido evangélico *Frente Popular Agrícola Fía del Peru* (Frepap). Fundado em 1984 com a sigla *Frente Independiente Agrícola* (FIA), o partido surgiu como braço político da congregação dos Israelitas, uma sociabilidade religiosa pentecostal utilizada pelo seu líder Ezequiel Ataucusi como base política para as presidenciais em que disputou em 1990, 1995 e 2000¹⁰⁶.

Ao contrário dos parlamentares evangélicos brasileiros que apoiaram o Centrão, a bancada Fujimorista abandonaria o governo quando esta passou a ser

¹⁰⁴ Álvarez, 2008: 10.

¹⁰⁵ Álvarez, 2008: 12-13. López, 2002: 10.

¹⁰⁶ El Comercio, 2015.

excluída das políticas sociais que as beneficiariam. Isso ocorreu porque o governo cedeu à pressão da Igreja temerosa com a concorrência dos evangélicos no campo religioso especialmente se estes viessem a dominar o setor midiático. A clivagem religiosa durou até a instauração do regime autoritário em 1992, quando o Congresso Nacional peruano foi dissolvido. Oito meses depois de iniciado o *Governo de emergência e reconstrução nacional*, Fujimori convocou o Congresso Constituinte. Nas eleições para a Assembleia Constituinte se elegeram apenas quatro evangélicos dentre os quais apenas dois foram reeleitos; todos, entretanto, eram fujimoristas. Nas eleições de 1995, nota-se uma grande pluralização do campo religioso peruano o que incidiu numa maior participação de diferentes sociabilidades evangélicas apresentando 57 candidatos embora predominassem os protestantes históricos com 39 candidatos. Apenas cinco congressistas foram eleitos, todos do partido governista¹⁰⁷. Em 2000, concorreram 35 candidatos evangélicos, apenas três do Cambio 90; somente um deputado fujimorista se reelegeu.

Com a queda do regime autoritário de Fujimori, novas eleições legislativas foram convocadas para 2001. Contudo, a quebra do sistema partidário teria como consequência a instabilidade democrática que favoreceria a emergência da ideologia apocalíptica no campo social e, com ela, novas candidaturas evangélicas representando suas bases religiosas. Esse fenômeno pode ser visto no alto número de candidatos evangélicos que se apresentaram às eleições parlamentares. Foram trinta candidatos evangélicos que disputaram as eleições embora apenas três tenham conseguido se eleger. Dois eram protestantes históricos (batistas) e um provinha da pentecostal Igreja Verbo Divino. Encerra-se, assim, o primeiro período da participação dos evangélicos na política partidária: da ascensão de Fujimori em 1991 até sua queda em 2001.

Como resultado de um cenário de instabilidade democrática, as eleições gerais de 2006 foram marcadas mais uma vez pela grande participação dos evangélicos nas urnas após o fraco desempenho das eleições de 2000. O movimento *Câmbio 90* desapareceu, mas a mobilização evangélica tornou-se mais corporativa. Dois novos partidos políticos evangélicos surgiram disputando as eleições peruanas. O *Partido Reconstrucción Democrática* (PRD), e o *Partido*

¹⁰⁷ Rivera, 2006: 64.

Restauración Nacional (PRN) foram respectivamente fundados por líderes neopentecostais que usaram as agremiações partidárias como organismos de representação de suas sociabilidades religiosas constituídas como base de apoio de suas candidaturas presidenciais. O PRD teve seu registro cancelado em 2007 por não ter conseguido o índice eleitoral nas eleições de 2006. O PRN foi fundado pelo engenheiro civil e pastor pentecostal Humberto Lay Sun, líder da Igreja Bíblica Emmanuel, sociabilidade religiosa que criou em 1984. Lay Sun Disputou as eleições gerais do Peru de 2006. O partido conseguiu superar a barreira eleitoral dos 4% de votos válidos e obteve duas das cento e vinte cadeiras no parlamento: a pastora Alda Lazo (29.154 votos), da *Comunidad Cristiana Agua Viva* e o pastor David Perry (4.917 votos), da *Iglesia Maranatha de Madre de Dios*. Lay Sun ainda disputaria a prefeitura de Lima nas eleições municipais de 2006 e 2010. Nas eleições gerais de 2011, o PRN coligou-se com o movimento *Alianza por el Gran Cambio* e Humberto Lay Sun foi o único membro do partido eleito ao Congresso da República¹⁰⁸. Nas eleições de 2006, outros dois candidatos evangélicos foram eleitos ao parlamento: o batista José Maslucán, pelo *Partido Nacionalista Peruano* e pastor da Igreja Bíblica Emmanuel Michael Urtecho Medina, pelo *Partido Solidaridad Nacional*¹⁰⁹. Em 2013, Urtecho foi destituído do cargo por corrupção no exercício de suas funções como congressista¹¹⁰.

A maior conquista dos quatro políticos evangélicos no Congresso ocorreu em 2010. Embora a liberdade de culto no Peru tenha sido instituída a 11 de novembro de 1915, a igualdade entre as religiões e a liberdade religiosa seria apenas promulgada em 2010, na gestão do presidente Alan García (1986-1990; 2006-2011). De autoria da congressista Alda Lazo, do partido *Restauración Nacional* (RN), o projeto de Lei de Igualdade e Liberdade Religiosa foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Constituição do Congresso da República do Peru. A nova lei mudou as relações das minorias religiosas com o Estado. Além de proibir qualquer discriminação por motivos religiosos, a legislação estabeleceu critérios para o reconhecimento da personalidade jurídica das sociabilidades religiosas e a exoneração tributárias às mesmas. Também tornou facultativa a participação dos

¹⁰⁸ Universidad Peru, 2005.

¹⁰⁹ Congreso de la Republica del Peru, 2006.

¹¹⁰ Pachas, 2012.

estudantes nos cursos de religião por “motivo de consciência” embora o ensino religioso nos estabelecimentos públicos continuasse sob o domínio da religião católica. A Legislação permitiu o proselitismo em centros médicos, penitenciárias, delegacias e estabeleceu que as entidades religiosas podem criar e dirigir de forma autônoma seus centros de formação para o ministério religioso e para estudos teológicos. Digno de destaque é o fato de que a elaboração da norma teve o aporte de líderes religiosos como o pastor Eleazar Soria e Raquel Gago, da União Nacional de Igrejas Cristãs Evangélicas do Peru (UNICEP), e do pastor Rafael Goto Silva, ex-presidente do Concílio Nacional Evangélico do Peru (CONEP)¹¹¹.

Nas eleições de 2011 trinta e oito candidatos evangélicos disputaram uma cadeira no parlamento. Deste total, dezesseis se apresentaram com pastores (42% dos postulantes); os restantes vinte e dois candidatos evangélicos representavam 58% dos postulantes. Deste grupo se elegeram oito parlamentares evangélicos, o dobro alcançado no pleito anterior; cinco destes parlamentares eram pastores. É ainda significativo destacar que dos oito congressistas eleitos, cinco provinham da bancada Fujimorista *Fuerza Popular*: o pastor Julio Rosas (75.322 votos) e o advogado Julio Gagó César Pérez (49.272 votos) por Lima; o pastor batista Jesús Hurtado (14.632 votos) por Junín; María del Pilar Cordero Jon Tay (6.073 votos) por Tumbes e, finalmente, o biólogo Víctor Raúl Grández Saldaña (10.531 votos) pela região de Loreto. Um candidato, o pastor e teólogo nazareno Eduardo Nayap Kinin (17.556 votos), da região do Amazonas - um nativo de la etnia awajún, foi eleito pelo partido *Gana Perú*; o pastor Michael Urtecho, do partido *Solidaridad Nacional* (25.388 votos), da região de La Libertad, foi o único parlamentar reeleito em 2011. Finalmente, um candidato, o pastor Humberto Lay (215,076), da *Iglesia Bíblica Emanuel*, tornou-se congressista pelo partido *Alianza por el Gran Cambio*, por Lima, obtendo a segunda melhor votação entre os dez primeiros candidatos mais votados nas eleições de abril. Merece destaque a eleição do pastor Otoniel Pardo (101.090 votos) eleito ao Parlamento Andino, na lista do partido *Alianza por el Gran Cambio*.

O pastor Eduardo Nayap Kinin, realizou estudos primários na escola *Miguel Grau* e secundários no colégio militar *Ramón Castilla*. Depois de dedicar-se a Teologia se radicou na Costa Rica, onde trabalhou como encarregado da área de

¹¹¹ Hornung, 2010.

organização e capacitação camponesa para a *Comunidad Económica Europea* em Puntarenas entre 1994 e 2008 além de se ocupar com a área de compromisso cristão para a Visão Mundial Internacional entre 1999 a 2004. No período de 2005 a 2006 foi professor de Bíblia em Alajuela e entre 2007 a 2010 foi pesquisador em estudos sociais, econômicos e políticos em San José. Em janeiro de 2011 obteve o título de licenciado em Teologia pela *Universidad Nazareno de las Américas*, Costa Rica. Ao eleger-se deputado na eleições parlamentares realizadas a 10 de abril de 2011, Nayap tornou-se o primeiro indígena amazônico a obter um posto no Congresso do Peru. Acusado de adulterar votos para se eleger ao Congresso, Kinin teve seu processo arquivado em 2013.

O pastor evangélico Humberto Lay Sun talvez seja o político evangélico mais conhecido na atualidade principalmente por ter concorrido às eleições presidenciais em 2006 na qual obteve apenas 4.38%, mas cuja participação garantiria uma posição de destaque no cenário político peruano. Humberto Lay nasceu em Lima no ano de 1934. Descendente de chineses, estudou no colégio anglo-peruano *San Andrés*. Lay Sun formou-se em Arquitetura em 1957 pela *Universidad Nacional de Ingeniería* e iniciou sua carreira profissional nos importantes negócios de sua própria família. Graças ao prestígio alcançado em sua carreira de arquiteto, a partir de 1979 Lay Sun tornou-se um importante pastor da *Iglesia Alianza Cristiana y Misionera*, cujos maiores templos passaram a ser projetados por ele. Em 1987, Lay Sun fundou a sua própria empresa religiosa, a bem-sucedida *Igreja Bíblica Emmanuel*, na capital do Peru. Nas décadas de 1980 e 1990, Humberto Lay Sun esteve ligado à Comissão da Verdade e Reconciliação responsável pela investigação de abusos cometidos pela organização terrorista *Sendero Luminoso*, o movimento revolucionário *Túpac Amaru* além das próprias Forças Armadas peruanas. Em 2001, após a queda do governo autoritário de Fujimori, Humberto Lay Sun tornou-se ativo na Comissões dedicadas ao combate à corrupção. Em novembro de 2005, fundou o partido *Restauración Nacional*, um reduto para evangélicos conservadores, o qual preside até os dias atuais. Nas eleições legislativas de 2011, Lay integrou seu partido na Alianza por el Gran Cambio, de Pedro Pablo Kuczynski e elegeu-se como o único representante de seu partido e o mais velho do Congresso peruano.

O pastor Jesús Hurtado é natural de Jauja. Nasceu em 1947. Formou-se em teologia, filosofia e psicologia clínica e organizacional. Domina vários idiomas tendo vivido e estudado no exterior. De regresso ao Peru foi pastor na cidade de Huancayo e estudante na *Universidad Nacional del Centro del Perú* onde ainda cursou economia. Dedicou-se a docência e até candidatar-se ao Congresso da República peruana não teve nenhuma experiência na política partidária¹¹².

O pastor Julio Rosas é natural da cidade de Huánuco. De família cristã é o maior de sete irmãos. Formou-se no *Instituto Teológico Alianza*, no *Seminario Evangélico*, e em estudos na área de Missiologia pela *Facultad Evangélica Orlando Costas*, de la Molina, Lima. Desenvolveu atividade pastoral na *Iglesia Alianza Cristiana y Misionera* durante trinta e três anos: de 1977 a 1980 em Huánuco; entre 1981 a 1987, em La Oroya, Junín; e, no período de 1982 a 1987, tornou-se presidente da *Convención Regional del Centro del Peru* e pastor na cidade de San Martín de Porres até início de 2011. Rosas obteve projeção a frente do *Concilio Nacional Evangélico del Perú* (CONEP), onde foi presidente durante os anos de 1992 a 1995 e de 1995 a 2002 presidente nacional da ACyM, mas não possuía nenhuma experiência prévia na política partidária.

O advogado Julio Gagó César Pérez nasceu em Lima, no ano de 1961. Formou-se em Direito e Ciências Políticas pela *Pontificia Universidad Católica del Perú* além de ser diplomado em *Strategic Management* pela *The Wharton School* e em *Estructura del Poder* pela *Agencia Internacional de Gobernabilidad y Política*. Como experiência profissional foi gerente geral das *Maquinarias JAAMSA* e também seu assessor de representações e gerente geral da Faga Motors, sendo reconhecido como empresário de sucesso. Sua ascensão na política deve-se aos populares programas de rádio e de televisão conhecidos como “La Hora del Empreendedor”. Não possuía experiência prévia na política partidária e sua pertença religiosa não foram identificados.

María del Pilar Cordero Jon Tay, a única deputada do sexo feminino entre

¹¹² Hurtado possui graduação em Teologia pelo *Instituto Bíblico Bautista del Centro* e pela *Facultad Teológica Pontificia y Civil* de Lima, além de Filosofia pelo *Seminário de Santo Toribio*; tem especialização em Teologia Bíblica pelo *Instituto Bautista de El Mantaro* e pelo *Bibel Seminar* de Wupertal, Alemanha; é Mestre em Saúde Mental e Clínica Social pela *Universidad de León*, Espanha; Mestre em Missiologia pela *Freie Hochschule für Mission*, Alemanha; é licenciado em Psicologia pela *Universidad Andina del Cusco*; tem formação em Economia pela *Universidad Nacional del Centro del Perú* e formação em Administração de Empresas pela *ESAE*.

os parlamentares evangélicos esteve envolvida em dois escândalos denunciados pela imprensa local. O primeiro diz respeito as 15 visitas noturnas que a congressista teria realizado entre 6 de novembro a 7 de dezembro a ninguém menos que o ex-presidente Alberto Fujimori na prisão *Diroes* onde cumpre pena por crimes contra a humanidade. Em sua defesa, os congressistas Luisa Maria Cuculiza e Julio Gagó tem afirmado que na condição de evangélica, a parlamentar tem levado apenas apoio espiritual a Fujimori. O segundo escândalo diz respeito a falsa alegação de que teria estudos superiores em Ciências da Comunicação pela universidade particular Los Angeles de Chimbote, segundo consta em sua declaração apresentada junto ao *Jurado Nacional de Elecciones* (JNE), denuncia que está sendo investigada pela Comissão de Ética do Congresso peruano presidida pelo pastor Humberto Lay. As informações quanto a experiência prévia da deputada na política partidária, assim como sua pertença religiosa, não puderam ser por nós levantada até o momento. O que se pode afirmar, entretanto, é que Pilar Cordero tem atualmente oito leis aprovadas, nenhuma de iniciativa pessoal.

Finalmente, o biólogo Víctor Raúl Grández Saldaña nasceu em Rioja, San Martin em 1959. Egresso da *Facultad de Biología de la Universidad Nacional de la Amazonía Peruana*, é o político evangélico mais experiente da bancada Fujimorista, servindo como *Regidor Municipal* em Punchana de 1996 a 2006 ininterruptamente. Sua pertença religiosa também não pode ser por nós certificada. A dificuldade em atestar a pertença religiosa no caso dos três parlamentares Fujimoristas pode dever-se a não instrumentalização intencional por parte destes no meio legislativo, o que é muitas vezes explorado pela oposição ou por setores ligados ao catolicismo romano. Da mesma forma, o grau de instrução como a categoria profissional constituem, mais no caso peruano do que no contexto parlamentar brasileiro, um atributo importante no que concerne a legitimidade da carreira do político, de forma a valer a paráfrase bíblica do “diga-me onde estudastes e te direi quem tu és”.

Outros protagonistas na cena parlamentar anterior (Legislatura 2006-2011) não obtiveram êxito em suas campanhas para a reeleição. Trata-se, primeiramente, dos pastores Alda Lazo e David Perry que abandonaram o partido *Restauración Nacional* pelo qual foram eleitos em 2006 para disputar as eleições pelo partido Solidaridad Nacional aproveitando da grande popularidade do prefeito

de Lima Luis Castañeda. Nas eleições de abril, entretanto, o partido obteve um grande fracasso; Lazo e Perry não conseguiram a reeleição. Embora sua igreja continuasse crescendo no período de cinco anos, Lazo obteve 5.084 votos a menos em relação a 2006. Perry, que obteve 1.651 votos em 2011, perdeu 3.266 votos em relação ao pleito anterior. Outros líderes evangélicos também fracassaram na campanha de 2011. Entre eles as pastoras da Iglesia Yo Soy, Juana Lancho, concorrendo por Lima e Clara Meza, pela região de Ucayali. Lancho, trocou o partido *Restauración Nacional* em que obteve 13.469 votos em 2006 para concorrer, em 2011, pelo partido *Perú Posible*, do ex-presidente Alejandro Toledo, obtendo apenas 7.064 votos. Da mesma forma, a *Iglesia Camino de Vida* não conseguiu eleger nenhum dos seus três postulantes ao Congresso da República, todos concorrendo por Lima: Eduardo Yaipén, pelo partido *Solidaridad Nacional* (5.367 votos); Raquel Gago (3.176 votos) e Jane Cosar (18.643 votos), ambas pelo Partido *Alianza por el Gran Cambio*. Finalmente, nem os representantes do movimento apostólico foram bem-sucedidos nas eleições de 2011. Yris Huidobro, esposa do apóstolo Marcelino Salazar, obteve apenas 4.708 votos em sua candidatura ao Congresso pela lista do Partido Aprista Peruano em que concorria por Lima. Da mesma forma, o apóstolo Samuel Arboleda (19.623 votos), do partido *Alianza por el Gran Cambio*, não obteve o índice necessário de cem mil votos para ocupar um posto no Parlamento Andino. Embora não obtendo sucesso eleitoral, a participação dessas novas sociabilidades evangélicas e, em especial de candidaturas femininas, mostra o maior processo de atomização que o campo político-religioso peruano e, por outro lado, a emergência de novos partidos evangélicos seguida pela eleição de políticos com certa importância social mas sem experiência contínua atestando a precariedade na qual o sistema de partidos peruanos continua imerso no período pós Fujimori.

1.3.4 Evangélicos e a refundação dos sistemas partidários em Nicarágua e Guatemala

Tanto na Nicarágua quanto na Guatemala, a expansão das sociabilidades religiosas protestantes bem como a inserção do protestantismo na esfera pública foi grandemente impulsionada por um fenômeno natural, porém, de dimensões catastróficas: os terremotos do 23 de dezembro de 1972 ocorrido na cidade de

Managua seguido por aquele que se produziu na Cidade da Guatemala quatro anos mais tarde, em 4 de fevereiro de 1976. Ambos os abalos sísmicos ocorreram na madrugada quando a população dormia, amplificando ainda mais o número de vítimas acometidas pelos respectivos sinistros. O primeiro, da magnitude de 6.2 graus da escala de Richter destruiu a cidade de Managua deixando um saldo de dez mil mortos, quarenta mil casas arrasadas e duzentas mil pessoas desabrigadas¹¹³. Aquele ocorrido na Cidade da Guatemala e ainda mais intenso - 7.5 graus da escala de Richter - reduziu a escombros um terço da capital guatemalteca matando aproximadamente vinte e três mil pessoas além de deixar outros setenta e sete mil gravemente feridos. Embora as catástrofes naturais tivessem possibilitado a inserção de diversas organizações internacionais de ajuda humanitária, notadamente européias e norte-americanas, as quais permaneceram nos respectivos países após as trágicas fatalidades, elas não impediram a emergência de vários grupos protestantes e autóctones de se organizar sob a égide da ajuda econômica e social¹¹⁴.

A fim de responder às graves demandas causadas pelo terremoto da cidade de Managua, o médico e pastor, Gustavo A. Parajón lançou um chamado por rádio aos líderes evangélicos a fim de mobilizar as igrejas na ajuda da população afetada. Tendo fundado, em 1967, o *Programa de Vacunación y Desarrollo Comunal de Nicaragua* (PROVADENIC), em parceria com a Convenção Batista da Nicarágua, sua própria comunidade, a Primeira Igreja Batista de Managua e a Primeira Igreja Batista de Cleveland, USA, - programa de saúde que atendeu 25 comunidades rurais treinando agentes de saúde local a fim de tratar e prevenir as doenças mais comuns - Parajón era uma figura proeminente entre os evangélicos nicaraguenses e círculos médicos¹¹⁵. Quatro dias depois, em 27 de dezembro de 1972, Parajón fundava, no Colégio Batista de Managua, o *Comite Evangelico Pro-Ayuda al Damnificados* (CEPAD), uma organização interdenominacional de ajuda às vítimas do terremoto ladeado por Ramón Salgado e Tomás Téllez. Era composta por sete sociabilidades protestantes históricas e pentecostais: Assembleas de Dios, Iglesia Batista de Nicaragua, Iglesia Centroamericana, Iglesia de Cristo, Iglesia de

¹¹³ Deiros, 1986: 331.

¹¹⁴ Pédrón-Colombani, 2001: 199; 201.

¹¹⁵ American Baptist Churches of Ohio, 2011.

Dios, Hermanos Unidos en Cristo e a Iglesia Menonita, além de duas instituições evangélicas: a *Alfabetización Através da Leitura* (ALFALIT) e o *Hospital Bautista*¹¹⁶.

Em princípio, a organização ecumênica interveio em locais mais carentes, como o famoso bairro de Acahualinca, alojando os desabrigados no interior dos templos que não foram afetados pelo terremoto e distribuindo alimentação à população, algo em torno de trinta mil refeições servidas diariamente. Gilberto Aguirre, ex-diretor do CEPAD, afirmou que a intervenção evangélica através daqueles “comedores” foi tão impactante que o próprio presidente do *Comité Nacional de Emergência*, o ditador Somoza, enviou subalternos para indagar como faziam para atender a tanta gente. Isso aconteceu porque, apenas 15 dias depois do terremoto, em janeiro de 1973, 30 sociabilidades religiosas protestantes já haviam ingressado na organização interdenominacional se mobilizando no esforço humanitário. Elas contaram com doações que vieram da América Central, México e dos Estados Unidos. A organização conseguiria aglutinar mais de 70 diferentes sociabilidades protestantes do país¹¹⁷.

A partir de abril de 1973, passada a crise humanitária mais aguda, a junta diretora da organização decidiu manter sua atuação na esfera pública. O CEPAD tornou-se a primeira ONG com personalidade jurídica da Nicarágua¹¹⁸. Ela procurou intervir especialmente em quatro áreas sensíveis no país, quais sejam: (1) educação e desenvolvimento de recursos humanos, através da capacitação e formação de líderes comunais, eclesiásticos, organizações comunitárias e juntas diretivas locais do CEPAD, além da educação de adultos, o empoderamento da mulher na zona rural e o desenvolvimento integral da criança; (2) desenvolvimento da zona rural, através da promoção social e organização comunitária, a capacitação agropecuária, com ênfase na melhoria da qualidade da moradia, da saúde e o provimento de água potável, tudo isso com o provimento de fundos especiais para investimento visando dar acesso aos camponeses às sementes, insumos e outras necessidades a fim de que melhorassem suas colheitas; (3) desenvolvimento regional da Costa Atlântica, região praticamente isolada da cultura e da vida do Pacífico, incluindo a economia; (4) e, finalmente, desenvolvimento do Centro de estudos pastorais e relações com

¹¹⁶ Carazo, 2013.

¹¹⁷ Carazo, 2013.

¹¹⁸ Carazo, 2013.

as igrejas com ênfase na justiça e paz, criação da pastoral da mulher e dos jovens, a educação teológica acessível aos pastores que não tiveram uma educação formal. Visando atender esta demanda foi criado o *Centro Inter-Eclesial de Estudios Teológicos y Sociales* (CIEETS). A ênfase no desenvolvimento resultou na mudança tanto no nome da organização quanto em seus programas que, embora mantivesse a mesma sigla, passou a ser denominada de *Comite Evangelico Pro-Ayuda al Desarrollo*¹¹⁹. Era o início de uma ação paralela que competiria com a Igreja, no terreno do assistencialismo, e ao Estado ditatorial incapaz de atender as classes populares na Nicarágua.

De maneira similar ao que se produziu na Nicarágua, várias sociabilidades protestantes guatemaltecas se agruparam formando o *Consejo Cristiano de Agencias de Desarrollo* (CONCAD). O CONCAD surgiu em fevereiro de 1976, como uma iniciativa das sociabilidades religiosas protestantes orientada a cooperar na tarefa da reconstrução de moradias daquelas famílias atingidas pelo terremoto na Guatemala. À medida que a reconstrução física das diferentes regiões do país foi sendo alcançada, a organização foi mudando de ênfase assistencialista e passou a se voltar às novas demandas e necessidades da população afetada passando da reconstrução à capacitação, assessoria, acompanhamento, negociação e gestão¹²⁰. Paulatinamente estas organizações CEPAD na Nicarágua e CONCAD na Guatemala, foram convertendo-se em um foro das denominações membros desejosos de intervir na esfera pública visando mudanças tanto na estrutura econômica quanto na política.

O terremoto de Manágua em dezembro de 1972 teve como consequência o aprofundamento das contradições sociais existentes no país. Estas principiaram com a crise política que resultou na execução de Anastasio Somoza García em 1956. Somoza García ocupou a presidência da Nicarágua com o apoio dos Estados Unidos mas efetivamente comandava o país como ditador desde 1936, após derrotar as forças de Augusto César Sandino. O sistema político foi reformulado a fim de favorecer sua agremiação política, o *Partido Nacionalista Liberal* (PNL) e sua continuidade no poder. No comando da Guarda Nacional, Somoza García tratou de eliminar a concorrência. Assassinou Sandino, em 1934, violando o salvo-conduto

¹¹⁹ Deiros, 1986: 332-333.

¹²⁰ Consejo Cristiano de Agencias de Desarrollo, 2011.

deste. Ato contínuo, executou seus seguidores além de forçar a renúncia de Juan Bautista Sacasa, assumindo a presidência do país. Durante sua ditadura, a Nicarágua foi se inserindo no mercado capitalista impondo o algodão como principal produto agro-exportador mas ao custo da expulsão das massas de camponeses de suas terras onde até então, praticavam uma cultura de subsistência (milho, feijão e frutas). Em 1955, após a mudança na Constituição que lhe garantiu um novo mandato presidencial, Somoza García foi atingido por um tiro no peito disparado pelo poeta Rigoberto López Pérez na cidade de León vindo a falecer dias após sua remoção a um hospital na Zona do Canal do Panamá. A cidade de León tornou-se o epicentro do movimento estudantil que se articulou contra a ascensão ao poder de Luis Somoza, filho mais velho do ditador que acabou sucedendo-o. As lutas estudantis na cidade universitária de León originaram o movimento revolucionário precursor da *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN), principal protagonista das lutas guerrilheiras durante os próximos vinte e três anos de governo ditatorial perpetrados por Luis Somoza e Anastasio Somoza Debayle¹²¹.

Embora fosse a principal protagonista no processo revolucionário ocorrido na Nicarágua entre 1979 a 1990, a FSLN não foi o único movimento a deter o monopólio da luta contra a ditadura dos Somoza. Influenciados pelo movimento da Teologia da Libertação iniciado em meados dos anos 1960, tanto a Igreja católica quanto os setores provenientes do protestantismo passaram a apoiar o movimento popular de esquerda que levaria ao triunfo da Revolução Sandinista em 19 de julho de 1979. A perspectiva da opção preferencial pelos pobres passou a nortear os setores protestantes da Nicarágua antes mesmo da organização do CEPAD, criado em dezembro de 1972 a fim de socorrer as vítimas do desastre nacional causado pelo terremoto que destruiu a capital Managua. Várias sociabilidades protestantes apoiaram o movimento revolucionário na Nicarágua como os jovens pastores das Asambleas de Dios, da Iglesia del Nazareno y las Iglesias de Cristo. Na Costa Atlântica, as Iglesias Moravas y Episcopales também desempenharam um papel importante no movimento¹²². Dentre estas, a Igreja Batista merece destaque primeiramente porque criou dois projetos em 1967 sob a égide do desenvolvimentismo. O primeiro foi a fundação do Instituto Politécnico de Nicarágua,

¹²¹ Aragon, 2010.

¹²² Haslan, 1987: 21-38.

atual UPOLI, sob o tema “Sirviendo a la Comunidad”. O outro foi a criação do já mencionado Proyecto de Vacunación y Desarrollo Comunal (PROVADENIC). Assim como o CEPAD em seu começo, ambas as organizações possuíam natureza assistencialista, mas a opção preferencial pelos pobres já começava a ser assimilada pelos setores protestantes e seria sua marca distintiva durante a revolução. Em segundo lugar, muitos jovens estudantes do *Seminario Teológico Bautista* e da *Universidad Politécnica* decidiram participar na luta armada ingressando nas fileiras da *Frente Sandinista de Liberación Nacional* (FSLN). Ela representou a emergência de um protestantismo revolucionário que participou da triunfante Revolução Popular do 19 de julho de 1979. Esta juventude havia sido impactada pelos estudos do profetismo bíblico, pelos teólogos protestantes da libertação como Mauricio López, Emilio Castro, José Míguez-Bonino, além da vida do pastor e teólogo alemão Dietrich Bonhoeffer (1906-1945), executado pela S.S. por ter participado desde o princípio da conspiração contra a ascensão de Hitler e do Nacional Socialismo na Alemanha¹²³. Além disso, muitos evangélicos também participaram em organização de massa, como a *Central Sandinista de Trabajadores*, *la Asociación de Trabajadores del Campo*, *los Comités de Defensa Sandinista* entre outros¹²⁴. Havia cristãos evangélicos integrados na *Polícia Sandinista* (PS), no *Serviço Militar Patriótico* (SMP), no *Exército Popular Sandinista* (EPS), na *Asociación de Mujeyes nicaraguenses Luisa Amanda Espinosa* (AMNLAE), na *Juventud Sandinista 19 de Julio* (J.S. 19 DE J.), nos *Comités de Defensa Sandinista* (CDS), na *Asociación de Trabajadores Rurales* (ATR), na *Central Sandinista de Trabajadores* (CST), na *Asociación Nacional de Educadores de Nicaragua* (ANDEN), na *Confederación de Profesionales Héroes y Mártires* (CONAPRO) e na *Unión Nacional de Agricultores y Ganandeiros* (UNAG)¹²⁵.

A vitória da FSLN na revolução impactou profundamente o protestantismo nicaraguense levando-o a repensar sua pastoral tradicional. Antecipando-se ao pronunciamento oficial da Igreja católica, em outubro de 1979, as principais lideranças protestantes apresentaram “La Declaración de los 500 Pastores”. Através do documento ecumênico, os líderes evangélicos reconheciam a mão de Deus no

¹²³ Castro, 2003.

¹²⁴ Deiros, 1986: 339.

¹²⁵ Bastian, 1986: 19.

trunfo da Frente Sandinista ao libertar o povo nicaraguense do jugo ditatorial de Somoza e destacavam que estavam dispostos a trabalhar em todos os programas que ajudassem a melhorar a qualidade de vida da comunidade, sempre e quando estes não entrassem em conflito com sua fé e lealdade em Jesus Cristo¹²⁶. Além disso, o documento chamava o povo evangélico a confiar no governo revolucionário e a participar nas tarefas da reconstrução nacional como expressão da sua ética cristã. Apenas um mês mais tarde, em 17 de novembro, a pastoral dos bispos católicos expressava a simpatia da Igreja para com o governo revolucionário ao mesmo tempo em que reconhecia a possibilidade de um socialismo compatível com a fé cristã. Entendiam por socialismo um processo que caminha firmemente em direção a uma sociedade íntegra e autenticamente nicaraguense, não capitalista, não dependente, não totalitária¹²⁷. Assim, o apoio religioso traduziu-se em postos no governo revolucionário.

Em 1981, o governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos impôs um bloqueio econômico na Nicarágua e passou a financiar grupos anti-sandinistas armados conhecidos como os “contras”. Durante os violentos conflitos entre sandinistas e contra-revolucionários dos anos 1980, o CEPAD prestou ajuda humanitária a aproximadamente 250 mil pessoas através da *Acción Médica Cristiana* que enviava brigadas às zonas mais perigosas a fim de prestar serviço de saúde à população mais carente. A *Comisión Evangélica para la Promoción de la Responsabilidade Social* (CEPRES), coordenou atividades entre evangélicos envolvidos com a revolução que não contavam com o apoio de suas congregações. Durante a Revolução Sandinista e a tentativa de golpe de Estado dos anos 1980, o CEPAD fazia a intermediação entre as sociabilidades religiosas protestantes e o governo revolucionário. Usava a experiência conquistada no espaço público desde o terremoto que arrasou a capital. Em 1972, por exemplo, a ajuda humanitária do CEPAD em coordenação com a Cruz Vermelha nicaraguense só foi possível porque os evangélicos chegaram a um acordo com o governo repressivo de Somoza Debayle para que os templos, tanto protestantes quanto católicos, fossem preservados. Em 1977, após receber dados documentados de assassinatos de homens, mulheres e crianças evangélicas perpetrados pela Guarda Nacional através

¹²⁶ Deiros, 1986: 336.

¹²⁷ Castro, 2003: 170.

do informe de pentecostais da zona norte do país, o CEPAD enviou uma delegação a fim de exigir de Somoza Debayle o fim das atrocidades. Em outubro de 1982, após consultar as 45 igrejas membro, o CEPAD aprovou e subscreveu um documento intitulado *Objetivos de las prácticas entre la Junta de Gobierno de Reconstrucción Nacional, el Frente Sandinista de Liberación Nacional y el CEPAD* estabelecendo que as igrejas evangélicas poderiam fazer recomendações ao governo em assuntos que promoviam a paz, a harmonia, e a reconstrução do país. A colaboração entre a organização intereclesial com o governo revolucionário resultou, por exemplo, na aprovação da *Ley de alfabetización en lenguas indígenas* solicitado pelos miskitos e sumos, majoritariamente da igreja morávia. A campanha de alfabetização ocorreu em espanhol, inglês e miskito, entre outras. Em 1982, graças à campanha de vacinação promovida pelo PROVADENIC, pela primeira vez na história da Nicarágua nenhum caso de poliomielite foi registrado ¹²⁸.

Durante a década de 1980, a intervenção norte-americana atingiria a Guatemala. O general Efraín Ríos Montt, candidato derrotado nas presidenciais de 1974, tornou-se chefe da junta militar que governaria o país depois do golpe de Estado que derrubou Fernando Romero Lucas García em 1982. No contexto da guerra fria e apoiado pelos evangélicos anti-comunistas, o pentecostal Ríos Montt, líder da Igreja do Verbo, governou o país de 1982 a 1983 com o consentimento dos Estados Unidos que temiam que o processo político na Nicarágua se reproduzisse na região. Montt tentou frear a guerrilha financiando as *Patrullas de Autodefensa Civil* (PAC) que se opunham, notadamente, às *Fuerzas Armadas Revolucionarias* (FAR), movimento castrista-comunista surgido durante o comando do coronel Peralta Azurdia (1963-1970). Ao invés do êxito esperado, os conflitos tornaram-se ainda mais violentos degradando o país no campo social e político. Em 1983, um novo golpe de Estado dirigido por Óscar Humberto Mejía Vítores depôs a Ríos Montt. Depois da democracia ter sido restaurada no país em 1986, Ríos Montt tentou chegar ao poder disputando as eleições presidenciais guatemaltecas em 1990 e em 1995; em ambas teve sua candidatura impugnada pelo Tribunal Supremo Electoral sobre a base do artigo constitucional que veta aos ex-mandatários que chegaram à

¹²⁸ Deiros, 1986: 335-339.

presidência por vias não democráticas¹²⁹.

Em 1991, o primeiro presidente evangélico eleito no período democrático da Guatemala foi Jorge Antonio Serrano Elias que pertencia ao grupo neopentecostal Elim. Serrano Elias nasceu no catolicismo romano mas converteu-se ao protestantismo aos vinte e oito anos de idade quando tornou-se adepto da igreja evangélica fundamentalista El Shadai. Ingressou na política em 1976, quando o país havia sido destruído pelo terremoto, propondo um plano de reconstrução do país que contaria com a colaboração do capital norte-americano e a ajuda procedente das organizações protestantes. Nos anos 1970, participou da *Democracia Cristã* (DC) e do *Partido Nacional Renovador* (PNR). Exilou-se nos Estados Unidos por causa das ameaças recebidas de grupos de extrema direita em reação ao documento que produziu sobre as miseráveis condições de vida da população indígena. Retornou à Guatemala em 1982, quando Ríos Montt implantava o regime autoritário. Entre 1982 a 1983, período mais violento da história do país, Serrano Elias presidiu o Conselho de Estado. Em março de 1983, foi o centro de fortes controvérsias por ter se negado a cumprimentar o papa João Paulo II, que estava visitando a Guatemala. Candidatou-se à presidência em 1985 apoiado por uma coalizão dos partidos de direita moderada: o *Democrático de Cooperación Nacional* y o Revolucionario. Obteve a terceira colocação atrás de Vinicio Cerezo Arévalo e Jorge Carpio¹³⁰.

Depois de ter sido derrotado nas eleições presidenciais de 1985, Serrano Elias fundou, em 1986, o *Movimiento de Acción Solidária* (MAS) de orientação evangélica. Integrou a Comisión de Reconciliación Nacional da Assembleia Legislativa guatemalteca criada em 1987 depois dos acordos regionais de paz firmados no mês de agosto. Durante esta legislatura alternava sua oposição na Assembleia com a de pastor evangelista. Apresentou-se como candidato presidencial em 11 de novembro de 1990 apoiado pelo MAS. No segundo turno, realizado em 6 de janeiro de 1991, derrotou por 62,12% dos votos a Jorge Carpio, da Unión del Centro Nacional (UCN), que recebeu 31,68% dos votos. O êxito eleitoral de Serrano Elias se deve ao fato de que se beneficiou com os milhares de votos dos evangélicos que iriam à Ríos Montt, caso sua candidatura não fosse

¹²⁹ Biografías y Vidas, 2004.

¹³⁰ Biografías y Vidas, 2004.

barrada. Serrano Elias foi investido presidente em 14 de janeiro de 1991, sucedendo a Vinicio Cerezo Arévalo. Foi celebrado como o primeiro presidente civil que recebia o poder de outro civil durante todo o século XX na Guatemala e o primeiro evangélico que ocupou a presidência de um país com 90% da população católica. Contudo, formou um governo inclusivo que procurava atender desde a extrema direita até a social democracia. Em 1993, Serrano Elias tentou dissolver o Parlamento e o Tribunal Constitucional pois seu partido detinha apenas dezoito cadeiras legislativas em uma Assembleia composta por 115 parlamentares. Contudo, o golpe de Estado civil fracassou forçando Serrano Elias a exilar-se¹³¹.

Na Nicarágua, a militância do CEPAD chamou a atenção de Daniel Ortega, eleito presidente em 1985. Ortega designou o médico e pastor batista Gustavo Parajón como membro da *Comisión Nacional de Reconciliación* juntamente com o Cardeal Miguel Obando y Bravo, ex-arcebispo de Managua. Graças a atuação de Parajón, o CEPAD obteve a adesão de aproximadamente 45 novas sociabilidades religiosas que se tornaram membro da organização, ampliando a ajuda humanitária, desenvolvimento e programas de reconciliação¹³². Em 1988, começaram as negociações sobre o processo de paz que culminaria com as eleições gerais de 1990.

Merece destaque o contraste entre a atuação dos segmentos protestantes com os católicos durante a intervenção norte-americana na Nicarágua. A partir de 1980, a Igreja católica nicaraguense começou a tomar uma direção mais conservadora contrária à opção preferencial pelos pobres defendida pelos bispos durante a Revolução Sandinista. Ela foi influenciada pela visita do Monsenhor López Trujillo, Secretario Ejecutivo da Conferencia Episcopal Latino-americana (CELAM) e pela oposição ao governo revolucionário iniciada pela burguesia que passou a abandonar os postos no governo a fim de provocar a desestabilização do Estado. Neste ano, os bispos nicaraguenses pediram aos sacerdotes que abandonassem seus cargos no governo para dedicar-se a suas funções pastorais. A intervenção da Santa Sé resultou no conflito entre a Igreja hierárquica da Nicarágua com o estado revolucionário. Esta defendia que a participação de cristãos revolucionários no processo de libertação nacional não era compatível face ao projeto científico de uma

¹³¹ Biografías y Vidas, 2004.

¹³² American Baptist Churches of Ohio, 2011.

revolução liderada pela Frente Sandinista que incorporava valores essenciais do socialismo marxista. A polêmica entre os setores progressista e conservador da Igreja obrigou a FSLN a se pronunciar. Temendo a perda de militantes em seus quadros, o *Comunicado Oficial de la Dirección Nacional sobre la Religión*, emitido em 7 de outubro de 1980 se tornaria famoso na história por ser a primeira vez que um partido revolucionário de orientação marxista respondia aos problemas religiosos de maneira positiva. O documento, massivamente difundidos por católicos e protestantes, reconhecia as diferenças filosóficas entre cristãos e marxistas mas, sem invalidá-las, destacava o que era fundamental: a existência de um caminho comum para cristãos e não cristãos revolucionários, um projeto de libertação onde o projeto científico da revolução incorporava os valores essenciais do cristianismo¹³³. Contudo, a visita do papa à Nicarágua em 1985 inseriu-se dentro do contexto de desestabilização do movimento da Teologia da Libertação na América Latina.

Os segmentos protestantes quanto a eles, continuaram apoiando o governo revolucionário. Em 3 de março de 1980, o CEPAD emitiu uma carta pastoral reafirmando a vontade do povo evangélico de assumir as tarefas históricas da reconstrução. Chamava a juventude evangélica a participar com valentia na Cruzada Nacional de Alfabetização e exortava os pais de família a apoiar seus filhos nessa tarefa. O CEPAD também apoiava o programa de *Reactivación Económica* por considerar que este respondia às necessidades reais e imediatas da Nicarágua. Além disso, a *Convención Bautista de Nicaragua* (CBN) posicionou-se contra a intervenção norte-americana no país. A carta de março de 1984 condenou o bloqueio americano. Outra, emitida em 9 de novembro deste mesmo ano, foi dirigida ao presidente Reagan instando-o, desde uma perspectiva bíblica, a mudar de atitude¹³⁴. Os segmentos evangélicos continuaram apoiando o governo até o fim do Sandinismo quando Daniel Ortega foi derrotado nas eleições gerais 1990 marcando o fim do período revolucionário.

Durante os anos 1990, os segmentos evangélicos que durante a revolução sandinista proclamaram a apoliticidade da igreja chegaram a constituir-se em movimentos ou partidos políticos que buscaram chegar ao poder pela via eleitoral, as vezes estabelecendo alianças com os grandes partidos de esquerda ou

¹³³ Castro, 2003.

¹³⁴ Castro, 2003.

direita.

Quadro 3. Partidos Políticos Protestantes na América Latina.

PAÍS	TIPO DE ESTADO	PARTIDOS/MOVIMIENTOS POLÍTICOS PROTESTANTES	FUNDAÇÃO
Argentina	Confessional	Partido MOVIMIENTO CRISTIANO INDEPENDIENTE (MCI)	1991
		MOVIMIENTO REFORMISTA INDEPENDIENTE (MRI)	1994
Bolívia	Laico	ORGANIZACIÓN RENOVADORA AUTÉNTICA	1989
		ALIANZA REFORMADORA BOLIVIANA (ARBOL)	1992
Chile	Laico	PARTIDO ALIANZA NACIONAL	1996
Colômbia	Laico	ALIANZA NACIONAL CRISTIANA	1980
		PARTIDO NACIONAL CRISTIANO	1989-2006
		MOVIMIENTO UNIÓN CRISTIANA	1990
		COMPROMISO CIVICO CRITIANO POR LA COMUNIDAD (C-4)	1992
		MOVIMIENTO INDEPENDIENTE DE RENOVACION ABSOLUTA (MIRA)	2000
Costa rica	Confessional	PARTIDO ALIANZA NACIONAL CRISTIANA (PANC)	1981-2006
		PARTIDO RESTAURACIÓN NACIONAL (PRN)	2005
		PARTIDO RENOVACIÓN COSTARRICENSE (PRC)	2006
El salvador	Laico com dispositivo Constitucional	MOVIMIENTO DE SOLIDARIDAD NACIONAL	1993
Equador	Laico	MOVIMIENTO UNIDAD	?
Guatemala	Laico com dispositivo Constitucional	PARTIDO CENTRAL AUTÉNTICO NACIONALISTA	?
Honduras	Laico	ALIANZA CRISTIANA INTERNACIONAL DE PARTIDOS Y MOVIMIENTOS POLÍTICOS	1993
Nicarágua	Laico	PARTIDO DE JUSTICIA NACIONAL	1992
		MOVIMIENTO POLÍTICO CRISTIANO	1992
		CAMINO CRISTIANO NICARAGUENSE	1996
Peru	Laico com dispositivo Constitucional	UNIÓN RENOVADORA DE EVANGÉLICOS PERUANOS	1990
		PRESENCIA CRISTIANA	1994
República dominicana	Laico com dispositivo Constitucional	PARTIDO DOMINICANO PODEMOS	2016
Venezuela	Laico	ORGANIZACIÓN RENOVADORA AUTÉNTICA (ORA)	1978

Fonte: Elaboração própria a partir De Bastian, 1997 e Oro & Ureta, 2007.

Tabela 10. Tamanhos das amostras e margem de erro.

PAÍS	TAMANHO DA AMOSTRA NÃO PONDERADA	MARGEM DE ERRO (+/-)
Argentina	1.512	3,9 pontos
Bolívia	1.503	3,4 pontos
Brasil	2.000	3,8 pontos
Chile	1.504	3,6 pontos
Colômbia	1.508	3,8 pontos
Costa Rica	1.500	3,2 pontos
República Dominicana**	1.699	2,9 pontos
Equador**	1.850	3,4 pontos
El Salvador	1.500	3,7 pontos
Guatemala	1.500	2,9 pontos
Honduras	1.500	3,1 pontos
México*	2.000	3,7 pontos
Nicarágua	1.500	2,8 pontos
Panamá	1.500	3,3 pontos
Paraguai	1.504	4,0 pontos
Peru	1.500	4,0 pontos
Uruguai	1.506	3,6 pontos
Venezuela**	1.540	3,9 pontos

Fonte: Pew Research Center, 2014. *A amostra do México inclui uma sobreamostra dos estados do sul. As entrevistas foram realizadas entre uma amostra nacionalmente representativa de 1.500 entrevistados e complementadas com 500 entrevistas adicionais. **As amostras da República dominicana, Equador e Venezuela incluem entrevistas adicionais para corrigir o desequilíbrio de gênero detectado durante o trabalho de campo. A amostra original de base para cada um desses países consistia de 1.500 entrevistas.

CAPITULO II: PARLAMENTARES EVANGÉLICOS NA AMÉRICA LATINA E A DOCTRINAÇÃO DA POLITICA: MORAL PRIVADA, ÉTICA PÚBLICA

A presente seção dedica-se a emergência e estabelecimento de uma representação parlamentar evangélica em poliarquias latino-americanas contemporâneas tomando como referência a terceira onda de democratização do século XX¹³⁵. O estudo comparado das legislaturas em parlamentos latino-americanos realizadas entre 2000 a 2015 pelo *Observatório de Elites Parlamentares da América Latina* (PELA/USAL)¹³⁶ permitiu constatar a existência da representação parlamentar evangélica em quinze dos dezoito países analisados.

A base de dados do PELA constitui igualmente uma rica fonte para a análise das crenças religiosas dos parlamentares latino-americanos, seus vínculos com as religiões, principalmente católica e protestante - em suas vertentes pentecostal e neopentecostal - além de lançar luz acerca da regularidade de suas práticas religiosas. Procuramos investigar se existe correspondência entre a representação nos parlamentos da América Latina com as mudanças que vem se produzindo no interior de seu campo religioso, notadamente o declínio da identidade católica e a ascensão de uma nova identidade cultural, porém, confessional: a evangélica.

Em seguida, analisamos os dados do PELA referentes às opiniões dos parlamentares latino-americanos sobre duas questões polêmicas na área da política pública de caráter transversal, quais sejam: a prática do aborto e a união homoafetiva. A questão que nos norteia é a de saber até que ponto as convicções pessoais dos representantes das câmaras baixas e dos parlamentos da América Latina tem impactado a formulação das políticas públicas de seus respectivos países. A fim de responder a esta questão, seguimos o modelo de análise das tipologias dos Estados latino-americanos empregada na primeira parte deste estudo. Buscamos compreender de que maneira a representação parlamentar, à partir da pertença religiosa dos parlamentares, tem transformado as relações de poder entre Igreja e Estado na América Latina contemporânea.

¹³⁵ Huntington, 1994.

¹³⁶ Projeto dirigido por Manuel Alcántara (Catedrático de Ciencia Política y de la Administración de la Universidad de Salamanca).

A evidência empírica do estudo aponta em direção da permanência do religioso no espaço societal latino-americano. Trata-se, porém, de um religioso difuso e que vem obtendo sucesso em traduzir o corporativismo religioso em cadeiras legislativas nos parlamentos latino-americanos. Constituídos como grupos de pressão, os parlamentares evangélicos têm aumentado em representação e poder ao mesmo tempo em que reivindicam sua aberta identidade confessional. Porém, destituídos de um *ethos* enraizado no liberalismo político, os legisladores evangélicos tem operado visando menos a efetiva separação entre Igreja e Estado em regimes confessionais, a ampliação da laicidade em regimes cujo ordenamento jurídico assegura a liberdade de culto às religiões mas privilegiam a Igreja ou a efetiva privatização do religioso em regimes de laicidade, do que o estabelecimento de um Estado multiconfessional na América Latina no qual as sociabilidades religiosas evangélicas não apenas gozem dos mesmos privilégios que o poder público confere à Igreja mas igualmente com a efetiva participação destas no espaço público visando a sua conquista. Neste sentido, os representantes de Deus vêm obtendo sucesso na formulação de políticas públicas como expressão de sua moral religiosa e procurado impô-las ao conjunto da população.

Como demonstrado na primeira parte deste estudo, a representação de atores evangélicos na cena político-partidária latino-americana dependia (A) do peso demográfico da religião em nível nacional nos países latino-americanos¹³⁷; (B) do tipo de Estado¹³⁸; e C) dos tipos de sistemas partidários¹³⁹. Sem desconsiderar estas variáveis, a análise da representação parlamentar evangélica no poder legislativo da América Latina ainda deve considerar D) os tipos de parlamentos existentes; e, finalmente, E) os tipos de sistemas eleitorais que converte representados em representantes nas câmaras baixas da América Latina. Procuramos investigar até que ponto os tipos de parlamentos assim como o sistema que elege os representantes do poder legislativo tem impacto na emergência e estabelecimentos dos parlamentares evangélicos na América Latina.

¹³⁷ Os tipos: predominantemente católico (T1); majoritariamente católico (T2); religiosamente misto (T3) e, finalmente, minoritariamente católico (T4).

¹³⁸ Os tipos de regime: confessional; laico com dispositivos constitucionais que asseguram privilégios à Igreja da parte do Estado - que passamos a denominar regime de laicidade restrita -, ou laico.

¹³⁹ Os tipos de sistemas: bipartidários ou multipartidários.

Por fim, procuramos demonstrar que os parlamentares evangélicos latino-americanos operam como grupos de pressão organizados em bancadas suprapartiárias e interdenominacionais com a finalidade de exercer pressão ostensiva ou velada, a fim de intervir diretamente nas decisões do poder público, em especial do poder legislativo, em favor de causas ou objetivos defendidos pelo grupo, qual seja: a desconstrução das agendas progressistas dos governos de esquerda e a imposição de sua moral religiosa ao conjunto das populações latino-americanas. Assim, os evangélicos são mais conservadores do que os católicos e a importância dos grupos de pressão evangélicos nos parlamentos latino-americanos pode ser mesurado tomando o caso brasileiro como exemplar. Sob o comando do evangélico Eduardo Cunha, eleito presidente da Câmara dos Deputados no início de 2014, os evangélicos brasileiros protagonizaram um processo de *impeachment* sem crime de responsabilidade que, aceito pelo Congresso, destituiria a presidente Dilma Rousseff por meio de um golpe parlamentar a 31 de agosto de 2016.

2.1 Religião e comportamento político na América Latina

O Continente Latino-Americano está passando por um processo acelerado de pluralização de seu campo religioso. Considerado tradicionalmente um Continente católico, as declarações de pertença da população latino-americana à religião católica têm declinado, ainda que não de maneira homogênea, em todos os dezoito países da região. Em 2014, de acordo com os dados do Instituto Pew Research Center, 69% da população entrevistada declarou seu pertencimento ao catolicismo romano; 19% se identificou como evangélico; 4% declarou seu vínculo a outros segmentos religiosos e, finalmente, 8% afirmou ser ateu, agnóstico ou não ter nenhuma religião específica¹⁴⁰. Nestes dezoito países latino-americanos, a maior parte dos evangélicos (mediana de 65%) identifica-se com o pentecostalismo

¹⁴⁰ Pew Research Center, 2014: 11.

(mediana de 47%) ou como um cristão pentecostal, independentemente da sociabilidade religiosa que adere (mediana de 52%)¹⁴¹. Confira a Tabela 1.

Tabela 11. Tipo de Estado e Pertença Religiosa na América Latina em %.

		PAÍS	CATÓLICOS	EVANGÉLICOS	OUTROS	NÃO RELIGIOSOS
CONFESSIONAL	T1	Argentina	71	15	3	11
	T2	Costa Rica	62	25	4	9
LAICIDADE RESTRITA	T1	Perú	76	17	3	4
	T1	Paraguai	89	7	2	1
	T1	Panamá	70	19	4	7
	T2	República Dominicana	57	23	2	18
	T3	El Salvador	50	36	3	12
	T3	Guatemala	50	41	6	3
LAICO	T1	Bolívia	77	16	3	4
	T1	Colômbia	79	13	2	6
	T1	Equador	79	13	3	5
	T1	México	81	9	4	7
	T1	Venezuela	73	17	4	7
	T2	Brasil	61	26	5	8
	T2	Chile	64	17	3	16
	T3	Nicarágua	50	40	4	7
	T4	Honduras	46	41	2	10
	T4	Uruguai	42	15	6	37
Total Regional*			69	19	4	8

Fonte: Elaboração própria a partir de Pew Research Center, 2014 e Oro & Ureta (2007).

*Ajustando-se ao tamanho da população de cada país. As porcentagens podem não totalizar 100% devido ao arredondamento. T1 = Países Latino-Americanos Predominantemente Católicos; T2 = Países Latino-Americanos Majoritariamente Católicos; T3 = Países Latino-Americanos Religiosamente Mistos; T4 = Países Latino-Americanos Minoritariamente Católicos

¹⁴¹ Pew Research Center, 2014: 2. A mediana é o número do meio em uma lista de números classificados em ordem crescente ou decrescente. Em um levantamento em dezoito países, o resultado da mediana corresponde ao décimo lugar em uma lista de resultados em nível nacional classificados do mais alto para o mais baixo. Embora a maioria das tabelas e gráficos no relatório do instituto norte-americano apresentem resultados em nível nacional, algumas perguntas, medianas regionais, foram relatadas a fim de auxiliar os leitores a consultarem padrões internacionais.

A conversão do católico romano às vertentes pentecostal e neopentecostal da religião protestante apresenta-se como um processo de ruptura da visão de mundo engendrada pela Igreja. A inserção dos evangélicos na política partidária insere-se naquele contexto de conquista do espaço social dominado pelo catolicismo romano - *a batalha espiritual* - que procurou expulsar do espaço público as sociedades missionárias protestantes na segunda metade do século XIX. As ambições religiosas dos evangélicos de converter a sociedade católica latino-americana foi ganhando contornos político-partidários à partir da pluralização do campo religioso em quase toda a América Latina.

2.2. Parlamentares Latino-Americanos em Estados do Tipo Confessional

2.2.1 Crenças Religiosas dos Parlamentares Argentinos e Costarriquenhos

As distintas realidades observadas em Estados confessionais podem ser contrastadas a partir das análises da pertença religiosa dos parlamentares latino-americanos e suas opiniões em matéria de moralidade revelados pelo PELA. No que concerne à parte da pesquisa religiosa em dezoito parlamentos latino-americanos, o PELA concentrou-se em três variáveis: (1) se os parlamentares se consideravam crentes; (2) qual era sua pertença religiosa; (3) e a frequência com que atendiam aos serviços religiosos. A análise dos dados segue a tipologia dos Estados apresentada nas seções anteriores. Primeiramente, estudou-se o caso dos parlamentares em países com regimes de união entre Igreja e Estado, quais sejam, Argentina e Costa Rica.

Os dados relativos à Câmara dos Deputados da Argentina, composta por 257 deputados, abrangem o período legislativo 2009-2013. A pesquisa referente à Assembleia Legislativa unicameral da Costa Rica, integrada por 57 deputados, agrega dos dados recolhidos durante o período legislativo 2010 a 2014.

Num universo de 70 entrevistas, os parlamentares argentinos que se dizem crentes representavam 69,8% da Câmara contra 30,2% que afirmaram o contrário. Na Costa Rica, 56 dos 57 deputados responderam as enquetes tornando a pesquisa muito representativa. Uma maioria de 92,9% de parlamentares costarriquenhos afirmou ser crentes contra apenas 5,4% que declararam o contrário;

1,8% não respondeu à questão. Digno de nota são os 30,2% de deputados argentinos que afirmaram não ser crentes. Eles representam a segunda maior porcentagem dentre os parlamentares entrevistados nos dezoito países analisados, atrás apenas do Uruguai, com 49,4% dos deputados afirmando não terem vínculos com alguma religião. Também deve-se destacar que a categoria "crente" tem conotação de cristão, o que se comprova na análise da segunda variável observada através dos dados do PELA, como veremos a seguir. Assim, a América Latina segue possuindo uma identidade cultural enraizada no cristianismo, porém com os já destacados processos de declínio do catolicismo, crescimento exponencial dos evangélicos, além do considerável aumento daqueles segmentos que se identificam com outras religiões e mesmo o crescimento sem precedentes de ateus, agnósticos ou sem religião, como no caso uruguaio, demonstrados no capítulo anterior.

Tabela 12. É crente?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	TAMANHO DA AMOSTRAGEM		SIM	NÃO	NR	
			Entrevistas	%				
CONFESSIONAL	T1	Argentina	2009-2013	70	27% Câmara de Deputados	69,8	30,2	
	T2	Costa Rica	2010-2014	56	98,3% Assembleia de Deputados	92,9	5,4	1,8

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.2.2 Pertença Religiosa dos Parlamentares Argentinos e Costarriquenhos

A análise da variável religião indica que 81,4% dos deputados argentinos declararam seu pertencimento religioso ao catolicismo romano; na Costa Rica, a porcentagem de parlamentares católicos foi de 75,0%. Na Câmara dos Deputados argentina um número significativo de 4,3% dos parlamentares já se declarou protestantes recusando identificarem-se com as categorias "evangélico" ou "pentecostal", procurando realizar uma distinção entre as diferentes vertentes do protestantismo no caso argentino.

Ainda mais eloquente é a representação dos evangélicos na Costa-Rica. Neste país Centro Americano, 5,8% dos deputados declararam-se protestantes. Contudo, outros 9,6% dos deputados identificaram-se como "evangélicos" ou

"pentecostais", totalizando expressivos 15,4% de representação evangélica na Câmara costarriquenha.

Outro dado digno de nota sobre a questão da pertença religiosa dos deputados em regime confessional encontrados no PELA foi a identificação dos parlamentares argentinos com a religião judaica, da ordem de 1,9%, o que demonstra a importância da comunidade judaica no país, a maior da América Latina. Além disso, apenas os parlamentares argentinos e brasileiros declararam sua pertença às vertentes religiosas orientais não-cristãs. Elas representam 1,5% no caso dos deputados argentinos e 0,8% no contexto dos parlamentares brasileiros. Nenhum dos deputados dos outros dezesseis países latino-americanos identificaram-se com as correntes religiosas não-cristãs. Declararam-se agnósticos ou ateus, 7,0% dos deputados argentinos contra 1,9% no caso dos deputados costarriquenhos. Também foi possível observar que a pertença de ambos os deputados destes dois Estados confessionais à outras vertentes religiosas que não foram identificadas ficou equiparada em termos percentuais: 3,1% no caso dos deputados argentinos e 3,8% no caso dos costarriquenhos. Finalmente, 2,7% dos deputados argentinos declararam não pertencer a nenhuma religião contra 1,9% no caso dos deputados costarriquenhos.

Tabela 13. Qual a sua Religião?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO E PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS E NÃO CRISTÃS	AGNÓSTICO OU ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR
CONFESSIONAL	T1 Argentina	81,4		4,3			1,5	7	3,1	2,7	
	T2 Costa Rica	75		5,8	9,6	1,9		1,9	3,8	1,9	

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.2.3 Prática Religiosa entre os Parlamentares Argentinos e Costarriquenhos

A frequência dos parlamentares latino-americanos aos serviços religiosos foi outra variável disponível para análise na base de dados Elites Parlamentares da América Latina. Sem fazer distinção entre católicos e evangélicos, os dados

indicaram uma fraca participação dos deputados argentinos aos serviços religiosos que confirma a pesquisa realizada pelo Conicet (2008). Podemos inferir, entretanto, que o declínio da prática religiosa ocorra entre os deputados católicos, mas não entre os evangélicos que costumam ser muito praticantes ao culto religioso, o *locus* de suas bases políticas. Assim, nenhum parlamentar argentino vai mais de uma vez por semana a um serviço religioso ou à uma missa; 9,9% afirmaram frequentar serviços religiosos apenas uma vez por semana; 30,3% o fazem apenas uma vez ao mês; 17,2% apenas uma ou duas vezes ao ano; e, finalmente, uma grande maioria de 42,6% de deputados argentinos declararam nunca ou quase nunca participar de um serviço religioso. Em contraste, os deputados costarriquenhos são mais praticantes do que os argentinos e o restante dos parlamentares latino-americanos, pois 42,3% afirmaram frequentar um serviço religioso pelo menos uma vez por semana, ficando atrás apenas dos deputados Colômbianos que representam 47,3% dos que frequentam a missa ou um culto uma vez por semana e dos 44,8% dos deputados hondurenhos que afirmaram fazê-lo com a mesma frequência. Inversamente ao que se observa entre os parlamentares argentinos, no caso dos costarriquenhos quanto mais o tempo de assistência a um serviço religioso se espaça, maior é a queda das porcentagens. Assim, 26,9% dos deputados da Costa Rica frequentam um serviço religioso uma vez ao mês; 13,5% o fazem apenas uma ou duas vezes ao ano e uma minoria de 5,8% nunca ou quase nunca se apresentam a um serviço religioso.

Tabela 14. Frequencia aos serviços religiosos.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	Mais de uma vez por semana	Uma vez por semana	Uma vez ao mês	Uma ou duas vezes ao ano	Nunca ou quase nunca	NR
CONFESSIONAL	T1 Argentina	0	9,9	30,3	17,2	42,6	
	T2 Costa Rica	11,5	42,3	26,9	13,5	5,8	

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.3 Parlamentares latino-americanos em regimes de laicidade restrita

O segundo bloco analisado constitui-se daqueles parlamentares que se encontram sob um ordenamento jurídico que torna o Estado Laico, porém com dispositivos constitucionais que privilegiam a Igreja e restringem a isonomia das demais religiões. Como demonstrado anteriormente, nem todos os países com regimes de laicidade restrita configuram-se religiosamente de maneira homogênea. Peru, Paraguai e Panamá compõem o grupo de países laicos, porém, onde a religião católica apresenta-se, em nível nacional, como predominante (T1). A República Dominicana vem a ser o único Estado laico de tipo majoritariamente católico (T2) entre os países deste grupo. Finalmente, El Salvador e Guatemala representam os dois únicos Estados laicos onde existe paridade entre católicos e evangélicos (T3), se se agregar a esta última vertente as outras minorias religiosas.

As sondagens realizadas pelo PELA nos parlamentos destes seis países latino-americanos foram realizadas em períodos legislativos distintos: no Peru, elas dizem respeito ao termo 2011-2016; no Paraguai, elas se realizaram entre 2008-2013; e, no Panamá, as enquetes foram aplicadas no período legislativo 2009-2013. O Congresso peruano é formado por uma Assembleia unicameral desde 1996, sendo representado por 130 parlamentares. Deste universo, 98 congressistas responderam ao questionário. No Paraguai, o poder legislativo é bicameral sendo a Câmara dos Deputados o órgão de representação departamental composta por um número de 80 representantes. Deste universo de parlamentares, 72 deputados paraguaios responderam o questionário do PELA, o que representa 90% do total da Câmara. A Assembleia Nacional da República do Panamá é a sede do poder legislativo do país cujo parlamento, em formato unicameral, compõe-se de 71 deputados eleitos para mandatos de cinco anos. Deste universo, responderam ao questionário do PELA 64 deputados, o que representa 90% do total da Câmara.

A República Dominicana constitui, neste bloco, o único país da região onde a identificação da pertença religiosa ao catolicismo romano é majoritária entre a população. Ainda assim, ela representa apenas 57% de católicos contra 23% de protestante. As pesquisas de opinião com os deputados dominicanos abrangeram o período legislativo 2010-2016. O Congresso Nacional dominicano, assim como no Paraguai, também é bicameral, sendo a Câmara dos Deputados composta de 178

deputados eleitos para mandatos de quatro anos. Deste total, responderam à enquete do PELA um universo de 78 deputados representando 42,6% do total da Câmara dominicana.

El Salvador e Guatemala são países Centro Americanos religiosamente mistos, quer dizer, a soma das minorias equivale ao total dos que se declaram católicos em ambos os países.

Em El Salvador, cuja população católica representa 50%, os protestantes 36%, mas o conjunto das vertentes não católicas se eleva à 51% da população, a pesquisa do PELA ocorreu durante o período legislativo 2009-2011; na Guatemala, onde o catolicismo representa 50%, o protestantismo 41%, mas o total de religiões não católicas atinge os 6% da população, totalizando 47%, a pesquisa do PELA realizou-se no período legislativo 2004-2008. A Assembleia Legislativa de El Salvador, assim como o Congresso da República da Guatemala são, ambos, colegiados unicamerais. A Câmara salvadorenha é composta por 84 deputados, eleitos por sufrágio universal, por um período de três anos, podendo ser reeleitos¹⁴². Do total de seus membros, responderam a enquete do PELA 68 deputados, totalizando 85% do colegiado. O Congresso guatemalteco compõe-se de 158 deputados eleitos de maneira direta por um período de quatro anos com a possibilidade de reeleição. Deste universo, responderam à pesquisa 87 parlamentares, o que representa 60% do total de deputados guatemaltecos.

2.3.1 Crenças Religiosas dos Parlamentares Latino-Americanos em regimes de laicidade restrita

2.3.1.1 Regimes de Laicidade Restrita e Predominantemente Católicos

Os dados religiosos relativos às Elites Parlamentares da América Latina comprovam que a representação parlamentar no Continente segue, de maneira muito íntima, variando conforme o peso demográfico das identificações da população latino-americana às diversas vertentes do cristianismo no interior de seu campo religioso. Observa-se, primeiramente, que, com exceção do Peru, os parlamentares paraguaios e panamenhos são mais crentes do que seus congêneres

¹⁴² República de El Salvador, 1983.

argentinos e costarriquenhos: 98,6% dos congressistas paraguaios afirmaram ser crentes contra apenas 1,4% que afirmaram não ser crentes; e 92,2% dos deputados panamenhos declararam ser crentes contra 7,8% que responderam pela negativa. Em ambos os casos são eloquentes 90% do total de parlamentares que responderam à enquete declarando a sua fé em Deus. Isso significa que os representantes dos países do tipo 1, Paraguai e Panamá, cuja população identifica-se predominantemente com o catolicismo romano, com 89% da população se declarando católica no país da América do Sul e, 70% no país Centro Americano, mesmo constituindo regimes de laicidade restrita superam a representação religiosa e parlamentar em países apresentando regimes de tipo Igreja e Estado como na Argentina "predominantemente" católica (T1), com 71% de declarações de sua população à religião católica, e Costa Rica, majoritariamente católica, com 62% de vinculação de sua população ao catolicismo romano (T2). O Peru, contudo, embora apresentando uma porcentagem elevada de 89,8% de parlamentares que afirmaram acreditar em Deus, contra 5,6% que afirmaram o contrário, seguido de 4,6% de parlamentares que declinaram responder, aparece em último lugar entre todos os países deste bloco, totalizando 72% dos congressistas que responderam ao questionário. Isso ocorre devido ao fato de que, como demonstrado anteriormente, apesar do país Andino ser "predominantemente" católico, possui um campo religioso mais pluralizado do que Paraguai e Panamá - com 76% de católicos, 17% de evangélicos, 3% declarando seu vínculo religioso à outras religiões e 4% da população declarando não pertencer a nenhuma religião. Além disso, 5,6% dos deputados peruanos disseram não ser crentes e 4,6% declinou em responder à questão.

Tabela 15. É crente?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	TAMANHO DA AMOSTRAGEM		SIM	NÃO	NR	
			Entrevistas	%				
REGIME DE LAICIDADE RESTRITA	T1	Perú	2011-2016	93	72,00% Congresso de Deputados	89,8	5,6	4,6
	T1	Paraguai	2008-2013	72	90% Câmara de Deputados	98,6	1,4	-
	T1	Panamá	2009-2013	64	90,00% Assembleia de Deputados	92,2	7,8	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.3.1.2 Crença dos Parlamentares Dominicanos em Regime de Laicidade Restrita

Único país desde bloco onde o catolicismo entre a população constitui a religião da maioria, o parlamento da República Dominicana apresenta, entre os seus representantes, uma alta porcentagem daqueles que se afirmam crentes. São 91,1% que acreditam em Deus contra 8,9%, representando 42,6% do total dos parlamentares que responderam à questão.

Tabela 16. É crente?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	TAMANHO DA AMOSTRAGEM		SIM	NÃO	NR	
			Entrevistas	%				
REGIME DE LAICIDADE RESTRITA	T2	República Dominicana	2010-2016	78	42,6% Câmara de Deputados	91,1	8,9	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.3.1.3 Crença dos Parlamentares Salvadorenos e Guatemaltecos em Regime de Laicidade Restrita

Embora sejam Estados "misto" na configuração de seus respectivos campos religiosos, El Salvador e Guatemala seguem sendo países cuja população nacional se identifica com o cristianismo; o parlamento de ambos os países Centro Americanos reflete, em sua representação essa divisão entre as religiões. Em El Salvador, 90,9% dos congressistas afirmaram que acreditam em Deus; 9,1% dos parlamentares preferiu não responder, totalizando 85% do Congresso. Na

Guatemala, consideram-se crentes 91,9% dos deputados contra 8,1% que afirmaram o contrário, totalizando 60% da Câmara dos Deputados.

Tabela 17. É crente

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	TAMANHO DA AMOSTRAGEM		SIM	NÃO	NR	
			Entrevistas	%				
REGIME DE LAICIDADE RESTRITA	T3	El Salvador	2009-2011	68	81% Assembleia de Deputados	90,9	9,1	-
	T3	Guatemala	2004-2008	87	55% Congresso de Deputados	91,9	8,1	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.3.2 Pertença Religiosa dos Parlamentares Latino-Americanos em Regimes de Laicidade Restrita

A análise da variável pertença religiosa dos parlamentares latino-americanos nos permite melhor nuançar as diferenças estabelecidas no campo religioso dos países do Continente latino-americano com regimes de laicidade restrita de maneira comparada. Iniciando-se pelo estudo do poder legislativo naqueles três países latino-americanos predominantemente católicos pode-se observar, primeiramente, a correlação existente entre as declarações de pertença da população católica no Paraguai e a alta representação de parlamentares que se declaram católicos na Câmara dos Deputados do país. Assim, os 97,2% de congressistas paraguaios que se declaram católicos representam uma população estimada em 89% de católicos. Os dados do PELA não permitem distinguir este grupo das demais vertentes religiosas no Paraguai. Contudo, 2,8% dos congressistas afirmaram ser cristãos, mas sem identificar-se com o catolicismo ou o protestantismo. O que podemos inferir destes dados, primeiramente, é a baixa ou inexistente representação evangélica no poder legislativo paraguaio. Ela corresponde a uma fraca pluralização do campo religioso paraguaio cuja representação evangélica não ultrapassa os 7% da população do país. Nesse contexto destituído de clivagens, o Estado continuaria se apoiando sobre a Igreja reconhecendo-a como um ator político estratégico a fim de manter sua hegemonia na sociedade.

Na Assembleia dos Deputados do Panamá, entretanto, observa-se um cenário distinto: a presença de parlamentares evangélicos coexistindo com os

católicos no poder legislativo. Embora o número de parlamentares católicos seja alto, da ordem de 89,8% dos deputados, essa realidade se contrasta com uma presença significativa de parlamentares evangélicos: 1,7% se identificaram como protestante e 3,4% reconheceram-se como evangélico ou pentecostal, totalizando 5,1% dos parlamentares que responderam à pesquisa. Também podemos verificar a correspondência entre a variável densidade demográfica e pertença religiosa no Peru. Os dados do PELA confirmam a correspondência entre a representatividade dos parlamentares peruanos no poder legislativo com o crescimento das identificações da população com a religião protestante. Enquanto 76,5% dos deputados peruanos se declaram católicos, 15,9% se identificaram como "protestante" e outros 2,5% se declararam "evangélicos" ou "pentecostal", totalizando expressivos 18,4% de representação evangélica na Câmara dos Deputados peruana.

A despeito do parlamento unicameral, a representação evangélica no poder legislativo peruano reflete a sociedade mais pluralizada em seu campo religioso assemelhando-se mais à realidade encontrada naqueles países bicamerais com maior presença de parlamentares evangélicos como na Colômbia (T1) e no Brasil (T2).

A República Dominicana também refletiria, em seu parlamento bicameral, uma sociedade mais pluralizada. O catolicismo é majoritário no país mas representa 57% da população, enquanto que os evangélicos são estimados a 23%. Porém, na Câmara dos Deputados dominicanos, os deputados católicos representam 71,7% do total de 178 parlamentares; os evangélicos possuem 23% das cadeiras legislativas na câmara baixa; ainda assim, é a porcentagem mais elevada em um parlamento latino-americano.

Os dados do PELA permitem igualmente nuançar a relação existente entre o vínculo entre pertença religiosa e representação parlamentar nos casos de El Salvador e Guatemala, Estados religiosamente "mistos", porém, apresentando sobre-representação dos deputados que se declararam católicos. Em ambos os casos, a pluralização do campo religioso não corresponde à uma maior representação das vertentes evangélicas no interior do poder legislativo. Na Assembleia dos Deputados salvadorenha, o número de parlamentares católicos é

bem mais significativo do que aquele verificado no Congresso de Deputados da Guatemala; ainda assim, o catolicismo aparece sobre-representado nas duas casas legislativas. Na primeira, 89% dos parlamentares se identificaram como católicos, enquanto que na segunda, o número de católicos ficou na casa dos 68,1%.

Em El Salvador, 5,8% dos deputados afirmaram ser "cristão" e outros 3,7% se identificaram como "evangélico" ou "pentecostal". Se aceitarmos a hipótese de que os parlamentares salvadorenhos inferiram por "cristãos" a religião protestante, a representação evangélica na Assembleia dos Deputados de El Salvador se elevaria a 9,5%. Em todo o caso, observamos que a diminuição dos deputados que se declararam católicos no Congresso dos Deputados da Guatemala corresponde à um aumento de representação evangélica no poder legislativo. Enquanto 3,7% dos deputados guatemaltecos afirmaram ser "cristão", apenas 1,8% identificou-se como "protestante"; contudo, expressivos 18,3% dos parlamentares da Guatemala afirmaram pertencer ao segmento "evangélico" ou "pentecostal". Em sua totalidade a representação evangélica, que em termos de relação entre pertença da população nacional com a religião evangélica representa 41%, não ultrapassa os 23,8% de evangélicos no Congresso dos Deputados da Guatemala. Contudo, como demonstrado anteriormente, os segmentos pentecostais obtiveram maior protagonismo na política partidária do que os salvadorenhos, mas fora do âmbito do poder legislativo. Foram primeiramente representados pelo general Efraín Ríos Montt, líder da famosa Igreja do Verbo, que assumiu o poder através do golpe de Estado governando o país de 23 de março de 1982 à 8 de agosto de 1983. A substituição do ditador pelo general Carlos Humberto Mejía Victores não impediu os evangélicos de ganharem maior visibilidade em todo o país durante os próximos dezesseis meses de governo. As relações privilegiadas dos setores pentecostais com o poder político se consolidaram com a eleição do neopentecostal Jorge Serrano Elías à presidência da República em dezembro de 1990. Desde então, a esfera pública guatemalteca tem contado com uma presença constante dos segmentos pentecostais. Em 1996, por exemplo, surge o partido evangélico *Acción Reconciliadora Democrática* (ARDE), fundado por Francisco Bianchi, antigo ex-vice-presidente da Aliança Evangélica. Em 1995, Alfonso Antonio Portillo Cabrera integrou-se ao partido ultra-direitista *Frente Republicano Guatemalteco* (FRG)

apoiando as aspirações presidenciais de Rios Montt. O impedimento constitucional deste tornou possível a candidatura de Portillo que embora acabasse sendo derrotado por Álvaro Enrique Arzú Irigoyen ganhou as eleições presidenciais em 1999 depois de obter ampla vitória sobre o candidato oficial Óscar Berger¹⁴³.

Tabela 18. Qual a sua Religião?

TIPO	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO E PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS NÃO CRISTÁS	AGNÓSTICO OU ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR
LAICIDADE RESTRITA	T1	Perú	76,5		15,9	2,5				1,3	3,9
	T1	Paraguai	97,2	2,8							
	T1	Panamá	89,8		1,7	3,4				1,7	3,4
	T2	República Dominicana	71,7		16,5				1,7	10,1	
	T3	El Salvador	89	5,8		3,7			1,4		
	T3	Guatemala	68,1	3,7	1,8	18,3			6,2		1,8

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.3.3 Intensidade das práticas religiosas dos parlamentares latino-americanos em regimes de laicidade restrita.

A regularidade com que os parlamentares latino-americanos frequentam à missa ou a um culto evangélico, embora não seja possível distinguir essa variável através dos dados do PELA, permite demonstrar não apenas a intensidade das práticas religiosas das elites parlamentares em regimes de laicidade restrita mas igualmente da representação religiosa em Estados predominantemente católicos: Peru, Paraguai e Panamá; majoritariamente católicos: República Dominicana e, finalmente, mistos: El Salvador e Guatemala. Sem poder estabelecer a distinção entre católicos e evangélicos nos parlamentos latino-americanos no que concerne a vertente religiosa observamos, primeiramente, que as elites parlamentares guatemaltecas, dominicanas e peruanas frequentam os serviços religiosos uma vez por semana com regularidade: 37,5% na Guatemala; 35,8% na República Dominicana e 23% no Peru. Os parlamentares peruanos, entretanto, ficam atrás dos panamenhos, 33,9% dos quais declararam frequentar um serviço religioso uma vez por semana.

¹⁴³ Pedron-Colombani, 2000: 202-203.

Declararam frequentar aos serviços religiosos mais de uma vez por semana os parlamentares dominicanos (11,5%), seguidos pelos guatemaltecos (6,8%) e pelos peruanos (1,1%); contudo, 54,2% dos parlamentares panamenhos frequentam um serviço religioso uma vez ao mês; 36,8 dos peruanos o fazem neste período, 31,6% dos guatemaltecos participam com essa regularidade e, finalmente, 22,4% dos dominicanos assistem à um serviço religioso uma vez ao mês. Por fim, 20,7% dos parlamentares peruanos frequentam a um serviço religioso uma ou duas vezes ao ano contra 11,4% que nunca ou quase nunca o fazem; 6,5% não respondeu à questão. São seguidos pelos parlamentares dominicanos: 18,2% vão ao serviço religioso neste período contra 10,7% que declararam nunca ou quase nunca fazê-lo; 1,3% declinou em responder. Em seguida, 14,3% dos parlamentares guatemaltecos vão pelo menos uma ou duas vezes por ano à um serviço religioso contra 8,4% que não possuem essa prática religiosa; 1,4% deixou de responder ao questionário. A escala de religiosidade permite demonstrar que 68,6% os deputados paraguaios frequentam um serviço religioso uma vez ao mês.

Tabela 19. Frequencia aos serviços Religiosos.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	Mais de uma vez por semana	Uma vez por semana	Uma vez ao mês	Uma ou duas vezes ao ano	Nunca ou quase nunca	NR
LAICIDADE RESTRITA	T1 Perú	1,1	23,5	36,8	20,7	11,4	6,5
	T1 Paraguai ¹⁴⁴						
	T1 Panamá		33,9	54,2	10,2	1,7	
	T2 República Dominicana	11,5	35,8	22,4	18,2	10,7	1,3
	T3 El Salvador ¹⁴⁵						
	T3 Guatemala	6,8	37,5	31,6	14,3	8,4	1,4

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.4 Parlamentares latino-americanos em regimes de laicidade

Passamos à análise das crenças, pertença e intensidade das práticas religiosas dos parlamentares latino-americanos em Estados possuindo, em seu ordenamento jurídico, um regime de tipo laico, porém variando em termos do peso

¹⁴⁴ Escala de religiosidade: Mínima (1-2 – 4,3); (3-4 – 7,1); (5-6 – 68,6); (7-8 – 20); Máxima (9-10 – 0).

¹⁴⁵ Escala de religiosidade: Mínima (1-2 – 3,2); (3-4 – 9,2); (5-6 – 39); (7-8 – 36,2); Máxima (9-10 – 3).

demográfico das identificações da população de seus respectivos países com as distintas vertentes religiosas. O primeiro bloco, constituído por cinco parlamentos, encontram-se em países do tipo 1, os predominantemente católicos, quais sejam: Bolívia, Colômbia, Equador, México e Venezuela. O segundo bloco, constituído pelos parlamentos do Brasil e Chile, representam os países do tipo 2, os Estados majoritariamente católicos. O terceiro grupo aparece representado pelo parlamento de apenas um país, a Nicarágua, cuja identificação com o catolicismo representa a metade da população nacional, o tipo 3. Finalmente, os parlamentos de Honduras e Uruguai aparecem naquela composição de Estados onde a religião católica aparece de maneira minoritária, o tipo 4.

A pesquisa de opinião realizada pelo PELA nos parlamentos de Bolívia e Colômbia abrangem, respectivamente, o período legislativo 2010-2014. Aquelas conduzidas no Equador e México dizem respeito à legislatura 2009-2012. Na Venezuela, a pesquisa ouviu os parlamentares no período legislativo 2000-2005. No Brasil e na Nicarágua, as entrevistas se realizaram no transcorrer do período legislativo 2007-2011. No Chile e em Honduras, o PELA entrevistou os parlamentares durante o período legislativo 2010-2014. Finalmente, os dados investigados no parlamento do Uruguai referem-se à legislatura 2010-2015.

Quanto ao tamanho das amostragens foram ouvidos 97 parlamentares na Câmara de Deputados da Bolívia, representando 74,6% do total de 130 parlamentares que compõe esta casa legislativa. Na Colômbia, as amostragens representam 55% dos 91 parlamentares da Câmara de Representantes cujo total se eleva a 166 membros¹⁴⁶. No Equador, os 95 parlamentares entrevistados representam 76,6% do total do Congresso dos Deputados unicameral composta por 100 membros. No México, o PELA entrevistou 19,6% dos parlamentares da Câmara dos Deputados, o que representa um universo de 98 parlamentares do total de 500 membros. Na Venezuela, o PELA entrevistou 100 deputados da Assembleia unicameral representando 60,60% do total do parlamento que pode variar. O atual parlamento eleito em 2016 conta com 167 cadeiras legislativas. No Brasil, os 129 parlamentares ouvidos representam 25,1% do total dos 513 parlamentares que compõem a Câmara dos Deputados. No Chile, os 86 deputados entrevistados

¹⁴⁶ República de Colômbia, 1991.

representam 70% do total de 120 parlamentares da Câmara dos Deputados. Na Nicarágua, os 69 deputados que responderam à sondagem representam 75% do total de 92 parlamentares. Em Honduras, as respostas chegaram à 70% dos 91 parlamentares que totalizam 128 membros do Congresso dos Deputados. Finalmente, no Uruguai, as amostragens dizem respeito à 79,8% da Câmara dos Deputados, o que equivale a 79 respostas de um universo parlamentar composto por 99 parlamentares.

2.4.1 Crenças Religiosas dos Parlamentares Latino-Americanos em Regimes de Laicidade

A análise conjunta das três variáveis selecionadas do banco de dados do PELA: as crenças religiosas dos parlamentares latino-americanos em regimes de laicidade, seus vínculos com o catolicismo ou o protestantismo, assim como a intensidade das suas práticas religiosas permite observar que, apesar destes países se inserirem num contexto jurídico de separação entre Igreja e Estado, a representação parlamentar no poder legislativo dos Estados laicos continua refletindo a permanência do fenômeno religioso no espaço social latino-americano. Em outros termos, o que os parlamentos destes países têm refletido é a diversidade de movimentos sociais, porém de tipo confessional, que ganharam representação a partir do fenômeno de pluralização do campo religioso e que tem transformado estes países em Estados multiconfessionais. Em outros termos, nestes Estados, o corporativismo religioso na esfera societal e, particularmente, na político-partidária, tem se traduzido em cadeiras legislativas nos parlamentos latino-americanos. O crescente aumento das sociabilidades religiosas evangélicas em número de fiéis e em poder político leva os Estados a reconhecer e negociar diretamente com seus representantes, privilégio até então concedido à Igreja. Neste sentido, as crenças religiosas dos parlamentares em regimes de laicidade apontam para uma América Latina cristã, porém não mais hegemonicamente católica no campo político-religioso.

Perguntados se são crentes, os parlamentares latino-americanos apresentaram altas porcentagens no que concerne a sua crença em Deus. Os congressistas hondurenhos são os mais crentes deste grupo de países latino-americanos com 96,57% de respostas afirmativas. Foram seguidos pelos 96,5% dos deputados da Câmara de Representantes Colômbiana; dos 94,2% dos deputados

nicaraguenses; dos 90,4% dos deputados mexicanos, dos 93% dos parlamentares bolivianos. Na casa dos 80%, observamos 88% dos parlamentares brasileiros confessando sua fé em Deus, seguidos pelos 87,7% dos deputados equatorianos e dos 81,3% dos deputados venezuelanos. Abaixo dos 80%, aparecem apenas os parlamentares da Câmara dos Deputados do Chile, com 76,7% afirmando sua crença em Deus e o Uruguai, o país das exceções, que apresentou a mais baixa porcentagem em termos de crença religiosa. No interior da Câmara de Deputados uruguaia, apenas 50,6% dos deputados declaram ser crentes em Deus. Nesta mesma casa legislativa, observou-se, mais uma exceção: a alta porcentagem entre os parlamentares uruguaios que afirmaram não crer em Deus. Ela chegou a expressivos 49,4% do total de parlamentares. Para se ter uma ideia do que isso significa, basta comparar os dados relativos aos parlamentares em outros países latino-americanos que se declararam ateus, agnósticos ou simplesmente afirmaram não acreditar em Deus. Assim, a porcentagem mais alta atrás do Uruguai vem dos 23,3% dos parlamentares chilenos que afirmaram que não crêem em Deus. São seguidos pelos 16,4% de parlamentares venezuelanos; dos 12,3% dos equatorianos; dos 10,7% dos brasileiros; dos 9,6% dos mexicanos; dos 6% dos bolivianos; dos 4,3% dos nicaraguenses; dos 3,5% dos Colômbianos; e, finalmente, dos 3,3% dos parlamentares hondurenhos.

Como veremos através da próxima variável, o poder legislativo do México, Uruguai e Chile refletem sociedades que se distinguem das demais embora seja difícil caracterizá-las a partir de conceitos como "modernidade", "secularização" ou "laicidade". Em todo caso, deixamos para a conclusão do capítulo algumas palavras finais sobre os distintos cenários que esta análise traz à tona.

Tabela 20. É crente?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERÍODO LEGISLATIVO	TAMANHO DA AMOSTRAGEM		SIM	NÃO	NR	
			Entrevistas	%				
LAICO	T1	Bolívia	2010-2014	97	74,6% Câmara de Deputados	93	6	1
	T1	Colômbia	2010-2014	91	55,0% Câmara de Representantes	96,5	3,5	-
	T1	Equador	2009-2012	95	76,7% Congreso de los Deputados	87,7	12,3	-
	T1	México	2009-2012	98	19,6% Câmara de Deputados	90,4	9,6	-
	T1	Venezuela ¹⁴⁷	2000-2005	100	60,60% Assembleia de Deputados	81,3	16,4	2,2
	T2	Brasil	2007-2011	129	25,1% Congreso de Deputados	88,5	10,7	0,8
	T2	Chile	2010-2014	86	70,0% Câmara de Deputados	76,7	23,3	
	T3	Nicarágua	2007-2011	69	75,0% Assembleia de Deputados	94,2	4,3	1,4
	T4	Honduras	2010-2014	91	70,0% Congreso de Deputados	96,7	3,3	-
	T4	Uruguai	2010-2015	79	79,8% Câmara de Deputados	50,6	49,4	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.4.2 Intensidade das Práticas Religiosas dos Parlamentares Latino-Americanos em Regimes Laicos

De maneira geral, observa-se que os parlamentares latino-americanos em regimes laicos frequentam à missa ou um serviço religioso pelo menos uma vez por semana. A porcentagem mais alta, a dos parlamentares Colômbianos, com 47,3% de frequência semanal corresponde ao tipo de tipo de Estado 1, a dos países predominantemente católicos. Os parlamentares destes países também apresentam porcentagens altas de frequência em serviços religiosos uma vez por semana: 29,4% no Equador, 22% na Bolívia, e 20,7% na Venezuela. Não há dados para o caso mexicano (T3). Mas o parlamento nicaraguense, cujo tipo de Estado também é o T3, indica uma religiosidade mínima, com 27,6% dos deputados frequentando um serviço religioso uma vez ao mês. Fora desse grupo, a maior porcentagem de participação em serviços religiosos semanalmente encontra-se em Honduras, que

¹⁴⁷ PELA, 2000-2015. Católico (75,3); Crente ou outra religião (6,0); Não crente (9,1); Ateu (7,3); Não respondeu (2,2).

pertence ao tipo de Estado minoritariamente católico (T4) e apresenta 44,8% de participação dos parlamentares em serviços religiosos semanais.

A terceira maior participação de parlamentares em serviços religiosos semanais vem do Chile, com 30,3% de participação. O Chile constitui-se de um Estado majoritariamente católico (T2) porém predominantemente católico na representação parlamentar, como veremos a seguir. Assim, é apenas no caso chileno que podemos relacionar a intensidade da frequência dos deputados às missas com a pertença religiosa católica. Poucos deputados chilenos frequentam à missa mais de uma vez por semana (1,5% do total da Câmara dos Deputados) mas 40,9% vão à missa pelo menos uma vez por mês contra 10,6% que afirmam fazê-lo apenas uma ou duas vezes por ano; 16,7% dos deputados católicos chilenos afirmaram que não vão à missa nunca ou quase nunca. O Uruguai, país do tipo 4, a dos Estados minoritariamente católicos, apresenta 27,5% de participação de seus parlamentares em serviços religiosos e que supera, em termos de comparação, a dos brasileiros com 25,6% de participação semanal em uma missa católica ou culto evangélico. Contudo, e mantendo as exceções, é também no Uruguai que se observa o declínio na porcentagem de participação dos parlamentares em serviços religiosos conforme aumenta o lapso temporal: 4,9% dos deputados uruguaios frequentam um serviço religioso mais de uma vez ao mês; 24,6% o fazem uma vez ao mês; 12,7% uma ou duas vezes ao ano e 30,3% nunca ou quase nunca vão à igreja. No Brasil, Estado de tipo majoritariamente católico (T2), 25,6% dos parlamentares frequentam um serviço religioso uma vez por semana; 15,7% mais de uma vez por semana; 32,2% uma vez ao mês; 10,6% uma ou duas vezes ao ano; e, apenas 8,3% nunca ou quase nunca. Contudo, desde a institucionalização da bancada evangélica em uma *Frente Parlamentar Evangélica* em 2003, os deputados das vertentes pentecostais e neopentecostais tem frequentado com assiduidade dos cultos religiosos no interior da própria Câmara dos Deputados.

Abaixo, transcrevemos a descrição de um culto evangélico realizado nas dependências da Câmara dos Deputados do Brasil testemunhado por Andrea Dip, jornalista da Agência Pública, em outubro de 2015. Intitulado “Bancada evangélica cresce e mistura política e religião no Congresso”, o texto se insere no contexto de crise política que os parlamentares evangélicos ajudaram a criar e demonstra as

tensões crescentes causadas pela oposição deste grupo de pressão religioso à agenda progressista do governo que resultaria no golpe parlamentar que afastaria a presidente Dilma Rousseff da presidência da República¹⁴⁸. Além disso, o texto demonstra exemplarmente o imaginário evangélico na política.

¹⁴⁸ UOL, 2015.

Homens de terno e mulheres de saia com a Bíblia na mão vão enchendo o auditório. Alguém regula o som do violão e dos microfones. A música que celebra “júbilo ao Senhor” estoura nos alto-falantes, e a audiência canta junto. Em um púlpito palco, os pastores abrem o culto com uma oração fervorosamente acompanhada pelos fiéis.

Uma descrição comum de um culto evangélico não fossem os pastores, deputados, falando de um púlpito improvisado no plenário Nereu Ramos da Câmara dos Deputados de um país laico chamado Brasil. E se o (até então) presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB), anunciado do púlpito ao entrar no recinto pelos pastores João Campos (PSDB-GO) e Sóstenes Cavalcante (PSD-RJ), não tivesse deixado de lado a agenda oficial para participar da celebração e tirar selfies com pessoas que se amontoavam ao seu redor.

Certamente seria bem menos estranho se logo atrás de mim, no fundo do auditório, assessores de parlamentares não estivessem fazendo piadas de cunho homofóbico e rindo alto durante boa parte do evento, que se tornou show com a chegada da aclamada cantora gospel Aline Barros, vencedora do Grammy Latino 2014 e um dos cachês mais altos do mundo gospel brasileiro. Ela tinha viajado do Rio a Brasília com o marido, o ex-jogador de futebol e hoje pastor e empresário gospel Gilmar Santos, especialmente para cantar e orar naquela manhã de quarta-feira no Congresso. Ao final do culto/evento, todos receberam um CD promocional de Aline.

Aline Barros entoou alguns de seus sucessos com o auxílio de um playback, antes da pregação do marido. O tema é a luta do profeta Elias contra Jezebel, a princesa fenícia que se casou com o rei de Israel e, uma vez rainha, perseguiu e matou profetas israelitas. A imagem da mulher poderosa de alma cruel é usada por dezenas de sites religiosos, que comparam Jezebel à presidente Dilma Rousseff, ameaçando-a de acabar como a rainha, comida por cães.

‘Em Tiago capítulo 5, versículo 17, está escrito que Elias era um homem como nós. Ele orou e durante três anos e meio não choveu. Depois ele orou de novo e Deus manda vir a chuva’, diz o pastor Gilmar, dirigindo-se aos parlamentares. ‘Muitas vezes a gente tem orado ‘Deus sacode esse país, traz um avivamento, faz algo de novo’. Deus está fazendo. Mas a forma que Deus está fazendo nem sempre é do jeito que a gente quer, da nossa maneira. Muitas vezes a gente queria que Deus fizesse chover dinheiro do céu, que fizesse anjo carregar a gente no colo pra levar a gente pra todos os lados e queria pedir pra Deus pra sentar numa rede, pra ele trazer um suco de laranja e operar, trabalhar. ‘Manda fogo, destrói aquele endemoniado, aquele idólatra.’ Mas Deus não faz dessa forma”. Por que Deus escolheu Elias? Por que Deus tem escondido muitos de vocês e ainda não estão nos jornais como sonharam ou não tiveram reconhecimento como sempre sonharam? [...] Deus está te escondendo, querido. No momento certo tudo vai acontecer, você vai ser exaltado. Deus sabe como honrar. [...] Pode ser o momento mais difícil do seu mandato, mas continua confiando. Nosso país pode estar vivendo o momento mais seco da história. Vidas secas. Mas o céu nunca vai estar em crise. Nunca tem crise, nunca tem crise.

2.4.3 Pertença Religiosa dos Parlamentares Latino-Americanos em Regimes Laicos

Passamos agora à análise da pertença religiosa dos parlamentares latino-americanos que se encontram em Estados com regime de laicidade do tipo 1, aqueles em que a vinculação da população com a religião católica é predominante.

Compõem este bloco: Bolívia, Colômbia, Equador, México e Venezuela. O México aparece em primeiro lugar, com uma população estimada a 81% de católicos. Vem seguido por Colômbia e Equador, respectivamente com 79% de sua população se identificando com o catolicismo. Em um nível intermediária aparece a Bolívia, com 77% de filiações ao catolicismo e, finalmente, em último lugar no hall dos países predominantemente católicos segue a Venezuela, com 73% de sua população nacional reconhecendo seu vínculo com catolicismo romano.

Quando comparadas as declarações de pertença da população destes países da América Latina com as declarações de pertença religiosa dos parlamentares latino-americanos impressiona constatar a correspondência entre ambas; a representação parlamentar segue o peso demográfico do catolicismo nos países latino-americanos, porém, nestes parlamentos o catolicismo aparece sobre-representado. Assim, 91,7% dos parlamentares mexicanos declararam sua pertença ao catolicismo romano. Foram seguidos pelos 92,5% de deputados Colômbianos que afirmaram ser o catolicismo a sua religião. O catolicismo é igualmente a religião dos 79,8% de parlamentares equatorianos. Finalmente, 87,9% dos deputados bolivianos identificaram-se como católicos. Diferentemente do método empregado nos outros parlamentos latino-americanos, na Venezuela, os parlamentares responderam à questão de tipo aberta. Assim, 16,5% dos deputados venezuelanos se identificaram com a maçonaria; 16,5% com o mormonismo, 32,9% com a religião Drusa, 19,5% com a religião muçulmana e, finalmente, 14,7% com o grupo indígena Wallú.

Observa-se, em segundo lugar, que apenas no Congresso dos Deputados do Equador, 2,1% dos parlamentares se identificaram como cristãos e não como católicos; um grupo de 5% de congressistas identificou-se como evangélico. No México, ao contrário, 2,2% dos deputados preferiram se identificar como "protestante" recusando as categorias "evangélico" ou "pentecostal". Isso acontece porque no México, que possui uma longa história de conflitos entre Igreja e Estado, o termo protestante conota melhor aquela identidade de uma minoria religiosa que se opôs e continua se opondo à Igreja.

Na Câmara de Representantes Colômbiana, 2,8% dos deputados declararam-se protestantes. Porém, um outro grupo de 2,7% de parlamentares

preferiu identificar-se como "evangélico" ou "pentecostal", totalizando 5,5% dos parlamentares. Inversamente do que ocorre no México, o campo religioso Colômbiano começou a pluralizar-se na década de 1980, quando diversas sociabilidades religiosas pentecostais e neopentecostais emergiram no espaço societal colômbiano.

Finalmente, na Câmara de Deputados da Bolívia, os deputados evangélicos e pentecostais aparecem como a minoria religiosa mais importante em termos de representação do poder legislativo. São expressivos 8,7% de parlamentares que declararam seu pertencimento à estas vertentes do protestantismo. Na Câmara dos Deputados do México observou-se uma minoria distinta da dos evangélicos, quais sejam: os 2,4% de parlamentares que afirmaram ser "ateu" ou "agnóstico". O mesmo ocorreu no Brasil onde 4,3% dos deputados federais afirmaram ser adeptos de "religiões tradicionais"; 1,0% declarou ser "Messiânico" e, finalmente, 1,0% pertence ao "Ministério Maranata". No Congresso dos Deputados do Equador, também foi possível observar uma representação de 8,5% de deputados que afirmaram seu pertencimento a outras vertentes religiosas, embora não fosse possível identificá-las. Deve-se destacar, igualmente, que apenas nos parlamentos da Colômbia, Equador e México os parlamentares afirmaram não possuir nenhuma religião. Eles representam 0,8% na Colômbia, 4,7% no Equador e 2,6% no México.

Tabela 21. Qual a sua Religião?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO e PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS NÃO CRISTÁS	AGNÓSTIC ou ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR
LAICO	T1	Bolívia ¹⁴⁹	87,9		8,7						2,2
	T1	Colômbia	92,5		2,8	2,7				0,8	1,2
	T1	Equador	79,8	2,1		5			8,5	4,7	
	T1	México	91,7		2,2			2,4		2,6	1,1
	T1	Venezuela ¹⁵⁰									

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

A seguir, analisamos os dados referentes ao grupo de parlamentares em regime de laicidade, porém representando países do tipo 2, aqueles que deixaram de ser predominantemente católicos para tornarem-se majoritariamente católicos, a saber Brasil e Chile. No Brasil, o catolicismo romano representa 61% da população brasileira enquanto os evangélicos já alcançam os 26%. No Chile, 64% da população se declara católica enquanto 17% afirma ser evangélico.

No Brasil, a representação parlamentar reflete a pluralidade do campo religioso além do peso demográfico entre vínculo de sua população com as religiões embora em termos numérico sobre-representado no caso do catolicismo e sub-representado no dos evangélicos. Assim, a Câmara dos Deputados contaria com 77,3% de parlamentares católicos contra os 1,1% de protestantes e dos 14,6% de evangélicos ou pentecostais, totalizando 15,7% de deputados evangélicos, a maior representação não católica em parlamentos da América Latina. Além disso, a Câmara dos Deputados conta com 0,8% de parlamentares "agnóstico" ou "ateu".

Inversamente do que se observa no caso brasileiro, no Chile, apesar da pluralização do campo religioso, o peso demográfico das religiões não se reflete na Câmara dos Deputados onde a totalidade dos parlamentares entrevistados pelo PELA declararam-se católicos. A razão porque isso ocorre será analisada na próxima seção.

¹⁴⁹ PELA, 2000-2015. Testemunha de Jeová (1,2)

¹⁵⁰ PELA, 2000-2015. Maçon (16,5); Mormon (16,5); Drusa (32,9); Muçulmano (19,5); Wallú (indígena) (14,7).

Tabela 22. Qual a sua Religião?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO e PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS NÃO CRISTÃS	AGNÓSTIC ou ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR
LAICO	T2	Brasil ¹⁵¹	77,3%	-	1,1%	14,6%	-	0,8%	-	-	-
	T2	Chile	100%	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

Em seguida, analisamos a pertença religiosa dos parlamentares nicaraguenses. Neste bloco composto por países apresentando em seus ordenamentos jurídicos o regime de laicidade, a Nicarágua é o único religiosamente misto, o tipo 3: o catolicismo representa 50% da população nicaraguense, os evangélicos 40%; as demais vertentes religiosas 4% e finalmente, com os não religiosos representando 7% da população. Como observado no caso chileno, na Nicarágua a representação parlamentar também não reflete a realidade do campo religioso. A Assembleia Nacional nicaraguense possui 80% de parlamentares que se declaram católicos contra 10,8% dos que evangélicos; os filiados à outras vertentes religiosas representam 9,2% do total de parlamentares. O caso nicaraguense como o chileno serão analisados na próxima seção.

Tabela 23. Qual a sua Religião?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO e PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS NÃO CRISTÃS	AGNÓSTIC ou ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR
LAICO	T3	Nicarágua	80%	-	-	10,8%	-	-	-	9,2%	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

Finalmente, pode-se distinguir, seguindo a tipologia proposta, um último grupo de parlamentos representando países que possuem regime de laicidade, porém, onde as declarações de pertença religiosa da população em nível nacional é inferior à soma de todas as outras vertentes religiosas. São os casos de Honduras e

¹⁵¹ PELA, 2000-2015. Religiões tradicionais (4,3); Messianico (1,0); Ministério Maranata (1,0).

Uruguai onde o catolicismo é minoritário. Nestes países, onde o catolicismo não supera os 50% da população nacional, com 46% de católicos, em Honduras, e 42%, no Uruguai, a representação católica nos respectivos parlamentos a parece igualmente sobre-estimada como nos parlamentos do Brasil, Chile e Guatemala. Assim, no Congresso de Deputados hondurenho, 83% dos parlamentares declararam pertencer ao catolicismo romano. Na Câmara dos Deputados uruguaio, foram 82,1% de parlamentares que afirmaram ser católicos. Em Honduras, 1,1% dos congressistas declararam ser protestantes, porém um grupo ainda mais significativo de 15,9% preferiu identificar-se com as categorias "evangélico" e "pentecostal", totalizando 17% de evangélicos na casa legislativa. No Uruguai, 10,1% dos deputados afirmaram ser "protestantes" e um grupo de apenas 2,3% de parlamentares declarou ser "evangélico" ou "pentecostal", totalizando 12,4% do total de parlamentares. Apenas nesta casa legislativa a porcentagem de parlamentares afirmando pertencer a outras vertentes religiosas pôde ser registrada, ficando na casa dos 5,4%.

Tabela 24. Qual a sua Religião?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO e PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS NÃO CRISTÃS	AGNÓSTICO ou ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR
LAICO	T4 Honduras	83,0%		1,1%	15,9%						
	T4 Uruguai	82,1%		10,1%	2,3%				5,4%		

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

Tabela 25. Qual a sua Religião?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO e PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS NÃO CRISTÃS	AGNÓSTICO ou ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR
CONFESSIONAL	T1 Argentina	81,4		4,3			1,5	7,0	3,1	2,7	
	T2 Costa Rica	75,0		5,8	9,6	1,9		1,9	3,8	1,9	
	T1 Perú	76,5		15,9	2,5					1,3	3,9
LAICIDADE RESTRITA	T1 Paraguai	97,2	2,8								
	T1 Panamá	89,8		1,7	3,4					1,7	3,4
	T2 República Dominicana	71,7		16,5					1,7	10,1	
	T3 El Salvador	89	5,8		3,7				1,4		
	T3 Guatemala	68,1	3,7	1,8	18,3				6,2		1,8
	T1 Bolívia ¹⁵²	87,9			8,7						2,2
	T1 Colômbia	92,5		2,8	2,7					0,8	1,2
	T1 Equador	79,8	2,1		5				8,5	4,7	
	T1 México	91,7		2,2				2,4		2,6	1,1
	T1 Venezuela ¹⁵³										
LAICO	T2 Brasil ¹⁵⁴	77,3		1,1	14,6		0,8				
	T2 Chile	100									
	T3 Nicarágua	80			10,8				9,2		
	T4 Honduras	83		1,1	15,9						
	T4 Uruguai	82,1		10,1	2,3				5,4		

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

¹⁵² Testemunha de Jeová (1,2)

¹⁵³ Maçon (16,5); Mormon (16,5); Drusa (32,9); Musulmano (19,5); Wallú (indígena) (14,7).

¹⁵⁴ Religiões tradicionais (4,3); Messianico (1,0); Maranata (1,0).

2.5 Representação Parlamentar Evangélica na América Latina

2.5.1 Níveis de Representação Evangélica nos Parlamentos Latino-Americanos

Tomando como referência os dados do PELA, pode-se constatar a presença de uma representação parlamentar evangélica em quinze dos dezoito parlamentos latino-americanos. Constituem exceção os parlamentos do Paraguai, do Chile e da Venezuela.

Tendo como ponto de partida a configuração do campo religioso observamos, primeiramente, que a presença mais intensa da representação evangélica nos parlamentos latino-americanos ocorre: na Guatemala (20,1%), país religiosamente misto (T3) em que os católicos representam 50% da população e os evangélicos representam 41%; no Peru (18,4%) predominantemente católico (T1) porém com uma maior pluralização do campo religioso (76% de católicos e 17% de evangélicos); em Honduras (17%), onde o catolicismo, em nível nacional, constitui menos da metade das declarações de pertença da população à religião católica (T4) com 46% de católicos e 41% de evangélicos; na República Dominicana (15,5%), Brasil (15,7%) e Costa Rica (15,4%), todos majoritariamente católicos (T2) e onde os evangélicos representam, em nível nacional: 23% dos dominicanos; 26% dos brasileiros e 25% dos costarriquenhos; no Uruguai (12,4%), país onde o catolicismo é “minoritário” (T4) com: 42% de católicos, 15% de evangélicos, 6% outras religiões e 37% sem religião, ateus ou agnósticos; e, finalmente, na Nicarágua (10,8%) religiosamente mista (T3) com 50% de católicos e 40% de evangélicos.

Em segundo lugar, a representação parlamentar evangélica aparece num nível intermediário nos parlamentos da Nicarágua (10,8%), país religiosamente misto (T3) com 50% de católicos e 40% de evangélicos, Bolívia (8,7%), Colômbia (5,5%), Panamá (5,1%), Equador (5,0%) e Argentina (4,3%), todos predominantemente católicos (T1).

A representação parlamentar evangélica é, em termos numéricos, menos expressiva em El Salvador (3,7%), país religiosamente misto (T3) com 50% de católicos, 36% de evangélicos, 3% pertencendo a outras religiões e 12% sem religião ou ateu; e no México (2,2%), país onde a religião católica é predominante entre 81% da população (T1), e os evangélicos constituem apenas 9% do campo

religioso. Finalmente, a representação parlamentar evangélica é inexistente nos parlamentos do Paraguai e da Venezuela, países predominantemente católicos e no Chile, majoritariamente católico (T2).

Tabela 26. Católicos e Evangélicos nos Parlamentos Latino-americanos em %.

ESTADO	TIPO	PAÍS	CATÓLICO	EVANGÉLICO
CONFSSIONAL	T1	Argentina	81,4	4,3
	T2	Costa Rica	75	15,4
LAICIDADE RESTRITA	T1	Peru	76,5	18,4
	T1	Paraguai	97,2	-
	T1	Panamá	89,8	5,1
	T2	República Dominicana	71,7	16,5
	T3	El Salvador	89	3,7
	T3	Guatemala	68,1	20,1
	T1	Bolívia	87,9	8,7
	T1	Colômbia	92,5	5,5
	T1	Equador	-	5
	T1	México	91,7	2,2
LAICO	T1	Venezuela	-	-
	T2	Brasil	77,3	15,7
	T2	Chile	100	-
	T3	Nicarágua	80	10,8
	T4	Honduras	83	17
	T4	Uruguai	82,1	12,4

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

O Paraguai, cuja população é predominantemente católica (89%), apresentando um campo religioso pouco pluralizado, com as minorias evangélicas não ultrapassando os 10% da população, com um sistema político bipartidário e um regime pouco democrático não possibilita a emergência de uma representação

evangélica na Câmara dos Deputados. O modelo paraguaio aproxima-se mais de um Estado Confessional puro do que aqueles encontrados no caso argentino ou costarriquenho.

No Chile, apesar da relativa pluralização do campo religioso que torna o catolicismo majoritário e não predominante entre a população, com 64% dos chilenos afirmando seu vínculo com a religião católica e 17% reivindicando uma identidade evangélica; além dos 3% que se reconhecem em outras vertentes religiosas e 16% afirmando não ser religioso, agnósticos ou ateus, 100% dos parlamentares declaram sua pertença religiosa ao catolicismo romano.

Quanto à Venezuela, os dados do PELA não registraram uma representação evangélica na Assembleia Nacional durante a legislatura analisada. Contudo, como demonstrado no capítulo anterior, foi na Venezuela que surgiu a primeira agremiação partidária da América Latina: o partido *Organización Renovadora Auténtica* (ORA) fundado em 1978. Por isso, fatores como o predomínio do catolicismo entre a população e uma baixa pluralização do campo religioso não impediram a formação de partidos políticos evangélicos no país.

Em países latino-americanos religiosamente misto como a Guatemala (T3) ou minoritariamente católico como Honduras (T4); Peru, predominantemente católico (T1); República Dominicana, Brasil e Costa Rica, todos majoritariamente católicos (T2), a representação evangélica mais intensa corresponde a uma maior pluralização do campo religioso. Incluímos o Peru, que como demonstrado, apesar da sua população ser predominante católica (76%) apresenta um campo religioso mais pluralizado.

Em países latino-americanos como Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, México e Panamá (T1), todos predominantemente católicos; e Nicarágua e em El Salvador (T3), embora países religiosamente mistos, a menor pluralização do campo religioso corresponde à uma maior representação de católicos nos parlamentos destes países. Entretanto, seria possível formular uma segunda hipótese que agregasse à pertença religiosa a variável tipo de Estado. Ela postularia que a representação parlamentar evangélica não existe naqueles países onde o peso demográfico da identificação da pertença religiosa da população dos países latino-americanos ao catolicismo, em nível nacional, é predominante à condição de

que estes parlamentos existam em regimes de tipo confessional ou em regimes de laicidade restrita. Este seria o caso em que se enquadraria o Paraguai, mas não a Argentina, o Peru, o Panamá. Contudo, a análise dos parlamentos latino-americanos que se enquadram neste tipo de ordenamento jurídico caracterizado pela laicidade restrita permite que refutemos a premissa. Assim, a inexistência de representação evangélica no poder legislativo paraguaio constitui a exceção e não a regra. Em outra, a análise comparada desta representação evangélica nos parlamentos latino-americanos permite observar casos semelhantes em regimes marcados pela laicidade. A Venezuela, predominantemente católica, e o Chile, majoritariamente católico, possuem regimes laicos, mas sem representação parlamentar evangélica nos respectivos parlamentos.

Isso não significa, entretanto, que a predominância e/ou superioridade numérica do catolicismo no campo societal latino-americano não desempenhe um papel importante para o crescimento dos segmentos evangélicos cuja identidade religiosa justamente se constrói em oposição à identidade católica. Neste sentido, a conversão em massa dos católicos à religião protestante é condição necessária, mas não suficiente para explicar o estabelecimento de uma representação evangélica nos parlamentos latino-americanos. Assim, o que se refuta é a tese de que o estabelecimento de uma representação evangélica no poder legislativo latino-americano seja consequência apenas do declínio acelerado que vem se produzindo na religião católica no Continente durante as últimas décadas do século XX. Ela igualmente não pode ser explicada através da oposição dos setores evangélicos à Igreja unida ao Estado, ao Estado que garante privilégios à Igreja, ou ao Estado laico que garante uma suposta isonomia às demais religiões.

Uma terceira hipótese explicativa postula que (H3) a representação parlamentar evangélica no poder legislativo latino-americano depende do peso demográfico das vertentes religiosas no campo societal latino-americano, das relações de poder entre Igreja, sociabilidades religiosas evangélicas e Estado na América Latina, mas igualmente na distinção entre os tipos de parlamentos do Continente e sua relação com a representação parlamentar evangélica. Parte-se desta última hipótese a fim de reconstruir as relações de poder entre as esferas religiosa e estatal numa América Latina com vocação à Continente multiconfessional

e, portanto, marcada pela permanência do religioso no espaço público em geral e, particularmente, de atores confessionais com certa influência na cena político-partidária.

2.5.2 Representação Evangélica em Parlamentos Bicamerais e Unicamerais

A presença mais intensa de uma representação parlamentar evangélica ocorre em parlamentos unicamerais como na Costa Rica confessional; na Guatemala e no Peru, ambos os países com regime de laicidade restrita e em Honduras, cujo Estado é laico. Em parlamentos bicamerais, essa presença mais intensa da representação evangélica pode ser constatada em apenas três países latino-americanos, quais sejam: a República Dominicana, majoritariamente católica e cujo regime de Estado é o da laicidade restrita, o Brasil majoritariamente católico, porém, laico, e o Uruguai, cujo Estado é laico e minoritariamente católico.

Em seu nível intermediário, a representação parlamentar evangélica ocorre em parlamentos unicamerais como a Nicarágua, o único Estado religiosamente misto deste bloco; Panamá e Equador. Apenas na Bolívia, na Colômbia e na Argentina, a representação parlamentar evangélica ocorre no marco do bicameralismo. A representação parlamentar evangélica é, em termos numéricos, menos expressiva em El Salvador, país religiosamente misto e unicameral

O unicameralismo pode ser definido como a prática política em que a legislatura de um país é formada por apenas uma câmara ou casa legislativa. Na maioria dos casos, os parlamentos unicamerais encontram-se em países de composição étnica bastante homogênea e estrutura política unitária ou centralizada, ou seja, destituídos de uma cultura política multipartidária. Neste contexto de oposição com a Igreja, evangélicos buscam representação na cena político-partidária e, em particular no poder legislativo, visando o reconhecimento da parte do Estado como atores confessionais relevantes.

O bicameralismo, por sua vez, é o regime em que o poder legislativo é exercido por duas câmaras e ocorre em países de composição étnica mais heterogênea e estrutura política mais descentralizada caracterizada pelo sistema multipartidário. Contudo, para que esse modelo seja operacionalizado, faz-se mister explicar a presença ou inexistência da representação evangélica nos parlamentos

latino-americanos em sua relação com os tipos de Estado latino-americanos. Isso significa que, podemos encontrar a representação parlamentar evangélica em sete tipos ideais de Estado:

1- Predominantemente católico – confessional – unicameral e/ou bicameral: são os casos de Argentina, bicameral, e da Costa Rica unicameral;

2- Predominantemente católico – laicidade restrita – unicameral e/ou bicameral: são os casos do Paraguai, bicameral; e do Peru e Panamá, unicamerais;

3- Majoritariamente católico - laicidade restrita – bicameral: é o caso da República Dominicana;

4- Predominantemente católico – laico – unicameral e/ou bicameral: são os casos da Bolívia, Colômbia e México, todos bicamerais; e de Equador e Venezuela, unicamerais;

5- Majoritariamente católico – laico – bicameral: são os casos do Brasil e do Chile;

6- Religiosamente misto – laicidade restrita/laico – unicameral: são os casos El Salvador e Guatemala;

7- Minoritariamente católico – laico – unicameral/bicameral: são os casos de Honduras, unicameral e do Uruguai, bicameral.

2.5.2.1 Estados predominantemente/majoritariamente católicos em regime confessional e sistema unicameral e/ou bicameral

Argentina e Costa Rica são os dois únicos Estados confessionais da América Latina. Em ambos, contudo, podem ser observados diferentes processos que vem se produzindo no interior de suas respectivas sociedades. A Argentina constitui-se como um Estado confessional do tipo predominantemente católico (T1), enquanto a Costa Rica enquadra-se no Estado confessional do tipo majoritariamente católico (T2). Na Argentina, país onde 71% da população se declara católica, o peso societal do catolicismo romano, o regime de Igreja e Estado assim como o bipartidarismo que dominou a cena política do país desde a redemocratização até a coalizão de partidos que elegeu Mauricio Macri em 2015, constituiriam maiores obstáculos para o estabelecimento de uma representação parlamentar evangélica no poder legislativo. Além disso, a representação proporcional de listas fechadas

não favorece o corporativismo religioso que impede o vínculo direto entre representado e representante¹⁵⁵. De fato, observa-se que esta representação evangélica não ultrapassa os 4,3% na Câmara de Deputados argentina que é bicameral. Contudo, o sistema eleitoral de lista fechada torna mais difícil uma representação parlamentar evangélica mesmo se os evangélicos constituem movimentos sociais resultando na formação de partidos políticos.

Na Costa Rica, onde o catolicismo em nível nacional apresenta uma porcentagem ainda mais baixas que na Argentina, sendo estimado a 62% da população, porém apresentando um campo religioso mais pluralizado que o argentino – com as vertentes evangélicas chegando aos 25% da população costarrriquenha, a representação parlamentar evangélica alcançou o patamar de 15,4% na Assembleia de Deputados que é unicameral, o que é bastante expressivo considerando-se que a sede do poder legislativo costarrriquenho constitui-se de 57 deputados enquanto que a Câmara de Deputados Argentina é composta por 257 membros. Isso acontece porque, de acordo com o Código Eleitoral da Costa Rica, os cidadãos de cada província votam em listas de candidatos de cada partido político que, mediante um cálculo de quocientes e subquocientes, elegem-se uma certa quantidade de deputados de cada partido político de maneira proporcional à porcentagem de votos recebidos pelo partido. Em outros termos, se os segmentos evangélicos conseguem organizar partidos confessionais, a representação parlamentar é assegurada pelo sistema, de maneira proporcional, o que podemos observar no quadro abaixo.

¹⁵⁵ A eleição de parlamentares à Câmara dos Deputados argentina é proporcional. O Sistema de listas de partidos, com uma distribuição proporcional de assentos, utiliza o método d'Hont que consiste na divisão do total de votos que cada partido recebeu pelos divisores 1, 2, 3 e assim por diante, de forma que os partidos com as maiores médias recebem as cadeiras. Para conseguir um assento, um partido deve obter no mínimo 3% dos votos emitidos em uma circunscrição. Os assentos vacantes que surjam das eleições gerais são ocupados por substitutos eleitos ao mesmo tempo em que os membros titulares.

Quadro 4. Composição da Assembleia dos deputados costarrriquenha no período legislativo 2014-2018

PARTIDO	DEPUTADOS (57 ^a)	LÍDER DO PARTIDO
Partido Liberación Nacional	18	Julio Rojas Astorga
Partido Acción Ciudadana	13	Marco Vinicio Redondo Quirós
Partido Frente Amplio	9	Gerardo Vargas Varela
Partido Unidad Social Cristiana	8	Johnny Leiva Badilla
Movimiento Libertario	3	Otto Guevara Guth
Renovación Costarricense	2	Gonzalo Ramirez Zamora
Partido Accesibilidad Exclusión	1	Óscar Andrés López Arias
Partido Restauración Nacional	1	Gerardo Fabricio Alvarado Muñoz
Alianza Demócrata Cristiana	1	Mario Redondo Poveda
Independiente	1	Carmen Qesada Santamaría

Fonte: Elaboração própria.

O declínio mais acentuado do catolicismo na Argentina tem correspondido à um processo de individualização das crenças e privatização das práticas religiosas entre os católicos enquanto que na Costa Rica uma maior pluralização do campo religioso tem ocorrido em consequência do crescimento exponencial das vertentes evangélicas no país permitindo a emergência de partidos políticos confessionais e uma representação parlamentar evangélica. Na Argentina, os católicos têm assumido posições mais liberais em assuntos morais enquanto na Costa Rica os evangélicos tem se mostrado extremamente conservadores em assuntos morais inclusive se constituindo em bancada em prol de um Estado de tipo multiconfessional e não em favor da laicidade que assegure às suas sociabilidades religiosas os mesmos privilégios garantidos à Igreja da parte do Estado.

Desde o censo oficial de 1960, a Argentina exclui de seus questionários os dados relativos à religiosidade de seus cidadãos. Considerado um país tradicionalmente católico, o país tem visto um acentuado declínio nas declarações de pertença à religião católica estimada em 71%, em 2014. Por contraste, os evangélicos representam 15% da população argentina. Este declínio corresponde a um duplo processo que aponta primeiramente o declínio das práticas religiosas em nível institucional, de um lado, e, de outro, o da privatização das crenças religiosas da parte dos católicos argentinos. Em outros termos, os argentinos têm se tornado

católicos não praticantes. Isso pôde ser comprovado pela pesquisa de opinião realizada pelo *Consejo Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas* (Conicet) em 2008, sobre as crenças e atitudes religiosas dos argentinos. Apesar de constituir-se como um Estado de tipo confessional, segundo o sociólogo Fortunato Falimaci, a pesquisa indicou *uma maior autonomia de consciência e distanciamento dos postulados doutrinários da Igreja da parte dos católicos*. A posição dos argentinos sobre a questão do aborto, entretanto, apresenta-se como o único sujeito que foi de encontro com a posição oficial da Igreja católica. Assim, para 63% dos entrevistados argentinos, o aborto deveria ser permitido apenas em circunstâncias especiais, tais como estupro, perigo de morte da mulher ou má formação do feto. Deste total, os católicos representam 68,3% dos entrevistados. Por sua vez, 16,9% dos argentinos opinaram que o aborto deve ser proibido em todos os casos. Um número significativo de 14,1% considera que têm o direito de praticar o aborto sempre que assim o decidam. A aceitação da prática do aborto aumenta na Capital Federal e nos grandes centros urbanos¹⁵⁶. Contudo, a entrevista do PELA realizada com os parlamentares argentinos no período legislativo 2009-2010 mostra um parlamento extremamente progressista com relação ao tema do aborto ficando atrás apenas do Uruguai. Declararam estar “totalmente a favor do aborto”, numa escala representando 9-10, 35,70% dos parlamentares argentinos. Do lado oposto da escala, “1” representando estar totalmente contra a prática do aborto, se posicionaram 22,60% dos deputados.

¹⁵⁶ Clarín Digital, 2008. A pesquisa que ouviu 2.403 argentinos maiores de dezoito anos em todo o país foi apresentada na secretaria de Culto da Nação por seu titular, Guillermo Oliveri. O trabalho foi apresentado por seu diretor, o sociólogo Fortunato Mallimaci, e pelo coordenador, Juan Cruz Esquivel, ambos especialistas em religião. Também participaram peritos das universidades nacionais de Buenos Aires, Rosario, Cuyo e Santiago del Estero, que participaram da investigação.

Tabela 27. Opinião sobre o aborto.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	su opinión personal respecto al aborto						NR
			Totalmente contra (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	Totalmente a favor (9-10)		
CONFESSIONAL	T1	Argentina	2009-2013	22,60%	8,10%	9,30%	21,10%	35,70%	3,30%

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

A educação sexual nas escolas argentinas obteve enorme consenso da parte dos entrevistados chegando a uma aprovação de 92,4% (destes, 93,3% são católicos) contra apenas 6,2% que se declaram contrários à matéria. Merece destaque o fato de que cerca de 81,3% dos entrevistados afirmaram que as escolas devem informar sobre todos os métodos anticoncepcionais. Além disso, 78,8% crê que a escola deveria incluir cursos de educação sexual para os alunos. De acordo com 81,2% dos entrevistados, uma pessoa pode utilizar anticoncepcionais e seguir sendo um bom crente; 54,6% dos argentinos dizem estar muito de acordo que "as relações sexuais antes do matrimônio são uma experiência positiva"; 22,4% declararam estar pouco de acordo, e 18,6% não concordam.

A questão da educação religiosa indicou que 55% dos entrevistados consideram que deve haver uma disciplina de religião nas escolas contra 27% que discordam; apenas 14% dos entrevistados argentinos defendem o ensino da religião católica nas escolas públicas. Entretanto, 69% dos argentinos estão de acordo que o Estado deveria ajudar as escolas confessionais que atendem as populações carentes.

Nesse sentido, a pesquisa revelou a existência de um amplo acordo da parte dos entrevistados a respeito da intervenção estatal na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Perguntados se "o Governo deveria promover o uso de preservativos para a prevenção da AIDS", 88,9% dos entrevistados argentinos afirmaram positivamente. Além disso, 86,9% opinaram que "hospitais, clínicas e centros de saúde deveriam oferecer métodos anticoncepcionais grátis".

A pesquisa também interrogou os argentinos sobre a questão do financiamento religioso por parte o Estado. Para 59% dos entrevistados, o Estado deve financiar todas as religiões ou nenhuma; 19% se declararam estar um pouco de acordo com o financiamento do catolicismo por parte do Estado. Apenas 15,4%

afirmou estar muito de acordo. Por outro lado, 75% dos entrevistados opinaram que o Estado deve colaborar com o trabalho social dos grupos religiosos e 56,3% na manutenção dos templos; apenas 26% afirmou que o Estado deve subvencionar os salários dos bispos católicos e pastores evangélicos.

Sobre a polêmica questão da homossexualidade, 43,6% dos argentinos entrevistados não concordam que ela seja uma doença, 31,8% afirmaram estar muito de acordo, e 15,9% um pouco de acordo. Os dados do PELA sobre a opinião dos parlamentares argentinos sobre a união homoafetiva confirmam a pesquisa do CONICET. Assim, 48,20% dos parlamentares entrevistados aprovam firmemente que as pessoas do mesmo sexo possam ter o direito de se casar. Apenas 10,80% dos deputados argentinos desaprovam firmemente o casamento homoafetivo.

Tabela 28. União civil entre pessoas do mesmo sexo.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	¿con qué firmeza aprueba o desaprueba que las parejas del mismo sexo puedan tener derecho a casarse?					
			desaprova firmemente (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	aprova firmemente (9-10)	NR
CONFESSIONAL	T1 Argentina	2009-2013	10,80%	5,30%	15,40%	15,60%	48,20%	3,30%

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

As opiniões recolhidas sobre a questão do celibato do clero assim como o sacerdócio feminino pelo CONICET também demonstram bastante liberalismo da parte dos entrevistados. Para cerca de 60% dos argentinos, os sacerdotes deveriam constituir uma família; a mesma porcentagem apoia o ministério sacerdotal para as mulheres.

Na Costa Rica mais do que na Argentina, o crescimento numérico dos evangélicos, da ordem de 25% da população nacional contra 62% de católicos, tem favorecido a emergência de atores religiosos confessionais na esfera pública. A partir da difusão de um imaginário religioso milenarista iniciando à partir dos anos 1980, os evangélicos, especialmente oriundos das vertentes neopentecostais, passaram a investir no campo político-partidário costarricense inclusive com a criação de vários partidos políticos como demonstrado no capítulo anterior. Neste Estado confessional a mobilização evangélica na esfera política deveria ter como

objetivo a secularização da sociedade por meio da separação entre Igreja e Estado. O que ocorre, entretanto, pode ser visto como a tentativa dos setores evangélicos conservadores de alcançar reconhecimento por parte do Estado como atores políticos relevantes a fim de garantir os mesmos privilégios assegurados à Igreja. Em 2014, apesar de Luis Guillermo Sólís ter sido eleito presidente pelo PAC defendendo uma agenda em prol da instituição do regime de separação entre Igreja e Estado e a liberação da fertilização em vitro, os evangélicos conservadores tem pressionado o governo contra a ampliação dos Direitos Humanos no país além de se posicionarem pela criação de um Estado nem secularizado nem laico, mas de tipo multiconfessional. O lobby evangélico tem enviado projetos de lei ao parlamento costarricense visando mudanças na lei da liberdade religiosa e de culto, o que os beneficiaria com a isenção de impostos, a possibilidade de receber financiamentos públicos, de ter serviços contratados pelo Estado através das declarações de interesse público além da possibilidade de ministrarem o ensino religioso nas escolas públicas¹⁵⁷. Assim, a representação parlamentar evangélica opera como grupo de pressão organizado com o objetivo de interferir diretamente nas decisões do poder público e, em especial, do poder legislativo.

Os representantes de Deus, ao reivindicarem abertamente sua identidade confessional, buscam a promoção de agendas conservadoras dos grupos que representam a fim de obterem reconhecimento ou privilégios da parte do Estado ao mesmo tempo que procuram impor sua moral religiosa ao conjunto da população. Isso se reflete nas opiniões dos parlamentares costarricenses nas questões sobre o aborto e o casamento homoafetivo mostrados pelo PELA. Com relação ao primeiro, apenas 8,9% dos parlamentares costarricenses declararam ser totalmente a favor da prática do aborto; 60,70%, porém, são totalmente desfavoráveis.

¹⁵⁷ Reporte Centroamerica, 2014.

Tabela 29. Opinião sobre o aborto.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	su opinión personal respecto al aborto						NR
			Totalmente contra (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	Totalmente a favor (9-10)		
CONFESSIONAL	T2 Costa Rica	2010-2014	60,7%	10,7%	14,3%	3,6%	8,9%	1,8%	

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

Quanto a questão do casamento homoafetivo, o PELA demonstra que 16,1% dos parlamentares costarriquenhos o aprovam firmemente enquanto 66,1% vão na direção contrária. Isso revela que os parlamentares da Costa Rica são mais conservadores do os deputados argentinos.

Tabela 30. União civil entre pessoas do mesmo sexo.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	¿con qué firmeza aprueba o desaprueba que las parejas del mismo sexo puedan tener derecho a casarse?						NR
			desaprueba firmemente (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	aprova firmemente (9-10)		
CONFESSIONAL	T2 Costa Rica	2010-2014	66,1%	1,8%	7,1%	7,1%	16,1%	1,8%	

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.5.2.2 Estados latino-americanos com regime de laicidade restrita em sistema unicameral/multicameral

A laicidade restrita é um conceito jurídico em que o Estado reconhece os demais cultos religiosos, porém dispositivos constitucionais garantem privilégios à Igreja, o princípio da isonomia das demais religiões é de fato ferido. Logo, a laicidade restrita não é laicidade. Além disso, se aceitamos a premissa de que o Estado laico pressupõe a neutralidade religiosa no espaço público e, particularmente, na política partidária, nenhum dos países latino-americanos que asseguram constitucionalmente a laicidade são de fato laicos. Isso significa que os Estados latino-americanos, com poucas exceções, estão se tornando Estados multiconfessionais. Isso vem ocorrendo devido ao processo de pluralização do campo religioso em que o declínio das declarações de pertença da população latino-

americana à religião católica tem correspondido à conversão em massa deste segmento às diferentes vertentes da religião protestante, especialmente as pentecostais e neopentecostais. Isso tem possibilitado o estabelecimento de atores evangélicos na cena político-partidária latino-americana. Contudo, a representação parlamentar evangélica no poder legislativo na América Latina depende não apenas do peso demográfico das religiões, mas igualmente do sistema partidário e do sistema eleitoral.

Países unicamerais tendem a ser religiosamente menos pluralistas que os bicamerais além de não possuírem uma cultura multipartidária. Além disso, o sistema de lista fechada torna mais difícil, mas não impossível, a emergência de uma representação parlamentar. No ordenamento jurídico de laicidade restrita, as relações de poder no interior do campo religioso têm como marco a luta das minorias religiosas pelo reconhecimento de um Estado que se apoia sobre a Igreja a fim de manter sua hegemonia política. Este seria o caso de países como o Panamá (T1), Venezuela (T1), El Salvador (T3), Guatemala (T3), Nicarágua (T3) e Honduras (T4), todos organizados em torno do sistema unicameral no poder legislativo. Também poderíamos incluir neste grupo o México predominantemente católico (T1) e bicameral pelos embates históricos entre a Igreja e o Estado liberal que resultaram até pouco tempo na hegemonia de um partido único.

Nos países Centro-Americanos como Guatemala, El Salvador e Nicarágua religiosamente mistos (T3), assim como na Honduras minoritariamente católica (T4), a representação proporcional de lista fechada não impediu o estabelecimento de uma representação parlamentar evangélica. Os dados do PELA permitem demonstrar que no Congresso de Deputados guatemalteco a representação parlamentar evangélica chega a 20,1%; na Assembleia de Deputados salvadorenha a representação parlamentar evangélica se eleva a 3,7%; na casa legislativa nicaraguense, os evangélicos representam 10,8%; e, finalmente, no Congresso de Deputados hondurenhos, os evangélicos detêm 17% das cadeiras legislativas. Como podemos notar, o peso demográfico do catolicismo em regime de laicidade restrita favorece o estabelecimento de uma representação evangélica no poder legislativo, se os Estados forem densamente menos católicos. O que não significa que a relação de conflito político inexista no poder legislativo Centro-

Americano. Neste contexto, o declínio das declarações de pertença da população dos países da América Central ao catolicismo não corresponde ao declínio de representação católica nos parlamentos Centro-Americanos. O catolicismo entre os deputados encontra-se sobre-representado no poder legislativo centro-americano. Na Guatemala, por exemplo, onde pode ser encontrada a maior representação de parlamentares evangélicos, os deputados católicos representam 68,1% no parlamento; em El Salvador, entretanto, esta representação é da ordem de 89,0%. Em Honduras ela atinge os 83% e, finalmente, na Nicarágua, os deputados católicos representam 80%.

Panamá, Venezuela e México são Estados predominantemente católicos; os dois primeiros possuindo câmaras unicamerais, e o México, assim como a Bolívia, o sistema bicameral. Todos estes países têm em comum o fato de possuírem sistemas eleitorais mistos que combinam a representação proporcional em distritos plurinominais com a representação majoritária com lista fechada em circunscrições eleitorais uninominais. Porém, México e Panamá diferem dos demais países citados por causa do caráter fragmentado do procedimento eleitoral onde os votos são contados separadamente e a distribuição proporcional de sufrágios não possui efeito corretor sobre a distribuição final do total de cadeiras legislativas¹⁵⁸.

No Panamá, onde a população católica representa 70% e a evangélica 19%, a representação parlamentar no poder legislativo corresponde à predominância do catolicismo em nível nacional pois 89,8% de deputados panamenhos se declararam católicos contra 5,1% dos que se identificaram como evangélicos.

A pesquisa do PELA não permitiu a identificação de representação parlamentar evangélica na Assembleia de Deputados da Venezuela. Isso pode significar apenas que os evangélicos venezuelanos ainda não se inseriram no poder legislativo. Como demonstrado anteriormente foi no espaço partidário venezuelano que surgiu o primeiro partido político da América Latina. Porém, a organização do poder legislativo em um sistema unicameral além da organização do próprio sistema eleitoral com voto proporcional de lista fechada pode nos fornecer indícios para a baixa representação evangélica neste parlamento

¹⁵⁸ Marengo, 2012: 243.

Com exceção do México bicameral, em todos os países unicamerais, o regime de laicidade restrita leva os segmentos evangélicos a entrar em conflito com o Estado que se apoia sobre a Igreja a fim de manter sua hegemonia política, de uma parte e, de outra, com a Igreja que se sustenta no Estado para manter seus privilégios e hegemonia religiosa.

O México pode ser incluído neste contexto pois possui um campo religioso predominantemente católico (81%) à despeito dos dispositivos legais que tornam o Estado mexicano um dos mais laicos da América Latina juntamente com o Uruguai, este último apresentando um campo religioso mais pluralizado. No espaço mexicano, contudo, o campo religioso tem predominância do catolicismo, os segmentos evangélicos constituem minorias religiosas em nível nacional (9%) e no interior do poder legislativo (2,2%), sendo a Igreja o mais poderoso grupo de pressão religioso do país. Assim, o México é o segundo Estado mais densamente católico da América Latina, com 81% de sua população afirmando seu vínculo religioso com o catolicismo, atrás apenas do Paraguai, país predominantemente católico, com 89% de filiações à religião católica, igualmente bicameral e onde não existe representação parlamentar evangélica.

O poder legislativo, contudo, reflete a ordem jurídica, justificando porque o México encontra-se entre os países laicos. Contudo, como acontece em países com regime de laicidade restrita, no México cada minoria religiosa protestante é obrigada a negociar diretamente com o Estado. Isso acontece porque, no contexto mexicano, as sociabilidades religiosas protestantes uniram-se em busca de reconhecimento da parte de um Estado liberal apoiando-o contra a Igreja. Porém, quando as reformas liberais se estabeleceram e as relações Igreja e Estado se normalizaram, os protestantes mexicanos não puderam manter uma forte presença como grupo de pressão como a Igreja procede. Nas eleições de 1988, 1994 e 1997, por exemplo, os evangélicos apoiaram o esquerdista Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano mas não a agremiação partidária fundada por ele, o *Partido de la Revolución Democrática* (PRD)¹⁵⁹.

A pesquisa do PELA sobre a opinião dos parlamentares latino-americanos sobre a questão da prática do aborto ilustra as diferenças neste bloco de

¹⁵⁹ Navarro, 2001: 188-193.

países unicamerais (exceptuando o México). Partindo da análise do extremo da escala de valores onde “1” indica que o parlamentar é totalmente contra o aborto encontramos 76% de rejeição em Honduras, 57% na Guatemala; 47,1% em El Salvador; 42,2% no Panamá; 31,9% na Nicarágua e 17,4% na Venezuela. Se, igualmente, agregarmos ao primeiro grupo os dados da escala de valores onde 3-4 indica que o parlamentar é contra o aborto, Honduras passaria aos 78% de rejeição; Guatemala, aos 71,8%; El Salvador, 58,9%; Panamá, 46,9%; Nicarágua 47,8%; e, finalmente, Venezuela teria apenas 17,4% de rejeição.

Partindo do extremo oposto da escala de valores em que “10” indica que o parlamentar é “totalmente a favor do aborto” encontramos uma forte aprovação dos parlamentares da Venezuela, com 47,1%; do México, com 22,3%; de El Salvador, com 20,6%; da Nicarágua, com 14,5%; do Panamá, com 14,1% e de Honduras com 1,1%. Porém, se agregarmos estes dados com aqueles parlamentares que são favoráveis ao aborto (7-8), a Venezuela continuaria em primeiro lugar com os mesmos 47,1%, o Panamá passaria a 37,5% de aprovação; o México 35%; a Nicarágua com 26,1%, El Salvador teria 25% de aprovação; a Guatemala ficaria na casa dos 10,4% e Honduras passaria aos 3,3%. Com exceção do México, cujo ordenamento jurídico tenta restringir a ação da Igreja no campo político e possui parlamento bicameral, Estados unicamerais, porém apresentando um campo religioso mais pluralista, o parlamento tende a ser menos homogêneo no que concerne à restrição do aborto, pelo menos em nível da opinião pessoal do parlamentar.

Tabela 31. Opinião sobre o aborto.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	su opinión personal respecto al aborto						NR
			Totalmente contra (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	Totalmente a favor (9-10)		
LAICIDADE RESTRITA	T1	Panamá	2009-2013	42,2%	4,7%	15,6%	23,4%	14,1%	-
	T3	El Salvador	2009-2011	47,1%	11,8%	16,2%	4,4%	20,6%	-
	T3	Guatemala	2004-2008	57,6%	14,2%	17,7%	5,9%	4,5%	-
LAICO	T1	México	2009-2012	30,7%	7,8%	25,4%	12,7%	22,3%	1,2%
	T1	Venezuela ¹⁶⁰	2000-2005	17,4%	-	-	-	47,1%	-
	T3	Nicarágua	2007-2011	31,9%	15,9%	21,7%	11,6%	14,5%	4,3%
	T4	Honduras	2010-2014	76,9%	1,1%	18,7%	2,2%	1,1%	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

Os dados do PELA sobre o casamento homoafetivo demonstram como a representação parlamentar em regimes de laicidade restrita e parlamentos unicamerais como os do Panamá, El Salvador, Guatemala, Venezuela, Nicarágua e Honduras tende a ser mais conservadora, por exemplo, do que países como o México, bicameral e laico, porém, com um campo religioso predominantemente católico.

No parlamento panamenho, composto por 89,8% de deputados católicos e 5,1% de evangélicos, 84,4% dos parlamentares aprovam firmemente o casamento homoafetivo; apenas 14,1% o desaprova com esta intensidade. No México bicameral, laico, porém, predominantemente católico, e onde os deputados católicos representam 91,7% e os evangélicos 2,2%, são 25% que aprovam firmemente o casamento homoafetivo contra 18,5% que não o aprovam. O percentual de desaprovação é expressivo em Honduras, onde 89% dos parlamentares desaprova o casamento homoafetivo contra apenas 3,3% que o concentram. Em El Salvador, 77,9% dos parlamentares afirmaram que pessoas do mesmo sexo deveriam ter direito ao casamento contra 22,1% que se manifestaram contrariamente.

¹⁶⁰ Se deberían ampliar los supuestos regulados por la legislación vigente 24,5%; Solo se debería admitir en los supuestos regulados por la legislación vigente 6,2%; Se deberían limitar los supuestos regulados por la legislación vigente 4,9%.

No parlamento guatemalteco, composto por 68,1% de católicos e 20,1% de evangélicos, 57,6% dos parlamentares responderam ser favoráveis à liberação das drogas; apenas 4,5% desaprova.

Nos casos dos parlamentos da Venezuela e Nicarágua, a questão dirigida aos deputados versou sobre o tema do divórcio.

Tabela 32. União civil entre pessoas do mesmo sexo.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	¿con qué firmeza aprueba o desaprueba que las parejas del mismo sexo puedan tener derecho a casarse?						NR
			desaprueba firmemente (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	aprueba firmemente (9-10)		
LAICO	T1 Panamá ¹⁶¹	2009-2013	14,1%	-	-	-	84,4%	1,6%	
	T3 El Salvador ¹⁶²	2009-2011	22,1%	-	-	-	77,9%	-	
	T3 Guatemala ¹⁶³	2004-2008	57,6%	14,2%	17,7%	5,9%	4,5%	-	
LAICIDADE RESTRITA	T1 México	2009-2012	18,5%	12%	22,8%	18,8%	25,7%	2,3%	
	T1 Venezuela ¹⁶⁴	2000-2005	-	-	-	-	-	-	
	T3 Nicarágua ¹⁶⁵	2007-2011	-	-	-	-	-	-	
	T4 Honduras	2010-2014	89%	3,3%	2,2%	1,1%	3,3%	1,1%	

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

2.5.2.3 Estados latino-americanos com regime de laicidade em sistema unicameral/multicameral

O próximo grupo de países analisados possui um ordenamento jurídico que define o Estado em termos da laicidade. O que os distingue do grupo de países latino-americanos anterior é primeiramente o fato de que as suas constituições asseguram a liberdade religiosa e de culto às religiões. A religião católica, entretanto, é predominante ou majoritária entre a população destes países. Pertence

¹⁶¹ Pregunta 69 ¿Cree Ud. que deberían tener derecho a contraer matrimonio parejas del mismo sexo? Sim; Não; NR

¹⁶² Pregunta 69 ¿Cree Ud. que deberían tener derecho a contraer matrimonio parejas del mismo sexo? Sim; Não; NR

¹⁶³ Acrescenta a seguinte pergunta: Y, en esta misma escala, ¿con qué firmeza aprueba o desaprueba la legalización de drogas?

¹⁶⁴ Pregunta 73 ¿Cuál es su opinión personal sobre el divorcio?

¹⁶⁵ ¿En qué posición de la siguiente escala, donde “1” significa estar totalmente en contra y “10” totalmente a favor se sitúa Ud. respecto al divorcio?

a este grupo: Peru, Bolívia, Colômbia, Equador, todos predominantemente católicos; além de Brasil e Chile, majoritariamente católicos.

Em segundo lugar, com exceção do Equador cujo poder legislativo organiza-se em termos do unicameralismo, todos os demais países deste grupo possuem parlamentos bicamerais. Parlamentos bicamerais podem ser encontrados em países com maior densidade demográfica, pluralidade do campo religioso, além de possuírem uma cultura multipartidária. São justamente nestes países onde se pode observar as maiores perdas líquidas de fiéis do catolicismo para as vertentes evangélicas. É particularmente nestes países que os segmentos evangélicos tem experimentado um crescimento exponencial de suas sociabilidades religiosas as quais passaram a investir no campo político partidário.

A pesquisa do PELA demonstrou a ausência de representação parlamentar evangélica no poder legislativo Chileno. Embora o país apresente uma superioridade numérica e não o predomínio da religião católica entre a população, com os segmentos evangélicos totalizando 17% dos chilenos, o peso demográfico das pertenças religiosas dos chilenos ao catolicismo não retratam a representação parlamentar no interior da Câmara dos Deputados que no caso dos evangélicos não existe e, no caso dos católicos, é sobre-representada com cem por cento de deputados que se declaram católicos, como demonstrado pelo PELA. Além disso, é o único parlamento em que se pôde observar 100% de representação católica, o que não significa que os parlamentares sigam, necessariamente, pautas conservadoras. Embora já tivesse existido uma tentativa dos segmentos evangélicos de organizar-se em partidos políticos, o sistema eleitoral binominal fundado em 1980, e único no mundo atual, pode ser considerado o grande problema para a emergência de uma representação política no poder legislativo chileno, em geral, e a evangélica, em particular. Instituído pelo ditador Augusto Pinochet para ser implementado nas eleições parlamentares de 1989, o sistema baseia-se em duas grandes coalizões: a *Concertación*, atualmente denominada *Nueva Mayoría* – uma coalizão mais ampla que reúne partidos de esquerda – e a *Alianza*. O sistema eleitoral binominal, que permite apenas a eleição de dois representantes por circunscrição eleitoral, foi criado com o intuito de favorecer os partidos conservadores na medida em que excluía da representação um número cada vez mais crescente de partidos políticos

minoritários e não alinhados, notadamente de centro-esquerda, que tentavam derrubar a ditadura. Razão pela qual o Congresso chileno, desde 1990, vinha fazendo várias tentativas frustradas de abolir o sistema eleitoral binominal¹⁶⁶. Em 27 de abril de 2015, uma reforma promovida pelo segundo governo de Michelle Bachelet extinguiu o sistema substituindo-o por um proporcional que será aplicado pela primeira vez no Chile nas eleições parlamentares de 2017¹⁶⁷.

No Brasil, diferentemente daqueles países latino-americanos que transformaram sua reivindicação religiosa em partidos políticos confessionais, é o corporativismo religioso expresso na fórmula “irmão vota em irmão” que tem assegurado o vínculo entre representado – representante e conquistado cadeiras legislativas na Câmara dos Deputados. Isso acontece devido ao fato de que, com exceção da Bolívia que apresenta um sistema eleitoral de tipo misto, todos os demais países latino-americanos deste grupo elegem seus deputados através da representação proporcional de lista aberta.

No sistema proporcional de lista aberta, cabe aos partidos indicarem seus candidatos sem uma ordem prévia, sendo prerrogativa dos eleitores definir esta hierarquia através do voto nominal conferido ao postulante de sua escolha. Os votos que cada partido recebe são divididos pelo quociente eleitoral. Assim, o quociente eleitoral é o resultado da divisão total de votos válidos pelo número de cadeiras em disputa; os partidos que não conseguem atingir o quociente eleitoral são excluídos da distribuição das cadeiras. Porém, como existe a possibilidade de que nem todas as cadeiras sejam ocupadas, elas serão preenchidas pelo método de maiores médias, qual seja: o total de votos de cada partido é dividido pelo número de cadeiras obtidas pelo quociente eleitoral na divisão anterior, acrescido de um¹⁶⁸. Além disso, após a distribuição de cadeiras entre os partidos e coalizões, é preciso saber quais nomes da lista serão eleitos. No Brasil, Chile, Colômbia, Equador e Peru são os nomes mais votados da lista de candidatos apresentados que serão eleitos. No Brasil, por exemplo, os três nomes mais votados de cada lista ocupam as cadeiras legislativas.

¹⁶⁶ O Globo, 2015.

¹⁶⁷ La Tercera, 2015.

¹⁶⁸ Nicolau, 2007: 294-295.

Neste sistema, o número de partidos pequenos com chances de êxito eleitoral é maior do que no sistema majoritário que não é empregado para eleger parlamentares à câmara baixa na América Latina. Além disso, o sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta tem grande impacto na emergência de parlamentares evangélicos nos países que adotam o sistema. Se um candidato evangélico concorre por um micropartido e obtém mais votos do que o quociente eleitoral, ele ajuda seu partido a eleger deputados federais com reduzido número de votos. Assim, para os nanopartidos no Brasil, o apoio a candidatos evangélicos na disputa de uma cadeira legislativa na Câmara dos Deputados é vantajoso pois as sociabilidades religiosas constituem uma base eleitoral já estabelecida. Para os evangélicos, este apoio também é importante pois dispensa a formação de um partido confessional próprio evitando a competição, uma vez que três candidatos no sistema de representação proporcional de lista aberta podem ser eleitos pelo mesmo partido.

Finalmente, o que caracteriza este bloco é o reconhecimento que o Estado confere às minorias religiosas, principalmente os segmentos evangélicos, como atores relevantes na cena político-partidária. O poder estatal se volta à estas minorias especialmente quando deixa de ser respaldado pela Igreja na implementação de suas políticas ou no apoio a seus candidatos.

No Peru, na Bolívia e na Colômbia, os partidos políticos confessionais foram os canais por meio dos quais as sociabilidades religiosas evangélicas obtiveram representação parlamentar. Segundo os dados do PELA, 18,4% dos parlamentares do Congresso de Deputados peruanos se declaram evangélico. A representação católica no legislativo peruano chega a 76,5% e corresponde à predominância do catolicismo no país, cuja população que se declara católica é estimada a 76%.

Na Bolívia, o único país deste grupo que elege os seus representantes ao legislativo através do sistema misto – que combina representação proporcional de lista fechada em distritos plurinominais com voto majoritário em circunscrições eleitorais uninominais -, os evangélicos representam 8,7% do total dos deputados da Câmara enquanto os católicos aparecem sobre-representados no parlamento com

87,9% dos deputados se declarando católicos¹⁶⁹. Na Bolívia, o catolicismo representa 77% da população enquanto os segmentos evangélicos são estimados a 16%.

Na Colômbia, desde 2003, os parlamentares são eleitos à Câmara dos Representantes através do sistema de representação proporcional de lista aberta. Embora o país possua um campo religioso pluralizado com 79% de católicos e 13% de evangélicos, segundo os dados do PELA, 92,5% dos deputados Colômbianos afirmaram ser católicos contra 5,5% dos que se identificaram com evangélicos.

Em termos da relação entre densidade demográfica e pertença religiosa, o Brasil é o maior país católico da América Latina. É igualmente, aquele que tem perdido mais fiéis para o movimento pentecostal. Até 1970, 92% dos brasileiros se declaravam católicos. Em 2014, graças ao acelerado processo de pluralização sofrido no interior do campo religioso, o catolicismo passou a representar 61% da população brasileira. Neste mesmo período, o protestantismo que não passava de 0,5% teve um crescimento exponencial causado pela conversão em massa de católicos que migraram à religião protestante que passou a representar 26% da população brasileira. Contudo, faz-se mister destacar que os dados do PELA mostram uma grande correspondência entre a representação parlamentar e o declínio do catolicismo no interior do campo religioso brasileiro. Assim, para 77,3% dos deputados brasileiros, o catolicismo é a sua religião enquanto que em nível nacional 61% dos brasileiros se declararam católicos. Por contraste, enquanto 26% dos brasileiros afirmaram pertencer a algum segmento evangélico, a representação parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados chega aos 15,7%.

A emergência de uma representação confessional no poder legislativo no Brasil teve início com a eleição de deputados evangélicos para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) em 1986, quando um grupo de mais de trinta parlamentares das vertentes pentecostal e neopentecostal conseguiu se eleger sobre a base do corporativismo religioso e a aberta reivindicação de sua identidade denominacional. Sem a necessidade de fundar agremiações político-partidárias confessionais próprias, os candidatos evangélicos foram sendo cooptados pelos pequenos partidos políticos que perceberam as vantagens de apoiar um candidato

¹⁶⁹ Sistemas eleitorais mistos como a Bolívia, México, Panamá e Venezuela combinam representação proporcional em distritos plurinominais, com voto majoritário em circunscrições eleitorais uninominais.

com uma base eleitoral confessional prontamente instituída. Por essa razão, o sistema de representação proporcional de lista aberta, que garante a eleição de deputados dos pequenos partidos políticos teve grande impacto no estabelecimento de uma representação parlamentar evangélica no poder legislativo brasileiro¹⁷⁰.

A partir da instalação da ANC em 1987, os segmentos evangélicos constituíram um grupo de pressão suprapartidário e interdenominacional – a *Bancada Evangélica* – e passaram a compor o “Centrão”, grupo fisiológico e pouco homogêneo formado pelos pequenos partidos políticos, o chamado “baixo clero”, notadamente conservador, de extrema direita do espectro ideológico, e que foi ganhando força política ao notabilizar-se pela defesa do sistema de governo presidencialista assim como o mandato de cinco anos ao presidente José Sarney.

Após a 48ª legislatura na Câmara dos Deputados (1987-1990), a Bancada Evangélica foi se estabelecendo e aumentando em representação e poder político. No início da atual legislatura 2014-2018, o poder político da *Bancada Evangélica* atinge seu ápice com a eleição do evangélico Eduardo Cunha à presidência da Câmara dos Deputados. Visando desconstruir a agenda progressista do Executivo, notadamente caracterizado por um governo de centro-esquerda, os deputados evangélicos, liderados pelo presidente da Câmara, se associam com o Novo Centrão e, apoiados pelo PMDB e pelos partidos da oposição PSDB, DEM, PPS, iniciam um processo de impeachment sem crime de responsabilidade que obterá sucesso ao afastar Dilma Rousseff da presidência da República. A análise detalhada da composição do grupo de pressão evangélico será objeto do capítulo seguinte.

Finalmente, o Uruguai, constitui mais uma vez um caso *sui generis* dentre os países latino-americanos no que concerne o sistema de eleição de seus parlamentares. Segundo Marenco (2012: 242-243), o Uruguai:

¹⁷⁰ No Brasil, as eleições para presidente, governador, prefeito e senador seguem o sistema majoritário. No caso de deputados federais, estaduais, distritais e vereadores, o sistema utilizado hoje é o proporcional de lista aberta.

possui sistema de lemas¹⁷¹, no qual o eleitor vota em uma lista subpartidária, determinando a cota proporcional partidária e, simultaneamente, a distribuição intrapartidária de cadeiras entre os diferentes lemas. Embora cada sub-lema constitua uma lista pré-ordenada, a definição da nominata final dos candidatos partidários eleitos depende da distribuição intrapartidária de preferências do eleitorado, permitindo alocar o Uruguai entre os casos de voto preferencial.

Isso quer dizer que os eleitores uruguaios classificam uma lista ou grupo de candidatos em ordem de preferência, o voto proporcional preferencial. O sistema proporcional preferencial leva em conta os votos emitidos a favor de cada lema ou partido no país inteiro abrindo a possibilidade de representação a partidos menores e, ao final do escrutínio, cada circunscrição deverá ter, no mínimo, dois deputados ¹⁷².

Assim, podemos afirmar que o sistema de lema favorece a eleição de parlamentares evangélicos. Contudo, os dados do PELA revelaram uma surpresa na Câmara dos Deputados uruguiaia. Num país onde o catolicismo constitui a minoria religiosa estimada a 42% da população – os evangélicos representando 15% dos uruguaios, as outras vertentes religiosas somando 4% e os ateus, agnósticos ou sem religião totalizando expressivos 37% dos cidadãos, o PELA mostrou que 81,1% dos deputados professaram sua fé na religião católica contra 12,4% daqueles que afirmaram ser evangélicos e 5,4 afirmaram pertencer à outra religião.

Os dados do PELA sobre a opinião dos parlamentares latino-americanos sobre a questão do aborto e união homoafetiva em países predominantemente católicos ou majoritariamente católicos com parlamentos bicamerais – incluindo o Peru unicameral por causa da pluralização de seu campo religioso permite demonstrar a diferença entre os dois modelos precedentes. Todos os países deste bloco apresentam porcentagens de rejeição ao aborto significativamente menores do que o restante dos parlamentos latino-americanos. Analisamos aqui os parlamentos

¹⁷¹ Lemas tem conotação de partidos.

¹⁷² Decresci, 2016: 12-13. O Estado uruguaio possui dezenove circunscrições eleitorais. Segundo o cientista social, a atribuição de cadeiras legislativa nesse sistema proporcional uruguaio dá-se de forma complexa e se inicia bem antes do escrutínio, com cálculos eleitorais para saber quantos deputados representam cada circunscrição eleitoral. O processo realiza-se em três fases. Na primeira, emprega-se um quociente departamental que se baseia no método de Hare que faz com que quem atinja uma cifra é votado; na segunda, os assentos que faltam são distribuídos aos partidos segundo o método de d'Hont; finalmente, na terceira, com o mesmo método matemático, em listas de departamentos, distribuem-se as cadeiras que faltam.

bicamerais com regimes de laicos, com exceção do Peru, porém apresentando o sistema de representação proporcional de lista aberta e que inclui o país Andino.

No Peru, país do tipo 1, predominantemente católico, como Colômbia e o Equador, porém, com regime de laicidade restrita, apresentando um campo religioso mais pluralizado e um parlamento unicameral além da representação proporcional de lista aberta, a porcentagem daqueles parlamentares que se declararam totalmente contrários à prática do aborto (escala 1-2) é de 53,3%. A porcentagem de deputados peruanos totalmente favoráveis à prática do aborto representa 4,6%.

Tabela 33. Opinião sobre o aborto.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	su opinión personal respecto al aborto						
			Totalmente contra (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	Totalmente a favor (9-10)	NR	
LAICIDADE RESTRITA	T1	Perú	2011-2016	53,5%	8,3%	15,8%	8,7%	4,6%	9%
	T1	Colômbia	2010-2014	41,4%	8,8%	30,6%	10,7%	5,3%	3,1%
LAICO	T1	Equador	2009-2012	19,1%	5,5%	24,4%	13,7%	35,1%	1,3%
	T2	Brasil	2007-2011	44,50%	10,80%	11,00%	13,60%	15,10%	4,40%

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

No Brasil, a taxa de rejeição dos parlamentares à prática do aborto na escala de valores 1-2 totaliza os 44,50%. A porcentagem dos deputados federais pró-aborto na escala de 9-10 atinge os 15,10%.

Na Colômbia, os deputados anti-aborto representam 41,4% da câmara baixa; os favoráveis, representam 5,3%.

No Equador, unicameral como o Peru, mas apresentando a RP de lista aberta, a rejeição da prática do aborto entre os parlamentares representa 19,1% enquanto os fortemente favoráveis se elevam a 35,1%.

Tabela 34. União civil entre pessoas do mesmo sexo.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	¿con qué firmeza aprueba o desaprueba que las parejas del mismo sexo puedan tener derecho a casarse?						
			desaprueba firmemente (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	aprova firmemente (9-10)	NR	
LAICIDADE RESTRITA	T1	Perú	2011-2016	44,9%	9,4%	17,3%	7,6%	12,8%	8%
	T1	Colômbia	2010-2014	40,6%	11,1%	26,6%	8,8%	9,8%	3,1%
LAICO	T1	Equador ¹⁷³	2009-2012	32,7%				65,2%	2,1%
	T2	Brasil	2007-2011	38,10%	8,10%	13,30%	12,80%	22,30%	5,40%

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

¹⁷³ Pergunta 69 ¿Cree Ud. que deberían tener derecho a contraer matrimonio parejas del mismo sexo? Sim; Não; NR

Tabela 35. Opinião sobre o aborto.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	su opinión personal respecto al aborto					
			Totalmente contra (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	Totalmente a favor (9-10)	NR
CONFESIONAL	T1 Argentina	2009-2013	22,60%	8,10%	9,30%	21,10%	35,70%	3,30%
	T2 Costa Rica	2010-2014	60,7%	10,7%	14,3%	3,6%	8,9%	1,8%
LAICIDADE RESTRITA	T1 Perú	2011-2016	53,5%	8,3%	15,8%	8,7%	4,6%	9%
	T1 Paraguai ¹⁷⁴	2008-2013	56,7%	27,8%	11,1%	2,8%	1,4%	-
	T1 Panamá	2009-2013	42,2%	4,7%	15,6%	23,4%	14,1%	-
	T2 República Dominicana	2010-2016	31,7%	13,9%	35%	11,6%	7,8%	-
	T3 El Salvador	2009-2011	47,1%	11,8%	16,2%	4,4%	20,6%	-
	T3 Guatemala	2004-2008	57,6%	14,2%	17,7%	5,9%	4,5%	-
	T1 Bolívia	2010-2014	63,7%	3,1%	14,6%	5,3%	10,3%	3,1%
	T1 Colômbia	2010-2014	41,4%	8,8%	30,6%	10,7%	5,3%	3,1%
LAICO	T1 Equador	2009-2012	19,1%	5,5%	24,4%	13,7%	35,1%	1,3%
	T1 México	2009-2012	30,7%	7,8%	25,4%	12,7%	22,3%	1,2%
	T1 Venezuela ¹⁷⁵	2000-2005	17,4%	-	-	-	47,1%	-
	T2 Brasil	2007-2011	44,50%	10,80%	11,00%	13,60%	15,10%	4,40%
	T2 Chile	2010-2014	64,7%	15,3%	10,6%	3,5%	5,9%	-
	T3 Nicarágua	2007-2011	31,9%	15,9%	21,7%	11,6%	14,5%	4,3%
	T4 Honduras	2010-2014	76,9%	1,1%	18,7%	2,2%	1,1%	-
	T4 Uruguai	2010-2015	18,3%	5%	18,4%	20,7%	37,6%	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

¹⁷⁴ El Estado debe declarar ilegal el aborto y penalizarlo como cualquier otro delito (1 – 2); La mujer embarazada es la única que tiene derecho a decidir sobre la moralidad del aborto y su práctica (9 - 10)

¹⁷⁵ Se deberían ampliar los supuestos regulados por la legislación vigente 24,5%; Solo se debería admitir en los supuestos regulados por la legislación vigente 6,2%; Se deberían limitar los supuestos regulados por la legislación vigente 4,9%.

Tabela 36. União civil entre pessoas do mesmo sexo.

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	¿con qué firmeza aprueba o desaprueba que las parejas del mismo sexo puedan tener derecho a casarse?						NR
			desaprueba firmemente (1-2)	(3-4)	(5-6)	(7-8)	aprueba firmemente (9-10)		
CONFESSIONAL	T1 Argentina	2009-2013	10,80%	5,30%	15,40%	15,60%	48,20%	3,30%	
	T2 Costa Rica	2010-2014	66,1%	1,8%	7,1%	7,1%	16,1%	1,8%	
LAICIDADE RESTRITA	T1 Perú	2011-2016	44,9%	9,4%	17,3%	7,6%	12,8%	8%	
	T1 Paraguai ¹⁷⁶	2008-2013	-	-	-	-	-	-	
	T1 Panamá ¹⁷⁷	2009-2013	14,1%	-	-	-	84,4%	1,6%	
	T2 República Dominicana	2010-2016	69,8%	1,6%	10%	7,5%	11,2%	-	
	T3 El Salvador ¹⁷⁸	2009-2011	22,1%	-	-	-	77,9%	-	
	T3 Guatemala ¹⁷⁹	2004-2008	57,6%	14,2%	17,7%	5,9%	4,5%	-	
	T1 Bolívia	2010-2014	67%	7,3%	8,2%	5,2%	7,2%	4,1%	
LAICO	T1 Colômbia	2010-2014	40,6%	11,1%	26,6%	8,8%	9,8%	3,1%	
	T1 Equador ¹⁸⁰	2009-2012	32,7%	-	-	-	65,2%	2,1%	
	T1 México	2009-2012	18,5%	12%	22,8%	18,8%	25,7%	2,3%	
	T1 Venezuela ¹⁸¹	2000-2005	-	-	-	-	-	-	
	T2 Brasil	2007-2011	38,10%	8,10%	13,30%	12,80%	22,30%	5,40%	
	T2 Chile	2010-2014	55,3%	17,6%	10,6%	8,2%	8,2%	-	
	T3 Nicarágua ¹⁸²	2007-2011	-	-	-	-	-	-	
T4 Honduras	2010-2014	89%	3,3%	2,2%	1,1%	3,3%	1,1%		
T4 Uruguai	2010-2015	16,4%	7,6%	6,5%	34,1%	35,4%	-		

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

¹⁷⁶ ¿En qué posición de la siguiente escala, donde “1” significa estar totalmente en contra y “10” totalmente a favor se sitúa Ud. respecto al divorcio?

¹⁷⁷ Pregunta 69 ¿Cree Ud. que deberían tener derecho a contraer matrimonio parejas del mismo sexo? Sim; Não; NR

¹⁷⁸ Pregunta 69 ¿Cree Ud. que deberían tener derecho a contraer matrimonio parejas del mismo sexo? Sim; Não; NR

¹⁷⁹ Acrescenta a seguinte pergunta: Y, en esta misma escala, ¿con qué firmeza aprueba o desaprueba la legalización de drogas?

¹⁸⁰ Pregunta 69 ¿Cree Ud. que deberían tener derecho a contraer matrimonio parejas del mismo sexo? Sim; Não; NR

¹⁸¹ Pregunta 73 ¿Cuál es su opinión personal sobre el divorcio?

¹⁸² ¿En qué posición de la siguiente escala, donde “1” significa estar totalmente en contra y “10” totalmente a favor se sitúa Ud. respecto al divorcio?

2.6 Alguns cenários sobre a representação parlamentar evangélica na América Latina

Países latino-americanos onde a religião católica é predominante entre a população ou deixou de ser predominante para constituir a maioria, possuindo um ordenamento jurídico que garante a liberdade de culto entre as religiões, apresentando um sistema bicameral com representação proporcional de lista aberta e um sistema político multipartidário possuem maiores chances de apresentar uma representação evangélica nos parlamentos, levando-se em conta a magnitude de seus colégios eleitorais. São os casos tipificados apenas pela Colômbia e pelo Brasil.

O sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta favorece igualmente uma representação evangélica naqueles países latino-americanos com regimes de laicidade restrita e unicamerais, porém apresentando as características do modelo descrito acima. Constituem esse grupo apenas o Peru e o Equador. Neste contexto, os evangélicos conquistaram o poder político e reconhecimento do Estado que pode cooptá-los, quando o poder estatal perde o apoio da Igreja ou necessita aprovar suas políticas pública.

Quadro 5. Sistemas Eleitorais na América Latina.

TIPO DE ESTADO		PAÍS	PARLAMENTO	NÚMERO DE CADEIRAS	SISTEMA ELEITORAL	ANO	ANTERIOR
CONFSSIONAL	T1	Argentina	BI	257	RP lista fechada	1963	AUT
	T2	Costa Rica	UNI	57	RP lista fechada	1953	AUT
LAICIDADE RESTRITA	T1	Peru	UNI	130	RP lista aberta	1993	AUR
	T1	Paraguai	BI	80	RP lista fechada	1993	AUT
	T1	Panamá	UNI	71	MIX distritos uninominais + RP lista fechada	1983	AUT
	T2	República Dominicana	BI	178	RP lista fechada	1966	AUT
	T3	El Salvador	UNI	84	RP lista fechada	1963	AUT
	T3	Guatemala	UNI	158	RP lista fechada	1944	AUT
LAICO	T1	Bolívia	BI	130	MIX distritos uninominais + RP lista fechada	1994	RP lista fechada
	T1	Colômbia	BI	166	RP lista aberta	2003	RP lista subpartidária fechada
	T1	Equador	UNI	100	RP lista aberta	1998	RP lista fechada
	T1	México	BI	500	MIX distritos uninominais + RP lista fechada	1963	MAJ
	T1	Venezuela	UNI	167	MIX distritos uninominais + RP lista fechada	1989	RP lista fechada
	T2	Brasil	BI	513	RP lista aberta	1946	AUT
	T2	Chile	BI	120	RP lista aberta	1989	AUT
	T3	Nicarágua	UNI	92	RP lista fechada	1984	AUT
	T4	Honduras	UNI	128	RP lista fechada	1966	MAJ
	T4	Uruguai	BI	99	RP voto preferencial sublistas	1934	AUT

Fonte: Elaboração própria a partir de Marengo, 2012.

UNI = unicameral; BI = bicameral; RP = representação proporcional; MAJ = voto majoritário; MIX = fórmula mista distritos uninominais majoritários/distritos plurinominais com representação proporcional; AUT = regime autoritário.

A representação proporcional de lista fechada não impede uma representação evangélica em países onde o catolicismo também é majoritário entre a população, como na Costa Rica, cujo sistema eleitoral especial garante a representação proporcional a todos os partidos ou a República Dominicana, bicameral. A representação proporcional de lista fechada torna mais difícil, mas não impede uma representação evangélica em El Salvador, Guatemala, e Nicarágua, países religiosamente mistos e Honduras, país onde a religião católica constitui a minoria religiosa; todos unicamerais. Com exceção de Honduras, todos estes países fizeram a transição à democracia saídos de regimes autoritários, o que torna seu sistema político bastante precário. Neste contexto, os evangélicos procuram conquistar o reconhecimento do Estado como atores políticos e opõe-se a influência societal da Igreja.

Possuem sistemas eleitorais mistos Bolívia, México, Venezuela e Panamá combinando representação proporcional em distritos plurinominais, com voto majoritário em circunscrições eleitorais uninominais. Porém, existe diferença no caráter segmentado do procedimento eleitoral mexicano e panamenho onde os votos são contados separadamente e a distribuição proporcional de sufrágios não possui efeito corretor sobre a distribuição final do total de cadeiras legislativas.

Na Venezuela, a reforma do sistema eleitoral de 1985, introduziu o sistema misto em 1995. Visou reduzir o poder da “partidocracia” e aproximar eleitores e representantes ao fixar em 50/50 a relação entre vagas majoritárias e proporcionais. Teve como consequência, porém, uma queda do eleitorado na participação nas eleições legislativas: 73,8% (1988) para 49,2% (1993), chegando a 42,2%, em 1998, menor estabilidade na distribuição de preferências do eleitorado, maior fragmentação partidária e, finalmente, menor proporcionalidade na adjudicação de cadeiras congressuais em função da votação obtida por cada partido¹⁸³.

Na Bolívia, uma reforma constitucional de 1994 adotou o sistema misto visando compensar a representação deficitária da representação proporcional de lista fechada, porém, sem introduzir mecanismos corretivos que permitissem assegurar uma proporcionalidade na distribuição final das cadeiras. Em 1996, a

¹⁸³ Marenco, 2012: 243-249.

nova emenda constitucional revisou este dispositivo, atribuindo ao voto proporcional, em nove distritos plurinominais responsáveis pelo preenchimento de 62 cadeiras, um mecanismo compensatório para corrigir a desproporcionalidade gerada pela escolha nos 68 distritos uninominais, além da reintrodução do método D'Hont para alocação das sobras, bem como o umbral de 3% dos sufrágios para o acesso a cadeiras legislativas. Mas as taxas de volatilidade eleitoral que eram elevadas na RP de lista fechada: 29,0% (1989), 36,6% (1996), atingiu um pico de 47,7% em 2002, no atual sistema MIX distritos uninominais + representação proporcional de lista fechada sugerindo vínculos precários e instáveis entre eleitores e partidos¹⁸⁴. No Equador, porém, a reforma eleitoral de 1998 que adotou a RP de lista aberta aumentou ligeiramente o número efetivo de partidos, com redução da proporção de votos conquistados pelas duas principais organizações partidárias, e a desproporcionalidade na relação votos/cadeiras aumentou em relação aos resultados de 1996¹⁸⁵.

Isso significa que em países predominantemente católicos e com regimes de laicidade restrita como o Peru e Panamá, outro país unicameral, ou Costa Rica, majoritariamente católica, onde o peso societal do catolicismo é hegemônico, o grupo de pressão parlamentar evangélico se constitui em oposição às relações Igreja e Estado. É a elite parlamentar evangélica que negocia com o Estado buscando alcançar os mesmos privilégios garantidos à Igreja para as sociabilidades religiosas que representa. Defendem um regime de tipo multiconfessional e não necessariamente laico.

Nos países centro-americanos, onde o peso societal do catolicismo corresponde à metade da população, no caso da Guatemala, e menos da metade, no caso de Honduras, é o Estado corporativo que coopta as elites parlamentares evangélicas a fim de manter sua hegemonia no campo político. Isso pode ser verificado igualmente em El Salvador, no Equador, na Venezuela e na Nicarágua, todos os países apresentando assembleias unicamerais em sua organização do poder legislativo.

Em quatro países latino-americanos, entretanto, o catolicismo deixou de ser predominante para tornar-se majoritário entre a população, o que se observa no

¹⁸⁴ Marengo, 2012: 251-252.

¹⁸⁵ Marengo, 2012: 259.

Chile (64%), na Costa Rica (62%), no Brasil (61%) e na República Dominicana (57%). Neste segundo bloco, os evangélicos representam 26% da população nacional do Brasil; 25% da Costa Rica; 23% da República Dominicana e 17% do Chile.

Nos países Centro-americanos, os católicos romanos representam a metade da população nacional. Os evangélicos apresentam os mais altos níveis de vinculação com a religião protestante em El Salvador (36%); Guatemala (41%) e Nicarágua (40%). Somados àqueles que declararam pertencer a outras religiões e ao grupo dos não filiados, dão origem à um bloco de países religiosamente "mistos" opondo católicos aos outros segmentos analisados.

A pluralização do campo religioso na América Latina tem implicado em um processo de mudança da identidade cultural do latino-americano. Ao abandonar a religião católica e se converter majoritariamente às distintas vertentes pentecostal e neopentecostal da religião protestante o evangélico, como categoria plural, permite a construção de um sujeito sociológico cuja nova identidade cultural deixa de ser fixa para tornar-se cambiante¹⁸⁶. Para 81% dos entrevistados pela pesquisa de opinião do Pew Research Center, que entrevistou mais de 30 mil latino-americanos nestes dezoito países em 2014, a busca de uma conexão pessoal com Deus foi a principal motivação para a conversão dos católicos à religião protestante. Para 69% dos entrevistados, o segundo motivo mais importante para abandonarem o catolicismo foi a identificação com o estilo de culto implementado pela nova sociabilidade religiosa que aderiram. É importante destacar que o estilo de culto pentecostal baseado na cura divina, na glossolalia, no exorcismo, na teologia da prosperidade, entre outros elementos de apelo emocional como a música sacra em estilo popular ou gospel, influenciou inclusive o movimento carismático no interior do próprio catolicismo na tentativa da Igreja de impedir a migração religiosa de católicos em direção ao movimento pentecostal. A terceira razão professada pelos evangélicos latino-americanos tem especial significado nos limites deste estudo por demonstrar a natureza do ethos do protestantismo latino-americano

¹⁸⁶ De acordo com o Pew Research Center (2010: 2) os evangélicos que afirmaram ter recebido formação católica mas que se converteram ao protestantismo representam: 74% na Colômbia; 68% no Paraguai; 66% no Peru, 62% no Equador; 60% na Bolívia; 56% na Venezuela; 55% na Argentina; 54% no Brasil; 50% na Nicarágua; 48% na República Dominicana; 44% no México; 40% na Costa Rica; 38% em El Salvador; 37% no Uruguai; 30% no Chile; 26% em Honduras; 23% na Guatemala; e, finalmente, 15% no Panamá.

As diferenças nas opiniões sociais e morais entre católicos, evangélicos e os sem afiliação religiosa podem variar não apenas com o peso das declarações de pertença religiosa pesando na balança do campo religioso de cada país da América Latina mas igualmente de acordo com a configuração política de cada Estado latino-americano. Argentina e Costa Rica são Estados confessionais, aquele em que a religião católica é reconhecida oficialmente pelo Estado.

As questões relacionadas à prática do aborto e a união homoafetiva na América Latina apontam para uma pequena e lenta abertura no tradicionalismo societal, seja ele de expressão religiosa católica ou evangélica. Em toda a América Latina apenas quatro países permitem o aborto sem que seja necessário apresentar justificativa até a décima semana de gestação. São eles o Uruguai, a Guiana, Porto Rico e Cuba. No universo dos países que analisamos, o Uruguai constitui mais uma exceção latino-americana dada às leis que interditam a prática do aborto em toda a América Latina ou das leis restritivas aplicadas em países de seu entorno como Brasil e Argentina. A lei uruguaia foi aprovada em 2012, durante a gestão do ex-presidente José “Pepe” Mujica, da *Frente Ampla*, depois de trinta anos de batalhas jurídicas. As mulheres uruguaias estão autorizadas a abortar num prazo de 12 semanas, até 14 quando tiverem sido vítimas de estupro, e sem prazo quando houver risco para a saúde da mãe ou feto for inviável. Para conseguir a interrupção legal, as mulheres têm de passar antes por uma consulta com um ginecologista, um psicólogo e um assistente social, e depois devem ainda respeitar um prazo de cinco dias de reflexão. A descriminalização do aborto no Uruguai centrou-se na luta contra a mortalidade materna. De fato, no primeiro ano da lei houve 6.676 abortos registrados no país e apenas uma morte registrada na clandestinidade¹⁸⁷.

Na maior parte dos países latino-americanos sólidas maiorias são contrárias à união civil entre pessoas do mesmo sexo. Desde 2010, apenas Argentina, Uruguai e Brasil aprovaram a união homoafetiva em todo o território nacional. Nos países latino-americanos a oposição é ainda mais acentuada entre os evangélicos do que entre os católicos. No Uruguai, expressivos 59% dos católicos e 35% dos evangélicos são favoráveis à união civil entre pessoas do mesmo sexo. Na Argentina, 53% dos católicos são contrários e 32% dos evangélicos a apoia. No

¹⁸⁷ El País, 2014. O Sul, 2016.

México, são igualmente eloquentes 50% de católicos favoráveis e 35% de evangélicos que se dizem a favor da união gay. Finalmente, no Chile, são 46% de católicos e 26% de evangélicos que se posicionam a favor do casamento homoafetivo. Este bloco composto por Uruguai (T4), Argentina (T1), México (T1) e Chile (T2) é constituído daqueles países em que se observa um maior processo de individualização/privatização das crenças religiosas, como na Argentina, e laicização da religião pelo Estado, nos demais países. Nestes países, as análises das amostras separadas das opiniões das pessoas sem afiliação religiosa mostraram que este grupo tende a apoiar ainda mais a concessão dos direitos do casamento a pessoas do mesmo sexo. De fato, dois terços ou mais dos não afiliados no Uruguai (77%), Argentina (75%), Chile (67%) e México (65%) são a favor da união civil entre pessoas do mesmo sexo¹⁸⁸.

¹⁸⁸ Pew Research Center, 2014:19.

Quadro 6. É crente?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA		PAÍS	PERIODO LEGISLATIVO	SIM	NÃO	NR
CONFESSIONAL	T1	Argentina	2009-2013	69,8	30,2	
	T2	Costa Rica	2010-2014	92,9	5,4	1,8
	T1	Perú	2011-2016	89,8	5,6	4,6
	T1	Paraguai	2008-2013	98,6	1,4	
	T1	Panamá	2009-2013	92,2	7,8	
LAICO <i>com dispositivos constitucionais</i>	T2	República Dominicana	2010-2016	91,1	8,9	
	T3	El Salvador	2009-2011	90,9	9,1	
	T3	Guatemala	2004-2008	91,9	8,1	
	T1	Bolívia	2010-2014	93	6	1
	T1	Colômbia	2010-2014	96,5	3,5	
	T1	Equador	2009-2012	87,7	12,3	
	T1	México	2009-2012	90,4	9,6	
	T1	Venezuela ¹⁸⁹	2000-2005	81,3	16,4	2,2
	T2	Brasil	2007-2011	88,5	10,7	0,8
	T2	Chile	2010-2014	76,7	23,3	
LAICO	T3	Nicarágua	2007-2011	94,2	4,3	1,4
	T4	Honduras	2010-2014	96,7	3,3	
	T4	Uruguai	2010-2015	50,6	49,4	

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

¹⁸⁹ Católico (75,3); Crente ou outra religião (6,0); Não crente (9,1); Ateu (7,3); Não respondeu (2,2).

Tabela 37. Qual a sua religião?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	CATÓLICO	CRISTÃO	PROTESTANTE	EVANGÉLICO e PENTECOSTAL	JUDEU	RELIGIÕES ORIENTAIS NÃO ABRAHÂMICAS	AGNÓSTICO ou ATEU	OUTRA	NENHUMA	NR	
CONFESSIONAL	T1 Argentina	81,4		4,3			1,5	7,0	3,1	2,7		
	T2 Costa Rica	75,0		5,8	9,6	1,9		1,9	3,8	1,9		
	T1 Perú	76,5		15,9	2,5					1,3	3,9	
LAICO RESTRITO	T1 Paraguai	97,2	2,8									
	T1 Panamá	89,8		1,7	3,4					1,7	3,4	
	T2 República Dominicana	71,7		16,5					1,7	10,1		
	T3 El Salvador	89		5,8	3,7				1,4			
	T3 Guatemala	68,1		3,7	1,8	18,3			6,2		1,8	
	T1 Bolívia ¹⁹⁰	87,9				8,7						2,2
	T1 Colômbia	92,5		2,8	2,7					0,8	1,2	
LAICO	T1 Equador	79,8	2,1		5				8,5	4,7		
	T1 México	91,7		2,2				2,4		2,6	1,1	
	T1 Venezuela ¹⁹¹											
	T2 Brasil ¹⁹²	77,3		1,1	14,6		0,8					
	T2 Chile	100										
	T3 Nicarágua	80			10,8				9,2			
	T4 Honduras	83		1,1	15,9							
	T4 Uruguai	82,1		10,1	2,3				5,4			

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

¹⁹⁰ PELA, 2000-2015. Testemunha de Jeová (1,2).

¹⁹¹ PELA, 2000-2015. Maçon (16,5); Mormon (16,5); Drusa (32,9); Muçulmano (19,5); Wallú (indígena) (14,7).

¹⁹² PELA, 2000-2015. Religiões tradicionais (4,3); Messianico (1,0); Maranata (1,0).

Tabela 38. Com que frequência assiste a serviços religiosos?

TIPO DE ESTADO E PERTENÇA RELIGIOSA	PAÍS	Mais de uma vez por semana	Uma vez por semana	Uma vez ao mês	Uma ou duas vezes ao ano	Nunca ou quase nunca	NR
CONFESSIONAL	T1 Argentina	-	9,9	30,3	17,2	42,6	-
	T2 Costa Rica	11,5	42,3	26,9	13,5	5,8	-
	T1 Perú	1,1	23,5	36,8	20,7	11,4	6,5
LAICO RESTRITO	T1 Paraguai ¹⁹³	-	-	-	-	-	-
	T1 Panamá	-	33,9	54,2	10,2	1,7	-
	T2 República Dominicana	11,5	35,8	22,4	18,2	10,7	1,3
	T3 El Salvador ¹⁹⁴	-	-	-	-	-	-
	T3 Guatemala	6,8	37,5	31,6	14,3	8,4	1,4
	T1 Bolívia	4,6	22	42,5	13,2	14,4	3,4
	T1 Colômbia	5,1	47,3	36,5	2,4	4,3	4,4
LAICO	T1 Equador	2,5	29,4	26,7	14,1	27,4	-
	T1 México	-	-	-	-	-	-
	T1 Venezuela ¹⁹⁵	2,2	20,7	15,8	17,2	28,7	-
	T2 Brasil	15,7	25,6	32,2	16,9	8,3	1,4
	T2 Chile	1,5	30,3	40,9	10,6	16,7	-
	T3 Nicarágua ¹⁹⁶	-	-	-	-	-	-
	T4 Honduras	10,3	44,8	28,7	10,3	5,7	-
	T4 Uruguai	4,9	27,5	24,6	12,7	30,3	-

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados Elites Parlamentarias de América Latina (PELA, 2000-2015)

¹⁹³ PELA, 2000-2015. Escala de religiosidade: Mínima (1-2 – 4,3); (3-4 – 7,1); (5-6 – 68,6); (7-8 – 20); Máxima (9-10 – 0).

¹⁹⁴ PELA, 2000-2015. Escala de religiosidade: Mínima (1-2 – 3,2); (3-4 – 9,2); (5-6 – 39); (7-8 – 36,2); Máxima (9-10 – 12,3).

¹⁹⁵ PELA, 2000-2015. Escala de religiosidade: Mínima (1-2 – 26,2); (3-4 – 23,9); (5-6 – 27,6); (7-8 – 16,3); Máxima (9-10 – 5,0); Não Respondeu (1,0).

¹⁹⁶ PELA, 2000-2015. Escala de religiosidade: Mínima (1-2 – 9,4); (3-4 – 10,9); (5-6 – 35,9); (7-8 – 28,1); Máxima (9-10 – 14,1); Não Respondeu (1,6).

CAPÍTULO III: A NOVA ELITE PARLAMENTAR EVANGÉLICA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS NO BRASIL DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

O presente estudo se dedica à análise do comportamento político-partidário de uma nova elite parlamentar confessional atuando no poder legislativo brasileiro nas nove legislaturas compreendidas 1983-2016. O recorte escolhido, portanto, abrange um período de 31 anos. Ele se inicia com a emergência inédita de um grupo de parlamentares protestantes eleitos ao legislativo federal em 1983 e alcança o golpe parlamentar-jurídico-midiático do qual participaram ativamente contribuindo de maneira decisiva ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff sem crime de responsabilidade em 31 de agosto de 2016. Contudo, o longo período escolhido apresentou-se como uma problemática considerável à investigação do objeto de pesquisa. Afinal, como tratar um conjunto de problemas ligados à sua natureza complexa e plural e existindo numa dimensão temporal por si mesma carregada de sentido histórico, social, político, mas, também e, principalmente, religioso? Qual tratamento metodológico deveria incorporar juntamente com a perspectiva da Ciência Política?

É comum na Ciência Política recorrer a uma perspectiva teórica do neo-institucionalismo, o institucionalismo sociológico, que na acepção de Hall destaca a natureza altamente interativa das relações entre as instituições e a ação individual na qual cada polo constitui o outro. Segundo essa perspectiva, as instituições são definidas de maneira mais global incluindo regras, procedimentos ou normas, mas também símbolos, esquemas cognitivos e modelos morais que fornecem padrões de significação que guiam a ação humana transformando as instituições. Tal método, entretanto, sem desconsiderar sua importância, não responderia por si só a análise de um segmento tão específico quanto uma elite confessional no poder legislativo.

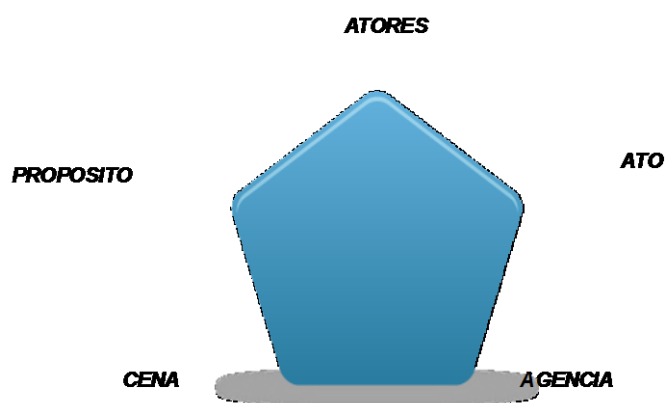
A fim de superar o impasse, procurei empregar a teoria dramatista de Kenneth Burke apresentada em sua obra *A grammar of motives*, como método de investigação política e, ao mesmo tempo, de representação social¹⁹⁷.

Aplicando o drama como método de investigação política, a teoria de burkeniana permitiu sistematizar os conteúdos analisados no período em foco a

¹⁹⁷ Burke, 1969.

partir de cinco distintos vetores dispostos de maneira esquemática em seu pentágono. Contudo, como a identificação destes vetores depende das intenções da investigação, foi-me possível reordená-los destacando a sequência que julguei mais importante, a saber: (1) os atores; (2) a cena; (3) o ato; (4) a agência e, por fim, (5) o propósito. Destaco que a análise dramatista, sem ser determinista, busca investigar as relações permanentes entre os termos deste pentágono.

Figura 1. Pentágono de Burke



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

(1) Os Atores. Nos limites do presente estudo, os parlamentares evangélicos são retratados como *atores* políticos coletivos – a individualidade sendo constitutiva da agremiação política partidária ou suprapartidária que compõem – e possuindo dupla representação: a partidária e a confessional. Pela representação partidária, o parlamentar evangélico encontra-se vinculado ao mandato à que foi eleito. Pela representação confessional, o *policymaker* evangélico encontra-se atrelado, primeiramente, a si mesmo, como também pode estar subordinado à Convenção de sua igreja, a seu líder religioso, às bases confessionais que o elegeram, à grupos de interesses confessionais ou público/privado e, neste caso, pode compor um grupo de pressão a fim de defender os interesses dos representados. A característica distintiva deste estudo consiste na análise das carreiras políticas dos parlamentares evangélicos delimitados pelo tempo das nove legislaturas compreendidas entre a transição democrática, a redemocratização do Brasil e a Nova Republica. Ao considerar variáveis como a entrada dos atores evangélicos na

cena política partidária, o peso da pertença religiosa, a atuação no legislativo, assim como sua saída da cena política, me apoiem, primeiramente, na obra de Alcántara *El ofício de político*¹⁹⁸ que analisando um grupo de políticos profissionais buscou oferecer um perfil do político democrático latinoamericano. Também recorri a “...um dos recursos metodológicos disponíveis entre a pesquisa histórica e a análise sociológica: a prosopografia.”¹⁹⁹ A prosopografia, do grego *prosopon*, que denota tanto um personagem do teatro como uma pessoa ou indivíduo em geral, descreve a carreira de uma pessoa a partir de fontes históricas levando-se em conta o ambiente onde ela atua e suas relações sociais sem intenção de exaltá-la, como, em geral, se faz nas biografias. A escola elitista preocupa-se com a dinâmica de pequenos grupos; os temas de estudo são, via de regra, as elites de poder; a técnica se baseia em uma investigação detalhada da genealogia, dos interesses e grupos políticos, e neste caso, grupo confessional. Para isto, emprega-se largamente o estudo de casos e pouco estudos estatísticos²⁰⁰. Utilizei três fontes primárias principais: os bancos de dados da Câmara dos Deputados, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV).

(2) A Cena. Como método de representação social, a metáfora dramatista de Burke permite primeiramente incorporar à dimensão tempo – as legislaturas que marcam a duração de um mandato parlamentar – à do espaço. Assim, a Câmara dos Deputados torna-se o *théatron*, o *locus* onde agem os legisladores que regula o comportamento dos atores. Por outro lado, a atividade política, exercida como arte por atores coletivos profissionais, interpretam uma história para o público em um determinado lugar. Este estudo, no entanto, não se dedica a análise do discurso dos parlamentares evangélicos ainda que este seja visto no domínio da retórica. Assim, este capítulo se reorganiza a fim de analisar o comportamento político de uma nova elite confessional protestante no poder legislativo brasileiro, em

¹⁹⁸ Alcántara, 2012.

¹⁹⁹ Monteiro, 2009.

²⁰⁰ Stone, 2011.

particular na Câmara dos Deputados Federais, durante a 47ª (1983-1986) e 48ª (1989-1990) legislaturas. A primeira legislatura constituiu-se como o palco pleno de clivagens onde emergiu, pela primeira vez na história legislativa do Brasil, um grupamento político-partidário de atores confessionais protestantes atuando numa cena política marcada pela transição democrática (1985-1988). A segunda legislatura teve a Constituinte como o teatro das ações dos atores protestantes atuando nos processos decisórios em busca do estabelecimento de uma nova ordem constitucional numa cena política midiática marcada pela redemocratização do Brasil e que refletia as preocupações da parte dos vários segmentos sociais no país com os possíveis retrocessos, mas igualmente as expectativas nos avanços.

(3) O Ato. Durante a 47ª legislatura (1983-1986), os deputados protestantes puderam se manifestar nos dois processos decisórios mais importantes do país naquela conjuntura política: a emenda Dante de Oliveira e a eleição indireta do primeiro presidente civil rompendo com o ciclo de 21 anos de ditadura e que contou com cinco presidentes militares no governo do Brasil. Na 48ª legislatura (1987-1990), os deputados constituintes protestantes participaram intensamente das sessões diárias de votações durante dois anos participando ativamente dos processos decisórios que moldariam a ordem constitucional da Nova República. Em ambas as legislaturas enfocadas, os parlamentares “evangélicos” são retratados como representantes dos grupos de interesse confessionais que representaram: suas distintas sociabilidades religiosas. Em ambas as legislaturas, entretanto, os *policymakers* evangélicos orientaram suas ações coletivas agindo com propósitos distintos, porém não contraditórios. De que maneira a moral religiosa influenciou o processo decisório desses parlamentares? Na primeira legislatura, os deputados protestantes iniciaram sua participação no poder legislativo colaborando na manutenção ou mudança do status quo. Na segunda, mantida a bipolarização, alinharam-se ou não ao grupo de pressão favorável ao governo, o - *Centrão* - no estabelecimento de uma nova ordem constitucional. A *Bancada Evangélica* nascia com dúbio sentido. Por um lado, sendo conotada pela mídia de maneira pejorativa, designava apenas parte deste

segmento que, ligado por afinidades eletivas ao *Centrão*, passou a ser criticado com estes pelas práticas percebidas pela opinião pública como fisiologismo político. Por outro lado, mas sem perder o sentido negativo, *Bancada Evangélica* passou a designar o conjunto dos parlamentares de diferentes segmentos confessionais, mas implicitamente e, em *stricto senso*, se referia aos pentecostais, muitos dos quais permaneceram fiéis aos seus partidos e suas convicções religiosas sem compor com o Centrão, razão pela qual deixo de empregar o termo bancada evangélica consagrado pela mídia brasileira e pela literatura especializada para utilizar a expressão parlamentares evangélicos em *sentido lato*, referindo-me ao conjunto dos parlamentares. Quando analiso o comportamento político dos parlamentares evangélicos nesta 48ª legislatura, distingo o grupo alinhado do não alinhado. Mas houve de fato momentos em que o conjunto dos parlamentares evangélicos agiu como grupo de pressão confessional. Isso aconteceu quando estava em pauta a defesa de matérias morais ou, por exemplo, quando exerceram pressão obtendo sucesso em inscrever o nome de Deus na Constituição Federal da República. Nestes casos, os parlamentares evangélicos agiram como grupo de pressão representando os agentes das sociabilidades religiosas conservadoras em assuntos de ordem moral e fundamentalistas em matérias teológicas, o que permite demonstrar a ausência de um ethos cultural enraizado no liberalismo político da parte do protestantismo brasileiro. Isso acontece porque, como defendo nos capítulos anteriores deste estudo, o protestantismo de missão, quer seja “histórico”, quer seja de tipo pentecostal ou neopentecostal – caracteriza-se por ser conversionista, anticatólico e milenarista. A conquista do espaço público é parte constitutiva da missão do protestante brasileiro desde o estabelecimento definitivo do protestantismo no Brasil durante a segunda metade do século XIX, quando foi expulso ao espaço privado por uma Igreja intransigente e que se apoiava no Estado confessional a fim de manter sua hegemonia religiosa na esfera pública. O que existe de diferente durante a Nova República, entretanto, é o crescimento demográfico exponencial do protestantismo, particularmente do pentecostalismo, que permitiu a realização deste projeto

de conquista do espaço público pelo viés político-partidário sobre a base do corporativismo religioso.

(4) A Agencia. Ao eleger representantes ao poder legislativo, as sociabilidades religiosas protestantes passaram a atuar como grupos de interesse confessional sustentando grupos de pressão parlamentar com o objetivo imediato de obter vantagens próprias, como, por exemplo, a isenção de impostos, o reconhecimento do governo como atores sociais importantes, a visibilidade, concessão de canais de rádio e televisão pelo Estado, além do prestígio que ganham elegendo um representante em qualquer esfera de representação política dentro de um campo religioso extremamente competitivo e operando com a lógica do mercado na oferta de bens simbólicos; seu fim ulterior, entretanto, consiste na conquista do poder.

(5) O Proposito. A estratégia empregada pelos grupos de interesse confessional visa converter - *com-verter* - a moral religiosa até então privada traduzindo-a em políticas públicas de maneira a impô-las ao conjunto da população, notadamente: a proibição do aborto, da união estável entre pessoas do mesmo sexo, da escola “sem partido”, a criminalização do adolescente, etc. Transformada em ética pública e contando com o aparelho jurídico-disciplinar que reforça a legislação e pune o comportamento desviante, o padrão normativo estabelecido deixa de ser direcionado aos indivíduos e se volta ao controle das populações com endosso do Estado, o que Foucault denominou de biopolítica. Tento descrever de maneira analítica neste e no capítulo seguinte, como as sociabilidades protestantes – através da estratégia de conquista do poder legislativo – foi transformando a moral religiosa privada em ética pública.

3.1 Emergência da nova elite parlamentar evangélica na 47^a Legislatura na Câmara dos Deputados Federais (1983-1986)

3.1.1 Atores políticos e identidade confessional protestante

A participação de atores políticos na cena legislativa brasileira tendo como marca distintiva a pertença religiosa deu-se na 47^a legislatura (1983-1986). Nas eleições de 1982, durante o processo de transição democrática iniciada em

1979 com o reestabelecimento do sistema pluripartidário no Brasil elegeu-se, pela primeira vez à Câmara dos Deputados, um grupo importante de doze parlamentares protestantes. Constituindo 2,5% do total de 479 deputados federais eleitos àquela legislatura, os “evangélicos” representavam, em sua maioria, o protestantismo de missão – incluindo os segmentos pentecostais - apenas um deputado federal pertencia ao protestantismo de imigração ou etnia²⁰¹. Dentre os parlamentares pertencentes ao protestantismo de missão, apenas dois deputados federais evangélicos provinham de sociabilidades religiosas de tipo pentecostal: o economista José Fernandes, da *Igreja Evangélica Assembleia de Deus* e o pastor Mário de Oliveira, da *Igreja do Evangelho Quadrangular*.

Todos os doze parlamentares evangélicos, entretanto, já constituíam por si só uma elite confessional protestante; eram destacados líderes religiosos, contavam com o apoio de suas bases confessionais, o reconhecimento dos quadros dirigentes de suas respectivas denominações e, muitas vezes, do próprio regime militar. Na Câmara dos Deputados, tornaram-se instrumentos dos grupos de interesse que passaram a representar: suas sociabilidades religiosas e o governo militar. É importante destacar que em todas as legislaturas analisadas os protestantes “históricos”, àqueles provenientes de sociabilidades religiosas reivindicado uma identidade confessional originada do movimento da Reforma Protestante como os congregacionais, batistas, metodistas e presbiterianos, incluindo o tipo imigração, superam os pentecostais em termos numéricos embora não fossem superados em termos de mobilização coletiva. Nessa legislatura, por exemplo, o maior segmento confessional era formado pelos batistas, com quatro representantes: o pastor e advogado Enoc Vieira, o economista Arolde de Oliveira, o professor Eraldo Tinoco e o jornalista e poeta Gióia Jr (1931-1996). Apenas um congregacional, o médico Daso Coimbra (1926-2007), representava esta sociabilidade religiosa, similar à batista por possuir um sistema de governo eclesiástico praticando a direta democracia.

Os metodistas eleitos foram dois: o jurista, professor e engenheiro militar Estevam Galvão e o advogado João Fagundes. Outros dois presbiterianos conquistaram cadeiras no legislativo federal, quais sejam, o pastor Francisco Dias,

²⁰¹ Tribunal Superior Eleitoral, 2017.

da *Igreja Presbiteriana do Brasil*, a maior denominação dentre as vertentes do protestantismo de missão antes da explosão pentecostal dos anos 1980 no país, mas também aquela que mais participou no regime militar durante a ditadura (1964-1985) e o advogado Levy Dias, da *Igreja Presbiteriana Independente do Brasil*, uma dissidência da primeira. Apenas um deputado federal tinha uma identidade confessional originada no protestantismo de etnia ou de imigração, o economista Siegfried Emanuel Heuser (1919-1986), da *Igreja Evangélica Luterana do Brasil* (IELB), a única sociabilidade religiosa que se opôs ao regime militar dentre as sociabilidades protestantes do Brasil. O protestantismo de etnia ou de imigração denota o grupo religioso pertencente à Igreja Luterana que se formou com a chegada dos colonos alemães no século XIX e se inseriram em certas áreas como o Sul do Brasil e o Estado do Espírito Santo constituindo núcleos de colonização mais ou menos fechados de cultura protestante²⁰².

3.1.2 Perfil profissional e experiência político-partidária

Os parlamentares evangélicos desta legislatura pertenciam todos ao gênero masculino. Em sua maioria eram homens de meia idade; o mais novo contava com 37 anos de idade e o mais velho com 62 anos. O perfil profissional deixa transparecer o aspecto elitista deste grupo parlamentar; os evangélicos tinham formação universitária - muitos deles inclusive militar -, ocupavam profissões liberais ao mesmo tempo que eram líderes de suas respectivas sociabilidades religiosas. Com exceção de dois evangélicos, a maioria dos parlamentares da 47ª legislatura possuía igualmente experiência político-partidária prévia, inclusive como quadros da *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), o partido do governo militar.

Na Câmara dos Deputados, apesar do retorno do pluripartidarismo em 1979, os parlamentares evangélicos encontraram-se polarizados nos dois partidos políticos que existiram durante o bipartidarismo de fachada instituído pelo *Ato Institucional N2* (AI-2) em 1965, e que se opunham: o PDS, antiga ARENA, partido do governo, e o PMDB, partido da oposição ao regime militar. Do total de doze parlamentares evangélicos eleitos nesta legislatura, apenas quatro eram filiados ao partido de oposição ao regime militar, o *Partido do Movimento Democrático*

²⁰² Mendonça, 1990: 135.

Brasileiro (PMDB), incluindo um pentecostal, quais sejam: o congregacional Daso Coimbra, o pastor quadrangular Mário de Oliveira, o luterano Siegfried Heuser, e o pastor presbiteriano Francisco Dias (confira quadro 1)²⁰³. Todos os demais oito parlamentares evangélicos eram filiados ao *Partido Democrático Social* (PDS), agremiação político-partidária de direita e sucessora da *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), o partido do governo militar.

Quadro 7. Parlamentares Evangélicos na 47ª. Legislatura (1983-1986)

	DEPUTADOS	ESTADO	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	PROFISSÃO
1	José Fernandes	AM	PDS	Assembleia de Deus	Economista
2	Enoc Vieira	MA	PDS	Batista	Advogado
3	Arolde de Oliveira	RJ	PDS	Batista	Economista
4	Eraldo Tinoco	BA	PDS	Batista	Professor
5	Gióia Jr.	SP	PDS	Batista	Jornalista
6	Daso Coimbra	RJ	PMDB	Congregacional	Médico
7	Mário de Oliveira	MG	PMDB	Evangelho Quadrangular	Pastor
8	Siegfried Emanuel Heuser	RS	PMDB	Luterana	Economista
9	Estevam Galvão	SP	PDS	Metodista	Advogado
10	João Fagundes	RR	PDS	Metodista	Advogado
11	Francisco Dias	SP	PMDB	Presbiteriana	Professor
12	Levy Dias	MS	PDS	Presbiteriana Independente	Advogado

Fonte: Elaboração própria a partir de Câmara dos Deputados, 2017a.

Estes deputados federais evangélicos filiados ao PDS constituíram-se num grupo parlamentar interdenominacional, porém partidário, no apoio ao governo militar em virtude do fato de que, desde a instauração do golpe de 1964, o regime militar passou a apoiá-los, principalmente quando os setores progressistas da Igreja católica e do protestantismos ligados ao movimento da *Teologia da Libertação* personificados pelo arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016) e seu colaborador protestante, o presbiteriano James Wright (1927-1999), se

²⁰³ O *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), foi fundado em 1966 pelos opositores da ditadura militar durante a vigência do sistema político bipartidário. Em 1980, com o retorno do sistema pluripartidário, a legenda foi alterada surgindo, assim, o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB).

opuseram ao regime e começaram a denunciar à opinião pública internacional as torturas e outras violações dos Direitos Humanos perpetradas pelo Estado. Aliás, com exceção da Igreja Luterana que institucionalmente não apoiou o regime militar e seu representante Siegfried Heuser e dos pastores quadrangular Mário de Oliveira e presbiteriano Francisco Dias, todos os demais parlamentares evangélicos iniciaram suas carreiras políticas nos quadros da ARENA ou tiveram passagem relativamente longa pelo partido do regime militar, o que poderia causar grande estranheza caso o protestantismo brasileiro tivesse, de fato, um ethos cultural enraizado no liberalismo político, diferente da cultura anticatólica, conversionista e milenarista que o protestantismo de missão passou a difundir desde seu estabelecimento definitivo no país durante a segunda metade do século XIX.

Essa seria a razão pela qual, por exemplo, em todos os pleitos presidenciais realizados durante a Nova República a maioria dos segmentos evangélicos apoiariam candidaturas messiânicas como àquelas vitoriosas de Collor de Mello (1989) - símbolo da luta anticorrupção - , Fernando Henrique Cardoso (1994) - ícone da salvação econômica do país em sua primeira campanha à presidência da República -, mas também das tentativas fracassadas levadas a cabo pelo presbiteriano Anthony Garotinho (2002) e da assembleiana Marina Silva (2010, 2014), os naturais representantes de Deus à presidência da República no imaginário evangélico brasileiro. Da mesma forma, em todas as legislaturas analisadas, a maioria dos parlamentares evangélicos iriam sempre prestar seu apoio ao chefe do Executivo, desde que este apoio não colidisse com os interesses das sociabilidades religiosas que representavam.

Começarei apresentando primeiramente o perfil individual e as respectivas carreiras político-partidárias desses doze deputados federais evangélicos com destaque para as suas atuações na 47ª legislatura (1983-1986) na Câmara dos Deputados. Para fins de análise, o grupo foi dividido entre os parlamentares evangélicos que na 47ª legislatura encontravam-se no partido político antagônico ao governo militar, o Partido do *Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), daqueles situando-se na agremiação político-partidária do regime militar, o *Partido Democrático Social* (PDS), antiga *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA).

O primeiro conjunto constitui-se de quatro parlamentares evangélicos, a

saber: o congregacional Daso Coimbra, o quadrangular Mário de Oliveira, o luterano Siegfried Heuser e, finalmente, o presbiteriano Francisco Dias; o segundo, dos oito demais deputados federais filiados ao PDS durante a legislatura em foco. Isto posto, apenas em seguida procurei demonstrar de maneira comparada como estes doze deputados federais evangélicos se posicionaram nas duas votações mais importantes desta legislatura naquela conjuntura de transição política no Brasil, quais sejam: a emenda Dante de Oliveira, votada em 25 de abril de 1984, e o pleito indireto que definiria o primeiro presidente da República depois de vinte e um anos de ditadura militar no Brasil, votado em 15 de janeiro de 1985 pelo Colégio Eleitoral.

3.1.2.1 Parlamentares evangélicos peemedebistas da 47ª legislatura (1983-1986)

Quando o médico, jornalista e professor congregacional Daso Coimbra se elegeu deputado federal em 1982 à 47ª legislatura (1983-1986) na Câmara dos Deputados pela legenda do PMDB, aos 57 anos de idade, dava sequência, em realidade, a um sexto mandato no legislativo federal. Daso de Oliveira Coimbra nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 16 de junho de 1926. Em 1945, concluiu o curso superior de Geografia da América Latina no *Instituto Rio Branco*, do *Ministério das Relações Exteriores* e, em 1946, licenciou-se em Geografia e História na *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil*. Em 1953 concluiu estudos na *Faculdade Fluminense de Medicina*. Além de jornalista e professor foi diretor do Colégio Estadual de Niterói em 1954. Foi ainda presidente da *Mocidade Cristã Congregacional do Brasil* e apresentador de programas evangélicos em algumas rádios no Rio de Janeiro ampliando, assim, sua base eleitoral entre os setores protestantes o que lhe garantiu, em todos os pleitos que disputou, uma expressiva votação na maioria dos municípios do interior do estado²⁰⁴.

Coimbra Iniciou sua carreira político-partidária candidatando-se, nas eleições de outubro de 1954, à uma cadeira de deputado ao legislativo estadual, na legenda do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), obtendo apenas uma suplência. Contudo, veio a assumir o mandato em 1955. No mesmo ano, iniciou um programa evangélico na *Rádio Copacabana* que visava a divulgação de sua atuação

²⁰⁴ CPDOC, 2010.

parlamentar. Reeleito em outubro de 1958 pelo *Partido Social Democrático* (PSD), exerceu, no ano seguinte, as funções de secretário da mesa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro²⁰⁵.

O primeiro mandato na Câmara dos Deputados (1963-1966) foi conquistado depois do médico congregacional se elegeu deputado federal, pelo Rio de Janeiro, no pleito de outubro de 1962, pelo *Partido Social Democrático* (PSD). Durante a legislatura foi vice-presidente da *Comissão de Educação e Cultura*. Contudo, após o golpe militar de março de 1964 que extinguiu os partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e a posterior instauração do bipartidarismo, Daso Coimbra filiou-se ao partido do regime militar, a *Aliança Renovadora Nacional* (Arena). Em novembro de 1966, Coimbra foi reeleito à Câmara dos Deputados (1967-1971) na legenda da *ARENA*. No exercício do segundo mandato ocupou entre 1968 e 1969 novamente a suplência da mesa e, de 1969 a 1970, assumiu a vice-presidência do diretório fluminense da *Arena* no estado do Rio de Janeiro. Reeleito a um terceiro mandato (1971-1975) à Câmara dos Deputados em 1970 pelo Rio de Janeiro presidiu, entre 1971 e 1972, o diretório de seu partido e voltou a integrar a *Comissão de Educação e Cultura* além de participar, como titular, da *Comissão Especial para a Integração dos Povos da Comunidade de Língua Portuguesa* e, como suplente, das comissões de *Saúde*, de *Legislação Social* e de *Serviço Público*²⁰⁶.

Em novembro de 1974, Daso Coimbra reelegeu-se à Câmara dos Deputados novamente pela *ARENA*, iniciando um quarto mandato consecutivo no ano seguinte (1975-1979)²⁰⁷. Antecipando a participação dos constituintes evangélicos no "Centrão" durante a próxima legislatura declarou-se "um democrata de centro, contra os extremismos de direita e de esquerda". A fim de combatê-los fundou e presidiu o *Grupo Parlamentar Cristão*, o precursor da "Bancada Evangélica". Em outubro de 1977 aderiu, sem sucesso, às articulações em favor da candidatura do então ministro do Exército, general Sílvio Frota, à sucessão de Ernesto Geisel na presidência da República. Prevaleceu o candidato de Geisel que era filho de imigrantes alemães luteranos que gozava de bom relacionamento com o

²⁰⁵ CPDOC, 2010.

²⁰⁶ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁰⁷ Câmara dos Deputados, 2017a.

Grupo Parlamentar Cristão, o general João Batista de Lima Figueiredo. Durante a legislatura voltou a participar da *Comissão de Educação e Cultura*, foi presidente da *Comissão de Redação*, relator da *Comissão Especial da Redivisão Territorial* e suplente das comissões de *Saúde e de Constituição e Justiça*²⁰⁸.

Em novembro de 1978, Coimbra reelegeu-se, ainda na legenda da *Arena*, a um quinto mandato no legislativo federal (1979-1983) pelo Rio de Janeiro. Em 1979, em virtude da reformulação partidária de 29 de novembro, filiou-se *Partido Popular* (PP). Em janeiro de 1980, tendo sido nomeado ao serviço público, passou a integrar o partido do governo, o *Partido Democrático Social* (PDS). Retornou ao PP em maio de 1981 e, com a incorporação desse partido ao *Partido do Movimento Democrático Brasileiro*, em fevereiro de 1982, tornou-se membro do PMDB. Em novembro de 1982 Daso Coimbra reelegeu-se pelo PMDB e iniciou o sexto mandato em fevereiro do ano seguinte no legislativo federal. Na 47ª legislatura (1983-1986) foi suplente da mesa da Câmara e da *Comissão de Educação e Cultura*, membro efetivo da *Comissão de Defesa do Consumidor* (1982) e vice-presidente das *Comissões de Redação e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas*. Em novembro de 1986, Daso Coimbra elegeu-se deputado constituinte, na legenda do PMDB, iniciando o sétimo mandato consecutivo, em fevereiro do ano seguinte, à 48ª legislatura (1983-1986)²⁰⁹.

O pentecostal Mário de Oliveira, pastor da *Igreja do Evangelho Quadrangular*, iniciou sua carreira no legislativo federal elegendo-se deputado federal pelo *PMDB* de Minas Gerais à 47ª legislatura (1983-1986), na Câmara dos Deputados, aos 37 anos de idade. Apesar de não possuir experiência legislativa prévia foi um dos deputados federais com vida parlamentar mais longa na Câmara dos Deputados, ao lado do congregacional Daso Coimbra, ao eleger-se à sete mandatos nesta Casa legislativa; seis de maneira consecutiva entre 1983 a 2010: 47ª legislatura (1983-1986), 48ª (1987-1990), 49ª (1991-1994), 50ª (1995-1998), 51ª (1999-2002) e, finalmente, mais dois mandatos entre 2007 e 2015 referentes à 53ª (2007-2006) e 53ª (2011-2015) legislaturas²¹⁰.

A carreira legislativa do pastor Mário de Oliveira pode ser considera

²⁰⁸ CPDOC, 2010.

²⁰⁹ Câmara dos Deputados, 2017a.

²¹⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

paradigmática no que concerne à busca de ascensão social através da política partidária entre os pentecostais, considerando a trajetória humilde de Oliveira. Nascido na cidade de Júlio de Mesquita, São Paulo, em 3 de novembro de 1945, numa família pobre, porém, evangélica, seu pai era pastor - Oliveira, ainda criança, foi sobrevivendo trabalhando como engraxate, ajudante de pedreiro e catador de esterco, o que obrigou-o a abandonar os estudos, à época, na quarta série primária. A conversão da mãe ao evangelho influenciou Mário de Oliveira a abraçar a carreira missionária, levando-o a exercer o cargo de auxiliar de pastor na cidade de Adamantina, no interior paulista. Em 1966, aos 21 anos de idade, formou-se em teologia pelo *Instituto Brasileiro do Evangelho Quadrangular*, situado na cidade de São Paulo. Em 1967 foi preso sob a acusação de provocar distúrbios à ordem pública ao pregar em praças da cidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, prática que lhe acarretaria outras prisões durante seu ministério como missionário²¹¹.

Em 1971, após campanha evangelística que incluiu as cidades gaúchas de Pelotas, Canoas e Porto Alegre, fixou residência em Belo Horizonte. Obtendo reconhecimento dos quadros dirigentes da sociabilidade religiosa, foi incumbido pelo *Conselho Nacional da Igreja do Evangelho Quadrangular* de fundar um templo na cidade. Ao mesmo tempo, Oliveira passou a investir em programas de cunho evangélico na *Rádio Inconfidência* e na *Rádio Itatiaia*. Contudo, a pouca receptividade obtida na capital mineira levou o pastor Mário de Oliveira a se transferir para Juiz de Fora, onde organizou mais uma igreja da denominação e passou a apresentar um programa semanal de rádio e televisão. Após o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, Mário de Oliveira filiou-se ao *Partido Popular* (PP), criado sob a liderança de Tancredo Neves. Contudo, com a extinção do PP e sua incorporação ao PMDB, Oliveira filiou-se à esta agremiação partidária de oposição ao regime militar. Ganhando projeção midiática como pastor televangelista disputou as eleições legislativas de 1982 como candidato de Minas Gerais pelo PMDB. Iniciou a carreira legislativa conquistando uma cadeira como deputado federal à 47ª legislatura (1983-1986) na Câmara dos Deputados. Durante o mandato participou das comissões de *Trabalho* e de *Legislação Social* da

²¹¹ CPDOC, 2010.

Câmara²¹².

Na 48ª legislatura (1987-1990) reelegeu-se deputado constituinte pelo PMDB. Nas eleições presidenciais de 1989 mudou para o *Partido da Reconstrução Nacional* (PRN) e apoiou Fernando Collor de Mello, sendo reeleito à 49ª legislatura (1991-1995). Foi reeleito à 50ª legislatura (1995-1999) desta vez pelo *Partido Progressista* (PP), o quarto partido político em número de filiações atrás apenas do PMDB, PT, PSDB, cuja liderança mais conhecida era a do político e engenheiro Paulo Maluf, candidato à presidência da República em 1985 num pleito indireto em que foi vencido por Tancredo Neves. Em 1998, Mário de Oliveira foi mais uma vez reeleito para um novo mandato à 51ª legislatura (1999-2003), por outra agremiação partidária, o *Partido Progressista Brasileiro* (PPB)²¹³. Fundado em setembro de 1995 a partir da fusão do *Partido Progressista Reformador* (PPR) com o *Partido Progressista* (PP) e o *Partido Republicano Progressista* (PRP), o PPB foi liderado pelo então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf e teve como primeiro presidente nacional o senador catarinense Esperidião Amin, então presidente do PPR. Em 4 de abril de 2003, a agremiação partidária retomou a legenda original voltando a se denominar *Partido Progressista* (PP)²¹⁴.

Neste mesmo ano, sem disputar um novo mandato na Câmara dos Deputados, Oliveira foi nomeado assessor especial do governo de Minas Gerais por Aécio Neves quando já integrava outra agremiação política, o *Partido Social Cristão* (PSC). Disputou as eleições legislativas em 2006, elegendo-se deputado federal à 53ª legislatura (2007-2010) pelo PSC.²¹⁵ Neste ano, Mário de Oliveira, então presidente da *Igreja do Evangelho Quadrangular*, envolveu-se num escândalo político ao ser acusado de contratar um pistoleiro para assassinar o pastor e deputado Carlos Willian, um ex-colaborador de Oliveira, mas que desde 2003 havia rompido com seu grupo. Um processo chegou a ser aberto no *Supremo Tribunal Federal* (STF) mas foi arquivado, em seguida, por falta de provas²¹⁶. Contando com o apoio do PSC, o pastor Mário de Oliveira seria reeleito a um sétimo mandato na Câmara dos Deputados em 2010 referente à 53ª legislatura (2011-2015). Em 2013,

²¹² Câmara dos Deputados, 2017a. CPDOC, 2010.

²¹³ Câmara dos Deputados, 2017a.

²¹⁴ CPDOC, 2010.

²¹⁵ Tribunal Superior Eleitoral, 2017.

²¹⁶ Folha de São Paulo, 2007. Estado de Minas, 2013.

entretanto, Oliveira foi obrigado a renunciar ao mandato em consequência do pedido de investigação feito pelo então ministro do STF Luiz Fux a fim de apurar várias acusações de possíveis crimes de ameaças, desvios de recursos públicos, corrupção de testemunhas, sonegação fiscal e tentativa de homicídio²¹⁷.

O luterano Siegfried Emanuel Heuser, único representante do protestantismo de etnia entre os parlamentares evangélicos teve uma passagem curta na Câmara dos Deputados Federais, porém, condizente com sua carreira político-partidária permanecendo sempre na militância de esquerda. Sua oposição ao governo militar pode ser considerada como paradigmática no que concerne a posição da Igreja Luterana ao regime militar, a única sociabilidade religiosa protestante que institucionalmente se opôs ao regime. Neste sentido, Heuser foi singular entre seus pares evangélicos na Câmara, assim como o luteranismo distinguiu-se do restante do protestantismo histórico.

Nascido em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, no dia 22 de outubro de 1921. Após bacharelar-se em Ciências Econômicas pela *Universidade Federal do Rio Grande do Sul* (UFRGS) em 1946, iniciou sua carreira na administração pública como secretário dos *Negócios da Fazenda e dos Negócios da Economia* de seu Estado²¹⁸. A carreira político-partidária iniciou-se em 1950 quando elegeu-se deputado federal pelo *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB). Em 1964 era presidente do *PTB*, mas com a extinção do sistema multipartidário e a instituição do bipartidarismo recompôs-se nos quadros do MDB tornando-se presidente do partido de 1964 a 1969. Em 1966 foi lançado, sem sucesso, como candidato único das oposições do Estado ao Senado Federal. Contudo, em novembro do mesmo ano, conquistou uma cadeira no legislativo estadual pelo MDB²¹⁹. Reelegeu-se deputado estadual à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul consecutivamente em 1970, 1974 e 1978. Em 1982, agora filiado ao PMDB, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul, à 47ª legislatura (1983-1986), aos 62 anos de idade. Nos trabalhos legislativos na Câmara dos Deputados atuou, como titular, na *Comissão de Economia, Indústria e Comércio* e, como suplente, na *Comissão de Fiscalização*

²¹⁷ O Tempo, 2013.

²¹⁸ Câmara dos Deputados, 2017a.

²¹⁹ Riovale Jornal, 2012.

*Financeira e Tomada de Contas*²²⁰. Vitimado por um ataque cardíaco fulminante, Siegfried Emanuel Heuser faleceu no dia 29 de março de 1986, em pleno exercício do mandato, quando participava de um concurso internacional de pesca no Chile²²¹.

O pastor presbiteriano Francisco Dias Alves, a exemplo de Siegfried Emanuel Heuser, foi um dos raros membros da *Igreja Presbiteriana do Brasil* (IPB) a construir toda uma carreira política nos quadros de uma agremiação político-partidária notabilizando-se pela oposição ao regime militar. Isso porque a IPB destacou-se por ser a principal sociabilidade religiosa protestante no Brasil a apoiar o regime durante toda a ditadura militar. Além disso, distinguiu-se dos demais parlamentares evangélicos do PMDB pela sua passagem pelo executivo municipal.

Alves nasceu em Baturité, no Estado do Ceará, no dia 20 de janeiro de 1936. Formou-se em teologia pelo Seminário Presbiteriano Conservador, em São Paulo, em 1962, exercendo o pastorado até 1968, quando tornou-se professor da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. Em 1972, concluiu o curso de licenciatura plena em letras (português e inglês) pela *Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Sul-Mineira*, na cidade de Machado, Minas Gerais²²².

A carreira político-partidária teve início no legislativo municipal quando se elegeu, à Câmara de Guarulhos, pelo *MDB*, em novembro de 1976. Assumindo o mandato em fevereiro de 1977, tornou-se presidente da *Comissão de Educação*. Em novembro de 1978, candidatou-se e elegeu-se ao legislativo estadual pelo *MDB*. Assumindo o mandato no ano seguinte, participou dos trabalhos legislativos presidindo a *Comissão de Administração Pública* além de compor, como titular, a *Comissão de Educação*. Em 1979, após a reformulação partidária, filiou-se ao *PMDB* sendo vice-líder dessa bancada na Assembleia Legislativa e membro titular das comissões de *Higiene e Saúde* e de *Assuntos Metropolitanos*²²³.

No pleito de novembro de 1982, disputou uma cadeira no legislativo federal pelo *PMDB* elegendo-se deputado federal à 47ª legislatura (1983-1986) à Câmara dos Deputados, contando com 46 anos de idade. Assumindo o mandato no início do ano seguinte, foi membro titular da *Comissão de Educação e Cultura* e suplente da *Comissão de Transportes*. Tentou a reeleição ao legislativo federal em

²²⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

²²¹ Riovale Jornal, 2012.

²²² CPDOC, 2010.

²²³ Câmara dos Deputados, 2017a.

1986 quando disputou uma vaga de deputado constituinte em novembro deste ano. Sem conseguir eleger-se, obteve apenas a quinta suplência. Contudo, assumiu o mandato em 7 de agosto de 1988, ocupando a vaga do deputado Roberto Cardoso Alves, nomeado pelo então presidente José Sarney (1985-1990) ao *Ministério da Indústria e Comércio*. Deixou a Câmara no ano seguinte ao eleger-se em novembro de 1988 vice-prefeito da cidade de Guarulhos pelo *PMDB*, mas teve tempo para assinar a nova *Constituição* promulgada em 5 de outubro de 1988. Na *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC), Dias participou apenas de uma votação importante, a que tratou da matéria da desapropriação da propriedade produtiva, votando contra a matéria²²⁴.

Um ano depois de terminado o mandato municipal em dezembro de 1992, assumiu a *Secretaria de Educação* de Guarulhos onde permaneceu até 1995, quando transferiu-se para a *Secretaria de Cultura* e, em 1996, assumiu a Secretaria de Governo deixando o cargo ao término de seu mandato em dezembro deste ano. Em 1997, presidiu o diretório municipal do *PMDB* de Guarulhos e, no pleito de outubro de 1998 disputou, pelo *PMDB* uma vaga ao Senado Federal como suplente de Jooji Hato porém não conseguiu se eleger. Nesse mesmo ano, Francisco Dias aposentou-se do magistério estadual de São Paulo²²⁵.

3.1.2.2 Parlamentares evangélicos pedesistas da 47ª legislatura (1983-1986)

O assembleiano José de Oliveira Fernandes, contrariamente ao luterano Siegfried Heuser e o pastor presbiteriano Francisco Dias, notabilizou-se por construir uma carreira político-partidária nos quadros do partido do regime militar. Nasceu na cidade de Careiro, Amazonas, em 1943²²⁶. Formou-se em Economia em 1968 pela *Universidade Federal do Amazonas* (UFAM). No ano seguinte, obteve uma especialização junto à *Comissão Econômica para a América Latina e Caribe* (CEPAL)²²⁷. Em 1970 tornou-se professor titular da UFAM e, respectivamente, assessor do *Departamento de Estradas de Rodagem* do Estado do Amazonas, permanecendo neste último cargo pelo período de um ano. Em 1975 foi nomeado *Secretário de Transportes* pelo governador recém empossado Enoc Reis, deixando

²²⁴ CPDOC, 2010.

²²⁵ CPDOC, 2010.

²²⁶ CPDOC, 2010.

²²⁷ Câmara dos Deputados, 2017a.

o cargo em 1978, quando elegeu-se, pela ARENA, deputado federal pelo Amazonas. Em 1979, um mês após a eleição, licenciou-se do mandato para assumir a prefeitura de Manaus, por nomeação do novo governador do Estado, José Lindoso²²⁸.

Com o fim do bipartidarismo neste mesmo ano, Fernandes ingressou no PDS, partido sucessor da ARENA no apoio ao governo, e permaneceu na prefeitura de Manaus por três anos, até março de 1982, quando novamente concorreu à uma cadeira legislativa. Eleito à 47ª legislatura (1983-1986), aos 39 anos de idade, posicionou-se de maneira extremamente conservadora nas principais votações na Câmara dos Deputados. Neste mandato integrou, como titular, a *Comissão de Transportes* e, como suplente, a *Comissão de Minas e Energia* da Câmara dos Deputados e a *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) que investigou irregularidades no Banco Nacional da Habitação (BNH), bem como, na condição de titular, a CPI do Índio²²⁹.

O batista Enoc Almeida Vieira já havia acumulado experiência prévia no legislativo municipal assim como no estadual antes de assumir uma cadeira no legislativo federal em 1983. Vieira nasceu em Esperantinópolis, Estado do Maranhão, no dia 7 de janeiro de 1938. Em 1964, ingressou na Faculdade de Direito da *Universidade Federal do Maranhão*. Dois anos depois tornou-se coordenador-geral de treinamento da *Secretaria de Administração do Estado* e diretor da *Campanha de Educação Supletiva da Secretaria de Educação* do Maranhão, funções que exerceu até 1967. No ano seguinte, bacharelou-se em Direito²³⁰.

Pastor protestante, Vieira iniciou sua carreira político-partidária filiando-se ao partido do regime militar, a *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), em cuja legenda elegeu-se vereador em São Luís, no pleito de novembro de 1970. Assumindo sua cadeira na Câmara de Vereadores da capital maranhense em fevereiro de 1971, foi eleito presidente da mesa da Casa, cargo que exerceu por dois anos. Em 1973 tornou-se membro titular da *Comissão de Constituição e Justiça*, da qual foi presidente. No pleito de novembro de 1974 foi eleito deputado estadual na legenda da Arena. Concluiu seu mandato no legislativo municipal em janeiro de 1975, e em fevereiro seguinte assumiu sua cadeira na Assembleia Legislativa do

²²⁸ Tribunal Superior Eleitoral, 2017.

²²⁹ CPDOC, 2010.

²³⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

estado. Passou a integrar, como titular, a *Comissão de Constituição e Justiça*, da qual foi presidente, e a *Comissão de Educação e Cultura*, nas quais permaneceu até 1976.

Em novembro de 1978 Enoc Vieira reelegeu-se deputado estadual, sempre na legenda da Arena, iniciando novo mandato em fevereiro de 1979, quando foi eleito presidente da Assembleia, função que exerceria por dois anos. Com o fim do bipartidarismo em novembro desse ano e a conseqüente reorganização do quadro partidário, filiou-se ao *Partido Democrático Social* (PDS), agremiação que sucedeu a Arena no apoio ao governo. No ano de 1981, realizou viagens de estudos a Portugal, Espanha, República Federal da Alemanha, Suíça, Itália, Inglaterra e França, coordenadas pela *União Parlamentar Interestadual* (UPI) em colaboração com o *Itamarati*. Entre 1979 e 1981 foi presidente da Assembleia Legislativa maranhense. Apoiado pelo então senador maranhense e presidente nacional da ARENA José Sarney, de quem era amigo pessoal, no pleito de novembro de 1982 foi eleito deputado federal pela sua nova legenda, aos 44 anos de idade. Concluindo seu mandato na Assembleia Legislativa maranhense em janeiro de 1983, no mês seguinte assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, na qual se tornou membro titular da *Comissão de Relações Exteriores* e suplente da *Comissão de Agricultura e Política Rural*. Em 1984 formou-se no Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, oferecido pela *Escola Superior de Guerra*²³¹.

O militar batista Arolde de Oliveira teve participação na 47ª legislatura (1983-1986) apenas como suplente, quando contava com 44 anos de idade. Contudo, se elegeria deputado constituinte no pleito seguinte. Mas sua vasta experiência público-administrativa exemplifica o político que coloca sua carreira à serviço do a status quo.

Oliveira nasceu em São Luís Gonzaga, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 11 de março de 1937. Transferindo-se para o estado do Rio de Janeiro, cursou a *Academia Militar das Agulhas Negras* (AMAN), em Resende. Entre 1959 a 1967, seguiu a carreira militar regular chegando ao posto de Capitão da Arma de Engenharia. Diplomou-se em engenharia eletrônica pelo *Instituto Militar de Engenharia* (IME) em 1965, e em economia pela Faculdade Cândido Mendes, em

²³¹ CPDOC, 2010.

1967, ambas situadas na cidade do Rio de Janeiro. Paralelamente a seus estudos, lecionou no curso de engenharia industrial da *Pontifícia Universidade Católica* (PUC/RJ). Ainda entre 1966 e 1967, Arolde de Oliveira ocupou a gerência do projeto de desenvolvimento e fabricação de equipamentos militares de campanha no parque industrial nacional, tendo participado da preparação da *VIII Conferência dos Exércitos Americanos*, como oficial de comunicações, e do *I Congresso Brasileiro de Telecomunicações*, como secretário da *Comissão de Indústria*²³².

Na administração pública, chefiou o *Departamento de Operações da Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A* (Embratel) em Uberaba (MG), durante o ano de 1969, e em Belém, em 1970. Nesse ano, lecionou no curso de economia da *Faculdade de Ciências Econômicas* do Triângulo Mineiro. Ainda em 1970, ocupou o posto de conselheiro da *Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia* (Sudam) e, nos dois anos subsequentes, a superintendência da *Embratel*, nesta mesma região. Em 1973, durante a gestão do ministro Higinio Corsetti, Oliveira foi nomeado secretário de Telecomunicações do *Ministério das Comunicações*. Representou a pasta no *Conselho de Desenvolvimento Industrial* (CDI) até o ano seguinte, quando se tornou diretor da *Embratel*, função que exerceu até 1976. No período entre 1976 e 1978, cumpriu várias missões oficiais no exterior como dirigente da *Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite* (INTELSAT) e chefe do escritório permanente da *Embratel* em Washington (EUA). Além disso, representou o Brasil nas *VI e VII Reuniões dos Signatários dos Acordos da INTELSAT*, realizadas em Sydney (Austrália) e Teerã (Irã), respectivamente. De volta ao Brasil em 1979, assumiu a diretoria regional do *Departamento Nacional de Telecomunicações* (Dentel), no Rio de Janeiro. Dois anos depois, concluiu o curso de pós-graduação em mecânica quântica, matemática moderna e engenharia econômica na *Escola Superior de Guerra* (ESG)²³³.

Afastando-se do *Dentel* em 1982, candidatou-se, no pleito de novembro do mesmo ano, a uma cadeira de deputado federal na legenda do *Partido Democrático Social* (PDS), obtendo, no entanto, apenas uma suplência. Em junho de 1983, assumiu uma vaga na Câmara em substituição ao deputado Álvaro Vale que promovido a ministro de segunda classe pelo Itamarati, foi indicado para ocupar

²³² Câmara dos Deputados, 2017a.

²³³ Câmara dos Deputados, 2017a.

cargo na embaixada do Brasil em Paris. Com o regresso do parlamentar diplomata em 1984, Oliveira voltou à condição de suplente. Também nesse ano, presidiu o *III Congresso Brasileiro de Telecomunicações* e, de 1985 a 1986, ocupou a vice-presidência da *Telecomunicações do Rio de Janeiro S/A (Telerj)*, companhia telefônica do estado²³⁴.

O batista Eraldo Tinoco Melo foi outro militar evangélico cooptado pela ditadura. Tinoco Melo nasceu em Ipiaú, Estado da Bahia, no dia 20 de novembro de 1943. Em 1957 ingressou no serviço público, tendo sido aprovado no concurso para carteiro da *Empresa de Correios e Telégrafos da Bahia*. De 1965 a 1968 cursou Administração de Empresas na *Universidade Federal da Bahia (UFBA)* e, entre 1969 e 1971, tornou-se professor-assistente do *Departamento de Disciplinas Básicas da Escola de Administração da UFBA* e assessor desta universidade. De 1971 a 1974, foi assessor-chefe da *Secretaria de Educação e Cultura*. Transferido para Brasília, licenciou-se da universidade e tornou-se diretor do *Departamento de Pessoal do Ministério de Educação e Cultura (MEC)* de 1974 a 1977. Atuou como secretário de apoio daquela pasta nos três anos seguintes. De volta à Bahia, foi secretário estadual da *Educação e Cultura* no primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães (1979-1982). Entre os projetos mais criticados de sua administração estavam incluídos o do Polo Nordeste, de incentivo à educação rural, e o Escola Comunidade, que não conseguiram atingir seus objetivos. Foi acusado de utilizar a gráfica do estado para imprimir material de propaganda eleitoral e de demitir docentes por participação em greves ou por descumprirem ordens do governador para reprimir movimentos estudantis. Em 1982 filiou-se ao *Partido Democrático Social (PDS)*, legenda na qual se elegeu deputado federal pela Bahia em novembro daquele ano. Obteve cerca de 78 mil votos, provenientes, em sua maioria, de Salvador e dos municípios de Ipirá, Iguai e Bom Jesus da Lapa, tornando-se o terceiro mais votado da legenda e o quarto em todo o estado. Empossado em fevereiro de 1983, nesse mesmo ano passou a presidir o diretório regional do PDS na Bahia, cargo que ocuparia até 1985. Na Câmara dos Deputados, participou dos trabalhos legislativos como membro titular das comissões de *Educação e Cultura*, do *Índio* e de *Relações Exteriores*. Em 1986 Eraldo Tinoco deixou o PDS e filiou-se ao

²³⁴ Câmara dos Deputados, 2017a.

Partido da Frente Liberal (PFL) elegendo-se, em novembro desse ano, deputado federal constituinte pela nova sigla²³⁵. Seria eleito consecutivamente à mais três legislaturas concluindo seu mandato na Câmara dos Deputados em 2003, mas continuaria na vida pública até 2006.

O batista Rafael Gióia Martins Jr. foi um destacado radialista e produtor de televisão, além de advogado, poeta e franco-maçom. Juntamente com o pastor pentecostal da Igreja Assembleia de Deus Mário de Oliveira e o quadrangular Mário de Oliveira pode ser considerado o pioneiro no uso da mídia como instrumento estratégico nas campanhas eleitorais a fim de alcançar o poder político. Depois deles os pentecostais brasileiros investiriam maciçamente no setor das comunicações.

Gióia Jr. nasceu na cidade de Campinas, interior de São Paulo, no dia 9 de agosto de 1931. Cursou os colégios Batista Brasileiro e Roosevelt e bacharelou-se pela *Faculdade de Direito do Vale do Paraíba*²³⁶. Iniciou sua carreira de radialista em 1945 na *P.R.I.7, Rádio Difusora* de Campo Grande, em Mato Grosso. Em 1949 transferiu-se para São Paulo, onde trabalhou na *Rádio Cultura*. Em 1956 teve passagem na *O.V.C.* (Organizações Victor Costa), um dos três grupos que controlavam a comunicação no Brasil na década de 1950 ao lado dos *Diários Associados* (TV Tupi Rio e TV Tupi São Paulo) e *Emissoras Unidas* (TV Record e TV Rio) e na Rádio Nacional, onde foi assistente de Walter Forster, então diretor artístico. Seis meses depois foi para a TV Paulista, levado pelo diretor geral Dermalva Costalima, onde produziu as temporadas internacionais, com artistas de renome como Danny Dauberson, Edith Piaf, Quartto Avilez entre outros além de produzir programas premiados pela crítica como o documentário XI de Agosto, e "O Príncipe", consagrado ao poeta Guilherme de Almeida²³⁷.

A carreira político-partidária de Gióia Jr. iniciou-se na capital paulista em 1964 com sua eleição pelo MDB ao legislativo municipal onde atuou como líder do governo durante a gestão do prefeito José Vicente de Faria Lima e presidindo a *Comissão de Servidores Municipais*. Em novembro de 1966 elegeu-se ao legislativo

²³⁵ CPDOC, 2010.

²³⁶ Câmara dos Deputados, 2017a.

²³⁷ Letras, 2010. Com o falecimento de Victor Costa em 22 de dezembro de 1959 a emissora, que começou a ser sucateada pela família visando sua venda, foi adquirida, em 1966, incluindo as rádios, pelo empresário Roberto Marinho que criou a *Rede Globo* de Televisão.

estadual pelo MDB atuando como primeiro-vice-líder do partido, além de vice-presidente da mesa da Assembleia, presidente das comissões de *Assuntos da Capital* e de *Redação* e membro da *Comissão de Educação* dessa casa legislativa. Reelegeu-se para um novo mandato em fevereiro de 1970²³⁸.

Em novembro de 1974 disputou uma cadeira ao legislativo federal desta vez filiado à ARENA, o partido governista, sendo eleito à 45ª legislatura (1975-1978) na Câmara dos Deputados. Durante seu mandato atuou como vice-presidente da *Comissão de Comunicações* e, como suplente, na *Comissão de Trabalho e Legislação Social* além de tornar-se segundo-tesoureiro da comissão executiva nacional da ARENA. Gióia Jr. seria reeleito à mais dois mandatos no legislativo federal: em 1978 pela ARENA, renomeada PDS em 1979, tornando-se líder deste partido durante a 46ª legislatura (1979-1982) na Câmara e, em 1982, pelo mesmo partido à 47ª legislatura (1983-1986) na Câmara dos Deputados, quando contava com 51 anos de idade. No pleito de novembro de 1986 Gióia Júnior tentou uma vaga de deputado federal constituinte, desta vez pela legenda do PDS, mas não obteve sucesso, deixando a Câmara em janeiro do ano seguinte, ao final da legislatura. Presidiu a Associação de Radialistas do Estado de São Paulo. Foi também membro da Academia Paulista de Jornalismo, da Academia Maçônica de Letras do Brasil, da Academia Evangélica de Letras do Brasil, presidente do Conselho da União Brasileira de Escritores, presidente do Departamento da Mocidade Batista do Estado de São Paulo e vice-presidente do Congresso Nacional da Juventude Batista. Faleceu no dia 4 de abril de 1996, aos 64 anos de idade²³⁹.

Embora o cientista jurídico e social Estevam Galvão de Oliveira, da Igreja Metodista, tivesse apenas uma única participação no legislativo federal - a 47ª legislatura - sua carreira política foi distinta da dos demais parlamentares

²³⁸ Câmara dos Deputados, 2017a.

²³⁹ Câmara dos Deputados, 2017a. Gióia Jr. dedicou-se intensamente à literatura cristã escrevendo 20 livros de poesia entre os quais: "Cântico novo", "Menino pobre", "Aparecem as flores na terra", "Canto maior", "Jesus, alegria dos homens", "Minha gênese", "Poemas em feitiço de oração", "Estrela do Natal", o romance "Estátuas de sal" e coletâneas de poemas para crianças: "Davi e Golias" e "Bem-me-quer". Duas de suas letras foram musicadas pelo cantor sertanejo Sérgio Reis: "A Gangorra" e "Pé de Cedro". Gióia Jr. teve programas na *Rádio Gospel* e também participou do programa jornalístico: "Aqui Agora", do SBT. Além disso, presidiu a Associação de radialistas de São Paulo e o Conselho da União Brasileira de escritores; foi membro da Academia Maçônica de Letras do Brasil; da Academia Evangélica do Brasil. Foi diácono da Igreja Batista, presidente do Departamento da mocidade Batista do Estado de São Paulo e vice-presidente do Congresso Nacional da Juventude Batista.

evangélicos por alternar mandatos eletivos em todas as esferas do poder legislativo, além da longa carreira exercida na esfera do executivo municipal e na administração pública.

Estevam Galvão de Oliveira nasceu em Garça, São Paulo, no dia 15 de agosto de 1942. Após bacharelar-se em ciências jurídicas e sociais pela *Faculdade de Direito Brás Cubas*, em Mogi das Cruzes, São Paulo seguiu a carreira público-administrativa na prefeitura de Suzano, SP, ocupando os cargos de escriturário (1961-1967); fiscal lançador (1968); e chefe da seção do expediente (1969-1971). Iniciou a carreira no legislativo municipal quando se elegeu vereador em 1972, pelo partido do regime militar, a ARENA. Nesta esfera do legislativo atuou como secretário da mesa da Câmara Municipal sendo presidente da *Comissão de Finanças e Orçamentos*, além de várias outras comissões especiais. Em 1976, disputou um cargo no executivo municipal sendo eleito prefeito de Suzano, SP, pela ARENA, o partido do regime militar.

A carreira de Estevam Galvão no legislativo federal teve início quando se elegeu à 47ª legislatura na Câmara dos Deputados em 1982, aos 40 anos de idade, onde passou a atuar, como titular, na *Comissão de Economia, Indústria e Comércio* e, como suplente, na Comissão de Agricultura e Política Rural, pelo partido do governo, o PDS, antiga ARENA. Em 1988, terminado o mandato à 47ª legislatura (1983-1987), Galvão voltou a concorrer a um posto no executivo municipal sendo mais uma vez eleito prefeito de Suzano, desta vez pelo *Partido da Frente Liberal* (PFL), formado a partir da dissidência no PDS, o partido do regime militar.

Após o término do mandato no executivo municipal em 1993, Galvão voltaria ao legislativo municipal no ano seguinte, desta vez representando o *Partido Liberal* (PL). Durante a legislatura como deputado estadual regressou às fileiras do PFL tornando-se líder da bancada do partido. Em 1996, elegeu-se prefeito de Suzano pela terceira vez. Reeleito à um quarto mandato no executivo municipal em 2000, Galvão deixou a prefeitura de Suzano para assumir, por nomeação, o cargo de subprefeito da região de Guaianases, na capital paulista onde permaneceu até abril de 2006. Em outubro do mesmo ano reelegeu-se deputado estadual, assumindo o mandato em fevereiro de 2007 e tornando-se líder dos *Democratas* (DEM), agremiação político-partidária criada com a refundação do PFL. Nas eleições

de 2008, disputou novamente a prefeitura de Suzano, mas foi derrotado. Contudo, retornou ao exercício do mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo.

O engenheiro militar, jurista e professor metodista João Batista da Silva Fagundes, como o pastor quadrangular Mário de Oliveira, não possuía experiência político-partidária prévia quando se elegeu deputado federal à 47ª legislatura. Nascido em Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 5 de abril de 1936, iniciou carreira militar ao ingressar na *Escola Preparatória de Cadetes* de Porto Alegre transferindo-se em seguida para a *Academia Militar das Agulhas Negras* (AMAN), em Resende, Rio de Janeiro, onde recebeu formação de *Oficiais do Exército* entre 1956 e 1958, diplomando-se engenheiro militar²⁴⁰.

Em 1965 bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela *Faculdade Nacional de Direito*, no Rio de Janeiro. Entre 1968 e 1969 cursou Doutorado em Direito Penal pela *Universidade Federal do Rio de Janeiro* (UFRJ). Em 1971, frequentou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, no Rio de Janeiro. No ano seguinte ingressou na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), em Belo Horizonte, onde participou do ciclo de estudos sobre política. No serviço militar atuou como Oficial, Comandante de Unidade e Ajudante de Ordens; no serviço público foi chefe de Gabinete do Ministro do Superior Tribunal Militar e chefe de Representação do Território Federal de Roraima, na Capital Federal, além de consultor jurídico com passagem no *Superior Tribunal Militar*; e no magistério como professor de Organização Social e Política do Brasil, no Colégio Militar de Brasília, no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, Professor e na Academia Nacional de Polícia²⁴¹.

Fagundes iniciou a carreira político-partidária, nos quadros do PSD, quando se elegeu, aos 46 anos de idade, à uma cadeira no legislativo federal no pleito disputado em novembro de 1982, representando o território de Roraima, à 47ª legislatura (1983-1986). No exercício do mandato, integrou várias comissões parlamentares, notadamente as de *Minas e Energia*, da qual foi vice-presidente, de 1983 a 1985 e a de *Segurança Nacional e do Índio*. Em 1986 deixou o PDS filiando-se ao PMDB. Durante o intervalo entre a derrota nas eleições à Câmara dos Deputados em 1986 e a eleição ao novo mandato em 1990, permaneceu na capital

²⁴⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁴¹ Câmara dos Deputados, 2017a.

federal, ocupando o cargo de consultor jurídico do *Supremo Tribunal Militar* (STM). Tentou sem sucesso reeleger-se como deputado constituinte no pleito de 1986; contudo, teria mais uma participação no legislativo federal ao eleger-se para o mandato à 50ª legislatura (1991-1995), a última em sua carreira eletiva²⁴².

Finalmente, o presbiteriano independente Levy Dias foi outro militar de formação que iniciou a carreira político-partidária integrando os quadros da ARENA abandonando-a posteriormente para compor com a oposição. Levy Dias nasceu em Aquidauana, então Mato Grosso, em 30 de maio de 1938. Construiu o ginásio de esportes da *União Campo-grandense de Estudantes*, da qual foi presidente de 1963 a 1966. Em 1964, era sargento da *Força Aérea Brasileira* (FAB). Em 1965 foi nomeado assessor da *Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso* (CODEMAT) pelo governador Fernando Correia da Costa, permanecendo no cargo por cinco anos. Tornou-se advogado pela *Faculdade de Direito de Uberlândia* em 1970 e, nesse mesmo ano, ingressou na política partidária nos quadros da ARENA, sendo eleito ao legislativo estadual do Mato Grosso onde serviu entre 1971 a 1972, na gestão do governador José Fragelli. Deixou o mandato no ano seguinte para assumir a prefeitura de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, onde ocupou o cargo até 1977²⁴³.

Em novembro de 1978, ainda pela ARENA, Dias foi eleito deputado federal na legislatura 1979-1983, mas licenciou-se do mandato para assumir a prefeitura de Campo Grande, MT, por nomeação do governador Pedro Pedrossian, cargo que ocupou entre 1980 a 1982, já no *Partido Democrático Social* (PDS), a nova agremiação partidária do governo militar. Em junho de 1978, rompeu com o senador arenista e filiou-se ao partido de oposição ao regime militar, o *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB). Durante a gestão de Harry Amorim Costa (1978-1979), primeiro governador nomeado do Mato Grosso do Sul, Dias assumiu posição de destaque no governo, tendo o controle político do *Departamento de Estradas de Rodagem*, de uma empresa de saneamento e da *Companhia de Habitação do Mato Grosso do Sul*. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, e a consequente reorganização partidária, filiou-se ao *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB). Em 1982, reelegeu-se deputado federal à 47ª

²⁴² CPDOC, 2010.

²⁴³ Câmara dos Deputados, 2017a.

legislatura. Contava com 44 anos de idade²⁴⁴.

Em novembro de 1985, Levy Dias candidatou-se à prefeitura de Campo Grande, mas foi derrotado por Juvêncio Fonseca, do *PMDB*. Nas eleições de novembro de 1986, foi eleito deputado federal constituinte pelo Mato Grosso do Sul, pelo *PFL*. Tendo realizado uma campanha política financiada por empresários e comerciantes de Campo Grande, obteve a segunda maior votação do Estado, com 49 mil votos, iniciando, assim, um terceiro mandato na Câmara dos Deputados. Em 1990, deixou o *PFL* para ingressar no *Partido Progressista Reformador* (*PPR*). Neste ano, foi eleito senador pelo Mato Grosso do Sul, tendo Campo Grande como sua base eleitoral²⁴⁵.

As biografias comparadas destes parlamentares evangélicos permite constatar a emergência de dois tipos ideais de trajetórias políticas: a burocrático-legal e a carismática. A primeira diz respeito àqueles políticos evangélicos que, dado o capital cultural contido em seus perfis - ensino superior, formação militar, pertença religiosa distinta do catolicismo progressista que se opunha à ditadura - foram cooptados pelo regime militar para servirem como seus agentes no exercício de funções de liderança na administração pública e aos cargos no executivo que ocuparam por nomeação. A maioria, entretanto, seguiu a carreira de legislador na Câmara dos Deputados trabalhando como *policymakers* para o regime militar representado pelo *PDS* e auxiliando-os na manutenção do status quo.

O segundo tipo ideal de trajetória política se refere aos parlamentares evangélicos que, sem romper completamente com o regime, se apoiaram na mídia como forma de ascensão política de suas carreiras. Instrumentalizando os meios de comunicação, passaram a ser intermediários dos representados que legitimavam o carisma do líder religioso midiático. A redemocratização do Brasil colocaria termo à carreira do político evangélico-burocrático enquanto intermediário do governo nomeado a funções na administração pública ao mesmo tempo que permitiria a emergência, predominância e consolidação do parlamentar evangélico-carismático na esfera do poder legislativo como agente ou detentor do monopólio dos meios de comunicação e eleito pelas suas sociabilidades religiosas sem o recurso da competição eleitoral.

²⁴⁴ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁴⁵ Câmara dos Deputados, 2017a.

3.1.3 Comportamento político-partidário dos parlamentares evangélicos da 47ª legislatura (1983-1986) nas votações da emenda Dante de Oliveira e Presidente da República

Durante a 47ª legislatura (1983-1986) na Câmara dos Deputados, os parlamentares evangélicos atuaram nos dois processos decisórios mais importantes para a conjuntura política do Brasil. No início da legislatura, o deputado federal mato-grossense Dante de Oliveira Pereira de Carvalho, do *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), apresentou na Câmara o Projeto de Emenda Constitucional (PEC N 5/1983) propondo o reestabelecimento das eleições diretas para a presidência da República com eleição para novembro de 1984. Caso fosse aprovada, a emenda Dante de Oliveira, como ficou conhecida, colocaria fim não apenas ao interregno de vinte anos sem eleições presidenciais no Brasil, mas igualmente ao próprio regime militar que já se encontrava esgotado naquela conjuntura política de transição democrática iniciada com o fim do bipartidarismo em 1979. Apoiado pelas oposições, o projeto desencadeou talvez o maior movimento político-social da história do Brasil, a campanha pelas "Diretas Já".

A votação do dia 25 de abril de 1984 polarizou os deputados federais de diferentes partidos políticos que passaram a compor com o MPB: PTB, PDT, PT e PP, contra a continuidade dos militares no controle do governo defendida pelos parlamentares do PDS. Pertencendo ao PMDB, todos os quatro deputados federais evangélicos votaram a favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira na Câmara dos Deputados, seguindo a posição histórica do partido sempre se situando na oposição ao regime militar, quais sejam: o congregacional Daso Coimbra, o pastor quadrangular Mário de Oliveira, o luterano Siegfried Heuser e o pastor presbiteriano Francisco Dias.

A participação dos parlamentares evangélicos filiados ao partido do governo, o PDS, na votação pelas eleições diretas ocorreu como esperada. Do total de oito parlamentares evangélicos filiados ao PDS, uma maioria de seis deputados seguiram a orientação de seu partido e se ausentaram da votação, quais sejam: o assembleiano José Fernandes; os batistas Enoc Vieira e Eraldo Tinoco; os metodistas Estevam Galvão e João Fagundes além do presbiteriano independente Levy Dias. O batista Arolde de Oliveira, que assumiu o mandato em junho de 1983

em substituição ao deputado Álvaro Vale, destacado pelo Itamarati para assumir uma representação como ministro na embaixada do Brasil em Paris, não participou da votação retornando à suplência quando Alves reassumiu o mandato em 1984. A única exceção ficou por conta da atuação do batista Gióia Jr. que rompendo com a orientação de seu partido, votou favoravelmente à aprovação da emenda Dante de Oliveira (Quadro 7).

Apesar da enorme pressão popular - 84% dos brasileiros era favorável à sua aprovação, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOP) – a emenda Dante de Oliveira foi rejeitada pela Câmara dos Deputados deixando de ser submetida à apreciação no Senado. A derrota da emenda teve um sentido especial e dramático à cena política brasileira pela estreita margem de votos com que deixou de ser aprovada. Necessitando atingir 320 votos, o correspondente a dois terços da Casa legislativa, faltaram apenas 22 votos para que a emenda fosse aprovada.

As duas principais consequências dessa votação foram as seguintes. Primeiramente ficava definido que o direito de escolha do presidente da República pelos brasileiros através do voto direto apenas ocorreria em 1989; os governistas conseguiram, assim, impedir uma rápida transição democrática - à qual se opunham os militares mais radicais – evitando o retrocesso no processo de abertura política que se apresentava incontornável. Mas, em segundo lugar, a definição de que a eleição para presidente ocorreria de maneira indireta em novembro de 1985 provocaria uma crise política que fortaleceria a oposição e esvaziaria o partido do governo uma vez que a eleição presidencial de um civil romperia com o ciclo de cinco presidentes-militares que governaram o Brasil desde 1964. O PDS detinha a maioria das cadeiras legislativas no Congresso Nacional e vários postulantes surgiram reivindicando suas candidaturas oficiais pelo partido. Porém, com a falta de consenso quanto à forma de escolha dos candidatos à presidente e vice, instaurou-se a crise no partido governista. Além disso, as articulações da oposição ao regime militar, principalmente da parte do PMDB, o forte apoio popular e midiático que passaram a contar, racharam a base governista levando os dissidentes do PDS a se recomporem numa *Frente Liberal* que se uniu ao PMDB. A fim de resolver o impasse, o PDS realizou sua convenção, na qual os deputados evangélicos José

Fernandes e Estevam Galvão votaram em Paulo Maluf que venceu o ministro do interior Mário Andreazza tornando-se o candidato à presidente pela situação. Na mesma convenção interna, o deputado cearense Flávio Marcílio derrotou o então governador de Alagoas Divaldo Suruagi tornando-se o candidato a vice-presidente de Maluf²⁴⁶.

Sem contar com o apoio do PT, a candidatura oposicionista ao governo militar de Tancredo Neves e José Sarney foi lançada pela *Aliança Democrática*, coligação do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB) com a dissidência do *Partido Democrático Social* (PDS) reunida na *Frente Liberal*. Nas prévias realizadas pelos oposicionistas, Sarney, ex-presidente do PDS, foi eleito candidato a vice-presidente pelo PMDB após derrotar seu colega de partido, o evangélico Íris Rezende, então governador de Goiás pelo PMDB (1983-1986). Durante o processo, os evangélicos se mobilizaram na esperança de contar com um vice-presidente que os representasse²⁴⁷. Foi dentro desta conjuntura de recomposição política que ocorreu a eleição indireta do chefe do executivo no Colégio Eleitoral reunido em 15 de janeiro de 1985 opondo a *Aliança Democrática* – união dos partidos coligados ao PMDB com os dissidentes do partido governista reunidos numa *Frente Liberal* contra o PDS. Ela explica porque o processo decisório dos parlamentares evangélicos filiados ao PDS nesta votação foi menos homogêneo do que votação da emenda Dante de Oliveira. Como naquele pleito, todos os quatro deputados evangélicos oposicionistas ao governo e filiados ao PMDB votaram em bloco com a *Aliança Democrática* na chapa Tancredo/Sarney. Nesta votação, contudo, apenas os deputados evangélicos José Fernandes e o metodista Estevam Galvão votaram com o PDS a favor de Maluf. Com exceção de Arolde de Oliveira que retornou à suplência como destacado anteriormente, cinco deputados evangélicos romperam com o PDS e votaram no candidato oposicionista Tancredo Neves que se elegeu contando com 480 votos a favor (72,4% dos votos) contra 180 de Maluf (27,39% dos

²⁴⁶ CPDOC, 2010.

²⁴⁷ Íris Resende iniciou sua carreira político-partidária pelo estado de Goiás, tendo sido vereador em 1958, deputado estadual em Goiás em 1962, prefeito de Goiânia em 1965; em 1969 teve o mandato cassado pelo regime militar. Foi duas vezes governador do Estado: de 1983 a 1986 e de 1991 a abril de 1994 quando deixou o governo para assumir o mandato de senador da República por Goiás. Foi ainda ministro da Agricultura no governo José Sarney - de 15 de fevereiro de 1986 a 14 de março de 1990 - e ministro da Justiça no governo Fernando Henrique Cardoso, de 22 de maio de 1997 a 6 de abril de 1998. Em 2004 foi eleito prefeito de Goiânia e, em 2008, conseguiu a reeleição. Em 2016 foi eleito pela quarta vez à prefeitura de Goiânia.

votos) do total de 660 votantes no Colégio Eleitoral. Apenas o assembleiano José Fernandes e o metodista Estevam Galvão foram fiéis ao partido votando no candidato do governo (QUADRO 2).

Quadro 8. Parlamentares Evangélicos nas duas principais votações da 47ª. Legislatura (1983-1986) na Câmara dos Deputados.

	DEPUTADOS	U.F.	PARTIDO/ MOVIMENTO	PERTENÇA RELIGIOSA	EMENDA DANTE DE OLIVEIRA	PRESIDENTE
1	Daso Coimbra	RJ	PMDB/AD	Congregacional	Favorável	Tancredo
2	Mário de Oliveira	MG	PMDB/AD	Evangelho Quadrangular	Favorável	Tancredo
3	Siegfried Heuser	RS	PMDB/AD	Luterana	Favorável	Tancredo
4	Francisco Dias	SP	PMDB/AD	Presbiteriana	Favorável	Tancredo
5	José Fernandes	AM	PDS	Assembleia de Deus	Ausentou-se	Maluf
6	Enoc Vieira	MA	PDS/AD	Batista	Ausentou-se	Tancredo
7	Arolde de Oliveira	RJ	PDS/SUP	Batista	Suplente	Suplente
8	Eraldo Tinoco	BA	PDS	Batista	Ausentou-se	Tancredo
9	Gíóia Jr.	SP	PDS/AD	Batista	Favorável	Tancredo
10	Estevam Galvão	SP	PDS	Metodista	Ausentou-se	Maluf
11	João Fagundes	RR	PDS/AD	Metodista	Ausentou-se	Tancredo
12	Levy Dias	MS	PDS/AD	Presbiteriana Independente	Ausentou-se	Tancredo

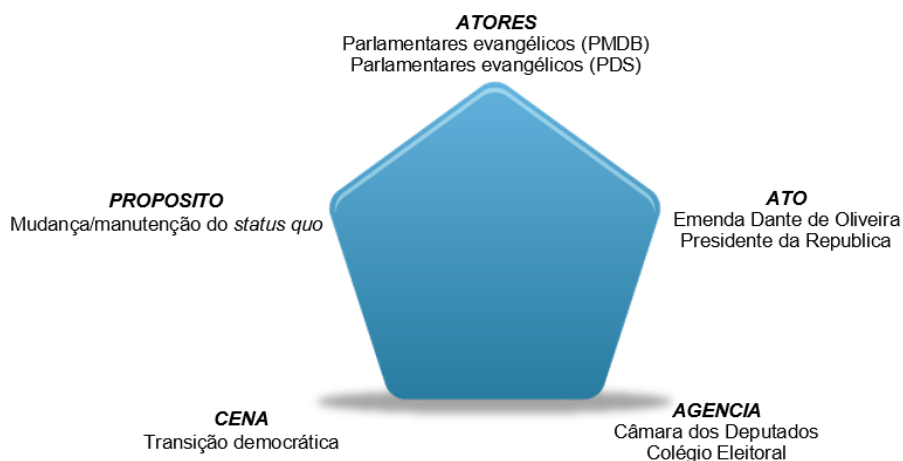
Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados CPDOC, 2010.

Tancredo Neves foi eleito presidente da República, mas não chegou a ser empossado, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. Assumiu a presidência o vice José Sarney, que já vinha exercendo interinamente o cargo desde 15 de março daquele ano. Com a formação do *Partido da Frente Liberal* (PFL) em 1985, apenas o assembleiano José Fernandes e o metodista Estevam Galvão permaneceram no PDS. Fernandes seria reeleito à 48ª legislatura pelo PDT. Os batistas Eraldo Tinoco, Enoc Vieira, Arolde de Oliveira e o presbiteriano independente Levy Dias seriam todos reeleitos à 48ª legislatura pelo PFL. Dentre os quadros do PMDB, o presbiteriano Francisco Dias obteve apenas uma cadeira parlamentar como suplente na 48ª legislatura. O assembleiano Mário de Oliveira e o congregacional Daso Coimbra seriam reeleitos à legislatura seguinte pelos seus respectivos partidos, o

PMDB. Apenas o luterano Siegfried Heuser (PMDB), falecido em 1986, o batista Gióia Jr. (PDS), João Fagundes (PDS) e Estevam Galvão (PDS) não se reelegeram ao período legislativo seguinte. Todos os demais 7 parlamentares evangélicos seriam eleitos deputados constituintes na 48ª legislatura.

Retomando a teoria dramatística de Burke centrada nos cinco termos-chaves dispostos em pentágono, quais sejam: (1) o ator; (2) a agência; (3) o ato; (4) a cena; e, finalmente, o (5) propósito, concluo esta primeira parte do estudo ressaltando que os parlamentares evangélicos foram retratados como atores coletivos compondo uma nova elite parlamentar confessional no poder legislativo brasileiro. Encontraram-se, contudo, polarizados em dois segmentos político-partidários que por sua vez representavam a dicotomia que dominou a cena política do país durante a transição democrática. O menor segmento foi composto por quatro parlamentares evangélicos filiados ao PMDB, o partido de oposição ao governo; o maior, entretanto, era composto pelos oito deputados federais pertencentes ao PDS, o partido do regime militar.

Figura 2. Pentágono de Burke aplicado a 47ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

Nas duas votações mais importantes do período, o comportamento político dos parlamentares evangélicos caracterizou-se pela postura em favor da manutenção ou mudança do status quo. Os parlamentares evangélicos filiados ao

PMDB mobilizaram-se pela mudança, enquanto os do PDS engajaram-se pela manutenção e continuidade do regime autoritário. Contudo, a postura política dos evangélicos filiados ao PDS foi conivente com a cultura autoritária do protestantismo de missão durante os dois pleitos mais importantes do período. Na primeira votação, a da emenda Dante de Oliveira que propunha eleições diretas para a escolha do chefe do executivo, os parlamentares evangélicos filiados ao PDS se abstiveram de votar, atendendo a determinação do partido. Apesar do apelo massivo da população, tomaram parte decisiva no processo que resultou na rejeição da emenda pela Câmara. Na segunda, a eleição indireta do chefe do executivo, os parlamentares evangélicos pedesistas apoiaram o candidato opositor Tancredo Neves, mas o fizeram menos motivados por um ethos liberal ou uma cultura democrática do que de forma oportunista face ao contingente: os parlamentares governistas não esperavam que o processo de escolha de seu candidato levaria o partido a se fragmentar e, por fim, a se esvaziar. O partido governista em geral, e os parlamentares evangélicos filiados tanto no PMDB quanto no PSS, em particular, atingiram parcialmente os seus objetivos; o regime militar continuaria se prolongando, mas agora com data marcada para terminar.

3.2 A nova elite parlamentar evangélica na 48ª Legislatura na Assembleia Nacional Constituinte (1987- 1988)

3.2.1 Atores políticos e identidade confessional protestante

O processo de transição democrática terminou onde começaria a redemocratização do Brasil, a saber: com a eleição indireta de Tancredo Neves como chefe do executivo em 15 de janeiro de 1985. Contudo, sua morte em 21 de abril, dia do feriado nacional consagrado a Tiradentes, o herói de tipo messiânico morto pelos colonizadores portugueses por conspirar no movimento da Inconfidência Mineira e a única pessoa a ser homenageada no calendário brasileiro – todos os demais feriados celebram datas cívicas ou religiosas – deu ainda maior dramaticidade à cena política do país. Além disso, no final da 47ª legislatura em 1986, não apenas os parlamentares, mas também os vários segmentos sociais no Brasil se preparavam para a eleição dos representantes dos brasileiros à Assembleia Nacional Constituinte, inclusive os segmentos religiosos. A partir da

eleição de 36 deputados federais protestantes à ANC (1987-1988) – dois eram suplentes - e, respectivamente à 48ª legislatura (1987-1990) em 1986, no marco da redemocratização, a atuação dos atores evangélicos na cena legislativa brasileira começaria a ganhar maior visibilidade com a cobertura midiática que receberam na ANC e, nas próximas legislaturas, em poder político.

A continuidade de uma representação parlamentar evangélica no Brasil deu-se com o crescimento exponencial do protestantismo de missão, principalmente das sociabilidades religiosas de tipo pentecostal e neopentecostal durante a década de 1980. Durante este período, esses segmentos evangélicos representavam 6,6% da população brasileira, segundo os dados do recenseamento do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE). Comparado com os 3,4% nos anos 1950, o pentecostalismo experimentou um crescimento de 94,12% em apenas três décadas. Em 1991, o percentual de evangélicos já atingia os 9% da população. Durante a década de 2000 a 2010, o número de evangélicos no Brasil aumentou 61,45%. Em 2000, para uma população estimada em 169.799.170 milhões, 26,2 milhões de brasileiros se consideravam evangélicos, o que representa 15,4% da população do Brasil; 67% entre declararam seu pertencimento religioso à vertente pentecostal. Em 2010, os segmentos evangélicos passaram a representar 22,2% da população, ou seja, 42,3 milhões de brasileiros que migravam do catolicismo em direção da religião protestante. Em 2014, de acordo com os dados do Instituto Pew Research Center, os brasileiros evangélicos já representavam 26% da população. Em consequência deste crescimento, a religião católica foi deixando de ser predominante entre a população para estabelecer-se apenas como a da maioria entre os brasileiros. Impulsionado por este crescimento numérico e movidos pelo anti-catolicismo, as sociabilidades religiosas protestantes, em busca de representação na ANC, começaram a investir na política partidária apoiando candidatos que passaram a reivindicar abertamente sua pertença confessional.

3.2.2 Perfil profissional e experiência político-partidária

Do grupo de trinta e quatro parlamentares evangélicos titulares que obtiveram assento à Assembleia Nacional Constituinte, sete foram reeleitos, quais sejam: o assembleiano José Fernandes, que rompendo com o PDS foi para o PDT;

os batistas Eraldo Tinoco, Enoc Vieira e Arolde de Oliveira, todos pelo PFL; o congregacional Daso Coimbra e o quadrangular Mário de Oliveira, pelo PMDB e o presbiteriano Levy Dias, pelo PFL. Juntamente com outros 6 deputados constituintes eleitos, o grupo dos batistas passaria a contar com 9 representantes, quais sejam: Nelson Aguiar (PMDB); Edivaldo Holanda (PL); Paulo Delgado (PT); Edésio Frias (PDT); Fausto Rocha (PFL); e, finalmente, Roberto Vital (PMDB). Em termos numéricos, os deputados constituintes possuindo uma identidade confessional batista constituiria o segundo maior grupo confessional dentre os parlamentares evangélicos.

A terceira maior representação confessional protestante na ANC seria ocupada pelos presbiterianos. Além de Levy Dias que se reelegeu, outros 5 deputados federais pertencentes ao presbiterianismo obtiveram sucesso em eleger-se no pleito de 1986 totalizando 6 representantes, quais sejam: Rubem Branquinho, Lézio Sathler e Celso Dourado pelo PMDB; Salatiel Carvalho, pelo PFL e Lysâneas Maciel, pelo PDT.

Na quarta colocação em termos confessionais viria a pentecostal *Igreja do Evangelho Quadrangular* com 2 deputados constituintes, o reeleito Mário de Oliveira e o eleito Jayme Paliarin, ambos pertencentes ao PTB.

Na quinta e última posição estão aqueles deputados constituintes evangélicos que representavam sua sociabilidade religiosa protestante de maneira isolada. Eunice Michiles, do PFL, pertencia à *Igreja Adventista do Sétimo Dia*; Naphtali Alves, eleito pelo PMDB, se identificava com a *Igreja Cristã Evangélica*; Gidel Dantas, também eleito pelo PMDB era um membro da pentecostal *Igreja de Cristo*; e, finalmente, o pastor Roberto Augusto Lopes (PTB) era o único representante da neopentecostal *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD). Em 1987, contudo, Augusto Lopes romperia com Edir Macedo deixando a IURD sem representação.

Ocupando a primeira posição em termos de identidade confessional entre os parlamentares protestantes eleitos à 48ª legislatura (1987-1989) aparecem os deputados constituintes da *Igreja Assembleia de Deus* que, agindo como grupo de interesse confessional, conseguiu eleger, sobre a base do corporativismo religioso, 12 representantes à Assembleia Nacional Constituinte. Além do reeleito José

Fernandes (PDT), a sociabilidade pentecostal passou a contar com os seguintes 11 representantes: Costa Ferreira (PFL); Milton Barbosa, Antônio de Jesus, Eliel Rodrigues, Matheus lensen, José Viana e Manoel Moreira, todos eleitos pelo PMDB; Benedita da Silva, pelo PT, a única representante do gênero feminino juntamente com Eunice Michilis entre os 34 parlamentares evangélicos desta legislatura; Sotero Cunha, pelo PDC, João de Deus, pelo PDT; e, finalmente, Orlando Pacheco, pelo PFL. Em termos partidários, a sociabilidade religiosa pentecostal obteve 2 assentos pelo *Partido Democrata Trabalhista* (PDT), 2 pelo *Partido da Frente Liberal* (PFL), 6 pelo *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), 1 pelo *Partido dos Trabalhadores* (PT) e 1 pelo *Partido Democrata Cristão* (PDC) (Quadro 8).

Merece destaque o fato de que esses deputados constituintes assembleianos foram eleitos por 11 diferentes Estados brasileiros; e isso não se deu por obra do azar. A atuação da liderança da *Igreja Assembleia de Deus* pode ser considerada paradigmática no que concerne a adoção de uma nova estratégia até então sem precedentes na história política brasileira de conquista do poder legislativo, o corporativismo religioso²⁴⁸. Por ocasião da reunião nacional realizada na cidade goiana de Anápolis, em 1985, os quadros dirigentes da denominação decidiram participar no processo de escolha de seus próprios representantes à Assembleia Nacional Constituinte. Isso seria possível porque a *Assembleia de Deus* permanece atualmente sendo a maior denominação de tipo pentecostal do Brasil. Em 2000, por exemplo, ela reunia 8.418.154 de fiéis em todo o país, representando 47,47% do total dos evangélicos brasileiros²⁴⁹. A fim de operacionalizar o corporativismo religioso transformando-o em voto evangélico, a *Assembleia de Deus* iniciou uma campanha incentivando seus membros a votar nos candidatos escolhidos pelas próprias igrejas em cada Estado brasileiro. O título do livro do pastor Sylvestre²⁵⁰ publicado um ano depois do encontro de Anápolis, expressou de maneira exemplar a postura da igreja ao afirmar categoricamente que "irmão vota em irmão". Mais do que um slogan de campanha, a máxima se tornaria uma doutrina política entre os evangélicos pentecostais brasileiros sendo abertamente empregada

²⁴⁸ Freston, 1993.

²⁴⁹ IBGE, 2000. A segunda maior sociabilidade religiosa de tipo pentecostal do Brasil neste mesmo período é a Igreja Congregação Cristã do Brasil com 2.489.079 milhões de fiéis, o que representa 14,04% dos evangélicos brasileiros. Na terceira posição em número de fiéis aparece a Igreja do Evangelho Quadrangular com 1.318.812 adeptos.

²⁵⁰ Sylvestre, 1986.

pelos setores pentecostais e neopentecostais nas eleições seguintes²⁵¹. Contudo, como veremos a seguir, nem todos os deputados constituintes assembleianos agiram como representantes deste grupo de interesse confessional.

Quadro 9. Parlamentares Evangélicos na 48ª. Legislatura (1987-1990).

	DEPUTADOS	ESTADO	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	PROFISSÃO
1	Antônio de Jesus	GO	PMDB	Assembleia de Deus	Radialista
2	Arolde de Oliveira	RJ	PFL	Batista	Economista
3	Benedita da Silva	RJ	PT	Assembleia de Deus	Assistente Social
4	Celso Dourado	BA	PMDB	Presbiteriana Unida	Professor
5	Costa Ferreira	MA	PFL	Assembleia de Deus	Advogado
6	Daso Coimbra	RJ	PMDB	Congregacional	Médico
7	Edésio Frias	RJ	PDT	Batista	Advogado
8	Edivaldo Holanda	MA	PL	Batista	Empresário
9	Eliel Rodrigues	PA	PMDB	Assembleia de Deus	Engenheiro Civil
10	Enoc Vieira	MA	PFL	Batista	Advogado
11	Eraldo Tinoco	BA	PFL	Batista	Professor
12	Eunice Michiles	AM	PFL	Adventista	Professora
13	Fausto Rocha	SP	PFL	Batista	Advogado
14	Francisco Dias Alves*	SP	PMDB	Presbiteriano	Pastor
15	Gidel Dantas	CE	PMDB/PDC	Igreja de Cristo	Pastor
16	Jayme Paliarin	SP	PTB	Evangelho Quadrangular	Advogado
17	João de Deus	RS	PDT	Assembleia de Deus	Pastor
18	José Fernandes	AM	PDT	Assembleia de Deus	Economista
19	José Viana	RO	PMDB	Assembleia de Deus	Servidor Público
20	Levy Dias	MS	PFL	Presbiteriana	Advogado
21	Lézio Sathler	ES	PMDB	Presbiteriana	Advogado
22	Lysâneas Maciel	RJ	PDT	Presbiteriana	Advogado
23	Manoel Moreira	SP	PMDB	Assembleia de Deus	Pastor
24	Mário de Oliveira	MG	PMDB	Evangelho Quadrangular	Pastor
25	Matheus Iensen	PR	PMDB	Assembleia de Deus	Radialista

²⁵¹ De Souza, 2009: 2.

26	Milton Barbosa	BA	PMDB	Assembleia de Deus	Pastor
27	Naphtali Alves	GO	PMDB	Cristã Evangélica	Engenheiro Civil
28	Nelson Aguiar	ES	PMDB	Batista	Advogado
29	Norberto Schwantes*	MT	PMDB	Luterano	
30	Orlando Pacheco	SC	PFL	Assembleia de Deus	Pastor
31	Paulo Delgado	MG	PT	Batista	Sociólogo
32	Roberto Augusto Lopes	RJ	PTB	Universal do Reino de Deus/Igreja Pentecostal de Nova Vida	Pastor
33	Roberto Vital	MG	PMDB	Batista Renovada	Médico
34	Rubem Branquinho	AC	PMDB	Presbiteriana	Engenheiro Civil
35	Salatiel Carvalho	PE	PFL	Presbiteriana	Engenheiro Elétrico
36	Sotéro Cunha	RJ	PDC	Assembleia de Deus	Pastor

Fonte: Elaboração própria a partir dos sites da Câmara dos Deputados, 2017b. DIAP, 1988. CPDOC, 2010. * Suplentes.

Se na 47^a legislatura (1983-1986), os 12 parlamentares evangélicos representaram 2,05% do total de 479 deputados federais na Câmara, durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) e 48^a legislatura (1987-1990), os parlamentares evangélicos representariam 6,08% do total de 559 deputados constituintes²⁵². Atuariam como *policymakers* nos principais processos decisórios visando o estabelecimento de uma nova ordem constitucional para o Brasil. Na Constituinte, entretanto, se fizeram representar diferentes seguimentos político-partidários como o PMDB e diferentes movimentos sociais representados pelas esquerdas como o PT, além daqueles que defendiam os sindicalistas como o PTB levando os parlamentares evangélicos a se polarizar como aconteceu durante a 47^a legislatura na Câmara dos Deputados (1983-1986). Surgia, assim, um grupo de parlamentares evangélicos que se alinhou ao *Centrão*, a chamada *Bancada Evangélica* de um lado, e de outro, um grupo não alinhado. O *Centrão* constituiu-se como grupo de pressão suprapartidário - o *Centro Democrático* - constituído principalmente por parlamentares conservadores do PMDB, PFL, PTB, PDS, além de outros partidos menores. Apoiando o governo de José Sarney, o grupo passou a ter influência decisiva nos trabalhos da Constituinte e em decisões importantes que alteravam os projetos de lei aprovados pela Comissão de Sistematização composta

²⁵² Câmara dos Deputados, 2017a.

essencialmente por parlamentares progressistas. Entre elas podemos destacar a fixação do mandato do presidente Sarney para cinco anos, a questão agrária e o papel das Forças Armadas²⁵³.

Assim, o grupo de 34 parlamentares evangélicos eleitos à Constituinte cindiu-se de maneira paritária com 50% de representação: 17 que apoiaram os projetos conservadores do *Centrão* e 17 que não se alinharam ao lobby governista. Essa cisão resultou numa recomposição ideológico-partidária no grupo dos parlamentares evangélicos na 48ª. Legislatura. Deste primeiro grupo alinhado, 8 deputados federais provinham do *Partido da Frente Liberal* (PFL): 4 batistas, 2 assembleianos, 1 presbiteriano e 1 adventista; 6 eram filiados ao *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB): 4 assembleianos, 1 congregacional e 1 presbiteriano; 1 assembleiano era membro do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT); 1 pertencia ao *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), sendo membro da Igreja do Evangelho Quadrangular; e, finalmente, 1 parlamentar assembleiano era quadro do *Partido Democrata Cristão* (PDC).

²⁵³ Marcelino, 2009. DIAP, 1988: 26. O *Centrão* era composto por um grupo variando entre 136 a 290 deputados constituintes e senadores do total de 587 parlamentares que se notabilizaram por seus vínculos com o poder executivo, os setores militares e o patronado empresarial tanto urbano quanto rural. As maiores participações vieram do PDS (91,4%), o PTB (86,4%), seguido pelo PDC (85,7%), o PFL (82,0%) e, finalmente, o PMDB com 134 constituintes (42,1%) do total de 318 parlamentares de sua bancada.

Quadro 10. Deputados Evangélicos alinhados ao Centrão.

	DEPUTADOS	ESTADO	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	PROFISSÃO
1	Sotéro Cunha	RJ	PDC	Assembleia de Deus	Pastor
2	João de Deus	RS	PDT	Assembleia de Deus	Pastor
3	Arolde de Oliveira	RJ	PFL	Batista	Economista
4	Costa Ferreira	MA	PFL	Assembleia de Deus	Advogado
5	Enoc Vieira	MA	PFL	Batista	Advogado
6	Eraldo Tinoco	BA	PFL	Batista	Professor
7	Eunice Michiles	AM	PFL	Adventista	Professora
8	Fausto Rocha	SP	PFL	Batista	Advogado
9	Levy Dias	MS	PFL	Presbiteriana	Advogado
10	Orlando Pacheco	SC	PFL	Assembleia de Deus	Pastor
11	Antônio de Jesus	GO	PMDB	Assembleia de Deus	Radialista
12	Daso Coimbra	RJ	PMDB	Congregacional	Médico
13	Eliel Rodrigues	PA	PMDB	Assembleia de Deus	Engenheiro Civil
14	Matheus Iensen	PR	PMDB	Assembleia de Deus	Radialista
15	Milton Barbosa	BA	PMDB	Assembleia de Deus	Pastor
16	Rubem Branquinho	AC	PMDB	Presbiteriana	Engenheiro Civil
17	Jayme Paliarin	SP	PTB	Evangelho Quadrangular	Advogado

Fonte: Elaboração própria a partir dos sites da Câmara dos Deputados, 2017b. DIAP, 1988. CPDOC, 2010.

Do grupo de 17 parlamentares evangélicos não alinhados ao Centrão: 9 eram filiados ao PMDB sendo 2 assembleianos; 2 batistas; 1 membros da Igreja Cristã Evangélica; 1 quadrangular; 1 da Igreja de Cristo e 2 presbiterianos. O segundo partido representado nesse grupo foi o PDT com 3 filiados: 1 batista, 1 assembleiano e 1 presbiteriano. Na terceira posição partidária vem os 2 representantes do Partido dos Trabalhadores sendo 1 assembleiano e 1 batista. Na sequência aparecem os deputados constituintes evangélicos 1 do PFL, presbiteriano; 1 do PL, batista; 1 do PTB, da IURD. (Quadro 10).

Quadro 11. Deputados Evangélicos não alinhados ao Centrão.

	DEPUTADOS	ESTADO	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	PROFISSÃO
1	Edésio Frias	RJ	PDT	Batista	Advogado
2	José Fernandes	AM	PDT	Assembleia de Deus	Economista
3	Lysâneas Maciel	RJ	PDT	Presbiteriana	Advogado
4	Salatiel Carvalho	PE	PFL	Presbiteriana	Engenheiro Elétrico
5	Edivaldo Holanda	MA	PL	Batista	Empresário
6	Celso Dourado	BA	PMDB	Presbiteriana Unida	Professor
7	José Viana	RO	PMDB	Assembleia de Deus	Servidor Público
8	Lézio Sathler	ES	PMDB	Presbiteriana	Advogado
9	Manoel Moreira	SP	PMDB	Assembleia de Deus	Pastor
10	Mário de Oliveira	MG	PMDB	Evangelho Quadrangular	Pastor
11	Naphtali Alves	GO	PMDB	Cristã Evangélica	Engenheiro Civil
12	Nelson Aguiar	ES	PMDB	Batista	Advogado
13	Roberto Vital	MG	PMDB	Batista Renovada	Médico
14	Gidel Dantas	CE	PMDB	Igreja de Cristo	Pastor
15	Benedita da Silva	RJ	PT	Assembleia de Deus	Assistente Social
16	Paulo Delgado	MG	PT	Batista	Sociólogo
17	Roberto Augusto Lopes	RJ	PTB	Universal do Reino de Deus/Igreja Pentecostal de Nova Vida	Pastor

Fonte: Elaboração própria a partir dos sites da Câmara dos Deputados, 2017b. DIAP, 1988. CPDOC, 2010.

A análise do perfil dos trinta e quatro constituintes evangélicos a partir das fichas individuais estabelecidas pelo *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)* em matérias como direitos políticos e sociais mas igualmente as de ordem econômica além das biografias dos parlamentares obtidas no *Centro de Pesquisa e de Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDHBC)*, da *Fundação Getúlio Vargas (FGV)* permitem demonstrar o comportamento político da *Bancada Evangélica* durante a legislatura 1987-1990.

3.2.2.1 Perfil Ideológico dos Parlamentares Evangélicos na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) /48ª Legislatura (1989-1990)

A representação pode ser considerada a principal ação política de um parlamentar. Na democracia representativa, a Câmara dos Deputados constitui-se o *locus* da representação popular e os parlamentares são os *representantes do povo, eleitos nos Estados, Territórios e Distrito Federal*²⁵⁴. Eleitos à 48ª legislatura (1987-1990), os parlamentares brasileiros foram igualmente selecionados a fim de se reunir em *Assembleia Nacional Constituinte* na elaboração de uma nova Constituição Federal cuja promulgação, em 5 de outubro de 1988, colocaria término ao ciclo dos presidentes militares no país ao mesmo tempo que inauguraria uma “Nova República”, mas sem obter êxito em romper completamente com a “velha”. Contudo, atuando como *Policymakers*, os deputados constituintes foram atores políticos numa cena marcada por clivagens refletidas nos árduos embates travados pelos canais de sua representação cidadã - os partidos políticos – que lutavam para fazer prevalecer os interesses das distintas classes ou movimentos sociais que representavam.

De sua parte, os constituintes evangélicos possuíam dupla representação, a partidária e a confessional e, assim, consideravam-se legitimados duas vezes: primeiramente por Deus que os escolheu para a transformação de um espaço percebido por eles como corrompido, de um lado, e, de outro, pelos representados de suas sociabilidades religiosas que os escolheram a partir de sua identificação à pertença confessional do representante mais do que a partidária. Em ambos os casos, entretanto, “eleição” se confunde tanto com vocação ao trabalho divino quanto o mandato político, ambas denotando a missão extraordinária à que o parlamentar evangélico foi chamado a exercer.

Durante Assembleia Nacional Constituinte, a ação política dos parlamentares evangélicos foi guiada pelas ideologias político-partidárias, mas igualmente pelas religiosas. Os partidos políticos, na expressão de Alcântara importam e foram importantes na elaboração daquela que seria a Constituição mais progressistas dentre as seis que o Brasil viria a conhecer. Contudo, como acontece com qualquer outro parlamentar, a ação política dos deputados constituintes evangélicos não se caracterizou pela mera subordinação aos partidos políticos ou

²⁵⁴ República Federativa do Brasil, 1988, arts. 45-46.

sociabilidades religiosas que representavam. Agiram igualmente motivados por um capital distinto do político, o capital cultural que refletido no pertencimento religioso também passou a moldar as convicções e se expressaram nas ações políticas. Elas foram importantes para mostrar como os parlamentares evangélicos agiram nos processos decisórios definindo o tipo de sociedade que ajudaram a construir.

Em se tratando das ideologias e das ações políticas dos 34 constituintes evangélicos na ANC, elas podem ser definidas como conservadoras. Contudo, sem romper com seus respectivos partidos políticos, as clivagens no interior da Casa legislativa levaram um grupo de 17 parlamentares evangélicos a se recompor no Centrão, grupamento político suprapartidário que surgiu representando os interesses do governo e do patronado brasileiro. Não foram simplesmente cooptados pelo grupo suprapartidário, mas agiram motivados por laços de afinidades eletivas que ataram a ideologia política deste com a confessional. A participação de ambos os grupos nas sessões de votação na Câmara dos Deputados permite demonstrar a emergência de seis distintos tipos de ideologias político-partidárias que guiaram as ações políticas dos deputados constituintes evangélicos, a saber: (1) centro-direita; (2) centro; (3) centro-esquerda; (4) esquerda; (5) nacionalista; e, finalmente, a (6) trabalhista.

As ideologias de (1) centro-direita, (2) centro e (5) nacionalista são comuns aos parlamentares conservadores, tanto dos que compõem o grupo dos deputados constituintes alinhados ao *Centrão* quanto do grupo de evangélicos não alinhados. Contudo, existem diferenças significativas entre as três ideologias para cada um dos dois grupos de parlamentares evangélicos que permite demonstrar que os deputados alinhados ao *Centrão* são mais conservadores que os não alinhados. Evidentemente, constituídos como grupamento conservador inseridos no *Centrão*, os parlamentares evangélicos alinhados não agiram motivados por ideologias de (3) centro-esquerda; (4) esquerda; (5) nacionalista ou (6) trabalhista encontradas no grupo dos deputados constituintes evangélicos não alinhados, mesmo definidos como conservadores. Por outro lado, mesmo definidos como conservadores, este grupo de parlamentares não alinhados possuía ideologias mais heterogêneas e afinadas com os partidos políticos que representavam, à despeito da identidade confessional de suas pertencas religiosas.

3.2.2.2 Carreiras políticas dos Parlamentares Evangélicos eleitos à Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) /48ª. Legislatura (1989-1990)

A. Parlamentares evangélicos de Centro-Direita alinhados ao *Centrão*

Reeleitos à 48ª legislatura (1987-1990), os batistas Arolde de Oliveira, Enoc Almeida Vieira, o presbiteriano Levy Dias, todos pelo PFL, além do congregacional Daso Coimbra (PMDB), tiveram em comum a adoção de uma postura político-ideológica de centro-direita alinhada ao *Centrão* durante a ANC. Excetuando o peemedebista Daso Coimbra, que continuava partidário do PMDB, todos os demais deputados constituintes evangélicos reeleitos pertenceram ao PDS na legislatura anterior. Contudo, após constituírem o movimento *Frente Liberal*, dissidência do partido do governo em 1985, e que votou em Tancredo, ingressaram no *Partido da Frente Liberal* fundado no mesmo ano. Neste mandato já eram políticos experientes e mantiveram uma atuação em continuidade com a postura de defesa da agenda governista como fizeram nos tempos de militância no PDS. Tendo já traçado seus perfis na primeira parte deste estudo, prossigo analisando as trajetórias políticas dos demais deputados constituintes de centro direita e alinhados ao *Centrão*. Inicio colocando em destaque as carreiras dos três deputados constituintes evangélicos filiados ao PFL, anteriormente PDS, antiga ARENA, quais sejam: a adventista Eunice Michilis, o batista Fausto Rocha e o assembleiano Camilo Pacheco.

Eunice Mafalda Michilis, a única representante da *Bancada Evangélica* pertencente à *Igreja Adventista do Sétimo Dia*²⁵⁵, nasceu em São Paulo no dia 10 de julho de 1929. Professora primária, funcionária pública e comerciária, em 1941 ingressou no Colégio Adventista Brasileiro (CAB), na capital paulista. Iniciou suas atividades profissionais em 1947 como professora da *Escola Normal Adventista* de São Paulo, na qual permaneceu até o ano seguinte, quando concluiu o curso normal. Já residindo em Maués, no Estado do Amazonas, exerceu a docência e,

²⁵⁵ A Igreja Adventista do Sétimo Dia é uma denominação cristã protestante restauracionista, trinitariana, sabatista, não-cessacionista, mortalista e aniquilacionista, que se distingue pela observância do sábado, o sétimo dia da semana judaico-cristã (sabbath) e por sua ênfase na iminente segunda vinda de Jesus Cristo. A igreja surgiu após o Grande Desapontamento de 22 de outubro 1844, desencadeado pelo Movimento Milerita nos Estados Unidos, durante a primeira metade do século XIX, sendo formalmente criada em 1863. Entre seus vários pioneiros está Ellen White, cujos escritos são tidos pelos adventistas como inspirados por Deus.

posteriormente, tornou-se diretora do Grupo Escolar Santina Filizola, do *Ginásio* e da *Escola Normal*, todos de Maués. Em 1958, tornou-se diretora do Serviço Municipal de Educação dessa cidade, exercendo essa função até 1962²⁵⁶.

Em 1974, ingressou no diretório regional da ARENA, partido de sustentação do regime militar pelo qual elegeu-se deputada estadual em novembro deste ano. Tomou posse na Assembleia Legislativa amazonense em janeiro do ano seguinte, passando a integrar, como titular, as comissões de *Educação e Saúde*, *Redação Final* e *Assistência Social*. Após concluir seu mandato no legislativo amazonense, em janeiro do ano seguinte, assumiu a *Secretaria do Trabalho e Ação Social*, no governo de José Lindoso. Em 1978, candidatou-se ao Senado sendo eleita a primeira suplente de João Bosco de Lima. Com a morte do titular, logo no início da legislatura (1979-1983), foi efetivada como senadora pelo *Partido Democrático Social* (PDS), agremiação partidária fundada em 31 de janeiro de 1980, por Paulo Maluf e sucessora da ARENA quando, ainda sob o regime militar, o sistema partidário retorna ao pluripartidarismo, sendo a primeira mulher a ocupar uma cadeira no Senado Federal depois da Princesa Isabel (1846-1921)²⁵⁷.

Presidiu o *Movimento da Mulher Democrática Social* (MMDS), cujo objetivo era congregar uma base feminina no PDS em favor da candidatura presidencial do ministro do Interior, Mário Andreazza. Não obtendo resultados concretos, liderou o *Movimento das Mulheres Pró-Paulo Maluf*, aproximando-se do ex-governador de São Paulo e então deputado federal, que acabou sendo o escolhido na convenção do partido como candidato à sucessão do presidente João Figueiredo (1979-1985). Contudo, atraída por dissidentes do PDS, reunidos na *Frente Liberal*, veio a apoiar a candidatura vitoriosa de Tancredo Neves, lançado pela opositora *Aliança Democrática*, nele votando no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. No pleito de novembro de 1986, elegeu-se deputada federal pelo

²⁵⁶ CPDOC, 2010.

²⁵⁷ Folha de S. Paulo, 31/05/1979. Dentre os filiados do PDS contavam-se dois futuros presidentes do Brasil: José Sarney e Fernando Collor de Mello. O partido foi extinto em 1993 após a fusão com o *Partido Democrata Cristão* (PDC), dando origem ao *Partido Progressista Reformador* (PPR). No Senado, Michilis integrou, como titular, as comissões de Economia, Educação e Cultura, de Saúde e de Legislação Social, e como suplente, as comissões de Assuntos Regionais, de Municípios e de Minas e Energia. Integrou ainda, como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Controle de Desenvolvimento Populacional e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre pobreza absoluta no Nordeste, e como suplente, a CPI sobre a Superintendência Nacional da Marinha Mercante (Sunamam).

PFL e integrou a *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC) que elaborou a Constituição de 1988, aos 59 anos de idade²⁵⁸. Nas comissões em que atuou, sua postura foi notadamente conservadora inclusive discordando da postura dos relatores e que representavam os interesses do movimento sindical e popular²⁵⁹.

Já no Partido Democrata Cristão (PDC), no pleito de outubro de 1990 tentou reeleger-se deputada federal em sua nova legenda, tendo obtido apenas uma suplência. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1991, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Nomeada conselheira do *Tribunal de Contas* do Amazonas, ocupou a vice-presidente desta corte até aposentar-se por idade em 1999²⁶⁰.

O batista Fausto Auromir Lopes Rocha nasceu na cidade de São Paulo no dia 4 de novembro de 1938. Em 1960, passou a cursar a Faculdade de Direito da *Universidade de São Paulo* (USP), vindo bacharelar-se em 1965. Começou na vida pública como locutor oficial do palácio dos Bandeirantes no governo Paulo Egídio (1975-1979). Em novembro de 1978 elegeu-se deputado estadual na legenda da *Aliança Renovadora Nacional* (Arena), partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Nessa ocasião, foi o deputado estadual da Arena mais votado em São Paulo²⁶¹.

Em 1979, na Assembleia Legislativa, integrou a *Comissão de Constituição e Justiça* e presidiu a *Comissão de Esporte e Turismo*. Com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao *Partido Democrático Social* (PDS), sucessor da Arena. Em 1981, licenciou-se do mandato para assumir o cargo de secretário estadual extraordinário da Desburocratização no governo Paulo Maluf (1979-1982). Em novembro de 1982 reeleger-se deputado estadual. Assumindo o mandato em fevereiro seguinte, integrou a *Comissão Especial* que investigou a situação dos "menores" abandonados e a *Comissão de Constituição e Justiça*. Em

²⁵⁸ CPDOC, 2010. Como titular, integrou a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e, como suplente, a Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

²⁵⁹ DIAP, 1988: 85.

²⁶⁰ Direito de voto feminino completa 76 anos no Brasil; saiba mais sobre essa conquista Folha.com. 24/02/2008. Publicou A mulher e o planejamento familiar, A evasão do ouro no Amazonas, Uma nova alternativa econômica e social para o Brasil: a cultura do guaraná e Uma visão feminina sobre problemas sociais.

²⁶¹ Câmara dos Deputados, 2017a.

novembro de 1986, Fausto Rocha elegeu-se deputado federal na legenda do *Partido da Frente Liberal* (PFL), obtendo 90.850 votos, o deputado federal mais votado da coligação PFL-PDS. Assumiu o mandato em fevereiro de 1987, aos 50 anos de idade²⁶². Signatário do *Centrão*, apoiou os cinco anos para Sarney e a proposta da *União Democrática Ruralista* (UDR), posicionando-se contrário à reforma agrária²⁶³. A UDR tem funcionado como um grupo de pressão no Congresso Nacional com a finalidade de impedir a aprovação de projetos de lei a favor da reforma agrária.

Finalmente, o pastor da *Igreja Assembleia de Deus*, Orlando Camilo Pacheco, último deputado constituinte evangélico filiado ao PFL nesse grupo de centro-direita alinhado ao *Centrão* não possuía experiência político-partidária anterior à Constituinte. Nasceu em Itajaí, Estado de Santa Catarina, no dia 3 de novembro de 1944. Técnico em telefonia, formou-se pela *Faculdade de Teologia* de Lorena, São Paulo, em 1986. Nesse mesmo ano, ingressou na política partidária elegendando-se, em novembro, deputado federal constituinte na legenda do *Partido da Frente Liberal* (PFL), com o apoio da Igreja. Aos 43 anos de idade, assumiu o mandato na Câmara em 1º de fevereiro de 1987, quando tiveram início os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte²⁶⁴. Votou a favor dos cinco anos para Sarney e apoiou a UDR; além disso, votou a favor do tabelamento de juro em represália ao

²⁶² CPDOC, 2010. Na Constituinte, Fausto Rocha integrou, como membro titular, a Subcomissão da Ciência e Tecnologia, da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes e, como suplente, a Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Após a promulgação da nova Carta Constitucional (5 de outubro de 1988), voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários na Câmara dos Deputados, como membro titular das comissões de Finanças e de Seguridade Social e Família.

²⁶³ DIAP, 1988: 598.

²⁶⁴ CPDOC, 2010. Foi vice-presidente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes e também vice-presidente da Comissão de Seguridade Social (1987-1990).

banqueiro Ronaldo César Coelho, que apoiou a reforma agrária²⁶⁵.

Os restantes parlamentares evangélicos deste grupo pertenciam todos ao PMDB. Porém, como os deputados constituintes analisados acima, se notabilizaram igualmente pela postura de centro-direita e alinhamento ao grupo de pressão governista, quais sejam: os assembleianos Antônio de Jesus Dias, Eliel Rodrigues, Matheus Iensen e, finalmente, o presbiteriano Rubem Branquinho.

O pastor, psicólogo, radialista, líder sindical e afrodescendente Antônio de Jesus Dias nasceu em Anápolis, Estado de Goiás, no dia 28 de janeiro de 1942. Formou-se em psicologia pela *Universidade Católica de Goiás*, em 1979. Iniciou a carreira político partidária concorrendo a uma cadeira na Assembleia Legislativa nas eleições de novembro de 1978, na legenda da *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), partido de sustentação do regime militar instaurado em abril de 1964, obtendo apenas uma suplência²⁶⁶.

Com a extinção do bipartidarismo, em novembro de 1979, e a consequente reorganização partidária, ingressou no *Partido Democrático Social* (PDS), sucessor da ARENA, e pouco depois no *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB). Graças à influência do ex-governador evangélico Íris Resende foi nomeado subchefe do *Gabinete Civil* do governo de Ari Valadão (1979-1983), cargo no qual se manteve até o ano seguinte, quando se tornou diretor da *Fundação do Bem-Estar do Menor* (Febem). Ainda nessa legislatura, exerceu o mandato de deputado estadual por um ano e sete meses²⁶⁷.

No pleito de novembro de 1986, elegeu-se deputado federal constituinte

²⁶⁵ DIAP, 1988: 569; CPDOC, 2010. Nas eleições de outubro de 1990, Orlando Pacheco disputou novo mandato na legenda do PFL, e obteve uma suplência. Deixou a Câmara em janeiro de 1991, ao final da legislatura, mas voltou em março, para ocupar a vaga do deputado Paulo Bauer, nomeado para a Secretaria da Educação, Cultura e Desporto do governo de Vílson Kleinubing (1991-1995). Substituiu Bauer até abril de 1994. Desde janeiro de 1995, exerceu o mandato na vaga aberta pela saída de Ruberval Pilotto, nomeado secretário de Tecnologia, Energia e Meio Ambiente de Santa Catarina. Na votação dos principais projetos enviados pelo Executivo à apreciação da Câmara durante o governo Itamar Franco (1992-1994), foi favorável à criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) e do Fundo Social de Emergência (FSE) e votou contra o fim do voto obrigatório. Em outubro de 1994 candidatou-se novamente a uma cadeira na Câmara dos Deputados, dessa vez na legenda do Partido Social Democrático (PSD), ao qual se filiou naquele ano. Obteve, outra vez, uma suplência. Deixou a Câmara em 31 de janeiro de 1995, passando a se dedicar às atividades evangélicas e de professor de teologia. Tornou-se membro do Centro Evangélico de Missões Internacionais e conselheiro da Escola de Educação Teológica das Assembleias de Deus, em Campinas, SP.

²⁶⁶ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁶⁷ CPDOC, 2010.

pelo *PMDB*, assumindo o mandato na Constituinte em 1987, aos 46 anos de idade²⁶⁸. Um dos fundadores do *Centrão*, Antônio de Jesus atuou na Constituinte como representante do grupo de interesse confessional a que pertencia, a *Igreja Assembleia de Deus*, se posicionando contra o ensino público e gratuito e o *Conselho de Comunicação Social*. Votou a favor do direito de voto aos 16 anos, mas disse não à participação popular na Assembleia Nacional Constituinte²⁶⁹.

O engenheiro civil Eliel Rodrigues, nasceu em Belém, capital do Estado do Pará, onde se localiza a sede nacional da Igreja Assembleia de Deus, em 10 de dezembro de 1925. Iniciou seus estudos superiores em 1946, quando ingressou na *Escola Nacional de Engenharia* do Pará, pela qual se formou engenheiro civil em 1950 e, no ano seguinte, tornou-se engenheiro do *Ministério da Aeronáutica*, em sua cidade natal. Rodrigues iniciou a carreira político-partidária em 1958, quando filiou-se ao *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), permanecendo nesse partido até 1965, quando o Ato Institucional Nº 2 de 1979 decretado pelo Regime Militar, extinguiu o sistema pluripartidário no Brasil. Neste ano, deixou o cargo de engenheiro civil no Ministério da Aeronáutica e, em 1984, passou a trabalhar no setor privado como assessor da *Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos*, em Belém²⁷⁰.

Em 1986, Rodrigues elegeu-se deputado federal constituinte, pelo *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), aos 62 anos de idade. Na Assembleia Nacional Constituinte votou com os conservadores nas comissões e subcomissões de que fez parte. Votou a favor dos cinco anos para Sarney e contra a reforma agrária²⁷¹. Com a promulgação da nova Carta em 5 de outubro de 1988, passou a participar somente dos trabalhos legislativos ordinários da Câmara, na qual tornou-se membro titular da Comissão de *Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática* (1989-1990) e suplente da *Comissão de Viação e Transporte, Desenvolvimento Urbano e Interior* (1989-1991). Em outubro de 1990 concorreu à reeleição na legenda do PMDB, mas obteve apenas a primeira suplência. Permaneceu na Câmara dos Deputados até o fim de janeiro do ano seguinte,

²⁶⁸ CPDOC, 2010.

²⁶⁹ DIAP, 1988: 191.

²⁷⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁷¹ CPDOC, 2010. DIAP, 1988: 330.

quando se encerraram o seu mandato e a legislatura²⁷².

O radialista e cantor pentecostal da *Igreja Assembleia de Deus* Matheus lensen não apenas foi um dos signatários do *Centrão* como também foi o proponente da emenda que previa o adiamento das eleições marcadas para novembro de 1989 e, conseqüentemente, a prorrogação para cinco anos do mandato do então presidente José Sarney. Contrariando o próprio partido, favorável a um período presidencial de quatro anos, lensen viu-se ameaçado de expulsão do PMDB. Em junho de 1988, uma semana após a votação da emenda, recebeu a concessão da *Rádio Novas de Paz*, de Curitiba, terceira emissora de propriedade de sua família²⁷³.

Matheus lensen nasceu em Imbituva, no Estado do Paraná, no dia 7 de janeiro de 1937. Membro da Igreja Assembleia de Deus desde 1956, iniciou a carreira político-partidária tomando parte na fundação do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB) em 1966, o partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Em 1967 foi o cantor oficial da *VIII Conferência Mundial Pentecostal*, realizada no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Fundador da *Associação dos Homens de Negócios do Evangelho Pleno* e proprietário dos estúdios *Gravadora e Editora Estrela da Manhã Ltda.*, gravou 18 discos. Em 1968, candidatou-se ao legislativo municipal postulando a vereança em Curitiba, mas não obteve sucesso em eleger-se. Tornou-se, então, diretor e apresentador do programa musical evangélico levado ao ar pela *Rádio Marumbi*, de Curitiba, vindo posteriormente a adquirir o controle desta emissora e da *Rádio Diário da Manhã*, de Florianópolis, tornando-se empresário evangélico²⁷⁴.

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979, e a posterior reorganização do quadro partidário, Mateus lensen filiou-se ao *Partido Democrático Social* (PDS), o partido do governo militar. Sem obter uma cadeira no legislativo estadual na eleição daquele ano, disputou a seguinte, desta vez pelo PMDB, conquistando um mandato de deputado federal constituinte em 1982 e sendo

²⁷² CPDOC, 2010. Eliel Rodrigues atuou como titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e como suplente da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

²⁷³ DIAP, 1988: 376; CPDOC, 2010.

²⁷⁴ CPDOC, 2010.

empossado em fevereiro de 1987, aos 51 anos de idade²⁷⁵. Com sua emenda sobre o presidencialismo, garantiu a isenção de impostos para sua gravadora. Lensen absteve-se na votação quanto ao tabelamento dos juros, mas apoiou a UDR, votando contra a reforma agrária²⁷⁶. Após a promulgação da nova Carta Constitucional em 5 de outubro de 1988, Lensen passou a exercer o mandato ordinário e integrou-se à *Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática*. Nas eleições de outubro de 1990, reelegeu-se na legenda do *Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)*²⁷⁷.

Finalmente, com o estudo da trajetória político-partidária do presbiteriano Rubem Branquinho concluiu-se a análise biográfica dos parlamentares evangélicos de centro-direita alinhados ao *Centrão*.

O bancário e latifundiário presbiteriano Rubem Soares Branquinho nasceu em Carmo do Parnaíba, Estado de Minas Gerais, no dia 15 de junho de 1944. Ingressou no funcionalismo público em 1964 como auxiliar legislativo no Distrito Federal. Em 1970, formou-se em Engenharia Civil pela *Universidade de Brasília (UNB)* deixando o serviço público no ano seguinte. Entre 1979 e 1980 foi diretor da administração regional de Taguatinga, no Distrito Federal. Em 1983 transferiu-se para o Acre, onde ocupou, durante o governo de Nabor Júnior (1983-1986), do *Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)*, a *Secretaria de Transportes*. Apoiado pelos setores de transportes da *Amazônia Ocidental* e pela *União Democrática Ruralista (UDR)*, entidade que reunia grandes proprietários de terras, saiu-se vitorioso nas eleições para deputado constituinte²⁷⁸.

Assumindo o mandato em 1987, aos 44 anos, Branquinho atuou na Constituinte integrando, como titular e primeiro vice-presidente, a *Subcomissão do Poder Legislativo*, da *Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo* e, como suplente, a *Subcomissão do Sistema Financeiro* da *Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças*. Seus adversários colocaram sob suspeita sua considerável fortuna, distribuída entre enormes plantações e latifúndios, construída

²⁷⁵ CPDOC, 2010. Na Constituinte atuou como titular da subcomissão da Família, do Menor e do Idoso; da Comissão da Família, Educação, Cultura e Esportes; da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e suplente da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher.

²⁷⁶ DIAP, 1988: 376.

²⁷⁷ CPDOC, 2010.

²⁷⁸ Câmara dos Deputados, 2017a.

desde sua chegada ao Acre²⁷⁹. Sendo um dos articuladores do *Centrão*, grupo que reunia deputados conservadores na Constituinte, atou defendendo a iniciativa privada e se posicionando contrário aos direitos sociais dos trabalhadores assim como a participação popular na ANC além do mandato de segurança coletiva. Divergiu do Centrão apenas no que dizia respeito à definição da empresa nacional e notabilizou-se pela sua forte atuação contra os interesses indígenas²⁸⁰.

Após a promulgação da nova Constituição em 5 de outubro de 1988, continuou a exercer o seu mandato ordinário. Transferindo-se para o *Partido Liberal* (PL), no pleito de outubro de 1990 concorreu ao governo do estado na legenda da coligação comandada pelo seu partido, mas foi derrotado por Edmundo Pinto, candidato do *Partido Democrático Social* (PDS), ficando na quarta colocação. Rubem Branquinho permaneceu na Câmara dos Deputados até o fim de janeiro de 1991, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura. Desde então, passou a se dedicar às suas atividades empresariais, notadamente da *Construtora Palissander Ltda.* e de um bar de luxo. Desde 2009, residia na capital federal onde tornou-se conselheiro da *Associação Comercial de Brasília*²⁸¹.

B. Parlamentares evangélicos de Centro-Direita não alinhados ao Centrão

O próximo grupo analisado constitui-se dos deputados constituintes evangélicos possuindo uma ideologia político-partidária de centro-direita, porém não alinhada ao *Centrão*. Compuseram este segmento confessional protestante os batistas Edvaldo Holanda, do *Partido Liberal* (PL) e Roberto Vital (PTB); Gidel Dantas (PMDB), da autônoma Igreja de Cristo; Roberto Augusto Lopes (PTB), único representante da *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD) /Igreja de Nova Vida e o assembleiano Salatiel Carvalho (PFL).

O paraibano batista Edvaldo Holanda Braga foi eleito 1º suplente à Constituinte pelo seu partido (PL), quando contava com 43 anos de idade. Contudo, chegou a participar da ANC substituindo Sarney Filho que se licenciou da Câmara a partir de 5 de maio de 1988. Ausentou-se praticamente de todas as sessões de votação na Câmara dos Deputados, com exceção do apoio aos cinco anos para

²⁷⁹ CPDOC, 2010.

²⁸⁰ DIAP, 1988: 58.

²⁸¹ CPDOC, 2010.

Sarney e contra a reforma agrária, votando nessas matérias com a UDR. Além disso, também votou a favor do tabelamento de juros em represália ao banqueiro Ronaldo César Coelho, que tinha votado a favor da reforma agrária²⁸².

Edivaldo de Holanda Braga era cantor da igreja batista. Nasceu em Antenor Navarro, Estado da Paraíba, no dia 31 de dezembro de 1946. Graduiu-se em Direito pela *Universidade Federal do Maranhão* (UFMA) e em Administração Pública Governamental, pela *Universidade de Coral Gable*, na Flórida, Estados Unidos²⁸³.

Holanda iniciou a carreira político-partidária filiando-se à *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), partido de sustentação do regime militar instaurado no país em abril de 1964, sob cuja legenda elegeu-se vereador de São Luís, em novembro de 1976. Presidente da *Comissão de Justiça* e da própria Câmara Municipal, com o fim do bipartidarismo, em novembro de 1979, e a consequente reorganização do quadro partidário, filiou-se no ano seguinte ao *Partido Democrático Social* (PDS), sucessor da Arena. Em virtude da prorrogação dos mandatos para que todas as eleições se realizassem no mesmo período, Edivaldo Holanda ganhou mais dois anos no Legislativo da capital maranhense.

Em novembro de 1982, elegeu-se deputado estadual. Líder do governo na Assembleia Legislativa, compôs a bancada do Maranhão que participou do Colégio Eleitoral reunido em 15 de janeiro de 1985. Edivaldo Holanda votou no candidato da oposição, Tancredo Neves, eleito pela *Aliança Democrática*, uma união dos partidos de oposição, com exceção do *Partido dos Trabalhadores* (PT), liderados pelo PMDB, com a dissidência do *Partido Democrático Social* (PDS) abrigada na *Frente Liberal*. Com o surgimento do *Partido da Frente Liberal* (PFL) em janeiro de 1985, Holanda filiou-se à nova legenda, licenciando-se da Assembleia em março seguinte para assumir o cargo de secretário-chefe da Casa Civil do governo de Luís Rocha (1983-1987). Desincompatibilizou-se do cargo em maio de 1986, quando concorreu a uma cadeira na Câmara dos Deputados no pleito de novembro. Tendo obtido a primeira suplência, e já filiado ao *Partido Liberal* (PL), assumiu o mandato na vaga de Sarney Filho (PFL-MA), exercendo-o de 5 de maio a 22 de

²⁸² DIAP, 1988: 219.

²⁸³ Câmara dos Deputados, 2017a.

agosto de 1988²⁸⁴.

Licenciado para concorrer à prefeitura de São Luís, deixou a vaga para o suplente Mauro de Alencar Fecury. Homologada a sua candidatura pelo PL, coligado ao *Partido Democrata Cristão* (PDC), em novembro de 1988 foi derrotado por Jackson Lago, candidato do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT). Em outubro de 1992, filiado ao *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB) e como candidato a vice-prefeito na chapa encabeçada pelo deputado Jaime Santana, foi novamente derrotado por Conceição Andrade, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Assessor político da prefeitura da capital maranhense de janeiro a março de 1993, foi nomeado para a presidência do *Instituto de Previdência do Município* e, em março de 1994, para a *Secretaria de Governo*, onde permaneceu até o término da gestão de Conceição Andrade, em 1º de janeiro de 1997²⁸⁵.

Afastando-se temporariamente da política, abriu uma franchising de comida nordestina em São Luís. Em outubro de 2004, candidatou-se novamente à prefeitura de São Luís pelo *Partido Trabalhista Cristão* (PTC). Com apenas 3,03% dos votos válidos, não conseguiu se eleger no pleito vencido por Tadeu Palácio, do PDT. Candidato pela segunda vez ao Legislativo estadual nas eleições de outubro de 2006, Edivaldo Holanda foi eleito deputado pelo PTC com 14.023 votos, sendo empossado no cargo em fevereiro seguinte. Em 2010, Holanda tentou a reeleição no legislativo municipal sem obter êxito. Contudo, em 2014, disputou novamente as eleições sendo eleito deputado estadual para a legislatura 2015-2023²⁸⁶.

O médico e membro da Igreja Batista Renovada Roberto Vital Ferreira teve uma atuação fraca na Constituinte e marcadamente conservadora nas comissões e subcomissões que integrou. Nasceu em Ituiutaba, Minas Gerais, no dia 7 de novembro de 1949. Em 1969, concluiu seus estudos secundários no Colégio Batista Mineiro, de Belo Horizonte. Filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar, formou-se em medicina pela *Faculdade de Ciências Médicas* de Minas Gerais, também na capital, no ano de 1979. Com a extinção do bipartidarismo em novembro desse ano e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao *Partido Popular* (PP), agremiação liderada por

²⁸⁴ CPDOC, 2010.

²⁸⁵ CPDOC, 2010.

²⁸⁶ CPDOC, 2010.

Tancredo de Almeida Neves e José de Magalhães Pinto. Foi membro do PP até março de 1982, quando a legenda foi incorporada ao *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), agremiação partidária que aglutinou os remanescentes do MDB, pela qual disputou uma cadeira de vereador em Belo Horizonte no pleito de novembro de 1982. Durante o mandato, foi presidente da *Comissão de Saúde* e da mesa da Câmara Municipal no biênio 1984-1986 e ainda presidente do conselho fiscal do Hospital Municipal Odilon Behrings, na capital mineira, como representante da Câmara²⁸⁷.

Em novembro de 1986, Roberto Vital disputou uma vaga para a Câmara dos Deputados pelo mesmo Estado e partido. Eleito deputado federal constituinte com o apoio dos segmentos evangélicos, renunciou ao mandato de vereador, sendo empossado como deputado federal em fevereiro de 1987, aos 38 anos de idade. Vital se ausentou nas votações do primeiro turno durante os trabalhos da *Assembleia Nacional Constituinte* e, no segundo, votou contra a reforma agrária. No plano econômico, ausentou-se na votação da empresa nacional. Contudo, manifestou-se contra a limitação do direito de propriedade privada, a jornada semanal de 40 horas, a estatização do sistema financeiro e a desapropriação da propriedade produtiva. Votou a favor do mandato de segurança coletivo, da proteção ao emprego contra demissão sem justa causa, do turno ininterrupto de seis horas, da pluralidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, da nacionalização do subsolo e do mandato de cinco anos para José Sarney²⁸⁸.

Tentou a reeleição em outubro de 1990, pela legenda do *Partido da Reconstrução Nacional* (PRN) — agremiação pela qual Fernando Collor de Melo se elegera presidente da República em dezembro do ano anterior — mas não teve êxito, deixando a Câmara dos Deputados no fim da legislatura em janeiro de 1991. No pleito municipal de outubro de 1992, tentou uma vaga na Câmara Municipal da capital mineira, pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas não se elegeu. Em 1996, ingressou no Partido da Frente Liberal e se tornou secretário do diretório municipal da agremiação em Belo Horizonte. Em 2000, candidatou-se a vice-prefeito de Belo Horizonte na chapa encabeçada por Júlio César Gomes dos

²⁸⁷ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁸⁸ DIAP, 1988: 309. CPDOC, 2010.

Santos, conhecido como Cabo Júlio, contudo renunciou antes do pleito. Nas eleições de 2002 tentou se eleger deputado federal, sempre pelo PFL, mas não obteve êxito²⁸⁹.

Gidel Dantas de Queirós, pastor da *Igreja de Cristo*, foi um líder evangélico que, a exemplo da *Igreja Assembleia de Deus*, chegou à Constituinte instrumentalizando as redes de sociabilidades protestantes de seu Estado visando atingir seu objetivo político. Dantas nasceu em Caraúbas, Estado do Ceará no dia 17 de março de 1935. Entre 1960 a 1964 foi secretário-executivo da prestigiosa *Confederação Evangélica do Brasil* (CEB), região Ceará e Piauí e, entre 1964 e 1968, foi superintendente da regional Norte/Nordeste do *Church World Service* (CWS). Em 1968, ingressou no curso de direito da Faculdade de Direito de Fortaleza, abandonando-o no ano seguinte. Em 1971, tornou-se diretor administrativo do Departamento de Trânsito (Detran) do Ceará. Professor de psicologia pastoral e evangélica na *Igreja de Cristo no Brasil* entre 1974 e 1979, tornou-se, neste último ano, diretor-geral do Detran de seu estado e chefe da 6ª Região Fiscal da Secretaria Estadual de Fazenda, permanecendo em ambas as funções até 1983. Nesse mesmo ano, tornou-se diretor de *Fiscalização* do Estado e chefe de gabinete do secretário de Fazenda, deixando as referidas funções no ano seguinte. Entre 1983 e 1984, foi também diretor-geral do *Patrimônio Histórico* do estado do Ceará²⁹⁰.

Contando com o apoio do governador Gonzaga Mota (1983-1987) e dos segmentos evangélicos, Dantas disputou uma cadeira legislativa como deputado constituinte pelo PMDB, representando o Estado do Ceará nas eleições de 1986. Considerada uma grande surpresa, sua vitória eleitoral deu-se através da soma dos votos de municípios de todo o Estado, inclusive daqueles onde não esteve em campanha. Empossado em Brasília em fevereiro de 1987, aos 53 anos de idade, defendeu-se da acusação de ter feito campanha somente nas igrejas protestantes do Estado declarando que “na Constituinte trabalharei não só para os irmãos evangélicos, mas pela dignidade humana”²⁹¹.

²⁸⁹ CPDOC, 2010.

²⁹⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁹¹ CPDOC, 2010. Gidel Dantas atuou como titular da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica e como suplente da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado.

Nas votações da Constituinte, foi a favor do mandato de segurança coletivo, da proteção ao emprego contra a demissão sem justa causa, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto aos 16 anos, do presidencialismo, da nacionalização do subsolo, da proibição do comércio de sangue, do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e da anistia aos micro e pequenos empresários. Votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, o aborto, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, a jornada semanal de 40 horas, a estatização do sistema financeiro, a limitação dos encargos da dívida externa, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária e a legalização do jogo do bicho. Ausente na votação a respeito da desapropriação da propriedade produtiva para fins de reforma agrária, absteve-se na relativa ao rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial e na que definiu o limite de 12% para os juros reais²⁹². Com a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988, deu continuidade ao exercício de seu mandato ordinário na Câmara dos Deputados, onde permaneceu até janeiro de 1991, ao final da legislatura, sem ter concorrido à reeleição no pleito de outubro do ano anterior.

À exemplo da *Igreja Assembleia de Deus* e da *Igreja de Cristo*, a eleição do “bispo” Roberto Augusto Lopes à 48ª legislatura (1987-1990), marca a conversão da neopentecostal *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD) em grupo de interesse confessional na busca da conquista da cena político-partidária no Brasil. Apesar de conseguir eleger apenas um representante nessa legislatura, o investimento no campo político pagaria seus dividendos nas legislaturas seguintes.

Roberto Augusto Lopes nasceu em Três Lagoas, Estado do Mato Grosso, no dia 21 de maio de 1931. Ainda jovem, iniciou a carreira profissional de jogador de futebol, com passagem pelo *Canto do Rio de Niterói* e *Bangu Atlético Clube*, ambas agremiações futebolísticas do Rio de Janeiro. Logo após encerrar sua carreira no início dos anos 1960, dedicou-se ao diaconato da *Igreja Pentecostal de Nova Vida* de Niterói. Juntamente com Edir Macedo, foi um dos fundadores da *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD), aquela que viria a ser uma das maiores denominações neopentecostais do Brasil. Entre 1978 a 1981, Lopes cursou Teologia pela

²⁹² CPDOC, 2010.

Faculdade de Teologia Evangélica, no Rio de Janeiro. Sagrando-se “bispo”, nos anos de 1981 e 1983 representou a Universal em viagens a Jerusalém, em Israel. De volta ao Rio em 1984, ocupou por dois anos o cargo de vice-reitor da Faculdade Teológica Universal do Reino de Deus, no Rio de Janeiro. Como radialista, apresentou um programa religioso diário na rádio Copacabana do Rio de Janeiro, no qual combatia as outras religiões, sobretudo o espiritismo, além de participar do programa *Despertar da Fé*, transmitido diariamente pela TV Bandeirantes²⁹³.

Filiado ao *Partido Democrático Social* (PDS), transferiu-se mais tarde para o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), em cuja legenda candidatou-se, em novembro de 1986, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) pelo Rio de Janeiro. Eleito com mais de 54 mil votos, foi o deputado mais votado de seu partido. Empossado em fevereiro de 1987, aos 57 anos, rompeu com a IURD neste ano e retomou o pastorado da *Igreja Pentecostal de Nova Vida*²⁹⁴.

Durante os trabalhos da Constituinte, votou contra o rompimento de relações diplomáticas com países de orientação racista, a pena de morte, a limitação do direito de propriedade, a legalização do aborto, a estabilidade no emprego, a legalização do jogo do bicho e a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, e com a UDR contra a reforma agrária. Pronunciou-se a favor do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da manutenção da unicidade sindical, da adoção do voto facultativo aos 16 anos, da nacionalização do subsolo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Não tendo concorrido à reeleição em outubro de 1990, concluiu o mandato em janeiro de 1991. Abandonando a carreira política, continuou exercendo as atividades de bispo da Igreja de Nova Vida²⁹⁵.

Finalmente, com a trajetória política do assembleiano Salatiel Carvalho (PFL), se encerra o estudo do perfil ideológico dos parlamentares evangélicos de centro-direita, porém não alinhados ao *Centrão*.

O engenheiro elétrico e membro da *Igreja Assembleia de Deus* Salatiel Sousa Carvalho nasceu em Bacabal, Estado do Maranhão, no dia 5 de abril de 1954. Ingressou no curso de engenharia elétrica da *Universidade Federal de*

²⁹³ Câmara dos Deputados, 2017a. CPDOC, 2010.

²⁹⁴ CPDOC, 2010. Na Constituinte, Roberto Augusto Lopes atuou como primeiro-vice-presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; e membro suplente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social.

²⁹⁵ CPDOC, 2010. DIAP, 1988: 527.

Pernambuco em 1974, graduando-se quatro anos depois. Foi diretor do *Educandário Evangélico Neusa Rodrigues*, em Pernambuco, entre 1974 e 1979. Em 1980, foi contratado como engenheiro de obras da *Asa Engenharia Ltda.*, na cidade de Teresina. De 1980 a 1981 foi engenheiro responsável técnico da empresa Engenharia, Comércio e Indústria Ltda. (ECOL), em Maceió, e em seguida ingressou na Companhia de Eletricidade de Pernambuco (CELPE). Aí exerceu, entre 1982 e 1986, o cargo de gerente regional de operações²⁹⁶.

Sem experiência político-partidária prévia, porém contando com o apoio do grupo de interesse confessional – a *Igreja Assembleia de Deus* - filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL) e candidatou-se a deputado federal constituinte por Pernambuco nas eleições de novembro de 1986. Pastor evangélico, com pouca experiência política, contou ainda com a ajuda da mulher do ex-governador baiano Roberto Santos, também protestante, que o orientou na consolidação de suas bases eleitorais entre a população evangélica. Conservador, ficou conhecido durante a campanha por sua participação no programa eleitoral gratuito no rádio e na televisão. Com um bom desempenho na TV, foi escolhido pelo comando de campanha da *Frente Democrática* para atuar na linha de frente do ataque que essa coligação, formada pelo PFL e pelo Partido Democrático Social (PDS), em apoio ao candidato José Múcio ao governo do Estado, desferiu contra o então candidato do *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), Miguel Arrais. Utilizando-se de um livro escrito por Arrais na década de 1960, afirmou que Arrais defenderia a luta armada como instrumento de conquistas sociais. O fato, embora não tivesse trazido votos para José Múcio, e tivesse provocado a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de suspender o programa do PFL por 24 horas, popularizou-o. Afinal conseguiu uma votação maciça do eleitorado protestante do Estado sendo eleito contando com 39.519 votos. Assumindo o mandato em fevereiro de 1987, aos 34 anos de idade, ausentou-se nas principais votações da Constituinte acerca dos direitos e garantias individuais²⁹⁷.

Com a promulgação da nova Constituição em 5 de outubro de 1988,

²⁹⁶ Câmara dos Deputados, 2017a.

²⁹⁷ CPDOC, 2010. DIAP: 1988, p. 421. Salatiel Carvalho atuou na Constituinte como membro titular da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, da Comissão de Ordem Social, e suplente da Subcomissão dos Municípios e das Regiões, da Comissão da Organização do Estado.

passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, como membro titular da *Comissão Especial sobre Normas Gerais de Proteção à Infância e à Juventude* e sobre o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, entre 1989 e 1990. Ainda nesse último ano foi titular da *Comissão de Minas e Energia* e presidente do *Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos*, além das comissões mistas (Câmara e Senado) de *Orçamento*, e de *Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização* do Congresso Nacional. Em outubro de 1990 reelegeu-se deputado federal, assumindo seu segundo mandato em fevereiro de 1991²⁹⁸.

Embora o perfil conservador contido nas trajetórias político-partidárias dos deputados constituintes evangélicos alinhados e não alinhados ao Centrão tenha sido traçado, bem como suas atuações na Constituinte tenha sido apenas esboçada, por si só elas não explicam as diferenças do comportamento político-ideológico dos evangélicos de centro-direita nos dois segmentos, razão pela qual esta interpretação, bem como a análise dos demais tipos ideais, será feita na seção 3.4. deste estudo. Isto posto, passo ao estudo biográfico dos dois segmentos evangélicos conservadores, porém atuando a partir de uma ideologia política de “centro” alinhado ou não alinhado ao *Centrão*.

C. Parlamentares evangélicos de Centro alinhados ao Centrão

A trajetória político-partidária dos deputados constituintes evangélicos de centro constitui-se uma importante variável explicativa da atuação destes na Constituinte. A ideologia política de centro do *Centrão* foi personificada pelos assembleianos Milton Barbosa (PMDB) e Sotero Cunha (PDC); além do quadrangular Jayme Paliairin (PTB).

O pastor da Igreja Assembleia de Deus Milton João Soares Barbosa nasceu em Itaberaba, Estado da Bahia, no dia 28 de dezembro de 1954. Iniciou sua carreira político-partidária apenas em 1982, filiando-se ao *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB). Kursou direito em Salvador na *Universidade Católica* até 1984 sem, contudo, concluir o curso. Contando com o apoio das bases religiosas da *Assembleia de Deus* elegeu-se deputado federal constituinte em novembro de 1986, tomando posse em fevereiro do ano seguinte, quando tiveram

²⁹⁸ CPDOC, 2010.

início os trabalhos da *Assembleia Nacional Constituinte*, aos 34 anos de idade. Barbosa seria reeleito consecutivamente até 2009²⁹⁹. Em 1988, transferiu-se para o *Partido da Frente Liberal* (PFL). Apesar de ter definido sua atuação na Constituinte como de centro-esquerda e se dizer defensor de uma reforma agrária radical, foi signatário do *Centrão* e votou com a UDR contra a reforma agrária. Após a promulgação da nova Carta Constitucional em 5 de outubro de 1988, voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários na Câmara dos Deputados³⁰⁰.

O pastor da Igreja Assembleia de Deus *Altomires Sotero da Cunha* (PDC), nasceu em Natal no dia 7 de maio de 1926. Embora tenha sido ordenado pastor assembleiano em 1962, foi apenas em 1973 que realizou o curso teológico regular e intensivo formando-se ainda neste ano em Comunicação pela Escola Assis Chateaubriand e, em 1977, em Direito, pela Faculdade de Valença, ambas instituições de ensino localizadas no Rio de Janeiro. Em 1979 fez o curso de atualização em Direito do Trabalho, na *Fundação Padre Ibiapina*, em Natal. Tornou-se empresário e passou a gerir a *Rádio Continental*, a cadeia de lojas de tecidos *Cunhatex Ltda.*, além de uma frota de transporte de carga, a *ASO Transportes*, todas de sua propriedade³⁰¹.

Sem possuir experiência prévia, a carreira político-partidária iniciou-se com a eleição de deputado federal constituinte pelo estado do Rio de Janeiro em novembro de 1986, na legenda do *Partido Democrata Cristão* (PDC), tendo como base eleitoral as sociabilidades religiosas das Assembleias de Deus, sendo empossado em fevereiro do ano seguinte, aos 62 anos de idade³⁰². Alinhado ao *Centrão*, sua atuação na Constituinte favoreceu o governo, por exemplo, na votação favorável aos cinco anos para Sarney; porém, manifestou-se favorável à participação popular no processo legislativo e ao direito de voto aos 16 anos³⁰³.

Com a promulgação da nova Carta em 5 de outubro de 1988, passou a

²⁹⁹ Câmara dos Deputados, 2017a. DIAP, 1988: 126. Na Constituinte, João Soares Barbosa atuou como membro titular da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e, como suplente, da Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios da Comissão da Organização do Estado.

³⁰⁰ DIAP, 1988: 126; CPDOC, 2010.

³⁰¹ Câmara dos Deputados, 2017a.

³⁰² CPDOC, 2010. Na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), Sotero Cunha atuou nos trabalhos de elaboração da nova Carta como titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e como suplente da Comissão de Sistematização.

³⁰³ DIAP, 1988: 534.

exercer apenas o mandato ordinário. Em outubro de 1990 candidatou-se à reeleição, obtendo apenas a primeira suplência da legenda. Em outubro de 1994, candidatou-se a deputado estadual na legenda do *Partido Progressista Reformador* (PPR). Durante a apuração dos resultados, foi acusado de envolvimento num esquema de compra de votos que, ao ser descoberto, determinou a anulação do pleito. Admitiu ter sido procurado pela grega Maria Stavirinou, que supostamente teria lhe oferecido uma determinada quantidade de votos para garantir sua eleição. Também afirmou ser amigo do escrutinador que havia sido preso por ter alterado um mapa de votação em seu favor. Com base nesses dados e no depoimento do escrutinador, foi pedida a prisão preventiva de Sotero da Cunha. Detido pela Polícia Federal em 25 de novembro de 1994, foi acusado de crime eleitoral. Libertado três meses depois, afastou-se das atividades políticas. Em 1999, depois de ter vendido algumas de suas empresas, alugou a Rádio Continental para a *Igreja Deus é Amor*. Em outubro de 2002, candidatou-se pelo Rio de Janeiro na legenda do Partido Social Cristão (PSC) e obteve uma suplência³⁰⁴.

D. Parlamentares evangélicos de Centro não alinhados ao Centrão

O pastor da pentecostal *Igreja Assembleia de Deus* Manuel Moreira, PMDB, apesar de conservador, atuou na Constituinte em sintonia com a postura de centro do espectro ideológico-partidário agindo, porém, independentemente do *Centrão*.

Pastor, militar e economista, Manuel Moreira de Araújo Filho nasceu em Vitorino Freire, Estado do Mato Grosso, no dia 28 de agosto de 1949. Após transferir-se à Campinas, São Paulo, ingressou no curso de Economia da *Pontifícia Universidade Católica* (PUCCAMP), em 1974, concluindo o bacharelado em 1978. Já em 1976, iniciou a carreira político-partidária se elegendo ao legislativo municipal pelo *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Entre novembro de 1979 até 1981 foi diretor de finanças da Câmara Municipal de Indaiatuba, São Paulo, quando se licenciou para exercer os cargos de secretário municipal de *Administração* e de *Finanças* em Campinas, nos quais permaneceu até 1982. Ligado ao então senador e governador

³⁰⁴ CPDOC, 2010.

eleito de São Paulo, Franco Montoro (1983-1987), no pleito de novembro de 1982, Manuel Moreira elegeu-se deputado estadual por São Paulo, na legenda do PMDB³⁰⁵.

Militar de formação participou, em 1985, do *I Congresso Ibero-Americano* sobre Forças Armadas promovido pela *Associação Internacional de Sociologia* no Instituto de Cooperação Ibero-Americana em Madri, Espanha. Contando com o apoio das sociabilidades religiosas assembleianas, principalmente na cidade de Campinas, sua base eleitoral, nas eleições de novembro de 1986 conquistou uma vaga de deputado federal constituinte, tendo assumido o cargo em 1º de fevereiro de 1987, aos 39 anos de idade³⁰⁶. Durante a Constituinte, Manoel Moreira manifestou-se a favor do sistema de governo presidencialista, votou a favor dos cinco anos para Sarney e, principalmente, foi favorável à reforma agrária³⁰⁷.

Após a promulgação da nova Carta Constitucional em 5 de outubro de 1988 voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários na Câmara dos Deputados, como vice-líder do PMDB, membro titular das comissões de *Defesa Nacional* e de *Trabalho, Administração e Serviço Público* e da *Comissão Mista do Orçamento*. Não conseguiu eleger-se prefeito de Campinas em novembro de 1988, mas foi reeleito deputado federal em outubro de 1990³⁰⁸.

E. Parlamentares evangélicos Nacionalistas alinhados ao *Centrão*

Embora vários parlamentares evangélicos definissem suas posições durante os trabalhos na Constituinte como nacionalista, notadamente atuando a favor da defesa da proteção da empresa nacional, mas igualmente da nacionalização do subsolo entre outras, dois representantes da *Igreja Assembleia de Deus* tipificam a postura ideológico-partidária nacionalista e alinhada ao *Centrão*, quais seja: o advogado Costa Ferreira (PFL) e o pastor João de Deus (PDT).

O pastor da Igreja Assembleia de Deus Antônio da Conceição Costa

³⁰⁵ Câmara dos Deputados, 2017a.

³⁰⁶ Câmara dos Deputados, 2017a. Na Constituinte Manoel Moreira atuou como titular da Comissão de Sistematização e suplente da Subcomissão do Poder Executivo da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

³⁰⁷ DIAP, 1988: 627.

³⁰⁸ CPDOC, 2010. Durante o mandato no legislativo estadual Manoel Moreira atuou como líder do governo e da bancada, vice-líder do governo, titular das Comissões de Administração Pública, de Fiscalização e Controle da Administração Direta e Indireta, de Cultura, Ciência e Tecnologia e de Sistematização; e presidente da Comissão de Economia e Planejamento da Assembleia Legislativa.

Ferreira nasceu em Guimarães, Estado do Maranhão no dia 28 de julho de 1939. Em 1970, ingressou na Faculdade de Direito da *Universidade Federal do Maranhão*, em São Luís, pela qual se bacharelou em 1975. Cursou ainda Ciências Sociais e Introdução à Ciência Política, ambas na *Universidade de Brasília* (UNB)³⁰⁹.

Costa Ferreira iniciou a carreira político-partidária se filiando na *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), o partido do regime militar, em cuja legenda se elegeu vereador em São Luís, no pleito de novembro de 1976; assumindo seu mandato na Câmara Municipal da capital maranhense em fevereiro de 1977, tornou-se líder do partido. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se no ano seguinte ao *Partido Democrático Social* (PDS), que sucedeu a Arena no apoio ao governo. Devido à prorrogação dos mandatos dos prefeitos e vereadores, para que as eleições municipais fossem realizadas em período diferente das demais, acabou cumprindo mais dois anos no Legislativo municipal. Reelegeu-se no pleito de novembro de 1982, iniciando novo período no legislativo municipal, em fevereiro do ano seguinte³¹⁰.

Em 1985, Costa Ferreira deixou o PDS e filiou-se ao *Partido da Frente Liberal* (PFL). Nas eleições de novembro do ano seguinte foi eleito deputado federal constituinte pelo Maranhão em sua nova legenda, assumiu o mandato na Constituinte em 1º de fevereiro de 1987, aos 49 anos de idade³¹¹. Com perfil conservador e atuação fortemente de conotação nacionalista, Costa Ferreira votou a favor da proposta do regimento do *Centrão* e dos cinco anos à Sarney. Votou contra a participação popular no processo de formulação de leis e votou com a UDR contra a reforma agrária³¹².

Após a promulgação da nova Carta em 5 de outubro de 1988, passou a exercer somente o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, onde, no ano seguinte, tornou-se titular das comissões de *Constituição e Justiça* e de *Redação e*

³⁰⁹ Câmara dos Deputados, 2017a.

³¹⁰ Câmara dos Deputados, 2017a. Na Câmara Municipal Costa Ferreira foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

³¹¹ CPDOC, 2010. Na Assembleia Nacional Constituinte, Costa Ferreira atuou como titular na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e, como suplente, na Subcomissão do Poder Executivo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

³¹² DIAP, 1988: 216.

de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, e suplente das comissões de Agricultura e Política Rural e de Transportes. Em 1990 integrou, como titular, a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e, como suplente, a Comissão de Economia, Indústria e Comércio. Em outubro desse ano reelegeu-se deputado federal, iniciando novo período legislativo em fevereiro do ano seguinte. Tornou-se membro titular da Comissão de Relações Exteriores ³¹³.

O pastor assembleiano, *João de Deus Antunes* (PDT), nasceu em Santo Ângelo, RS, em 24 de junho de 1943. Em 1972, iniciou curso na *Faculdade de Direito Santo Ângelo*, graduando-se em 1977. Tornou-se delegado de polícia em Porto Alegre, cargo que ocupou entre 1975 e 1986. Além de delegado, exerceu o pastorado da igreja Assembleia de Deus juntamente como o ofício de marceneiro.

Iniciou a carreira política apenas em novembro de 1986, quando elegeu-se deputado federal constituinte tendo sido o mais votado na legenda do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT). Empossado em fevereiro seguinte, tornou-se membro titular da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; e suplente da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Promulgada a nova Constituição em outubro de 1988, continuou exercendo seu mandato ordinário na Câmara dos Deputados. Ainda neste mesmo ano, rompendo com o presidente nacional de seu partido, Leonel Brizola, Antunes ingressou no *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), ligando-se à *União Democrática Ruralista* (UDR) e ao *Centrão*, grupo suprapartidário de orientação conservadora formado durante a Constituinte. Entre 1989 e 1990, integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada no Congresso Nacional para analisar o programa autônomo de energia nuclear brasileiro (“programa paralelo”). Também no ano de 1990, foi membro da *Comissão Mista de Orçamento do Congresso* e transferiu-se do PTB para o *Partido Democrático Social* (PDS). Participou, ainda nessa legislatura, da *Comissão de Relações Exteriores, de Finanças e Tributação*. Conseguiu reeleger-se deputado federal em 1990 pelo

³¹³ CPDOC, 2010.

PDS³¹⁴.

F. Parlamentares evangélicos Nacionalistas não alinhados ao *Centrão*

Os deputados constituintes evangélicos deste segmento possuem duas variáveis importantes em seus perfis para a análise posterior do comportamento político-partidário que os guiaram durante a Constituinte: apesar de serem todos filiados ao PMDB, eram conservadores e assumiram posturas marcadamente nacionalistas nas votações da Câmara, embora se distinguissem do grupo anterior e alinhado ao *Centrão*. Os representantes evangélicos que assumiram este perfil ideológico nacionalista foram: o assembleiano José Viana; o presbiteriano Lézio Sathler; o quadrangular Mário de Oliveira e o pentecostal Naphtali Alves de Sousa, da Igreja Cristã Evangélica.

O pastor assembleiano *José Viana dos Santos* possuía experiência público-administrativa prévia antes de se eleger à Constituinte. Viana nasceu em Barra do Mendes, no Estado da Bahia, em 9 de junho de 1928. Após transferir-se para São Paulo em 1949, formou-se em Ciências Contábeis, em 1954, pela *Escola Técnica de Comércio Frederico Glozanan*. Ainda nesse ano, mudou-se para Nortelândia, cidade do Estado do Mato Grosso, onde passou a trabalhar num cartório de registro civil e num escritório de contabilidade. Em 1957, tornou-se escrivão na delegacia e, posteriormente, delegado, cargo que ocupou durante alguns anos. Depois de residir em outros municípios de Mato Grosso por curtos espaços de tempo, fixou-se, em 1963, em Dom Aquino, onde instalou um escritório de contabilidade³¹⁵.

Com a instauração do regime militar em abril do ano seguinte, foi levado para o 16º BC de Cuiabá, ficando preso para averiguação durante 18 dias. Livre de qualquer acusação, permaneceu no exercício de suas atividades durante os anos seguintes, instalando, inclusive, um novo escritório de contabilidade em Jaciara. Em 1972, transferiu-se para Rondônia, palco de disputas de terras naquela época. Denunciando o assassinato de posseiros na região e opondo-se a Teodorico Gaíva, governador do território – Rondônia só se transformaria em Estado em dezembro de 1981 –, filiou-se em 1974 ao *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), partido de

³¹⁴ CPDOC, 2010.

³¹⁵ Câmara dos Deputados, 2017a.

oposição ao regime militar. Depois de tornar-se primeiro-secretário do partido, elegeu-se vereador em Porto Velho em novembro de 1976, participando dos trabalhos legislativos como primeiro-secretário e presidente da Câmara. Em novembro de 1982, disputou a prefeitura de Ji-Paraná pelo *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), herdeiro do MDB, mas não conseguiu eleger-se. Devido à prorrogação dos mandatos municipais em 1980 – para que houvesse coincidência entre os mandatos estaduais e municipais, tanto no Executivo como no Legislativo –, permaneceu na vereança de Porto Velho até o início de 1983³¹⁶.

Já atuando como pastor pentecostal conseguiu eleger-se deputado federal constituinte em novembro de 1986, contando com o apoio da Igreja Assembleia de Deus e de outras igrejas evangélicas; assumiu o mandato de deputado constituinte em fevereiro do ano seguinte, aos 60 anos de idade ³¹⁷. Durante os trabalhos da Constituinte, ausentou-se nas votações das licenças maternidade e paternidade e votou a favor da proteção da empresa nacional e da nacionalização do subsolo além de votar favorável aos 5 anos para Sarney³¹⁸.

Com a promulgação da nova Carta constitucional em 5 de outubro de 1988, passou a exercer o mandato ordinário na Câmara, tornando-se membro da Comissão de Agricultura. Em outubro de 1990, concorreu à reeleição pelo *Partido da Mobilização Nacional* (PMN), obtendo apenas a terceira suplência. Deixou a Câmara em janeiro do ano seguinte, no fim da legislatura. Em seguida, ingressou no *Partido Liberal* (PL), aí permanecendo durante aproximadamente seis meses. Posteriormente, voltou a filiar-se ao *PMDB* e, em 1994, tornou-se membro do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), também por pouco tempo. Ainda em 1994, tornou-se assessor parlamentar da Assembleia Legislativa. Três anos depois, em janeiro de 1997, foi nomeado ouvidor de Ji-Paraná, cargo que exerceu até novembro de 1998. Ainda nesse mês, assumiu, também por nomeação, a direção de Recursos Humanos do município. Em maio do ano seguinte aposentou-se pela Assembleia Legislativa, permanecendo somente com suas funções em Ji-Paraná³¹⁹.

³¹⁶ CPDOC, 2010.

³¹⁷ CPDOC, 2010. José Viana atuou na Assembleia Nacional Constituinte (ANC) como titular da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e suplente da Subcomissão dos Municípios e Regiões, da Comissão da Organização do Estado.

³¹⁸ DIAP, 1988: 543.

³¹⁹ CPDOC, 2010.

O presbiteriano Lézio Gomes Sathler foi outro deputado constituinte que já possuía experiência prévia na administração pública quando se elegeu à 48ª legislatura (1987-1990). Sathler nasceu em Lajinha, Minas Gerais, no dia 2 de setembro de 1951. Exerceu a docência como professor da *Sociedade Educacional* de Colatina, no Estado do Espírito Santo, de 1973 a 1981. Iniciou a carreira político-partidária se filiando ao *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), em 1976. Candidatou-se ao cargo de prefeito de Colatina por essa legenda em novembro de 1982, mas não conseguiu eleger-se. Nesse mesmo ano, concluiu o curso de administração de empresas na Faculdade de Educação dessa cidade³²⁰.

Após bacharelar-se pela *Faculdade de Direito* de Colatina em 1986, exerceu o cargo de diretor-geral do *Departamento Estadual de Trânsito* (DETRAN) do Espírito Santo por indicação do então governador Géron Camata, implantando durante a sua gestão diversos projetos que o tornaram popular, como “O Detran nas escolas” e “O Detran sobre rodas”. Elegeu-se deputado federal constituinte em novembro de 1986 pela legenda peemedebista, assumindo o mandato em fevereiro de 1987, aos 37 anos de idade³²¹.

Nas votações principais da Constituinte, pronunciou-se a favor do rompimento de relações diplomáticas com países com política de discriminação racial, do mandato de segurança coletivo, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da soberania popular, do voto aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa e da criação de um fundo de apoio à reforma agrária. Votou contra a pena de morte, a limitação do direito de propriedade privada, o aborto, o presidencialismo, a estatização do sistema financeiro, o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a anistia aos micro e pequenos empresários, a legalização do jogo do bicho³²².

No início de 1988, participou da Comissão do Sistema Financeiro e Tributário na ANC. Em junho desse ano, ingressou no recém-criado *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), agremiação político-partidária que surgiu a partir da dissidência do PMDB. Com a promulgação da nova Carta Constitucional em 5 de outubro de 1988, voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários da

³²⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

³²¹ CPDOC, 2010. Lézio Sathler atuou, na Constituinte, como titular na Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e foi suplente da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica.

³²² DIAP, 1988: 180.

Câmara dos Deputados, sendo membro titular da Comissão de Agricultura³²³.

No pleito de outubro de 1990, candidatou-se à reeleição na legenda do PSDB, obtendo apenas uma suplência. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1991, ao final da legislatura. Contudo, assumiu e foi efetivado no mandato em 4 de janeiro de 1993, no lugar de Paulo Hartung, empossado no dia 1º na prefeitura de Vitória. Foi favorável às seguintes medidas apresentadas pelo Executivo ao Congresso: criação do imposto de 0,25% sobre transações bancárias, criação de um Fundo Social de Emergência (FSE), que permitiria ao governo retirar recursos de áreas como saúde e educação e fim do voto obrigatório. Entre 1993 e 1994, foi membro efetivo da Comissão de Viação e Transportes na Câmara dos Deputados. No Congresso Nacional, participou da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em 1994.

Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1995, ao final da legislatura, sem ter concorrido à reeleição em outubro do ano anterior. Posteriormente, exerceu o cargo de delegado regional do Ministério da Educação no Espírito Santo e, em janeiro de 1999, foi nomeado pelo governador recém-empossado, José Inácio Ferreira, diretor do Detran capixaba. Em 2001, ainda durante o governo de José Inácio, Sathler chegou a assumir a secretaria da Casa Civil³²⁴.

O engenheiro civil e pentecostal Naphtali Alves, foi outro político evangélico que já possuía experiência no executivo municipal antes de se eleger deputado constituinte na 48ª legislatura na Câmara dos Deputados em 1982. Porém, ascendeu na carreira política contando com o auxílio do parente ilustre, das sociabilidades religiosas além de grupos de interesse do setor público e privado. Alves nasceu em Morrinhos, Estado de Goiás, no dia 3 de novembro de 1940. Coursou engenharia civil na *Universidade Federal de Goiás* (UFG) de 1965 a 1970. Nesse período presidiu a *Frente Legalista dos Estudantes Goianos*³²⁵.

Naphtali Alves de Souza iniciou a carreira político-partidária ainda em 1977, elegendendo-se prefeito de Morrinhos pela legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido de sustentação do regime militar instaurado no país em

³²³ CPDOC, 2010.

³²⁴ CPDOC, 2010.

³²⁵ Câmara dos Deputados, 2017a.

abril de 1964. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979, e a posterior reorganização partidária, filiou-se ao Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena³²⁶. Sendo primo do peemedebista e evangélico Íris Rezende, então governador do Estado de Goiás, Alves ingressou no PMDB logo após deixar a prefeitura, em março de 1983. Nomeado diretor do Consórcio Rodoviário Intermunicipal, o cargo lhe permitiu granjear a simpatia de diversos prefeitos do interior do Estado e de empreiteiras e construtoras de estradas vicinais. Contando com o apoio destes e de um irmão que ocupava o cargo de diretor do Agrobanco, Naphtali Alves se elegeu deputado federal constituinte assumindo o mandato em 1987, aos 47 anos de idade³²⁷.

A atuação de Naphtali Alves de Souza na Constituinte priorizou as questões regionais, como a criação do Estado de Tocantins e a construção da Ferrovia Norte-Sul. Votou contra a nacionalização do subsolo mas posicionou-se a favor à proteção da empresa nacional e ao tabelamento de juros. Votou contra o rompimento de relações diplomáticas com países que praticassem políticas de discriminação racial, a pena de morte, a limitação do direito de propriedade, a estatização do sistema financeiro, a proibição do comércio de sangue, a criação de um fundo de apoio à reforma agrária, a desapropriação da propriedade produtiva, a pluralidade sindical, o turno ininterrupto de seis horas, a jornada semanal de 40 horas, a demissão sem justa causa, a legalização do jogo do bicho, a anistia aos micro e pequenos empresários. Foi favorável à soberania popular, ao mandato de segurança coletivo, o voto facultativo aos 16 anos. Além disso, votou a favor do presidencialismo e do mandato de cinco anos para o então presidente José Sarney³²⁸.

Com a promulgação da nova Carta Constitucional em 5 de outubro de 1988, voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários da Câmara dos Deputados como titular das comissões de *Serviço Público e de Relações Exteriores*, e como suplente da Comissão de *Transportes*. Em outubro de 1990, reeleito pela legenda do PMDB, licenciou-se do mandato para assumir a *Secretaria de*

³²⁶ Câmara dos Deputados, 2017a.

³²⁷ CPDOC, 2010. Naphtali Alves atuou na Constituinte como titular da Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, na Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e, como suplente, na Subcomissão dos Estados, da Comissão da Organização do Estado.

³²⁸ DIAP, 1988: 205. CPDOC, 2010.

Transportes de Goiás, na gestão de Íris Resende, sendo substituído de março de 1991 a março de 1994 pelo suplente, o evangélico Antônio de Jesus (PMDB), da *Igreja Assembleia de Deus*.

No pleito de outubro de 1994, Alves elegeu-se vice-governador de Goiás na chapa encabeçada por Maguito Vilela, tomando posse em janeiro de 1995. Sua vaga foi ocupada por Luís Soyer. Três anos depois, Maguito Vilela licenciou-se para concorrer a uma vaga no Senado. Na qualidade de vice, Naftali Alves de Sousa assumiu o governo em 4 de maio, permanecendo no cargo até 3 de novembro de 1998. Durante sua curta gestão, foi acusado de abuso de poder em uma ação de investigação judicial eleitoral, juntamente com Humberto de Freitas Machado, então prefeito de Jataí, José Luiz Vieira, secretário de estado, o governador licenciado Maguito Vilela e a candidata à deputada estadual Cilene Maria de Moraes Guimarães. A investigação, promovida pelo *Tribunal Regional Eleitoral (TRE)* de Goiás, apurou que houve distribuição de bens e oferta de serviços sociais por intermédio da Secretaria de Estado da Solidariedade Humana em benefício da coligação *Goiás Rumo ao Futuro* e do PMDB, e a entrega de *kits* para a construção de casas em comício realizado em Jataí. Ao deixar o governo, foi nomeado conselheiro do *Tribunal de Contas do Estado (TCE)*. Em 2001, após recurso ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os acusados conseguiram evitar a sanção decretada pelo TRE de Goiás que os tornava inelegíveis nos três anos subsequentes às eleições de 1998. Presidente do TCE entre 2001 e 2004, Naphtali Alves de Souza passou neste último ano a responder pela Corregedoria-Geral do órgão³²⁹.

G. Parlamentares evangélicos de Centro-Esquerda

Embora outros deputados federais constituintes em geral e, evangélicos, em particular, justificassem suas atuações políticas na Constituinte como de centro-esquerda, como tipo ideal entre os evangélicos, ela reflete apenas as posições tomadas pelo presbiteriano unido Celso Dourado.

Celso Loula Dourado nasceu em Irecê, Estado da Bahia, no dia 10 de junho de 1932. Em Campinas, São Paulo, ingressou no prestigioso *Seminário*

³²⁹ CPDOC, 2010.

Presbiteriano do Sul, da *Igreja Presbiteriana do Brasil* (IPB), em 1953, formando-se em teologia em 1957³³⁰. Durante a década de 1950 e a próxima, o SPS foi o centro irradiador do movimento da Teologia da Libertação no Brasil. Sendo influenciado por essa corrente filosófica humanista, Dourado iniciou a carreira político-partidária se elegendo ao legislativo municipal em 1961. Assumindo a vereança na Câmara Municipal de Campo Formoso, Bahia, na legenda do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) em 1961, cumpriu o mandato até 1966. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965, participou ativamente da organização do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Em 1970 e 1971, estudou filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, transferindo-se depois para a Universidade Católica de Salvador, onde fez o curso de licenciatura em filosofia até 1972³³¹.

Com o fim do bipartidarismo em novembro de 1979 e a consequente reorganização do quadro partidário, foi um dos fundadores do Partido Popular (PP), agremiação liderada nacionalmente por Tancredo Neves. Com a incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), agremiação sucessora do MDB, em fevereiro de 1982, filiou-se a esta legenda. Nas eleições de novembro desse ano, apoiou a candidatura de Valdir Pires ao governo da Bahia, a quem era ligado politicamente desde a década de 1960. Em novembro de 1986, foi eleito deputado federal constituinte, tomando posse em fevereiro do ano seguinte, quando se iniciaram os trabalhos da *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC). Empresário rural, professor da área de ciências humanas da Universidade Católica, dono do Colégio Dois de julho, em Salvador, e pastor presbiteriano, contou com os votos dos protestantes e com sua influência na região de Irecê, onde aplicava recursos de organizações mundiais evangélicas em obras sociais, como poços coletivos e sistemas de irrigação para pequenos agricultores. Seus principais compromissos assumidos na campanha eram a reforma agrária e os direitos sociais dos trabalhadores³³².

Participou dos trabalhos constituintes como membro titular da Comissão

³³⁰ Câmara dos Deputados, 2017a.

³³¹ Câmara dos Deputados, 2017a.

³³² CPDOC, 2010.

de Sistematização e suplente da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo. Um dos poucos parlamentares do chamado grupo evangélico da Constituinte com postura progressista, defendeu o aperfeiçoamento da legislação que disciplinava a participação do Estado na economia de mercado e a presença do Estado em setores estratégicos, como o da exploração do subsolo, pronunciando-se contrário à presença de multinacionais na região de Irecê. Com uma prática coerente ao discurso de campanha, votou a favor do rompimento de relações diplomáticas com países de orientação política racista, da jornada de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, do aviso prévio proporcional, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto facultativo aos 16 anos, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, do limite de 12% ao ano para os juros reais, da proibição do comércio de sangue, da limitação dos encargos da dívida externa, da criação de um fundo de apoio à reforma agrária e do aborto. Manifestou-se ainda contra o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, a pena de morte, a remuneração 50% superior para o trabalho extra, o presidencialismo, a anistia aos micro e pequenos empresários e a legalização do jogo do bicho³³³.

Após a promulgação da nova Carta Constitucional em 5 de outubro de 1988, voltou a participar dos trabalhos legislativos ordinários na Câmara dos Deputados. Derrotado na disputa pela reeleição em outubro de 1990, desta vez concorrendo na legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), deixou a Câmara dos Deputados ao final da legislatura, em janeiro de 1991. Em 1997 foi nomeado secretário de Educação de Irecê³³⁴.

H. Parlamentares evangélicos de Esquerda

Os deputados constituintes evangélicos Paulo Delgado, da *Igreja Batista e Benedita da Silva*, da *Igreja Assembleia de Deus*, ambos filiados ao *Partido dos Trabalhadores*, personificaram os políticos de esquerda que atuaram na Constituinte mais em conformidade com sua agremiação partidária do que como representantes de grupos de interesse confessional. Contudo, e além disso, a defesa que ambos assumiram a favor dos movimentos sindicais e populares e, no caso de Benedita da

³³³ DIAP, 1988: 96.

³³⁴ CPDOC, 2010.

Silva, dos direitos das minorias, foram posições que refletiam suas próprias trajetórias políticas no meio sindical, no caso do primeiro, e sendo minoria, no caso da segunda.

O batista Paulo Gabriel Godinho Delgado nasceu em Lima Duarte, Estado de Minas Gerais no dia 28 de dezembro de 1951. Formado em Ciências Sociais pela *Universidade Federal de Juiz de Fora* (MG) em 1976, ainda nesse ano ingressou no Mestrado em Ciências Políticas da *Universidade Federal de Minas Gerais* (UFMG), concluindo a pós-graduação em 1978. Em 1979, foi fundador e vice-presidente da *União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais* (atual SIND-UTE/MG) em Juiz de Fora, e em fevereiro de 1980, participou da fundação do *Partido dos Trabalhadores* (PT). Nos anos seguintes seria membro dos diretórios regional e nacional do partido e secretário de organização da comissão executiva nacional³³⁵.

Em novembro de 1986, Delgado disputou uma cadeira no legislativo federal. Obtendo 44.690 votos, foi o candidato mais votado do PT no Estado e o segundo mais votado dentre todos os partidos de Juiz de Fora. Assumiu o mandato na *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC), aos 37 anos de idade, onde atuou como membro titular da *Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos*, da *Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições*, e suplente da *Subcomissão de Ciência e Tecnologia da Comunicação*, da *Comissão da Família*, da *Educação, Cultura e Esportes*. Foi de sua autoria o projeto do PT sobre a legislação eleitoral e a emenda que ampliou o direito de voto no Brasil a partir dos 16 anos de idade³³⁶.

Em outubro de 1988, recusou a candidatura a prefeito de Juiz de Fora. Em fevereiro de 1989, apresentou requerimento à mesa do Congresso pedindo esclarecimentos sobre o fato de deputados e senadores terem recebido indiscriminadamente uma verba a título de pagamento pelas sessões extraordinárias convocadas para a apreciação do *Plano Verão*, plano econômico do governo de José Sarney (1985-1990), uma vez que cerca de 253 parlamentares teriam faltado às votações. Apresentou também projeto de lei extinguindo progressivamente os

³³⁵ Câmara dos Deputados, 2017a.

³³⁶ DIAP, 1988: 304; CPDOC, 2010. Além de vice-líder do PT, Paulo Delgado atuou na Constituinte como membro titular da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, além de suplente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto e da Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente.

manicômios e regulamentando a internação psiquiátrica compulsória, baseado na experiência do psiquiatra italiano Franco Basaglia, principal responsável pelo fim dos manicômios das cidades de Trieste e Gorizia. Ao elaborar o projeto, recebeu a ajuda do irmão, o psiquiatra Pedro Delgado, defensor dos direitos do paciente mental. O projeto foi aprovado pela Câmara em 1990 e enviado ao Senado. Delgado se reelegeu no pleito de outubro de 1990, mais uma vez como o candidato mais votado do PT em Minas, assumindo novo mandato em fevereiro de 1991³³⁷.

Benedita Sousa da Silva nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 11 de março de 1942. Em seu registro civil, porém, consta como data de nascimento 26 de abril de 1942. De família pobre — seu pai era pedreiro, e sua mãe, lavadeira —, nasceu na favela da praia do Pinto, no bairro do Leblon. Ainda criança, sua família mudou-se para o morro do Chapéu Mangueira, no Leme. Começou a trabalhar na infância, tendo sido vendedora ambulante, empregada doméstica, operária fabril, servente de escola, auxiliar de enfermagem, professora da escola comunitária no Chapéu Mangueira e funcionária do *Departamento Estadual de Trânsito* (Detran) do estado do Rio de Janeiro. Casou-se pela primeira vez aos 16 anos de idade, com Nílton Aldano, com quem teve quatro filhos, dois dos quais mortos ainda recém-nascidos. Em 1972, converteu-se ao protestantismo e ingressou na pentecostal *Igreja Assembleia de Deus*³³⁸.

Em 1976 foi eleita presidente da *Associação de Moradores do Morro do Chapéu Mangueira*, onde participou também do movimento de mulheres. Foi fundadora do departamento feminino da *Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro* (FAFERJ) e do *Centro de Mulheres de Favelas e Periferia* (CEMUF). Na ocasião trabalhava com políticos do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB) alinhados com o governador Chagas Freitas, como o deputado Marcelo Medeiros. Em 1980 tomou parte na fundação do *Partido dos Trabalhadores* (PT), e nessa legenda elegeu-se vereadora no Rio de Janeiro em 1982. Marcou sua campanha eleitoral com o *slogan* “negra, mulher e favelada”, com o qual afirmava suas origens populares e levantava a bandeira de luta contra as discriminações racial, de gênero e social. Viúva desde 1981, casou-se em 1983 com Aguinaldo Bezerra dos Santos, conhecido como Bola, também líder comunitário no morro do

³³⁷ CPDOC, 2010.

³³⁸ CPDOC, 2010.

Chapéu Mangueira, fundador da FAFERJ e militante do PT. Em 1984, formou-se pela *Faculdade de Serviço Social* do Rio de Janeiro³³⁹.

Em novembro de 1986, Benedita elegeu-se deputada federal constituinte na legenda do PT recebendo 27.460 votos. Tomou posse do mandato de deputada constituinte em fevereiro do ano seguinte, aos 46 anos de idade. Eleita para a primeira suplência da mesa diretora da Constituinte, chegou a presidir algumas de suas sessões. Titular da *Subcomissão de Negros, Populações Indígenas e Minorias*, e suplente da *Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais*, da *Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher*, participou da elaboração de diversos artigos do capítulo referente à *Ordem Social* da nova *Constituição*, entre os quais os relativos à demarcação das terras indígenas, à regulamentação da propriedade da terra nas comunidades remanescentes de quilombos e aos direitos trabalhistas de empregadas domésticas³⁴⁰.

Após a aprovação da nova Constituição em 5 de outubro de 1988, passou a exercer o mandato ordinário, tendo atuado na comissão especial sobre normas gerais de proteção à infância e à juventude. Em 1989, fez gestões para compor como vice a chapa do PT às eleições presidenciais daquele ano, encabeçada por Luís Inácio Lula da Silva, então deputado federal por São Paulo. A decisão dos petistas de coligarem-se com outros partidos de esquerda, ao lado da resistência de setores do PT ao seu nome, levou à escolha do senador gaúcho José Paulo Bisol, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), como companheiro de chapa de Lula. Em outubro de 1990 reelegeu-se deputada federal com uma votação superior a 53 mil votos, tendo sido a mais votada do PT fluminense³⁴¹.

I. Parlamentares evangélicos Trabalhistas

Finalmente, a ideologia trabalhista constituiu o último tipo político-ideológico que distingue os parlamentares evangélicos na Constituinte. Com exceção de um peemedebista, todos os demais três deputados evangélicos que compõem esse bloco eram filiados ao *Partido Democrata Trabalhista* (PTB), quais

³³⁹ CPDOC, 2010.

³⁴⁰ CPDOC, 2010.

³⁴¹ CPDOC, 2010.

sejam: o assembleiano José Fernandes; os batistas Edésio Frias e Nelson Aguiar, do PMDB; e o presbiteriano Lysâneas Maciel.

O reeleito José Fernandes, antigo partidário da ARENA, depois PDS, e com o esvaziamento do partido em seu Estado, deixou essa agremiação em maio de 1986 e filiou-se ao *Partido Democrático Trabalhista* (PDT), teve alto índice de ausência na votação dos direitos dos trabalhadores³⁴².

Apesar da filiação ao PMDB, o batista Nelson Aguiar votou de maneira favorável em todas as matérias que diziam respeito aos direitos trabalhistas³⁴³.

Nelson Alves Aguiar nasceu em Brumado, Estado da Bahia, no dia 5 de maio de 1940. Diplomado em comunicação pelo *Instituto Técnico de Jornalismo do Rio de Janeiro*, no ano de 1968, concluiu o curso de letras pela *Faculdade de Filosofia de Colatina* (ES) em 1971. No ano seguinte, fez um curso de especialização em letras na *Santa Nona University*, nos Estados Unidos. Ainda em 1972, iniciou o curso de Direito na *Universidade Federal do Espírito Santo*, bacharelando-se em 1977³⁴⁴.

No pleito de novembro de 1978, elegeu-se deputado estadual pelo Espírito Santo, na legenda do *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB). Assumiu a cadeira em fevereiro de 1979, ano em que passou a vice-líder da bancada do MDB na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a consequente reformulação partidária, filiou-se ao *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), agremiação que sucedeu ao MDB, e, representando a nova legenda, presidiu a *Comissão de Constituição e Justiça* do Legislativo Estadual, entre 1981 e 1982. Candidato a deputado federal pelo *PMDB* no pleito de novembro de 1982, obteve a primeira suplência. Com a requisição de titulares para o secretariado do governador Gérson Camata, acabou sendo empossado na Câmara dos Deputados já no início da legislatura, em março de 1983, na vaga de Wilson Haese, que assumiu a pasta

³⁴² DIAP, 1988: 88. José Fernandes atuou na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), integrando, como titular, a Subcomissão dos Direitos e Garantias da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher e, como suplente, a Subcomissão de Orçamento e Fiscalização Financeira da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, ambas em 1987, e a Comissão de Sistematização, de 1987 a 1988. Após a promulgação da nova Carta em 5 de outubro de 1988, continuou a exercer o seu mandato ordinário de deputado federal.

³⁴³ DIAP, 1988: 181.

³⁴⁴ Câmara dos Deputados, 2017a.

da Educação e Cultura. Nesse mesmo ano, participou da Comissão de Educação e Cultura na Câmara dos Deputados. Ainda em 1983, licenciou-se do mandato parlamentar para ocupar a *Secretaria do Bem-Estar Social do Espírito Santo*, na qual, com a participação da esposa do governador, Rita Camata, desenvolveu projetos assistenciais junto a comunidades carentes. Reassumiu o mandato parlamentar no início de 1984, e, em 25 de abril desse mesmo ano, votou a favor da emenda Dante de Oliveira, que propunha o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República em novembro seguinte. A eleição para o sucessor do general João Batista Figueiredo (1979-1985) foi mais uma vez adiada, uma vez que a emenda não obteve o número de votos indispensáveis à sua aprovação. Voltando à condição de suplente, Néelson Aguiar não participou do Colégio Eleitoral reunido em 15 de janeiro de 1985, ocasião em que o candidato do regime militar, Paulo Maluf, foi derrotado pelo oposicionista Tancredo Neves³⁴⁵.

Presidente da *Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor* no Rio de Janeiro entre 1985 e 1986, Aguiar deixou o cargo em abril deste último ano para concorrer a deputado federal constituinte no pleito de novembro seguinte. Eleito, sempre pela legenda peemedebista, assumiu o mandato em fevereiro de 1987, aos 48 anos de idade, quando começaram os trabalhos da *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC). Deixou a Câmara em janeiro de 1991, ao final da legislatura, sem ter concorrido à reeleição em outubro do ano anterior. Em outubro de 1998, disputou uma cadeira no Senado pela legenda do Partido da Mobilização Nacional (PMN), não obtendo êxito. Nas eleições de outubro de 2006, tentou reeleger-se para o cargo de deputado estadual pela legenda do Partido Democrático Trabalhista

³⁴⁵ CPDOC, 2010.

(PDT), mas também não foi bem-sucedido³⁴⁶.

O pastor batista Edésio Frias de Araújo nasceu em Moreno, Estado do Pernambuco no dia 9 de novembro de 1940. Em 1947, mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. No ano de 1968, ingressou na *Faculdade de Ciências Jurídicas*, pela qual concluiria sua graduação em Direito, no ano de 1972. Araújo iniciou sua carreira política em novembro de 1970, concorrendo a um mandato na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara pelo *Movimento Democrático Brasileiro* (MDB), obtendo apenas uma suplência. Durante o período de 1971 a 1974 foi diretor da *Divisão do Trabalho* e do *Departamento Assistencial do Sistema Penitenciário* do Estado da Guanabara. Em novembro de 1974, conseguiu eleger-se deputado estadual na legenda do *MDB*, com os votos recebidos principalmente nos subúrbios cariocas de Madureira, Cascadura, Campinho e Vila Valqueire. Reelegeu-se em 1978 e, com a extinção do bipartidarismo em 21 de novembro de 1979 e a consequente reorganização partidária, filiou-se ao *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), sucessor do MDB. Eleito primeiro-suplente de deputado estadual no pleito de novembro de 1982, exerceu o mandato entre 1983 e 1985. Durante a sua passagem pelo Legislativo fluminense, presidiu a *Comissão de Educação e Cultura* e a *Comissão de Trabalho e Legislação Social*³⁴⁷.

Em novembro de 1986 elegeu-se à Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT) do Rio de Janeiro, mas obteve apenas uma suplência. Assumiu o mandato em 1988, aos 49 anos de idade e

³⁴⁶ CPDOC, 2010. Na ANC, Nelson Aguiar foi presidente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, e suplente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social. Entre 2001 e 2009 exerceu advocacia atuando em casos relevantes como na defesa do ex-governador do Espírito Santo José Inácio Ferreira (1998-2002) acusado de formação de um caixa dois de campanha, conivência com esquemas de cobrança de propina para a liberação de benefícios fiscais e obtenção de empréstimo irregular. Em 2001, Aguiar defendeu o ex-governador do pedido de impeachment, que acabou sendo arquivado pelo presidente da ALES José Carlos Gratz. No ano seguinte, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entrou com um pedido de intervenção federal no Ministério da Justiça, devido a uma suposta infiltração do crime organizado no governo do Estado. O pedido foi arquivado pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, o que levou o ministro da Justiça Miguel Reale Júnior a deixar o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Atuou novamente a favor de José Inácio Ferreira, em 2004, quando foi denunciado ao Ministério Público Federal (MPF) no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Foram delatados também outros 20 deputados estaduais, este caso ficou conhecido na mídia como “mensalinho capixaba”. Ferreira foi acusado de tentativa de peculato e abuso de poder. Em 2003, criticou duramente, o projeto de redução da maioria penal para 16 anos em audiência pública realizada pela Comissão da Criança e do Adolescente.

³⁴⁷ Câmara dos Deputados, 2017a.

participou dos trabalhos da Constituinte como titular da *Subcomissão dos Municípios e Regiões*, da *Comissão da Organização do Estado* e como suplente da *Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias*, da *Comissão da Ordem Social*³⁴⁸. Na Constituinte, votou a favor do sistema presidencialista de governo mas foi contra os cinco nos para Sarney³⁴⁹.

Promulgada a nova Carta Constitucional do país, em outubro de 1988, Frias continuou no exercício de seu mandato ordinário como deputado federal. Em janeiro de 1989, na gestão do prefeito Marcelo Alencar, licenciou-se de suas funções na Câmara para assumir a Secretaria de Governo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Permaneceu à frente dessa pasta até fevereiro de 1990, quando reassumiu seu mandato de deputado federal. Concorreu à reeleição em outubro de 1990 pelo PDT, obtendo mais uma vez apenas uma suplência. Assumiu o mandato em abril de 1991, com a nomeação do deputado federal Bocaiúva Cunha (PDT) para a Secretaria de Obras, no segundo governo Leonel Brizola (1991-1994), no Rio de Janeiro. No mesmo ano, Frias integrou como titular a *Comissão de Relações Exteriores* da Câmara dos Deputados. Em agosto de 1992, voltou à condição de suplente com o retorno do deputado Luís Salomão (PDT) à Câmara. Esteve mais uma vez no Legislativo federal, a partir de janeiro de 1993, em substituição ao primeiro-suplente pedetista Marino Clinger, que fora efetivado como deputado federal no lugar do prefeito do Rio de Janeiro, César Maia (1993-1996). Em setembro seguinte, Frias foi novamente para a suplência com o retorno do titular José Maurício (PDT). Voltou à Câmara para um curto período em novembro de 1993, na vaga do próprio José Maurício, que reassumira suas funções na Secretaria de Minas e Energia do governo Brizola. Em março de 1994, Frias deixou em definitivo o mandato para dar lugar ao titular Fernando Lopes (PDT). No pleito de 3 de outubro do mesmo ano, candidatou-se mais uma vez à Câmara na legenda pedetista, mas não foi bem-sucedido. Todavia, devido a suspeitas de fraudes na apuração dos resultados, a eleição proporcional foi anulada por determinação do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro. Realizado um segundo pleito em novembro seguinte, Frias foi novamente derrotado. Em outubro de 1998, disputou mais uma eleição para deputado federal, sempre pelo PDT fluminense, mas novamente não foi eleito. Em

³⁴⁸ CPDOC, 2010.

³⁴⁹ DIAP, 1988: 503.

2003, o ex-deputado Luís Alfredo Salomão foi indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), com data marcada para tomar posse em 2 de junho, no Clube de Engenharia. Ainda sem o nome aprovado pelo Senado, ele distribuiu em Brasília convites para sua posse e nomeou Edésio Frias e o empresário e vice-presidente da escola da samba Império Serrano, Waldemar Fizman, para os cargos de assessores técnicos. O Senado rejeitou a nomeação de Salomão para a ANP, por 40 votos a 23, mas manteve Edésio e Fizman. Edésio Frias foi ainda diretor da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM)³⁵⁰.

O presbiteriano Lysâneas Dias Maciel destacou-se na Constituinte pela sua postura na defesa dos direitos dos trabalhadores, além de se posicionar contra os cinco anos para Sarney. Nasceu em Patos de Minas (MG) no dia 23 de dezembro de 1926. Filho de pastor protestante, seu tio-avô Olegário Maciel foi deputado federal por Minas Gerais (1894-1910), senador e presidente desse estado em 1930 e interventor de 1930 a 1933. Após formar-se em ciências jurídicas e sociais em 1951, tornou-se assistente jurídico do *Ministério do Trabalho e Previdência Social* e manteve escritório de advocacia no Rio de Janeiro. Membro da Igreja Presbiteriana, só começou a despertar para a política após o movimento político-militar de março de 1964, quando assumiu a defesa de presos políticos e levantou a bandeira dos direitos humanos³⁵¹.

Em 1965 foi o responsável pelo setor de finanças da campanha para governador do estado da Guanabara de Aurélio Viana, candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que foi derrotado. A eleição dos candidatos oposicionistas Negrão de Lima e Israel Pinheiro para os governos da Guanabara e Minas Gerais, respectivamente, gerou uma crise política cuja consequência imediata foi a edição, pelo presidente Humberto Castelo Branco, do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em 27 de outubro de 1965. Entre outras medidas, como a reabertura do processo de punições de adversários do regime, o AI-2 extinguiu os partidos políticos existentes. Com a posterior instauração do bipartidarismo, Lysâneas Maciel iria ingressar no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição ao regime militar.

Em 1966, foi candidato a deputado federal pela Guanabara no lugar de

³⁵⁰ CPDOC, 2010.

³⁵¹ CPDOC, 2010. Informações no texto estão na íntegra.

Márcio Moreira Alves, cuja candidatura foi retirada pelo próprio MDB por pressões do *Serviço Nacional de Informações* (SNI). Mesmo com a queda da impugnação por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Lysâneas manteve-se candidato, mas acabou como suplente de deputado federal. No pleito de novembro de 1970 elegeu-se deputado federal pela Guanabara na legenda do MDB. Empossado em fevereiro de 1971, foi membro efetivo da *Comissão de Constituição e Justiça* e suplente da *Comissão de Legislação Social da Câmara*. Ainda em 1971, organizou, juntamente com os deputados Francisco Pinto, da Bahia, e Marcos Freire, de Pernambuco, o grupo denominado “autêntico” do MDB, que definia como seu objetivo principal “combater o imobilismo da cúpula partidária”.

Durante a campanha eleitoral de 1974, foi impedido de aparecer na propaganda partidária da televisão pela direção regional do MDB, então controlada pelo governador Antônio de Pádua Chagas Freitas. A proibição incluiu ainda o deputado estadual Edson Khair e o deputado federal J. G. de Araújo Jorge. Os três só tiveram assegurado o direito de ocupar um espaço no programa eleitoral gratuito após recorrerem ao TSE. Apesar das dificuldades, Lysâneas foi reeleito deputado federal, dessa vez pelo novo estado que resultou da fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro. Na legislatura que se seguiu foi presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara e destacou-se pela atuação em favor da criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a violação dos direitos humanos, proposta que havia sido então abandonada pelo MDB. Em outubro de 1975, após proferir inflamado discurso e defender a instalação daquela CPI, foi acusado de ter recebido votos de comunistas na eleição. Na ocasião foi apontado pelo promotor Osvaldo de Lima Rodrigues Júnior, da 2ª Auditoria do Exército, como responsável pelo ingresso no MDB do militante comunista Arlindenor Pedro de Sousa, que havia sido designado interventor no diretório emedebista na 19ª Zona Eleitoral.

Em 1º de abril de 1976, um dia depois de protestar contra a cassação dos deputados gaúchos Amauri Muller e Nadir Rosseti, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos com base no AI-5, de 13 de dezembro de 1968. Em maio passou a residir na Suíça e, em julho, com base no AI-10, foi aposentado no *Ministério do Trabalho* pelo presidente Ernesto Geisel.

Durante o período em que permaneceu na Suíça esteve ligado ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI), organização protestante com sede em Genebra. Retornou ao Brasil em junho de 1978. No mês seguinte, manifestou-se a favor da Frente Nacional de Redemocratização, movimento que tinha como objetivo a volta ao estado de direito, o fim do autoritarismo e a mudança do regime. Esse movimento lançou a candidatura do general Euler Bentes Monteiro à sucessão do presidente Geisel, em oposição à do candidato situacionista, general João Figueiredo, que acabou sendo eleito. Lysâneas participou também da campanha por uma anistia ampla, geral e irrestrita aos presos e perseguidos políticos. Em agosto de 1979, quando foi aprovada a Lei da Anistia, foi por ela beneficiado e readquiriu seus direitos políticos.

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979, integrou, a partir de maio de 1980, a executiva nacional provisória que, liderada por Leonel Brizola, tentava reorganizar o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda também disputada pela ex-deputada Ivete Vargas. Em maio de 1980, participou da reunião em que foi rejeitado pelos brizolistas o acordo com Ivete Vargas, de união das duas correntes trabalhistas sob a sigla do PTB. Em junho, com base na Lei da Anistia, foi reintegrado aos quadros do Ministério do Trabalho, juntamente com outros 21 funcionários. Com a conquista da sigla petebista pelo grupo liderado por Ivete Vargas, participou, em junho de 1981, da fundação do Partido Democrático Trabalhista (PDT), de cujo diretório regional fluminense se tornou vice-presidente. Alguns meses depois, contudo, entrou em entendimentos com o Partido dos Trabalhadores (PT), ao qual se filiou em outubro de 1981, na presença do presidente nacional do partido, Luís Inácio Lula da Silva. Indicado pelo PT, em novembro de 1981, para disputar o governo do estado do Rio de Janeiro nas eleições de 1982, disse que considerava remota a possibilidade de formação de uma frente entre seu novo partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e o PDT em torno a um mesmo candidato à sucessão estadual.

Em convenção regional do PT realizada em fevereiro de 1982, teve seu nome aprovado pelos votos de 80% dos delegados para concorrer à sucessão estadual no pleito previsto para novembro. Em abril, ao participar como candidato do programa Debates, da Rádio Jornal do Brasil, defendeu, entre outras medidas, o redirecionamento do orçamento estadual, de forma que fossem priorizadas as áreas

carentes. Segundo a Folha de S. Paulo de 27 de abril de 1982, denunciou o processo de peleguismo e de atrelamento ao “chaguismo” da Federação das Associações de Favelados do Estado do Rio de Janeiro (FAFERJ), cujo presidente, Irineu Guimarães, o impedira de discursar no II Encontro Estadual de Favelas, realizado dias antes. A eleição de 15 de novembro de 1982 para o governo do estado foi vencida pelo candidato do PDT, Leonel Brizola, que tomou posse no início do ano seguinte e governou até 1987.

Afastado temporariamente da vida pública, em 1986 Lysâneas refiliou-se ao PDT, retomando vínculos históricos com o trabalhismo, e em novembro foi eleito deputado federal constituinte pelo Rio de Janeiro. Empossado em fevereiro de 1987, aos 62 anos de idade, disputou a presidência da Constituinte com o deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), que acabou eleito. Aceitou aquela “anticandidatura” em nome de um grupo de deputados do PT, do PMDB, do PDT e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), “como forma de denunciar o caráter conservador do Congresso Constituinte presidido por Ulysses Guimarães”.

Ainda no início de seu mandato, apresentou um projeto que proibia os militares — inclusive os ministros — de se manifestarem publicamente sobre matérias sujeitas à deliberação da Constituinte, causando reação nas Forças Armadas, dentro das quais alguns consideraram a proposta “um ato de provocação”. O projeto foi rejeitado pelo senador Fernando Henrique Cardoso, relator do regimento interno da Constituinte.

Enquanto relator da Subcomissão de Direitos Coletivos, Direitos Políticos e Garantias, da Comissão da Soberania e dos Direitos Coletivos e Garantias do Homem e da Mulher, apresentou projetos polêmicos, instituindo medidas como a possibilidade de revogação do mandato parlamentar pelos eleitores, ou o “voto destituinte”; o direito de voto e a elegibilidade de todos os militares, e a obrigatoriedade do pagamento de Imposto de Renda por parlamentares, militares e magistrados. Seguindo a orientação de seu partido, foi contrário à proposta de instituição do parlamentarismo, por considerá-la “uma manobra para impedir o acesso do ex-governador do Rio de Janeiro Leonel Brizola à presidência da República”. Integrou ainda, como titular, a Comissão de Sistematização e, como suplente, a Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança,

da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Nas votações mais importantes da Constituinte, foi a favor da limitação do direito de propriedade privada, do mandado de segurança coletivo, da legalização do aborto, da remuneração 50% superior para o trabalho extra, da jornada semanal de 40 horas, do turno ininterrupto de seis horas, da unicidade sindical, da soberania popular, do voto facultativo aos 16 anos, do presidencialismo, da nacionalização do subsolo, da estatização do sistema financeiro, de um limite de 12% ao ano para os juros reais, da possibilidade de desapropriação de propriedades rurais produtivas para a reforma agrária, e da estabilidade do emprego. Votou contra a pena de morte e o mandato de cinco anos para o presidente da República José Sarney.

Com a promulgação da nova Constituição em outubro de 1988, continuou no exercício de seu mandato regular como deputado federal. Em 1989, fez uma série de viagens à Europa, aos Estados Unidos e ao Japão, como único representante brasileiro na delegação do *Eminent Persons Group* (EPG), grupo ecumênico coordenado pelo Conselho Mundial de Igrejas que objetivava chamar a atenção de líderes governamentais e eclesiásticos para o problema da discriminação racial na África do Sul e trabalhava a favor de sanções políticas e econômicas contra aquele país, assim como pela libertação do líder negro Néelson Mandela.

No pleito de outubro de 1990, candidatou-se à reeleição para deputado federal na legenda do PDT, mas obteve apenas uma suplência. Assim, em janeiro de 1991, ao final de seu mandato, deixou a Câmara. Em novembro, no entanto, assumiu uma cadeira nessa Casa em substituição ao deputado Carlos Lupi, que foi indicado para a Secretaria de Transportes do Estado do Rio de Janeiro no segundo governo Leonel Brizola (1991-1995). Pouco depois, teve aprovado na Comissão de Economia um projeto de lei obrigando as empresas a pagar um adicional de 50% do salário para o trabalho noturno.

Em julho de 1992, numa articulação liderada pelo governador Leonel Brizola, deixou a Câmara para dar lugar a Carlos Lupi. Sua saída teria sido uma retaliação do governador às críticas que vinha fazendo ao presidente Fernando Collor de Melo (1990-1992), com quem Brizola mantinha uma política de colaboração administrativa. Desde 26 de maio vinham-se desenrolando no Congresso Nacional os trabalhos da CPI instaurada para apurar as atividades do

tesoureiro de campanha de Collor, Paulo César Farias, o PC, acusado de liderar um esquema de corrupção e tráfico de influência na administração federal. Tendo levado à abertura de um processo de *impeachment* contra o presidente em 29 de setembro de 1992, as conclusões da CPI fizeram com que Collor renunciasse em dezembro seguinte. Seu substituto na presidência foi o vice Itamar Franco, que vinha ocupando o cargo interinamente desde o dia 2 de outubro.

Com o fim da era Collor, Lysâneas reaproximou-se de Brizola e, em 1993, foi nomeado subsecretário de Assuntos Especiais do governo estadual. Coordenou também, a convite de Itamar Franco (1992-1994), o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), no bairro de Quintino, no Rio de Janeiro, permanecendo no cargo até 1995. Em outubro de 1996, disputou pelo PDT uma vaga de vereador no Rio. Eleito, foi empossado em janeiro do ano seguinte.

Ao longo de sua vida pública fez cursos de legislação social e assuntos trabalhistas no St. John's College de Anápolis (GO) e de planejamento econômico de assuntos trabalhistas em Washington. Acompanhou, isoladamente, os cursos de segurança e desenvolvimento na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e de cultura social, promovido pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Fazendeiro em Minas, foi também advogado da Nestlé e do Jôquei Clube Brasileiro, jornalista e diretor de obras sociais e evangélicas de assistência a menores favelados. Dedicou-se aos problemas dos direitos da pessoa humana, tornando-se membro da Comissão de Justiça do Conselho Mundial de Igrejas. Integrou ainda o Conselho do Menor e do Adolescente do Estado do Rio de Janeiro e foi consultor de projetos para o Legislativo federal, governos estaduais e prefeituras. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 6 de dezembro de 1999, no exercício do mandato de vereador.

3.2.2.3 Comportamento político partidário dos Parlamentares Evangélicos na Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) /48^a. Legislatura (1989-1990)

A. Parlamentares Evangélicos de Centro-Direita

Na seção 2.3. procurei demonstrar que a ação política dos deputados constituintes evangélicos na ANC foi norteada a partir de seis distintos tipos de ideologias político-partidárias, a saber: (1) centro-direita; (2) centro; (3) centro-

esquerda; (4) esquerda; (5) nacionalista; e, finalmente, a (6) trabalhista. Destaquei que as ideologias de (1) centro-direita, (2) centro e (5) nacionalista eram comuns aos parlamentares conservadores, tanto dos que compunham o grupo dos deputados constituintes alinhados ao *Centrão* quanto do grupo de evangélicos não alinhados. Nesta parte do estudo apresento as características que distinguem os dois grupos de (1) centro-direita, (2) centro e (5) nacionalista, além de estabelecer em que consistiu o comportamento político dos evangélicos não alinhados ao *Centrão* e cujas as ações se fizeram guiar pelas ideologias de (3) centro-esquerda e (4) esquerda e a (6) trabalhista.

Todos os parlamentares evangélicos de (1) centro-direita apresentam em comum o fato de votarem a favor dos cinco anos para Sarney e contra a participação popular no processo legislativo e a reforma agrária. Contudo, apenas os parlamentares evangélicos alinhados ao *Centrão* ainda votaram contra o voto aos 16 anos de idade; a nacionalização das reservas minerais; a proteção da empresa nacional e o tabelamento de juros. Apenas os parlamentares evangélicos não alinhados votaram a favor da nacionalização do subsolo.

Constituíram o centro-direita os seguintes deputados constituintes evangélicos: Antônio de Jesus Dias (PMDB); Arolde de Oliveira (PFL); Daso Coimbra (PMDB); Eliel Rodrigues (PMDB); Enoc Almeida Vieira (PFL); Eraldo Tinoco (PFL); Eunice Michilis (PFL); Fausto Rocha (PFL); Levy Dias (PFL); Matheus Iensen (PMDB); Orlando Camilo Pacheco (PFL); e, finalmente, Rubem Branquinho (PMDB). Nota-se, primeiramente, que muitos parlamentares evangélicos estavam presentes na legislatura anterior e constituíram a *Frente Liberal*, movimento que surgiu após os deputados federais romperem com o PDS, o partido do governo militar, unindo-se ao PMDB no apoio à candidatura Tancredo/Sarney à eleição indireta realizada pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. No mesmo ano o movimento se institucionalizou, nascendo, assim, o *Partido da Frente Liberal* (PFL), como uma dissidência do PDS.

Em segundo lugar, como demonstrado na análise das carreiras políticas dos parlamentares evangélicos do período anterior, e como demonstrarei nas dos parlamentares evangélicos desta legislatura, a maioria dos evangélicos do PFL construíram suas carreiras políticas filiados à ARENA, transformada em PDS em

1980. Em outras palavras, os deputados constituintes evangélicos e conservadores se reconheciam no *PFL*, mas o consideraram demasiado “liberal”, em termos políticos, ao ponto de superarem a crise ideológica pessoal se recompondo politicamente no *Centrão*.

No grupo de parlamentares evangélicos de centro-direita, porém não alinhados ao *Centrão*, encontravam-se: o batista Edivaldo Holanda (PL); Gidel Dantas (PMDB) da Igreja de Cristo; o iurdiano Roberto Augusto Lopes (PTB); o batista renovado Roberto Vital (PMDB); e, finalmente, o presbiteriano Salatiel Carvalho (PFL).

B. Parlamentares Evangélicos de Centro

Os parlamentares evangélicos alinhados ou não ao *Centrão* no (2) centro do espectro ideológico partidário apresentaram posturas menos conservadoras do que as demonstradas no grupo anterior. Tiveram em comum o fato de votarem ambos a favor dos cinco anos para Sarney e a favor da nacionalização do subsolo. Porém, apenas os deputados constituintes não alinhados e de maneira contrária ao grupo anterior de (1) centro-direita defenderam a reforma agrária e o direito de voto aos 16 anos.

Compunham o centro alinhado ao *Centrão*, os deputados constituintes evangélicos: o quadrangular Jayme Paliarin (PTB) e os assembleianos Milton Barbosa (PMDB) e Sotero Cunha (PDC). A postura de centro não alinhada foi representada pelo deputado constituinte evangélico Manoel Moreira (PMDB), pastor da Igreja Assembleia de Deus.

C. Parlamentares Evangélicos Nacionalistas

A ideologia (5) nacionalista é o último tipo ideal comum aos parlamentares evangélicos constituintes. O segmento alinhado ao *Centrão* comportou-se de maneira mais homogênea votando a favor dos cinco anos para Sarney e contra a reforma agrária, mesma postura conservadora encontrada nos outros grupos. O que os distinguiu dos demais conservadores do tipo (1) e (2) foi o fato de terem defendido com os nacionalistas a proteção da empresa nacional e a nacionalização do subsolo votando a favor destas matérias.

O grupo dos deputados constituintes evangélicos nacionalistas e não

alinhados ao *Centrão* apoiaram as mesmas matérias listadas acima, porém, diferentemente dos alinhados, comportaram-se de maneira mais heterogênea no que concerne os cinco anos para Sarney e a reforma agrária. A maioria dos deputados constituintes evangélicos nacionalistas não alinhados votou contra a extensão do mandato para Sarney e a favor da reforma agrária.

No segmento nacionalista encontravam-se os deputados constituintes evangélicos alinhados ao *Centrão* o advogado Costa Ferreira (PFL) e o pastor João de Deus (PTB), ambos pertencentes à *Igreja Assembleia de Deus*. O grupo dos não alinhados neste segmento foi maior e constituiu-se dos seguintes deputados evangélicos: o assembleiano José Viana (PMDB); do presbiteriano Lézio Sathler (PMDB); do pastor quadrangular Mário de Oliveira (PMDB) e de Naphtali Alves (PMDB), da Igreja Cristã Evangélica.

As três primeiras tipologias ideológico-partidárias apresentadas caracterizam os segmentos evangélicos conservadores alinhados ao *Centrão*, quais sejam: (1) centro-direita; (2) centro; e (5) nacionalista. As próximas três tipologias restantes configuram exclusivamente o comportamento dos segmentos evangélicos não alinhados ao *Centrão* se situando, no espectro ideológico-partidária, no (3) centro-esquerda; (4) esquerda e, finalmente, a (6) trabalhista.

D. Parlamentares Evangélicos de Centro-Esquerda

Existiam parlamentares reivindicando sua atuação na Constituinte como de centro-esquerda. Outros, de difícil classificação poderiam compor este grupo. Contudo, representando o segmento político-ideológico de centro-esquerda como tipo ideal encontramos apenas o deputado constituinte evangélico Celso Dourado (PMDB), da *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil* (IPU). Na maioria das votações na Câmara dos Deputados seguiu a orientação de seu partido votando a favor dos direitos trabalhistas, contra os cinco anos para Sarney e a favor da reforma agrária. Defendendo as empresas estatais, manifestou postura nacionalista, votando a favor da empresa nacional, da nacionalização do subsolo e do tabelamento de juros. Porém, o que o distingue dos demais constituintes peemedebistas e evangélicos foi o fato de assumir posições políticas de centro-esquerda atuando na Constituinte em sintonia com os movimentos populares e sindicais. Além disso, embora a maioria dos peemedebistas preferissem o presidencialismo, discordou deles defendendo o

sistema de governo parlamentarista. Por fim, atuou na Constituinte discordando da postura fisiológica da maioria dos deputados constituintes evangélicos³⁵².

O comportamento político-ideológico de Celso Dourado deve-se muito à influência de sua identidade confessional. Neste sentido, foi singular entre os parlamentares evangélicos também em termos teológicos. Dourado pertencia à *Igreja Presbiteriana Unida do Brasil* (IPU), uma sociabilidade religiosa protestante ainda hoje na vanguarda do protestantismo brasileiro e que foi organizada em uma *Federação Nacional de Igrejas Presbiterianas* (FENIP) em 10 de setembro de 1978 por renomados líderes religiosos expurgados e perseguidos pelos quadros dirigentes nacionais de suas denominações notadamente por assumirem posições não conservadoras incluindo a defesa do ecumenismo, o ministério feminino, mas principalmente a crítica ao apoio institucional do presbiterianismo à ditadura militar. Entre eles se encontrava o teólogo Rubem Alves, que juntamente com o católico peruano Gustavo Gutiérrez, foram os primeiros a definir o novo movimento cristão dos anos 1960 na corrente teológica que seria conhecida em toda a América Latina como a Teologia da Libertação³⁵³.

Em Celso Dourado, a pertença confessional refletida num protestantismo de libertação de cunho humanista e que rompia com o protestantismo de missão de tipo conversionista, anticatólico e milenarista foi mais decisivo em orientar seu comportamento político do que a pertença partidária.

E. Parlamentares Evangélicos de Esquerda

Sendo religiosamente conservadores, os deputados constituintes evangélicos apenas poderiam se constituir numa esquerda “moderada”. O comportamento político da esquerda evangélica se caracterizou pela oposição aos cinco anos para Sarney, o direito ao voto aos 16 anos e na defesa da reforma agrária. Contudo e além disso, ela se notabilizaria pela defesa da participação popular no processo legislativo, dos direitos trabalhistas, dos movimentos sociais, populares e das minorias. Esta postura de esquerda foi assumida pelo batista Paulo

³⁵² DIAP, 1988: 96.

³⁵³ Atualmente se reconhece Rubem Alves como o intelectual pioneiro a empregar a expressão Teologia da Libertação que aparece no título original de tese de doutoral “Towards a Theology of Liberation”, de 1968 e publicada em 1969 com o título: *A Theology of Human Hope*. O católico peruano Gustavo Gutiérrez publicou sua obra *Teología de la Liberación* em 1971.

Delgado e a assembleiana Benedita da Silva, ambos deputados constituintes filiados ao *Partido dos Trabalhadores* (PT).

Como se pode notar pelas votações na Constituinte, a pertença partidária foi mais significativa em nortear o comportamento político dessa ala da esquerda evangélica do que a pertença confessional. Ambos defenderam, em todas as fases do processo Constituinte, as propostas dos movimentos populares e sindicais. No plano econômico, Delgado também votou a favor da nacionalização do subsolo, da proteção da empresa nacional e atuou ainda em defesa do direito de sindicalização do servidor público. Finalmente, foi o principal defensor de punição aos Constituintes faltosos³⁵⁴.

De sua parte, Benedita da Silva (PT), a única representante feminina no grupo dos deputados constituintes não alinhados ao *Centrão*, destacou-se na Constituinte pela defesa dos direitos políticos das minorias, sendo ela mesmo mulher, pentecostal, negra e favelada, e combateu a discriminação racial³⁵⁵. Além disso, sem poder ser definida como esquerda “radical”, Benedita da Silva foi menos conservadora do que o conjunto dos deputados constituintes evangélicos e mais “liberal” do que praticamente o conjunto dos deputados constituintes ao votar a favor da descriminalização do aborto, como veremos mais adiante. Após sua participação na Constituinte/48ª legislatura (1987-1990), Benedita da Silva teve uma trajetória política fulgurante chegando a eleger-se vice-governadora do Rio de Janeiro em 1992 e assumindo o governo do Estado após o presbiteriano e governador Anthony Garotinho renunciar ao mandato em abril de 2002 a fim de disputar as eleições presidenciais.

F. Parlamentares Evangélicos Trabalhistas

A ideologia trabalhista foi decisiva na orientação do voto da maioria dos parlamentares evangélicos não alinhados ao *Centrão* durante a Constituinte e compromissados com os direitos dos trabalhadores. Como os evangélicos da esquerda, a ala trabalhista se posicionou contra os cinco anos para Sarney e a favor da participação popular no processo legislativo e da reforma agrária. Como os evangélicos nacionalistas não alinhados ao *Centrão*, votaram a favor da empresa

³⁵⁴ DIAP, 1988: 304.

³⁵⁵ DIAP, 1988: 496.

nacional e da nacionalização do subsolo. Porém, se distinguiu da esquerda evangélica quanto a defesa dos movimentos sociais, populares e das minorias e dos evangélicos nacionalistas ao privilegiar a defesa dos direitos trabalhistas, quais sejam: direito de sindicalização do servidor público; direito de greve para o servidor público; a estabilidade no emprego; jornada de 40 horas semanais; turno de 6 horas; salário mínimo real; piso salarial; direito de férias e 13º salário; e aviso prévio mínimo de 30 dias.

Aproximando-se mais ao perfil nacionalista, os deputados constituintes de ideologia trabalhista pertenciam todos ao *Partido Democrático Trabalhista* (PDT), quais sejam: os batistas Edésio Frias e Nelson Aguiar; o assembleiano José Fernandes e o presbiteriano Lysâneas Maciel. Fundado por Leonel Brizola e um grupo de intelectuais brasileiros que se encontravam exilados em Portugal na década de 1970, o PDT notabilizou-se por ser uma agremiação partidária militando pela defesa do trabalhador. Contudo, se distinguia do velho *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) fundado por Vargas, ao promover o trabalhismo como meio para se atingir o socialismo. Assim, com exceção do pentecostal assembleiano José Fernandes – parlamentar da 47ª legislatura que pertenceu ao PDT, o partido do governo militar – que demonstrou um comportamento político medíocre nas votações dos direitos trabalhistas, ausentando-se praticamente da totalidade das nas sessões da Constituinte, todos os demais pedetistas foram exemplares votando com os trabalhadores³⁵⁶.

Quadro 12. Perfil ideológico partidário dos parlamentares evangélicos na 48ª. Legislatura (1987-1990)

Ideologia	Centrão	Deputado constituinte	Partido	Pertença religiosa
Centro-direita	Alinhados	Antônio de Jesus Dias	PMDB	Assembleia de Deus
		Arolde de Oliveira	PFL	Batista
		Daso Coimbra	PMDB	Congregacional
		Eliel Rodrigues	PMDB	Assembleia de Deus
		Enoc Vieira	PFL	Batista
		Eraldo Tinoco Melo	PFL	Batista
		Eunice Michilis	PFL	Adventista

³⁵⁶ DIAP, 1988: 503; 181; 88; 517.

		Fausto Auomir Rocha	PFL	Batista
		Levy Dias	PFL	Presbiteriana Independente
		Matheus Iensen	PMDB	Assembleia de Deus
		Orlando Pacheco	PFL	Assembleia de Deus
		Rubem Soares Branquinho	PMDB	Presbiteriana
	Não Alinhados	Edivaldo Holanda	PL	Batista
		Gidel Dantas	PMDB/PDC	Igreja de Cristo
		Roberto Augusto Lopes	PTB	Universal do Reino de Deus
		Roberto Vital	PTB	Batista Renovada
		Salatiel Sousa Carvalho	PFL	Assembleia de Deus
Centro	Alinhados	Milton João Soares Barbosa	PMDB	Assembleia de Deus
		Jayme Paliarin	PTB	Evangelho Quadrangular
		Sotéro Cunha	PDC	Assembleia de Deus
	Não Alinhados	Manoel Moreira de Araújo Filho	PMDB	Assembleia de Deus
Nacionalista	Alinhados	Costa Ferreira	PFL	Assembleia de Deus
		João de Deus Antunes	PTB	Assembleia de Deus
	Não Alinhados	José Viana	PMDB	Assembleia de Deus
		Lézio Sathler	PMDB	Presbiteriana
		Mário de Oliveira	PMDB/PSC	Igreja do Evangelho Quadrangular
		Naphtali Alves de Souza	PMDB	Cristã Evangélica
Centro-esquerda		Celso Dourado	PMDB	Presbiteriana Unida
Esquerda		Benedita da Silva	PT	Assembleia de Deus
		Paulo Gabriel Godinho Delgado	PT	Batista
Trabalhista		Edésio Frias de Araújo	PDT	Batista
		José Fernandes	PDT	Assembleia de Deus
		Lysâneas Dias Maciel	PDT	Presbiteriana
		Nelson Aguiar	PDT	Batista

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 1990.

3.3 Análise Comparada do Comportamento Político dos Parlamentares Evangélicos Durante as votações na *Assembleia Nacional Constituinte*

Questionados primeiramente sobre os direitos políticos, 15 constituintes evangélicos se declararam contrários à participação popular na Assembleia Nacional Constituinte contra 9 favoráveis e 10 que não votaram. Com exceção de dois membros do *Centrão* que não opinaram nesta questão, todos os demais parlamentares evangélicos identificados com este lobby se manifestaram contrários à matéria. Quanto ao direito de exercer o voto aos 16 anos de idade, o que implicaria na ampliação do eleitorado brasileiro, 14 constituintes evangélicos opinaram favoravelmente, apenas três foram contrários, e 17 não responderam.

Com relação às questões de ordem econômica, 19 parlamentares evangélicos se posicionaram a favor do *Projeto Empresa Nacional* que visava a proteção das empresas brasileiras; 8 opinaram de forma contrária ao projeto e apenas 7 deputados não se manifestaram. Quanto à nacionalização das reservas minerais brasileiras, o placar se repete: 19 deputados evangélicos opinaram favoravelmente; 8 se manifestaram contrários e sete não responderam. A questão do tabelamento de juros, entretanto, dividiu os evangélicos: 14 deputados opinaram favoravelmente; 17 declinaram em responder; 2 se abstiveram e apenas um se posicionou abertamente contrário à matéria.

Quanto às questões gravitando ao redor da defesa ou ampliação dos direitos sociais aos brasileiros, chama a atenção a relutância dos parlamentares evangélicos em expressar a sua opinião. No que concerne a gratuidade do ensino público, por exemplo, apenas dois deputados evangélicos opinaram: o assembleiano Antônio de Jesus Dias (PMDB) posicionou-se de maneira contrária enquanto o batista Nelson Aguiar, do mesmo partido, opinou favoravelmente. O que os distinguia era o fato de que o primeiro parlamentar pentecostal era ligado ao *Centrão* enquanto o segundo não. O mesmo parlamentar com outro batista do *Centrão*, opinaram contra a criação de um Conselho de Comunicação Social, órgão público que visaria a regulação da mídia – justamente a área de interesse dos deputados evangélicos; nenhum outro parlamentar evangélico opinou sobre a questão. Quanto ao mandato de segurança coletivo, favorecendo especialmente as agremiações sindicais, apenas dois parlamentares evangélicos expressaram suas opiniões: os

presbiterianos Levy Dias (PFL) e Rubem Branquinho se posicionaram contrários à matéria. Finalmente, quanto à possibilidade de reconhecimento da licença maternidade/paternidade aos trabalhadores, três parlamentares evangélicos se abstiveram de opinar enquanto que os demais constituintes simplesmente não responderam à questão.

Quadro 13. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos sobre direitos políticos, sociais e economia.

DEPUTADO(A)	PARTIDO	SOCIABILIDADE RELIGIOSA	Centrão	DIREITOS POLÍTICOS		ECONOMIA			DIREITOS SOCIAIS			
				Participação Popular na ANC	Direito de voto aos 16 anos	Proteção a empresa nacional	Nacionalização das reservas minerais	Tabelamento de juros	Educação pública gratuita	Conselho de comunicação social	Mandato de segurança coletivo	Licença maternidade Paternidade
Eunice Mafalda Michiles	PFL	Adventista	S	C	-	-	-	-	-	-	-	-
Sotero Cunha	PDC	Assembleia de Deus	-	F	F	-	-	-	-	-	-	A
João de Deus	PDT	Assembleia de Deus	S	F	F	F	-	-	-	-	-	-
José Fernandes	PDT	Assembleia de Deus	-	-	F	F	F	-	-	-	-	--
Costa Ferreira	PFL	Assembleia de Deus	S	C	A	F	F	-	-	-	-	-
Orlando Camilo Pacheco	PFL	Assembleia de Deus	S	C	C	-	C	F	-	-	-	-
Antônio de Jesus Dias	PMDB	Assembleia de Deus	S	C	F	C	-	F	C	C	-	-
Eliel Rodrigues	PMDB	Assembleia de Deus	S	C	A	F	F	-	-	-	-	-
José Viana	PMDB	Assembleia de Deus	-	F	F	F	F	-	-	-	-	A
Manoel Moreira	PMDB	Assembleia de Deus	-	-	F	F	F	F	-	-	-	-
Matheus Iensen	PMDB	Assembleia de Deus	S	C	-	C	C	A	-	-	-	-
Milton João Soares Barbosa	PMDB	Assembleia de Deus	S	-	F	F	F	F	-	-	-	-
Benedita da Silva	PT	Assembleia de Deus	-	F	F	-	-	-	-	-	-	-
Edésio Frias	PDT	Batista	-	-	-	F	F	-	-	-	-	-
Arolde de Oliveira	PFL	Batista	S	C	-	C	C	-	-	C	C	-
Enoc Vieira	PFL	Batista	S	C	F	C	C	F	-	-	-	-
Eraldo Tinoco	PFL	Batista	S	-	-	C	C	C	-	-	-	-
Fausto Rocha	PFL	Batista	S	C	C	C	C	-	-	-	-	-

Edvaldo Holanda	PL	Batista	-	-	-	-	-	F	-	-	-	-
Nelson Aguiar	PMDB	Batista	-	F	F	F	F	F	F	-	-	-
Paulo Delgado	PT	Batista	-	-	F	F	F	-	-	-	-	-
Roberto Vital	PMDB	Batista	-	-	-	A	F	-	-	-	-	-
Naphitali Alves	PMDB	Cristã Evangélica	-	F	-	F	C	F	-	-	-	-
Daso Coimbra	PMDB	Congregacional	S	C	C	C	C	-	-	-	-	-
Gidel Dantas Queiroz	PMDB/ PDC	Igreja de Cristo	-	C	-	F	F	A	-	-	-	-
Mário de Oliveira	PMDB	Evangelho Quadrangular	-	C	-	FF	F	F	-	-	-	-
Jayme Paliarini	PTB	Evangelho Quadrangular	S	F	-	F	F	F	-	-	-	-
Lisâneas Maciel	PDT	Presbiteriana	-	F	F	F	F	F	-	-		
Levy Dias	PFL	Presbiteriana	S	C	-	C	F	-	-	-	C	A
Salatiel Carvalho	PFL	Presbiteriana	-			F	F	-	-	-	-	-
Lézio Sathler	PMDB	Presbiteriana	-	F	F	F	F	F	-	-	-	-
Rubem Branquinho	PMDB	Presbiteriana	S	C	-	-	-	-	-	-	C	-
Celso Loula Dourado	PMDB	Presbiteriana Unida	-	-	-	F	F	F	-	-	-	-
Roberto Augusto Lopes	PTB	Igreja Universal do Reino de Deus	-	C	F	-	F	F	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir do DIAP, 1988.
Legenda: F = favorável; C = contra; A = abstenção; S = sim

Os dados do *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar* (DIAP) permitem demonstrar como os parlamentares evangélicos votaram em matérias relacionadas aos direitos trabalhistas durante os escrutínios de votações na Assembleia Nacional Constituinte. Independentemente de sua pertença religiosa, os deputados constituintes do PT, PDT, PMDB e PFL não alinhados ao *Centrão* votaram favoravelmente aos cinco temas em pauta ou se opuseram a apenas um dentre eles, quais sejam: reajuste de salário mínimo real ao trabalhador; direito de férias e 13º. salário, valor mínimo, direito de greve, aviso prévio de 30 dias e direito de organização de sindicatos. Os 17 parlamentares evangélicos alinhados ao *Centrão*, contrariamente, ofereceram maior oposição nas matérias de interesse das classes trabalhadoras. Merece destaque o alto índice de abstenções entre os deputados constituintes evangélicos durante as sessões de votação no plenário da

Câmara.

A reação popular ao primeiro turno de votação na Assembleia Nacional Constituinte foi desfavorável aos parlamentares ligados ao *Centrão*. Procurando evitar a exposição midiática, um grupo de cento e vinte deputados que concorreria às eleições municipais passou a se abster das sessões públicas de votação, o que contribuiu para uma perda de visibilidade deste lobby³⁵⁷.

Quadro 14. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos – Assembleia Nacional Constituinte – 1º. Escrutínio.

DEPUTADOS	PARTIDO	SOCIABILIDADE RELIGIOSA	Salário mínimo real	Férias/ 13 salário	Valor mínimo	Direito de Greve	Aviso prévio	Comissão de fabrica
Eunice Mafalda Michiles	PFL	Adventista	A	A	C	F	A	C
Sotero Cunha	PDC	Assembleia de Deus	F	F	F	F	F	B
João de Deus	PDT	Assembleia de Deus	F	F	F	F	F	C
José Fernandes	PDT	Assembleia de Deus	F	F	F	F	F	C
Costa Ferreira	PFL	Assembleia de Deus	F	F	F	F	F	C
Orlando Camilo Pacheco	PFL	Assembleia de Deus	C	A	A	F	F	C
Antônio de Jesus Dias	PMDB	Assembleia de Deus	F	F	C	C	F	C
Eliel Rodrigues	PMDB	Assembleia de Deus	F	F	F	F	C	C
José Viana	PMDB	Assembleia de Deus	A	F	A	F	A	A
Manoel Moreira	PMDB	Assembleia de Deus	F	F	F	F	F	A
Matheus Iensen	PMDB	Assembleia de Deus	C	F	C	F	A	C
Milton João Soares Barbosa	PMDB	Assembleia de Deus	F	A	F	A	F	A
Benedita da Silva	PT	Assembleia de Deus	F	F	F	F	F	F
Edésio Frias	PDT	Batista	F	F	F	F	F	F
Arolde de Oliveira	PFL	Batista	C	C	C	F	A	A
Enoc Vieira	PFL	Batista	C	C	C	F	P	A
Eraldo Tinoco	PFL	Batista	C	C	C	F	C	C
Fausto Rocha	PFL	Batista	C	A	C	C	C	C
Edvaldo Holanda	PL	Batista	L	L	L	L	L	L
Nelson Aguiar	PMDB	Batista	F	F	F	F	F	F
Paulo Delgado	PT	Batista	F	F	F	F	F	F

³⁵⁷ DIAP, 1988: 26.

Roberto Vital	PMDB	Baptiste Renovada	A	F	A	F	A	B
Naphitali Alves	PMDB	Cristã Evangélica	F	F	F	F	F	C
Daso Coimbra	PMDB	Congregacional	C	F	C	F	C	C
Gidel Dantas Queiroz	PMDB/PDC	Igreja de Cristo	F	F	F	F	F	C
Mário de Oliveira	PMDB	Evangelho Quadrangular	A	A	A	F	F	B
Jayme Paliarin	PTB	Evangelho Quadrangular	F	F	F	F	F	C
Lisâneas Maciel	PDT	Presbiteriana	F	F	F	F	A	F
Levy Dias	PFL	Presbiteriana	F	A	F	F	A	A
Salatiel Carvalho	PFL	Presbiteriana	F	F	F	F	F	F
Lézio Sathler	PMDB	Presbiteriana	F	F	F	F	F	F
Rubem Branquinho	PMDB	Presbiteriana	C	A	C	C	A	A
Celso Loula Dourado	PMDB	Presbiteriana Unida	F	F	F	F	F	C
Roberto Augustus Lopes	PTB	Igreja Universal do Reino de Deus	F	F	F	F	F	C

Fonte: Elaboração própria a partir do DIAP: 1988

Legenda : F= favorável; C = contra; A = abstenção; L = licenciado e B = branco. Parlamentares evangélicos em destaque = alinhados ao *Centrão*.

Os dados do DIAP permitem retrair igualmente o comportamento político dos parlamentares evangélicos durante a segunda rodada de votações no plenário da Câmara. Neste escrutínio, os deputados constituintes se posicionaram acerca de seis matérias do interesse das classes trabalhadoras, quais sejam: o direito de greve, direito de aviso prévio proporcional, a estabilidade do líder sindical, sindicato como substituto processual; a participação dos trabalhadores aos direitos sociais e, finalmente, o reconhecimento dos direitos sociais adquiridos. Apenas quatro parlamentares evangélicos votaram de maneira unanimemente favorável em todas as seis matérias de interesse dos trabalhadores, nenhum deles alinhados ao *Centrão*. Tratam-se dos dois deputados do PT, a assembleiana Benedita da Silva e o batista Paulo Delgado; do deputado do PDT, o batista Edésio Frias e dos deputados do PMDB, o batista Nelson Aguiar e o presbiteriano unido Celso Loula Dourado. Ainda em relação aos parlamentares evangélicos não alinhados ao *Centrão* pode-se notar uma menor oposição aos temas de ampliação aos direitos trabalhistas em comparação àqueles deputados evangélicos alinhados ao lobby conservador, embora apresentem um alto índice de abstenção nas votações no

plenário da Câmara dos Deputados, como aconteceu no escrutínio anterior. Note-se que o grupo de parlamentares evangélicos alinhados ao *Centrão*, principalmente da Igreja Assembleia de Deus, da Igreja Batista e da Igreja Presbiteriana votaram de maneira contrária praticamente à totalidade das matérias favorecendo os setores trabalhistas no Brasil. Os deputados provenientes do protestantismo de missão agiam norteados pelo elitismo de classe social que suas denominações representavam enquanto os deputados pentecostais da Assembleia de Deus, vertente religiosa mais estabelecida entre as camadas populares, agiram menos por consciência de classe e mais por afinidades eletivas com o grupo conservador.

Quadro 15. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos - Assembleia Nacional Constituinte – 2º. Escrutínio

DEPUTADOS	PARTIDO	SOCIABILIDADE E RELIGIOSA	Direito de greve	Aviso prévio proporcional	Estabilidade do dirigente sindical	Sindicato como substituto processual	Participação do trabalhador em órgãos de seu interesse	Auto aplicação dos direitos sociais
Eunice Mafalda Michiles	PFL	Adventista	F	C	C	B	C	B
Sotero Cunha	PDC	Assembleia de Deus	A	F	A	A	A	F
João de Deus	PDT	Assembleia de Deus	A	F	F	A	C	F
José Fernandes	PDT	Assembleia de Deus	A	F	A	F	A	A
Costa Ferreira	PFL	Assembleia de Deus	F	F	F	F	C	F
Orlando Camilo Pacheco	PFL	Assembleia de Deus	C	A	C	C	C	F
Antônio de Jesus Dias	PMDB	Assembleia de Deus	B	F	C	F	C	A
Eliel Rodrigues	PMDB	Assembleia de Deus	C	F	F	C	C	F
José Viana	PMDB	Assembleia de Deus	F	F	F	A	C	F
Manoel Moreira	PMDB	Assembleia de Deus	A	F	A	F	A	F
Matheus Iensen	PMDB	Assemblée de Deus	C	C	C	C	C	A
Milton João Soares Barbosa	PMDB	Assembleia de Deus	B	F	F	B	C	F
Benedita da Silva	PT	Assemblée de Deus	F	F	F	F	F	F
Edésio Frias	PDT	Batista	F	F	F	F	F	F
Arolde de Oliveira	PFL	Batista	C	C	C	C	C	A
Enoc Vieira	PFL	Batista	C	C	C	A	C	A
Eraldo Tinoco	PFL	Batista	C	C	C	C	C	C
Fausto Rocha	PFL	Batista	C	C	C	A	C	A

Edvaldo Holanda	PL	Batista	A	A	A	A	A	A
Nelson Aguiar	PMDB	Batista	F	F	F	F	F	F
Paulo Delgado	PT	Batista	F	F	F	F	F	F
Roberto Vital	PMDB	Batista Renovada	A	F	A	F	A	F
Naphitali Alves	PMDB	Cristã Evagélica	F	F	F	F	C	F
Daso Coimbra	PMDB	Congregacional	A	F	A	C	C	A
Gidel Dantas Queiroz	PMDB/PDC	Igreja de Cristo	A	F	A	A	A	F
Mário de Oliveira	PMDB	Evangelho Quadrangular	F	F	F	F	C	A
Jayme Paliarin	PTB	Evangelho Quadrangular	F	C	F	F	C	F
Lisâneas Maciel	PDT	Presbiteriana	F	F	F	F	F	F
Levy Dias	PFL	Presbiteriana	C	A	C	C	C	A
Salatiel Carvalho	PFL	Presbiteriana	F	A	F	F	C	F
Lézio Sathler	PMDB	Presbiteriana	A	F	A	F	A	F
Rubem Branquinho	PMDB	Presbiteriana	A	F	C	F	C	A
Celso Loula Dourado	PMDB	Presbiteriana Unida	F	F	F	F	F	F
Roberto Augusto Lopes	PTB	Universal do Reino de Deus	F	F	F	C	F	F

Fonte: Elaboração própria a partir do DIAP: 1988

Legenda : F= favorável; C = contre; A = abstenção; L = licenciado e B= branco. Parlamentares evangélicos em destaque = alinhados ao *Centrão*.

Pode-se verificar uma menor polarização no padrão de votação entre os parlamentares não alinhados e alinhados ao *Centrão* no que concerne as matérias definindo a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais, a fixação do turno de 6 horas de trabalho e prescrição de cinco anos. Os parlamentares evangélicos não alinhados ao *Centrão* provenientes do PT, Benedita da Silva e Paulo Delgado, assim como os do PDT, José Fernandes, Edésio Frias e Lisâneas Maciel, além de Celso Dourado, do PMDB, continuaram seguindo a orientação de seus respectivos partidos sendo os únicos a votar de maneira favorável nas quatro matérias em questão. Contudo, os demais parlamentares evangélicos não alinhados ao *Centrão* se opuseram a aprovação da maior parte destes direitos trabalhistas; aqueles alinhados ao *Centrão* praticamente votaram contra os direitos trabalhistas ou se abstiveram em algum dos dois escrutínios de votação no plenário da Câmara.

**Quadro 15. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos - Assembleia Nacional
Constituinte – 1o. e 2o. Escrutínio**

DEPUTADOS	PARTIDO	SOCIABILIDADE RELIGIOSA	Estabilidade no emprego		40 Horas		Turno de 6 horas		Prescrição 5 de anos	
			1	2	1	2	1	2	1	1
Eunice Mafalda Michiles	PFL	Adventista	C	B	F	C	A	C	C	A
Sotero Cunha	PDC	Assembleia de Deus	C	C	C	C	F	F	F	A
João de Deus	PDT	Assembleia de Deus	C	C	F	C	F	F	F	A
José Fernandes	PDT	Assembleia de Deus	F	A	F	A	F	A	F	F
Costa Ferreira	PFL	Assembleia de Deus	F	A	F	A	C	F	F	C
Orlando Camilo Pacheco	PFL	Assembleia de Deus	C	A	C	C	A	A	C	C
Antônio de Jesus Dias	PMDB	Assembleia de Deus	A	C	C	A	C	A	F	F
Eliel Rodrigues	PMDB	Assembleia de Deus	C	C	C	C	C	F	C	C
José Viana	PMDB	Assembleia de Deus	C	A	C	C	A	F	F	F
Manoel Moreira	PMDB	Assembleia de Deus	C	F	F	F	F	F	F	F
Matheus Iensen	PMDB	Assembleia de Deus	C	C	C	A	C	A	C	C
Milton João Soares Barbosa	PMDB	Assembleia de Deus	C	C	C	C	C	F	F	C
Benedita da Silva	PT	Assembleia de Deus	F	F	F	F	F	F	F	F
Edésio Frias	PDT	Batista	F	F	F	F	F	F	F	F
Arolde de Oliveira	PFL	Batista	A	A	A	A	A	A	F	C
Enoc Vieira	PFL	Batista	C	C	C	C	C	A	A	A
Eraldo Tinoco	PFL	Batista	C	C	C	C	C	C	C	C
Fausto Rocha	PFL	Batista	C	C	C	C	C	C	F	C
Edvaldo Holanda	PL	Baptiste	L	A	L	A	L	A	L	A
Nelson Aguiar	PMDB	Baptiste	F	A	F	F	F	F	F	F
Paulo Delgado	PT	Baptiste	F	F	F	F	F	F	F	F
Roberto Vital	PMDB	Batista Renovada	C	C	C	A	F	F	F	C
Naphitali Alves	PMDB	Cristã Evangélica	C	C	C	C	C	C	F	F
Daso Coimbra	PMDB	Congregacional	C	A	C	A	C	A	C	C
Gidel Dantas Queiroz	PMDB/PDC	Igreja de Cristo	C	C	C	A	F	F	F	F
Mário de Oliveira	PMDB	Evangelho Quadrangular	C	C	A	C	A	F	F	A
Jayme Paliarin	PTB	Evangelho Quadrangular	F	C	F	F	F	F	F	A
Lisâneas Maciel	PDT	Presbiteriana	F	F	F	F	F	F	F	F

Levy Dias	PFL	Presbiteriana	C	A	C	C	C	A	A	C
Salatiel Carvalho	PFL	Presbiteriana	C	A	F	A	F	F	F	A
Lézio Sathler	PMDB	Presbiteriana	F	C	F	C	F	F	F	A
Rubem Branquinho	PMDB	Presbiteriana	C	A	C	C	C	A	A	C
Celso Loula Dourado	PMDB	Presbiteriana Unida	F	F	F	F	F	F	F	F
Roberto Augustus Lopes	PTB	Universal do Reino de Deus	C	C	C	C	F	F	C	C

Fonte: Elaboração própria a partir do DIAP: 1988

Legenda : F= favorável; C = contra; A = abstenção; L = licenciado e B = branco. Parlamentares evangélicos em destaque = alinhados ao *Centrão*.

Por meio dos dados do DIAP também foi possível demonstrar o comportamento políticos dos parlamentares evangélicos em oito matérias gerais votadas na Constituinte, quais sejam: a criação de uma Central Sindical Única, o sistema de governo para o país, a fixação do mandato do presidente Sarney, a aposentadoria proporcional, a reforma agrária, o direito de greve ao funcionário público, a criação de uma Defensoria Pública e, finalmente, o monopólio da distribuição de petróleo no Brasil. O padrão de votação nestas matérias mostrou uma maior coesão da bancada evangélica. Assim, 20 deputados constituintes evangélicos votaram favoravelmente a criação de uma Central Sindical Única; 5 votaram em branco; 5 se abstiveram; um se licenciou; e apenas 3 votaram contra, todos identificados com o *Centrão*.

Com a presença de todos os 559 membros da Constituinte e apoio decisivo do *Centrão*, em 22 de março de 1988, foram aprovadas a manutenção do regime de governo presidencialista assim como a duração de cinco anos para o mandato do presidente José Sarney. Contudo, a decisão dividiria o PMDB uma vez que os constituintes favoráveis ao parlamentarismo como os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa, além de outros deputados romperiam com a agremiação partidária para fundar, em junho de 1988, o *Partido Social Democrata Brasileira*, o PSDB³⁵⁸.

³⁵⁸ Jornal do Senado, 2008. Derrotada a emenda, os parlamentaristas ainda conseguiram incluir nas Disposições Transitórias da Constituição um artigo que previu a realização de um plebiscito pelo qual, cinco anos mais tarde, a população decidiria se queria mudar o regime de governo. Porém, em 21 de abril de 1993, o presidencialismo, com apoio do PT de Luiz Inácio Lula da Silva e do PDT de Leonel Brizola, obteve mais de dois terços do voto popular (69% dos votos válidos) e foi confirmado como melhor opção para o governo do país.

A definição do regime de governo presidencialista foi praticamente uma unanimidade entre os parlamentares evangélicos uma vez que 30 dos 34 constituintes do grupo de pressão confessional votaram a favor do presidencialismo; apenas um se licenciou nesta votação e três votaram a favor do sistema de governo parlamentarista. Já a fixação do mandato de cinco anos para Sarney não foi consensual uma vez que 24 constituintes evangélicos, a maior parte alinhada ao *Centrão*, votaram favoravelmente enquanto que 10 foram contrários.

Quadro 16. Votação dos Deputados Constituintes Evangélicos - Assembleia Nacional Constituinte – Matérias Gerais

DEPUTADO	PARTIDO	SOCIABILIDADE RELIGIOSA	Central Sindical Única	Regime de Governo	5 anos Sarney	Aposentadoria Proporcional	Reforma Agrária	Direito de greve do funcionário público	Defensor Público	Monopólio da distribuição de petróleo
Eunice Mafalda Michiles	PFL	Adventista	B	Pres	F	B	C	C	C	C
Sotero Cunha	PDC	Assembleia de Deus	F	Pres	F	F	A	F	C	F
João de Deus	PDT	Assembleia de Deus	F	Pres	F	F	C	C	B	F
José Fernandes	PDT	Assembleia de Deus	F	Pres	C	F	F	F	F	A
Costa Ferreira	PFL	Assembleia de Deus	F	Pres	F	F	C	A	C	C
Orlando Camilo Pacheco	PFL	Assembleia de Deus	F	Pres	C	F	F	A	F	F
Antônio de Jesus Dias	PMDB	Assembleia de Deus	F	Pres	F	F	C	C	C	C
Eliel Rodrigues	PMDB	Assembleia de Deus	B	Pres	F	F	C	C	C	C
José Viana	PMDB	Assembleia de Deus	F	Pres	F	F	F	F	C	F
Manoel Moreira	PMDB	Assembleia de Deus	F	Pres	F	F	F	A	C	C
Matheus Iensen	PMDB	Assembleia de Deus	F	Pres	F	F	C	A	C	C
Milton João Soares Barbosa	PMDB	Assembleia de Deus	A	Pres	F	F	C	F	C	F
Benedita da Silva	PT	Assembleia de Deus	B	Pres	C	F	F	F	F	F
Edésio Frias	PDT	Batista	F	Pres	C	F	F	A	C	F
Arolde de Oliveira	PFL	Batista	C	Pres	F	F	C	C	A	C
Enoc Vieira	PFL	Batista	F	Pres	F	F	C	A	C	C
Eraldo Tinoco	PFL	Batista	B	Pres	F	B	C	C	C	C
Fausto Rocha	PFL	Batista	C	Pres	F	A	C	C	C	C

Edvaldo Holanda	PL	Batista	L	L	F	F	C	L	L	L
Nelson Aguiar	PMDB	Batista	F	Pres	C	F	F	A	F	F
Paulo Delgado	PT	Batista	B	Pres	C	F	F	F	F	F
Roberto Vital	PMDB	Batista Renovada	A	Pres	F	F	A	F	C	F
Naphitali Alves	PMDB	Cristã Evangélica	F	Pres	F	F	C	A	C	F
Daso Coimbra	PMDB	Congregacional	A	Pres	F	F	C	C	C	C
Gidel Dantas Queiroz	PMDB/PDC	Igreja de Cristo	F	Pres	F	F	C	C	C	F
Mário de Oliveira	PMDB	Evangelho Quadrangular	F	Pres	F	F	F	A	C	C
Jayme Paliarin	PTB	Evangelho Quadrangular	C	Par	C	F	C	A	F	C
Lisâneas Maciel	PDT	Presbiteriana	F	Pres	C	F	F	A	F	F
Levy Dias	PFL	Presbiteriana	A	Pres	F	F	C	F	C	C
Salatiel Carvalho	PFL	Presbiteriana	F	Pres	F	A	C	A	A	F
Lézio Sathler	PMDB	Presbiteriana	A	Par	C	F	F	A	F	C
Rubem Branquinho	PMDB	Presbiteriana	F	Pres	F	A	C	A	A	C
Celso Loula Dourado	PMDB	Presbiteriana Unida	F	Par	C	F	F	F	C	C
Roberto Augusto Lopes	PTB	Universal do Reino de Deus	F	Pres	F	F	C	A	C	F

Fonte: Elaboração própria a partir do DIAP, 1988.

Legenda: F = favorável; C = contra; A = abstenção; L = licenciado e B= branco. Parlamentares evangélicos em destaque = alinhados ao *Centrão*.

A votação da matéria que tratava da aposentadoria proporcional foi outro tema de consenso entre os constituintes evangélicos: 29 foram favoráveis; 2 votaram em branco; e 3 se abstiveram. Já a polêmica questão da reforma agrária dividiu os evangélicos como dividiria a maioria dos constituintes brasileiros. A definição aprovada pela *Comissão de Sistematização*, cujo relator foi o senador Fernando Henrique Cardoso, de que as terras teriam que cumprir sua "função social" permitindo que imóveis produtivos fossem atingidos levou à reação e à articulação do *Centrão*, em agosto de 1987. Contando com cerca de 310 votos, 30 a mais que a maioria absoluta da Constituinte, o grupo conseguiu primeiramente aprovar a alteração do *Regimento Interno da Constituinte* visando facilitar a alteração do relatório da *Comissão de Sistematização* e, em 05 de maio de 1988, apresentou

substitutivo que não foi aprovado em votação³⁵⁹. Os progressistas teriam mais votos no pleito seguinte: 267 contra 253. Contudo, sem atingir os 280 votos necessários para a aprovação da matéria, a reforma agrária no Brasil não seria aprovada³⁶⁰. Neste contexto, apenas 12 constituintes evangélicos não alinhados ao *Centrão* e provenientes dos partidos mais progressistas votaram a favor da reforma agrária; 20 congressistas evangélicos, a maioria alinhada ao *Centrão*, votaram contra, excetuando o assembleiano Orlando Camilo Pacheco (PFL) identificado com o *Centro Democrático* mas que votou favoravelmente à reforma agrária; finalmente, 2 outros constituintes da *Bancada Evangélica* se abstiveram.

A votação do direito de greve aos funcionários públicos novamente polarizaria os constituintes evangélicos alinhados e não alinhados ao *Centrão*. Foram 9 constituintes evangélicos favoráveis e 9 contra; um parlamentar estava licenciado e não votou; entretanto, pode-se observar, pela primeira vez, um número de abstenções superior ao de votos favoráveis e contra, sendo 15 abstenções.

O penúltimo turno de votação de matérias gerais no plenário da Câmara ocupou-se da aprovação de uma Defensoria Pública³⁶¹. Porém, doze constituintes evangélicos alinhados ao *Centrão* votaram contra; 1 votou em branco; 2 estiveram ausentes e apenas 2 votaram a favor. Mas também entre os não alinhados, os votos contrários à criação de uma Defensoria Pública superaram os favoráveis: 10 votaram contra a matéria, 5 votaram a favor, 1 se licenciou e 1 se absteve.

A questão do monopólio do petróleo no Brasil fecharia o turno de votações sobre matérias gerais na Assembleia Nacional Constituinte. Os constituintes progressistas de 1988 conseguiram impedir qualquer cessão ou concessão por parte da União de qualquer atividade do setor petrolífero, à exceção das atividades de distribuição. Manteve-se, assim, a possibilidade de a União, por

³⁵⁹ Câmara dos Deputados, 1988.

³⁶⁰ Carta Capital, 2013.

³⁶¹ A Defensoria Pública é citada diretamente na Constituição promulgada em 5 de outubro de 1988 nos arts. 21, XIII; 22, XVII; 24, XIII; 33, §3º; 48, IX; 61, §1º, II, d; 134 e 235, VII e, no Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o art. 22, constituindo exemplo nítido e palpitante da feição cidadã da nova Carta Constitucional.

meio da Petrobras, continuar exercendo o monopólio estatal do petróleo³⁶². Contudo, dos 17 constituintes evangélicos alinhados ao Centrão, 14 votaram contra e apenas 3 a favor da matéria. Quanto aos constituintes evangélicos não alinhados: 11 foram a favor do monopólio estatal do petróleo; apenas 4 votaram contra; um se absteve e 1 constituinte continuava licenciado.

Finalmente, os deputados constituintes ainda se pronunciariam nas votações de matéria de âmbito moral, quais sejam: adoção da pena de morte, a descriminalização do aborto, a legalização do “jogo do bicho” (jogo de azar), a proibição do comércio de sangue, além do rompimento das relações com países praticantes de políticas de discriminação racial (Quadro 12).

No que concerne ao primeiro desses temas, os deputados constituintes evangélicos praticamente foram unânimes em rejeitar a adoção da pena de morte no Brasil. Vinte e oito deputados evangélicos se posicionaram contra, um se absteve e 5 não votaram.

Cara à moral protestante, a proibição de qualquer forma de jogos de azar expressou-se na Constituinte por meio da quase unanimidade dos parlamentares evangélicos pela não legalização do “jogo do bicho”. A proibição de jogos de azar foi instituída no Brasil durante o Governo de Eurico Gaspar Dutra através de Decreto-Lei, em 1946. Assim, dos 34 deputados constituintes evangélicos, 23 votaram contra a legalização do “jogo do bicho”. Sem querer confrontar a moral religiosa, os demais deputados não votaram. Para se ter uma ideia da força da interdição pelas sociabilidades religiosas protestantes, mesmo os deputados de esquerda, inclusive os que viriam a ser favoráveis a descriminalização do aborto, ou votaram contra ou simplesmente não votaram essa matéria.

Com o mote “sangue não é mercadoria”, a matéria sobre a proibição do comércio de sangue – e que incluía a comercialização de órgãos e tecidos humanos

³⁶² Câmara dos Deputados, 2008. A Constituição deixou clara a opção pelo regime dominial e pela concessão administrativa para exploração dos recursos minerais. No entanto, dispensou tratamento específico para o petróleo. Ela estabeleceu como monopólios da União: a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; o refino do petróleo nacional ou estrangeiro; a importação e exportação dos produtos e derivados básicos dessas atividades; o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País; e o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem. No entanto, na década de 90 houve uma mudança do texto relativo ao setor. A Emenda Constitucional 9/95 abriu a possibilidade de a União contratar empresas estatais ou privadas para a exploração e a produção de petróleo e gás natural.

– gerou polemica entre os constituintes, porém foi aprovada pela maioria dos deputados. Entre os parlamentares evangélicos, 15 foram a favor da proibição do comercio de sangue, 5 foram contra, 13 não votaram e 1 se absteve. Cabe observar que o que se pretendia não era a estatização dos bancos de sangue mas, sim, a regulação da atividade por parte do Estado, pois

“O texto aprovado proíbe os bancos de sangue particulares, que transformaram a atividade em uma fonte de renda, vedando todo tipo de comercialização. Prevê ainda a elaboração de lei ordinária para dispor sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e derivados.”³⁶³

No conjunto de propostas discutidas na Constituinte sobre os direitos humanos como princípio da política externa brasileira, foi incluído o tema *Repudio ao racismo*. Tendo como pano de fundo o regime de *apartheid* na Africa do Sul, esse tema confrontou o movimento negro, que defendia a constituicionalização da proibição de relações políticas e econômicas do Brasil com países que adotassem políticas oficiais de discriminação racial, ao Itamaraty, que “colocou-se frontalmente contrário a um dispositivo constitucional que, potencialmente, pudesse impor um rompimento de relações políticas e econômicas com outros países.”³⁶⁴ Destaca-se, mais uma vez, a deputada Benedita da Silva (PT/RJ) por sua atuação como parlamentar evangélica em defesa dessa matéria. Votada em Plenário, prevaleceu o dispositivo constitucional mais brando defendido pelo Itamaraty. Os constituintes evangélicos atuaram nessa votação de acordo com o posicionamento que prevaleceu: 7 foram a favor da constituicionalização da proibição de relações políticas e econômicas do Brasil com países que adotassem políticas oficiais de discriminação racial e 10 parlamentares votaram contra; nota-se, porém, que 16 deputados evangélicos constituintes não votaram e 1 se absteve.

A descriminalização do aborto também foi um tema consensual entre os deputados constituintes evangélicos. Dos 17 parlamentares alinhados ao *Centrão*, 11 votaram contra, 5 se abstiveram e o único favorável foi o assembleiano Milton Barbosa (PMDB/BA). Entre os não alinhados, em comparação aos alinhados,

³⁶³ Costa, 1988.

³⁶⁴ Valente, 2016: 15.

apenas 6 deputados constituintes evangélicos votaram contra descriminalização do aborto, 5 não votaram e 6 foram favoráveis, quais sejam: o presbiteriano unido Celso Dourado (PMDB/), caracterizado como político de Centro-esquerda; os dois representantes do PT, ambos da esquerda, a assembleiana Benedita da Silva (RJ) e o batista Paulo Delgado (MG), e os dois deputados evangélicos do PDT, o presbiteriano Lisâneas Maciel (RJ) e o batista Nelson Aguiar (ES). É importante destacar que no Brasil o aborto é considerado crime contra a vida conforme Código Penal vigente desde 1984. A rejeição da descriminalização do aborto permaneceria sendo tratada no Brasil como questão de e para a saúde pública e não uma questão de escolha individual relacionada à defesa dos Direitos Humanos, sendo permitido em apenas duas situações: quando não há outro meio para salvar a vida da gestante ou é resultado de estupro. Na Constituinte a vitória da manutenção do aborto como crime é mais uma concessão a grupos de pressão religiosos, dentre eles, católicos, protestantes, pentecostais, neopentecostais, espíritas, que representam milhões de votos nas urnas.

Quadro 17. Votações de matérias de âmbito moral.

IDEOLOGIA	CENTRÃO	DEPUTADO CONSTITUINTE	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	MATÉRIAS DE ÂMBITO MORAL			
					Adoção da pena de morte	Legalização do jogo do bicho	Proibição do comércio de sangue	Rompimento das relações diplomáticas com países de política de discriminação racial
Centro-direita	Alinhados	Antônio de Jesus Dias	PMDB	Assemb. de Deus	C	C	F	F
		Arolde de Oliveira	PFL	Batista	C	C	F	C
		Daso Coimbra	PMDB	Congregacional	C	C	C	-
		Eliel Rodrigues	PMDB	Assemb. de Deus	C	C	-	-
		Enoc Vieira	PFL	Batista	C	-	-	C
		Eraldo Tinoco Melo	PFL	Batista	C	-	-	C
		Eunice Michiles	PFL	Adventista	-	-	C	C
		Fausto Auromir Rocha	PFL	Batista	C	C	C	C
		Levy Dias	PFL	Presbiteriana Independente	C	C	F	C
		Matheus Iensen	PMDB	Assemb. de Deus	C	C	F	C
		Orlando Pacheco	PFL	Assemb. de Deus	-	-	F	-
		Rubem Soares Branquinho	PMDB	Presbiteriana	C	C	F	C
	Não Alinhados	Edivaldo Holanda	PL	Batista	-	-	-	-
Gidel Dantas	PMDB/PDC	Igreja de Cristo	C	C	F	AB		

		Roberto Augusto Lopes	PTB	Universal do Reino de Deus	C	C	-	C
		Roberto Vital	PTB	Batista Renovada	C	-	-	-
		Salatiel Sousa Carvalho	PFL	Assemb. de Deus	C	C	F	-
Centro	Alinhados	Milton João Soares Barbosa	PMDB	Assemb. de Deus	AB	C	-	F
		Jayme Paliarin	PTB	Evangelho Quadrangular	C	C	-	-
		Sotéro Cunha	PDC	Assemb. de Deus	C	C	AB	F
	Não Alinhados	Manoel Moreira de Araújo Filho	PMDB	Assemb. de Deus	C	-	F	-
	Nacionalista	Não Alinhados	José Viana	PMDB	Assemb. de Deus	C	C	-
Lézio Gomes Sathler			PMDB	Presbiteriana	C	C	F	F
Mário de Oliveira			PMDB/PS C	Evangelho Quadrangular	C	C	F	-
Naphtali Alves de Souza			PMDB	Cristã Evangélica	C	C	C	C
Alinhados		Antônio da Conceição Costa Ferreira	PFL	Assemb. de Deus	-	-	F	-
		João de Deus Antunes	PTB	Assemb. de Deus	-	C	C	-
Centro-esquerda		Celso Dourado	PMDB	Presbiteriana Unida	C	C	F	F
Esquerda		Benedita da Silva	PT	Assemb. De Deus	C	-	-	F
		Paulo Gabriel Godinho Delgado	PT	Batista	C	C	-	-
Trabalhista		Edésio Frias	PDT	Batista	C	-	-	-
		José Fernandes	PDT	Assemb. De Deus	C	C	F	F
		Lysâneas Maciel	PDT	Presbiteriana	C	-	-	-
		Nelson Aguiar	PDT	Batista	C	C	F	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do DIAP, 1988; CPDOC, 2010. Câmara dos Deputados, 2017b.

Legenda: F = favorável; C = contra; A = abstenção; L = licenciado e B = branco.

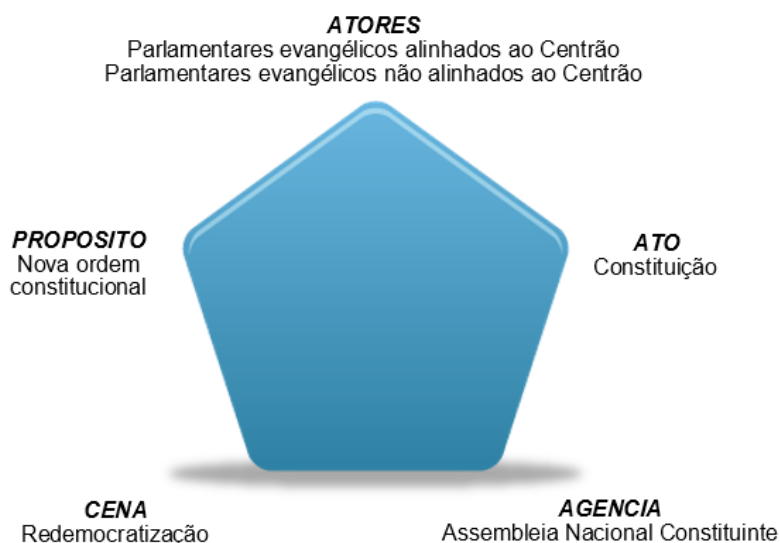
Um balanço do comportamento político da *Bancada Evangélica* na *Assembleia Nacional Constituinte* (ANC) entre 1987 e 1988, segundo os cinco vetores do pentágono de Burke (FIGURA 2), quais sejam: os atores, o ato, a agência, a cena e o propósito, permite demonstrar que na cena política de redemocratização do Brasil, os parlamentares evangélicos foram importantes atores representando um segmento confessional protestante. Atuando como deputados na *Assembleia Nacional Constituinte* contribuíram para o estabelecimento de uma nova

ordem constitucional.

No ato de elaboração da Constituição percebeu-se a polarização dos parlamentares evangélicos assim como na 47^a. Legislatura: aqueles parlamentares alinhados e os não alinhados ao *Centro Democrático* ou *Centrão*. Os 17 parlamentares evangélicos não alinhados ao lobby conservador e governista seguiram mais as orientações de seus respectivos partidos que os grupos de interesse que representavam, o que demonstra o caráter partidário do mandato, notadamente aqueles filiados ao PMDB, PT e PDT, que embora religiosamente conservadores, votaram de maneira progressista e no interesse dos movimentos sociais, de minorias, das classes trabalhadoras.

Por contraste, os 17 parlamentares evangélicos alinhados ao *Centrão* votaram nos interesses do governo, dos militares e do patronato rural e urbano. Mas enquanto os evangélicos provenientes do protestantismo de missão - presbiterianos e batistas - votavam norteados pelo elitismo de classe, sendo suas sociabilidades religiosas expressão da classe média e alta no Brasil, os pentecostais, especialmente os assembleianos – excetuando aqueles filiados ao PT, atuaram na Constituinte como representantes do grupo de interesse confessional a que pertenciam, a Igreja Assembleia de Deus, e motivados por afinidades eletivas com os conservadores, alinharam-se ao grupo de pressão governista - o *Centrão* - votando inclusive contra o interesse dos segmentos populares que representariam como canais de seus partidos.

Figura 3. Pentágono de Burke aplicado a 48ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

Embora a Carta Constitucional promulgada em 1988 tenha sido a mais progressista dentre as seis que o Brasil já conheceu em sua história, notadamente no que concerne à salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e das minorias, a ponto de ser chamada de Constituição “Cidadã” – termo cunhado pelo deputado Ulisses Guimarães, o presidente da *Assembleia Nacional Constituinte* – o Estado ideal para os deputados constituintes evangélicos conforme foi possível perceber através do comportamento político tanto nas comissões como nas sessões de votação no plenário da Câmara encerra uma série de paradoxos. Sendo representantes de sociabilidades confessionais protestantes dotadas, em sua maioria, de um sistema de governo eclesiástico praticando a direta democracia – Igreja Batista, Congregacional, do Evangelho Quadrangular e Assembleia de Deus – os deputados constituintes evangélicos preferiram o sistema de governo presidencialista ao parlamentarista, justamente aquele que os privilegiaria. A escolha tem a ver com a cultura política brasileira – senão latino-americana – de privilegiar o chefe do executivo em detrimento do poder legislativo. Os chefes dos executivos são por eles percebidos como o pastor-patrão de suas sociabilidades religiosas: a personificação do homem forte por um lado e, de outro, o pai afetuoso e protetor que

oferece, em suas sociabilidades religiosas, um refúgio para as massas embora reproduzindo os elementos de uma cultura autoritária nutrida no paternalismo.

Tendo a Constituição assegurado amplos direitos aos cidadãos, para a maioria dos deputados constituintes evangélicos, entretanto, o Estado ideal, além de presidencialista, seria economicamente neoliberal, socialmente excludente, e politicamente restrito e destituído de uma cultura dos Direitos Humanos enraizada no liberalismo político.

Por fim, a atuação dos deputados constituintes evangélicos prosseguiria nas próximas legislaturas articulando-se como grupo de pressão confessional visando não apenas a obtenção de vantagens para suas sociabilidades religiosas mas também impor ao conjunto da população políticas públicas inspiradas na moral privada como deixou claro a deputada Eunice Michiles ao reagir a matéria jornalística intitulada “Evangélicos trocam votos por vantagens”: “Entendo, obviamente, ser legítimo pleitear benefícios para nossas comunidades – afinal, estamos aqui para isso – nunca porém, em nome da nossa fé ou em troca de votos.” (Deputada Eunice Michiles, PFL/AM)³⁶⁵

Sendo consequência da proclamação da República em 1889, o regime de laicidade instaurado no Brasil com o Decreto no. 119-A, de 07/01/1890, de autoria de Ruy Barbosa, não impediria o protagonismo da Igreja católica na cena política do país. Dominando o campo religioso brasileiro como fizera desde os tempos coloniais, a Igreja soube igualmente manter relações privilegiadas com o Estado. A partir da Nova República, entretanto, a pluralização do campo religioso brasileiro teve como principal consequência a emergência de um campo concorrencial e que passaria a transpor a “guerra religiosa” entre a Igreja e as novas sociabilidades confessionais principalmente protestantes ao campo político-partidário. Lutando pelo estabelecimento de um Estado multireligioso, a conquista pelos evangélicos do espaço público, em geral, e do poder legislativo, em particular, começaria com a participação na definição de uma nova ordem constitucional. Simbolicamente, a grande vitória dos parlamentares evangélicos na Constituinte foi poder inscrever o nome de Deus, ainda que no Preambulo da Constituição.

³⁶⁵ Discurso pronunciado em 09 de agosto de 1988 – Publicado em 10 de agosto de 1988: 12.385, Bancada Evangélica.

"Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, **sob a proteção de Deus**³⁶⁶, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil".

³⁶⁶ Grifo meu.

CAPÍTULO 4: PARLAMENTARES EVANGÉLICOS NA NOVA REPÚBLICA: DO IMPEACHMENT DE COLLOR AO IMPEACHMENT DE DILMA

O presente capítulo analisa um universo de 237 parlamentares evangélicos atuando na cena legislativa brasileira durante um período delimitado por sete legislaturas na Câmara dos Deputados Federais, da 47^a legislatura (1991-1994) à 55^a legislatura (2015-2018). Ela se inicia com o intrincado retorno do Brasil à via democrática marcada pela eleição, seguida do afastamento de Collor de Mello do posto de chefe do executivo em 1992, e se estende num processo inconcluso até o golpe parlamentar-jurídico-midiático, na qual as elites evangélicas participaram ativamente, responsável pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff da presidência da República sem crime de responsabilidade em 2016.

Para além da compreensão global do perfil parlamentar dessa nova elite confessional, a visão de conjunto da atuação dos parlamentares evangélicos em todas as legislaturas da Nova República permite interrogar o próprio papel do político profissional na sociedade brasileira no final do século XX e início do XXI. Ela diz respeito, segundo Alcântara, à um processo que envolve a militância do político, seu recrutamento e seleção político-partidário, sua participação na competição eleitoral até o desenvolvimento de uma carreira na esfera pública³⁶⁷. Contudo, o presidencialismo de coalizão e a institucionalização das *Frentes Parlamentares* pela Câmara dos Deputados que dele decorre, tem favorecido a emergência de poderosos grupos de interesse no Congresso Nacional, inclusive o confessional, atuando por meio de lobbies, como a *Frente Parlamentar Evangélica*, exercendo direta pressão nos governos de maneira a dispensar a mediação dos partidos políticos em busca de vantagens pessoais ou do grupo em detrimento do bem comum. Além de incentivar a prática fisiológica, a emergência de grupos de pressão no Congresso Nacional tem transformado o poder legislativo ao incorporar um novo *modus operandi* caracterizado por relações mercadológicas no Parlamento quando deveria ser norteada pela ética e pela ideologia político-partidária.

Nesse sentido, os parlamentares evangélicos têm se notabilizado de maneira exemplar como o tipo de uma nova elite parlamentar confessional atuando

³⁶⁷ Alcântara, 2012.

no Congresso Nacional como grupo de pressão no interesse dos grupos confessionais que representam, ao lado das velhas oligarquias rurais, os ruralistas, e da mais recente elite patronal, os empresários. Os segmentos evangélicos representam uma força política não desprezível a tal ponto que o postulante à um cargo público eletivo busca apoio para a construção de sua candidatura. Os evangélicos também dispensam a competição eleitoral uma vez que os processos de recrutamento e seleção do político se realizam de maneira interna dentro das próprias sociabilidades religiosas que os elege à partir do corporativismo religioso. Por fim, reunidos em uma *Frente Parlamentar Evangélica*, o mandato eletivo do político, representado pelo partido, desaparece face a emergência de um ator coletivo que deixa de agir visando o bem comum. Mas é na imposição de sua moral religiosa transformada em políticas públicas ao conjunto da população que a atuação dos parlamentares evangélicos tem ganhado notabilidade e fomentado o debate público até à polarização dos segmentos sociais levando às clivagens entre ambos. Para além da retórica que move a agenda moral, a atuação dos parlamentares evangélicos na Câmara dos Deputados tem se notabilizado por paralisar agendas de mudança social de governos progressistas, incluindo-se, quando necessário, o apoio ao processo de deposição da presidenta sem crime de responsabilidade.

4.1 Parlamentares Evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994) e instabilidade democrática: da eleição ao impeachment de Collor

Estimado em 70 milhões de eleitores, os brasileiros retornaram a escolher governadores pelo voto direto em 1982 e prefeitos das capitais e partes dos municípios em 1985. Contudo, sem eleições diretas para presidente desde 1960, a primeira eleição do chefe do Executivo da Nova República, depois de um interregno de 29 anos, ocorreria num pleito realizado em dois turnos e separadamente das eleições majoritária e proporcional em 1989³⁶⁸. Mais uma vez, a candidatura de Íris Rezende, ministro da Agricultura do governo Sarney nas prévias do PMDB tornou-se consensual para os segmentos protestantes que alimentavam a esperança de ser

³⁶⁸ Pragmatismo Político, 2014.

representados por um presidente evangélico eleito por eles. Além do apoio da denominação a que pertencia, a *Igreja Cristã Evangélica*, de Goiânia, e dos segmentos batistas do Rio de Janeiro que cogitavam apoiá-lo, Rezende ainda contaria com o suporte entusiástico dos principais líderes da maior sociabilidade religiosa protestante do país, a pentecostal *Igreja Assembleia de Deus*. Durante o encontro nacional realizado em 17 de abril de 1989 para a inauguração da igreja sede em Taguatinga, Brasília, o pastor Manoel Ferreira profetizou que Rezende seria o próximo presidente do Brasil e se comprometeu a convencer o seu “rebanho” e toda a nação a apoiar o homem que tem sido usado por Deus para produzir supersafras de alimentos. Além disso, alguns dias antes da convenção do partido realizada em abril de 1989, Íris Rezende receberia, num almoço em Brasília, o apoio formalizado através de um manifesto em que eram signatários mais de setecentos empresários e pastores de todo o Brasil³⁶⁹. Mas com a derrota de Rezende na convenção do PMDB para Ulisses Guimarães, os segmentos protestantes teriam que adiar sua ambição política e se contentar em escolher um dentre os 22 candidatos que disputariam o primeiro turno das presidenciais de 1989, um record ainda hoje não superado no Brasil.

Entre eles destacavam-se figuras de peso da política brasileira como o próprio Ulisses Guimarães, o presidente do PMDB, o histórico partido que se opôs ao regime militar; o ex-prefeito de São Paulo e senador Mário Covas, fundador do *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), agremiação político-partidária surgida em 1988, como uma dissidência do PMDB; o reacionário empresário Paulo Salim Maluf, do *Partido Democrático Social* (PDS), antiga ARENA, ex-candidato do governo militar à presidência indireta da República derrotado em 1985; Leonel Brizola pelo *Partido Democrático Trabalhista* (PDT), um dos mais destacados líderes nacionalistas do país; além do fundador do *Partido dos Trabalhadores* (PT), Luís Inácio Lula da Silva, que despontava no cenário nacional após sua atuação na Constituinte, mas que desde os anos 1970 se estabeleceu na cena política como um dos mais importantes líderes sindicais do Brasil. Fernando Collor de Mello era um *outsider* da política nacional. Pouco conhecido até sua candidatura à presidencial de 1989, tinha sido governador de Alagoas entre 1982 a 1986 através de nomeação

³⁶⁹ Mariano & Pierucci, 1992: 94.

pelo regime militar e candidatou-se às eleições presidenciais representando o inexpressivo *Partido da Reconstrução Nacional* (PRN), agremiação político partidária rebatizada em 1989, mas que surgiu em 1985, como o *Partido da Juventude* (PJ) visando, sem sucesso, as eleições de prefeitos nas capitais dos Estados assim como nos municípios então considerados áreas de segurança nacional pelo regime militar e, por isso, nomeados pelos governadores estaduais³⁷⁰.

A grande oferta de candidatos que disputaram o primeiro turno das eleições presidenciais dispersou o voto evangélico, uma nova força política que contava com mais de 24 milhões de fiéis em todo o Brasil. Por um lado, e pela primeira vez na história política do país, os candidatos à presidência passaram a cobiçar o voto evangélico. Ulisses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Paulo Maluf (PDS) e Fernando Collor de Mello (PRN) são exemplos de políticos que passaram a incluir em suas agendas de campanha a busca dos segmentos religiosos não católicos. Todos visitaram a sede da *Igreja Assembleia de Deus* em São Paulo, buscando conquistar o eleitorado evangélico. Collor de Mello ainda participou de programas das doze rádios da *Igreja Universal do Reino de Deus*, de propriedade de Edir Macedo prometendo que *juntos e com muita fé em Deus iriam reconstruir o Brasil*³⁷¹.

Por outro lado, os principais segmentos protestantes passavam a atuar como grupos de interesse tentando não apenas influenciar o resultado do pleito eleitoral como também obter vantagens para as suas sociabilidades religiosas. Como exemplo da primeira estratégia destaca-se o comportamento paradigmático de Eduardo Ezdrogevsc, líder nacional da *Igreja do Evangelho Quadrangular* que, argumentando que *a esquerda tem dificultado o nosso trabalho em todo o mundo* enviou cartas a oito mil pastores da denominação recomendando que não votassem nos candidatos da esquerda, notadamente em Lula, do *Partido dos Trabalhadores* (PT); Roberto Freire, do *Partido Comunista Brasileiro* (PCB); Mário Covas, do *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB), e Brizola, do *Partido Democrático Trabalhista* (PDT)³⁷².

Como exemplo da segunda, a da busca de vantagens pessoais

³⁷⁰ CPDOC, 2010.

³⁷¹ Mariano & Pierucci, 1992: 94.

³⁷² Mariano & Pierucci, 1992: 95.

explorando o filão eleitoral, podemos citar o empresário e pastor evangélico da *Assembleia de Deus*, Armando Corrêa da Silva, protagonista de um dos maiores escândalos eleitorais das eleições presidenciais de 1989. Demonstrando insatisfação com a candidatura oficial do pouco carismático Aureliano Chaves, vice-presidente de João Batista de Lima Figueiredo, último dos cinco presidentes do governo militar entre 1979-1985, políticos nordestinos do PFL, como Hugo Napoleão e Edison Lobão, procuraram o pastor assembleiano Armando Correia no intuito de convencê-lo a ceder sua candidatura a um dos maiores comunicadores de televisão do Brasil. Proprietário da legenda *Partido Municipalista Brasileiro*, o PMB não era um partido político protestante, mas era o partido de um protestante e político que se lançou na disputa presidencial de 1989 utilizando a agremiação partidária para a busca de seus fins pessoais como havia feito em 1985 e 1988, quando se candidatou à prefeitura de São Paulo chegando, contudo, em penúltimo lugar em ambos os pleitos. Sem chances reais de vitória e sem contar com o apoio dos segmentos evangélicos, como no caso de Íris Resende, às vésperas da eleição, numa negociata de bastidores que ocorreu em 5 de outubro de 1989, o pastor Armando Corrêa abriu mão de sua candidatura em prol do empresário e apresentador de programas de auditório Silvio Santos, proprietário da rede nacional de comunicação: *Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)*³⁷³. A candidatura oficial de Silvio Santos foi lançada pelo militar e enfermeiro evangélico José Severino Silva Felinto, cuja projeção conquistada na imprensa nacional, somada ao apoio da *Igreja Universal do Reino de Deus*, o levou à disputa duma cadeira legislativa na Câmara dos Deputados, no ano seguinte, onde obteve apenas uma suplência³⁷⁴.

Embora fosse filiado ao PFL, o ingresso de Silvio Santos na cena política

³⁷³ Mariano & Pierucci, 1992: 95.

³⁷⁴ CPDOC, 2010. O iurdiano José Severino Silva Felinto nasceu em Aracaju, Estado de Sergipe, no dia 12 de julho de 1952. Iniciou a carreira político-partidária elegendo-se ao legislativo municipal exercendo o mandato de vereador em Curitiba, pelo PMDB. Em 1986 foi eleito ao legislativo estadual ocupando uma cadeira na Assembleia Legislativa do Paraná. Embora na eleição de 1990 tivesse conseguido apenas uma suplência na Câmara dos Deputados, José Felinto, agora filiado ao *Partido Social Trabalhista (PTS)*, chegou a ocupar o mandato de Homero Oguido, que assumiu a *Secretaria de Desenvolvimento Urbano* do Estado do Paraná, a partir de 18 de março de 1991, atuando nos trabalhos legislativos como membro da *Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias*. Em outubro de 1994, concorreu à reeleição pela legenda do Partido Progressista (PP), obtendo apenas uma suplência. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1995, no fim da legislatura. Disputou uma vaga na Assembleia Legislativa paranaense em outubro de 1998, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), mas não conseguiu se eleger. No pleito de outubro de 2006, concorreu mais uma vez a uma vaga de deputado federal pelo *Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA)*, não obtendo os votos necessários para se eleger.

pelo PMB desestabilizou a campanha eleitoral ameaçando tanto os políticos tradicionais quanto os “novos” candidatos. Utilizando-se apenas dos cinco minutos de propaganda eleitoral gratuita disponibilizado pelo *Tribunal Superior Eleitoral* (TSE), Silvio Santos explicava a seus potenciais eleitores que seu nome não apareceria na cédula eleitoral no dia da eleição e aproveitava para pedir que votassem nele assinalando o número 26-Corrêa. A estratégia dos conspiradores do PFL pareceu funcionar pois, gozando de grande popularidade entre as classes economicamente mais baixas da população, algumas pesquisas de intenção de voto realizadas antes do pleito apontavam o empresário entre os primeiros colocados da disputa presidencial. Contudo, após tumultuar o processo eleitoral, poucos dias antes do primeiro turno realizado em 15 de novembro de 1989, tanto a candidatura de Silvio Santos quanto o registro do partido foram impugnados pelo TSE, colocando um fim não apenas às ambições políticas do empresário de televisão, mas igualmente à curta existência do PMB como agremiação político-partidária³⁷⁵.

Para os segmentos evangélicos, assim como para muitos outros setores da população brasileira, o primeiro turno das eleições presidenciais foi percebido como um processo confuso. De fato, havia pouca estrutura para um pleito de tal envergadura, além da pouca experiência da parte do eleitorado brasileiro que se somava à uma grande oferta partidária contrastando com uma baixa mobilização dos novos partidos políticos que apareceram na cena nacional. Cansados de uma gestão do poder do tipo burocrático-autoritária encarnada tanto pelos presidentes militares velhos em idade, quanto dos “velhos” políticos de sempre, o eleitorado brasileiro, para surpresa geral, levou ao segundo turno dois jovens políticos brasileiros que representavam “o novo” no cenário nacional.

Com a definição dos dois candidatos que disputariam o segundo turno, a eleição presidencial tornou mais simples o processo decisório para o eleitorado brasileiro, o que não significa que ele tenha sido menos complexo, uma vez que o pleito passou a ser revestido de um significado simbólico para os segmentos evangélicos assim como para muitos setores conservadores da sociedade brasileira que percebiam um campo político polarizado ideologicamente entre Collor de Mello (PRN), o candidato da direita e Lula da Silva (PT), o candidato da esquerda. Embora

³⁷⁵ CPDOC, 2010.

empatados tecnicamente nas pesquisas de intenção de voto, a edição televisiva do debate entre os dois candidatos nas vésperas da eleição pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo de Televisão, se não decidiu o pleito eleitoral em favor de Collor de Mello, ajudou a influenciar os indecisos no dia da eleição. Mesmo a queda do muro de Berlim, o símbolo da Guerra Fria, em 9 de novembro de 1989, não impediu que o anticomunismo fosse novamente explorado exaustivamente pela mídia, pelos setores conservadores da sociedade brasileira - o que incluía os segmentos evangélicos - até a eleição do segundo turno realizada em 17 de dezembro de 1989. Associando o candidato da esquerda com a ameaça comunista, esses segmentos sociais “coloriram” em adesão à candidatura messiânica de Collor de Mello, que acabou se elegendo pela coligação PRN, PSC, PTR e PTS contando com 35 milhões de votos, ou 53% dos válidos, contra 31 milhões para Lula, o candidato da coligação de partidos de esquerda PT, PSB e PCdoB, ou seja, 47% dos votos válidos³⁷⁶. O êxito político de Collor de Mello pode ser considerado um triunfo não apenas do marketing eleitoral como também dos grupos de interesse midiático e evangélico que influenciaram o processo decisório em 1989³⁷⁷. Para se ter uma ideia do que isso significa, nas eleições gerais realizadas no ano seguinte, o PRN não elegeria nenhum governador nas capitais brasileiras.

Em 1990 foram realizadas as eleições majoritárias e proporcionais no Brasil. Pela primeira vez desde 1982, os eleitores brasileiros participaram do processo da escolha de seus representantes em todas as vinte e sete unidades federativas do país, embora em Alagoas, as fraudes generalizadas levassem a *Justiça Eleitoral* a postergar as eleições para o ano seguinte. Apesar do fim da ditadura, a vitória eleitoral foi conquistada pelos partidos políticos de direita. Ao todo, os aliados do governo fizeram 15 governadores contra doze da oposição. O maior número de governadores eleitos provinha do PFL – partido nascido da cisão do PDS, antiga ARENA, o partido do regime militar - com nove governadores eleitos: seis dos quais representando o Nordeste. O PMDB elegeria apenas sete governadores numa eleição marcada pelo retorno ao poder de seis governadores da safra de 1982, quais sejam Gilberto Mestrinho, do PMDB do Amazonas; o evangélico Íris Rezende, do PMDB de Goiás; Jader Barbalho, do PMDB do Pará;

³⁷⁶ Pragmatismo Político, 2014.

³⁷⁷ Santos & Araujo, 2012.

João Alves Filho, do PFL de Sergipe; José Agripino Maia, do PFL do Rio Grande do Norte e Leonel Brizola, do PDT do Rio de Janeiro. Os restantes onze postos ao governo do Estado ficariam distribuídos da seguinte maneira: 3 com o *Partido Democrático Trabalhista* (PDT); 2 com o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB); 2 com o *Partido Trabalhista Renovador* (PTR); e, com um governador cada, seguia o *Partido das Reformas Sociais* (PRS); o *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB); o *Partido Democrático Social* (PDS) e o *Partido Social Cristão* (PSC). Outros seis governadores eleitos já haviam exercido o cargo por nomeação pelo regime militar ou em substituição do titular, quais sejam: Aníbal Barcelos, do PFL do Amapá; Antônio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia; Joaquim Roriz, do PTR do Distrito Federal; Pedro Petrossian, do PTB do Mato Grosso do Sul; Hélio Garcia, do PRS de Minas Gerais e Osvaldo Piana, do PTR de Roraima³⁷⁸.

No Senado, com exceção dos Estados do Amapá e de Roraima que tiveram três vagas em disputa nas eleições de 1990, cada Estado brasileiro elegeu um senador, renovando as cadeiras preenchidas em 1982; apenas 4 senadores eleitos neste ano conseguiram se reeleger em 1990. O ex-presidente José Sarney venceu a disputa no Amapá, iniciando uma longa carreira política no legislativo federal. Pelo menos dez partidos se fizeram representar na Casa legislativa e, a exemplo do que ocorreu nas eleições para governador, as maiores bancadas no Senado ficaram em poder do PFL e do PMDB, com oito representantes cada. Comparativamente, o PDS foi o partido que mais perdeu cadeiras durante o período de oito anos caindo de quinze, em 1982, para duas em 1990; o PT e o PRN conseguiriam eleger um senador cada: Eduardo Suplicy, por São Paulo, representando o primeiro e Albano Franco, pelo Sergipe, representando o partido governista³⁷⁹.

Finalmente, na Câmara dos Deputados se fizeram representar 18 partidos políticos ocupando 503 cadeiras disponíveis na 49ª legislatura (1990-1994). Contrariamente ao que ocorreu na eleição para governadores dos Estados, o *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB) saiu vitorioso nas legislativas compondo a maior bancada partidária com 96 parlamentares (19,08% do total da Câmara). Além do PMDB, outros partidos de centro direita conquistaram a

³⁷⁸ IBGE, 2017.

³⁷⁹ IBGE, 2017.

representação parlamentar como o *Partido Progressista Reformador* (PPR), com sua bancada composta por 66 deputados federais eleitos (13,12%); o *Partido Social Democrático* (PSD), com 10 (2,0%) e o *Partido da Reconstrução Nacional* (PRN) com 4 parlamentares eleitos (0,1%).

Os partidos políticos de centro-esquerda também conseguiam uma boa colocação no legislativo federal com o *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB) compondo a terceira maior bancada partidária com 48 deputados (9,54%) e o *Partido Democrático Trabalhista* (PDT) com 35 (7,0%), somando juntos 83 parlamentares (16,5%). O centro direita no espectro ideológico político-partidário foi representado pelo *Partido Progressista* (PP), com seus 45 deputados federais eleitos (9,14%) e pelo *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), com 29 (5,8%). A direita, entretanto, representada pelo PFL, passou a compor a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados com 89 deputados federais (17,01%).

Do lado oposto do espectro ideológico político-partidário aparecia uma esquerda não desprezível composta por 52 parlamentares (10,34%): o *Partido dos Trabalhadores* (PT) com sua bancada de 36 deputados federais (7,2%); o *Partido Comunista do Brasil* (PC do B) com 6 (1,02%); o *Partido Socialista Brasileiro* (PSB) com 10 deputados federais (2,0%). Em relação à legislatura anterior percebe-se uma diminuição dos partidos de centro seguido por um aumento da representação parlamentar de direita e esquerda. A direita, entretanto, representada pelo PFL, PPR, PSD e PRN somavam uma força composta por 169 parlamentares (33,6%) que poderiam entrar em choque ideológico com os segmentos de centro, centro esquerda e da esquerda principalmente durante os trabalhos de revisão constitucional. Prevista para esta legislatura, a revisão da Constituição de 1988, entretanto, acabou não acontecendo de maneira integral e poucas alterações foram aprovadas em decorrência do conturbado processo de impeachment do presidente Collor de Mello transcorrido no final de 1992.

Tabela 39. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994).

PARTIDO	DEPUTADOS FEDERAIS
PMDB	96
PFL	89
PSDB	48
PPR	66
PT	36
PDT	35
PP	45
PTB	29
PSB	10
PL	16
PC do B	6
PMN	3
PSD	10
PSC	3
PPS	3
PRN	4
PRP	-
PV	1
PSTU	2
PRONA	1
TOTAL	503

Fonte: DIAP, 1994.

4.1.1 Perfil dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994)

Nas eleições proporcionais de 1990, a única realizada durante o governo de um presidente já eleito no ano anterior, o número de parlamentares evangélicos titulares eleitos à Câmara dos Deputados permaneceu inalterado em relação à legislatura anterior, embora o número de deputados federais tenha diminuído para 503 em relação aos 594 parlamentares que compuseram a Constituinte e, respectivamente, a 48ª legislatura no Congresso Nacional com seus 512 deputados

federais e 82 senadores³⁸⁰. Contudo, embora 38 deputados federais evangélicos fossem eleitos à 49ª legislatura (1990-1994), deixaram a Câmara 17 deputados constituintes evangélicos – 15 titulares e 2 suplentes - que não obtiveram êxito em se reeleger à 49ª legislatura e entraram outros 19 novos deputados federais evangélicos totalizando 32 parlamentares evangélicos titulares e 6 suplentes, totalizando 38 parlamentares nessa legislatura, quais sejam o advogado batista Edésio Frias, do PDT; a professora adventista Eurides Brito da Silva, do PTR; os advogados presbiterianos Lézio Gomes Sathler, do PSDB e Lysâneas Dias Maciel, do PDT e os pastores assembleiano Milton João Soares Barbosa e Orlando Camilo Pacheco, ambos eleitos pelo PFL.

Os titulares evangélicos que não se reelegeram foram os seis deputados constituintes do PMDB: o presbiteriano unido Celso Dourado, o congregacional Daso Coimbra, o assembleiano José Viana, os batistas Nelson Aguiar e Roberto Vital e o presbiteriano Rubens Branquinho; os 4 partidários do PFL: o assembleiano Costa Ferreira; o batista Enoc Vieira; a adventista Eunice Michiles e o presbiteriano Levy Dias; os dois partidários do PTB: o quadrangular Jayme Paliarin e o ex-iurdiano bispo Roberto Augusto Lopes; Gidel Dantas, do PDC, pastor da *Igreja de Cristo*; o assembleianos José Fernandes, do PDT; o pastor assembleiano Sotéro Cunha, do PDC; e, finalmente, os dois suplentes do PMDB: os pastores Francisco Alves, presbiteriano e Norberto Schwantes, luterano.

Os 19 novos deputados federais evangélicos eleitos à 49ª legislatura ficaram distribuídos da seguinte maneira: 4 parlamentares se elegeram pelo PFL, quais sejam: a socióloga Fátima Pelaes, da *Igreja Assembleia de Deus*; o economista e professor universitário Reinhold Stephanes, o bancário Rubem da Silva Bento e o agricultor e empresário luterano Werner Wanderer.

Dois parlamentares evangélicos se elegeram respectivamente pelo *Partido Democrático Social* (PDS), os também luteranos Hugo Matias Biehl, empresário e técnico agrícola e Paulo Bauer, administrador de empresas e contador.

Outros 5 parlamentares evangélicos se elegeram pelo *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB): o médico militar Luiz Moreira da Silva, o professor e químico industrial Valdenor Guedes Soares, da *Igreja Assembleia de Deus*, o pastor Filemon

³⁸⁰ Câmara dos Deputados, 2017a; 2017c

Rodrigues da Silva, o advogado e delegado da *Polícia Federal* Aldir Cabral, da *Igreja Universal do Reino de Deus* e o agricultor Jabes Pinto Rabelo, da *Igreja Batista*.

Apenas quatro novos parlamentares evangélicos se elegeram pelo PMDB: o lavrador e comerciante Odenir Laprovita Vieira e o militar enfermeiro José Severino Silva Felinto, ambos da *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD); além do advogado metodista João Batista da Silva Fagundes e o engenheiro civil Jorge Tadeu Mudalen, da *Igreja Internacional da Graça*.

O empresário de rádio Oliveira Francisco da Silva, da neopentecostal *Cristo em Casa* foi o único parlamentar eleito pelo *Partido Democrata Cristão* (PDC).

Finalmente, o advogado e empresário assembleiano Benedito Augusto Domingos e a professora universitária e adventista Eurides Brito da Silva (1937-2012) foram eleitos pelo *Partido Trabalhista Renovador* (PTR).

Quadro 18. Parlamentares evangélicos eleitos à 49ª legislatura (1991-1994).

	DEPUTADO	IDADE DE ENTRADA	UF	PARTIDO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGIS	SITUAÇÃO	PERTENÇA RELIGIOSA
1	Antonio da Conceição Costa Ferreira	52	MA	PFL	Superior	Advogado	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	Eleito	Assembleia de Deus
2	Antônio de Jesus Dias	49	GO	PMDB	Superior	Psicólogo	48, 49	Eleito	
3	Benedita da Silva	49	RJ	PT	Superior	Servidor Público	48, 49, 54, 55	Eleito	
4	Benedito Augusto Domingos	57	DF	PTR	Superior	Advogado	49, 50	Novo	
5	Eliel Rodrigues	65	PA	PMDB	Superior	Engenheiro civil	48, 49	Eleito	
6	Eurides Brito da Silva	54	DF	PTR	Superior	Professor Universitário	49	Novo	
7	Fátima Lucia Pelaes	32	AP	PFL	Superior	Sociólogo	49, 50, 51, 53, 54	Novo	
8	João de Deus Antunes	50	RS	PDS	Superior	Advogado	48, 49	Eleito	
9	Manoel Moreira de Araújo Filho	43	SP	PMDB	Superior	Economista	48, 49	Eleito	
10	Matheus Iensen	54	PR	PTB	ND	Radialista	48, 49	Eleito	
11	Milton João Soares Barbosa	38	BA	PFL	Ensino Médio	Empresário	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
12	Orlando Camilo Pacheco	46	SC	PFL	Superior	Pastor	48, 49	Eleito	
13	Salatiel Sousa Carvalho	37	PE	PFL	Superior	Engenheiro elétrico	48, 49, 50, 51, 52	Eleito	
14	Valdenor Guedes Soares	37	AP	PTB	Superior	Químico	49, 50, 52	Novo	

15	Arolde de Oliveira	54	RJ	PFL	Superior	Economista	47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	Batista
16	Edésio Frias de Araujo	50	RJ	PDT	Superior	Advogado	48, 49	Eleito	
17	Eraldo Tinoco Melo	47	BA	PFL	Superior	Servidor Público	47, 48, 49, 50, 51	Eleito	
18	Fausto Auromir Rocha	52	SP	PRN	Superior	Advogado	48, 49	Eleito	
19	Jabes Pinto Rabelo	34	RO	PTB	Ensino Fundamental	Agricultor	49	Novo	
20	Paulo Gabriel Godinho Delgado	39	MG	PT	Superior	Sociólogo	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
21	Sérgio Luís Lacerda Brito	30	BA	PDC	Superior	Empresário	48, 49, 53, 54, 55	Eleito	
22	Hugo Matias Biehl	39	SC	PDS	Superior	Empresário	49, 50, 51	Novo	Luterana
23	Paulo Roberto Bauer	34	SC	PDS	Superior	Contador	49, 50, 52, 53	Novo	
24	Werner Wanderer	52	PR	PFL	Ensino Médio	Agricultor	49, 50, 51	Novo	
25	Aldir Cabral de Araújo	43	RJ	PTB	Superior	Advogado	49, 50, 51, 52	Novo	Universal do Reino de Deus
26	José Severino Silva Felinto	39	PR	PMDB	Ensino Médio	Militar	49	Novo	
27	Odenir Laprovita Vieira	53	RJ	PMDB	Ensino Médio	Empresário	49, 50	Novo	
28	Lézio Gomes Sathler	39	ES	PSDB	Superior	Advogado	48, 49	Novo	Presbiteriana
29	Lysâneas Dias Maciel	64	RJ	PDT	Superior	Advogado	44, 45, 48, 49	Eleito	
30	Nafitali Alves de Souza	50	GO	PMDB	Superior	Engenheiro civil	48, 49	Eleito	Cristã Evangélica
31	Oliveira Francisco da Silva	53	RJ	PDC	Ensino Fundamental	Empresário	49, 50, 51	Novo	Cristo em Casa
32	Mário de Oliveira	45	MG	PRN	Ensino Médio	Pastor	47, 48, 49, 50, 51, 53, 54	Eleito	Evangelho Quadrangular
33	Jorge Tadeu Mudalen	36	SP	PMDB	Superior	Engenheiro civil	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Novo	International da Graça
34	João Batista da Silva Fagundes	55	RR	PMDB	Superior	Advogado	47, 49	Novo	Metodista
35	Luiz Moreira da Silva	63	BA	PTB	Superior	Médico	49, 50, 51	Novo	ND
36	Philemon Rodrigues da Silva	62	MG	PTB	Superior	Militar	49, 50, 51, 52	Novo	
37	Reinhold Stephanes	53	PR	PFL	Superior	Economista	46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55	Novo	
38	Rubem da Silva Bento	49	RR	PFL	Ensino Médio	Bancário	49	Novo	

Fonte: Elaboração própria a partir de SILEG, 2013.

Contudo, contrariamente ao que ocorreu na legislatura anterior, muitos parlamentares evangélicos deixaram seus respectivos partidos, em virtude de sua extinção ou mudança de legenda, e se recompuseram em outras agremiações partidárias, mas de direita, notadamente ao PPR, PFL, PTB, PDC e PTR.

Os luteranos Hugo Matias Biehl³⁸¹ e Paulo Roberto Bauer³⁸², ambos do PDS, se filiaram ao *Partido Progressista Reformador* (PPR), resultante da fusão do *Partido Social Democrata* (PDS) com o *Partido Democrata Cristão* (PDC) em 1993. Hugo Biehl tornou-se membro dos diretórios estadual e nacional do novo partido até 1995. Ao mesmo partido filiou-se Valdenor Guedes Soares depois de romper com

³⁸¹ CPDOC, 2010. O empresário e técnico agrícola luterano Hugo Matias Biehl (PPR) nasceu em Piratuba, Estado de Santa Catarina, em 19 de junho 1952. Em 1978 formou-se em administração pela Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (FUNDESTE), de Chapecó. Após filiar-se ao partido do regime militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), em 1977, tornou-se diretor municipal de agricultura, cargo que ocuparia até 1982. Entre 1978 e 1980, ainda presidiu a Associação Profissional de Técnicos Agrícolas na cidade. Biehl iniciou a carreira político partidária se elegendendo ao legislativo estadual pelo Partido Democrático Social (PDS) em 1982, sendo reeleito à Assembleia Legislativa de Santa Catarina para o mandato 1987-1990. Nesse ano, disputou às eleições ao legislativo federal, se elegendendo à 49ª legislatura (1990-1994). Ainda seria reeleito consecutivamente à 50ª legislatura (1995-1998) e à 51ª legislatura (1999-2002). Em 1991-1992 foi membro titular da Comissão de Agricultura e Política Rural, e suplente da Comissão de Economia, Indústria e Comércio e assumiu a vice-liderança do PDS na Câmara dos Deputados.

³⁸² Câmara dos Deputados, 2017a. CPDOC, 2010. O administrador de empresas e contador luterano Paulo Roberto Bauer (PPR) nasceu em Blumenau, Santa Catarina, no dia 20 de março de 1957. Formado em Ciências Contábeis, em 1978; em Administração de Empresas, em 1980, ambas pela *Fundação Universitária da Região de Joinville* e, em Direito, pelo *Centro de Ensino Unificado de Brasília* (CEUB), Bauer filiou-se à *Aliança Renovadora Nacional* (ARENA), partido do regime militar em 1975 e atuou no *Movimento Arenista Jovem de Joinville* durante os anos de 1978 e 1979. Na política partidária seguiu os passos do pai, Vítor Bauer, duas vezes prefeito de Jaraguá do Sul, Santa Catarina: a primeira, eleito pela agremiação partidária de oposição à Vargas, a *União Democrática Nacional* (UDN), e a segunda pela ARENA. Após a extinção da ARENA, Bauer passou a integrar o diretório nacional do PDS de 1986 a 1993. Durante o governo de Jorge Bornhausen, Bauer assumiu a vice-presidência da *Eletrificação Rural de Santa Catarina* (ERSC) em 1980 e, de 1983 a 1986, a presidência da Companhia. Nas eleições de novembro de 1986 se elegeu deputado estadual constituinte em Santa Catarina. Vice-líder do PDS na Assembleia Legislativa entre 1987 e 1989, nesse último ano coordenou no Estado a campanha de Paulo Maluf, candidato do partido às eleições presidenciais de outubro de 1989. Em outubro de 1990, elegeu-se deputado federal por Santa Catarina na legenda do PDS, com a terceira maior votação do estado. Tomou posse na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1991, mas no mês seguinte licenciou-se para assumir a *Secretaria de Educação, Cultura e Desporto* do Estado, no governo de Vílson Kleinubing (1991-1995), sendo sua vaga ocupada por Orlando Pacheco, do Partido Social Democrático (PSD). Durante a legislatura 1991-1995, retornou à Câmara três vezes. A primeira entre 28 de setembro e 4 de outubro de 1992, para votar o *impeachment* de Fernando Collor de Melo; a segunda entre 24 de setembro e 3 de outubro de 1993, para garantir à sua bancada maior participação no horário eleitoral gratuito durante a campanha de 1994; e finalmente, o terceiro retorno à Câmara se deu em abril de 1994, quando se desincompatibilizou do cargo de secretário estadual. Nesse mesmo ano, integrou como titular a Comissão de *Viação e Transportes*, e como suplente, a *Comissão de Minas e Energia*. Bauer se reelegeria à 50ª legislatura (1995-1999) na Câmara dos Deputados e, posteriormente, à 52ª (2003-2006) e 53ª (2007-2010) legislatura.

PTB³⁸³. O PPR reuniu a terceira maior bancada no Congresso Nacional, tendo como líderes partidários o então prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, o senador Eptácio Cafeteira e o deputado federal José Luís Maia, além de contar com o senador Esperidião Amin como presidente nacional da legenda.

Luiz Moreira da Silva, outro deputado eleito pelo PTB em 1990, também deixou a legenda e ingressou no PFL, em 1991³⁸⁴. O pastor da *Igreja do Evangelho Quadrangular* Mário de Oliveira deixou o PRN indo para o *Partido Social Cristão* (PSC). Salatiel Carvalho deixou o *Partido da Frente Liberal* (PFL) e foi para o *Partido Trabalhista Renovador* (PTR). Finalmente, Oliveira Francisco da Silva deixou o PDC passando pelo *Partido Social Trabalhista* (PST) até se estabelecer no *Partido*

³⁸³ CPDOC, 2010. O professor, químico industrial e pastor da Igreja Assembleia de Deus, Valdenor Guedes Soares (PPR/PP) nasceu em Macapá no dia 31 de janeiro de 1954. Em 1981 concluiu o curso de química industrial pela Universidade Federal do Macapá. Após várias tentativas frustradas de eleger-se ao legislativo, obteve uma cadeira de deputado federal pelo PTB à 49ª legislatura na Câmara dos Deputados representando o Amapá, mas filiou-se ao PPR em 1993. Foi reeleito em 1994 pelo Partido Progressista (PP).

³⁸⁴ CPDOC, 2010. O médico militar Luiz Moreira da Silva (PFL) nasceu em Jequié, Estado da Bahia, no dia 25 de janeiro de 1928. Formou-se em medicina pela *Universidade Federal da Bahia* (UFBA), em 1953. Em 1960 retornou a Salvador onde trabalhou durante 13 anos no *Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários* (IAPB), posteriormente incorporado ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS); no *Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social* (INAMPS); e no *Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural* (FUNRURAL). Moreira da Silva candidatou-se a uma cadeira na Câmara dos Deputados na legenda do *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB), sendo eleito no pleito de outubro de 1990. Atuou no legislativo como primeiro vice-presidente da *Comissão Especial* sobre a vinculação do salário mínimo na fixação da aposentadoria e da pensão por morte. Foi titular da *Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática*; da Comissão Especial de Fiscalização e Controle dos atos do poder executivo; das comissões parlamentares de inquérito que investigaram o envolvimento do Ministério das Telecomunicações e das Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) na venda da NEC do Brasil S.A. e as irregularidades praticadas pela administração do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Em 1991 filiou-se ao Partido da Frente Liberal (PFL), e já sob esta nova legenda exerceu a primeira vice-presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, tendo sido suplente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Muito ligado ao senador baiano Antônio Carlos Magalhães, reelegeu-se no pleito de outubro de 1994. No pleito de outubro de 1998, na legenda do PTB, conquistou o terceiro mandato federal. Em 2000, Luís Moreira retornou ao PFL, e por esta legenda tentou a reeleição em 2002, obtendo, porém, apenas uma suplência. Deixou a Câmara ao final de seu mandato, em janeiro de 2003.

*Progressista (PP)*³⁸⁵.

Em relação à representação político-partidária na Câmara dos Deputados, os 38 parlamentares evangélicos se encontraram distribuídos da seguinte maneira: uma maioria de 14 deputados federais evangélicos se situou à direita do espectro ideológico político-partidário: 10 compoendo a bancada do PFL; 2 a do PTR e 2 a do PDC. No centro-direita, 6 deputados federais evangélicos representavam o PTB; 3 o PDS e 2 o PRN. Outros 8 deputados evangélicos compuseram o centro com o PMDB e, no centro-esquerda, 1 deputado federal evangélico representava o PSDB e 2 o PDT. A esquerda evangélica continuava sendo representada apenas por meio dos 2 deputados do PT que se reelegeram à 49ª legislatura (1991-1994), a assembleiana Benedita da Sila e o batista Paulo Delgado.

³⁸⁵ CPDOC, 2010. O radialista Oliveira Francisco da Silva, da neopentecostal Cristo em Casa, se elegeu pelo Partido Democrata Cristão (PDC), o primeiro representando o Rio de Janeiro. Proprietário da Rádio Melodia FM, Oliveira Francisco, que nasceu na cidade de Cunha, São Paulo, no dia 26 de maio de 1938, se reelegeria a mais dois mandatos consecutivos à Câmara dos Deputados, à 50ª legislatura (1994-1998) e à 51ª legislatura (1999-2002). Em 1994, Oliveira Francisco foi o deputado federal mais votado pelo Rio. Ao se eleger à Câmara dos Deputados, levou o sócio Eduardo Cunha para trabalhar informalmente em Brasília com ele; Cunha havia disputado uma cadeira legislativa obtendo apenas uma suplência. Em 1998, entretanto, Oliveira e Cunha se elegeram à Câmara dos Deputados repetindo nas urnas a parceria vitoriosa da empresa de rádio. Para o primeiro, entretanto, esta seria a última eleição que venceria; para o segundo, esta seria a primeira de uma série de vitórias que o levaria ao posto máximo do legislativo federal, a presidência da Câmara dos Deputados em 1915.

Tabela 40. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994).

ESPECTRO IDEOLÓGICO	49ª LEGISLATURA (1991-1994)
Direita	
PFL	10
PTR	2
PDC	2
Centro-Direita	
PTB	6
PDS	3
PRN	2
Centro	
PMDB	8
Centro-Esquerda	
PSDB	1
PDT	2
Esquerda	
PT	2
Total	38

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos grupos de interesse, a representação parlamentar evangélica ficou distribuída da seguinte maneira: a pentecostal *Igreja Assembleia de Deus* obteve a maior bancada entre os parlamentares evangélicos assumindo a liderança do ranking de pertença religiosa entre os parlamentares com 14 deputados federais eleitos à Câmara dos Deputados; a Igreja Batista ocupou a segunda colocação com 7 deputados federais eleitos à 49ª legislatura (1991-1994). A *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD) elegeu apenas 2 deputados federais; a *Igreja Luterana* teve 3 representantes no legislativo e a *Presbiteriana* obteve 2 representantes na Câmara. As Igrejas *Adventista*, *Cristã Evangélica*, *Cristo em Casa*, *Internacional da Graça*, *Do Evangelho Quadrangular* e a *Metodista*, obtiveram respectivamente 1 representante. Parlamentares evangélicos como Philemon Rodrigues, Luiz Moreira, Reinhold Stephanes e Rubem Bento não declararam sua pertença religiosa.

Tabela 41. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 49ª legislatura (1991-1994).

GRUPOS DE INTERESSE CONFESSIONAL/PERTENÇA RELIGIOSA	DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS
Igreja Assembleia de Deus	13
Igreja Batista	7
Igreja Universal do Reino de Deus	2
Igreja Luterana	3
Igreja Presbiteriana	2
Igreja Adventista do Sétimo Dia	1
Igreja Cristo em Casa	1
Igreja Cristã Evangélica	1
Igreja do Evangelho Quadrangular	1
Igreja Internacional da Graça	1
Igreja Metodista	1
Não declarada	4
Total	38

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à idade de entrada na Câmara dos Deputados verifica-se a existência de três faixas etárias distintas nesta legislatura, quais sejam, o grupo formado por parlamentares seniores, o grupo formado por parlamentares na meia-idade e aquele constituído pelos parlamentares jovens. Um primeiro grupo de 14 parlamentares evangélicos seniores encontravam-se na faixa dos 50 anos de idade aos 59, mas 4 outros tinham mais de 60 anos quando ingressaram na Casa legislativa, somando 16 parlamentares seniores. Um grupo intermediário constituído por 8 parlamentares evangélicos tinha entre 40 a 49 anos de idade e, finalmente, 12 parlamentares evangélicos se encontravam na faixa-etária entre 30 a 39 anos de idade. Nenhum parlamentar evangélico na faixa-etária entre 20 e 29 elegeu-se ao legislativo federal nessa legislatura.

Tabela 42. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994)

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
Parlamentares Evangélicos Seniores 60 a 69 anos	4
Parlamentares Evangélicos Seniores 50 a 59 anos	14
Parlamentares Evangélicos na Meia idade 40 a 49 anos	8
Parlamentares Evangélicos Jovens 30 a 39 anos	12
Total	38

Fonte: Elaboração própria.

A categoria profissional se apresenta como uma variável complexa para a análise não apenas no que concerne o universo de parlamentares na Câmara dos Deputados em geral, mas particularmente do grupo dos parlamentares evangélicos. Em primeiro lugar, existe uma ambiguidade a qual leva o parlamentar muitas vezes a não distinguir as categorias profissão de ocupação. Enquanto a profissão se define como um trabalho especializado exercido por um profissional requerendo estudos extensivos de um dado conhecimento, a ocupação diz respeito ao exercício de um emprego, cargo ou função. Em segundo lugar, um parlamentar pode declarar possuir mais de uma profissão. Um deputado federal que se declara empresário pode ser ao mesmo tempo pastor, radialista e proprietário de rádio. Assim, a fim de analisar a categoria profissional privilegiei os tipos puros eliminando a categoria ocupação de maneira a definir a profissão de acordo com a declaração do parlamentar.

Na 49ª legislatura observa-se a emergência de 10 categorias profissionais entre os parlamentares evangélicos. A primeira categoria, a do grupo dos profissionais liberais, abrangeu 7 subcategorias constituída por 9 advogados, 1 médico, 1 psicólogos, 3 economistas, 1 contador, 4 engenheiros e 2 sociólogos. É a categoria predominante entre os evangélicos ocupando a primeira colocação no ranking das profissões em termos percentuais.

O grupo dos empresários emerge na bancada evangélica como a segunda categoria profissional mais frequente com 5 deputados federais declarando exercer essa profissão.

O terceiro grupo reúne todas as demais profissões elencadas a partir da frequência com que são citadas pelos parlamentares evangélicos. Porém, essas profissões não chegam a constituir uma categoria comum como no caso dos

profissionais liberais ou empresários. São as profissões de pastor, agricultor, servidor público e militar, respectivamente representada na Câmara dos Deputados por 2 parlamentares evangélicos; mas também engloba as profissões de comunicador (radialista), professor universitário, químico e bancário, representadas por um parlamentar na Câmara dos Deputados.

Tabela 43. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994)

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Profissional Liberal	21
Empresário	5
Pastor	2
Agricultor	2
Servidor Público	2
Militares	2
Comunicador	1
Professor Universitário	1
Químico	1
Bancário	1
Total	38

Fonte: Elaboração própria.

É importante destacar que além de arbitrária em sua definição, as categorias profissionais apontam para o aspecto elitista da formação profissional dos parlamentares evangélicos primeiro porque ela não representa a realidade socioeconômica e cultural da maioria dos segmentos populacionais brasileiros e segundo porque ela também não representa a maioria do eleitorado e muitas vezes os próprios fiéis evangélicos, uma vez que os processos de recrutamento e seleção de candidatos aos partidos corrobora ao elitismo político. Isso tem significativa importância quando se observa o caráter centralizado das lideranças partidárias no Brasil ao concentrarem grande poder no processo de recrutamento e formação de listas de candidatos como ocorre no caso dos cinco maiores partidos políticos brasileiros até 2006, quais sejam: PT, PMDB, PSDB, PP e PFL/DEM. A fim de garantir o controle sobre os resultados do processo, as lideranças partidárias

selecionam seus candidatos através do método de formação da lista por indicação e não por votação e as estratégias eleitorais sobre o número de candidatos que irá compô-la. Contudo, o grau de inclusividade de candidatos varia segundo não apenas as restrições da legislação eleitoral, mas igualmente daquelas estabelecidas nos regimentos internos dos partidos políticos. No caso do PP e do PFL/DEM, são os dirigentes que definem a lista, sendo os candidatos apenas homologados pelos demais filiados nas convenções. No PMDB e no PSDB, os líderes montam as listas que serão posteriormente votadas nas convenções. Finalmente, no que concerne ao PT, o mais inclusivo dos partidos no quesito "quem escolhe candidatos", as lideranças partidárias também centralizam o processo de seleção das candidaturas, embora a escolha dos candidatos nas convenções internas – congressos – seja mais complexa e democrática³⁸⁶.

Assim, um candidato evangélico pré-selecionado pela sociabilidade religiosa que representa terá mais chances de ser selecionado por indicação de um único dirigente partidário cuja estrutura decisória do partido é mais fechada e mais rígida, como no caso dos pequenos partidos sempre em busca de "puxadores de votos", do que pelo processo de seleção realizada a partir de eleições internas que sinaliza um nível maior de inclusão dos filiados nesse processo decisório. Embora o número de candidatos não chegue a superar o número de vagas nas listas partidárias, as chances de um candidato evangélico ser indicado pelos líderes dos partidos ou das igrejas depende, além de seu perfil socioeconômico - gênero, idade, grau de escolaridade, profissão e recursos financeiros e/ou capital cultural, dos recursos midiáticos que possui ou que a sua sociabilidade religiosa disponibiliza. Isso acontece porque a competição pela seleção de candidatos se da, de fato, na distribuição de recursos de campanha. No Brasil, o *Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral* é distribuído para os partidos que dividem o tempo de exposição na TV entre os seus candidatos. Nesta distribuição, alguns candidatos são privilegiados com mais tempo do que outros, mas quem define tal exposição são os líderes partidários³⁸⁷.

Além disso, é preciso considerar a importância das profissões na divisão do trabalho legislativo na Câmara dos Deputados. Existe uma direta relação entre a

³⁸⁶ Braga, Veiga & Miriade, 2009: 128-140.

³⁸⁷ Braga, Veiga & Miriade, 2009: 125.

categoria profissional do deputado federal com o trabalho legislativo realizado no interior das *Comissões Permanentes* da Câmara, considerada as mais importantes pelos parlamentares. Essa relação vai no sentido da especialização que se tornou uma variável significativa na seleção para a atividade legislativa em uma delas. No total de 25, as Comissões Permanentes são órgãos técnicos criados pelo *Regimento Interno* da Casa e constituídos de deputados/as, com a finalidade de discutir e votar as propostas de leis que são apresentadas à Câmara. Com relação a determinadas proposições ou projetos, essas *Comissões* se manifestam emitindo opinião técnica sobre o assunto, por meio de pareceres, antes de o assunto ser levado ao Plenário; com relação a outras proposições elas decidem, aprovando-as ou rejeitando-as, sem a necessidade de passarem elas pelo Plenário da Casa³⁸⁸. Em outros termos, um advogado tem mais chances de integrar a *Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania* do que um pastor. Por outro lado, um educador tem mais chances de ser selecionado para a *Comissão Permanente de Educação* do que um químico. Embora a seleção não seja automática, a especialização exigida para o desenvolvimento do trabalho legislativo nas Comissões favorece a emergência de uma elite parlamentar, o chamado “alto clero” no jargão do Congresso Nacional e também favorece a exclusão dos demais parlamentares formando o chamado “baixo clero”. Sem acesso às Comissões, os parlamentares dessa segunda categoria tendem a constituir bancadas informais ou temáticas como a evangélica, notabilizando-se pela defesa da moral; mas também a empresarial e a ruralista, defendendo interesses econômicos; ou a sindical, defendendo os trabalhadores.

Neste sentido, o grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 47ª legislatura (1991-1994) também foi outra variável que corrobora o elitismo cultural e de classe social.

Verificou-se que, no geral, a bancada evangélica se caracteriza igualmente pelo alto nível de instrução de seus membros. Do grupo de 38 deputados federais evangélicos, apenas 2 possuíam o ensino fundamental e 6 haviam concluído o ensino médio. Porém, uma maioria de 29 deputados evangélicos possuíam ensino superior quando assumiram seus mandatos na Câmara dos Deputados; apenas um parlamentar declinou em declarar seu grau de escolaridade.

³⁸⁸ Câmara dos Deputados, 2017b.

Para se ter uma ideia do que isso significa, apenas 12,4% da população brasileira estimada em 200 milhões em 2014, alcançou escolaridade em nível superior, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³⁸⁹.

Tabela 44. Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994)

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Ensino Superior	29
Ensino Médio	6
Ensino Fundamental	2
Não Declarado	1
Total	38

Fonte: Elaboração própria.

Quanto a representação por gênero na bancada evangélica, nota-se a predominância de parlamentares do sexo masculino. Do total de 38 parlamentares evangélicos que ingressaram na Câmara dos Deputados na 49ª legislatura (1991-1994), 35 eram homens e apenas 3 parlamentares eram do sexo feminino. A única representante feminina que se assumiu o mandato legislativo na Câmara dos Deputados como titular foi a assembleiana Benedita da Silva, do PT, um partido de esquerda e mais inclusivo no recrutamento e seleção de seus candidatos.

Tabela 45. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 49ª legislatura (1991-1994)

Gênero	Frequência
Sexo masculino	35
Sexo feminino	3
Total	38

Fonte: Elaboração própria.

³⁸⁹ IBGE, 2017b.

4.1.2 Parlamentares evangélicos e o impeachment de Collor de Mello

A 49ª legislatura (1991-1994) se iniciou de maneira conturbada com o processo de cassação envolvendo o agricultor e deputado federal batista Jabes Pinto Rabelo, um dos poucos parlamentares que não possuía experiência político-partidária prévia quando se elegeu à 49ª legislatura. Nascido na cidade de Campo Mourão, Estado do Paraná, se radicou na cidade de Cacoal, no Estado de Rondônia desde 1972, onde nesse mesmo ano passou a trabalhar como corretor de cereais. Em 1975 abriu a primeira empresa, a *Cerealista Máquina Rio Doce*. Enriqueceu rapidamente tendo os irmãos como sócios em duas transportadoras, uma madeireira, dois hotéis, um escritório de contabilidade, duas lojas de eletrodomésticos e material de construção, uma distribuidora de bebidas e quatro fazendas com milhares de cabeças de gado. Em 1991, na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi acusado pela deputada Raquel Cândido, do PRN, de envolvimento com o tráfico de drogas, juntamente com os deputados rondonienses Maurício Calixto e Nobel Moura. Conforme apurou a Polícia Federal, seu sucesso empresarial estava ligado ao narcotráfico e as empresas da família funcionavam como fachadas para a lavagem de dinheiro das drogas. Em junho de 1991, Rabelo se desligou do PTB e no mês seguinte seus irmãos Abidiel Pinto Rabelo e Noabias Pinto Rabelo foram presos em São Paulo com um carregamento de 554 quilos de cocaína e, junto com Abidiel foi encontrada uma falsa carteira de assessor parlamentar da Câmara dos Deputados, assinada por Jabes. Em novembro de 1991, a *Comissão de Constituição e Justiça* da Câmara aprovou o pedido de cassação de seu mandato por falta de decoro parlamentar sendo a decisão ratificada pelo plenário da Câmara no dia 7 de agosto, por 270 votos contra 150. Rabelo perdeu o mandato e tornou-se inelegível para ocupar cargos públicos até 1998. Sua vaga foi ocupada pelo suplente Antônio Morimoto, do PTB³⁹⁰. Terminado o caso Rabelo, os parlamentares do Congresso Nacional voltariam a se envolver em outro processo conturbado processo de afastamento, dessa vez, a do chefe do executivo.

O segundo ano da 49ª legislatura (1991-1994) da Câmara dos Deputados, a primeira da “Nova República”, continuou a transcorrer de forma conturbada. Isso se deu em decorrência da própria reordenação do sistema

³⁹⁰ CPDOC, 2010.

legislativo brasileiro inexistente durante a Democracia Liberal de 1945 a 1964. Esse passou a conjugar o voto proporcional com a fragmentação do poder parlamentar entre vários partidos políticos em um sistema de governo presidencialista, o que Abranches denominou, não sem um certo pessimismo, de “presidencialismo de coalizão”³⁹¹. Sem obter maioria na Câmara dos Deputados, o chefe do Executivo, embora dotado de amplos poderes como os ativos - o poder de agenda e de decisão do budget, além dos reativos - o poder de decretar *Medidas Provisórias* e o poder de veto - se encontra obrigado a agir segundo a lógica parlamentarista negociando uma ampla maioria, frequentemente contraditória em relação ao programa do partido no governo, em troca, por exemplo, de “pastas ministeriais” ou cargos no executivo. Disso resulta intensos conflitos trazidos por uma aliança formada por forças políticas muitas distintas, além de propiciar uma violenta competição interna, além de favorecer a emergência de poderosos grupos de interesse agindo no interior do poder legislativo. Assim, embora nenhum presidente da *Nova República* tenha conseguido a maioria no poder legislativo, a inabilidade de Collor de Mello em alocar uma maioria representada por 18 diferentes partidos políticos no governo, aliado à uma gestão do poder de tipo autoritária, contribuíram à clivagem entre os poderes executivo e legislativo. As denúncias de Pedro Collor, acusando o próprio irmão de envolvimento num esquema de corrupção liderado pelo ex-tesoureiro da campanha presidencial, Paulo César Farias, o PC Farias, em 1992, apenas contribuiu ao golpe parlamentar movido pela Câmara dos Deputados. Legitimados pelo imenso descontentamento popular com a política do governo baseada em choques econômicos, principalmente o confisco e congelamento da poupança dos brasileiros – o *Plano Collor* - implementado por Zélia Cardoso de Mello, prima do presidente e única mulher a ocupar o *Ministério da Fazenda*, os deputados federais abriram um processo de impeachment no qual acusavam o presidente da República de crime de responsabilidade por ligações no esquema de corrupção liderado por PC Farias. A denúncia contra Collor foi assinada pelos presidentes da *Associação Brasileira de Imprensa* (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, e da *Ordem dos Advogados do Brasil* (OAB) Marcelo Lavenère.

Na tentativa do governo de reforçar sua base política contra a ameaça da

³⁹¹ Abranches, 1988.

possibilidade do processo de impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o batista Eraldo Tinoco de Melo (PFL) se tornaria um ator importante na cena legislativa brasileira. Tinoco de Melo foi convidado a assumir o *Ministério da Educação* em agosto de 1992, em substituição ao ex-reitor da *Universidade de São Paulo* (USP), o professor universitário e físico José Goldemberg, secretário da *Ciência e Tecnologia* (1990-1991) e ministro da Educação (1991-1992) no governo Collor de Mello. O evangélico Eraldo Tinoco de Melo foi indicado por Jorge Bornhausen, um dos líderes do PFL, então ministro-chefe da *Secretaria de Governo*, e contou com o aval do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Licenciado da Câmara, o evangélico Eraldo Tinoco foi substituído por outro evangélico, o pastor da *Igreja Assembleia de Deus*, Milton Barbosa, do PFL da Bahia, que se encontrava na suplência.

Ao assumir o *Ministério da Educação*, o ministro evangélico Tinoco de Melo deixou claro que abriria as portas de seu gabinete para os políticos ao invés de privilegiar técnicos e pesquisadores, como fizera seu antecessor, o que queria dizer que usaria sua posição na tentativa de bloquear a instauração do pedido de afastamento do presidente Collor de Mello por meio da distribuição de recursos do *Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação* (FNDE) aos parlamentares que bloqueassem a tentativa de abertura de processo contra o presidente, alguns deles candidatos a prefeituras no pleito de outubro do ano seguinte. Além disso, na ofensiva contra o impeachment, Eraldo Tinoco também prometeu concluir 101 escolas agrícolas de primeiro grau em todos os Estados e mais 11 agrotécnicas e 23 industriais, a maioria concentradas na Bahia e no Paraná³⁹². A mobilização do governo, entretanto, não impediu a instauração de uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) no Congresso Nacional investigando o presidente por crime de responsabilidade. Na sessão de 29 de setembro de 1992, a Câmara dos Deputados se reuniu a fim de consumir o impeachment do presidente. Assim, do total de 513 parlamentares, uma esmagadora maioria de 441 deputados federais votou favoravelmente à abertura de processo de impeachment do presidente da República; apenas 38 parlamentares manifestaram-se contrariamente. Afastado da presidência após a votação na Câmara, Collor de Mello renunciou ao mandato no

³⁹² CPDOC, 2010.

dia em que seria julgado pelo Senado Federal, 29 de dezembro de 1992. Num processo relâmpago conduzido em três meses no Congresso Nacional, ocorrido a partir do pedido de afastamento pela Câmara no final de setembro até o julgamento no final de dezembro no Senado, Collor de Mello foi afastado do executivo federal por 73 votos favoráveis ao e apenas 3 contrários. Condenado por crime de responsabilidade, Collor de Mello foi punido com a perda do mandato e ficando inelegível por oito anos. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, o mineiro Itamar Franco, que já vinha exercendo a presidência de maneira interina desde o dia 2 de outubro de 1992³⁹³.

O ministro da Educação, o batista Eraldo Tinoco de Melo e o pastor da *Igreja Assembleia de Deus*, Milton Barbosa, que retornou à suplência nesse período não participaram da votação. Também não votaram os deputados federais licenciados de seus mandatos na Câmara, a saber: Naftali Alves de Souza, da *Igreja Cristã Evangélica*, que assumiu a *Secretaria de Transportes* do governo de Goiás entre março de 1991 e março de 1994 e Reinhold Stephanes, que assumiu o cargo de *Ministro do Trabalho e da Previdência Social*³⁹⁴. Da mesma forma não votaram os suplentes: o batista Edésio Frias, o presbiteriano Lézio Gomes Sathler e Lysâneas Dias Maciel, o assembleiano Orlando Camilo Pacheco e Philemon Rodrigues da Silva além do batista Jabes Rabelo que havia sido cassado. José Felinto, da *Igreja Universal do Reino de Deus* não compareceu à votação. Excetuando esses 11 deputados federais evangélicos que não votaram, 25 deputados federais evangélicos decidiram favoravelmente à abertura de processo de afastamento do presidente Fernando Collor de Mello³⁹⁵. O evangélico Luiz Moreira da Silva, do PTB da Bahia, foi um dos 38 parlamentares que votaram contra o impeachment.

³⁹³ Estadão 1992.

³⁹⁴ Câmara dos Deputados, 2017a. Nascido na cidade de Porto União, no Estado de Santa Catarina, em 13 de agosto de 1939, o economista e professor universitário Reinhold Stephanes tornou-se um dos políticos evangélicos mais importantes do Brasil. Elegeu-se oito vezes ao legislativo federal pelo Estado do Paraná. Ocupou secretarias deste Estado nos anos 1970, 1980 e 2000, além de coordenar a fundação da Empresa Brasileira de Pesquisa (EMBRAPA). Ocupou cargos como diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), presidiu o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), atual Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Foi ministro do Trabalho e Previdência Social (1992), da Previdência e Assistência Social (1995-1998) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2007-2010).

³⁹⁵ Congresso em Foco, 2016b.

Quadro 19. Parlamentares Evangélicos e a votação do Impeachment de Collor de Mello.

	DEPUTADO	ESTADO	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	IMPEACHMENT
1	Aldir Cabral de Araújo	RJ	PTB	Universal do Reino de Deus	FAVORAVEL
2	Antônio da Conceição Costa Ferreira	MA	PFL	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
3	Antônio de Jesus Dias	GO	PMDB	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
4	Arolde de Oliveira	RJ	PFL	Batista	FAVORAVEL
5	Benedita da Silva	RJ	PT	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
6	Benedito Augusto Domingos	DF	PPB	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
7	Edésio Frias de Araujo	RJ	PDT	Batista	Suplente
8	Eliel Rodrigues	PA	PMDB	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
9	Eraldo Tinoco Melo	BA	PFL	Batista	-
10	Eurides Brito da Silva	DF	PTR	Adventista	FAVORAVEL
11	Fátima Lucia Pelaes	AP	PFL	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
12	Fausto Auromir Rocha	SP	PRN	Batista	FAVORAVEL
13	Hugo Matias Biehl	SC	PDS	Luterana	FAVORAVEL
14	Jabes Pinto Rabelo	RO	PTB	ND	Cassado
15	João Batista da Silva Fagundes	RR	PMDB	Metodista	FAVORAVEL
16	João de Deus Antunes	RS	PDS	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
17	José Severino Silva Felinto	PR	PMDB	Universal do Reino de Deus	Não compareceu
18	Lézio Gomes Sathler	ES	PSDB	Presbiteriana	Suplente
19	Luiz Moreira da Silva	BA	PTB	ND	CONTRA
20	Lysâneas Dias Maciel	RJ	PDT	Presbiteriana	Suplente
21	Manoel Moreira de Araújo Filho	SP	PMDB	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
22	Mário de Oliveira	MG	PRN	Igreja do Evangelho Quadrangular	FAVORAVEL
23	Matheus Iensen	PR	PTB	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
24	Milton João Soares Barbosa	BA	PFL	Assembleia de Deus	Suplente
25	Naftali Alves de Souza	GO	PMDB	Cristã Evangélica	Suplente
26	Odenir Laprovita Vieira	RJ	PMDB	Universal do Reino de Deus	FAVORAVEL
27	Oliveira Francisco da Silva	RJ	PDC	Cristo em Casa	FAVORAVEL
28	Orlando Camilo Pacheco	SC	PFL	Assembleia de Deus	Suplente
29	Paulo Gabriel Godinho Delgado	MG	PT	Batista	FAVORAVEL
30	Paulo Roberto Bauer	SC	PDS	Luterana	FAVORAVEL

31	Philemon Rodrigues da Silva	MG	PTB	ND	Suplente
32	Reinhold Stephanes	PR	PFL	ND	Licenciado
33	Ruben da Silva Bento	RR	PFL	ND	FAVORAVEL
34	Salatiel Sousa Carvalho	PE	PFL	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
35	Sérgio Brito	BA	PDC	Batista	FAVORAVEL
36	Valdenor Guedes Soares	AP	PTB	Assembleia de Deus	FAVORAVEL
37	Werner Wanderer	PR	PFL	Luterana	FAVORAVEL
38	Jorge Tadeu Mudalen	SP	PMDB	Internacional da Graça	FAVORAVEL

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do CPDOC, 2010.

A professora universitária Eurides Brito da Silva (1937-2012), da *Igreja Adventista*, que obteve apenas uma suplência pelo *Partido Trabalhista Renovador* (PTR) nas eleições de 1990, chegou a exercer o mandato a partir de 7 de dezembro de 1992 a 14 de janeiro de 1993, em virtude do afastamento do deputado Benedito Domingos³⁹⁶. Votou favoravelmente ao impeachment de Collor. Em 8 de fevereiro de 1991, voltou à Câmara dos Deputados para assumir a vaga de Jofran Frejat, do *Partido da Frente Liberal* (PFL), nomeado secretário de *Saúde* do Distrito Federal. Nesse mesmo ano, assumiu a liderança do PTR na Câmara, integrou a *Comissão de Educação, Cultura e Desporto* e a *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) sobre irregularidades na previdência social; no ano seguinte, participou da Comissão de Relações Exteriores. Ao término do mandato, Eurides Brito se elegeu ao legislativo de Brasília pela primeira vez e se manteve no cargo até 2010, quando foi a primeira parlamentar cassada pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) pelo esquema de corrupção identificado na *Operação Caixa de Pandora*, no governo de José Roberto Arruda. À época filiada ao PMDB, a deputada foi filmada pelo ex-secretário de Relações Institucionais do DF, Durval Barbosa, guardando maços de dinheiro recebidos como propina em troca de apoio ao governo³⁹⁷.

Assim, os grupos de interesse evangélicos que ajudaram a eleger Collor de Mello à presidência da República em 1990 destituíam, por meio de um golpe parlamentar-jurídico-midiático - o presidente diretamente eleito pelo sufrágio direto. Corrobora essa tese do golpe parlamentar o fato de que, em primeiro lugar, o

³⁹⁶ Câmara dos Deputados, 2017.

³⁹⁷ Metropoles, 2015.

governo Collor, o primeiro depois da ditadura militar, possuía 12 ministérios, três deles militares - Exército, Marinha e Aeronáutica - no começo de 1990. Em 1992, quando o presidente foi afastado, o número de ministérios tinha subido apenas a 14. Contudo, durante a presidência de Itamar Franco (1993-1994), o número de ministérios dobrou chegando a 28 e, em consequência, o chefe do executivo conseguiu chegar ao final do mandato sem conflitos com o Congresso Nacional³⁹⁸.

Em segundo lugar, julgado pelo *Supremo Tribunal Federal* (STF), no dia 24 de abril de 2014, o ex-presidente Fernando Collor de Mello foi absolvido por falta de provas das acusações feitas pelo poder legislativo durante sua presidência dos crimes de peculato – o desvio de dinheiro público -, falsidade ideológica e corrupção passiva³⁹⁹. De toda forma, o Congresso Nacional instituiu o “parlamentarismo às avessas”, quer dizer, ao invés do chefe do executivo dispor do poder de dissolver o parlamento, como no regime parlamentarista, apoiando-se na lei de 10 de abril de 1950, a lei 1079/50 que define os crimes de responsabilidade e regula o processo de julgamento, o Congresso Nacional passou a dispor do poder de impedir o exercício do poder pelo chefe do executivo” democraticamente eleito. Assim, de FHC passando por Lula até chegar ao governo Dilma, todos os presidentes do Brasil tiveram que conviver com o fantasma do impeachment instrumentalizado como dispositivo jurídico “legítimo” pela oposição em algum momento de seus mandatos. Ao todo, os três presidentes sofreram 61 tentativas de destituição da presidência. Na gestão Fernando Henrique Cardoso foram 17 denúncias de impeachment, principalmente em seu segundo mandato (1999-2002); a gestão Lula sofreu 34 denúncias seguidas pelo pedido de afastamento do chefe do executivo; e, finalmente, na gestão Dilma foram dez denúncias, a primeira iniciada em dezembro de 2012⁴⁰⁰.

4.1.3 Parlamentares Evangélicos e a CPI do Orçamento

Transcorrido quase um ano do afastamento do presidente Collor de Mello por crime de responsabilidade, descobriu-se que a corrupção estava no interior da

³⁹⁸ Folha, 2014. O governo FHC 1 (1995-1998) teve 24 ministérios e FHC 2 (1999-2002) teve 26 ministérios; Lula 1(2003-2006) teve 34 ministérios e Lula 2 (2007-2010) teve 37; finalmente Dilma 1 (2011-2014) e Dilma 2 (2015) teve 39 ministérios.

³⁹⁹ UOL, 2014.

⁴⁰⁰ Gazeta do Povo, 2014.

própria Casa legislativa. Em outubro de 1993, a Câmara dos Deputados passou a investigar aquele que seria o maior “escândalo de corrupção” dos anos 1990, um esquema de fraudes com recursos do orçamento da União envolvendo um grupo de parlamentares, dentre os quais muitos evangélicos, que integravam a *Comissão do Orçamento*. Atuando desde o final dos anos 1980 e início dos anos 1990, os “anões do orçamento”, como a quadrilha ficou conhecida em referência ao envolvimento de deputados sem grande expressão nacional no esquema de corrupção, o chamado “baixo clero”, o grupo comandado por João Alves, do PFL foi denunciado pelo economista José Carlos Alves dos Santos, um dos integrantes da quadrilha e ex-chefe da assessoria técnica da *Comissão do Orçamento* do Senado, o único a ser preso por desvio de verba estimado a 100 milhões de reais e acusado de assassinar a esposa, Ana Elizabeth Lofrano, que ameaçava denunciar a máfia⁴⁰¹.

Levadas à Câmara, a denúncia do esquema de propinas montado por deputados integrantes da Comissão do Orçamento foi investigada durante três meses numa *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) de grande repercussão. Depois de apurado descobriu-se, na verdade, que haviam dois esquemas fraudulentos. No primeiro, os parlamentares faziam emendas remetendo dinheiro para entidades filantrópicas ligadas a parentes e terceiros; o segundo, e principal esquema, eram os acordos que os parlamentares faziam com grandes empreiteiras – Alves dos Santos, Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Queiroz Galvão - para inclusão de verbas orçamentárias destinada à realização de grandes obras em troca de volumosas recompensas em dinheiro⁴⁰². Ao final do processo, que deixou de incluir os membros mais destacados do Congresso Nacional, a investigação incluiu 37 parlamentares, 18 deles com pedido de cassação dos mandatos, segundo o parecer do relator Roberto Magalhães, do PFL do Estado do Pernambuco. Ainda assim, oito deputados federais foram absolvidos, entre eles João de Deus Antunes, da Assembleia de Deus (PPR); apenas 6 perderam seus mandatos e quatro

⁴⁰¹ Folha 1992. Após a prisão de dois cúmplices que revelaram o local onde enterraram o corpo de Elizabeth morta a golpe de pedras e picareta em novembro de 1992, na presença do marido, o assessor foi condenado a 20 anos de prisão. Em sua defesa, acusou os ex-deputados João Alves e Ricardo Fiúza de serem os verdadeiros mandantes do assassinato da mulher. José Carlos Alves dos Santos converteu-se na prisão tornando-se evangélico. Após cumprir pena vive pregando na região de Brasília.

⁴⁰² Veja.com, 2017.

renunciaram a fim de fugir da punição e da inelegibilidade, entre eles o assembleiano Manoel Moreira⁴⁰³.

Retomando o modelo teórico de Burke, nota-se que o início da atuação dos parlamentares evangélicos na primeira legislatura pós-ditadura militar ocorreu de forma especialmente dramática. Isso deu-se em consequência de três fatores principais que contribuíram à uma cena político-partidária marcada pela instabilidade democrática, quais sejam: (1) um confuso e conturbado processo eleitoral de seleção do chefe do executivo ocorrido em dois turnos em 1989 - e separado das eleições para governadores dos Estados, senadores e deputados federais ocorrido no ano seguinte - caracterizado pelo excesso de oferta de representação político-partidária, a inexperiência da parte do eleitorado além da participação de grupos de interesse conservadores, religiosos e midiáticos interferindo neste processo depois de um período de 29 anos sem eleições presidenciais no Brasil; (2) a ruptura da rotina parlamentar que impediu a revisão da Constituição de 1988 prevista para esta legislatura em consequência da abertura do processo de impeachment do presidente Collor de Mello na Câmara dos Deputados, seguida pelo seu afastamento e, finalmente, sua renúncia em dezembro de 1992; além da descoberta de um esquema de corrupção no interior da Casa legislativa perpetrado por um grupo de deputados federais que desviaram mais de 100 milhões de reais do *Orçamento da União* e passaram a ser investigados pelos próprios colegas durante a gestão do vice-presidente Itamar Franco em 1993; (3) e, finalmente, a própria dificuldade do poder legislativo de se adaptar ao presidencialismo de coalizão levando a Câmara dos Deputados a buscar apoio jurídico na lei do impeachment de 1950 – recurso contestável por situar-se fora do âmbito da Constituição Federal de 1988 - a fim de legitimar de maneira triunfante o projeto de poder dos parlamentares, a saber: destituir o presidente eleito aumentando o número de ministérios e a representação parlamentar convertendo-a em postos no Executivo.

Representando os grupos de interesse confessionais que ajudaram a eleger Collor de Mello, a maioria dos parlamentares evangélicos atuaram ativamente para o seu afastamento da presidência. O propósito foi uma escolha racional e nada tinha a ver com a retórica religiosa que tratava a corrupção do presidente como falta

⁴⁰³ Terra, 2013.

moral grave além do de seu suposto envolvimento com rituais de magia negra realizados nos porões da Casa da Dinda, residência oficial do presidente em Brasília e que foi explorada pelos mesmos segmentos confessionais evangélicos que o apoiaram durante a campanha presidencial.

A questão era política e econômica. O PMDB já articulava conquistar o poder executivo lançando às próximas eleições presidenciais o deputado federal Ibsen Pinheiro, o presidente da Câmara que se destacou ao conduziu o processo de impeachment de Collor de Mello, mas acabou sendo cassado por irregularidades fiscais e suposto enriquecimento ilícito obtido através da participação no esquema de corrupção dos “Anões do Orçamento”, em 1993. A crise econômica era real e havia se agravado durante a gestão Collor de Mello com a inflação atingindo os mais altos patamares; a de 1992 alcançando os 1158,0%⁴⁰⁴. Sem filiação partidária desde que rompera com Collor de Mello em 1992 por divergências na área econômica, Itamar Franco lançou às presidenciais de 1994 seu ministro da Fazenda, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB. Contando com grande aceitação popular das medidas de estabilização da economia conhecido como *Plano Real*, FHC elegeu-se pela coligação do PSDB, PFL e PTB ainda no primeiro turno das presidenciais no pleito realizado em 3 de outubro de 1994; obteve 34,3 milhões de votos - 54,28% do total dos votos válidos – derrotando outros oito candidatos, entre eles Luís Inácio Lula da Silva, segundo colocado nestas eleições.

⁴⁰⁴ Folhaonline, 2000.

Figura 4. Pentágono de Burke aplicado a 49ª Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

4.2 Parlamentares evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998) com FHC: a participação da Bancada Evangélica nas reformas da Constituição

A primeira gestão de FHC na presidência da República foi marcada pela consolidação do *Plano Real* e pela tentativa de reforma do Estado Brasileiro através da privatização de empresas estatais, a criação de agências regulatórias, as mudanças nas leis que regem o funcionalismo público e a introdução de programas de transferência de renda como o Bolsa Escola. Contudo, o Congresso Nacional assumiria o protagonismo da cena política brasileira durante esse período nas articulações para a aprovação da emenda da reeleição dos chefes do executivo – presidente da República, governadores e prefeitos -patrocinada pelo governo e principal projeto de reforma da Constituição durante o período. Embora o número de partidos políticos representados na 50ª legislatura (1995-1998) permanecesse inalterado em 18, a Câmara dos Deputados apresentou importantes mudanças em relação ao período legislativo anterior, quais sejam: o número de parlamentares passou de 503 a 513; houve um aumento significativo do centro; um crescimento modesto da esquerda, seguido por um declínio do centro direita e direita.

O aumento da representação do centro ocorreu devido a dois fatores principais. O primeiro diz respeito ao deslocamento do PSDB - a terceira bancada partidária com seus 62 deputados federais (12,08%) - do centro-esquerda para o

centro, depois que a legenda estabeleceu uma aliança nacional com o PMDB visando a eleição de FHC. O segundo fator concerne o próprio crescimento da representação do PMDB na Câmara dos Deputados que subiu de 98 para 107 parlamentares (20,86%) permitindo ao partido assumir a liderança entre as bancadas na Casa legislativa. Juntos, PMDB e PSDB agregaram uma força política representada por 169 parlamentares (32,94% da Câmara).

A ala da esquerda que apresentou um crescimento de sua bancada na Câmara dos Deputados foi aquela representada pelo *Partido dos Trabalhadores* (PT), que passou de 36 a 49 representantes (9,55%) na Casa legislativa. Contudo, as outras bancadas aumentaram pouco: o *Partido Comunista do Brasil* (PCdoB) possuía 6 deputados federais na legislatura anterior e obteve 10 na 50ª legislatura (1,95%) e o *Partido Socialista Brasileiro* (PSB), que possuía 10 deputados federais, passou a contar com 15 (2,92%). Somada, a representação de esquerda agregou 74 deputados na Câmara dos Deputados (14,42%).

O centro-direita também apresentou uma diminuição da sua representação, como no caso do PP que de 45 parlamentares foi para 36 (7,02%), ou pouco cresceu, como no caso do PTB, que de 29 deputados federais foi para 31 (6,04%). A direita, principalmente representada pelo PFL, manteve os 89 deputados federais (17,35%) que possuía na legislatura anterior. Contudo, outros partidos constitutivos da direita sofreram diminuição em sua representação parlamentar como o PSD, que de 10 deputados federais declinou para 3 (0,58%); o PPR, que de 66 foi para 53 deputados (10,33%) e o PRN, que de 4 parlamentares passou a contar com apenas 1 (0,19%) eleito à 50ª legislatura (1995-1998). Também é importante destacar o desaparecimento de dois partidos de centro-direita em 1996: o *Partido Progressista Reformador* (PPR) e o *Partido Progressista* (PP) se fundiram nesse ano dando origem ao *Partido Progressista Brasileiro* (PPB).

Essa diminuição na representação partidária do centro-direita, direita e esquerda foi consequência da emergência da ideologia neoliberal entre os deputados federais, embora muitos não a assumissem preferindo apelar à retórica, de maneira a justificar suas posições políticas como social democrata⁴⁰⁵.

⁴⁰⁵ DIAP, 1994.

Tabela 46. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994) e 50ª legislatura (1995-1998)

DEPUTADOS FEDERAIS		
PARTIDO	49ª legislatura (1991-1994)	50ª legislatura (1995-1998)
PMDB	96	107
PFL	89	89
PSDB	48	62
PPR	66	53
PT	36	49
PDT	35	33
PP	45	36
PTB	29	31
PSB	10	15
PL	16	13
PC do B	6	10
PMN	3	4
PSD	10	3
PSC	3	3
PPS	3	2
PRN	4	1
PRP	-	1
PV	1	1
PSTU	2	-
PRONA	1	-
TOTAL	503	513

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 1994.

4.2.1 Perfil dos Parlamentares Evangélicos na 50ª Legislatura (1995-1998)

Um total de 40 deputados federais evangélicos se elegeu à 50ª legislatura (1995-1998) na Câmara dos Deputados aumentando para dois o número de parlamentares eleitos em relação à legislatura anterior.

Quadro 20. Parlamentares Evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998)

	DEPUTADO	IDADE DE ENTRADA	UF	PARTIDO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGIS	SITUAÇÃO	PERTENÇA RELIGIOSA
1	Antonio da Conceição Costa Ferreira	56	MA	PP	Superior	Advogado	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	Eleito	Assembleia de Deus
2	Benedito Augusto Domingos	61	DF	PP	Superior	Advogado	49, 50	Eleito	
3	Carlos Alberto Eugenio Apolinário	42	SP	PMDB	Superior	Advogado	50	Novo	
4	Fátima Lucia Pelaes	36	AP	PFL	Superior	Sociólogo	49, 50, 51, 53, 54	Eleito	
5	Ildemar Kussler	38	RO	PSDB	Superior	Promotor de Justiça	50	Novo	
6	João Iensen	37	PR	PTB	Ensino Médio	Radialista	50	Novo	
7	Milton João Soares Barbosa	40	BA	PFL	Ensino Médio	Empresário	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
8	Raimundo José Pereira dos Santos	39	PA	PPR	Superior	Advogado	50, 51, 52	Novo	
9	Salatiel Sousa Carvalho	41	PE	PP	Superior	Engenheiro elétrico	48, 49, 50, 51, 52	Eleito	
10	Valdenor Guedes Soares	41	AP	PP	Superior	Químico	49, 50, 52	Eleito	
11	Arolde de Oliveira	58	RJ	PFL	Superior	Economista	47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	Batista
12	Carlos Magno Costa Garcia	43	SE	PFL	Superior	Médico	50	Novo	
13	Eraldo Tinoco Melo	51	BA	PFL	Superior	Servidor Público	47, 48, 49, 50, 51	Eleito	
14	Herculano Anghinetti	35	MG	PMN	Superior	Empresário	50, 51, 52	Novo	
15	Lamartine Posella Sobrinho	34	SP	PP	Ensino Médio	Pastor	50, 51	Novo	
16	Paulo Gabriel Godinho Delgado	43	MG	PT	Superior	Sociólogo	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
17	Walter de Freitas Pinheiro	38	BA	PT	Ensino Médio	Técnico em telecomunicações	50, 51, 52, 53	Novo	
18	Darcísio Paulo Perondi	48	RS	PMDB	Superior	Médico	50, 51, 52, 53, 54, 55	Novo	Luterana
19	Hugo Matias Biehl	43	SC	PPR	Superior	Empresário	49, 50, 51	Eleito	
20	Julio Cesar Redecker	39	RS	PPR	Superior	Advogado	50, 51, 52, 53	Novo	
21	Paulo Roberto Bauer	38	SC	PPR	Superior	Contador	49, 50, 52, 53	Eleito	Luterana
22	Werner Wanderer	56	PR	PFL	Ensino Médio	Agricultor	49, 50, 51	Eleito	
23	Edson Edinho Coelho Araújo	46	SP	PMDB	Superior	Advogado	50, 51, 54, 55	Novo	Presbiteriana
24	Eliás Abrahão	54	PR	PMDB	Superior	Pastor	50	Novo	

25	José Carlos Lacerda	54	RJ	PPR	Superior	Empresário	50	Novo		
26	Lidia Araujo Quinan	58	GO	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51	Novo		
27	Silas Brasileiro	53	MG	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51, 52, 53, 54, 55	Novo		
28	Aldir Cabral de Araújo	47	RJ	PFL	Superior	Advogado	49, 50, 51, 52	Eleito	Universal do Reino de Deus	
29	Jorge Wilson de Matos	51	RJ	PMDB	Superior	Advogado	50, 51	Novo		
30	Odenir Laprovita Vieira	57	RJ	PP	Ensino Médio	Empresário	49, 50	Eleito		
31	Paulo Cesar Marques de Velasco	58	SP	PSD	Superior	Advogado	50, 51	Novo		
32	Wagner Amaral Salustiano	40	SP	PPR	Superior	Pastor	50, 51	Novo		
33	Oliveira Francisco da Silva	57	RJ	PP	Ensino Fundamental	Empresário	49, 50, 51	Eleito		Cristo em Casa
34	Mário de Oliveira	49	MG	PP	Ensino Médio	Pastor	47, 48, 49, 50, 51, 53, 54	Eleito		Evangelho Quadrangular
35	Jorge Tadeu Mudalen	40	SP	PMDB	Superior	Engenheiro civil	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	International da Graça	
36	Carlos Fernando Zuppo Franco	53	SP	PDT	Superior	Advogado	50, 51	Novo	ND	
37	Josias Gonzaga Cardoso	41	GO	PMDB	Superior	Economista	50	Novo		
38	Luiz Moreira da Silva	67	BA	PTB	Superior	Médico	49, 50, 51	Eleito		
39	Philemon Rodrigues da Silva	63	MG	PTB	Superior	Militar	49, 50, 51, 52	Eleito		
40	Reinhold Stephanes	55	PR	PFL	Superior	Economista	46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55	Eleito		

Fonte: Elaboração própria a partir de SILEG, 2013.

No que toca à representação político-partidária da bancada evangélica, observa-se que a direita perdia dois evangélicos que não se reelegeram pelo PFL: o assembleiano Orlando Pacheco e Rubem da Silva Bento, que depois de sua participação no legislativo, retirou-se da vida pública.

No centro-direita, o PTB perdia igualmente outros dois parlamentares evangélicos: o batista Jabes Rabelo e o assembleiano Matheus Iensen. Fausto Rocha não se reelegeu pelo PRN. A adventista Eurides Brito da Silva do PTR deixou o legislativo federal ao final de seu mandato. O pastor assembleiano João de Deus

Antunes, ainda que inocentado na CPI do *Orçamento da União* não obteve êxito em se reeleger pelo PDS. Finalmente, o batista Sérgio Brito também não se elegeu pelo partido de centro-direita, o PDC. Contudo, o centro, representado pelo PMDB foi quem mais perdeu parlamentares evangélicos, 7 no total que não se reelegeram, quais sejam: os assembleianos Antônio de Jesus Dias e Eliel Rodrigues; o metodista João Fagundes; o iurdiano José Felinto; o presbiteriano Lézio Gomes Sathler, o pastor assembleiano Manoel Moreira que renunciou ao mandato fugindo à punição da *CPI do Orçamento* e o cristão evangélico Naftali Alves de Souza (PMDB).

No centro esquerda não se reelegeram os batistas Edésio Frias e Lysâneas Maciel pelo *Partido Democrático Trabalhista* (PDT). Finalmente, a esquerda representada pelo PT, perderia um deputado federal Benedita da Silva, eleita ao Senado Federal. Assim, deixavam a Câmara dos Deputados, 20 parlamentares evangélicos que não se reelegeram, incluindo os suplentes, e entraram outros 20 titulares. Pela direita foi eleito 1 novo deputado federal evangélico: o batista Carlos Magno, pelo PFL.

Pelos partidos de centro-direita se elegeram o assembleiano João Iensen, pelo PTB; o iurdiano Paulo Velasco, pelo PSD; o luterano Julio Cesar Redecker, o presbiteriano José Carlos Lacerda, o assembleiano Raimundo dos Santos e o iurdiano Wagner Salustiano, todos eleitos pelo PPR.

Eleitos pelo PMDB, os oito novos deputados federais evangélicos passaram a constituir o centro: o assembleiano Carlos Apolinário; o luterano Darcísio Perondi; os presbiterianos Edson Coelho, o pastor Elias Abrahão, Lídia Quinan, Silas Brasileiro, o iurdiano Jorge Wilson de Matos e Josias Gonzaga Cardoso; além do assembleiano Ildemar Kussier, único evangélico eleito pelo PSDB.

Representando o partido de centro-esquerda foi eleito Carlos Zuppo, pelo PDT. A esquerda evangélica até agora representada exclusivamente através do *Partido dos Trabalhadores* (PT), não deixou de ter um novo representante na Câmara dos Deputados que também era protestante, como Benedita da Silva e Paulo Delgado, o batista Walter Pinheiro além de contar com outro batista, Herculano Anghinetti, eleito pelo esquerdista *Partido do Movimento Nacional* (PMN).

Contrariando a tendência do aumento da representação parlamentar de centro na Câmara dos Deputados, a maioria dos 40 parlamentares evangélicos

eleitos continuavam majoritariamente agrupados em partidos políticos de direita. O *Partido Popular* (PP), de centro direita, reuniu o maior número de deputados federais evangélicos deste espectro ideológico chegando a contar com 8 representantes, todos se recompondo no PPB em 1996. Pelo *Partido Progressista Renovador* (PPR) foram eleitos 6 deputados federais evangélicos, todos passando às fileiras do PPB em 1996; com a extinção dos dois partidos, o PP e o PPR, o PPB passou a contar com 14 parlamentares em 1996. O *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) elegeu 2 deputados federais. Representados na ala da direita, 8 deputados federais evangélicos se elegeram pelo *Partido da Frente Liberal* (PFL) e apenas 1 se elegeu pelo *Partido Social Democrático* (PSD).

A tendência da diminuição da representação do centro esquerda na Câmara dos Deputados se confirmava entre os evangélicos: o PDT elegeu apenas 1 deputado federal evangélico. Enfim, dentre os 4 deputados federais que o *Partido da Mobilização Nacional* (PMN) conseguiu eleger um era evangélico, o batista Herculano Anghinetti.

Tabela 47. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998)

ESPECTRO IDEOLÓGICO	50ª legislatura (1995-1998)
Direita	
PFL	8
PSD	1
Centro-Direita	
PP	8
PPR	6
PTB	3
Centro	
PMDB	9
PSDB	1
Centro-Esquerda	
PDT	1
Esquerda	
PT	2
PMN	1
Total	40

Fonte: Elaboração própria.

Da perspectiva da composição por pertença religiosa, os grupos de interesse confessionais protestantes ficaram representados da seguinte maneira e em ordem crescente: a *Igreja Assembleia de Deus* elegeu 10 representantes. A Igreja Batista aparecia na segunda posição com 7 parlamentares evangélicos eleitos. Na terceira posição seguiam empatadas com 5 representantes cada, a Igreja Luterana, a vertente do protestantismo de imigração ou etnia na Câmara dos Deputados, a Igreja Presbiteriana e a *Igreja Universal do Reino de Deus* (IURD). As Igrejas do *Evangelho Quadrangular* e *Cristo em Casa* obtiveram apenas uma representação cada. Cinco parlamentares evangélicos deixaram de declarar a pertença religiosa.

Tabela 48. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 50ª legislatura (1995-1998)

GRUPOS DE INTERESSE CONFESSIONAL/PERTENÇA RELIGIOSA	DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS
Igreja Assembleia de Deus	10
Igreja Batista	7
Igreja Luterana	5
Igreja Presbiteriana	5
Igreja Universal do Reino de Deus	5
Igreja Internacional da Graça	1
Igreja Cristo em Casa	1
Igreja do Evangelho Quadrangular	1
Não declarada	5
Total	40

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à faixa etária dos parlamentares evangélicos nesta legislatura nota-se que a existência de três grupos etários se manteve inalterado em relação à legislatura anterior; nenhum parlamentar evangélico que ingressou nas duas legislaturas analisadas encontrava-se na faixa etária dos 20 anos. Na 50ª legislatura (1995-1998) como na anterior, a 49ª legislatura (1991-1994), o grupo predominante foi constituído pelos parlamentares seniores, embora os que se encontravam na faixa dos 50 a 59 anos tenha aumento à 14 e os que se encontravam na casa dos 60 a 69 anos tenha diminuído a 3. Outros 14 parlamentares evangélicos encontravam-se na faixa-etária dos 40 aos 49 anos de idade. Finalmente, 9 parlamentares evangélicos ingressaram na Câmara dos Deputados na faixa dos 30 aos 39 anos de idade, porém, em relação à legislatura anterior, nota-se que a idade de entrada subiu, uma vez que nenhum parlamentar desta faixa-etária tinha menos de 35 anos de idade.

Tabela 49. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998)

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
Parlamentares Evangélicos Seniores 60 a 69 anos	3
Parlamentares Evangélicos Seniores 50 a 59 anos	14
Parlamentares Evangélicos na Meia idade 40 a 49 anos	14
Parlamentares Evangélicos Jovens 30 a 39 anos	9
Total	40

Fonte: Elaboração própria.

Na presente legislatura, a variável representação da bancada evangélica por gênero não apresentou mudança. O número de parlamentares evangélicos do sexo feminino permaneceu em 2 assim como o gênero masculino continuava sobre representada nos 38 deputados federais dessa legislatura. A bancada evangélica permaneceu predominantemente masculina e sobre representada com 35 parlamentares do gênero masculino.

Tabela 50. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998)

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Sexo masculino	38
Sexo feminino	2
Total	40

Fonte: Elaboração própria.

Na legislatura em foco não houve alteração no número de categorias profissionais representadas entre os parlamentares evangélicos que permaneceu em dez. Contudo, a bancada deixava de ter bancário, professor universitário e servidor público. No lugar dessas profissões aparecia a de promotor de justiça e a de técnico em comunicações, todas com um representante. As primeiras três categorias profissional permaneceram inalteradas na 50ª legislatura (1995-1998) com o grupo dos profissionais liberais sendo composto por 10 advogados, um a mais que na legislatura anterior; 3 economistas; 3 médicos; 2 sociólogos; 2 engenheiros, além de 1 contador.

O segundo grupo, o dos empresários, aumentou de 5 para 8. O grupo dos

pastores apresentou igualmente um crescimento dobrando sua representação por categoria profissional para 4 nessa legislatura. Todas as demais categorias profissionais continuavam sendo representadas por um único parlamentar evangélico.

Tabela 51. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998)

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Profissional Liberal	21
Empresário	8
Pastor	4
Agricultor	1
Militar	1
Promotor de Justiça	1
Técnico em Comunicações	1
Comunicador	1
Químico	1
Servidor Público	1
Total	40

Fonte: Elaboração própria.

A variável grau de escolaridade apresentou pequenas alterações na presente legislatura em relação à anterior. O conjunto de parlamentares evangélicos com ensino superior aumentou de 29 para 30. Os parlamentares com ensino médio também aumentaram de 6 para 9. Contudo, observa-se uma diminuição no número de parlamentares evangélicos com ensino fundamental caindo de dois para 1.

Tabela 52. Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 50ª legislatura (1995-1998)

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Ensino Superior	30
Ensino Médio	9
Ensino Fundamental	1
Não Declarado	-
Total	40

Fonte: Elaboração própria.

4.2.2 Parlamentares evangélicos e a emenda da reeleição

O *Projeto de Emenda Constitucional* (PEC nº4) permitindo a reeleição dos chefes do executivo – presidente da República, governadores e prefeitos - foi a mais importante votação realizada pelo Congresso Nacional durante a 50ª legislatura (1995-1998). De autoria do deputado federal Mendonça Filho, do PFL do Pernambuco, a proposta de emenda foi apresentada no Congresso já em 1º de fevereiro de 1995, porém foi colocada em plenário apenas no final da legislatura em janeiro de 1997, depois de três anos de tramitação na Câmara dos Deputados⁴⁰⁶. Votado em dois turnos, o projeto da emenda da reeleição foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 25 de fevereiro de 1997. Uma maioria de 369 deputados federais se posicionou de maneira favorável à aprovação do projeto enquanto apenas 11 parlamentares se manifestaram de forma contrária⁴⁰⁷.

Seguindo a maioria na Câmara, os parlamentares evangélicos votariam com o governo aprovando as principais matérias de sua agenda neoliberal como : a quebra do monopólio dos Estados na distribuição de gás canalizado; a mudança no conceito de empresa nacional; a quebra do monopólio estatal no setor de telecomunicações e na exploração do petróleo; a prorrogação do FSE, rebatizado *Fundo de Estabilização Fiscal* (FEF), que permitia ao governo desvincular 20% da arrecadação de impostos especificamente destinados às áreas da saúde e educação; e, finalmente, a abertura da navegação de cabotagem às empresas estrangeiras além da aprovação da criação da *Contribuição Provisória sobre*

⁴⁰⁶ Folha, 2000.

⁴⁰⁷ Folha, 2017.

Movimentação Financeira (CPMF), que substituiu o *Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira* (IPMF), criado como fonte complementar de recursos para a saúde. Contudo, no que concerne a principal votação da legislatura, a da aprovação da emenda da reeleição, existiram exceções que foram especialmente significativas.

Alguns parlamentares evangélicos não participaram das sessões de votação da emenda da reeleição na Câmara dos Deputados. O caso mais dramático foi o do pastor presbiteriano e professor Elias Abrahão, ex-secretário do *Meio Ambiente* de Curitiba e de *Educação* do Estado do Paraná, falecido em um acidente automobilístico em uma estrada que liga a cidade ao litoral, no dia 18 de setembro de 1996, aos 55 anos de idade⁴⁰⁸.

Outros quatro deputados federais não participaram das sessões de votação da emenda da reeleição por encontrarem-se licenciados de seus mandatos, quais sejam: o batista Eraldo Tinoco de Melo, do PFL, que ocupava a *Secretaria de Energia, Transporte e Comunicação* da Bahia durante o governo de Paulo Souto entre 1995 a 1999; o assembleiano Ildemar Kussier, do PSDB, eleito prefeito do município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, em 1996; Josias Gonzaga Cardoso, do PMDB, que assumiu a Secretaria de Estado de Goiás na gestão do governador Luís Alberto Maguito Vilela e Reinhold Stephanes, do PFL, que permanecia no Ministério da Previdência Social⁴⁰⁹.

Outros quatro parlamentares evangélicos se ausentaram das votações, mas por motivos diferentes. Tendo assumido o mandato em janeiro de 1997, mas declarando-se contrário à emenda da reeleição, o luterano Júlio Cesar Redecker, do PPB, foi afastado do processo pelo partido e voltou à suplência. Numa manobra política do PPB que atendia aos interesses do governo federal, e em especial, aos do presidente Fernando Henrique Cardoso, principal beneficiado pela aceitação do projeto, Telmo Kirst se exonerou temporariamente de suas funções de secretário de *Obras, Saneamento e Habitação* do Estado do Rio Grande do Sul, no governo do pemedebista Antônio Brito (1995-1998), e reassumiu o seu mandato na Câmara dos Deputados a fim de votar favoravelmente à emenda⁴¹⁰. Por outro lado, Wagner

⁴⁰⁸ CPDOC, 2010.

⁴⁰⁹ CPDOC, 2010.

⁴¹⁰ CPDOC, 2010.

Salustiano, da *Igreja Universal do Reino de Deus*, foi outro parlamentar evangélico que atendeu as orientações de seu partido - o PPB - e absteve-se no primeiro turno da votação da emenda constitucional que previa a reeleição do presidente da República, governadores e prefeitos, como forma de pressionar o governo em troca de vantagens políticas. Assim, no segundo turno da votação, o iurdiano Wagner Salustiano foi um dos 47 parlamentares que mudaram de posição votando favoravelmente à emenda da reeleição. O resultado foi que poucos dias depois da votação, Salustiano assumiu uma suplência na chapa encabeçada pelo deputado federal Michel Temer que concorria à presidência da Câmara dos Deputados e obteve êxito em eleger-se⁴¹¹.

Empresário e proprietário da *Rádio Brasil FM*, o neopentecostal Oliveira Francisco da Silva, da *Igreja Cristo em Casa*, como os demais parlamentares do PPB, manteve-se fiel às orientações governistas nas principais votações em pauta. Contudo, apesar das vitórias obtidas na Câmara, era um entre os muitos descontentes no partido com o espaço concedido pelo PSDB na distribuição de cargos entre as agremiações partidárias aliadas ao governo. Junto com outros parlamentares do PPB, Silva ameaçou não votar com o governo. Seu descontentamento se devia ao fato de que sua indicação para a presidência da *Telecomunicações do Rio de Janeiro S.A.*, Eduardo Cunha, que já havia presidido a empresa durante o governo Collor de Mello, havia sido preterida pelo a do ex-presidente da *Casa da Moeda*, Danilo Lobo, indicado pelo senador peessedebista Artur da Távora. Em represália, Silva não acompanhou a bancada governista em julho de 1996, votando contra a instituição da *Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira* (CPMF) e se ausentou, em sinal de protesto, da votação da emenda da reeleição em fevereiro de 1997⁴¹².

Finalmente, o evangélico Jorge Tadeu Mudalen, da *Igreja Internacional da Graça*, ausentou-se da votação da emenda da reeleição em virtude da disputa da prefeitura de Guarulhos, São Paulo, que o fez licenciar-se do mandato em 1996. Nesse ano, o parlamentar trocou o PMDB pelo PPB, o partido que se notabilizava por concentrar os evangélicos, mas não obteve sucesso em eleger-se⁴¹³.

⁴¹¹ CPDOC, 2010.

⁴¹² CPDOC, 2010.

⁴¹³ CPDOC, 2010.

Assim, do grupo de 37 parlamentares evangélicos, 28 participaram ativamente do processo. Destes, 24 se manifestaram favoravelmente à emenda da reeleição; apenas dois deputados federais votaram contra; e um evangélico se absteve. Votaram contra a emenda da reeleição Carlos Fernando Zuppo Franco, do PDT de São Paulo e a assembleiana Fátima Pelaes, deputada federal eleita pelo PFL do Amapá. Contudo, apenas Carlos Zuppo votou contra a emenda nos dois turnos de votação. A assembleiana Fátima Pelaes, que havia se desligado do PFL e ingressado no PSDB em 1995 e disputou a prefeitura de Macapá no ano seguinte pela legenda governista sem obter êxito eleitoral, votou contra a emenda da reeleição no primeiro turno das eleições. Contudo, pressionada por seu novo partido, o PSDB, ausentou-se da votação no segundo turno contribuindo, assim, à aprovação da emenda da reeleição. Em novembro desse ano, Pelaes tornou-se vice-líder do partido na Câmara e pronunciou-se a favor da quebra da estabilidade do serviço público, item da reforma administrativa de FHC⁴¹⁴. A única abstenção entre os evangélicos foi a do luterano Hugo Matias Biehl, do PPB de Santa Catarina.

Quadro 21. Parlamentares Evangélicos e a votação da Emenda da Reeleição.

	DEPUTADO	UF	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	Resultado
1	Antônio da Conceição Costa Ferreira	MA	PPB	Assembleia de Deus	FAVORÁVEL
2	Arolde de Oliveira	RJ	PFL	Batista	FAVORÁVEL
3	Benedito Augusto Domingos	DF	PPB	Assembleia de Deus	FAVORÁVEL
4	Carlos Alberto Eugenio Apolinário	SP	PMDB	Assembleia de Deus	FAVORÁVEL
5	Carlos Fernando Zuppo Franco	SP	PDT	ND	CONTRA
6	Carlos Magno Costa Garcia	SE	PFL	Batista	FAVORÁVEL
7	Darcísio Paulo Perondi	RS	PMDB	Luterana	FAVORÁVEL
8	Edson Coelho Araujo	SP	PMDB	Presbiteriana	FAVORÁVEL
9	Elias Abrahão	PR	PMDB	Presbiteriana	-
10	Eraldo Tinoco Melo	BA	PFL	Batista	LICENCIADO
11	Fátima Lucia Pelaes	AP	PSDB	Assembleia de Deus	CONTRA
					AUSENTE
12	Herculano Anghinetti	MG	PMN	Batista	FAVORÁVEL

⁴¹⁴ CPDOC, 2010.

13	Hugo Matias Biehl	SC	PPB	Luterana	ABSTENÇÃO
14	Ildemar Kussler	RO	PSDB	Assembleia de Deus	LICENCIADO
15	João Iensen	PR	PTB	Assembleia de Deus	FAVORÁVEL
16	Jorge Tadeu Mudalen	SP	PPB	Internacional da Graça	AUSENTE
17	Jorge Wilson de Matos	RJ	PMDB	Universal do Reino de Deus	FAVORÁVEL
18	José Carlos Lacerda	RJ	PPB	Presbiteriana	FAVORÁVEL
19	Josias Gonzaga Cardoso	GO	PMDB	ND	LICENCIADO
20	Julio Cesar Redecker	RS	PPB	Luterana	SUPLÊNCIA
21	Lamartine Posella Sobrinho	SP	PPB	Batista	FAVORÁVEL
22	Lídia Araujo Quinan	GO	PMDB	Presbiteriana	FAVORÁVEL
23	Luiz Moreira da Silva	BA	PTB	Universal do Reino de Deus	FAVORÁVEL
24	Mário de Oliveira	MG	PPB	Evangelho Quadrangular	FAVORÁVEL
25	Odenir Laprovita Vieira	RJ	PPB	Universal do Reino de Deus	FAVORÁVEL
26	Oliveira Francisco da Silva	RJ	PP	Cristo em Casa	AUSENTE
27	Paulo Cesar Marques de Velasco	SP	PSD	Universal do Reino de Deus	FAVORÁVEL
28	Paulo Roberto Bauer	SC	PFL	Luterana	FAVORÁVEL
29	Philemon Rodrigues da Silva	MG	PTB	ND	FAVORÁVEL
30	Raimundo José Pereira dos Santos	PA	PPB	Assembleia de Deus	FAVORÁVEL
31	Reinhold Stephanes	PR	PFL	ND	LICENCIADO
32	Salatiel Sousa Carvalho	PE	PPB	Assembleia de Deus	AUSENTE
33	Silas Brasileiro	MG	PMDB	Presbiteriana	FAVORÁVEL
34	Valdenor Guedes Soares	AP	PPB	Assembleia de Deus	FAVORÁVEL
35	Wagner Amaral Salustiano	SP	PPB	Universal do Reino de Deus	FAVORÁVEL
36	Walter de Freitas Pinheiro	BA	PT	Batista	SUPLÊNCIA
37	Werner Wanderer	PR	PFL	Luterana	FAVORÁVEL

Fonte: Elaboração própria.

Antes do projeto da emenda da reeleição ser votado pelo Senado, em 13 de maio de 1995, o jornal *Folha de São Paulo* revelou, em uma série de reportagens do jornalista Fernando Rodrigues, conhecida como *Mercado do Voto*, o envolvimento de cinco deputados federais que teriam recebido do governo uma soma de 200 mil reais em troca do voto pela aprovação da emenda da reeleição. Oito dias após a

reportagem da *Folha*, os parlamentares Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL do Acre, renunciaram aos seus mandatos na Câmara dos Deputados. O esquema da venda de votos teria sido liderado pelo ministro das *Comunicações* Sérgio Motta e pelo então presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, ambos mortos em 1998, e que teria envolvido mais de 50 parlamentares⁴¹⁵. Apesar da abundância de provas comprovando a compra de voto dos parlamentares para a aprovação da emenda que beneficiava diretamente o presidente FHC, o então procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, não acolheu nenhuma representação que pedia a ele uma denúncia ao *Supremo Tribunal Federal* (STF)⁴¹⁶. De sua parte, o presidente da Câmara, Michel Temer, bloqueou os pedidos dos partidos de oposição liderados pelo PT que demandavam a instalação de uma *Comissão Parlamentar de Inquérito* (CPI) a fim de investigar a compra de votos patrocinada pelo governo. Além disso, o ministro do Exército Zenildo Lucena manifestou-se contrário ao movimento plebiscitário que surgiu entre os representantes dos partidos, incluindo os 26 parlamentares do PSDB e vários do PPB, que pediam uma consulta popular numa importante matéria que alterava a *Constituição Federal* de 1988. Frustrando esse movimento, Lucena declarou que os representantes do Congresso falavam pelo povo, dispensando, assim, a consulta popular. Assim, o plenário do Senado finalmente votou a emenda da reeleição no segundo turno de votações realizadas no dia 4 de junho de 1997. O projeto de emenda constitucional foi aprovado por 62 votos a favor, 14 contra e duas abstenções, numa sessão que durou apenas nove minutos⁴¹⁷.

Sintetizando a presente legislatura de acordo com a perspectiva avançada pela teoria burkeana, nota-se que os parlamentares evangélicos foram atores políticos que se notabilizaram por seguir a agenda neoliberal do governo FHC e, particularmente, as orientações do PSDB, o partido governista, em detrimento das ideologias político-partidárias que representavam. Numa cena política marcada pela ambição do partido governista e seus aliados de se manter no poder e, contrariando o que havia estabelecido a *Constituição Federal* de 1988, os parlamentares evangélicos atuaram na 50ª legislatura (1995-1998) engajando-se especialmente

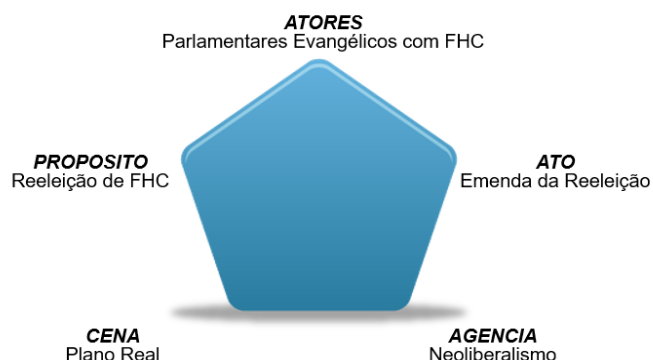
⁴¹⁵ Estadão, 2016.

⁴¹⁶ Folha, 2017.

⁴¹⁷ Folha, 1997.

pela aprovação da emenda da reeleição do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos. Contudo, muitos o fizeram em busca de vantagens próprias, como o enriquecimento pessoal, ou em busca das vantagens político-partidárias exemplificada, por exemplo, na obtenção de uma melhor posição na representação política de seus respectivos partidos através da conquista de cargos ambicionados pelas lideranças partidárias ao poder executivo.

Figura 5. Pentágono de Burke aplicado a 50ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

4.3 Parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002) contra FHC: da crise do neoliberalismo à consolidação dos grupos de pressão na Câmara dos Deputados

Em 1998 foram realizadas eleições gerais no Brasil. Como consequência da aprovação da lei da reeleição Nº 4 de 1997, as eleições majoritárias de 1998 foram marcadas pela continuidade dos dirigentes políticos no poder executivo e, no caso das eleições proporcionais ao Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados, pelo baixo índice de renovação das cadeiras legislativas. No caso das eleições majoritárias, não apenas FHC conseguiu se reeleger à presidência da República como também 14 governadores obtiveram um novo mandato dentre os 21 que tentaram a reeleição, quer dizer, 66,6% dos governadores se mantiveram em

seus cargos no executivo federal⁴¹⁸. No que tange as eleições proporcionais ao Congresso, o índice de renovação das cadeiras legislativas foi o mais baixo da Nova República: apenas 43% de renovação em 1998 contra 62% na eleição de 1990 e 54% no pleito de 1994. Nada menos que 443 deputados federais dos 513 tentaram a renovação dos seus mandatos. O sucesso para a reeleição de 57% da Câmara dos Deputados foi a lei especial que os parlamentares aprovaram e que os beneficiava. Ela mantinha as candidaturas natas; reduzia os tempos de rádio e televisão para não dar espaço aos novos e desconhecidos concorrentes; invertia a ordem de votação, para iniciar com o deputado federal, tanto no voto eletrônico introduzido neste pleito, quanto na cédula impressa e, finalmente, mantinha regras generosas de doações financeiras provenientes do setor privado a fim de patrocinar as campanhas políticas⁴¹⁹.

⁴¹⁸ Folha, 2006.

⁴¹⁹ DIAP, 1998.

Tabela 53. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998) e 51ª legislatura (1999-2002)

DEPUTADOS FEDERAIS			
PARTIDO	49ª legislatura (1991-1994)	50ª legislatura (1995-1998)	51ª Legislatura (1999-2002)
PMDB	98	107	82
PFL	89	89	106
PSDB	48	62	99
PPR	66	53	PPR=PPB
PPB	89	78	60
PT	36	49	58
PDT	35	33	25
PP	45	36	PP=PPB
PTB	29	31	31
PSB	10	15	19
PL	16	13	12
PC do B	6	10	7
PMN	3	4	-
PSD	10	3	-
PSC	3	3	-
PPS	3	2	3
PRN	4	1	-
PRP	-	1	-
PV	1	1	-
PSTU	2	-	-
PRONA	1	-	-
OUTROS	-	-	11
TOTAL	503	513	513

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 1998.

4.3.1 Perfil dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002)

Apesar das eleições proporcionais de 1998 terem sido extremamente concorrenciais, os grupos de interesse confessionais protestantes obtiveram êxito em eleger 33 novos deputados federais evangélicos à 51ª legislatura (1999-2002), chegando ao total de 61 parlamentares evangélicos na Câmara dos Deputados. Dos

40 deputados federais evangélicos eleitos na legislatura anterior, apenas 11 não se reelegeram, quais sejam: os assembleianos Benedito Augusto Domingos, do PPB e Carlos Apolinário, do PMDB; o batista Carlos Magno, do PFL, os presbiterianos Elias Abraão, do PMDB (falecido em acidente automobilístico) e José Carlos Lacerda, do PPB; os assembleianos Ildemar Kussler, do PSDB e João Iensen, do PTB; Josias Gonzaga Cardoso, do PMDB; o iurdiano Odenir Laprovita Vieira, do PP; o luterano Paulo Roberto Bauer, do PPB e Reinhold Stephanes, do PFL. Contudo, aos 27 parlamentares evangélicos reeleitos à 51ª legislatura (1999-2002) somavam-se outros 34 novos deputados federais evangélicos, totalizando 61 parlamentares, um aumento de 21 parlamentares comparado com os 40 deputados da legislatura anterior, assinalando um crescimento da bancada suprapartidária evangélica na Câmara dos Deputados da ordem de mais de 4% em relação aos 513 deputados federais. Assim, na legislatura anterior, a bancada evangélica representava 7,79% da Câmara e passou a representar 11,89%. Além disso, os parlamentares evangélicos ampliaram sua representação político-partidária aumentando de dez para 12 os partidos que passaram a representar.

Quadro 22. Parlamentares Evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002)

	DEPUTADO	IDADE DE ENTRADA	UF	PARTIDO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGIS	SITUAÇÃO	PERTENÇA RELIGIOSA
1	Aginaldo Muniz	28	RO	PDT	Superior	Advogado	51, 52, 53	Novo	Assembleia de Deus
2	Amarildo Martins da Silva (Pastor)	36	TO	PPB	Ensino Médio	Empresário	51, 52	Novo	
3	Antonio da Conceição Costa Ferreira	60	MA	PFL	Superior	Advogado	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	Eleito	
4	Antonio Ferreira da Cruz Filho	49	MS	PMDB	Superior	Médico	51, 52, 53	Novo	
5	Fátima Lucia Pelaes	40	AP	PSDB	Superior	Sociólogo	49, 50, 51, 53, 54	Eleito	
6	Julio Cesar Gomes dos Santos (Cabo)	29	MG	PL	Ensino Médio	Servidor Público	51, 52	Novo	
7	Matuzael (Mattos) Nascimento	45	RJ	PSDB	Ensino Fundamental	Músico	51	Novo	
8	Milton João Soares Barbosa	44	BA	PFL	Ensino Médio	Empresário	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
9	Nilton Balbino (Capixaba)	39	RO	PTB	Superior	Empresário	51, 52, 54, 55	Novo	
10	Raimundo José Pereira dos Santos	43	PA	PFL	Superior	Advogado	50, 51, 52	Eleito	
11	Renildo Leal Santos	33	PA	PMDB	Superior	Médico	51	Novo	
12	Rubeneuton Lima	34	SP	PDT	Superior	Advogado	51, 52	Novo	
13	Salatiel Sousa Carvalho	45	PE	PPB	Superior	Engenheiro elétrico	48, 49, 50, 51, 52	Eleito	
14	Silas Câmara	36	AM	PL	Ensino Médio	Empresário	51, 52, 53, 54, 55	Novo	

15	Arolde de Oliveira	62	RJ	PFL	Superior	Economista	47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	Batista
16	Eber Silva	49	RJ	PDT	Superior	Pastor	51	Novo	
17	Eraldo Tinoco Melo	55	BA	PFL	Superior	Servidor Público	47, 48, 49, 50, 51	Eleito	
18	Euler Lázaro Morais	50	GO	PMDB	Superior	Economista	51	Novo	
19	Gerson Silva Gabrielli	49	BA	PFL	Superior	Empresário	51, 52	Novo	
20	Gilmar Alves Machado	37	MG	PT	Superior	Professor	51, 52, 53, 54	Novo	
21	Glycon Terra Pinto Junior	36	MG	PL	Superior	Empresário	51	Novo	
22	Herculano Anghinetti	39	MG	PPB	Superior	Empresário	50, 51, 52	Eleito	
23	Lamartine Posella Sobrinho	38	SP	PPB	Ensino Médio	Pastor	50, 51	Eleito	
24	Lincoln Diniz Portela (pastor)	45	MG	PST	Superior	Pastor	51, 52, 53, 54, 55	Novo	
25	Magno Pereira Malta	41	ES	PTB	Ensino Médio	Pastor	51	Novo	
26	Miriam Santos Mancebo Ride	42	RJ	PDT	Superior	Assistente Social	51	Novo	
27	Paulo Gabriel Godinho Delgado	47	MG	PT	Superior	Sociólogo	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
28	Walter de Freitas Pinheiro	40	BA	PT	Ensino Médio	Técnico em telecomunicações	50, 51, 52, 53	Eleito	
29	Aldir Cabral de Araújo	53	RJ	PFL	Superior	Advogado	49, 50, 51, 52	Eleito	
30	Antonio Valdeci (de Jesus) de Paiva	46	RJ	PSDB	Ensino Médio	Pastor	51	Novo	
31	Bernardino Barreto de Oliveira (Filho)	42	PR	PPB	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 54	Novo	
32	Carlos Alberto Rodrigues Pinto (Bispo)	41	RJ	PFL	Ensino Médio	Pastor	51, 52	Novo	
33	Francisco Almeida de Jesus	40	CE	PMDB	Ensino Médio	Servidor Público	51, 52	Novo	
34	Jorge Wilson de Matos	55	RJ	PMDB	Superior	Advogado	50, 51	Eleito	
35	Marcos Antonio de Barros (de Jesus)	42	PE	PTB	Ensino Médio	Pastor	51, 52	Novo	
36	Paulo Cesar Marques de Velasco	62	SP	PRONA	Superior	Advogado	50, 51	Eleito	
37	Paulo José Gouvêa (Pastor)	35	RS	PTB	Ensino Médio	Radialista	51, 52	Novo	
38	Vandeval Lima dos Santos (Bispo)	42	SP	PTB	Ensino Médio	Pastor	51, 52	Novo	
39	Wagner Amaral Salustiano	44	SP	PPB	Superior	Pastor	50, 51	Eleito	
40	Darcísio Paulo Perondi	52	RS	PMDB	Superior	Médico	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
41	Hugo Matias Biehl	47	SC	PPB	Superior	Empresário	49, 50, 51	Eleito	
42	Julio Cesar Redecker	43	RS	PPB	Superior	Advogado	50, 51, 52, 53	Eleito	
43	Luis Carlos Heinze	49	RS	PPB	Superior	Engenheiro Agrônomo	51, 52, 53, 54	Novo	
44	Vicente Augusto Caropreso	42	SC	PSDB	Superior	Médico	51	Novo	
45	Waldir Artur Schmidt	55	RS	PMDB	Ensino Médio	Empresário	51	Novo	
46	Werner Wanderer	60	PR	PFL	Ensino Médio	Agricultor	49, 50, 51	Eleito	
47	Edson Edinho	50	SP	PMDB	Superior	Advogado	50, 51,	Eleito	Presbiteriana

	Coelho Araújo						54, 55		
48	Lidia Araujo Quinan	62	GO	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51	Eleito	
49	Silas Brasileiro	55	MG	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
50	Josué Bengtson	55	PA	PTB	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 52, 55	Novo	Evangelho Quadrangular
51	Mário de Oliveira	53	MG	PPB	Ensino Médio	Pastor	47, 48, 49, 50, 51, 53, 54	Eleito	
52	Oliveira Francisco da Silva	61	RJ	PPB	Ensino Fundamental	Empresário	49, 50, 51	Eleito	Cristo em Casa
53	Jorge Tadeu Mudalen	44	SP	PPB	Superior	Engenheiro civil	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	International da Graça
54	Paulo César Baltazar da Nóbrega	49	RJ	PSB	Superior	Médico	51, 52	Novo	Metodista
55	Carlos Fernando Zuppo Franco	57	SP	PDT	Superior	Advogado	50, 51	Eleito	ND
56	Cornelio Ribeiro	51	RJ	PDT	Ensino Médio	Empresário	51	Novo	
57	Hildebrando Pascoal Nogueira Neto	47	AC	PFL	Ensino Médio	Militar	51	Novo	
58	Joel de Holanda Cordeiro	56	PE	PFL	Superior	Economista	51, 52	Novo	
59	Luiz Moreira da Silva	71	BA	PFL	Superior	Médico	49, 50, 51	Eleito	
60	Philemon Rodrigues da Silva	67	MG	PTB	Superior	Militar	49, 50, 51, 52	Eleito	
61	Sérgio Siqueira de Carvalho	44	RO	PSDB	Superior	Médico	51	Novo	

Fonte: Elaboração própria a partir de SILEG, 2013.

O *Partido Liberal* (PL), de centro-direita, conseguiu eleger 3 representantes novos na Câmara dos Deputados que se distinguiam pelo fato de também serem evangélicos, o batista Glycon Terra Pinto Júnior e os assembleianos Silas Câmara e Júlio Cesar Gomes dos Santos. O outro partido deste espectro ideológico político-partidário, o *Partido Trabalhista Brasileiro* (PTB) também aumentou a sua bancada que passou de 3 deputados evangélicos a 7, com a eleição de Josué Bengtson, da *Igreja do Evangelho Quadrangular*; Magno Malta, da *Igreja Batista*; Marco Antônio (de Jesus), Paulo José Gouveia e o bispo Vanderval Lima dos Santos, todos eleitos representando a *Igreja Universal do Reino de Deus*; e, finalmente, Nilton Capixaba, pela *Igreja Assembleia de Deus*. O PPB ampliou sua bancada para 12, com a eleição de 3 novos deputados federais evangélicos: o assembleiano Amarildo Martins da Silva, mais conhecido como o “Pastor” Amarildo; o iurdiano Bernardino Barreto de Oliveira e o luterano Luís Carlos Heinze.

Chama a atenção, contudo, o pouco crescimento da representação evangélica em partidos da direita que ocorreu nessa legislatura. O *Partido da Frente*

Liberal (PFL) aumentou de 6 para 12 o número de deputados federais evangélicos. Pela *Igreja Universal do Reino de Deus* se elegeu o bispo Carlos Rodrigues; o batista Gerson Silva Gabrielli; Hildebrando Pascoal Nogueira Neto; Joel de Holanda Cordeiro que não declararam sua pertença religiosa.

O *Partido Social Democrático* (PSD) que possuía um representante na legislatura anterior ficou sem representação evangélica. O *Partido da Reedificação da Ordem Nacional* (PRONA), igualmente de direita, embora com traços nacionalista, não possuía representação evangélica na legislatura anterior, mas obteve êxito em eleger 1 deputado federal da *Igreja Universal do Reino de Deus*, o advogado Paulo Cesar Marques de Velasco.

Nos partidos de centro, a representação evangélica que mais cresceu foi a do *Partido da Social Democracia* (PSDB), o partido do presidente FHC, que de 1 parlamentar evangélico passou a contar com 5, com a eleição de outros quatro deputados federais evangélicos novos, quais sejam: o iurdiano Antônio (de Jesus); o assembleiano Matuzael (Mattos); Sérgio Siqueira de Carvalho, que não declarou sua pertença religiosa e o luterano Vicente Augusto Caropreso.

A representação evangélica no *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), de centro, também aumentou pouco, com o número de parlamentares evangélicos subindo de 6 para 10, com a eleição de 5 novos deputados federais: os assembleianos Antônio Ferreira da Cruz Filho e Renildo Leal Santos; o iurdiano Francisco Almeida de Jesus, além do luterano Waldir Artur Schmidt e o batista Euler Lázaro Moraes. Finalmente, o *Partido Social Brasileiro* (PSB), que não possuía representação evangélica na legislatura anterior, passou a contar com 1 deputado federal em sua bancada, o metodista Paulo César Baltazar Nóbrega.

O centro-esquerda se alterou com a eleição de deputados federais evangélicos pelo PDT que aumentou sua representação saltando de 1 para 6 parlamentares evangélicos, com a eleição de 5 novos deputados, quais sejam: os assembleianos Rubeneuton Lima e Agnaldo Muniz, além de Cornélio Ribeiro que não declarou sua pertença religiosa; e, finalmente, os batistas Eber Silva e Miriam Santos Mancebo Ride.

O *Partido Social Trabalhista* não possuía representação evangélica na

legislatura anterior e passou a contar com 1 deputado federal, o pastor batista Lincoln Diniz Portela.

Finalmente, a esquerda evangélica continuou crescendo pouco na 50ª legislatura (1994-1998) sendo sua representação limitada ao *Partido dos Trabalhadores* (PT) que elegeu apenas 1 novo parlamentar evangélico à 51ª legislatura (1999-2002), o batista Gilmar Alves Machado.

Tabela 54. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 51ª Legislatura (1999-2002).

ESPECTRO IDEOLÓGICO	51ª legislatura (1999-2002)
Direita	
PFL	12
PRONA	1
Centro-Direita	
PPB	12
PTB	7
PL	3
Centro	
PMDB	10
PSDB	5
PSB	1
Centro-Esquerda	
PDT	6
PST	1
Esquerda	
PT	3
Total	61

Fonte: Elaboração própria.

Segundo a composição evangélica por pertença religiosa, os grupos de interesse confessionais protestantes ficaram representados da seguinte maneira. Pela primeira vez desde o começo da Nova República, a *Igreja Assembleia de Deus* dividiu a primeira colocação por bancada partidária-confessional com outra sociabilidade religiosa na Câmara dos Deputados, mesmo aumentando a sua

representação, que de 9 deputados federais evangélicos na legislatura anterior, passou a contar com 14 na legislatura em foco. Trata-se da *Igreja Batista* que mais que dobrou a sua representação de 6 parlamentares evangélicos no período legislativo anterior para 14, após a eleição de oito novos deputados federais em 1998.

A *Igreja Universal do Reino de Deus* investiu mais na política partidária nas eleições proporcionais de 1998 e, como resultado, apresentou igualmente um aumento de sua bancada confessional que saltou de 4 para 11 deputados federais eleitos sobre a base do voto corporativo, e ultrapassou as bancadas confessionais das igrejas *Luterana* e *Presbiteriana*, assumindo a terceira representação por pertença religiosa na Câmara dos Deputados. Apesar do declínio à quarta posição, em termos de bancada confessional, a *Igreja Luterana* continuou apresentando um crescimento de sua representação confessional, que de 5 deputados eleitos no período legislativo anterior passou a contar com 7 parlamentares, com a eleição de 3 novos deputados; 1 não se reelegeu. Apenas a *Igreja Presbiteriana* que também obteve cindo 5 representantes na legislatura passada conseguiu eleger apenas 3.

Finalmente, a *Igreja do Evangelho Quadrangular* teve 2 representantes na Câmara dos Deputados e as Igrejas *Cristo em Casa*, *Internacional da Graça* e a *Metodista* ficaram respectivamente representadas por apenas 1 deputado federal evangélico eleito na legislatura em foco. Sete parlamentares evangélicos não declararam sua pertença religiosa.

Tabela 55. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 51ª legislatura (1999-2002)

GRUPOS DE INTERESSE CONFESSIONAL/PERTENÇA RELIGIOSA	DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS
Igreja Assembleia de Deus	14
Igreja Batista	14
Igreja Universal do Reino de Deus	11
Igreja Luterana	7
Igreja Presbiteriana	3
Igreja do Evangelho Quadrangular	2
Igreja Cristo em Casa	1
Igreja Internacional da Graça	1
Metodista	1
Não declarada	7
Total	61

Fonte: Elaboração própria.

Com relação à idade de entrada dos parlamentares evangélicos na Câmara, o grupo constituído pelos deputados seniores, encontrando-se na faixa-etária entre 50 e 58 anos de idade, deixou de ser predominante e declinou de 14 a 13. Contudo, o grupo composto pelos parlamentares evangélicos seniores acima dos 60 anos de idade mais que dobrou nessa legislatura passando de 3 para 7 e, pela primeira vez nas legislaturas, um parlamentar evangélico ingressou na Casa legislativa na faixa-etária dos 70 anos de idade. Ao todo, o grupo de parlamentares evangélicos seniores chegava a 21. Embora o grupo de parlamentares evangélico na faixa-etária dos 40 anos de idade tenha pela primeira vez numa legislatura ultrapassado o grupo constituído pelos seniores, somando 28 deputados federais na meia idade, a diferença observada entre ambos foi pequena, levando-se em conta o crescimento da bancada evangélica que passou de 40 na legislatura anterior a 61 na 51ª legislatura (1999-2002). Da mesma forma, não houve grande alteração observada nessa legislatura em relação aos integrantes do grupo constituído pelos deputados federais jovens, aqueles encontrando-se na faixa-etária dos 30 aos 39 anos de idade que diminuiu pouco de 9, na legislatura passada, a 7.

Finalmente, e pela primeira vez entre os parlamentares evangélicos, dois

deputados federais foram eleitos encontrando-se na faixa-etária dos 20 aos 29 anos de idade. Essa categoria se notabiliza pela raridade. Assim, nenhum deputado evangélico seria eleito à 52ª legislatura na faixa-etária dos 20 aos 29 anos de idade e, nas próximas três legislaturas, apenas um parlamentar seria eleito com menos de 30 anos.

Tabela 56. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002).

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
Parlamentares Evangélicos Seniores 70 a 79	1
Parlamentares Evangélicos Seniores 60 a 69 anos	7
Parlamentares Evangélicos Seniores 50 a 59 anos	13
Parlamentares Evangélicos na Meia idade 40 a 49 anos	28
Parlamentares Evangélicos Jovens 30 a 39 anos	10
Parlamentares Evangélicos Juniores 20 a 29 anos	2
Total	61

Fonte: Elaboração própria.

No que concerne à variável categorias profissionais, o grupo dos profissionais liberais apresentou pouca alteração em relação à legislatura anterior. As categorias profissionais *Advogado* e *Economista* permaneceram inalteradas, a primeira com 10 representantes e a segunda com 3. Ao contrário, os médicos mais que dobraram, saltando de 3 para 7. A categoria sociólogo também permaneceu sem alteração com 2 profissionais dessa área. O grupo dos engenheiros aumentou de 2 para 3 nessa legislatura, porém a categoria profissional de contador desapareceu e as de assistente social e professor emergiram entre os evangélicos na Câmara dos Deputados. Apesar do crescimento da bancada evangélica, os profissionais liberais aumentaram pouco a sua representação por categoria profissional, passando de 21 para 25 profissionais dessa área. Contrariamente, o segundo grupo, o dos empresários, continuou sua curva ascendente, aumentando de 8 para 13 a sua representação.

O mesmo pode ser observado no que toca o grupo dos pastores que também continuou crescendo em sua representação por categoria profissional na bancada evangélica. A categoria profissional *Pastor* também mais que dobrou; os

deputados evangélicos declarando a profissão aumentou de 4 para 12.

Finalmente, em termos de representação, as outras categorias profissionais que apareceram entre os parlamentares evangélicos foram: servidor público 3; militar 2 e professor, músico, comunicador (radialista), técnico em comunicações e agricultor respectivamente 1. É importante destacar que os pastores também se encontravam representados em outras categorias profissionais, principalmente as de comunicador e empresário. Na 51ª legislatura, cinco pastores também declararam ser radialistas e/ou locutores; outros dois declararam ser proprietários ou sócios de estação de rádio ou TV. Contudo, nesta legislatura, verificou-se que 24 parlamentares evangélicos estavam ligados aos meios de comunicação – donos, sócios ou diretores de estações de rádio ou de TV – um setor estratégico e cobiçado entre os evangélicos por sustentar a propaganda moral e político dos grupos de interesse confessionais protestantes⁴²⁰.

Tabela 57. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002).

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Profissional Liberal	25
Empresário	13
Pastor	12
Servidor Público	3
Militar	2
Professor	1
Músico	1
Comunicador	1
Técnico em Comunicações	1
Agricultor	1
Total	61

Fonte: Elaboração própria.

A variável grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos foi aquela que apresentou uma mudança mais significativa nesta legislatura em relação à anterior. O grupo dos parlamentares evangélicos com ensino superior permanecia

⁴²⁰ Rodrigues, 2009: 52-53.

predominante em ambas as legislaturas, porém, nesta em foco, o nível superior passou a representar pouco mais da metade dos deputados federais na bancada evangélica, ou seja, passou de 30 para 37 parlamentares com ensino superior. A grande alteração nesta legislatura foi o salto de 9 para 22 parlamentares evangélicos que declararam possuir apenas o ensino médio. Finalmente, a variável ensino fundamental também apresentou mudança aumentando de 1 para 2.

Tabela 58. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002)

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Ensino Superior	37
Ensino Médio	22
Ensino Fundamental	2
Total	61

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao gênero, embora a deputada federal do PT tenha se eleito ao Senado federal, o número de parlamentares evangélicos do sexo feminino manteve-se em três e permaneceu inalterado em relação às outras duas legislaturas anteriores. Contudo, a representação masculina cresceu com o número de deputados evangélicos passando de 35 na legislatura anterior a 57 parlamentares do sexo masculino na legislatura em foco.

Tabela 59. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002).

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Sexo masculino	58
Sexo feminino	3
Total	61

Fonte: Elaboração própria.

4.3.2 Parlamentares Evangélicos na 51ª legislatura (1999-2002): grupos de interesse, grupos de pressão

Enquanto a primeira gestão de FHC foi marcada pelo esforço governista em aprovar a emenda da reeleição dos chefes do executivo durante toda a 50ª legislatura (1994-1998) no Congresso Nacional, a segunda gestão teve como principal agenda do novo mandato de FHC a diminuição da dívida pública brasileira que ultrapassava a cifra de 328 bilhões de reais. A cena nacional, entretanto, seria marcada pela dificuldade do governo em lidar com os problemas econômicos e sociais. Isso porque as expectativas de desenvolvimento do Brasil sob o neoliberalismo não se concretizaram com o baixo crescimento econômico do país durante seu governo seguida pelas altas taxas de desemprego, além da má distribuição de renda responsável pelo aumento das assimetrias sociais que levaram o país à crise político-institucional. Segundo o relatório de 1999 do *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD), os 20% dos segmentos mais pobres no Brasil detinham apenas 2,5% da renda nacional, ao passo que os 20% mais ricos possuíam 63,4% desta renda⁴²¹. As desigualdades sociais igualmente influenciavam a qualidade de vida do brasileiro. Ainda segundo o relatório produzido pela ONU em 2001, que mede o *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), como a expectativa de vida da população, seu grau de escolaridade, saneamento e renda *per capita*, o Brasil ocupava a 69ª posição entre 162 países e atrás de seus vizinhos do Cone Sul: Argentina, Chile e Uruguai⁴²². Além disso, a gestão neoliberal de FHC se notabilizou pelo alto índice de corrupção política que desviou investimentos da área da saúde, educação, transporte, etc.; todos os casos de corrupção sendo acobertados e mantidos impunes. Dos 45 casos de corrupção que marcaram os oito anos de governo FHC⁴²³, alguns dos mais notórios e graves esquemas de corrupção foram aqueles ligados aos casos (1) do Sivam⁴²⁴; (2) da “Pasta Rosa”⁴²⁵; (3) dos

⁴²¹ Folha, 1999.

⁴²² Folha, 2001.

⁴²³ Confederação Nacional dos Metalúrgicos, 2009.

⁴²⁴ Logo no início da gestão de FHC, denúncias de corrupção e tráfico de influências no contrato de US\$ 1,4 bilhão para a criação do Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) derrubaram um ministro e dois assessores presidenciais. Mas a CPI instalada no Congresso, após intensa pressão, foi esvaziada pelos aliados do governo e resultou apenas num relatório com informações enviadas ao Ministério Público.

Precatórios⁴²⁶; (4) da Compra de votos; (5) da Desvalorização do real⁴²⁷; (6) da “Privataria “Tucana”⁴²⁸; (7) da CPI da Corrupção⁴²⁹; (8) do caso Eduardo Jorge⁴³⁰; (9) e, finalmente, do “Engavetador-geral”. Este último caso se refere ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que ficou conhecido por arquivar as denúncias de corrupção que marcaram a gestão FHC. Dos 626 inquéritos instalados até maio de 2001, 242 foram engavetados e outros 217 foram arquivados e acolheu apenas 60 processos⁴³¹. Os 626 inquéritos envolviam 194 deputados, 33 senadores, 11 ministros e ex-ministros e, em quatro, o próprio FHC. Nada foi apurado, a mídia evitou o alarde e os partidários do PSDB não foram investigados.

A proliferação dos casos de fraudes no setor público, assim como os desvios de conduta dos parlamentares no Congresso Nacional estava ligado à emergência de bancadas informais, sempre suprapartidárias, constituindo-se como grupos de pressão com o propósito de promover as causas dos grupos de interesse que representavam. Os interesses podem ser de ordem cívica, moral, social, de gênero ou de raça, ambiental, mas também econômica. As bancadas

⁴²⁵ Em agosto de 1995, eclodiu a crise dos bancos Econômico (BA), Mercantil (PE) e Comercial (SP). Através do Programa de Estímulo à Reestruturação do Sistema Financeiro (PROER), FHC beneficiou com R\$ 9,6 bilhões o Banco Econômico numa jogada política para favorecer o seu aliado Antônio Carlos Magalhães, o ACM. A CPI instalada não durou cinco meses, justificou o “socorro” aos bancos quebrados e deixou de averiguar o conteúdo de uma pasta rosa, que trazia o nome de 25 deputados subornados pelo Econômico.

⁴²⁶ Em novembro de 1996 veio à tona a fraude no pagamento de títulos no *Departamento de Estradas de Rodagem* (DNER). Os beneficiados pela fraude pagavam 25% do valor destes precatórios para a quadrilha que comandava o esquema, resultando num prejuízo à União de quase R\$ 3 bilhões. O caso resultou na extinção do órgão, mas os aliados de FHC impediram a criação da CPI para investigar o caso.

⁴²⁷ Num nítido estelionato eleitoral, o governo promoveu a desvalorização do real no início de 1999 e socorreu com R\$ 1,6 bilhão os bancos *Marka* e *FonteCidam*, ambos com vínculos com peessedebistas poderosos. A proposta de criação de uma CPI tramitou durante dois anos na Câmara Federal e foi arquivada por pressão da bancada governista.

⁴²⁸ Durante a privatização do sistema Telebrás, grampos no BNDES flagraram conversas entre Luís Carlos Mendonça de Barros, ministro das Comunicações, e André Lara Resende, dirigente do banco. Eles articulavam o apoio a *Previ*, caixa de previdência do Banco do Brasil, para beneficiar o consórcio do banco *Opportunity*, que tinha como um dos donos o tucano Pêrsio Arida. A negociata teve valor estimado de R\$ 24 bilhões. Apesar do escândalo, FHC conseguiu evitar a instalação da CPI.

⁴²⁹ Em 2001, o governo ainda bloqueou a abertura de uma CPI para apurar todas as denúncias contra a sua gestão. Foram arrolados 28 casos de corrupção na esfera federal, que depois se concentraram nas fraudes da *SUDAM*, da privatização do sistema *Telebrás* e no envolvimento do ex-ministro Eduardo Jorge, porém todos os casos ficaram impunes.

⁴³⁰ Secretário-geral do presidente, Eduardo Jorge foi alvo de várias denúncias: esquema de liberação de verbas no valor de R\$ 169 milhões para o TRT-SP; montagem do caixa-dois para a reeleição de FHC; lobby para favorecer empresas de informática com contratos no valor de R\$ 21,1 milhões só para a Montreal; e uso de recursos dos fundos de pensão no processo das privatizações, contudo, nada foi apurado.

⁴³¹ Carta Capital, 2012.

suprapartidárias no Congresso passaram a articular os interesses de grupos ou anseios de setores da sociedade não abarcados pelos partidos políticos, de maneira que agiam no propósito de exercer direta pressão no governo com certo grau de influencia nos processos decisórios podendo inclusive envolver-se em atividades escusas.

Os dois mais antigos grupos de pressão da Nova República - o dos ruralistas e dos evangélicos - começaram a atuar com maior visibilidade durante a Constituinte, defendendo temas bem definidos, embora apenas o primeiro, representado pela *União Democrática Ruralista* (UDR), o fazia de forma coordenada, enquanto o segundo grupo, a bancada evangélica não alinhada ao *Centrão* e, com exceção dos constituintes petistas, votava em bloco apenas as matérias de ordem moral que tocava a defesa dos interesses dos grupos confessionais que representavam. A partir do final do primeiro mandato de FHC, mas principalmente durante o segundo, os parlamentares evangélicos começaram a se organizar em grupos de pressão confessional pautados pelos interesses dos grupos confessionais que representavam.

Em maio de 1995, em audiência que durou uma hora, um grupo de 12 pastores e seis deputados federais do PP, PTB, PMDB e PSDB da *Igreja Assembleia de Deus* exigiam um posicionamento público de FHC contra a cobrança de impostos das instituições religiosas em troca de votos a favor das reformas constitucionais. A bancada assembleiana se mobilizava contra a proposta de emenda constitucional do deputado Eduardo Jorge, do PT, que acaba com a isenção tributária das igrejas, assegurada pelo artigo 150 da Constituição⁴³².

Em setembro de 1997, os lobbies evangélicos passaram a bloquear o projeto da *Comissão de Meio Ambiente* da Câmara dos Deputados contra três artigos sobre poluição sonora da *lei sobre sanções penais para atividades lesivas ao meio ambiente*. Por esses artigos, produzir sons, ruídos ou vibrações em desacordo com as prescrições legais ou regulamentares acarretaria pena de três meses a um ano de prisão, com agravante se a infração tiver ocorrido em domingos e feriados. Para os seguidores protestantes, os três artigos contidos na lei de meio ambiente foram percebidos como uma tentativa de coibir o culto evangélico, principalmente o

⁴³² Folha, 1995.

pentecostal, caracterizado pelas manifestações de glossolalia, o falar em línguas estranhas, no caso da *Igreja Assembleia de Deus* ou as sessões de exorcismo, no caso da *Igreja Universal do Reino de Deus*, mas todas seguidas da catarse emocional coletiva induzida por pregações entusiásticas, músicas em alto volume acompanhada pelas palmas e gritos histéricos dos fiéis. A bancada evangélica procurou o Ministro da Justiça Íris Rezende, membro da pentecostal Igreja *Cristã Evangélica*, pedindo o veto de FHC aos artigos. Mas a mais clara ameaça de ruptura com o governo viria do líder dos evangélicos na bancada, o bispo Carlos Rodrigues, da *Igreja Universal do Reino de Deus*, ao afirmar que:⁴³³

Os deputados evangélicos não poderão mais votar com o FHC. Serão 30 milhões de evangélicos marchando contra o governo. Os deputados que votarem a favor serão rejeitados e terão seus nomes divulgados em rádios e TVs.

Em fevereiro de 1998, o presidente FHC cedeu à pressão dos lobbies evangélicos e sancionou a lei ambiental com 10 vetos, incluindo o artigo 59 que estabelecia a detenção para quem emitisse sons e ruídos considerados inadequados em áreas residenciais justificando sua decisão com base na liberdade de culto religioso⁴³⁴. Conscientes de seu poder de pressão sobre o governo e visando melhor coordenar a sua agenda conservadora durante o início da gestão Lula da Silva, os parlamentares evangélicos trataram de institucionalizar sua bancada suprapartidárias. Nascia, assim, um dos mais poderosos grupos de pressão na Câmara dos Deputados, a *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE).

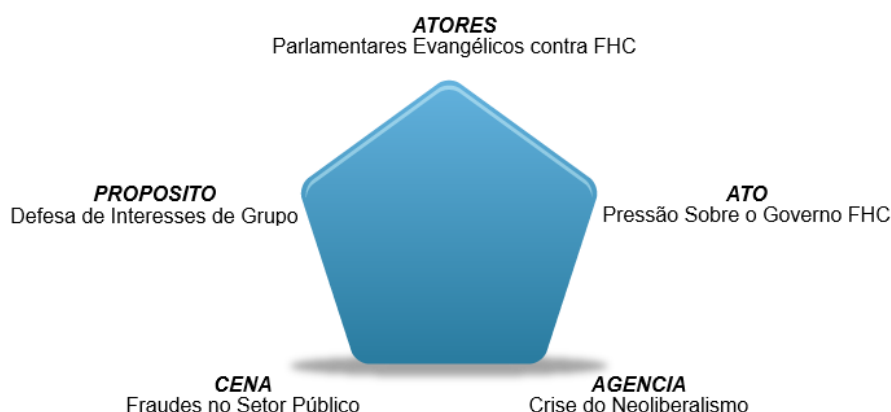
Sintetizando a 51ª legislatura (1998-2002) na perspectiva teórica avançada por Burke, observa-se que os apoios da bancada evangélica ao governo não foram automáticos; os atores evangélicos apoiaram as reformas governistas em troca de vantagens. Mas as relações entre os deputados federais evangélicos e o governo foram marcadas por clivagens que favoreceram a emergência de grupos de pressão evangélico defendendo os interesses dos grupos religiosos a que pertenciam. A gestão neoliberal do Brasil, marcada pela pouca distribuição de renda, as fraudes no setor público e a impunidade recorrente, contribuiu ao aprofundamento das assimetrias econômicas e sociais levando à crise e ao

⁴³³ Folha, 1997b.

⁴³⁴ Folha, 1998.

esgotamento do neoliberalismo. A principal consequência dessa conjuntura foi a mobilização de diferentes setores sociais, inclusive os conservadores, pela mudança do status quo materializada na eleição de Lula à presidência da República depois de três tentativas sem sucesso.

Figura 6. Pentágono de Burke aplicado a 51ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

4.4 Parlamentares Evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006): a emergência de uma Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados

Com o esgotamento do neoliberalismo econômico, várias lideranças evangélicas se mobilizaram a fim de apoiar oficialmente o candidato Luís Inácio Lula da Silva no segundo turno das eleições de 2002. Contudo, pela primeira vez na história dos pleitos havia um candidato reivindicando abertamente sua pertença evangélica dentre os seis candidatos que se apresentaram à disputa presidencial. O presbiteriano Antony Garotinho, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), ex-governador do Rio de Janeiro, construiu sua candidatura apresentando-se como a opção dos evangélicos à presidência da república. Obteve a terceira colocação no primeiro turno com 15.175.729 de votos, 17,86% do total de votos válidos ficando a frente de políticos experientes como Ciro Gomes, do Partido Popular Socialista (PPS), e Zé Maia, do *Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado* (PSTU)⁴³⁵.

⁴³⁵ Portal Brasil, 2002.

Apesar da identidade confessional evangélica Garotinho, que apoiou Lula no segundo turno das eleições de 2002, não representava os interesses das lideranças evangélicas e, por isso, não conquistou o eleitorado pentecostal. Ampliava seu capital político ganhando maior visibilidade na cena nacional além de estabelecer alianças importantes. O pleito decisivo acabou polarizado entre o situacionista José Serra, do *Partido da Social Democracia Brasileira* (PSDB) e o opositorista Luís Inácio Lula da Silva, do *Partido dos Trabalhadores* (PT) que saiu vitorioso rompendo a barreira dos 60% dos votos válidos enquanto José Serra, em 2002, e Geraldo Alckmin, em 2006, não ultrapassaram a marca de 40% do eleitorado no segundo turno⁴³⁶.

Até então, o conjunto das lideranças evangélicas rejeitava o candidato petista. Em 1989, enquanto os católicos ligados ao movimento das *Comunidades Eclesiais de Base* apoiaram Lula, os evangélicos mobilizaram-se contra o candidato "comunista" e passaram a apoiar Fernando Collor de Melo. Nas eleições presidenciais de 1994 e 1998, a candidatura de Lula continuava sofrendo forte rejeição por parte das lideranças evangélicas que demonizavam sua figura tanto nos púlpitos das igrejas como pelos programas de rádio, televisão e internet sob seu controle. Fernando Henrique Cardoso foi eleito em ambos os pleitos logo no primeiro turno. Derrotado nas últimas três eleições pós-redemocratização, Luís Inácio Lula da Silva obteve a vitória nas urnas ampliando sua base de apoio ao coligar-se com partidos mais conservadores - o Partido Liberal (PL) de seu vice, o empresário José de Alencar e o Partido da Mobilização Nacional (PMN) - além de aproximar-se dos setores evangélicos. O PL, passou a ter forte ligação com a IURD que, em troca de apoio a Lula, lançava seus candidatos a deputado federal pelo Partido. Isso foi possível depois de Lula ter divulgado a "Carta ao Povo Brasileiro" divulgada em 22 de junho de 2002, em que declarava que parcelas significativas do empresariado vinham somar-se ao movimento pelas mudanças no Brasil⁴³⁷.

⁴³⁶ Folha, 2002. A pesquisa realizada pelo Datafolha entre os dias 19 e 20 de setembro de 2002 apontava a liderança de Antony Garotinho entre os pentecostais com 42% das intenções de voto contra 27% de Lula. Entre esse segmento, José Serra (PSDB) aparecia com 15%, e Ciro Gomes (PPS), com 8%. Entre os não pentecostais, entretanto, a liderança era do candidato petista com 41% das intenções de voto para Lula contra 28% de Garotinho. Serra tinha 14%, e Ciro, 10%. Lula obteve 46,47% dos votos válidos contra 23,19% de Serra. Ciro Gomes obteve 11,97% de votos, Zé Maia obteve 0,47% e Rui Costa Pimenta obteve 00,045% dos votos válidos. O total de eleitores chegou a 115.254.113.

⁴³⁷ Fundação Perseu Abramo, 2002.

Seguiu-se o *Manifesto Evangélico de Apoio à Candidatura de Lula para Presidente da República*, documento que contava com o apoio formal de trinta signatários representando as principais vertentes do protestantismo brasileiro além de políticos evangélicos de expressão. O manifesto pode ser considerado um marco no protestantismo no que concerne à mudança de postura política dos líderes evangélicos que passaram a "acreditar em um socialismo equilibrado e democrático"⁴³⁸.

Entre os protestantes que apoiaram Lula encontravam-se os mais destacados líderes evangélicos e personalidades políticas como: os batistas Nilson Fanini, ex-presidente da *Aliança Batista Mundial* e presidente da *Convenção Batista Brasileira* e Jorge Linhares, pastor-fundador e presidente da *Igreja Batista Getsêmani*; Lourenço Vieira, pastor da *Convenção Batista Brasileira*; o prefeito de Rio Grande da Serra Ramon Velasquez; o deputado distrital Wasni de Raure (PT); os deputados federais Walter Pinheiro (PT-BA), Gilmar Machado (MG) e o senador Magno Malta (PL-ES); os presbiterianos Guilhermino Cunha, pastor presidente da *Sociedade Bíblica do Brasil* e vice-presidente do *Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil*; o ex-governador do Rio de Janeiro Antony Garotinho; a governadora do Rio de Janeiro Benedita da Silva e Rosinha Garotinho (PSB), governadora eleita do Rio de Janeiro; o metodista Paulo Lokman e o bispo anglicano e cientista político Robinson Cavalcante.

Entre os pentecostais da Assembleia de Deus que apoiaram o candidato petista assinaram o manifesto Silas Malafaia, presidente do *Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil*; Jabes Alencar, presidente do *Conselho de Pastores do Estado de São Paulo* (CPESP); Idekazo Takayama, pastor da *Assembleia de Deus Nipo Brasileira*; o pastor Everaldo Dias; Benedito Domingos, vice-governador do Distrito Federal e membro da *Assembleia de Deus Madureira* e a senadora pelo Acre Marina Silva (PT).

Finalmente, entre os neopentecostais destacavam-se: os líderes da IURD, os bispos Rodriguez (PL), deputado federal do Rio de Janeiro e Wandeval de Jesus (PL), deputado federal por São Paulo além do senador Marcelo Crivella (PL) Rio de Janeiro; Robson Rodovalho, bispo fundador e presidente da *Comunidade*

⁴³⁸ UBEblogs, 2010.

Evangélica Sara Nossa Terra; Estevan Hernandez, apóstolo fundador e presidente da *Igreja Renascer em Cristo*; Getúlio Mapa, pastor da *Casa da Bênção* do Rio de Janeiro; Ken Jikikucc, pastor da Comunidade Evangélica da Barra e organizador da Marcha para Jesus; Caleb Moreira, pastor da Igreja Evangélica Rocha Eterna; Antônio Geam, pastor da Igreja Evangélica Congregacional da Relva e Fábio Leão, pastor da *Igreja Socorrista Evangélica*.

As lideranças evangélicas descobriam o voto por interesse e, reciprocamente, os políticos brasileiros descobriam o voto corporativo. Convictos da importância da influência que os líderes evangélicos exercem sobre seus adeptos e o impacto significativo que esta teria sobre os resultados eleitorais, diversos acordos políticos e econômicos foram e estão sendo formalizados com candidatos e o governo em troca do apoio dos evangélicos, principalmente na forma de concessões dos meios de comunicação, presidência de importantes comissões no legislativo ou cargos no executivo federal, entre outros⁴³⁹.

Nas eleições majoritárias de 2002, os eleitores se opuseram à continuidade renovando não apenas o chefe do executivo como também os governadores, além de dois terços do Senado numa clara demonstração de que o exercício das funções públicas requer ética, compromisso com o interesse público e clareza de objetivo e rumo, tanto em termos políticos quanto ideológicos. Em termos percentuais, o índice de reeleição geral no pleito de 2002 à Câmara dos Deputados foi de 56,14% contra 55,16% nas eleições de 1998, o que significou uma menor renovação da Casa legislativa. Os maiores índices de reeleição puderam ser observados justamente nos partidos mais disciplinados compondo a base governista: o PPB ocupou o primeiro lugar com 62,26%; o PFL, a terceira posição, com 57,7%; o PSDB aparece na quinta colocação, com 56,98%; e o PMDB ocupou o sétimo lugar, com 52,27%. Na oposição, o PT obteve a maior renovação de mandatos, com 62,06%, e elegeu a maior bancada de parlamentares totalizando 91 deputados federais. O PCdoB reelegeu 60% de sua bancada e dobrou de 10 para 20 o número de seus deputados. Finalmente, o PPS, que não conseguiu reeleger nenhum deputado em 1998, renovou o mandato de 33,33% de sua bancada,

⁴³⁹ DIAP, 2015.

passando a contar com 15 parlamentares nessa legislatura⁴⁴⁰.

Tabela 60. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002) e 52ª legislatura (2003-2006)

DEPUTADOS FEDERAIS				
PARTIDO	49ª legislatura (1991-1994)	50ª legislatura (1995-1998)	51ª. Legislatura (1999-2002)	52ª. Legislatura (2003-2006)
PMDB	98	107	82	74
PFL	89	89	106	84
PSDB	48	62	99	71
PPR	66	53	PPR=PPB	PPR=PPB
PPB	89	78	60	49
PSL	-	-	-	1
PST	-	-	-	3
PHS	-	-	-	-
PTN	-	-	-	-
PSDC	-	-	-	1
PT	36	49	58	91
PDT	35	33	25	21
PP	45	36	PP=PPB	PP=PPB
PTB	29	31	31	26
PSB	10	15	19	22
PL	16	13	12	26
PC do B	6	10	7	12
PMN	3	4	-	1
PSD	10	3	-	4
PSC	3	3	-	1
PPS	3	2	3	15
PRN	4	1	-	-
PRP	-	1	-	-
PV	1	1	-	5
PSTU	2	-	-	-
PRONA	1	-	-	6
OUTROS	-	-	11	-
TOTAL	503	513	513	513

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 2002.

⁴⁴⁰ DIAP, 2002.

4.4.1 Perfil dos Parlamentares Evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006)

O total de parlamentares evangélicos eleitos à 52ª legislatura (2003-2006) foi de 72, 35 reeleitos e 37 novos. Em relação a legislatura anterior, em que o total de parlamentares evangélicos era de 61: 28 reeleitos e 33 novos, a bancada suprapartidária evangélica apresentou uma representatividade de 14% em relação aos 513 parlamentares da Câmara dos Deputados e um crescimento de mais de 2% em relação a legislatura anterior. Na legislatura em foco, os parlamentares novos representaram 51,38% da bancada evangélica.

Quadro 23. Parlamentares Evangélicos da 52ª legislatura (2003-2006).

	DEPUTADO	IDADE DE ENTRADA	UF	PARTIDO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGIS	SITUAÇÃO	PERTENÇA RELIGIOSA
1	Adelor Vieira	58	SC	PMDB	Ensino Médio	Professor	52	Novo	Assembleia de Deus
2	Agnaldo Muniz	32	RO	PPS	Superior	Advogado	51, 52, 53	Eleito	
3	Amarildo Martins da Silva (Pastor)	40	TO	PL	Ensino Médio	Empresário	51, 52	Eleito	
4	Antonio da Conceição Costa Ferreira	64	MA	PFL	Superior	Advogado	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	Eleito	
5	Antonio Ferreira da Cruz Filho	53	MS	PMDB	Superior	Médico	51, 52, 53	Eleito	
6	Francisco Olimpio da Silva (pastor)	57	PE	PSB	Ensino Fundamental	Pastor	52	Novo	
7	Frankembergen Galvão da Costa (pastor)	41	RR	PPB	Superior	Pastor	52, 53	Novo	
8	Gilberto Nascimento Silva	47	SP	PSB	Superior	Advogado	52, 55	Novo	
9	Hidekasu Takayama	55	PR	PTB	Ensino Médio	Pastor	52, 53, 54, 55	Novo	
10	Isaias Silvestre	57	M G	PSB	Ensino Médio	Empresário	52	Novo	
11	João Campos de Araujo	40	GO	PSDB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Novo	
12	José da Cruz Marinho (Zequinha)	44	PA	PDT	Superior	Professor	52, 53, 54	Novo	
13	Julio Cesar Gomes dos Santos (Cabo)	34	M G	PST	Ensino Médio	Servidor Público	51, 52	Eleito	
14	Milton João Soares Barbosa	48	BA	PFL	Ensino Médio	Empresário	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
15	Nilton Balbino (Capixaba)	43	RO	PTB	Superior	Empresário	51, 52, 54, 55	Eleito	
16	Pedro Ribeiro Filho (pastor)	57	CE	PL	Ensino Médio	Radialista	52, 53	Novo	
17	Raimundo José Pereira dos Santos	47	PA	PL	Superior	Advogado	50, 51, 52	Eleito	
18	Rubeneuton Lima	38	SP	PFL	Superior	Advogado	51, 52	Eleito	
19	Salatiel Sousa Carvalho	49	PE	PMDB	Superior	Engenheiro elétrico	48, 49, 50, 51, 52	Eleito	
20	Silas Câmara	40	AM	PTB	Ensino Médio	Empresário	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
21	Valdenor Guedes	49	AP	PPB	Superior	Químico	49, 50, 52	Novo	

	Soares								
22	Aldir Cabral de Araújo	55	RJ	PFL	Superior	Advogado	49, 50, 51, 52	Eleito	Universal do Reino de Deus
23	Bernardino Barreto de Oliveira (Filho)	46	PR	PL	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 54	Eleito	
24	Carlos Alberto Rodrigues Pinto (Bispo)	45	RJ	PL	Ensino Médio	Pastor	51, 52	Eleito	
25	Edna Bezerra Sampaio Fernandes (Macedo)	55	SP	PTB	Ensino Médio	repcionista	52	Novo	
26	Francisco Almeida de Jesus	44	CE	PL	Ensino Médio	Servidor Público	51, 52	Eleito	
27	Jaildo Vieira Reis (bispo)	44	RJ	PMDB	Superior	Pastor	52	Novo	
28	João Batista Ramos da Silva	59	SP	PFL	Superior	Economista	52	Novo	
29	João Mendes de Jesus (Bispo)	50	RJ	PDT	Superior	Economista	52	Novo	
30	João Paulo Gomes da Silva	52	M G	PL	Superior	Advogado	52	Novo	
31	Jorge dos Reis Pinheiro	36	DF	PMDB	Ensino Médio	Pastor	52, 54	Novo	
32	José Divino Oliveira de Souza (pastor)	39	RJ	PMDB	Ensino Médio	Pastor	52	Novo	
33	José Heleno da Silva (pastor)	36	SE	PL	Ensino Médio	Pastor	52, 54	Novo	
34	Marcos Antonio de Barros (de Jesus)	44	PE	PL	Ensino Médio	Pastor	51, 52	Eleito	
35	Marcos Roberto Abramo (pastor)	35	SP	PFL	Ensino Médio	Tecnico em eletronica	52	Novo	
36	Paulo José Gouvêa (Pastor)	39	RS	PL	Ensino Médio	Radialista	51, 52	Eleito	
37	Vandeval Lima dos Santos (Bispo)	46	SP	PTB	Ensino Médio	Pastor	51, 52	Eleito	
38	Zelinda Novaes e Silva Jarske	58	BA	PFL	Superior	Economista	52	Novo	
39	André Zacharow	64	PR	PDT	Superior	Advogado	52, 53, 54	Novo	
40	Arolde de Oliveira	66	RJ	PFL	Superior	Economista	47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
41	Edgard Montemor Fernandes	47	SP	PSB	Superior	Advogado	52, 53	Novo	
42	Gerson Silva Gabrielli	53	BA	PFL	Superior	Empresário	51, 52	Eleito	
43	Gilmar Alves Machado	41	M G	PT	Superior	Professor	51, 52, 53, 54	Eleito	
44	Herculano Anghinetti	43	M G	PPB	Superior	Empresário	50, 51, 52	Eleito	
45	João Antonio Rodrigues Bronzeado (Zico)	34	AC	PT	Ensino Médio	Agricultor	52	Novo	
46	Laudnir Lino Rossi	45	MT	PSDB	Ensino Médio	Radialista	52	Novo	
47	Lincoln Diniz Portela (pastor)	49	M G	PST	Superior	Pastor	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
48	Natan Donadon	36	RO	PMDB	Ensino Médio	Servidor Público	52, 53, 54	Novo	
49	Neucimar	37	ES	PL	Ensino Médio	Autonomo	52, 53	Novo	

	Fraga								
50	Paulo Gabriel Godinho Delgado	51	M G	PT	Superior	Sociólogo	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
51	Walter de Freitas Pinheiro	44	BA	PT	Ensino Médio	Tecnico em telecomunicações	50, 51, 52, 53	Eleito	
52	Darcísio Paulo Perondi	56	RS	PMDB	Superior	Médico	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	Luterana
53	Julio Cesar Redecker	47	RS	PPB	Superior	Advogado	50, 51, 52, 53	Eleito	
54	Luiz Carlos Heinze	53	RS	PPB	Superior	Engenheiro Agrônomo	51, 52, 53, 54	Eleito	
55	Onyx Dornelles Lorenzoni	43	RS	PTB	Superior	Veterinário	52, 53, 54, 55	Novo	
56	Paulo Roberto Bauer	46	SC	PFL	Superior	Contador	49, 50, 52, 53	Novo	
57	Jefferson Alves de Campos	38	SP	PSB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Novo	
58	Josué Bengtson	59	PA	PTB	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 52, 55	Eleito	Evangelho Quadrangular
59	Reinaldo Santos e Silva (pastor)	54	RS	PTB	Ensino Médio	Pastor	52	Novo	
60	Almir Moura	44	RJ	PL	Ensino Médio	Pastor	52	Novo	
61	Jorge Tadeu Mudalen	48	SP	PMDB	Superior	Engenheiro civil	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	International da Graça
62	Henrique Afonso Soares Lima	48	AC	PT	Superior	Professor	52, 53, 54	Novo	Presbiteriana
63	Silas Brasileiro	59	M G	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
64	Carlos Willian de Souza	48	M G	PST	Superior	Advogado	52, 53	Novo	Cristã Maranata
65	Jair de Oliveira	51	ES	PDT	Ensino Médio	Pastor	52	Novo	Cristo Verdade que Liberta
66	Paulo César Baltazar da Nóbrega	53	RJ	PSB	Superior	Médico	51, 52	Eleito	Metodista
67	Eduardo Cunha	44	RJ	PPB	Superior	Economista	52, 53, 54, 55	Novo	Sara Nossa Terra
68	Hélio Borges de Sousa Esteves Filho	48	AP	PT	Superior	Engenheiro Elétrico	52	Novo	ND
69	Joel de Hollanda Cordeiro	60	PE	PFL	Superior	Economista	51, 52	Eleito	
70	Philemon Rodrigues da Silva	71	M G	PL	Superior	Militar	49, 50, 51, 52	Eleito	
71	Reinhold Stephanes	63	PR	PMDB	Superior	Economista	46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55	Novo	
72	Simão Sessim	67	RJ	PPB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Novo	

Fonte: Elaboração própria a partir de SILEG, 2013.

Em termos de representação político-partidária, a bancada evangélica na 52ª legislatura ficou representada da seguinte maneira: o centro-direita, com seus 28 evangélicos, passou a dominar o espectro ideológico político-partidário na Câmara dos Deputados com 13 parlamentares eleitos pelo PL; 8 pelo PTB e 7 pelo PPB.

A direta, com 19 parlamentares reuniu o segundo maior grupo político-partidário entre os evangélicos que ficaram distribuídos em 3 partidos, quais sejam:

o PMDB, com 11 representantes, seguido pelo PSB, com 6 deputados e, finalmente, o PSDB, com 2.

O centro-esquerda reuniu 7 parlamentares evangélicos: 4 eleitos pelo PDT e 3 pelo PST. O PT, o partido governista de esquerda, voltou a ser a única agremiação político-partidária a obter representação entre os deputados evangélicos com sua bancada saltando de 2 a 6.

A direita evangélica encolheu com a falta de sucesso do PRONA em reeleger seu representante em 2002 ficando os 11 deputados federais evangélicos isolados no PFL.

Tabela 61. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006).

ESPECTRO IDEOLÓGICO	51ª legislatura (1999-2002)
Direita	
PFL	11
Centro-Direita	
PPB	7
PTB	8
PL	13
Centro	
PMDB	11
PSDB	2
PSB	6
Centro-Esquerda	
PDT	4
PST	3
Esquerda	
PT	6
Total	72 (14,03%)

Fonte: Elaboração própria.

A representação de pertença religiosa por grupos de interesse evangélicos em ordem crescente ficou assim constituída: *Igreja Assembleia de Deus* manteve a primeira posição no ranking dos grupos de interesse confessional passando de 14 a 21 deputados federais evangélicos, ou seja, apresentou um

aumento em sua bancada da ordem de 6,21% e de representatividade na Câmara da ordem de 4,09%.

A *Igreja Batista*, que se encontrava empatada com a Igreja Assembleia de Deus com 14 parlamentares na legislatura anterior – e passou a 13 na legislatura em foco -, declinou à terceira posição em virtude da ascensão da *Igreja Universal do Reino de Deus* que assumiu a segunda colocação da bancada em termos confessionais. A IURD, que tinha 11 deputados federais eleitos na legislatura anterior, passou a contar com 17 *parlamentares* na 52ª legislatura, ou seja, apresentou um aumento em sua bancada da ordem de 5,5% e de 3,31% de representatividade na Câmara dos Deputados.

A vertente do protestantismo de etnia, a Igreja Luterana, manteve sua posição inalterada em relação à legislatura anterior, porém apresentou um declínio da ordem de 4,53% de representatividade na bancada evangélica, passando de 7 parlamentares a 5; sua representação na Câmara sendo de 0,9% na Câmara.

A *Igreja do Evangelho Quadrangular* subiu no ranking dos grupos de interesse protestantes aumentando de 2 parlamentares a 3 e passou a representar 5% da bancada e 0,5% da Câmara.

Os demais grupos de interesse evangélicos, quais sejam: a *Igreja Internacional da Graça* e a Igreja Presbiteriana, ambas com dois deputados evangélicos; seguidas pelas *Igreja Cristã Maranata*; *Cristo, Verdade que Liberta*; *Metodista*, e *Sara a Nossa Terra* se fizeram representar respectivamente com 1 parlamentar.

Tabela 62. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 52ª legislatura (2003-2006).

GRUPOS DE INTERESSE CONFESSIONAL/PERTENÇA RELIGIOSA	DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS
Igreja Assembleia de Deus	21
Igreja Universal do Reino de Deus	17
Igreja Batista	13
Igreja Luterana	5
Igreja do Evangelho Quadrangular	3
Igreja Internacional da Graça	2
Igreja Presbiteriana	2
Igreja Cristã Maranata	1
Cristo, Verdade que Liberta	1
Metodista	1
Sara Nossa Terra	1
Não declarada	5
Total	72

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a idade de entrada dos parlamentares evangélicos nessa 52ª legislatura (2003-2006) na Câmara dos Deputados, observa-se o aumento no número dos parlamentares evangélicos de meia idade e seniores. Os primeiros, na faixa-etária dos 40 a 49 anos, eram 28 na legislatura anterior e passaram a 32; porém, em termos percentuais, esse crescimento de 1,45% não foi muito significativo. Ao contrário, os evangélicos na faixa-etária dos 50 aos 59 anos – 13 no período legislativo anterior e 21 na legislatura em foco, representa 29,1% da idade da bancada.

Dentro da mesma categoria, mas em diferente faixa-etária, outros 6 parlamentares evangélicos iniciaram o mandato na Câmara dos Deputados com idades entre 60 aos 69 anos, um a menos que na legislatura precedente. Um parlamentar evangélico ingressou na legislatura acima dos 70 anos de idade. Somados, o grupo dos parlamentares evangélicos seniores totalizou 28 integrantes. A média etária dos parlamentares evangélicos nessa 52ª legislatura (2003-2006) é de 49 anos de idade, um pouco maior que a observada na legislatura anterior que

era de 47 anos de idade.

O grupo dos parlamentares jovens, na faixa-etária dos 30 aos 39 anos também apresentou um crescimento passando de 10 na legislatura anterior a 12 na 52ª legislatura (2003-2006). Destaca-se que, ao contrário da legislatura passada que contou com 2 parlamentares juniores, na faixa etária dos 20 aos 29 anos de idade, nesta legislatura nenhum parlamentar evangélico com menos de 30 se elegeu à Câmara dos Deputados.

Tabela 63. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006).

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
Parlamentares Evangélicos Seniores 80 a 89	-
Parlamentares Evangélicos Seniores 70 a 79	1
Parlamentares Evangélicos Seniores 60 a 69 anos	6
Parlamentares Evangélicos Seniores 50 a 59 anos	21
Parlamentares Evangélicos na Meia idade 40 a 49 anos	32
Parlamentares Evangélicos Jovens 30 a 39 anos	12
Parlamentares Evangélicos Juniores 20 a 29 anos	-
Total	72

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à variável categoria profissional, o grupo representado pelos profissionais liberais continuou predominando e ficou assim constituído com 14 advogados; 3 médicos; 7 economistas, 4 engenheiros, 1 sociólogo e 1 contador. Contudo, pela primeira vez na bancada evangélica, o grupo de 16 pastores superou o dos 8 empresários, ainda que em termos de declaração, pois muitos empresários também são pastores. De toda forma, observa-se que nessa legislatura, os parlamentares evangélicos passaram a assumir mais a sua profissão de pastor do que nas legislaturas anteriores com o número dos se declararam pertencer a essa categoria profissional aumentando de 12 a 16, enquanto os empresários diminuíram de 13 para 8.

A representação da bancada evangélica em outras categorias profissionais ficou assim constituída: servido público, comunicador (rádio e TV) e professor com 3; pedagogo 2 e sociólogo, agricultor, militar, técnico em eletrônica,

técnico em comunicação, químico, recepcionista e autônomo com 1. Contudo, 5 parlamentares evangélicos que declararam ser pastores, eram também comunicadores – radialistas ou apresentadores de TV – além de empresários: proprietários ou sócios de rádio ou de TV. Trata-se dos deputados Marcos de Jesus (PTB-PE); o pastor Bernardino Barreto de Oliveira Filho (PP-PR); pastor Paulo José Gouveia (PTB-RS), bispo Carlos Alberto Rodrigues (PFL-RJ); e o bispo Wanderval (PTB-S).

Essas profissões relacionadas à mídia são estratégicas para os políticos evangélicos uma vez que permite, como observou Rodrigues, a rápida e ampla popularização do nome e imagem do candidato no eleitorado que permanece trabalhando reduzindo os custos de sua campanha eleitoral, mas ao estabelecer vínculos de empatia com a sua audiência normalmente pouco interessada em política entra na competição eleitoral numa situação de vantagem ⁴⁴¹.

⁴⁴¹ Rodrigues, 2009.

Tabela 64. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006).

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Profissional Liberal	29
Pastor	16
Empresário	8
Servidor Público	3
Comunicador	3
Professor	4
Sociólogo	1
Agricultor	1
Militar	1
Técnico em Eletrônica	1
Técnico em Comunicações	1
Químico	1
Recepcionista	1
Autônomo	1
Veterinário	1
Total	72

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à composição por gênero, a bancada evangélica continuou predominantemente masculina. Na legislatura anterior os parlamentares evangélicos do sexo masculino – 58 no total – representavam 95% da bancada evangélica; na atual, essa representação aumentou para 97%, com a eleição de 70 parlamentares do sexo masculino. Porém, a representação do sexo feminino declinou em 2,14% passando de 4,9% na legislatura anterior – 3 parlamentares do sexo feminino – para 2,77%, 2 nesta legislatura.

Tabela 65. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006).

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Sexo masculino	70
Sexo feminino	2
Total	72

Fonte: Elaboração própria.

A variável grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos manteve a mesma configuração das legislaturas anteriores e a frequência relativa mudou pouco. Embora o número absoluto de parlamentares com nível de instrução tenha aumentado de 37 para 42, houve uma diminuição na proporção de pouco mais de 2% uma vez que na legislatura anterior o número dos parlamentares nessa categoria passou de pouco mais de 60% na legislatura anterior para 58,33% na legislatura em foco.

A mesma observação pode ser feita no que concerne o grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos em nível médio, ou seja, houve um aumento nessa categoria de 4,21%. Finalmente, apenas um parlamentar nessa legislatura tinha ensino fundamental, representando 1,3% da bancada evangélica. Em termos de legislaturas, a bancada evangélica continuava elitista em relação ao grau de instrução de seus membros.

Tabela 66. Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 52ª legislatura (2003-2006).

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Ensino Superior	42
Ensino Médio	29
Ensino Fundamental	1
Total	72

Fonte: Elaboração própria.

4.4.2 Emergência de uma Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados Federais: a institucionalização dos lobbies suprapartidários

A 52ª legislatura (2003-2005) ficou marcada pela proliferação de bancadas suprapartidárias na Câmara dos Deputados procurando exercer direta influência na definição da agenda do poder legislativo. De fato, a emergência das *Frentes Parlamentares* (FP) tocava todo o Congresso Nacional uma vez que elas também poderiam ser mistas, quer dizer, formadas por membros das duas Casas legislativas. O fenômeno é tão significativo que passou a tipificar a política brasileira, uma vez que atualmente *as Frentes Parlamentares* começam a emergir também nas *Assembleias Legislativas Estaduais* e mesmo nas *Câmaras Municipais*⁴⁴². Isso significa que o modelo do lobby, dentro do presidencialismo de coalizão, foi se estabelecendo e se impondo no poder legislativo como um outro *modus operandi* paralelo ao da representação partidária.

Durante a Constituinte (1987-1988), os três grupos de pressão mais visíveis eram aqueles formados pelas bancadas *Ruralista*, *Centrão* e a *Evangélica*, que além de suprapartidária, era também Interdenominacional. A partir da redemocratização do Brasil, as maiores bancadas suprapartidárias no Congresso Nacional estavam e continuam ligadas às categorias profissionais: bancada ruralista; bancada empresarial; bancada sindical, etc., além da confessional, representada pela bancada evangélica. No final da 52ª legislatura, entretanto, havia nada menos que 112 *Frentes Parlamentares* oficializadas no Congresso Nacional⁴⁴³.

O aumento exponencial do número de *Frentes Parlamentares* no Congresso Nacional levou o legislativo a estabelecer um marco regulatório mínimo, por meio de registro da criação das FP, o que foi estabelecido pelo *Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 69*, de 10 de novembro de 2005. Além do registro obrigatório, o *Ato* definiu a FP como uma associação suprapartidária formada por pelo menos um terço de membros do *Poder Legislativo Federal* e destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade. Além disso, para que o registro fosse efetivado, o requerimento deveria

⁴⁴² Lopes, 2013: 88-89. No contexto da polêmica causada pela venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol por ocasião da Copa do Mundo de 2014 e que opôs a FPE ao governo, a Lei Geral da Copa de 2012 deixou aos Estados a regulação de alguns dispositivos legais. Nas Assembleias Legislativas dos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro houve forte oposição da FPE, mas sem obter êxito.

⁴⁴³ DIAP, 2007.

ser instruído com a ata de fundação e constituição e estatuto da FP. Em outra, o requerimento de registro deveria indicar o nome da FP e um representante, responsável perante a Casa por todas as informações que prestar à Mesa. Assim, as FP devidamente registradas contariam com o espaço físico para a realização de reuniões no Congresso Nacional desde que não implicasse em contratação de pessoal ou fornecimento de passagens aéreas. Por fim, as atividades das FP registradas na forma desse Ato teriam ampla divulgação pela *TV Câmara*, *Rádio Câmara*, *Jornal da Câmara* e na página da *Câmara dos Deputados* na Internet ⁴⁴⁴.

Por meio do Ato de 2005, o *Poder Legislativo*, na verdade, institucionalizou a prática do lobby no Congresso Nacional com o chefe do executivo ficando à mercê de poderosos grupos de interesse agindo por intermédio de seus representantes no legislativo - os grupos de pressão - e fora do âmbito partidário. Em junho de 2005, por exemplo, os ruralistas bloquearam durante semanas a votação da *Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006* condicionando sua votação ao perdão ou renegociação de dívidas, a principal pauta da bancada suprapartidária, obrigando a base do governo Lula a ceder⁴⁴⁵. Um outro exemplo demonstra a importância do voto evangélico para os candidatos aos cargos eletivos. No pleito de 2006, contrariando a orientação do próprio PT, Lula apoiou a candidatura do senador da *Igreja Universal do Reino de Deus*, Marcelo Crivella, do PRB, ao governo do Rio de Janeiro, em detrimento do candidato petista Vladimir Palmeira⁴⁴⁶. Vale lembrar que Crivella, apoiado por Edir Macedo, o fundador da IURD, iniciou sua carreira política como senador em 2003. Mesmo ficando em terceiro lugar no pleito, o apoio de Lula a Crivella converteu-se em aliança com Macedo que por sua vez, passou a apoiar Lula que acabou se reelegendo nesse ano. Foi uma aliança duradoura e com resultados políticos importantes para a IURD que apoiou as duas candidaturas de Dilma Rousseff eleita presidente da República em 2010 e reeleita em 2014. Em troca dos apoios, Crivella tornou-se, em 2012, ministro de Dilma no primeiro governo, na irrelevante pasta da *Pesca e da Aquicultura*, mas como as alianças com os evangélicos são fisiológicas e não programáticas, votou a favor do impeachment da presidente Dilma em 2016.

⁴⁴⁴ Câmara dos Deputados, 2005.

⁴⁴⁵ DIAP, 2011.

⁴⁴⁶ Folha, 2006b.

Quanto à bancada evangélica é importante destacar seu processo de institucionalização em uma *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE) se deu em 2003, antes mesmo da regulação imposta pela *Mesa da Câmara* em 2005. Dispersos em 10 diferentes partidos políticos e ideologias, os parlamentares evangélicos trataram de coordenar os esforços numa *Frente Parlamentar* atuando na defesa de uma agenda moral e conservadora a fim de exercer direta pressão no governo. As FP, como a FPE, permitem que os parlamentares acumulem forças dentro do Congresso levando suas pautas ao debate e votação, o que não ocorreria por meio da via partidária. A consequência é a diminuição das clássicas funções do partido e, no caso da FPE, da subordinação do parlamentar aos grupos de interesse/grupos de pressão confessional. Isso acontece porque até 2011, a fidelidade à bancada se sobrepuja à fidelidade partidária, quer dizer, o parlamentar poderia votar as matérias em desacordo com as lideranças de seu partido sem correr o risco de ser expulso.

Neste sentido, a teoria dramatística de Burke é especialmente relevante ao destacar a importância da retórica como uma forma de organização do sentido. Embora desde a institucionalização da *Frente Parlamentar Evangélica* pela Câmara dos Deputados em 2005 nenhuma matéria da agenda moral proposta pelos deputados federais evangélicos tenha sido convertida em norma jurídica, os debates nas Comissões assim como nas redes sociais contribuem a dar maior visibilidade às agendas conservadoras do grupo além de servirem para alavancar as carreiras políticas dos parlamentares. Mas a força da FPE não deve ser desprezada uma vez que o discurso religioso tem ecoado nos diferentes segmentos sociais fomentando a polêmica e conflitos de interesses. De maneira concreta, esta força da FPE se materializa na estratégia empregada pela FPE em bloquear a agenda progressista do governo.

O crescimento das *Frentes Parlamentares* pode ter contribuído ao aumento da corrupção no Congresso Nacional. A partir do final da primeira gestão de Lula, vários esquemas de fraudes no setor público envolvendo parlamentares ligados aos grupos de interesse começaram a emergir no Congresso Nacional. Aquele envolvendo vários integrantes da FPE, na Câmara e no Congresso, principalmente os representantes das Igrejas *Assembleia de Deus* e da *Universal do*

Reino de Deus não foi um caso isolado de fraude e desvio de dinheiro no setor público, mas certamente tornou-se o mais midiático naquele período. Os parlamentares recebiam dinheiro dos grupos de interesse ligados à saúde em troca de apresentar emendas ao *Orçamento da União* para a compra de ambulâncias para os municípios brasileiros. Após investigar a “máfia das ambulâncias”, a *Comissão Parlamentar de Inquérito*, CPI das Sanguessugas como ficou conhecido o “escândalo de corrupção”, enviou aos *Conselhos de Ética* da Câmara e do Senado uma lista com os nomes sobre os quais a comissão encontrou provas de participação no esquema de fraudes e recomendou a abertura de processo de cassação contra 72 parlamentares⁴⁴⁷. Entre os 3 senadores listados estava o do batista Magno Malta (PL-ES). No grupo dos 69 deputados federais participaram 15 parlamentares evangélicos: 7 da *Igreja Universal do Reino de Deus*; 6 da *Igreja Assembleia de Deus*; 1 da Igreja Internacional da Graça e 1 da *Igreja do Evangelho Quadrangular*.

⁴⁴⁷ Folha, 2006c.

Quadro 24. Parlamentares evangélicos da 52ª legislatura (2003-2006) listado na CPI dos “Sanguessugas”.

	DEPUTADO	UF	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGISLATURA
1	Adelor Vieira	SC	PMDB	Assembleia de Deus	Ensino Médio	Professor	52
2	Agnaldo Muniz	RO	PPS	Assembleia de Deus	Superior	Advogado	51, 52, 53
3	Almir Moura	RJ	PL	Internacional da Graça	Ensino Médio	Pastor	52
4	Edna Macedo	SP	PTB	Universal do Reino de Deus	Ensino Médio	Recepcionista	52
5	Isaias Silvestre	MG	PSB	Assembleia de Deus	Ensino Médio	Empresário	52
6	João Mendes de Jesus (Bispo)	RJ	PDT	Universal do Reino de Deus	Superior	Economista	52
7	Jorge dos Reis Pinheiro	DF	PMDB	Universal do Reino de Deus	Ensino Médio	Pastor	52, 54
8	Josué Bengtson	PA	PTB	Evangelho Quadrangular	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 52, 55
9	Júlio Cesar Gomes dos Santos (Cabo Júlio)	MG	PST	Assembleia de Deus	Ensino Médio	Servidor Público	51, 52
10	Marcos Antônio de Barros (de Jesus)	PE	PFL	Universal do Reino de Deus	Ensino Médio	Pastor	51, 52
11	Marcos Roberto Abramo (pastor)	SP	PP	Universal do Reino de Deus	Ensino Médio	Técnico em eletrônica	52
12	Nilton Capixaba	RO	PTB	Assembleia de Deus	Superior	Empresário	51, 52, 54, 55
13	Pastor Amarildo	TO	PSC	Assembleia de Deus	Ensino Médio	Empresário	51, 52
14	Paulo José Gouvêa (Pastor)	RS	PL	Universal do Reino de Deus	Ensino Médio	Radialista	51, 52
15	Wandeval Lima dos Santos (Bispo)	SP	PL	Universal do Reino de Deus	Ensino Médio	Pastor	51, 52

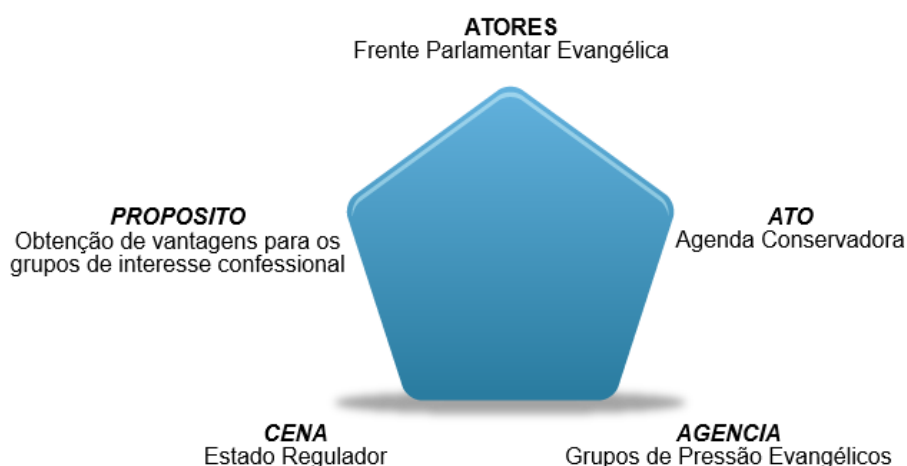
Fonte: Elaboração própria a partir de Folha, 2006d.

É importante destacar que nenhum dos 15 parlamentares evangélicos envolvidos na máfia das ambulâncias perdeu o seu mandato, o que inclui o senador batista Magno Malta. Porém, sem o apoio dos grupos de interesse confessional – suas respectivas sociabilidades religiosas – 7 deles não apenas deixaram de se reeleger à legislatura seguinte, como também encerraram suas carreiras políticas, quais sejam: Almir Moura, da *Igreja Internacional da Graça*; Edna Macedo, Bispo João Mendes, Pastor Marcos Antônio de Barros, Pastor Marcos Roberto Abramo, todos da *Igreja Universal do Reino de Deus* e, finalmente, Adelor Vieira e Isaias Silvestre, da Igreja Assembleia de Deus.

Analisando a 52ª legislatura (2002-2006) de acordo com a teoria burkeana, observa-se que a cena política foi marcada pela mudança de *status quo* com o estabelecimento de um Estado Regulador se notabilizando pelos avanços nos setores de economia e inclusão social com índices históricos de redução da pobreza com destaque para a redistribuição de renda por meio de programas sociais como o *Bolsa Família*, além do expressivo aumento de empregos formais e do salário mínimo.

Num contexto de regulação dos grupos de pressão promovida pela Câmara dos Deputados, a atuação dos parlamentares evangélicos no Congresso Nacional se transformaria, através da instituição de uma *Frente Parlamentar Evangélica*, com a emergência de um ator coletivo suprapartidário e Interdenominacional se notabilizando pela defesa de uma agenda moral e conservadora agindo segundo os interesses de grupos confessionais.

Figura 7. Pentágono de Burke aplicado a 52ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

4.5 Parlamentares Evangélicos na 53ª legislatura (2007-2010): emergência da Frente Parlamentar Evangélica

Apesar de contar com 47% de renovação, a Câmara dos Deputados que emergiu das urnas em outubro de 2006 não apresentou grandes alterações do ponto

de vista partidário nem na correlação de forças comparada com a eleição de 2002. Mas os desvios de conduta ética dos deputados federais envolvidos no Mensalão resultaram em 3 cassações, renúncia de 6 deputados, 11 absolvições e a abertura de uma centena de processos. Os partidos que mais perderam cadeiras legislativas por causa do envolvimento de parlamentares nos escândalos das *Sanguessugas* e do *Mensalão* foram o PTB (22); PL (13) e o PP (9). O PMDB ampliou sua bancada para 89; o PSDB para 66, o PPS para 22 e o PV 13. Considerando o pleito anterior, os partidos que mais perderam cadeiras legislativas foram o PFL (65); o PP (44), o PSDB (66), o PL (23). Em termos ideológicos a legislatura ficou caracterizada pelo crescimento do centro-esquerda (PSB, PDT e PV) e pela redução da esquerda (PT e PSOL) ⁴⁴⁸.

Tabela 67. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006) e 53ª legislatura (2007-2010).

PARTIDO	DEPUTADOS FEDERAIS				
	49ª legislatura (1991-1994)	50ª legislatura (1995-1998)	51ª. Legislatura (1999-2002)	52ª. Legislatura (2003-2006)	53ª. Legislatura (2007-2010)
PMDB	98	107	82	74	89
PFL	89	89	106	84	65
PSDB	48	62	99	71	66
PPR	66	53	-	-	-
PPB	89	78	60	49	1
PSL	-	-	-	1	-
PST	-	-	-	3	-
PHS	-	-	-	-	2
PTN	-	-	-	-	-
PSDC	-	-	-	1	-
PT	36	49	58	91	83
PDT	35	33	25	21	24
PP	45	36	-	-	41
PTB	29	31	31	26	22
PSB	10	15	19	22	27
PL	16	13	12	26	23

⁴⁴⁸ DIAP, 2006.

PC do B	6	10	7	12	13
PMN	3	4	-	1	3
PSD	10	3	-	4	-
PSC	3	3	-	1	9
PPS	3	2	3	15	22
PRN	4	1	-	-	-
PRP	-	1	-	-	-
PV	1	1	-	5	13
PSTU	2	-	-	-	-
PRONA	1	-	-	6	2
PTC	-	-	-	-	3
PSOL	-	-	-	-	3
PAN	-	-	-	-	1
PT do B	-	-	-	-	1
OUTROS	-	-	11	-	-
TOTAL	503	513	513	513	513

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 2006.

A bancada evangélica na 53ª legislatura (2007-2010) na Câmara dos Deputados apresentou uma queda em relação a legislatura anterior motivada pelos mesmos desvios éticos no comportamento daqueles integrantes que participaram nas fraudes das ambulâncias (*escândalo das Sanguessugas*) e da *Ação Penal 470* (Mensalão) e que inibiu os eleitores no pleito de 2006. Do total de 72 parlamentares eleitos na legislatura anterior, a bancada evangélica passou a contar com 62 representantes, ou seja, diminuiu 1,94% em seu tamanho com a perda de 10 deputados federais e totalizou 12,08% de representatividade em relação aos 513 parlamentares da Câmara dos Deputados. Destes 62 deputados federais evangélicos, 32 se reelegeram e 30 foram eleitos para essa nova legislatura.

Quadro 25. Parlamentares Evangélicos Eleitos à 53ª legislatura (2007-2010)

	DEPUTADO	IDADE DE ENTRADA	UF	PARTIDO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGIS	SITUAÇÃO	PERTENÇA RELIGIOSA
1	Agnaldo Muniz	38	RO	PSC	Superior	Advogado	51, 52, 53	Eleito	Assembleia de Deus
2	Antonio da Conceição Costa Ferreira	68	MA	PSC	Superior	Advogado	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	Eleito	
3	Antonio Ferreira da Cruz Filho	57	MS	PP	Superior	Médico	51, 52, 53	Eleito	
4	Fátima Lucia Pelaes	48	AP	PMDB	Superior	Sociólogo	49, 50, 51, 53, 54	Novo	
5	Filipe Rio de Cara Nova (Filipe de Almeida Pereira)	23	RJ	PSC	Superior	Empresário	53, 54	Novo	
6	Frankembergen Galvão da Costa (pastor)	45	RR	PTB	Superior	Pastor	52, 53	Eleito	
7	Hidekasu Takayama	59	PR	PMDB	Ensino Médio	Pastor	52, 53, 54, 55	Eleito	
8	João Campos de Araujo	44	GO	PSDB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	
9	José da Cruz Marinho (Zequinha)	49	PA	PSC	Superior	Professor	52, 53, 54	Eleito	
10	José Vieira Lins	53	MA	PSDB	Ensino Fundamental	Empresário	53, 54	Novo	
11	Jurandy Loureiro Barroso	68	ES	PSC	Ensino Fundamental	Empresário	53	Novo	
12	Manoel Ferreira (Pastor)	76	RJ	PTB	Superior	Advogado	53	Novo	
13	Milton João Soares Barbosa	52	BA	PFL	Ensino Médio	Empresário	48, 49, 50, 51, 52, 53	Eleito	
14	Pedro Ribeiro Filho (pastor)	62	CE	PMDB	Ensino Médio	Radialista	52, 53	Eleito	
15	Raimundo Sabino Castelo Branco Maués	42	AM	PTB	Ensino Médio	Apresentador de TV	53, 54	Novo	
16	Sérgio Antônio Nechar	56	SP	PV	Superior	Médico	53	Novo	
17	Silas Câmara	44	AM	PTB	Ensino Médio	Empresário	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
18	Victório Galli Filho (professor)	46	MT	PSC	Superior	Professor Universitário	53, 54, 55	Novo	
19	André Zacharow	68	PR	PMDB	Superior	Advogado	52, 53, 54	Eleito	Batista
20	Andreia Almeida Zito Dos Santos	33	RJ	PSDB	Superior	Advogado	53, 54	Novo	
21	Arolde de Oliveira	72	RJ	PFL	Superior	Economista	47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
22	Edgard Montemor Fernandes	51	SP	PSB	Superior	Advogado	52, 53	Eleito	
23	Gilmar Alves Machado	45	MG	PT	Superior	Professor	51, 52, 53, 54	Eleito	
24	Lincoln Diniz Portela (pastor)	53	MG	PL	Superior	Pastor	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
25	Natan Donadon	40	RO	PMDB	Ensino Médio	Servidor Público	52, 53, 54	Eleito	
26	Neilton Mulim da Costa	45	RJ	PR	Superior	Professor	53, 54	Novo	
27	Neucimar Fraga	41	ES	PL	Ensino Médio	Autonomo	52, 53	Eleito	

28	Paulo Gabriel Godinho Delgado	55	MG	PT	Superior	Sociólogo	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	Eleito	
29	Sérgio Luís Lacerda Brito	46	BA	PDT	Superior	Empresário	49, 50, 53, 54, 55	Novo	
30	Sueli Rangel Silva Vidigal	52	ES	PDT	Ensino Médio	Servidor Público	53, 54	Novo	
31	Walter de Freitas Pinheiro	48	BA	PT	Ensino Médio	Técnico em telecomunicações	50, 51, 52, 53	Eleito	
32	Antonio Carlos Martins de Bulhões (Bispo)	40	SP	PMDB	Superior	Empresário	53, 54, 55	Novo	Universal do Reino de Deus
33	BENEDITO ROBERTO ALVES FERREIRA	47	SP	PTB	Superior	Servidor Público	53, 55	Novo	
34	Flavio Bezerra	46	CE	PMDB	Superior	Empresário	53	Novo	
35	George Hilton dos Santos Cecilio	36	MG	PP	Superior	Pastor	53, 54, 55	Novo	
36	Leo Vivas	49	RJ	PRB	ND	ND	53	Novo	
37	Márcio Carlos Marinho	36	BA	PR	Superior	Radialista	53, 54, 55	Novo	
38	Vinicius Rapozo de Carvalho	41	SP	PTdoB	Superior	Advogado	53, 55	Novo	
39	Darcísio Paulo Perondi	60	RS	PMDB	Superior	Médico	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	Luterana
40	Julio Cesar Redecker	51	RS	PSDB	Superior	Advogado	50, 51, 52, 53	Eleito	
41	Luiz Carlos Heinze	56	RS	PP	Superior	Engenheiro Agrônomo	51, 52, 53, 54	Eleito	
42	Onyx Dornelles Lorenzoni	52	RS	PFL	Superior	Veterinário	52, 53, 54, 55	Eleito	
43	Paulo Roberto Bauer	50	SC	PSDB	Superior	Contador	49, 50, 52, 53	Eleito	
44	Henrique Afonso Soares Lima	42	AC	PT	Superior	Professor	52, 53, 54	Eleito	Presbiteriana
45	Laercio José de Oliveira	48	SE	PSDB	Superior	Administrador	53, 54, 55	Novo	
46	Leonardo Lemos Barros Quintão	32	MG	PMDB	Superior	Empresário	53, 54, 55	Novo	
47	Silas Brasileiro	63	MG	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
48	Iris de Araújo Resende Machado	65	GO	PMDB	Ensino Médio	Servidor Público	53, 54	Novo	Cristã Evangélica
49	Carlos Humberto Mannato	49	ES	PDT	Superior	Médico	53, 54, 55	Novo	
50	Carlos Willian de Souza	51	MG	PTC	Superior	Advogado	52, 53	Eleito	
51	Adilson Soares	66	RJ	PL	Superior	Advogado	53, 54	Novo	International da Graça
52	Jorge Tadeu Mudalen	52	SP	PFL	Superior	Engenheiro civil	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
53	Lindomar Garçon (Lindomar Barbosa Alves)	37	RR	PV	Ensino Médio	Comerciante	53, 54, 55	Novo	
54	Jefferson Alves de Campos	42	SP	PTB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	Evangelho Quadrangular
55	Mário de Oliveira	64	MG	PSC	Ensino Médio	Pastor	47, 48, 49, 50, 51, 53, 54	Novo	
56	Eduardo	48	RJ	PMDB	Superior	Economista	52, 53,	Eleito	Sara Nossa

	Cunha						54, 55		Terra
57	Robson Lemos Rodovalho	51	DF	PFL	Superior	Pastor	53	Novo	
58	Cleber Verde Cordeiro Mende	35	MA	PAN	Superior	Professor	53, 54, 55	Novo	Congregação Cristã no Brasil
59	Bruno Campelo Rodrigues de Souza	36	PE	PSDB	Ensino Médio	Empresário	53, 54	Novo	
60	Reinhold Stephanes	67	PR	PMDB	Superior	Economista	46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55	Eleito	ND
61	Sétimo Waquim (professor)	57	MA	PMDB	Superior	Professor	53, 54	Novo	
62	Simão Sessim	71	RJ	PP	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	

Fonte: Elaboração própria a partir de SILEG, 2013.

A configuração político-partidária da bancada evangélica na 53ª legislatura (2007-2010) acompanhou as bancadas partidárias na Câmara dos Deputados no que concerne a diminuição no número de parlamentares da esquerda de 6 para 4. Contudo, o crescimento da representação do centro-esquerda não se verificou entre os evangélicos, caindo de 10 para 6 deputados federais filiados ao PDT, PSB e PV.

Pelo centro, o PMDB aumentou sua representação de 11 para 14 deputados federais evangélicos. O PSDB também teve um aumento passando de 2 para 7 parlamentares eleitos à 52ª legislatura (2007-2010). O PT do B obteve representação parlamentar elegendo um deputado federal evangélico.

O centro-direita, apresentou uma maior fragmentação partidária com 18 deputados evangélicos sendo eleitos por 7 diferentes partidos. Contudo, houve uma diminuição com relação à legislatura anterior em que havia 21 parlamentares. Dentro desse universo, o partido que mais perdeu parlamentares evangélicos foi o PL, que declinou de 13 para 3.

Finalmente, à direita do espectro ideológico político-partidário, contrariamente à diminuição que ocorreu na Câmara dos Deputados, observa-se um pequeno aumento na direita evangélica que passou de 11 para 12 parlamentares. Esse cenário se deu graças à eleição de 7 parlamentares evangélicos pelo PSC que na legislatura anterior não obteve representação. Já o PFL, que havia eleito 11 parlamentares evangélicos na legislatura anterior elegeu apenas 5 na legislatura em foco impactando o crescimento deste espectro ideológico político partidário.

Tabela 68. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 53ª Legislatura (2007-2010).

ESPECTRO IDEOLÓGICO	53ª legislatura (2007-2010)
Direita	
PFL	5
PSC	7
Centro-Direita	
PTB	6
PP	4
PR	2
PL	3
PAN	1
PRB	1
PTC	1
Centro	
PMDB	14
PSDB	7
PT do B	1
Centro-Esquerda	
PDT	3
PV	2
PSB	1
Esquerda	
PT	4
Total	62

Fonte: Elaboração própria.

A representação de pertença religiosa por grupos de interesse evangélicos em ordem crescente ficou assim constituída: a Igreja Assembleia de Deus, manteve a primeira colocação no ranking dos grupos de interesse confessionais, mas sem apresentar mudança significativa em sua proporção que permaneceu na casa dos 29%, ao passar de 21 deputados evangélicos eleitos para 18, ou seja, 3,5% de representatividade na Câmara dos Deputados.

A Igreja Batista retornou à segunda posição com o mesmo número de

parlamentares eleitos na legislatura anterior (13).

A principal alteração nas bancadas por pertença religiosa ocorreu principalmente em função do declínio de parlamentares eleitos pela *Igreja Universal do Reino de Deus*, que de 17 deputados passou a 7, ou seja, uma redução da ordem de mais de 50%. Isso ocorreu porque o bispo Edir Macedo retirou o apoio da IURD aos pastores envolvidos no escândalo das sanguessugas a fim de preservar sua sociabilidade religiosa. Todos aqueles políticos que disputaram a eleição sem o apoio formal da IURD não obtiveram êxito em se eleger.

Tanto a *Igreja Luterana* quanto a *Igreja Internacional da Graça* mantiveram suas respectivas posições; a primeira, na quarta posição com 5 parlamentares e a segunda, na sexta posição com 3. A Igreja Presbiteriana saiu da sétima posição com dois parlamentares eleitos e subiu à quinta colocação com 4 parlamentares eleitos. Por sua vez, a *Igreja do Evangelho Quadrangular* declinou da quinta para a oitava posição passando de 3 para 2 deputados. As Igrejas *Cristã Maranata* e *Sara Nossa Terra* elegeram dois parlamentares cada. Passaram a possuir representação confessional as Igrejas Congregação Cristã no Brasil e Cristã Evangélica, ambas com 1 parlamentar eleito.

Tabela 69. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 53ª legislatura (2007-2010).

GRUPOS DE INTERESSE CONFESSIONAL/PERTENÇA RELIGIOSA	DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS
Igreja Assembleia de Deus	18
Igreja Batista	13
Igreja Universal do Reino de Deus	7
Igreja Luterana	5
Igreja Presbiteriana	4
Igreja Internacional da Graça	3
Igreja do Evangelho Quadrangular	2
Igreja Cristã Maranata	2
Sara Nossa Terra	2
Congregação Cristã no Brasil	1
Igreja Cristã Evangélica	1
Não declarada	4
Total	62

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à variável da faixa-etária, a idade de entrada dos parlamentares evangélicos nessa legislatura continuou elevada com uma média de 50 anos, maior do que a da anterior que era 48 anos. Contudo, o grupo dos parlamentares evangélicos seniores, aqueles se encontrando na faixa-etária dos 50 aos 59 anos de idade declinou em relação à legislatura anterior ao passar de 21 para 17 deputados. De maneira contrária, os parlamentares evangélicos seniores, mas na faixa-etária entre os 60 e 69 anos de idade, apresentaram um aumento ao passar de 6 na legislatura anterior para 10, na 53ª legislatura. Além disso, três outros parlamentares evangélicos seniores ingressaram no legislativo dentro da faixa-etária dos 70 anos de idade, porém nenhum deles ultrapassou a casa dos 79 nessa legislatura. Assim, o grupo de parlamentares evangélicos seniores totalizou 30 nessa legislatura.

O grupo dos parlamentares evangélicos na meia idade, aqueles se encontrando na faixa-etária entre 40 a 49 anos quando ingressaram nessa legislatura, apresentou um reduzido declínio na bancada evangélica que de 32 parlamentares evangélicos passou a contar com 23, o suficiente para o regresso do

grupo à segunda colocação atrás da categoria dos deputados evangélicos seniores em dados absolutos. Ocorre que, em termos relativos, a faixa-etária de 40-49 anos representa mais de 37% do total de parlamentares eleitos à 53ª legislatura, sendo a predominante nessa legislatura.

Tabela 70. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2007-2010).

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Parlamentares Evangélicos Seniores 70 a 79	3
Parlamentares Evangélicos Seniores 60 a 69 anos	10
Parlamentares Evangélicos Seniores 50 a 59 anos	17
Parlamentares Evangélicos na Meia idade 40 a 49 anos	23
Parlamentares Evangélicos Jovens 30 a 39 anos	8
Parlamentares Evangélicos Juniores 20 a 29 anos	1
Total	62

Fonte: Elaboração própria.

O grupo dos parlamentares jovens, constituindo a faixa-etária dos 30 aos 39 anos que ingressaram na legislatura também declinou em relação à anterior reduzindo de 12 para 8 o número daqueles que assumiram o mandato na Câmara dos Deputados.

Finalmente, o único parlamentar eleito com 23 anos de idade, não chegou a constituir um grupo, mas uma exceção entre os evangélicos nessa 53ª legislatura em que um parlamentar eleito se encontrava nessa faixa-etária. Isso demonstra que a experiência e a maturidade, refletida no grupo dos parlamentares evangélicos seniores e maduros ou de meia-idade, são valores cultivados pelas sociabilidades religiosas.

Quanto à variável categoria profissional, o grupo representado pelos profissionais liberais continuou predominando e ficou assim constituído com 13 advogados; 4 médicos; 3 economistas 2 engenheiros e 2 sociólogos.

O grupo dos pastores apresentou uma queda significativa de 16 para 6 em função do envolvimento dos parlamentares com os desvios éticos na Câmara dos Deputados. Já o dos empresários aumentou de 8 para 11.

A representação da bancada evangélica em outras categorias profissionais ficou assim constituída: professor 7; servido público 4; comunicador 3;

veterinário 1; administrador 1; comerciante 1; técnico em comunicações 1 e autônomo 1.

Tabela 71. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2007-2010).

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Profissional Liberal	21
Empresário	11
Professor	7
Pastor	6
Servidor Público	4
Médico	4
Comunicador	3
Autônomo	1
Administrador	1
Comerciante	1
Técnico em Comunicações	1
Veterinário	1
Não Declarado	1
Total	62

Fonte: Elaboração própria.

Quanto ao nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos nota-se que não houve alteração na distribuição dos deputados evangélicos segundo o grau de instrução, porém, a proporção de deputados com nível superior aumentou de forma bastante expressiva, passando de 58,33% na legislatura anterior para 72,58%. Esse aumento relativo incide na diminuição na proporção de deputados com ensino médio. Esses passaram de 40,27% para 22,58%.

No que diz respeito ao ensino fundamental, não houve uma alteração significativa já que na legislatura anterior, era 1 deputado e na atual subiu para 2.

Tabela 72. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (1999-2002).

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Ensino Superior	45
Ensino Médio	14
Ensino Fundamental	2
Não Declarado	1
Total	62

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à composição por gênero, a bancada evangélica continuou predominantemente masculina com 58 parlamentares do sexo masculino e 4 do sexo feminino. Embora a bancada feminina tenha dobrado nessa legislatura, o aumento relativo foi da ordem de apenas 3,67%.

Tabela 73. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2007-2010).

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Sexo masculino	58
Sexo feminino	4
Total	62

Fonte: Elaboração própria.

Antes da emergência da *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE) em 2003, os grupos de pressão evangélicos atuavam na Câmara dos Deputados representando os grupos de interesse confessionais a que pertenciam. Porém, já em 1991, os parlamentares evangélicos se notabilizaram pela oposição ao *Projeto de Lei* (PL 1135/1991), de autoria dos parlamentares petistas Eduardo Jorge e Sandra Starling, que suprime do Código Penal brasileiro o artigo que caracteriza o aborto como crime. Desde da proposição do PL 1135/1991, os parlamentares evangélicos têm obtido êxito em impedir sua aprovação na Câmara dos Deputados. Depois de vinte anos tramitando na Casa Legislativa, finalmente os seguimentos religiosos em conjunto (evangélicos, católicos e espíritas) conseguiram seu arquivamento em 2011.

Em reação a esse Projeto de Lei, o deputado da *Igreja Cristo em Casa* e

proprietário da *Rádio Melódia FM* do Rio de Janeiro, Oliveira Francisco Silva (PPB-RJ), apresentou um PL em 1998 que incluía o aborto como crime hediondo na legislação brasileiro. O projeto segue em tramitação após ser desarquivado em 2007. Ainda em relação à matéria do aborto, com a institucionalização pela Câmara dos Deputados das Frentes Parlamentares em 2005, os evangélicos se recompõem como atores coletivos e além da *Frente Parlamentar Evangélica*, passaram a criar várias outras *Frentes Parlamentares* como por exemplo a *Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida* que reúne evangélicos, católicos e espíritas militando contra qualquer tentativa de descriminalização do aborto.

Outra proposta polêmica no Brasil concerne a mudança em uma cláusula pétreia na Constituição Federal, aquela que estabelece a maioridade do cidadão à partir dos dezoito anos de idade. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados aprovou, por 43 votos a 17, a admissibilidade do projeto de lei que prevê a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos, à despeito da inconstitucionalidade da emenda⁴⁴⁹. A autoria da Proposta de Emenda Constitucional PEC 171/1993 é do pastor e ex-deputado federal Benedito Domingos, do Partido Progressista (PP), um “ficha suja” condenado pelo Tribunal de Justiça no Distrito Federal e Territórios por envolvimento no esquema de corrupção conhecido como Mensalão do DEM - investigado pela operação Pandora, da Polícia Federal, em 2009⁴⁵⁰. Por ironia, o número 171 alude ao primeiro artigo do capítulo do Código Penal brasileiro que trata do estelionato e outras fraudes.

Entre os partidos políticos que votaram a favor do polêmico PEC 171/1993 está o PRB, partido comandado por um bispo licenciado da IURD⁴⁵¹. Dos 43 deputados responsáveis pela aprovação da PEC da redução, 25 tem problemas na justiça e estão envolvidos em algum processo criminal. Como afirma Frigotto:

⁴⁴⁹ Câmara dos Deputados, 2015. Terça-feira, 31 de março de 2015. O parágrafo 4 do artigo 60 da Constituição, inciso IV, estabelece que não poderá ser objeto de deliberação proposta de emenda tendente a abolir direitos e garantias individuais. A imputabilidade penal a partir dos 18 anos é um direito individual fundamental previsto pelo artigo 228 da Constituição, além de ser referência internacional para a responsabilização penal, desde a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança. O Brasil é signatário dessa convenção. Ainda contra o PEC da redução, o Ministério Público.

⁴⁵⁰ Carta Maior, 2015.

⁴⁵¹ Votaram a favor da maioridade penal o PSDB, PSD, PR, DEM, PTC, PV, PTN, PMN, PRP, PSDC e PRTB. PMDB, PP, PTB, PSC, SD, PROS, PHS, PDT e PEN. Para ser aprovada, qualquer Projeto de Emenda à Constituição (PEC) necessita do voto de $\frac{3}{5}$ dos parlamentares em duas sessões de votação para seguir ao Senado.

A grande mídia empresarial, em sua pauta diária, focaliza seletivamente a criminalidade tendo, como mostra Noam Chomsky, a violência e o medo como formas de dominação política. Ganha a audiência da classe média, ainda que não só dela, que passa a acreditar que a origem da violência no Brasil decorre do fato de 'os bandidos' se aproveitarem de jovens com menos de 18 anos para seus crimes porque são protegidos pela lei. E de fato se aproveitam. Mas seria esta a fonte primeira da violência em nossa sociedade?

O que de fato está por trás da aprovação da redução da maioria penal por parte dos integrantes da “bancada da jaula” ou “da bala” seria a privatização do sistema carcerário brasileiro ligados ao setor de segurança privada através de doações milionárias que financiaram a campanha dos parlamentares. A lógica que os norteia é simples: a diminuição da maioria penal é inversamente proporcional ao aumento de unidades prisionais privadas, ou seja, a criminalização da adolescência geraria maior contingente de um público que historicamente já é alvo de ações policiais violentas. A bancada da bala é, então, constituída pelo grupo de parlamentares ligados à indústria de armas: ex-policiais e militares que capitaneiam diversas propostas que representam um retrocesso na política de segurança pública do Brasil como, por exemplo, o encarceramento em unidades penitenciárias de adultos para adolescentes a partir dos 16 anos de idade. Além disso, esses parlamentares já apresentaram mais de 41 projetos que visam desmontar o Estatuto do Desarmamento; um em particular determina a revogação total do Estatuto⁴⁵². São mandatos comprometidos com as empresas que lucram com o aprofundamento do Estado penal e repressor.

Depois de tramitar durante onze anos na Câmara dos Deputados, o PEC 171 chegou ao Senado, mas não seria apreciada. Os próprios senadores criaram a sua bancada suprapartidária a fim de bloquear os projetos das bancadas conservadoras, principalmente os da bancada evangélica. Iniciou-se, assim, um jogo de forças nas duas casas legislativas que se estenderia ao longo da 55ª legislatura no Congresso Nacional. A vitória do Senado poderia colocar termo ao projeto de poder dos evangélicos visando a conquista da sociedade civil pela imposição de políticas públicas originadas da moral religiosa.

De toda forma, a representação parlamentar evangélica foi se ampliando a cada pleito em consequência da participação dos segmentos protestantes na

⁴⁵² Carta Maior, 2015b.

política partidária muitas vezes ferindo os princípios do estado laico e o imperativo do próprio Cristo registrado no evangelho: a César o que é de César e a Deus o que é de Deus.

A partir de 2005, com a oficialização das Frentes Parlamentares pela Câmara dos Deputados, a *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE) passou a monitorar os projetos que ameaçam seus valores morais e interesses por meio de assessoria parlamentar⁴⁵³. Adotaram como estratégia a participação em importantes *Comissões Permanentes* da Câmara dos Deputados como a de *Constituição e Justiça e de Cidadania*, a de *Seguridade Social e Família* além de *Direitos Humanos e Minorias*⁴⁵⁴ (Cf. quadro nº xx).

Desde 2003 a 2006, a FPE se opôs a quatro proposições que tramitaram na Câmara dos Deputados, quais sejam: (1) a nova lei de biossegurança que regula atividades que envolvam organismos geneticamente modificados, incluindo o uso de células-tronco (PL 2401/2003) mas que foi transformado na lei ordinária 11.105/2005; (2) a reforma política que trata do financiamento de campanha, dos partidos políticos e das eleições (PL 2679/2003) e que foi arquivado em 2007; (3) alteração da situação jurídica de dependente para fins previdenciários visando impedir que pessoas do mesmo sexo sejam segurados previdenciários (PL 6297/2005) que foi arquivado em 2015; e, finalmente, (4) a criminalização da homofobia (PL 122/2006) arquivado em 2011. Além disso, a FPE apoiou a alteração do Código Civil no que diz respeito à inclusão de organizações religiosas e partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado desobrigando-os de alterar seus estatutos no prazo definido no Código Civil. O PL 634/2003 foi transformado na lei ordinária 10.825/2003 (Cf. quadro xx).

No período legislativo entre 2007 a 2010, ainda durante o segundo governo do presidente Lula da Silva, a FPE continuou promovendo sua agenda moral especialmente no que diz respeito a matérias em “defesa da vida, da família e contra o aborto” como: (1) o projeto de lei que dispõe sobre o estatuto do nascituro definindo o direito à vida desde a concepção (PL 478/2007 de autoria do deputado espírita Luiz Bassuma do PT-BA e de Miguel Martini do PHS-MG); (2) a oposição ao projeto de lei que concede bolsa auxílio para tratamento médico e psicológico à

⁴⁵³ Trevisan, 2013.

⁴⁵⁴ Duarte, 2012.

mulher que optou por um aborto legal em decorrência de estupro (PL 4725/2009 de autoria do deputado Flávio Bezerra, PMDB-CE). A manifestação favorável ao projeto de lei do fundador da *Igreja Universal do Reino de Deus*, o bispo Edir Macedo, causou grande controvérsia entre os evangélicos. Embora a IURD siga a FPE na maioria da sua pauta, neste ponto ela se distingue por defender a descriminalização do aborto⁴⁵⁵; (3) a oposição ao Decreto (7037/2009) do Poder Executivo e elaborado por participação popular em conferências nacionais e regionais, que aprova o *Plano Nacional de Direitos Humanos* (PNDH-3) por avançar nas garantias de direitos às minorias e às mulheres, bem como as demais proposições que tratam dessas matérias, quais sejam: oposição à que a união homoafetiva seja definida como casamento ou entidade familiar (PL 5167/2009 de autoria dos deputados Paes de Lira – PTC/SP – e Capitão Assunção – PSB/ES); defesa do estabelecimento de punição à discriminação contra heterossexuais (PL 7382/2010 de autoria do deputado evangélico Eduardo Cunha – PMDB/RJ); a defesa da proibição da adoção de crianças e adolescentes por casais homossexuais (PL 7018/2010 de autoria de deputado Zequinha Marinho – PSC/PA).

Para além da defesa da agenda moral, a FPE se notabilizou pela afirmação de sua identidade confessional evangélica. Em oposição à Igreja católica os parlamentares evangélicos fizeram aprovar o *Dia Nacional da Marcha Para Jesus* (Lei ordinária 12025/2009 de autoria do senador da IURD Marcelo Crivella, do PRB-RJ), correspondente às procissões católicas e em reação ao Dia do Orgulho Gay; além da instituição do *Dia Nacional do Evangélico* (Lei 12328/2010 de autoria do evangélico Cleber Verde (PRB-MA), membro da Igreja *Congregação Cristã no Brasil*).

Enquanto os evangélicos vão conquistando maior visibilidade social e poder no legislativo, o governo Brasileiro, sem alarde, tratou de aprofundar as relações entre Igreja e Estado. Isso se deu por meio da *assinatura do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé*, firmado no Vaticano em 13 de novembro de 2008. Ato contínuo, o Poder Executivo encaminhou o *Projeto de Decreto* à Câmara dos Deputados que, após tramitar e receber parecer favorável na *Comissão de Relações Exteriores* por 23 votos contra 7, foi votado e aprovado em

⁴⁵⁵ Dantas, 2011.

Plenário em regime de urgência (Decreto Legislativo 698/2009)⁴⁵⁶. Logo em seguida, o Executivo promulga o *Acordo Brasil-Santa Sé* por meio do *Decreto 7107*, de 2010 que reconhece o estatuto jurídico da Igreja Católica no Brasil⁴⁵⁷.

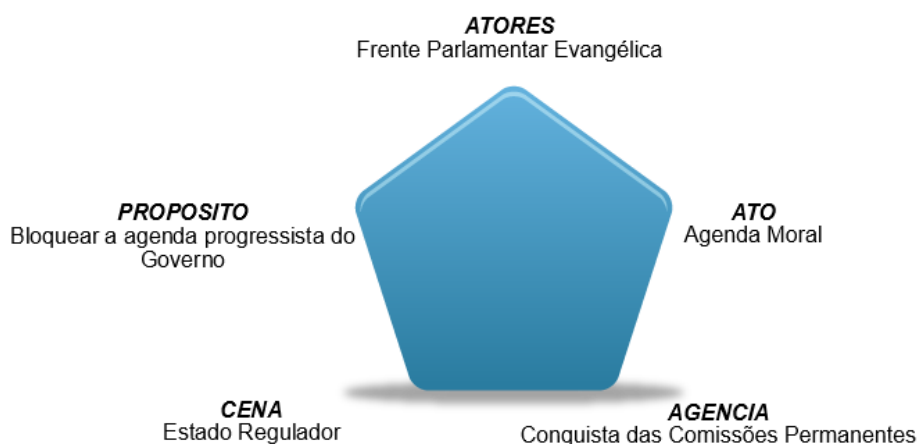
Em reação ao Decreto Legislativo 698/2009, a *Convenção de Ministros das Assembleias de Deus Unidas do Estado do Ceará* ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, negada pelo ministro do *Supremo Tribunal Federal* (STF) Joaquim Barbosa, que justificou a falta de legitimidade da entidade para propô-la. O episódio marca a inflexão dos parlamentares evangélicos que a partir daí passaram a defender obstinadamente a liberdade religiosa, a pluralidade de cultos, a separação entre Igreja e Estado e o laicismo da vida pública. Um exemplo disso e também de reação a promulgação do *Acordo Brasil-Santa Sé* foi a proposta de *Projeto de Emenda Constitucional* de autoria do assembleiano João Campos (PSDB-GO) que dispõe sobre a inclusão das associações religiosas de âmbito nacional no rol de instituições e organizações aptas a proporem ação de inconstitucionalidade perante a Constituição Federal de 1988 (PEC 99/2011). Atualmente, os únicos que dispõem dessa capacidade postulatória são: o presidente da República, a Mesa do Senado, a Mesa da Câmara, a Mesa da Assembleia Legislativa do Distrito Federal, Governadores de Estado ou do Distrito Federal, Procurador Geral da República, Conselho Federal da OAB, partidos políticos com representação no Congresso Nacional e, finalmente, Confederações Sindicais ou Entidades de Classe de caráter nacional⁴⁵⁸. Em outra, a agenda da FPE se radicalizaria durante o próximo governo petista caracterizado pelo frontal conflito de agendas políticas.

⁴⁵⁶ Câmara dos Deputados, 2009.

⁴⁵⁷ Presidência da República, 2010.

⁴⁵⁸ Câmara dos Deputados, 2009.

Figura 8. Pentágono de Burke aplicado a 53ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

4.6 Parlamentares Evangélicos na 53ª legislatura (2011-2014): o conflito de Agendas

Nas eleições presidenciais de 2010, a participação de grupos de interesse religiosos na política partidária foi tão significativa que os debates acerca da moral religiosa passaram a pautar a agenda dos principais candidatos, principalmente no que tangia o tema do aborto. A moral religiosa emergia nos debates públicos em reação à tentativa de ampliação dos direitos cidadãos empreendidos principalmente na segunda gestão Lula da Silva, o que possibilitava a mobilização de minorias reivindicando uma identidade cultural baseada no gênero como as feministas e o movimento de *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais* (LGBTT), mas também das minorias religiosas opondo-se à agenda progressista do governo no setor social. Neste campo, católicos e evangélicos uniram-se a fim de defender sua moral religiosa. Como destacou Trevisan⁴⁵⁹:

Diferentemente do que ocorreu em 1989, em que católicos e evangélicos estavam em lados opostos, em 2010, com um histórico já consagrado de participação, lideranças evangélicas unem-se a católicos em bandeiras comuns, tais como: a não descriminalização do aborto; a rejeição da união civil de homossexuais; a rejeição do PL 122/06, que criminaliza a homofobia; a defesa da liberdade religiosa.

⁴⁵⁹ Trevisan, 2013.

Convictos de que necessitavam do apoio de grupos religiosos e seus líderes, os candidatos à presidência tentaram cooptar tanto os segmentos católicos quanto os evangélicos. Durante a campanha eleitoral, a candidata petista Dilma Rousseff assumiu-se católica, embora declarasse ser agnóstica em 2007. Em 2009, ainda antes de candidatar-se, participou de eventos católicos e cultos pentecostais, principalmente na IURD. Era uma estratégia tentando diminuir sua rejeição entre os pentecostais que sabiam, desde de 2007, quando foi revelado pela imprensa, que Rousseff havia defendido a descriminalização do aborto como questão de saúde pública. Mesmo declarando-se a favor da vida, foi alvo de críticas dos setores religiosos opositores que a acusavam, se eleita, de descriminalizar o aborto, legalizar a união civil entre pessoas do mesmo sexo além de criminalizar a homofobia e outras proposições do III *Plano Nacional de Direitos Humanos*. Poucos dias antes do primeiro turno, Silas Malafaia retirou o apoio que havia dado à candidata da mesma denominação, a assembleiana Marina Silva, do Partido Verde (PV). A ruptura foi causada pela declaração de Marina afirmando que, se eleita, defenderia um plebiscito sobre a questão do aborto no Brasil. Malafaia passou a apoiar o candidato José Serra (PSDB) que também apelou ao eleitorado cristão. Opôs-se à descriminalização do aborto, enfatizou a liberdade religiosa, o direito à vida e a propriedade privada⁴⁶⁰.

Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) saíram vencedores no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010; a primeira contando com 46,91% de votos válidos e o segundo com 32,61%. Marina Silva, embora não reivindicasse sua identidade religiosa abertamente, obteve apoio das *Assembleias de Deus* e obteve a terceira posição no primeiro turno, a mesma que o candidato presbiteriano Antony Garotinho conquistou nas eleições de 2002. Marina, contudo, superava seis candidatos à presidência ao obter 19.636.359 votos, ou seja, 19,33% dos votos estimados em 101.590.153 (74,81% dos votos válidos)⁴⁶¹. Em campanha durante o segundo turno, Rousseff intensificou a busca pelo apoio das lideranças evangélicas. Comprometeu-se, caso eleita, em não iniciar o debate propondo alterações na legislação em favor da descriminalização do aborto, embora não a vetasse, caso fosse aprovada no Congresso. Prometia, igualmente, respeitar a família e a

⁴⁶⁰ Trevisan, 2013: 7-8.

⁴⁶¹ Tribunal Superior Eleitoral, 2010.

liberdade de expressão de qualquer religião no Brasil⁴⁶². Dilma Rousseff saiu vitoriosa no segundo turno. Obteve 56,05% dos votos válidos (99.463.917).

A presidente Dilma Rousseff cumpriu o que havia prometido aos evangélicos durante a campanha de 2010. Os acordos, entretanto, não impediram uma gestão marcada por conflitos entre as agendas progressista do governo e conservadora dos segmentos evangélicos representados numa *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE) à medida que os movimentos minoritários como o LGBTT e o feminista avançavam em suas reivindicações. Durante a 53ª legislatura (2011-2014), esses conflitos se deram ao redor de dois temas principais provocando uma verdadeira guerra de projetos de leis na Câmara dos Deputados seguida por intensas reações populares mobilizadas em movimentos sociais a favor e contra, quais sejam: os direitos das minorias, principalmente aqueles que concerniam aos homossexuais e os direitos às mulheres, especialmente aqueles tocando a questão dos direitos reprodutivos.

As reações dos segmentos evangélicos contra a questão da homossexualidade se exacerbaram a partir de 2011, quando o *Ministério da Educação e Cultura* (MEC) chefiado pelo então ministro petista Fernando Haddad, em colaboração com a *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais* (ABGLTT), propôs enviar material didático e vídeo produzidos por ONGs à rede de escolas públicas com o propósito de combater a homofobia entre os adolescentes. Agindo em defesa dos grupos de interesse confessionais, a *Frente Parlamentar Evangélica* se mobilizou na Câmara dos Deputados exercendo direta pressão no governo e conseguiu que a presidenta Dilma Rousseff intervisse no MEC suspendendo a produção e distribuição do “kit-gay”, como ficou conhecido o material didático⁴⁶³.

Em 05 de maio do mesmo ano, o *Supremo Tribunal Federal* (STF) reconheceu a união civil estável entre pessoas do mesmo sexo, ampliando a definição de entidade familiar estabelecida pelo Código Civil Brasileiro, no art. 1.723,

⁴⁶² Trevisan, 2013: 7.

⁴⁶³ Trevisan, 2013: 7.

impondo uma enorme derrota à FPE⁴⁶⁴. Em reação, seguiu-se uma marcha em frente ao Congresso Nacional contra o PL 122, que criminaliza a homofobia em favor da liberdade de expressão e da família promovida por diversos grupos religiosos. Além disso, o deputado federal batista André Zacharow (PMDB-PR), em junho de 2011, apresentou um *Projeto de Decreto Legislativo* (PDC 232/2011) tentando que a decisão sobre a questão da união civil entre pessoas do mesmo sexo ocorresse por meio de plebiscito; o PDC foi arquivado pela Câmara dos Deputados em 2015⁴⁶⁵. Ainda é preciso destacar que a aprovação pelo STF da união homoafetiva provocou grande reação dos ministros de culto evangélico que acreditam serem obrigados a officiar cerimonia matrimonial entre pessoas do mesmo sexo. Assim, o assembleiano João Campos (PSDB-GO), presidente da FPE, apresentou um *Projeto de Lei* visando assegurar aos clérigos de qualquer religião o exercício de atos litúrgicos de acordo com suas convicções ou doutrinas religiosas (PL 2756/2011). A FPE, juntamente com deputados católicos, apoiou a proposição que continua aguardando designação de relator na Comissão de *Constituição e Justiça e de Cidadania*⁴⁶⁶.

Toda essa clivagem entre a FPE com o governo, especialmente no que concerne os direitos das minorias, levou os segmentos evangélicos a afirmação de sua identidade confessional. Ela foi simbolizada no Projeto de Lei de autoria do deputado federal Eduardo Cunha que tentou instituir, sem sucesso, o *Dia do Orgulho Heterossexual* (PL 1672/2011). O PL era uma clara demonstração de afrontamento dos segmentos evangélicos ao Dia do Orgulho Gay, na verdade o dia do orgulho LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersex), instituído no dia 28 de junho. Contudo, em 2012, os evangélicos conseguiram transformar em Lei Ordinária o Projeto de Lei que instituiu o *Dia Nacional de Valorização da Família* - PL 3905/2008 – de autoria de Leandro Sampaio (PPS-RJ). Finalmente, em 2013, outras duas proposições a respeito da questão da família foram apresentadas à Câmara dos Deputados por parlamentares evangélicos. O

⁴⁶⁴ Trevisan, 2013: 9. Supremo Tribunal Federal, 2015. Os ministros Luiz Fux, Ricardo Lewandowski, Joaquim Barbosa, Gilmar Mendes, Marco Aurélio, Celso de Mello e Cezar Peluso, bem como as ministras Cármen Lúcia Antunes Rocha e Ellen Gracie, acompanharam o entendimento do ministro Ayres Britto, pela procedência das ações e com efeito vinculante, no sentido de dar interpretação conforme a Constituição Federal para excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impeça o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar.

⁴⁶⁵ Câmara dos Deputados, 2013.

⁴⁶⁶ Câmara dos Deputados, 2013.

assembleiano Anderson Ferreira (PR-PE), defendeu a criação de um estatuto definindo família como a união formada exclusivamente por um homem e uma mulher, aquele que ficou conhecido como o polêmico *Estatuto da Família* (PL 6583/2013). O estatuto foi outra estratégia utilizada pelos evangélicos a fim de combater os avanços da agenda progressista do governo. O PL continua aguardando deliberação da mesa diretora da Câmara dos Deputados⁴⁶⁷. Ainda neste ano, o deputado batista Arolde de Oliveira (DEM-RJ) apresentou proposição de Decreto Legislativo visando sustar os efeitos de resolução do *Conselho Nacional de Justiça* (CNJ) que dispõe sobre casamento de pessoas do mesmo sexo (PDC 871/2013). A proposição segue aguardando designação de relator na *Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania*⁴⁶⁸.

Com relação ao tema dos direitos reprodutivos da mulher, os segmentos evangélicos sofreram duas grandes derrotas. A primeira ocorreu em 12 de abril de 2012, quando o *Supremo Tribunal Federal* (STF) aprovou, em julgamento histórico, a interrupção da gravidez em casos de fetos com anencefalia. A garantia desse direito às mulheres foi um marco para o Brasil, cujas discussões e medidas em favor dos direitos reprodutivos das mulheres estão sob constantes ataques dos setores religiosos. O *Código Penal* brasileiro criminaliza a prática do aborto, exceto no caso de estupro ou naquele em que a gravidez apresenta risco de morte para a mãe ⁴⁶⁹. A segundo ocorreu em 2013, com a aprovação da proposição da deputada Iara Bernardi (PT-SC) que torna obrigatório na rede hospitalar do *Sistema Único de Saúde* (SUS) o atendimento emergencial, integral e multidisciplinar às vítimas de violência sexual, aprovada pelo Congresso Nacional e transformada na Lei 12845/2013. A aprovação da proposição pelo Congresso Nacional foi sancionada pela presidenta Dilma apesar da forte pressão da *Confederação Nacional dos*

⁴⁶⁷ Câmara dos Deputados, 2013.

⁴⁶⁸ Câmara dos Deputados, 2013.

⁴⁶⁹ O histórico julgamento no STF teve 8 votos a favor e 2 contra entre os 11 ministros que compõem a Suprema Corte brasileira. Posicionaram-se a favor da ação os ministros Marco Aurélio Mello, Rosa Weber, Joaquim Barbosa, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Carlos Ayres Britto e Gilmar Mendes e Celso de Mello. Os votos contrários vieram dos ministros Cezar Peluzo, então presidente do STF e Ricardo Lewandowsky. Antônio Dias Toffoli se declarou impedido de participar da votação afirmando que já se posicionara favorável à interrupção quando exerceu o cargo de advogado-geral da União. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) revelam que o Brasil é o quarto país com maior número de casos de nascimentos de bebês anencéfalos no mundo (bebês com ausência parcial ou total do cérebro). A incidência é de cerca de um caso para cada 700 nascimentos por ano, com uma média de 615 mortes em decorrência da doença. O primeiro lugar é ocupado pelo País de Gales, onde são registrados de 5 a 7 casos para cada 1.000 nascimentos.

*Bispos do Brasil, da Federação Espirita do Brasil, do Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, além da Confederação Nacional das Entidades de Família*⁴⁷⁰.

Os conflitos entre os setores progressistas (ativistas dos direitos humanos, feministas, LGBTI e movimentos sociais) e os segmentos religiosos agravaram-se ainda mais quando, em junho de 2013, o deputado federal e pastor da *Assembleia de Deus* Marco Feliciano, do *Partido Social Cristão* (PSC), foi nomeado presidente da *Comissão de Direitos Humanos e Minorias* (CDH) da Câmara dos Deputados, sob forte protesto dos movimentos sociais que continuariam manifestando por todo o país durante sua gestão. No cargo, defendeu projetos controversos como o da “cura gay”, que permitiria o tratamento psicológico para a homossexualidade, mas que foi arquivado pela Câmara.

Com efeito, a relação conflituosa entre o governo e os diferentes segmentos religiosos durante a gestão Rousseff (2010-2014) como resultado dos avanços sociais e ampliação dos direitos aos setores vulneráveis da população era sinal de uma crise societal mais profunda que acabou marcando as eleições gerais de 2014: a polarização da sociedade brasileira. O marco simbólico desta crise foi as manifestações de junho de 2013 em que movimentos distintos convergiram às ruas reivindicando a defesa de direitos conquistados – como o *Movimento Passe Livre* (MPL) – que começou com os protestos de estudantes na Avenida Paulista contra o aumento da tarifa do transporte público, de um lado e, de outro, setores da sociedade insatisfeitos com as políticas de inclusão social promovidas pelo governo e cuja expressão mais extrema foi a performance violenta contra o patrimônio público promovida pelos *black bloc*. Definia-se um campo progressista (governo, movimentos sociais e grupos minoritários) e outro conservador (mídia e empresários, grupos reacionários e fundamentalistas em religião). Independentemente disso, todos os principais candidatos à presidência da república buscaram o apoio das lideranças evangélicas.

A presidente Dilma Rousseff, em campanha pela reeleição, procurou estreitar as relações com a *Igreja Universal do Reino de Deus* estabelecidas com Lula desde o pleito de 2002. Ao lado do bispo Edir Macedo, participou da

⁴⁷⁰ Câmara dos Deputados, 2013.

inauguração do Templo de Salomão, o maior santuário dedicado a um culto religioso no Brasil. Para se ter ideia da importância do corporativismo religioso, também estavam presentes na celebração o vice-presidente Michel Temer, do *Partido do Movimento Democrático Brasileiro* (PMDB), o ministro da Casa Civil Aloísio Mercadante (PT), o vice-presidente da Câmara Arlindo Chinaglia (PT) e o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB). Em troca do apoio da IURD, Dilma fazia campanha para o senador Marcelo Crivella (PRB), sobrinho de Macedo, novamente candidato ao governo do Rio de Janeiro. Crivella opunha-se à Luiz Fernando Pezão do PMDB, o maior partido da base governista, que acabou reeleito no segundo turno⁴⁷¹. É importante destacar que Pezão recebeu o apoio de parte de lideranças evangélicas fluminenses que rejeitavam o candidato neopentecostal da IURD. Entre eles destacam-se o pastor Silas Malafaia e a cantora gospel Aline Barros, que participaram ativamente da disputa, inclusive gravando mensagens para a campanha eleitoral do candidato do PMDB, além de Abner Ferreira, um dos principais líderes do Ministério Madureira e presidente da Convenção Estadual das Assembleias de Deus e do neopentecostal Valdomiro Santiago, apóstolo e fundador da Igreja Mundial do Poder de Deus (IMPD)⁴⁷². A estratégia de Dilma, entretanto, não se limitou à IURD. Menos carismática do que Lula e necessitando ampliar seus apoios políticos pediu que todos os nove partidos da coligação criassem comitês específicos objetivando cooptar os evangélicos. Dilma confiou a direção central do comitê a Marcos Pereira, pastor da IURD e líder do PRB, partido que concentrava os políticos iurdianos, e os presidentes do Partido Social Democrático (PSD) Gilberto Kassab e Eurípedes Júnior do Partido Republicano da Ordem Social (PROS)⁴⁷³.

Com 43,86% de renovação, a Câmara dos Deputados apresentou significativas alterações em relação à legislatura anterior, tanto em relação à composição das bancadas partidárias quanto em relação ao pleito de 2006. Em primeiro lugar, excetuando o PMDB que perdeu 13 parlamentares no pleito de 2010,

⁴⁷¹ Carta Capital 2014. O Globo 2015b. Depois das eleições, Crivella teve seu registro de candidatura cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por causa das atuações indevidas da TV Record e da IURD durante a campanha política. A primeira veiculava várias reportagens desfavoráveis a Pezão; a segunda por guardar material de campanha em seu interior. Cerca de 15 templos da IURD foram fechados no Rio de Janeiro durante a campanha de Crivella, inclusive os templos da antiga sede da denominação em Del Castilho e da filial em Duque de Caxias.

⁴⁷² Gospel Mais, 2014a.

⁴⁷³ Carta Capital, 12/08/2014.

observa-se o crescimento dos partidos da base governista situados à esquerda e ao centro esquerda do espectro ideológico político-partidário, com o PT aumento a sua representação em 9 deputados, o que lhe permitiu superar a bancada do PMDB na Câmara dos Deputados; o PSB, passou a contar com mais 7 deputados; o PDT, com mais 4 e o PC do B, com mais 3 parlamentares; ao passo que as legendas de oposição tiveram um declínio em sua representação com o DEM perdendo 13 parlamentares; o PSDB, 6 e o PPS, 3, reduzindo a bancada oposicionista de 130 para 108 parlamentares, ou seja, uma diminuição de 16,93% na Câmara dos Deputados. Em segundo lugar, os partidos médios de sustentação ao governo mantiveram suas bancadas em 2010 em relação à composição da Câmara em 2006, com oscilação não superior a 4 deputados para mais ou para menos. Enfim, a coalizão de 10 partidos que apoiaram Dilma Rousseff no segundo turno (inclusive os da direita e centro direita) – PT, PRB, PDT, PMDB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PC do B – poderia superar o teto de 345 parlamentares do governo Lula, garantindo a governabilidade e a aprovação da agenda progressista do executivo na Câmara dos Deputados⁴⁷⁴.

Tabela 74. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006); 53ª legislatura (2007-2010) e 54ª legislatura (2011-2014).

DEPUTADOS FEDERAIS						
PARTIDO	49ª legislatura (1991-1994)	50ª legislatura (1995-1998)	51ª legislatura (1999-2002)	52ª legislatura (2003-2006)	53ª legislatura (2007-2010)	54ª legislatura (2011-2014)
PMDB	98	107	82	74	89	77
PFL	89	89	106	84	65	PFL=DEM
PSDB	48	62	99	71	66	53
PPR	66	53	-	-	-	-
DEM	-	-	-	-	-	43
PR	-	-	-	-	-	40
PPB	89	78	60	49	1	-
PSL	-	-	-	1	-	1
PST	-	-	-	3	-	-
PHS	-	-	-	-	2	2

⁴⁷⁴ DIAP, 2010.

PTN	-	-	-	-	-	-
PSDC	-	-	-	1	-	-
PT	36	49	58	91	83	88
PDT	35	33	25	21	24	27
PP	45	36	-	-	41	44
PTB	29	31	31	26	22	22
PSB	10	15	19	22	27	34
PRB	-	-	-	-	-	8
PL	16	13	12	26	23	-
PC do B	6	10	7	12	13	15
PMN	3	4	-	1	3	4
PSD	10	3	-	4	-	-
PSC	3	3	-	1	9	17
PPS	3	2	3	15	22	12
PRN	4	1	-	-	-	-
PRP	-	1	-	-	-	2
PV	1	1	-	5	13	14
PSTU	2	-	-	-	-	-
PRONA	1	-	-	6	2	PRONA+PL= PR
PTC	-	-	-	-	3	1
PSOL	-	-	-	-	3	3
PRTB	-	-	-	-	-	2
PAN	-	-	-	-	1	PAN=PTB
PT do B	-	-	-	-	1	4
OUTROS	-	-	11	-	-	-
TOTAL	503	513	513	513	513	513

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 2010.

Contrariando os prognósticos de que a bancada evangélica estaria fadada a diminuir e mesmo desaparecer após os desvios de conduta ética de vários membros da *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE), o que se verificou, na verdade, foi um salto na sua representatividade na 53ª legislatura (2011-2015) com a eleição de 84 parlamentares evangélicos contra 62 da legislatura anterior. Deste total, 42 deputados federais se reelegeram e 42 eram novos. A representação parlamentar

evangélica passou de 12,08% a 16,37% da Câmara dos Deputados e a *Frente Parlamentar Evangélica* tornou-se a terceira maior representação suprapartidária atrás apenas das bancadas empresarial e ruralista. Com exceção da *Igreja Assembleia de Deus* que manteve a primeira posição na representação da bancada evangélica observa-se, nesta legislatura, uma significativa alteração no ranking da pertença evangélica na Casa legislativa marcada pela fragmentação confessional decorrente da representação conquistada por 6 novos grupos de interesse protestantes seguindo o crescimento do protestantismo entre os brasileiros e o declínio de declarações de pertença ao catolicismo. Destaca-se, entretanto, que a *Igreja Assembleia de Deus*, com seus 22 deputados federais – 4 a mais que na legislatura anterior - declinou 3,14% em relação a representatividade na bancada evangélica considerando o total de seus parlamentares eleitos.

Quadro 26. Parlamentares evangélicos eleitos à 54ª legislatura (2011-2014).

	DEPUTADO	IDADE DE ENTRADA	UF	PARTIDO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGIS	SITUAÇÃO	PERTENÇA RELIGIOSA
1	Anderson Ferreira Rodrigues	38	PE	PR	Ensino Médio	Empresário	54, 55	Novo	Assembleia de Deus
2	Antonia Lucileia Cruz Ramos Câmara	41	AC	PSC	Superior	Economista	54	Novo	
3	Antonio da Conceição Costa Ferreira	72	MA	PSC	Superior	Advogado	48, 49, 50, 51, 52, 53, 54	Eleito	
4	Benedita da Silva	69	RJ	PT	Superior	Servidor Público	48, 49, 54, 55	Novo	
5	Erivelton Lima Santana	46	BA	PSC	Ensino Médio	Auxiliar administrativo	54, 55	Novo	
6	Fátima Lucia Pelaes	52	AP	PMDB	Superior	Sociólogo	49, 50, 51, 53, 54	Eleito	
7	Fernando Destito Francischini (delegado)	41	PR	PSDB	Superior	delegado	54, 55	Novo	
8	Filipe Rio de Cara Nova (Filipe de Almeida Pereira)	27	RJ	PSC	Superior	Empresário	53, 54	Eleito	
9	Francisco Eurico da Silva (pastor)	48	PE	PSC	Superior	Pastor	54, 55	Novo	
10	Hidekasu Takayama	63	PR	PSC	Ensino Médio	Pastor	52, 53, 54, 55	Eleito	
11	João Campos de Araujo	48	GO	PSDB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	
12	José da Cruz Marinho (Zequinha)	51	PA	PSC	Superior	Professor	52, 53, 54	Eleito	
13	José Vieira Lins	57	MA	PR	Ensino Fundamental	Empresário	53, 54	Eleito	
14	Lauriete Rodrigues	41	ES	PSC	Ensino Médio	Músico	54	Novo	
15	Marcos Rogério da Silva Brito	33	RO	PDT	Superior	Jornalista	54, 55	Novo	
16	Nilton Balbino (Capixaba)	51	RO	PTB	Superior	Empresário	51, 52, 54, 55	Novo	
17	Paulo Roberto	56	SP	PR	Superior	Ministro do	54, 55	Novo	

	Freire da Costa (Pastor)					Evangelho			
18	Raimundo Sabino Castelo Branco Maués	40	AM	PTB	Ensino Médio	Apresentador de TV	53, 54	Eleito	
19	Ronaldo Fonseca de Souza	52	DF	PR	Superior	Pastor	54, 55	Novo	
20	Ronaldo Nogueira de Oliveira	45	RS	PTB	Superior	Pastor	54, 55	Novo	
21	Silas Câmara	48	AM	PSC	Ensino Médio	Empresário	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
22	Victório Galli Filho (professor)	50	MT	PMDB	Superior	Professor Universitário	53, 54, 55	Eleito	
23	Aguinaldo Veloso Borges Ribeiro	42	PB	PP	Superior	Administrador	54, 55	Novo	
24	André Zacharow	72	PR	PMDB	Superior	Advogado	52, 53, 54	Eleito	
25	Andreia Almeida Zito Dos Santos	37	RJ	PSDB	Superior	Advogado	53, 54	Eleito	
26	Arolde de Oliveira	74	RJ	DEM	Superior	Economista	47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
27	Audifax Charles Pimentel Barcelos	47	ES	PSB	Superior	Economista	54	Novo	
28	Edivaldo de Holanda Braga Junior	33	MA	PTC	Superior	Advogado	54	Novo	Batista
29	Gilmar Alves Machado	49	MG	PT	Superior	Professor	51, 52, 53, 54	Eleito	
30	Lincoln Diniz Portela (pastor)	57	MG	PR	Superior	Pastor	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
31	Natan Donadon	44	RO	PMDB	Ensino Médio	Servidor Público	52, 53, 54	Eleito	
32	Neilton Mulim da Costa	49	RJ	PR	Superior	Professor	53, 54	Eleito	
33	Sérgio Luís Lacerda Brito	50	BA	PSC	Superior	Empresário	49, 50, 53, 54, 55	Eleito	
34	Sueli Rangel Silva Vidigal	56	ES	PDT	Ensino Médio	Servidor Público	53, 54	Eleito	
35	Walter da Rocha Tosta	52	MG	PMN	Ensino Médio	Autonomo	54	Novo	
36	Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira	51	RJ	PR	Ensino Médio	Radialista	54	Novo	
37	Edmar de Souza Arruda	51	PR	PSC	Superior	Economista	54, 55	Novo	
38	Edson Edinho Coelho Araújo	62	SP	PMDB	Superior	Advogado	50, 51, 54, 55	Novo	
39	Henrique Afonso Soares Lima	46	AC	PV	Superior	Professor	52, 53, 54	Eleito	
40	José Carlos Vaz de Lima	58	SP	PSDB	Superior	agente fiscal	54	Novo	Presbiteriana
41	Laércio José de Oliveira	52	SE	PR	Superior	Administrador	53, 54, 55	Eleito	
42	Leonardo Lemos Barros Quintão	36	MG	PMDB	Superior	Empresário	53, 54, 55	Eleito	
43	Liliam Sá	51	RJ	PR	Superior	Radialista	54	Novo	
44	Max Freitas Mauro Filho	43	ES	PTB	Superior	Servidor Público	54, 55	Novo	
45	Silas Brasileiro	67	MG	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
46	Antonio Carlos Martins de Bulhões (Bispo)	43	SP	PRB	Superior	Empresário	53, 54, 55	Eleito	Universal do Reino de Deus
47	Bernardino	56	PR	PRB	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 54	Novo	

	Barreto de Oliveira (Filho)								
48	George Hilton dos Santos Cecílio	40	MG	PRB	Superior	Pastor	53, 54, 55	Eleito	
49	Johnathan Pereira de Jesus	27	RR	PRB	Superior	Médico	54, 55	Novo	
50	Jorge dos Reis Pinheiro	44	DF	PRB	Ensino Médio	Pastor	52, 54	Novo	
51	José Heleno da Silva (pastor)	44	SE	PRB	Ensino Médio	Pastor	52, 54	Novo	
52	Márcio Carlos Marinho	40	BA	PRB	Superior	Radialista	53, 54, 55	Eleito	
53	Otoniel Carlos de Lima	42	SP	PRB	Superior	ND	54	Novo	
54	Vitor Paulo Araujo dos Santos	46	RJ	PRB	Superior	Radialista	54	Novo	
55	Jefferson Alves de Campos	46	SP	PSB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	Evangelho Quadrangular
56	Josué Bengtson	67	PA	PTB	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 52, 55	Novo	
57	Mário de Oliveira	65	MG	PSC	Ensino Médio	Pastor	47, 48, 49, 50, 51, 53, 54	Eleito	
58	Stefano Aguiar Dos Santos	35	MG	PSC	Superior	Administrador	54, 55	Novo	
59	Adilson Soares	72	RJ	PSC	Superior	Advogado	53, 54	Eleito	International da Graça
60	Jorge Tadeu Mudalen	56	SP	DEM	Superior	Engenheiro civil	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
61	Lindomar Garçon (Lindomar Barbosa Alves)	41	RR	PV	Ensino Médio	Comerciante	53, 54, 55	Eleito	
62	Rodrigo Moreira Ladeira Grilo (doutor)	39	MG	PSL	Superior	Advogado	54	Novo	
63	Darcísio Paulo Perondi	64	RS	PMDB	Superior	Médico	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	Luterana
64	Luis Carlos Heinze	60	RS	PP	Superior	Engenheiro Agrônomo	51, 52, 53, 54	Eleito	
65	Onyx Dornelles Lorenzoni	56	RS	DEM	Superior	Veterinário	52, 53, 54, 55	Eleito	
66	Bruna Dias Furlan	28	SP	PSDB	Superior	Advogado	54, 55	Novo	Congregação Cristã no Brasil
67	Cleber Verde Cordeiro Mende	39	MA	PRB	Superior	Professor	53, 54, 55	Eleito	
68	Aureo Lídio Moreira Ribeiro	32	RJ	PRTB	Ensino Médio	Empresário	54, 55	Novo	Metodista
69	Walney da Rocha Carvalho	52	RJ	PTB	Ensino Médio	Servidor Público	54, 55	Novo	
70	Francisco Floriano de Sousa Silva	51	RJ	PR	Ensino Fundamental	Apresentador de TV	54, 55	Novo	Mundial do Poder de Deus
71	José Olímpio Silveira Moraes (Missionário)	54	SP	PP	Superior	comerciante	54, 55	Novo	
72	Marco Antonio Feliciano (Pastor)	38	SP	PSC	Ensino Médio	Pastor	54, 55	Novo	Avivamento da Fé
73	Iris de Araújo Resende Machado	68	GO	PMDB	Ensino Médio	Servidor Público	53, 54	Eleito	Cristã Evangélica
74	Carlos Humberto Mannato	53	ES	PDT	Superior	Médico	53, 54, 55	Eleito	Cristã Maranata
75	Washington Reis de Oliveira	44	RJ	PMDB	Ensino Médio	ND	54, 55	Novo	Nova Vida
76	Roberto Alves de Lucena	45	SP	PV	Superior	Pastor	54, 55	Novo	O Brasil para Cristo
77	Marcelo	37	SP	PSC	Ensino Médio	Músico	54, 55	Novo	Renascer em

	Theodoro de Aguiar								Cristo
78	Eduardo Cunha	52	RJ	PMDB	Superior	Economista	52, 53, 54, 55	Eleito	Sara Nossa Terra
79	Bruno Campelo Rodrigues de Souza	44	PE	PSDB	Ensino Médio	Empresário	53, 54	Eleito	ND
80	Reinhold Stephanes	31	PR	PMDB	Superior	Economista	46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55	Eleito	
81	Romero Rodrigues	45	PB	PSDB	Superior	Engenheiro Agrônomo	54	Novo	
82	Ruy Manuel Carneiro Barbosa de Aca Belchior	40	PB	PSDB	Superior	Administrador	54	Novo	
83	Sétimo Waquim (professor)	61	MA	PMDB	Superior	Professor	53, 54	Eleito	
84	Simão Sessim	75	RJ	PP	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 2011.

Na 53ª legislatura (2011-2014), a representação parlamentar evangélica ficou fragmentada em 16 diferentes partidos políticos. A grande alteração nesta legislatura foi o crescimento dos evangélicos no centro-direita do espectro ideológico político-partidário que passou de 18 na legislatura anterior para 33 na legislatura em foco. O PRONA se fundiu ao PL originando o PR, partido que reuniu 10 deputados federais evangélicos.

O centro apresentou um pequeno declínio passando de 22 para 21 parlamentares evangélicos distribuídos em dois partidos.

A direita apresentou três significativas alterações. A primeira foi o desaparecimento do PFL que mudou a sigla para DEM e caiu à segunda posição. A segunda foi a conquista de representação parlamentar do *Partido Renovador Trabalhista Brasileiro* (PRTB) que elegeu um representante. Finalmente, o *Partido Social Cristão* (PSC) mais que dobrou a sua representação passando de 7 para 16 parlamentares eleitos. Em geral, a direita evangélica aumentou sua bancada saltando de 12 para 20 parlamentares eleitos à 53ª legislatura (2010-2014), ou seja, um crescimento da ordem de 10,25%.

O centro-esquerda também se alterou pouco com o número de parlamentares passando de 6 (9,52%) para 8 (9,67%).

Finalmente, a esquerda perdeu a metade de seus parlamentares declinando de 4 para dois, ou seja, uma redução de 4,7% em relação à bancada evangélica.

Tabela 75. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 53ª legislatura (2011-2014).

ESPECTRO IDEOLÓGICO	53ª legislatura (2011-2014)
Direita	
PSC	16
DEM	3
PRTB	1
Centro-Direita	
PR	10
PRB	10
PTB	6
PMN	1
PSL	1
PP	4
PTC	1
Centro	
PMDB	13
PSDB	8
Centro-Esquerda	
PDT	3
PV	3
PSB	2
Esquerda	
PT	2
Total	84

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à representação evangélica por grupos de interesse, nota-se, em primeiro lugar, um aumento de 6 novas representações confessionais evangélicas na bancada. A *Igreja Batista* permaneceu na segunda posição na bancada evangélica mesmo apresentando uma diminuição de 5,49% de sua representação confessional embora o número de seus parlamentares tenha permanecido em 13.

A *Igreja Presbiteriana*, que ocupava a quinta colocação com 4 parlamentares, ascendeu à terceira com a eleição de 10 deputados federais, dentre

os quais 5 novos, aumento sua representatividade na bancada evangélica para 5%.

A *Igreja Universal do Reino de Deus* que ocupava a terceira posição na legislatura anterior com 7 parlamentares declinou à quarta posição passando a contar com 9 em virtude da ascensão da *Igreja Presbiteriana*.

Na quinta posição, seguiram empatadas na quinta posição as Igrejas do *Evangelho Quadrangular* e *Internacional da Graça*, respectivamente com 4 deputados federais eleitos nesta legislatura.

A Igreja *Luterana*, que ocupava a quarta posição no ranking confessional com 5 deputados federais, perdeu duas posições caindo para sexto sendo ultrapassada pelas igrejas Presbiteriana, Quadrangular e Internacional da Graça.

As Igrejas *Congregação Cristã no Brasil*, *Metodista* e *Mundial do Poder de Deus* apareceram empatadas na sétima posição dos grupos de pressão confessional com 2 deputados federais eleitos em cada uma delas.

A Igreja Metodista voltou a ter representação parlamentar depois de estar ausente na 53ª legislatura (2007-2011) e a Mundial do Reino de Deus passou a ter representatividade nesta legislatura.

Finalmente, quatro novas sociabilidades religiosas protestantes conquistaram representação parlamentar com a eleição de um representante cada, quais sejam: a *Igreja Avivamento da Fé*; *O Brasil para Cristo*; *Nova Vida* e *Renascer em Cristo*, além daquelas já presentes nas legislaturas anteriores e que obtiveram igualmente um representante cada, quais sejam: a *Igreja Cristã Evangélica*; a *Igreja Cristã Maranata* e a *Sara Nossa Terra*.

Tabela 76. Representação dos parlamentares evangélicos por grupos de interesse confessional/pertença religiosa na 53ª legislatura (2011-2014).

GRUPOS DE INTERESSE CONFESSIONAL/PERTENÇA RELIGIOSA	DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS
Igreja Assembleia de Deus	22
Igreja Batista	13
Igreja Presbiteriana	10
Igreja Universal do Reino de Deus	9
Igreja do Evangelho Quadrangular	4
Igreja Internacional da Graça	4
Igreja Luterana	3
Congregação Cristã no Brasil	2
Metodista	2
Mundial do Poder de Deus	2
Avivamento da Fé	1
Igreja Cristã Evangélica	1
Cristã Maranata	1
O Brasil Para Cristo	1
Igreja Nova Vida	1
Renascer em Cristo	1
Sara Nossa Terra	1
Não Declarada	6
Total	84

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à idade de entrada dos parlamentares evangélicos na Câmara dos Deputados, observa-se que média nesta legislatura foi de 49 anos de idade, um ano a menos do que na legislatura anterior. A alteração mais significativa foi o declínio na proporção de parlamentares evangélicos entre 60 e 69 anos de idade.

Tabela 77. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2011-2014).

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
Parlamentares Evangélicos Seniores 70 a 79	5
Parlamentares Evangélicos Seniores 60 a 69 anos	10
Parlamentares Evangélicos Seniores 50 a 59 anos	25
Parlamentares Evangélicos na Meia idade 40 a 49 anos	29
Parlamentares Evangélicos Jovens 30 a 39 anos	12
Parlamentares Evangélicos Juniores 20 a 29 anos	3
Total	84

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à variável categoria profissional, o grupo representado pelos profissionais liberais continuou predominando e ficou assim constituído com 11 advogados; 3 médicos; 6 economistas e 3 engenheiros, totalizando 23 profissionais liberais evangélicos na Câmara dos Deputados. Contudo, pela primeira vez na bancada evangélica, o grupo dos 14 pastores superou o dos 11 empresários, ainda que em termos de declaração, pois muitos empresários também são pastores. De toda forma, observa-se que nessa legislatura, os parlamentares evangélicos passaram a assumir mais a sua profissão de pastor do que nas legislaturas anteriores com o número dos se declararam pertencer a essa categoria profissional aumentando de 12 a 14, enquanto os empresários permaneceram estagnados em 7.

A representação da bancada evangélica em outras categorias profissionais ficou assim constituída: as categorias servido público e comunicador dobraram para 6 e professor com mais que dobrou passando a 7; 4 parlamentares afirmaram exercer a profissão de administrador; 1 a de sociólogo, 1 a de auxiliar administrativo, 1 a de autônomo, 1 a de delegado; 1 a de jornalista e 1 a de veterinário.

Tabela 78. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2010-2014).

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Profissional Liberal	23
Empresário	11
Pastor	14
Servidor Público	6
Comunicador	6
Professor	7
Administrador	4
Músico	2
Comerciante	2
Sociólogo	1
Auxiliar Administrativo	1
Autônomo	1
Agente Fiscal	1
Delegado	1
Jornalista	1
Veterinário	1
Não Declarado	2
Total	84

Fonte: Elaboração própria

Quanto à variável grau de instrução dos parlamentares evangélicos não houve grandes alterações nessa legislatura em relação à anterior. Contudo, nota-se uma diminuição da ordem 3,53% no ensino superior e um aumento de 5,99% no número de parlamentares com ensino médio.

Tabela 79. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2010-2014).

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Ensino Superior	58
Ensino Médio	54
Ensino Fundamental	2
Não Declarado	-
Total	84

Fonte: Elaboração própria.

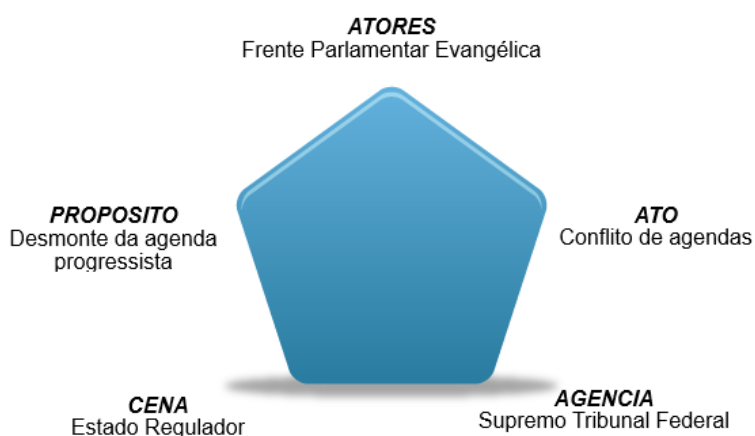
Uma mudança significativa nessa 53ª legislatura (2010-2014) foi o crescimento da representação feminina na bancada evangélica da ordem de 4,26%. Contudo, os parlamentares do sexo masculino continuaram predominantes, representando 88,09% da bancada evangélica.

Tabela 80. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2010-2014).

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Sexo masculino	74
Sexo feminino	9
Total	84

Fonte: Elaboração própria.

Figura 9. Pentágono de Burke aplicado a 54ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

4.7 Parlamentares Evangélicos na 55ª legislatura (2015-2018): do retorno do Centrão

Nas eleições gerais de 2014, os eleitores brasileiros foram às urnas a fim de eleger o presidente da República, os 27 governadores, vinte sete senadores do total de 82 parlamentares que compõem o Senado Federal, ou seja, 1/3 da Casa legislativa, os 513 deputados federais da Câmara dos Deputados, além dos 1.059 deputados estaduais.

As eleições majoritárias de 2014 tiveram como eixo central a ética na gestão e qualidade nos serviços públicos num clima que favorecia a continuidade do governo petista, mas com apelos da base aliada por mudanças de método e de prioridade. Assim, para os segmentos político-partidários de direita, Dilma Rousseff foi reeleita para aprofundar a meritocracia; para os progressistas de centro-esquerda e esquerda, a presidente foi reeleita para prevenir a corrupção e punir desvios e irregularidades, além de ampliar as conquistas sociais, assegurar o crescimento econômico, manter ou elevar o padrão de consumo e, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços públicos, uma exigência da nova “classe média” que ascendeu economicamente durante o governo Lulo-Petista. O pleito também foi marcado pelo caráter passional, com o eleitorado dividido entre o ódio e o medo. O ódio ao PT foi provocado pela oposição e pela mídia que associaram o partido à suposta degradação ético-moral do país; o medo foi espalhado por quem perdeu privilégios do governo FHC, principalmente os partidários do PSDB, que voltariam a trilhar pelo caminho do neoliberalismo, mas também pela militância petista compromissada em avançar a agenda social notadamente na defesa dos direitos às minorias ⁴⁷⁵.

Quanto ao pleito proporcional, o índice médio de reeleição na Câmara dos Deputados foi alto: 53,41% tendo como parâmetro sua composição total, e de 70,80% considerando apenas o número de postulantes à renovação do mandato. Assim, menos de 30% dos parlamentares que disputaram à reeleição não obtiveram êxito em se reeleger à um novo mandato na Câmara dos Deputados. Entre os grandes partidos representados na Câmara, o de oposição ao governo, o PSDB, foi

⁴⁷⁵ DIAP, 2014: 9.

o partido com melhor índice de aproveitamento no pleito proporcional de 2014 reelegendo 86,21% daqueles que postularam um novo mandato. O PMDB, o principal partido da base governista, aparecia logo em seguida com 69,39%. Finalmente, o PT apresentou o pior desempenho reelegendo apenas 58,67% dos que tentaram renovar seus mandatos. Em termos absolutos, entretanto, o PT mantinha a maior bancada partidária com 69 parlamentares, seguido pelo PMDB, com 65 e o PSDB com 54 deputados federais eleitos à 55ª legislatura⁴⁷⁶.

Entre os partidos médios, o PDT, de centro-esquerda, foi o que apresentou o melhor índice de aproveitamento, com 90,91% de deputados reeleitos, o que em termos absolutos totalizou 20 parlamentares. Nesse espectro ideológico foi seguido pelo PSB que apresentou um índice de aproveitamento de 83,33%, totalizando 34 parlamentares. Mas os partidos de direita e centro-direita neste grupo intermediário também obtiveram um bom desempenho com o DEM, pela direita, obtendo 77,78% de reeleição de seus parlamentares, 21 no total, seguido, pelo centro-direita, do PP, com um índice de aproveitamento de 90% formando uma bancada de 38 parlamentares; do PTB, que reelegeu 88,24% de sua bancada, 25 parlamentares no total; do PR, com 86,96% de parlamentares reeleitos, 34 no total⁴⁷⁷.

Por fim, os partidos recém-criados foram justamente aqueles que elegeram menos representantes à Câmara dos Deputados fazendo-os ingressar na categoria dos pequenos partidos, quais sejam: o *Solidariedade (SD)*, de direita, fundado em 2013, elegeu 15 parlamentares; o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), fundado no mesmo ano obteve 11 cadeiras legislativas e, finalmente o *Partido Social Democrático (PSD)*, que não elegeu representantes nas duas legislaturas passadas voltou a obter representação parlamentar com 36 parlamentares eleitos.

Apesar das manifestações de junho de 2013 carregadas com o simbolismo de um movimento popular reivindicando a renovação política e avanços nos direitos sociais, o pleito de 2014 significou uma guinada à direita, com parlamentares conservadores se consolidando como a maioria no Congresso Nacional. O aumento de parlamentares eleitos representados nesses segmentos

⁴⁷⁶ DIAP, 2014: 30.

⁴⁷⁷ DIAP, 2014: 30.

sociais como militares, evangélicos e ruralistas tornou o Congresso Nacional o mais conservador desde o período pós 1964. Com a perda de uma elite de 40% de parlamentares articuladores, que tratavam de evitar as tensões entre diferentes interesses na Casa legislativa e que não se reelegeram, os debates das pautas sobre a legalização da união homoafetiva, além da descriminalização do aborto se acirraram no Congresso Nacional. Além disso, o levantamento realizado pelo DIAP mostrou que o número de parlamentares ligados às causas sociais caiu, a proporção da *Frente Sindical* foi praticamente reduzida à metade: de 83 para 46 parlamentares, além da influencia da *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE) na Câmara dos Deputados representou um retrocesso às pautas progressistas do governo⁴⁷⁸. Todos esses elementos em conjunto reuniram as condições necessárias à postura de enfrentamento dos grupos conservadores ao PT e, particularmente, à presidência de Dilma Rousseff causando a desestabilização seguida de crise em seu governo.

⁴⁷⁸ Estadão, 2016b.

Tabela 81. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006); 53ª legislatura (2007-2010) e 55ª legislatura (2011-2014).

DEPUTADOS FEDERAIS							
PARTIDO	49ª legislatura (1991-1994)	50ª legislatura (1995-1998)	51ª legislatura (1999-2002)	52ª legislatura (2003-2006)	53ª legislatura (2007-2010)	54ª legislatura (2011-2014)	55ª legislatura (2015-2019)
PMDB	98	107	82	74	89	77	65
PFL	89	89	106	84	65	-	PFL=DEM
PSDB	48	62	99	71	66	53	54
PPR	66	53	-	-	-	-	-
DEM	-	-	-	-	-	43	21
PR	-	-	-	-	-	40	34
SD	-	-	-	-	-	-	15
PPB	89	78	60	49	1	-	-
PSL	-	-	-	1	-	1	1
PST	-	-	-	3	-	-	-
PHS	-	-	-	-	2	2	5
PROS	-	-	-	-	-	-	11
PTN	-	-	-	-	-	-	4
PSDC	-	-	-	1	-	-	2
PT	36	49	58	91	83	88	69
PDT	35	33	25	21	24	27	20
PP	45	36	-	-	41	44	38
PTB	29	31	31	26	22	22	25
PSB	10	15	19	22	27	34	34
PRB	-	-	-	-	-	8	21
PL	16	13	12	26	23	-	-
PC do B	6	10	7	12	13	15	10
PMN	3	4	-	1	3	4	3
PSD	10	3	-	4	-	-	36
PSC	3	3	-	1	9	17	13
PPS	3	2	3	15	22	12	10
PRN	4	1	-	-	-	-	-
PRP	-	1	-	-	-	2	3
PV	1	1	-	5	13	14	8

PSTU	2	-	-	-	-	-	-
PRONA	1	-	-	6	2	PRONA+PL =PR	-
PTC	-	-	-	-	3	1	2
PSOL	-	-	-	-	3	3	5
PRTB	-	-	-	-	-	2	1
PAN	-	-	-	-	1	PAN=PTB	-
PEN							2
PT do B	-	-	-	-	1	4	1
OUTROS	-	-	11	-	-	-	-
TOTAL	503	513	513	513	513	513	-

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 2014.

4.7.1 Perfil dos Parlamentares Evangélicos na 55ª legislatura (2015-2018)

As eleições de 2014 ao legislativo federal foram marcadas por uma redução da representação evangélica na Câmara dos Deputados da ordem de 0,5%. Ainda assim e motivados pelo discurso do ódio, muitas sociabilidades religiosas evangélicas passaram a investir ainda mais no campo político-partidário. Para se ter uma ideia do que isso significa, nas eleições realizadas em 2010 foram 193 pastores representando as diferentes vertentes do protestantismo que apresentaram suas candidaturas ao legislativo federal. No pleito de 2014, o número de pastores à Câmara dos Deputados saltou para 270, ou seja, houve um aumento da ordem de 40% de postulantes que tentaram se eleger. Nesse mesmo ano, por contraste, apenas 16 padres católicos disputaram as eleições em todo o país⁴⁷⁹.

Essa passou de 84 deputados federais evangélicos na legislatura anterior à 81 parlamentares eleitos nas proporcionais de 2014. Ainda assim, os evangélicos representam mais de 15% do total de 513 parlamentares eleitos. Do total de 81 deputados federais evangélicos, 33 obtiveram sucesso em se reeleger e 48 novos deputados federais evangélicos ingressaram na Câmara dos Deputados. Dentre estes, apenas dois já tiveram passagem na Câmara dos Deputados antes da 53ª legislatura, quais sejam: o advogado assembleiano Gilberto Nascimento da Silva, do *Partido Social Cristão* (PSC), eleito à 52ª legislatura (2003-2006) e o advogado

⁴⁷⁹ Carta Capital, 12/08/2014.

iurdiano Vinícius Rapozo de Carvalho, do *Partido Republicano Brasileiro* (PRB), eleito à 53ª legislatura (2007-2010).

Quadro 27. Parlamentares Evangélicos Eleitos à 55ª legislatura (2015-2018) na Câmara dos Deputados.

	DEPUTADO	IDADE DE ENTRADA	UF	PARTIDO	ESCOLARIDADE	PROFISSÃO	LEGIS	SITUAÇÃO	PERTENÇA RELIGIOSA
1	Altineu Côrtes Freitas Coutinho	46	RJ	PR	Ensino Médio	Empresário	55	Novo	Assembleia de Deus
2	Anderson Ferreira Rodrigues	42	PE	PR	Ensino Médio	Empresário	54, 55	Eleito	
3	André dos Santos Abdon	44	AP	PRB	Superior	Engenheiro Florestal	55	Novo	
4	Antônio Jácome	53	RN	PMN	Superior	Médico	55	Novo	
5	Antonio Wandscheer	64	PR	PT	Superior	Engenheiro civil	55	Novo	
6	Benedita da Silva	73	RJ	PT	Superior	Servidor Público	48, 49, 54, 55	Eleito	
7	Carlos Augusto Andrade Silva	50	RR	PHS	Superior	Servidor Público	55	Novo	
8	Eliziane Pereira Gama Ferreira	38	MA	PPS	Superior	Jornalista	55	Novo	
9	Erivelton Lima Santana	50	BA	PSC	Ensino Médio	Auxiliar administrativo	54, 55	Eleito	
10	Fernando Destito Francischini (delegado)	45	PR	SD	Superior	Advogado	54, 55	Eleito	
11	Francisco Eurico da Silva (pastor)	52	PE	PSB	Superior	Pastor	54, 55	Eleito	
12	Geovania de Sa Rodrigues	43	SC	PSDB	Superior	Administrador	55	Novo	
13	Gilberto Nascimento Silva	59	SP	PSC	Superior	Advogado	52, 55	Novo	
14	Hidekasu Takayama	67	PR	PSC	Ensino Médio	Pastor	52, 53, 54, 55	Eleito	
15	João Campos de Araujo	52	GO	PSDB	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	
16	Julia Maria Godinho da Cruz Marinho	55	PA	PSC	Superior	Professor	55	Novo	
17	Marcos Rogério da Silva Brito	37	RO	PDT	Superior	Jornalista	54, 55	Eleito	
18	Nilton Balbino (Capixaba)	55	RO	PTB	Superior	Empresário	51, 52, 54, 55	Eleito	
19	Paulo Roberto Freire da Costa (Pastor)	60	SP	PR	Superior	Ministro do Evangelho	54, 55	Eleito	
20	Ronaldo Fonseca de Souza	56	DF	PROS	Superior	Pastor	54, 55	Eleito	
21	Ronaldo Nogueira de Oliveira	49	RS	PTB	Superior	Pastor	54, 55	Eleito	
22	Silas Câmara	52	AM	PSD	Ensino Médio	Empresário	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
23	Victório Galli Filho (professor)	54	MT	PSC	Superior	Professor Universitário	53, 54, 55	Eleito	
24	Antonio Carlos Gomes da Silva	30	RS	PRB	Ensino Médio	Pastor	55	Novo	Universal do Reino de Deus
25	Antonio Carlos Martins de Bulhões (Bispo)	47	SP	PRB	Superior	Pastor	53, 54, 55	Eleito	
26	BENEDITO ROBERTO ALVES FERREIRA	55	SP	PRB	Superior	Servidor Público	53, 55	Eleito	
27	George Hilton dos Santos Cecilio	44	M G	PRB	Superior	Pastor	53, 54, 55	Eleito	
28	Johnathan Pereira de Jesus	31	RR	PRB	Superior	Médico	54, 55	Eleito	
29	Jony Marcos de Souza Araujo	37	SE	PRB	Ensino Médio	Pastor	55	Novo	
30	Márcio Carlos Marinho	44	BA	PRB	Superior	Radialista	53, 54, 55	Eleito	
31	Roberto da Silva Sales	36	RJ	PRB	Superior	Administrador	55	Novo	
32	Ronaldo Manchado Martins	37	CE	PRB	Ensino Médio	Radialista	55	Novo	

33	Rosângela de Souza Gomes	48	RJ	PRB	Superior	Advogado	55	Novo	
34	Tia Eron (Eronildes Vasconcelos Carvalho)	43	BA	PRB	Ensino Médio	Técnico em Administração	55	Novo	
35	Vinicius Rapozo de Carvalho	49	SP	PRB	Superior	Advogado	53, 55	Novo	
36	Aguinaldo Veloso Borges Ribeiro	46	PB	PP	Superior	Administrador	54, 55	Eleito	
37	Alan Rick Miranda	38	AC	PRB	Superior	Jornalista	55	Novo	
38	Antonio Sergio Alves Vidigal	58	ES	PDT	Superior	Médico	55	Novo	
39	Arolde de Oliveira	78	RJ	PSD	Superior	Economista	47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
40	Benevenuto Daciolo Fonseca Dos Santos	39	RJ	PSOL	Superior	Bombeiro Militar	55	Novo	Batista
41	Eduardo Nantes Bolsonaro	31	SP	PSC	Superior	Escrivão	55	Novo	
42	Irmão Lazaro (Antonio Lazaro Silva)	48	BA	PSC	Ensino Médio	Músico	55	Novo	
43	Lincoln Diniz Portela (pastor)	61	M G	PR	Superior	Pastor	51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
44	Rejane Ribeiro Sousa Dias	42	PI	PT	Superior	Administrador	55	Novo	
45	Sérgio Luís Lacerda Brito	54	BA	PSD	Superior	Empresário	49, 50, 53, 54, 55	Eleito	
46	Clarissa Garotinho (Clarissa Barros Assed Matheus de Oliveira)	33	RJ	PR	Superior	Jornalista	55	Novo	
47	Edmar de Souza Arruda	55	PR	PSC	Superior	Economista	54, 55	Eleito	
48	Edson Edinho Coelho Araújo	66	SP	PMDB	Superior	Advogado	50, 51, 54, 55	Eleito	
49	Laercio José de Oliveira	56	SE	SD	Superior	Administrador	53, 54, 55	Eleito	Presbiteriana
50	Leonardo Lemos Barros Quintão	40	M G	PMDB	Superior	Empresário	53, 54, 55	Eleito	
51	Max Freitas Mauro Filho	47	ES	PSDB	Superior	Servidor Público	54, 55	Eleito	
52	Sílas Brasileiro	71	M G	PMDB	Ensino Médio	Empresário	50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	
53	Jefferson Alves de Campos	50	SP	PSD	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	
54	Josué Bengtson	71	PA	PTB	Ensino Médio	Pastor	51, 52, 54, 55	Eleito	Evangelho Quadrangular
55	Marcos Soares (Marcos Bezerra Ribeiro Soares)	37	RJ	PR	Superior	ND	55	Novo	
56	Stefano Aguiar Dos Santos	39	M G	PSB	Superior	Administrador	54, 55	Eleito	
57	JHC (João Henrique Holanda Caldas)	28	AL	SD	Superior	Empresário	55	Novo	
58	Jorge Tadeu Mudalen	60	SP	DEM	Superior	Engenheiro civil	49, 50, 51, 52, 53, 54, 55	Eleito	International da Graça
59	Lindomar Garçon (Lindomar Barbosa Alves)	45	RR	PMDB	Ensino Médio	Comerciante	53, 54, 55	Eleito	
60	Luciano Fred Braga Penha	61	BA	DEM	ND	ND	55	Novo	
61	Bruna Dias Furlan	32	SP	PSDB	Superior	Advogado	54, 55	Eleito	
62	Cleber Verde Cordeiro Mende	43	MA	PRB	Superior	Professor	53, 54, 55	Eleito	Congregação Cristã no Brasil
63	Darcísio Paulo Perondi	68	RS	PMDB	Superior	Médico	50,	Eleito	Luterana

							51, 52, 53, 54, 55		
64	Onyx Dornelles Lorenzoni	60	RS	DEM	Superior	Veterinário	52, 53, 54, 55	Eleito	
65	Aureo Lidio Moreiro Ribeiro	36	RJ	SD	Ensino Médio	Empresário	54, 55	Eleito	Metodista
66	Walney da Rocha Carvalho	56	RJ	PTB	Ensino Médio	Servidor Público	54, 55	Eleito	
67	Francisco Floriano de Sousa Silva	55	RJ	PR	Ensino Fundamental	Apresentador de TV	54, 55	Eleito	Mundial do Poder de Deus
68	José Olímpio Silveira Moraes (Missionário)	58	SP	PP	Superior	Comerciante	54, 55	Eleito	
69	Eduardo Cunha	57	RJ	PMDB	Superior	Economista	52, 53, 54, 55	Eleito	Sara Nossa Terra
70	Fábio Paulino Garcia	38	MT	PSB	Superior	Engenheiro civil	55	Novo	
71	Marco Antonio Feliciano (Pastor)	42	SP	PSC	Ensino Médio	Pastor	54, 55	Eleito	Avivamento da Fé
72	Christiane de Souza Yared	55	PR	PTN	Ensino Médio	Empresário	55	Novo	Catedral do Reino de Deus
73	Carlos Humberto Mannato	57	ES	SD	Superior	Médico	53, 54, 55	Eleito	Cristã Maranata
74	Fábio Fernandes de Sousa	32	GO	PSDB	Superior	Pastor	55	Novo	Fonte da Vida
75	Washington Reis de Oliveira	48	RJ	PMDB	Ensino Médio	ND	54, 55	Eleito	Nova Vida
76	Roberto Alves de Lucena	49	SP	PV	Superior	Pastor	54, 55	Eleito	O Brasil para Cristo
77	Marcelo Theodoro de Aguiar	41	SP	DEM	Ensino Médio	Músico	54, 55	Eleito	Renascer em Cristo
78	Ezequiel Cortaz Teixeira	60	RJ	SD	Superior	Advogado	55	Novo	Vida Nova
79	Sostenes Silva Cavalcante	40	RJ	PSD	Superior	Pastor	55	Novo	Vitória em Cristo
80	Reinhold Stephanes	75	PR	PSD	Superior	Economista	46, 47, 49, 50, 52, 53, 54, 55	Eleito	ND
81	Simão Sessim	79	RJ	PP	Superior	Advogado	52, 53, 54, 55	Eleito	

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 2013.

Na 55ª legislatura (2015-2018) os parlamentares evangélicos se encontraram distribuídos em 19 diferentes partidos políticos. Contudo, no espectro ideológico político-partidário, os parlamentares evangélicos passaram a se concentrar em agremiações partidárias de direita e centro-direita, todas de pequeno porte, totalizando 45 parlamentares. A segunda maior representação partidária dos parlamentares evangélicos situou-se no centro, totalizando 22 parlamentares. O centro-esquerda do espectro ideológico político-partidário reuniu 13 parlamentares evangélicos e, finalmente, pela esquerda, apenas 4 parlamentares evangélicos obtiveram representação na bancada evangélica.

A dispersão de deputados evangélicos, principalmente dos parlamentares assembleianos em pequenos partidos políticos, evidência o fenômeno que já vinha ocorrendo desde a legislatura passada e se confirmou nas eleições de 2014: o

aumento de agremiações partidárias na Câmara do Deputados. Estas passaram de 22 para 28 na atual legislatura. O aumento da representação partidária produz dois efeitos. Em primeiro lugar, permite a emergência de bancadas suprapartidárias informais na casa legislativa que se constituem a fim de organizar pautas que possam ser debatidas e seus objetivos levados à votação, ou seja, influenciam o processo decisório do poder legislativo. Em segundo lugar, o aumento no número de partidos torna mais difícil formar consenso para realização de debates e votações nas casas legislativas. Esse é um problema particular que concerne as Assembleias de Deus; a identidade religiosa atenua este obstáculo. Contudo, não constitui problema para a *Igreja Universal do Reino de Deus*. Embora apareça na segunda posição entre os parlamentares evangélicos eleitos em 2014, todos os 12 deputados federais da IURD estão concentrados num mesmo partido político, o Partido Republicano Brasileiro (PRB), sob o comando do bispo licenciado e senador Marcelo Crivella, embora não seja, de fato, o presidente da agremiação político-partidária. A fim de resolver esse problema, atualmente a Assembleia de Deus está executando um plano ambicioso: a criação de um partido político evangélico – o *Partido Republicano Cristão* (PRC) – que reúna todos os segmentos da denominação oriundos dos poderes legislativo e executivo. Em sua última reunião nacional, a *Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil* (CGADB) mobilizou um contingente de mais de 40 mil pastores, sob a liderança do pastor Lélis Marinho, responsáveis por coletar assinaturas de fiéis em aproximadamente 100 mil locais de culto em todo o país⁴⁸⁰. Para ser registrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), uma agremiação partidária necessita reunir 492 mil assinaturas.

A tentativa da criação de um partido confessional pela *Igreja Assembleia de Deus* foi uma estratégia adotada pelas lideranças assembleianas contra o boicote que os deputados federais evangélicos sofreram da parte dos próprios líderes dos respectivos partidos em 2003. Isso ocorreu após os parlamentares evangélicos terem conseguido impedir a tramitação de praticamente a totalidade dos projetos progressistas considerados contrários à moral religiosa. O exemplo mais notório foi a mobilização da bancada evangélica contra o projeto de lei 122, que criminalizava a homofobia que acabou sendo arquivado. Dada à pressão sofrida no governo, os

⁴⁸⁰ GOSPELMAIS.COM.BR, 18/02/2015.

líderes dos partidos da base aliada procuram evitar a nomeação de parlamentares evangélicos para compor comissões tratando de assuntos importantes da sua agenda⁴⁸¹. É o efeito Feliciano. Controverso em suas posições com relação aos homossexuais, o deputado Marco Feliciano assumiu a *Comissão de Direitos Humanos* da Câmara dos Deputados graças ao sistema de cotas do governo que deixou ao PSC a tarefa de indicar o presidente.

⁴⁸¹ PRC.ORG.BR.

Tabela 82. Representação político-partidária dos Parlamentares Evangélicos na 55ª legislatura (2015-2018).

ESPECTRO IDEOLÓGICO	55ª legislatura (2015-2018)
Direita	
PSC	9
DEM	4
PHS	1
Centro-Direita	
PRB	15
PR	7
PTB	4
PP	3
PROS	1
PMN	1
Centro	
PMDB	7
PSD	6
PSDB	5
PSB	3
PTN	1
Centro-Esquerda	
SD	6
PSB	3
PDT	2
PPS	1
PV	1
Esquerda	
PT	3
PSOL	1
Total	81

Fonte: Elaboração própria.

Em relação aos grupos de interesse confessional, houve um aumento na representatividade evangélica na Câmara dos Deputados. Enquanto os parlamentares evangélicos estavam representados em 17 sociabilidades religiosas

protestantes na legislatura anterior, na 55ª legislatura passaram à 20. Os parlamentares evangélicos ficaram representados da seguinte maneira: a *Igreja Assembleia de Deus* permanece na primeira posição com 23 deputados federais eleitos contando com um aumento de sua representatividade na bancada evangélica da ordem de 2,0%. Uma mudança significativa foi o investimento da *Igreja Universal do Reino de Deus* na política partidária que deixou a quarta posição na legislatura anterior para assumir a vice-liderança no ranking da bancada evangélica passando de 9 a 12 deputados eleitos. Em função dessa ascensão, houve um declínio nas posições das Igrejas *Batista* e *Presbiteriana*; a primeira de 13 passou a contar com 10 deputados eleitos e a segunda, com 10 na legislatura anterior passou a sete e caindo respectivamente à terceira e quarta colocação na representatividade na bancada evangélica.

No caso das Igrejas do *Evangelho Quadrangular* e *Internacional da Graça* não houve alteração em sua representatividade na bancada; ambas se mantiveram na quinta posição com 4 parlamentares eleitos.

A sexta posição antes ocupada pela Igreja Luterana com 3 parlamentares passou a ser dividida com as igrejas *Congregação Cristã no Brasil*, *Metodista*, *Mundial do Poder de Deus* e *Sara Nossa Terra*, todas com dois parlamentares.

Na sétima e última posição aparecem as Igrejas *Avivamento da Fé*, *Catedral do Reino de Deus*, *Cristã Maranata*, *Fonte da Vida*, *O Brasil Para Cristo*, *Nova Vida*, *Renascer em Cristo*, *Vida Nova* e *Vitória em Cristo*.

confessional/pertença religiosa na 55ª legislatura (2015-2018).

GRUPOS DE INTERESSE CONFESSIONAL/PERTENÇA RELIGIOSA	DEPUTADOS FEDERAIS EVANGÉLICOS
Igreja Assembleia de Deus	23
Igreja Universal do Reino de Deus	12
Igreja Batista	10
Igreja Presbiteriana	7
Igreja do Evangelho Quadrangular	
Igreja Internacional da Graça	4
Congregação Cristã no Brasil	2
Igreja Luterana	2
Igreja Metodista	2
Sara Nossa Terra	2
Igreja Mundial do Poder de Deus	2
Igreja Avivamento da Fé	1
Catedral do Reino de Deus	1
Cristã Maranata	1
Fonte da Vida	1
O Brasil Para Cristo	1
Nova Vida	1
Renascer em Cristo	1
Vida Nova	1
Vitória em Cristo	1
Não declarada	2
Total	81

Fonte: Elaboração própria.

No que concerna a idade de entrada dos parlamentares evangélicos na Câmara dos Deputados na 55ª legislatura (2015-2018), a média de idade voltou a aumentar ficando em 50 anos de idade.

Houve poucas alterações na Casa legislativa em relação à legislatura anterior, que de 39 caiu para 33. Contudo, a bancada evangélica continuou envelhecida, com os parlamentares evangélicos seniores totalizando 33 deputados contando entre 50 e 70 anos de idade. Desse total, 19 deputados evangélicos se

situam na faixa-etária dos 50 a 59 anos de idade; 10 se encontravam na faixa-etária entre 60 e 69 anos de idade; por fim, uma minoria de 4 parlamentares ultrapassaram a casa dos 60, porém nenhum parlamentar evangélico chegou a assumir o mandato contando com mais de setenta e nove anos de idade.

O grupo composto pelos deputados evangélicos se encontrando na meia idade ou na faixa-etária compreendida entre 40 e 49 anos de idade no momento em que assumiram os mandatos na Câmara dos Deputados chegou a 19, de maneira a se igualar com o grupo dos parlamentares seniores pertencentes à faixa-etária delimitada entre 50 a 59 anos. Contudo, o grupo apresentou um declínio em relação à legislatura anterior a qual abrangeu 29 parlamentares na faixa-etária em foco. Ao contrário, observa-se que o grupo constituído pelos parlamentares evangélicos jovens, aqueles que ingressaram na Câmara com idade variando entre 30 e 39 anos, apresentou um crescimento: de 12 passou a 16. Contudo, o grupo de parlamentares juniores, aqueles na faixa-etária compreendida entre os 20 e 29 anos e composto por três deputados federais no período legislativo anterior desapareceu nessa legislatura.

Tabela 84. Idade de entrada dos parlamentares evangélicos na 55ª legislatura (2015-2018).

FAIXA ETÁRIA	FREQUÊNCIA
Parlamentares Evangélicos Seniores 70 a 79	6
Parlamentares Evangélicos Seniores 60 a 69 anos	10
Parlamentares Evangélicos Seniores 50 a 59 anos	23
Parlamentares Evangélicos na Meia idade 40 a 49 anos	24
Parlamentares Evangélicos Jovens 30 a 39 anos	17
Parlamentares Evangélicos Juniores 20 a 29 anos	1
Total	81

Fonte: Elaboração própria.

Quanto à variável categoria profissional, o grupo representado pelos profissionais liberais continuou predominando e ficou assim constituído com 10 advogados; 5 médicos; 4 economistas e 4 engenheiros, totalizando 23 parlamentares declarando pertencer a esta categoria. O grupo dos pastores continuou superando o dos empresários, mas ambos tendo representação nas duas

maiores bancadas suprapartidárias na Câmara dos Deputados: a empresarial e a evangélica. A bancada evangélica, cujo interesse é a doutrinação da ação da função pública constituiu atualmente o terceiro grupo de pressão mais numeroso na Câmara dos Deputados, ficando atrás apenas da bancada empresarial (217 deputados) e da ruralista (153 parlamentares). Essas bancadas se compõem e se recompõem conforme seus interesses⁴⁸². A maior parte da bancada evangélica é constituída por empresários ligados ao setor das comunicações e, portanto, articulam-se com os empresários. Contudo, as bancadas informais se recompõem, podendo um deputado fazer parte de outros grupos de pressão como, por exemplo, a “bancada da bala”, formada por parlamentares ligados ao setor da segurança - policial militar, delegado de polícia, empresários do setor prisional privado – que defende, por exemplo, a redução da maioria penal. O trânsito suprapartidário dos deputados tem sido intenso, favorecendo os grupos de interesse em articulações como a que vão conduzir ao processo de afastamento da presidente da República. Nas eleições de 2014, por exemplo, a empresa que gere presídios privatizados chamada *Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda.*, doou o montante de R\$ 750 mil reais para as campanhas eleitorais da família Câmara. O candidato a deputado federal Silas Câmara (PSD-AM) recebeu R\$ 200 mil, sua esposa Antônia Lúcia Câmara (PSC - AC), outros R\$ 400 mil, e a filha do casal, Gabriela Ramos Câmara embolsou outros R\$ 150 mil. No Tocantins, a empresa *Umanizzare* gere duas unidades prisionais; no Amazonas, Estado do deputado Silas Câmara, a empresa já administra outras seis unidades prisionais. A campanha de Câmara também recebeu financiamento da ordem de R\$ 400 mil de outras duas empresas que trabalham com serviços de escolta armada e vigilância ostensiva. A *Fiel Vigilância Ltda.* doou R\$ 210 mil; a *Total Vigilância Ltda.* outros R\$ 190 mil. Silas e sua mulher, Antônia Lúcia Câmara foram condenados pelo Tribunal Eleitoral do Acre (TRE/AC) por abuso de poder econômico nas eleições de 2010 e declarados inelegíveis por três anos. Único eleito da família em 2014, Silas Câmara assumiu o mandato de deputado federal depois de apelar à Justiça. Além de Câmara, outros parlamentares também receberam montantes elevados como Bruno Covas (PSDB/SP), o pastor evangélico João Campos (PSDB/GO) e Felipe Maia (DEM/RN) também receberam montantes

⁴⁸² DIAP, 2015.

elevados⁴⁸³. Foi justamente nesses presídios que ocorreram os massacres de prisioneiros em princípios de 2016.

A representação da bancada evangélica em outras categorias profissionais ficou assim constituída: administrador 6; servido público 5; jornalista 4; comunicador e professor 3; comerciante e músico 2. Outras profissões como auxiliar administrativo, escrivão, bombeiro militar, técnico em administração e veterinário foram representadas respectivamente por apenas 1 parlamentar. Três outros parlamentares não declararam a sua profissão.

Tabela 85. Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos na 55ª legislatura (2015-2018).

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Profissional Liberal	23
Pastor	15
Empresário	10
Administrador	6
Servidor Público	5
Jornalista	4
Comunicador	3
Professor	3
Comerciante	2
Músico	2
Auxiliar Administrativo	1
Escrivão	1
Bombeiro Militar	1
Técnico em Administração	1
Veterinário	1
Não Declarada	3
Total	81

Fonte: Elaboração própria.

O grau de instrução dos parlamentares evangélicos nessa legislatura continuou elevado, como nas outras: 74,07% da bancada possui ensino superior, o

⁴⁸³ DIAP, 2015.

que em termos absolutos totaliza 60 deputados federais que obtiveram diplomas universitários; 23,45% cursou o ensino médio, ou sejam 19 parlamentares não chegaram à universidade e, finalmente, apenas 1,23% possuía apenas o ensino fundamental, quer dizer, apenas 1 parlamentar não chegou a cursar o ensino médio. O elevado grau de instrução dos parlamentares evangélicos no conjunto das legislaturas permite demolir o mito de que os representantes de sociabilidades religiosas de tipo pentecostal ou neopentecostal são pouco instruídos ou mesmo ignorantes. Essa imagem, na verdade, tem mais a ver com as posições conservadoras que os evangélicos têm defendido de maneira agressiva do que com o nível de instrução que possuem. De fato, tanto a atuação quanto a retórica evangélica tem sido antimoderna, antidemocrática e antiliberal, mas as posições conservadoras no campo moral não têm relação com o grau de instrução do parlamentar.

Tabela 86. Nível de escolaridade dos parlamentares evangélicos na 55ª legislatura (1999-2002).

GRAU DE INSTRUÇÃO	PARLAMENTARES EVANGÉLICOS
Ensino Superior	60
Ensino Médio	19
Ensino Fundamental	1
Não Declarado	1
Total	81

Fonte: Elaboração própria.

Com relação a representação de gênero na banca evangélica, o grupo de parlamentares evangélicos do sexo feminino diminuiu de 10 na legislatura anterior para 7. Na 55ª legislatura (2015-2016), o número de parlamentares do sexo feminino chegou a 55, do total de 513 parlamentares. Entretanto, o total de parlamentares do sexo masculino apresentou um declínio de dez parlamentares nesta legislatura resultando no pequeno encolhimento da bancada evangélica que passou de 73 parlamentares a 63.

A bancada feminina estagnou nessa 55ª legislatura. Embora apresentasse um aumento de 0,5% ele apenas ocorreu em função da proporção de deputados eleitos que caiu de 84 para 81.

Tabela 87. Representação de gênero dos parlamentares evangélicos na 53ª legislatura (2010-2014).

GÊNERO	FREQUÊNCIA
Sexo masculino	72
Sexo feminino	9
Total	81

Fonte: Elaboração própria.

4.7.2 Parlamentares evangélicos e o impeachment de Dilma Rousseff

A constituição de bancadas informais (empresarial, ruralista, evangélica, segurança), como resultado do crescimento da representação partidária minoritária, tornou a Câmara dos Deputados mais conservadora em relação às últimas legislaturas. Muitos candidatos notoriamente contrários às mudanças sociais foram os mais votados em seus respectivos estados como Jair Bolsonaro (PP/RJ) e Luiz Carlos Heinze (PP/RS). Entre os evangélicos, o pastor Marco Feliciano foi o mais votado com 398.087 votos. Ganhou grande visibilidade no meio pentecostal durante o ano em que ocupou a CDH à despeito de suas posições contrárias aos direitos homoafetivos.

O crescimento das bancadas conservadoras explica a eleição do evangélico Eduardo Cunha (PMDB-RJ) ao posto máximo da Câmara dos Deputados. Graças à mobilização da *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE), organização constituída em 2003, o neopentecostal Eduardo Cunha, um adepto da *Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra*, elegeu-se com 269 mil votos⁴⁸⁴. Os evangélicos, que nunca conseguiram eleger um chefe do Executivo, passaram a contar com um representante no poder legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados. Cunha, que participava de cultos nas dependências da Câmara junto com parlamentares e servidores evangélicos, defendeu fervorosamente as pautas dos evangélicos durante o tempo que ocupou a presidência da Câmara dos Deputados como a não descriminalização do aborto e oposição ao avanço dos

⁴⁸⁴ Na votação ocorrida em 01/02/2015, Cunha derrotou outros três candidatos, incluindo o representante governista, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que recebeu 136 votos. O candidato do PSB, Júlio Delgado (MG), ficou em terceiro lugar, com 100 votos, e o do PSOL, Chico Alencar (RJ), em quarto, com oito votos. Dois deputados votaram em branco.

direitos homossexuais, além da redução da maioria penal⁴⁸⁵. Contudo, não foi eleito exclusivamente por causa de sua identidade religiosa. Como empresário e político experimentado, a gestão de Cunha se centrou em priorizar os projetos das bancadas conservadoras financiadas pelo capital privado ao mesmo tempo em que procurou bloquear a agenda governista impondo derrotas ao Executivo. A presidência de Cunha marcou a passagem da precariedade do modo de fazer política dos parlamentares evangélicos à um modelo de gestão mais profissional, embora baseado no modelo privado. O Congresso passou a ter políticos orientados empresarialmente e com grande suporte midiático para transformar seus próprios interesses em uma agenda supostamente de toda opinião pública. De acordo com Lassance:⁴⁸⁶

O presidente eleito da Câmara representa um Congresso mais endinheirado do que nunca e mais faminto do que nunca por gerar oportunidades para o setor privado que sejam financiadas pelo setor público...A eleição de Cunha mostra o quanto a política tradicional ficou para trás, submetida ao domínio dos profissionais da política de negócios, especializada na intermediação de grandes interesses que, sem qualquer pudor, pretendem se transformar na agenda prioritária do país.

No comando da Câmara, Cunha privilegiou os evangélicos distribuídos cargos de acordo com afinidades religiosas. Isso foi possível após Cunha ter conseguido ampliar seus poderes quando o Plenário da Câmara aprovou projeto de resolução da Mesa Diretora que concede ao próprio presidente da Casa o poder de nomear pessoas de sua confiança. Fazendo uso de suas atribuições, nomeou para chefiar a *Comunicação Social* da Câmara o deputado evangélico Cleber Verde, do Partido Republicano Brasileiro, do Maranhão (PRB/MA). Com a nomeação desse membro da pentecostal *Congregação Cristã do Brasil*, esse setor estratégico para os empresários evangélicos ligados aos meios de comunicações passaria ao controle da IURD, uma vez que a estrutura comunicacional da Câmara inclui serviços de TV, rádio, mídia impressa e internet⁴⁸⁷.

Uma semana depois de assumir a presidência da Câmara dos

⁴⁸⁵ Câmara dos Deputados, 2015b. Congresso em Foco, 2015. Num desses cultos, celebrado em 11 de fevereiro de 2015, Cunha “agradeceu o apoio, praticamente unânime, dos deputados evangélicos na disputa pela presidência da Casa”. Na ocasião, o Presidente da Bancada Evangélica, João Campos (PSDB-GO) reiterou o compromisso de lealdade e respaldo político.

⁴⁸⁶ Carta Maior, 2015c.

⁴⁸⁷ Congresso em Foco, 2015.

Deputados, Eduardo Cunha nomeou a servidora pública e evangélica Maria Madalena da Silva Carneiro para o comando da *Diretoria de Recursos Humanos* da Câmara dos Deputados. Advogada e teóloga de formação, Maria Madalena ingressou na Câmara dos Deputados em 1 de junho de 1984 sem passar por concurso público. Tornou-se funcionária de carreira graças a um dispositivo incluído na Constituição de 1988 que efetivou os servidores que, à época, trabalhavam na administração federal. Até a nomeação ocupou-se com funções relativamente modestas como na emissão de segunda via de crachás e, posteriormente, foi locada ao Centro de Documentação e Informação (CEDI) trabalhando na biblioteca da Câmara sem nunca ter ocupado um cargo de chefia até ser promovida por Cunha.

Na chefia dos Recursos Humanos, hierarquicamente abaixo apenas da *Secretaria Geral* da Mesa Diretora e da *Diretoria Geral*, Silva Carneiro passou a administrar 80% do *budget* da Câmara destinado ao “pagamento de despesas com o pessoal”, ou seja, nada menos do que 4.189 bilhões de reais. Além disso, a nova diretora de RH passou a responder diretamente por 3.349 servidores concursados, 1.573 cargos de natureza especial e 10.732 secretários parlamentares, além de 3.056 terceirizados. Entre suas funções está o *repasso de informações referentes ao quadro de pessoal para o Tribunal de Contas da União e à Controladoria-Geral da União, em trabalho acompanhado pelos órgãos de controle interno*, o que significa que pedidos de licença ou férias, reajuste de salário, concessão de gratificações ou os pagamentos de horas extras tem de ser autorizados pela diretoria. Além disso, sob a responsabilidade de Madalena estão ainda a formação e o treinamento de servidores, monitoramento dos benefícios do serviço médico da Câmara. Madalena declarou que Eduardo Cunha foi o “instrumento de Deus” para sua indicação à diretoria, embora negasse que sua escolha tivesse caráter religioso⁴⁸⁸. Em ambos os casos, a nomeação de evangélicos seguindo um modelo terceirizado contribui à desprofissionalização da Câmara dos Deputados pois, pela primeira vez na história da Casa, o setor de comunicação e o Departamento de RH não foram ocupados por servidores especializados.

Desde o começo da legislatura até a abertura do processo de impeachment de Rousseff, o PMDB paralisou a Câmara dos Deputados deixando de

⁴⁸⁸ Congresso em Foco, 2015.

votar com o governo. Uniu-se ao oposicionista PSDB.

O pedido de impeachment acusando a presidente Dilma de crime de responsabilidade, as “pedaladas fiscais”, foi assinado pelo procurador de justiça aposentado Hélio Bicudo e pelos advogados Miguel Reale Jr. e evangélica Janaina Paschoal e aceito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em 2 de dezembro de 2015 que iniciou o rito do afastamento. As acusações versavam sobre o desrespeito à lei orçamentária e de improbidade administrativa por parte da presidente. Esta última acusação se baseou em suspeitas de envolvimento da presidente em atos de corrupção na Petrobras, objeto de investigação pela Polícia Federal no âmbito de operações visando desestabilizar o PT e Lula, conhecida como Operação Lava Jato⁴⁸⁹.

No domingo dia 17 de abril de 2016, após seis horas de votação no plenário da Câmara dos Deputados, os parlamentares aprovaram a abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff em nome de Deus (75 citações) e da família (mais de 150 vezes). O resultado final assinalou: 367 votos a favor do afastamento da chefe do executivo; 137 votos contrários ao impeachment; 7 parlamentares se abstiveram e 2 se ausentaram da seção de votação⁴⁹⁰.

Tomando parte ativa no golpe parlamentar contra Rousseff, a *Frente Parlamentar Evangélica* (FPE) votou em bloco a favor do impeachment da chefe do executivo. Do total dos 70 deputados que constituíam a *FPE* na Câmara, 68 parlamentares evangélicos votaram favoravelmente ao impeachment; um se ausentou da seção de votação, a presbiteriana Clarissa Garotinho, do *Partido da República* (PR) e outro se encontrava licenciado do mandato, o presbiteriano independente Edmar Arruda, do *Partido Social Cristão* (PSC). Apenas 4 parlamentares evangélicos se posicionaram de maneira contrária ao impeachment, quais sejam: a assembleiana Benedita da Silva e a batista Rejane Dias, ambas filiadas ao *Partido dos Trabalhadores* (PT), o partido da presidente; o iurdiano George Hilton, do *Partido Republicano Brasileiro* (PRB) e o batista Sérgio Brito, do *Partido Social Democrático* (PSD).

⁴⁸⁹ BBC Brasil, 2015.

⁴⁹⁰ Folha 2017b.

Quadro 28. Brasil – Câmara dos Deputados – 55ª. Legislatura, 2015 – 2019. Frente Parlamentar Evangélica (Bancada Evangélica).

	DEPUTADO	UF	PARTIDO	PERTENÇA RELIGIOSA	Impeachment
1	Aguinaldo Ribeiro	PB	PP	Batista	SIM
2	Alan Rick	AC	PRB	Assembleia de Deus	SIM
3	Altineu Cortes	RJ	PR	Assembleia de Deus	SIM
4	Anderson Ferreira	PE	PR	Assembleia de Deus	SIM
5	André dos Santos Abdon	AP	PRB	Assembleia de Deus	SIM
6	Antônio Bulhões	SP	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
7	Antônio Jácome	RN	PMN	Assembleia de Deus	SIM
8	Arolde de Oliveira	RJ	PSD	Batista	SIM
9	Áureo	RJ	SD	Metodista	SIM
10	Benedita da Silva	RJ	PT	Assembleia de Deus	NÃO
11	Bruna Furlan	SP	PSDB	Congregação Cristã no Brasil	SIM
12	Cabo Daciolo	RJ	PSol	Batista	SIM
13	Carlos Andrade	RR	PHS	Assembleia de Deus	SIM
14	Carlos Gomes	RS	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
15	Christiane Yared	PR	PTN	Catedral do Reino de Deus	SIM
16	Clarissa Garotinho	RJ	PR	Presbiteriana	AUSENTE
17	Cleber Verde	MA	PRB	Congregação Cristã	SIM
18	Delegado Francischini	PR	SD	Assembleia de Deus	SIM
19	Edinho Araújo	SP	PMDB	Presbiteriana	SIM
20	Edmar Arruda	PR	PSC	Presbiteriana Independente	LICENCIADO
21	Eduardo Bolsonaro	SP	PSC	Batista	SIM
22	Eduardo Cunha	RJ	PMDB	Comunidade Sara Nossa Terra	SIM
23	Eliziane Gama	MA	PPS	Assembleia de Deus	SIM
24	Erivelton Santana	BA	PSC	Assembleia de Deus	SIM
25	Ezequiel Teixeira	RJ	SD	Vida Nova	SIM
26	Fábio Paulino Garcia	MT	PSB	Comunidade Sara Nossa Terra	SIM
27	Fábio Fernandes de Sousa	GO	PSDB	Fonte da Vida	SIM
28	Francisco Floriano de Sousa Silva	RJ	PR	Mundial do Poder de Deus	SIM
29	George Hilton	MG	PRB	Universal do Reino de Deus	NÃO
30	Geovania de Sá	SC	PSDB	Assembleia de Deus	SIM
31	Irmão Lazaro	BA	PSC	Batista	SIM
32	Jefferson Campos	SP	PSD	Evangelho Quadrangular	SIM
33	João Henrique Caldas	AL	SD	Internacional da Graça	SIM
34	Jhonatan de Jesus	RR	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
35	João Campos	GO	PSDB	Assembleia de Deus	SIM
36	Jorge Tadeu Mudalen	SP	DEM	Internacional da Graça	SIM
37	Josué Bengtson	PA	PTB	Evangelho Quadrangular	SIM
38	Julia Marinho	PA	PSC	Assembleia de Deus	SIM
39	Laércio Oliveira	SE	SD	Presbiteriana	SIM
40	Leonardo Quintão	MG	PMDB	Presbiteriana	SIM
41	Lincoln Portela	MG	PR	Batista Nacional	SIM

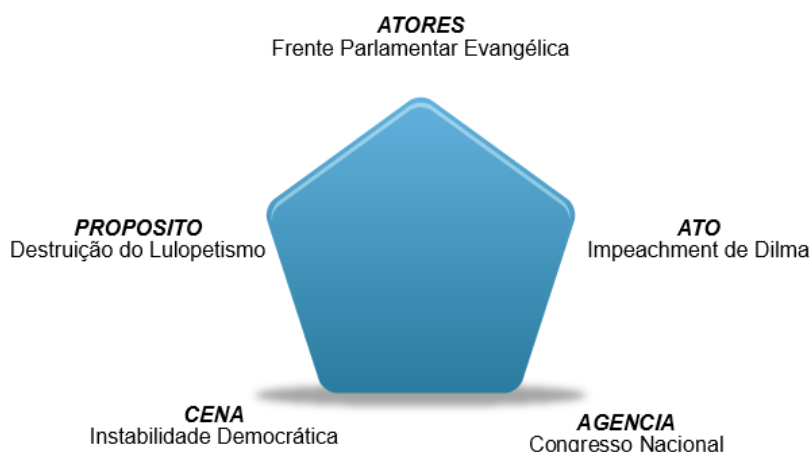
42	Lindomar Garçon	RO	PMDB	Assembleia de Deus	SIM
43	Manato	ES	SD	Cristã Maranata	SIM
44	Márcio Marinho	BA	PRB	IURD	SIM
45	Marcos Rogério	RO	PDT	AD	SIM
46	Marcos Soares	RJ	PR	Evangelho Quadrangular	SIM
47	Max Filho	ES	PSDB	Presbiteriana do Brasil	SIM
48	Missionário José Olímpio	SP	PP	Mundial do Poder de Deus	SIM
49	Nilton Capixaba	RO	PTB	Assembleia de Deus	SIM
50	Onyx Dornelles Lorenzoni	RS	PFL	Luterana	SIM
51	Pastor Eurico	PE	PSB	Assembleia de Deus	SIM
52	Pastor Gilberto Nascimento	SP	PSC	Assembleia de Deus	SIM
53	Pastor Jony	SE	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
54	Pastor Marco Feliciano	SP	PSC	Avivamento da Fé	SIM
55	Pastor Paulo Freire	SP	PR	Assembleia de Deus	SIM
56	Professor Victório Galli	MT	PSC	Assembleia de Deus	SIM
57	Rejane Dias	PI	PT	Batista	NÃO
58	Roberto Alves	SP	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
59	Roberto Alves de Lucena	SP	PV	O Brasil para Cristo	SIM
60	Roberto Sales	RJ	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
61	Ronaldo Fonseca de Souza	DF	PROS	Assembleia de Deus	SIM
62	Ronaldo Martins	CE	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
63	Ronaldo Nogueira	RS	PTB	Assembleia de Deus	SIM
64	Rosangela Gomes	RJ	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
65	Sérgio Brito	BA	PSD	Batista	NÃO
66	Sérgio Vidigal	ES	PDT	Batista	SIM
67	Silas Câmara	AM	PL	Assembleia de Deus	SIM
68	Sóstenes Cavalcante	RJ	PSD	Assembleia de Deus Vitória em Cristo	SIM
69	Stefano Aguiar	MG	PSB	Evangelho Quadrangular	SIM
70	Hidekasu Takayama	PR	PSC	Assembleia de Deus	SIM
71	Tia Eron	BA	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
72	Toninho Wandscheer	PR	PROS	Assembleia de Deus	SIM
73	Vinicius Carvalho	SP	PRB	Universal do Reino de Deus	SIM
74	Washington Reis de Oliveira	RJ	PMDB	Nova Vida	SIM

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DIAP, 2014; Câmara dos Deputados, 2015.

Em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou por 55 votos favoráveis contra 22 a abertura do processo, afastando a presidente até a sua conclusão. Em 31 de agosto de 2016, Dilma perdeu o cargo de presidente da República após três meses de tramitação do processo iniciado no Senado, que culminou com uma votação em plenário resultando em 61 votos a favor e 20 contra o impeachment. Paradoxalmente, o Senado inocentou a presidente da acusação de crime de responsabilidade fiscal além de não cassar seus direitos políticos tornando-a elegível

nas próximas eleições⁴⁹¹. Estava consumado o golpe parlamentar-jurídico-midiático que lançou o Brasil numa ditadura das elites dominado pela velha elite rural, a hodierna elite empresarial, além da nova elite evangélica. Assim, tem sido na esfera moral que o projeto de poder da bancada evangélica aumenta quando interesses comuns convergem com os das outras bancadas conservadoras. A bancada evangélica, como a ruralista, a empresarial e a do setor de segurança assumiram posição de direita, com relação a temas econômicos e de inclusão social. Contudo, com relação aos temas de natureza moral, são conservadores e, mesmo fundamentalistas, o que dificultou a aprovação da agenda progressista do governo em áreas incluindo o meio ambiente, o direito dos povos indígenas e a identidade de gênero.

Figura 10. Pentágono de Burke aplicado a 55ª. Legislatura da Câmara dos Deputados.



Fonte: Elaboração própria a partir de Burke, 1969.

⁴⁹¹ Valor Economico, 2016.

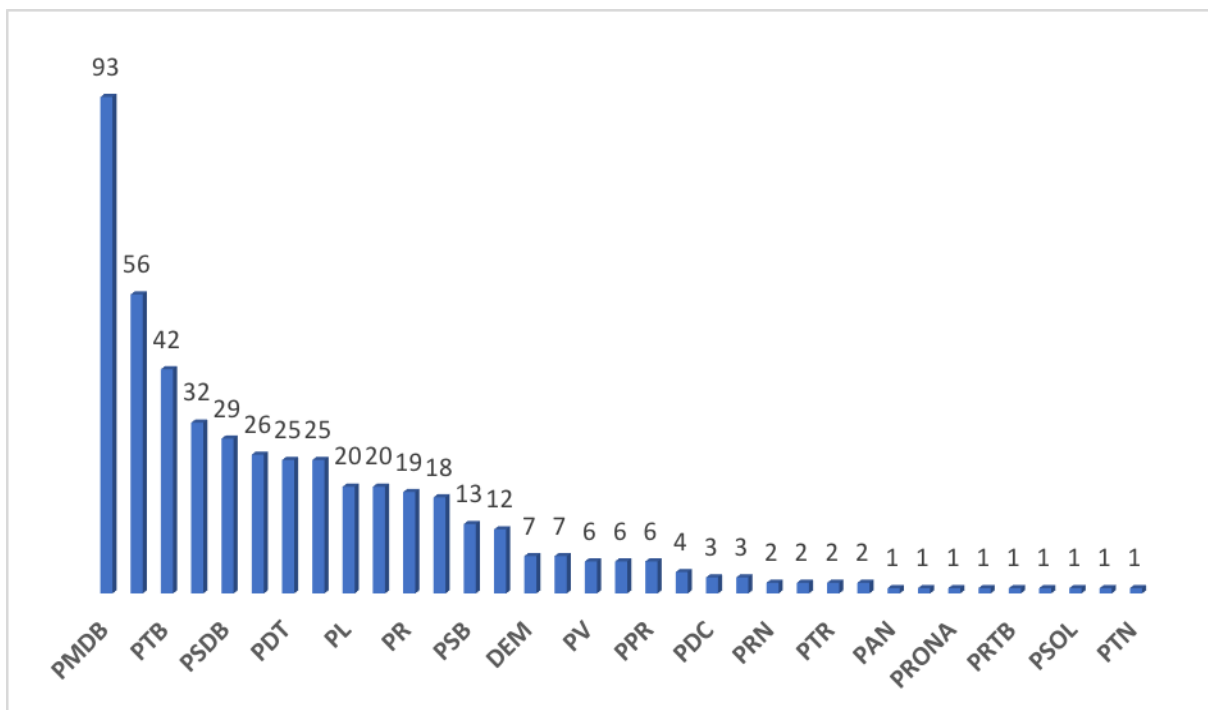
4.8 Quadros, gráficos e tabelas: visão global da 49ª. a 55ª. Legislaturas

Tabela 88. Bancadas partidárias na Câmara dos Deputados 49ª legislatura (1991-1994); 50ª legislatura (1995-1998); 51ª legislatura (1999-2002); 52ª legislatura (2003-2006); 53ª legislatura (2007-2010) e 55ª legislatura (2011-2014).

PARTIDO	DEPUTADOS FEDERAIS						
	49ª legislatura (1991-1994)	50ª legislatura (1995-1998)	51ª legislatura (1999-2002)	52ª legislatura (2003-2006)	53ª legislatura (2007-2010)	54ª legislatura (2011-2014)	55ª legislatura (2015-2019)
PMDB	98	107	82	74	89	77	65
PFL	89	89	106	84	65	PFL=DEM	PFL=DEM
PSDB	48	62	99	71	66	53	54
PPR	66	53	PPR=PPB	-	-	-	-
DEM	-	-	-	-	-	43	21
PR	-	-	-	-	-	40	34
SD							15
PPB	89	78	60	49	1	-	-
PSL	-	-	-	1	-	1	1
PST	-	-	-	3	-	-	-
PHS	-	-	-	-	2	2	5
PROS							11
PTN	-	-	-	-	-	-	4
PSDC	-	-	-	1	-	-	2
PT	36	49	58	91	83	88	69
PDT	35	33	25	21	24	27	20
PP	45	36	PP=PPB	-	41	44	38
PTB	29	31	31	26	22	22	25
PSB	10	15	19	22	27	34	34
PRB	-	-	-	-	-	8	21
PL	16	13	12	26	23	-	-
PC do B	6	10	7	12	13	15	10
PMN	3	4	-	1	3	4	3
PSD	10	3	-	4	-	-	36
PSC	3	3	-	1	9	17	13
PPS	3	2	3	15	22	12	10
PRN	4	1	-	-	-	-	-
PRP	-	1	-	-	-	2	3
PV	1	1	-	5	13	14	8
PSTU	2	-	-	-	-	-	-
PRONA	1	-	-	6	2	PRONA+PL=PR	-
PTC	-	-	-	-	3	1	2
PSOL	-	-	-	-	3	3	5
PRTB	-	-	-	-	-	2	1
PAN	-	-	-	-	1	PAN=PTB	-
PEN							2
PT do B	-	-	-	-	1	4	1
OUTROS	-	-	11	-	-	-	-
TOTAL	503	513	513	513	513	513	513

Fonte: Elaboração própria a partir de DIAP, 2014.

Gráfico 2 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por partido político da 47ª legislatura a 55ª legislatura.



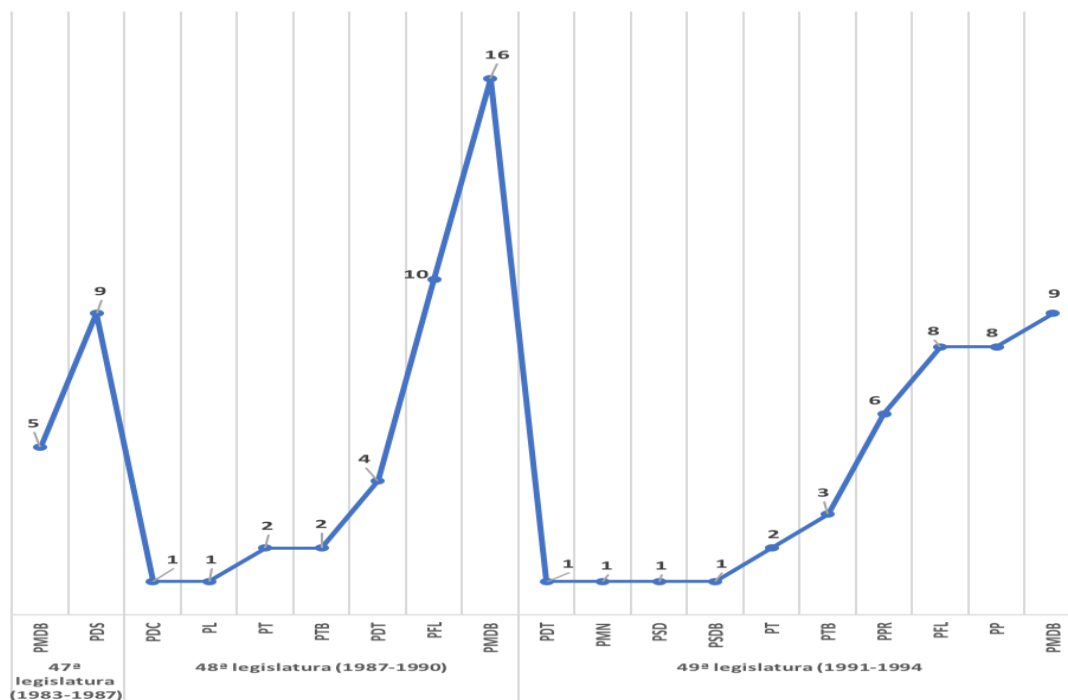
Fonte: Elaboração própria.

Quadro 29 – Distribuição dos parlamentares evangélicos por partido político da 47ª legislatura a 55ª legislatura, em números absolutos.

	Partidos	47ª Legis	48ª Legis	49ª Legis	50ª Legis	51ª Legis	52ª Legis	53ª Legis	54ª Legis	55ª Legis
Direita	DEM	-	-	-	-	-	-	-	3	4
	PDC	-	1	2	-	-	-	-	-	-
	PDS	9	-	3	-	-	-	-	-	-
	PFL	-	10	10	8	12	11	5	-	-
	PHS	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PPR	-	-	-	6	-	-	-	-	-
	PRONA	-	-	-	-	1	-	-	-	-
	PRTB	-	-	-	-	-	-	-	1	-
	PSC	-	-	-	-	-	-	7	16	9
	PTR	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Centro-direita	PAN	-	-	-	-	-	-	1	-	-
	PL	-	1	-	-	3	13	3	-	-
	PMN	-	-	-	1	-	-	-	1	1
	PP	-	-	-	8	1	-	4	4	3
	PPB	-	-	-	-	11	7	-	-	-
	PR	-	-	-	-	-	-	2	10	7
	PRB	-	-	-	-	-	-	1	10	15
	PRN	-	-	2	-	-	-	-	-	-
	PROS	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PSL	-	-	-	-	-	-	-	1	-
	PTB	-	2	6	3	7	8	6	6	4
	PTC	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Centro	PMDB	5	16	8	9	10	11	14	13	7
	PSD	-	-	-	1	-	-	-	-	6
	PSDB	-	-	1	1	5	2	7	8	5
	PtdoB	-	-	-	-	-	-	1	-	-
	PTN	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Centro-esquerda	PDT	-	4	2	1	6	4	3	3	2
	PPS	-	-	-	-	-	1	-	-	1
	PSB	-	-	-	-	1	6	1	2	3
	PST	-	-	-	-	1	3	-	-	-
	PV	-	-	-	-	-	-	2	3	1
	SD	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Esquerda	PSOL	-	-	-	-	-	-	-	-	1
	PT	-	2	2	2	3	6	4	2	3

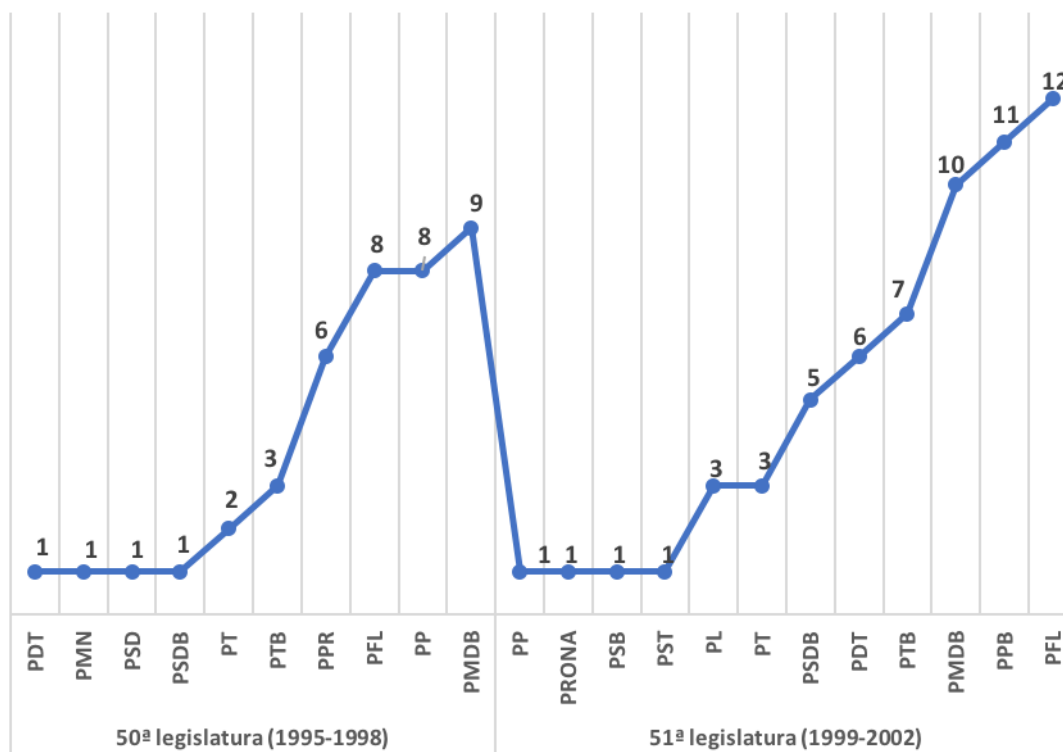
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 3 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 47ª legislatura à 49ª legislatura.



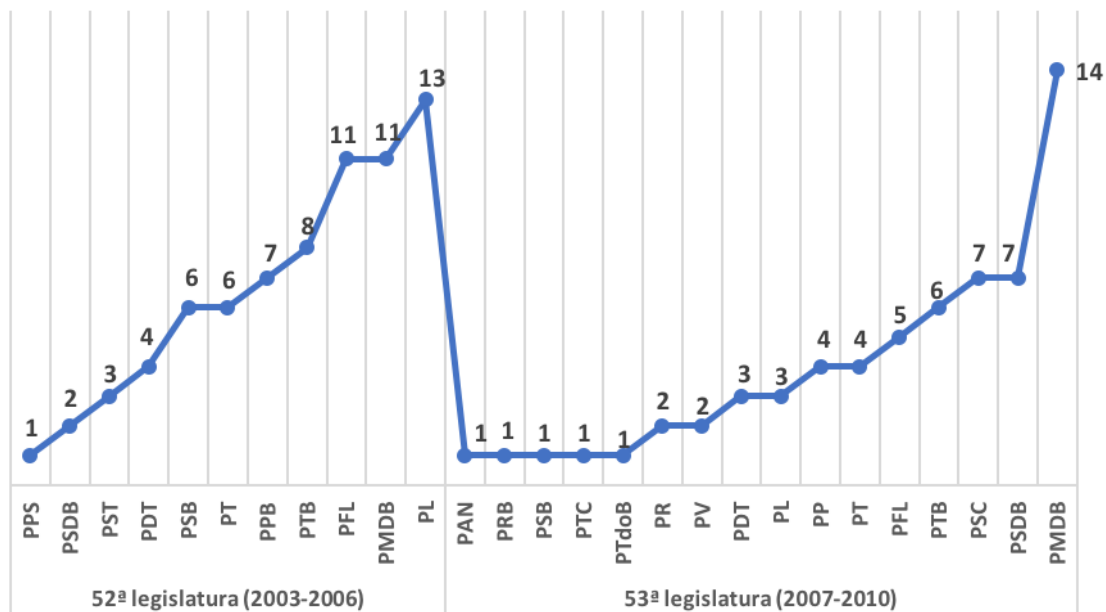
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 4 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 50ª legislatura à 51ª legislatura.



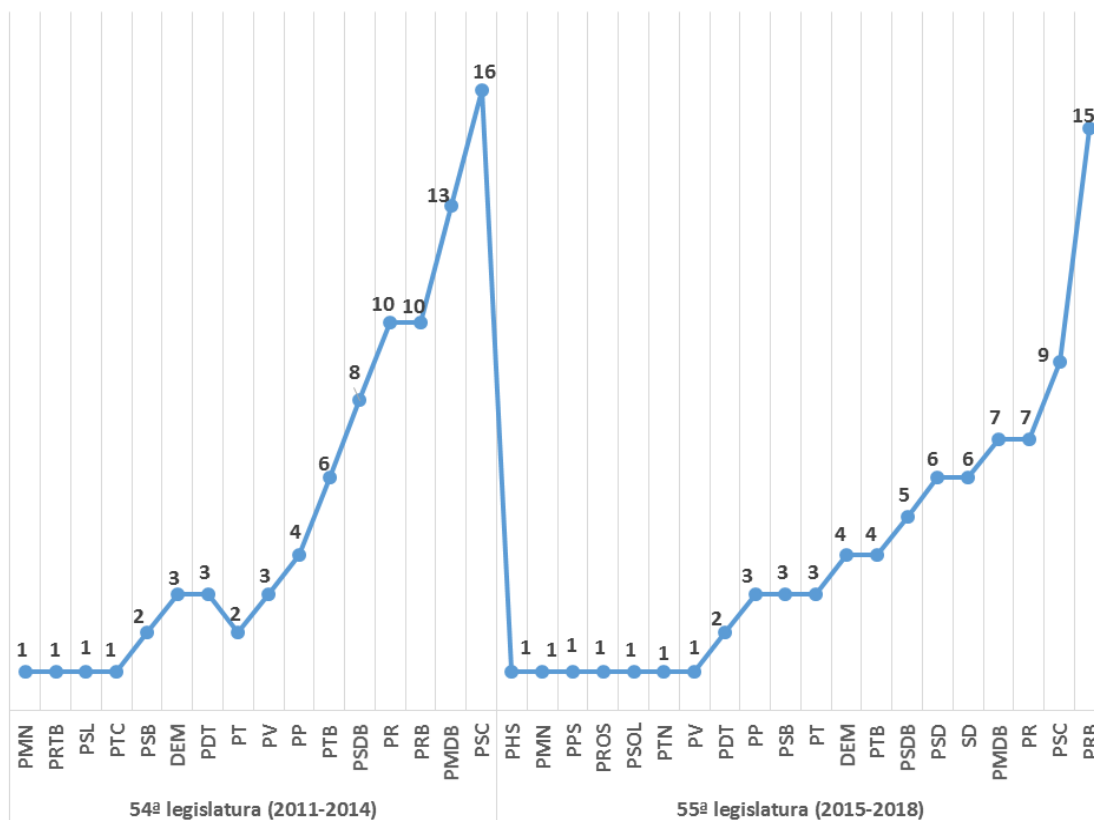
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 5 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 52ª legislatura à 53ª legislatura.



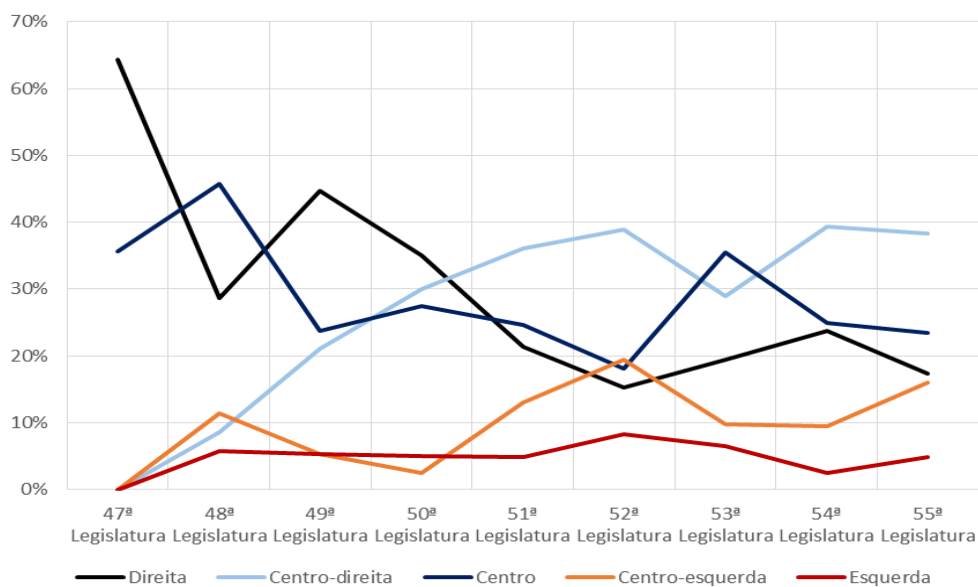
Fonte: Elaboração própria

Gráfico 6 – Distribuição de frequência dos parlamentares evangélicos por legislatura da 53ª legislatura à 55ª legislatura.



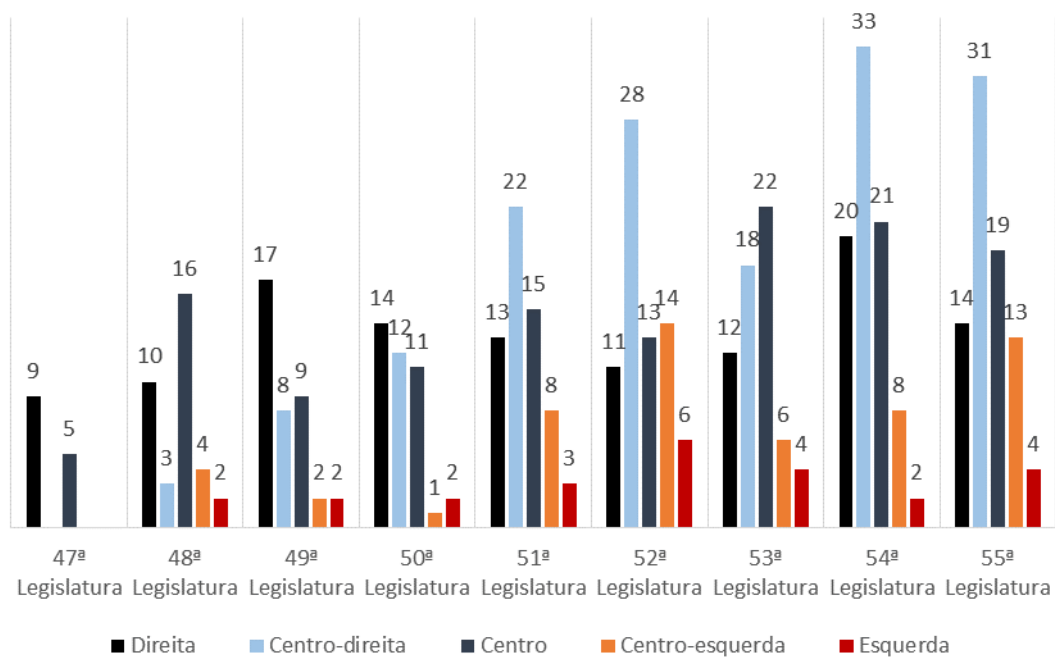
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 7 – Espectro ideológico político-partidário dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura (%).



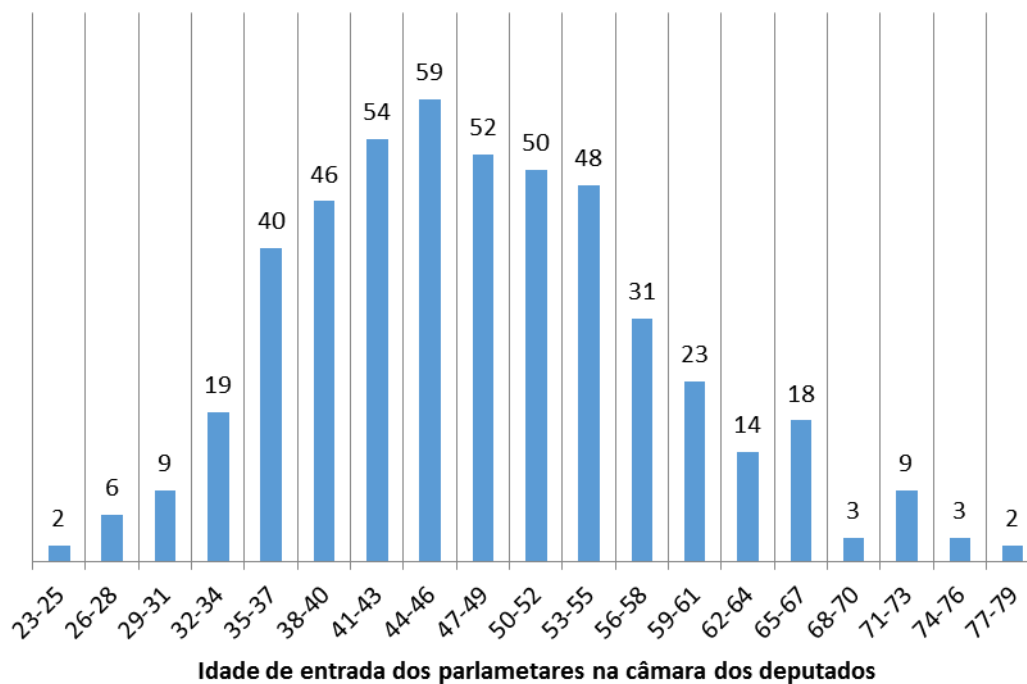
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 8 – Espectro ideológico político-partidário dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura (%).



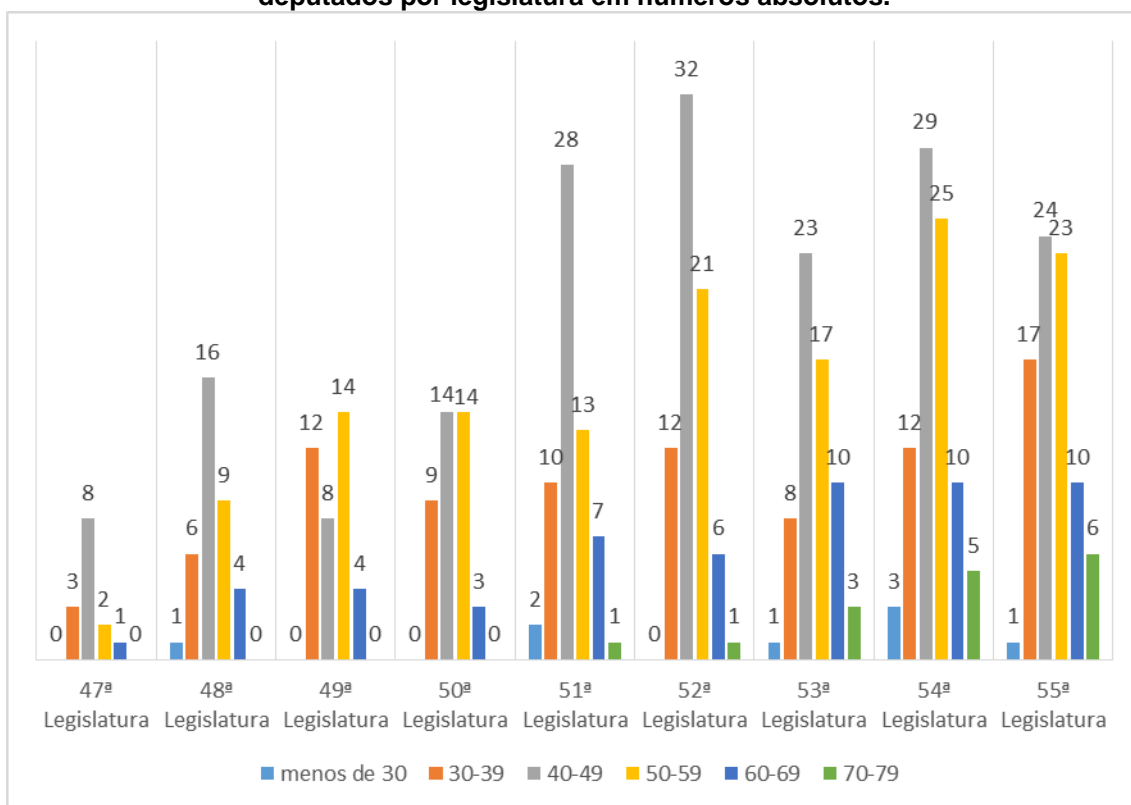
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 9 – Distribuição de frequência da idade entrada dos parlamentares na câmara dos deputados da 47ª (1983 a 1986) à 55ª legislatura (2016 a 2018).



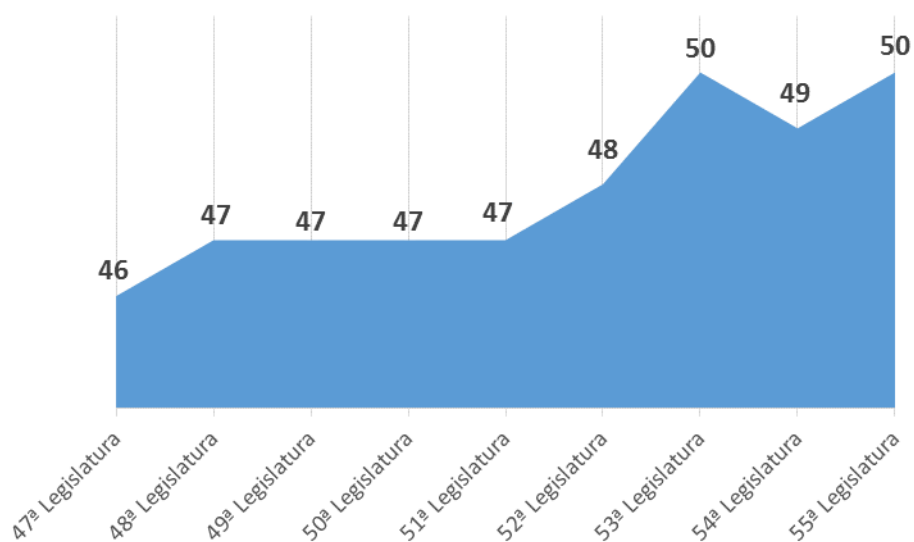
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 10 – Distribuição de frequência da idade de entrada dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura em números absolutos.



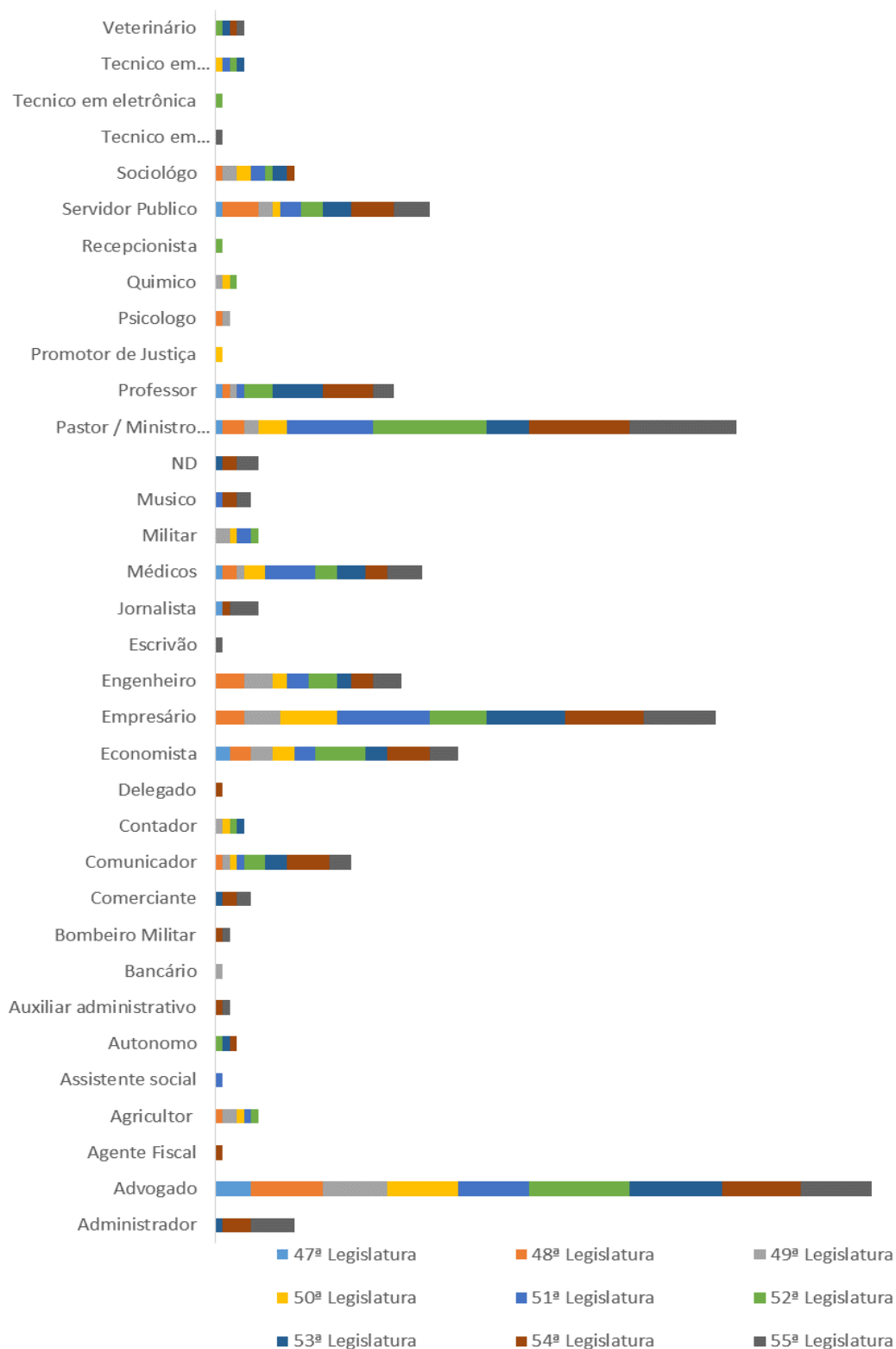
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 11 – Média da idade de entrada dos parlamentares na câmara dos deputados por legislatura.



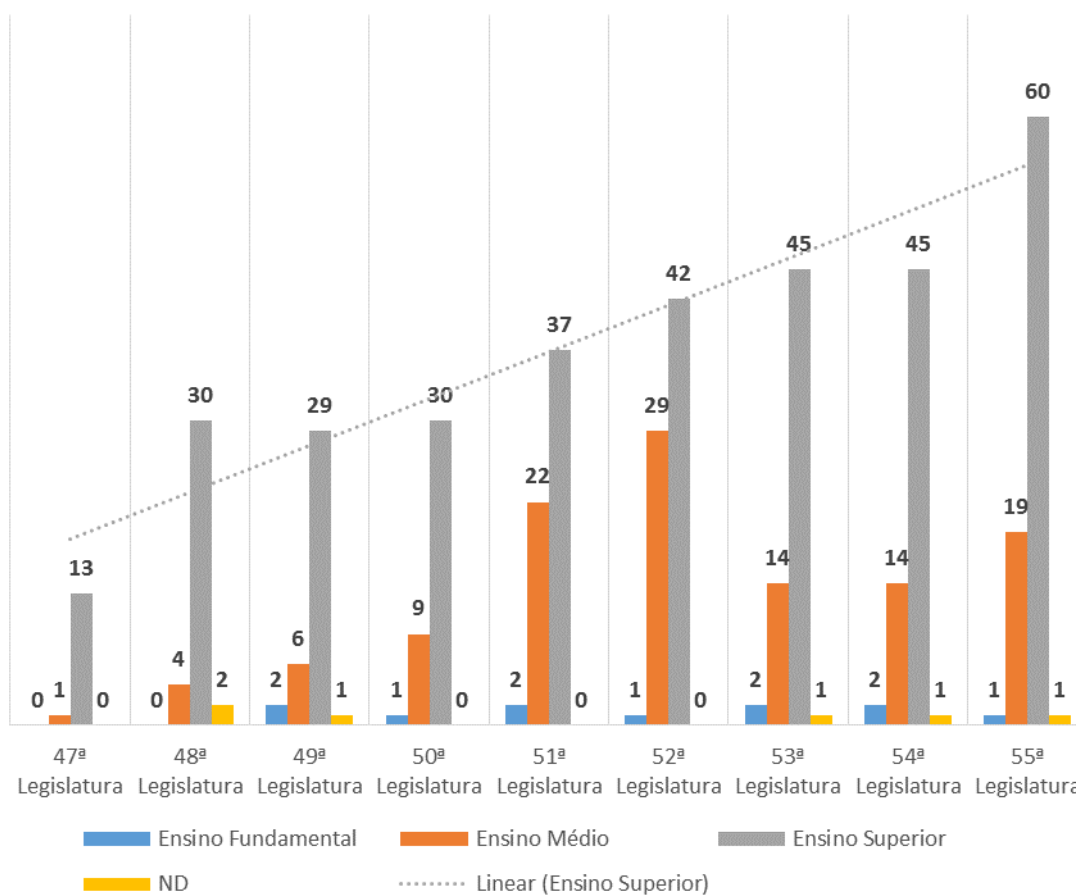
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 12 – Categorias profissionais dos parlamentares evangélicos.



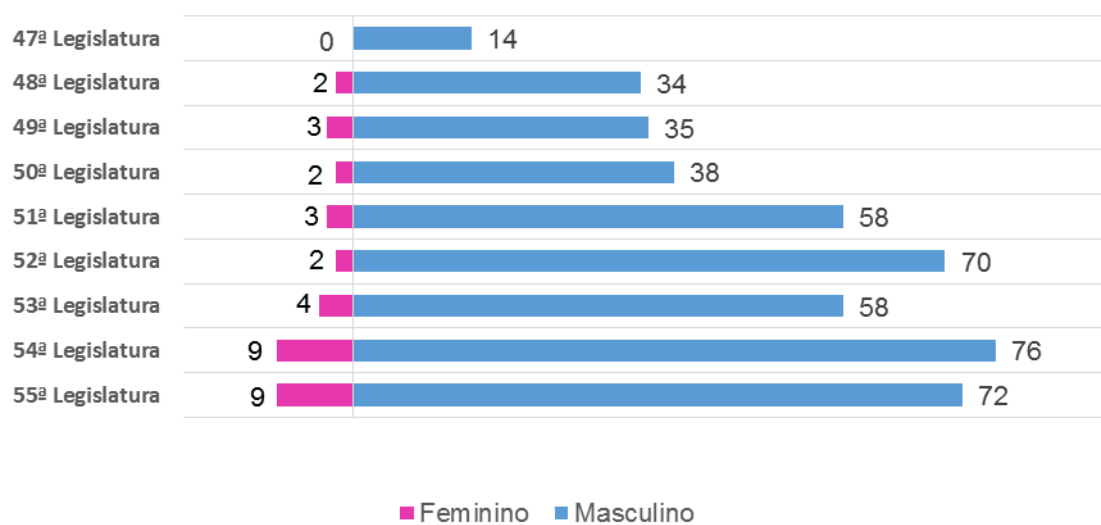
Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 13 – Grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos por legislatura.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 14 – Distribuição de frequência dos parlamentares por gênero da 47ª à 55ª Legislatura.



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 30. Proposições de autoria de Parlamentares Evangélicos e/ou outros, sobre temas morais.

PROPOSIÇÃO	AUTOR	EMENTA	COMISSÃO	COMENTÁRIO/SITUAÇÃO
Projeto de Lei 1.135/1991	Eduardo Jorge (PT/SP) Sandra Starling (PT/MG)	Suprime o Art. 124 do Código Penal Brasileiro.	Comissões de Constituição e Justiça e de Redação e de Seguridade Social e Família.	Suprime o artigo que caracteriza crime o aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento; altera o Decreto-lei nº 2.848, de 1940. Descriminalização do Aborto. Arquivado em 2011.
Projeto de Lei 4.703/1998	Francisco Silva (PPB/RJ)	Acrescenta o inciso VIII e o § 1º ao art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos.	Comissão de Seguridade Social e Família.	Inclui como crime hediondo o aborto provocado pela gestante, ou por terceiros, com o seu consentimento. Arquivado. Desarquivado em 2007 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguardando designação de relator.
Projeto de Lei 634/2003	Paulo Gouvêa (PL/RS)	Dá nova redação aos artigos 44 e 2031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.		Inclui as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado e desobriga-os de alterar seus estatutos no prazo definido no Código Civil. Transformado na Lei Ordinária 10.825/2003.
Projeto de Lei 2.401/2003	Poder Executivo Senado Federal	Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança e dá outras providências.		Nova Lei de Biossegurança. Transformado na Lei Ordinária 11.105/2005.
Projeto de Lei 2.679/2003		Dispõe sobre as pesquisas eleitorais, o voto de legenda em listas partidárias preordenadas, a instituição de federações partidárias, o funcionamento parlamentar, a propaganda eleitoral, o financiamento de campanha e as coligações partidárias, alterando a Lei nº	Comissão Especial destinada a efetuar estudo em relação às matérias em tramitação na Câmara, cujo tema abranja a Reforma Política. Proposição sujeita à apreciação do Plenário.	Arquivado em 2007.

		4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).		
Projeto de Lei 6.297/2005	Maurício Rands (PT/PE)	Acresce um parágrafo ao art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e acresce uma alínea ao inciso I do art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, para incluir na situação jurídica de dependente, para fins previdenciários, o companheiro homossexual do segurado e a companheira homossexual da segurada do INSS e o companheiro homossexual do servidor e a companheira homossexual da servidora pública civil da União.	Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.	Arquivado em 2015.
Projeto de Lei 122/2006	Deputada Iara Bernardi (PT/SP)	Altera a Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.849, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.	Comissão de Assuntos Sociais. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Criminalização da homofobia. Lei da Mordaça. Aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. Arquivado em 2011, atendendo à resolução do regimento interno do Senado Federal, que determina o arquivamento das proposições em tramitação na Casa há duas legislaturas.
Projeto de Lei 478/2007	Luiz Bassuma (PT/BA) Miguel Martini (PHS/MG)	Dispõe sobre o Estatuto do Nascituro e dá outras providências.	Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação do Plenário.	Elimina a possibilidade da descriminalização do aborto definindo o direito à vida desde a concepção em oposição direta ao PL 1.135/1991. Projetos apensados: PL 489/07, de idêntico teor, também dispõe sobre o Estatuto do Nascituro PL 1.763/07, que dispõe sobre a assistência à mãe e ao filho gerado em decorrência de

				estupro PL 3.748/08, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão à mãe que mantenha criança nascida de gravidez decorrente de estupro Aprovada nas duas primeiras Comissões, aguarda designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
Projeto de Lei 3.234/2008	Marcelo Crivella (PRB/RJ)	Institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus.	Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Recebeu regime de tramitação prioritária.	Transformado na Lei Ordinária 12.025/2009.
Projeto de Lei 3.541/2008	Cleber Verde (PRB/MA)	Institui o Dia Nacional do Evangélico a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano.	Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em tramitação ordinária.	Uma primeira iniciativa ocorreu em 1995 quando o deputado distrital Carlos Xavier apresentou o PL no 474/1995 que se transformou na Lei no 893/95 que instituiu o dia 30 de novembro como o Dia do Evangélico no Distrito Federal (ponto facultativo). Tal ideia se expandiu por todo o Brasil e outros Estados adotaram a iniciativa. Transformado na Lei Ordinária 12.328/2010.
Projeto de Lei 3.905/2008	Leandro Sampaio (PPS/RJ)	Institui o Dia Nacional de Valorização da Família.	Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, em regime de tramitação ordinária.	Transformado na Lei Ordinária 12.647/2012.
Projeto de Lei 3.991/2008	Jefferson Campos (PTB/SP)	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para acrescentar § 7º ao art. 55, a fim de conceder aos templos religiosos a isenção das contribuições destinadas à seguridade social.	Comissões de Seguridade Social e Família; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.	Projetos apensados: PL 3045/2011 – Concede isenção da contribuição de seguridade social às entidades religiosas, relativamente às remunerações para, devidas ou creditadas, em virtude de obras de construção de templos ou da sede social. PL 5544/2013 – Considera entidades religiosas, reconhecidas como entidades beneficentes de assistência social, como colaboradoras de interesse público, nos termos do inciso I, art. 19 da Constituição Federal. Aguardando designação de Relator na Comissão de Seguridade Social e Família.
Proposta de Emenda à Constituição	Antonio Carlos Biscaia	Da nova redação ao paragrafo 6o. do artigo 226 da Constituição		Divórcio Direto. Transformada em Norma Jurídica Emenda Constitucional

028/2009	(PT-RJ)	Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de previa separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos.		66/2010.
Projeto de Lei 4.725/2009	Flávio Bezerra (PMDB/CE)	Dispõe sobre a assistência para a mulher vítima de estupro que vier a optar por realizar aborto legal.		Concede bolsa-auxílio à mulher que engravidar em decorrência de estupro e optar por realizar aborto legal ou que sofrer aborto espontâneo. Arquivada em 2010.
Projeto de Lei 5.167/2009	Paes de Lira (PTC/SP) Capitão Assunção (PSB/ES)	Altera o art. 1.521 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.	Comissões de Seguridade Social e Família; Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita apreciação conclusiva pelas Comissões, tramitação ordinária.	Estabelece que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar. Apensado ao PL 580/2007 que Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para dispor sobre o contrato civil de união homoafetiva, de autoria do deputado Clodovil Fernandes (PTC/SP).
Projeto de Lei 5.598/2009	George Hilton (PP/MG)	Dispõe sobre as Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos, estabelecidos nos incisos VI, VII e VIII do art. 5º, e no § 1º do art. 210 da Constituição da República Federativa do Brasil.	Comissões de Educação e de Assuntos Sociais. Proposição sujeita à apreciação do Plenário.	Regulamenta a Constituição Federal de 1988. Projeto apelidado de "Lei Geral das Religiões". Encaminhado à Comissão de Educação, sob a relatoria do senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), foi despachada para a Comissão de Assuntos Sociais. Aguardando Apreciação pelo Senado Federal.
Decreto 7.037/2009 PNDH-3	Poder Executivo	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências.		Desenvolvido por a participação popular, por meio de conferências nacionais e regionais. As versões I e II foram publicadas durante o governo FHC, e a última, ou PNDH III, foi publicada no final de 2009, no governo Lula.
Projeto de Lei 7.018/2010	Zequinha Marinho (PSC/PA)	Veda a adoção de crianças e adolescentes por casais do mesmo sexo.		Apensada ao PL 2.153/2011, de autoria da deputada Janete Rocha Pietá (PT/SP), que altera o § 2º do art. 42 da Lei nº 8.069 de 13 de junho de 1990, para permitir a adoção de crianças e adolescentes por casais homoafetivos. Altera a Lei nº 8.069, de 1990. Arquivada em 2015.
Projeto de Lei 7.382/2010	Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Penaliza a discriminação contra heterossexuais e	Comissão de Direitos Humanos e Minorias e Comissão de Constituição e	Estabelece punição com detenção para os crimes resultantes de discriminação

		determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atemem para essa possibilidade.	Justiça e de Cidadania.	contra heterossexuais e afirma a comunicação desta infração por todos os cidadãos. Foi arquivado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, mas voltou a tramitar e aguarda designação de Relator. Terá, também, de passar pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
Projeto de Lei 7.672/2010	Poder Executivo	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou de tratamento cruel ou degradante.	O projeto foi aprovado por uma Comissão Especial em caráter conclusivo e deveria seguir para o Senado.	Convertida em norma jurídica, ficou conhecida como Lei da Palmada renomeada Lei Menino Bernardo em homenagem ao menino Bernardo Boldrini morto em abril de 2014, aos 11 anos, em Três Passos (RS); os acusados são o pai e a madrastra do menino. Transformado em norma jurídica Lei 13.010/2014.
Projeto de Decreto Legislativo 1.736/2009	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Poder Executivo	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado na Cidade-Estado do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.	Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação do Plenário em regime de urgência.	Acordo Brasil x Santa Sé. O Acordo que passou a tramitar na Comissão de Relações Exteriores recebeu parecer favorável do relator, o deputado federal Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), sendo aprovado por 23 votos a 7. Transformado no Decreto Legislativo 698/2009. Transformado no Decreto 7.107/2010, que Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.
Proposta de Emenda à Constituição 99/2011	João Campos (PSDB/GO)	Acrescenta ao art. 103, da Constituição Federal, o inciso X, que dispõe sobre a capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação do Plenário e recebeu regime de tramitação especial.	Obteve voto de admissibilidade do relator o deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG). No final de 2014, fim de legislatura, a proposta foi arquivada. Em 2015, foi desarquivada e está pronta para Pauta no Plenário da Câmara.
Projeto de Decreto Legislativo 232/2011	André Zacharow (PMDB/PR)	Dispõe sobre a convocação de plebiscito para decidir sobre a união civil de pessoas do mesmo sexo; respondendo a seguinte questão:	Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação	Arquivada em 2015.

		"Você é a favor ou contra a união civil de pessoas do mesmo sexo?".	ordinária.	
Projeto de Lei 1.672/2011	Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	Institui o "Dia do Orgulho Heterossexual", a ser comemorado no terceiro domingo de dezembro.	Comissão de Direitos Humanos e Minorias.	A proposta, que havia parado na Comissão de Direitos Humanos e Minorias na legislatura anterior, acabou arquivado e foi desarquivado em 2015 para voltar a tramitar. Aguarda deliberação do recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.
Projeto de Lei 2.756/2011	Eros Biondini (PTB/MG) João Campos (PSDB/GO) Mendonça Prado (DEM/SE)	Assegura aos clérigos o exercício dos atos litúrgicos em estrita conformidade com os respectivos ordenamentos religiosos.	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação do Plenário, em regime de tramitação ordinária.	A justificacão do PL afirma que o princípio da separacão entre o Estado e a Igreja veda aos órgãos do Estado obrigar os integrantes da Igreja a adotar práticas, que contrariem suas convicões ou doutrinas religiosas e ressalta que a Bancada Católica e a Frente Parlamentar Evangélica apoiam a proposicão. Aguardando designacão de Relator.
Lei 12.663/2012				Lei Geral da Copa. Define todas as características legais do evento, e permite à FIFA traçar estratégias junto a seus parceiros comerciais. No Brasil, porém, o Estatuto do Torcedor proíbe a venda de bebida alcoólica nos estádios, o que é um entrave para a organizadora que tem como um dos maiores patrocinadores do evento, uma marca de cerveja. Regulamentada pelo Decreto 7.783/2012
Projeto de Lei 03/2013	Iara Bernardi (PT-SC)	Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situacão de violêcia sexual.		Torna obrigatório, na rede hospitalar do Sistema Único de Saúde (SUS), o atendimento emergêcia, integral e multidisciplinar às vítimas de violêcia sexual, visando ao controle e ao tratamento dos agravos físicos e psíquicos decorrentes de violêcia sexual, e encaminhamento, se for o caso, aos serviços de assistêcia social. Aprovada pelo Congresso Nacional. Transformado na Lei 12.845/2013.
Projeto de Lei 6.583/2013	Anderson Ferreira (PR/PE)	Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providêcias.	Comissões de Direitos Humanos e Minorias; Segurancça Pública e Combate ao Crime Organizado; Educacão; Seguridade Social e Família e Constituiçã e	Apensados ao PL 6583/2013 PL 6584/2013 – Institui a "Semana Nacional de Valorizacão da Família", que Integrará o Calendário Oficial do País.

			<p>Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.</p> <p>Determinado regime de tramitação ordinária.</p>	<p>Em 2013 foi determinada a criação de uma Comissão Especial para avaliar o projeto - cuja presidência deverá ser disputada pelos religiosos a fim de facilitar a aprovação do texto.</p> <p>Aguardando deliberação do recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.</p>
<p>Projeto de Decreto Legislativo de Sustação dos Atos Normativos do Poder Executivo 871/2013</p>	<p>Arolde de Oliveira (PSD- RJ)</p>	<p>Susta os efeitos da Resolução nº 175, de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que "dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo".</p>	<p>Comissões de Direitos Humanos e Minorias e Constituição e Justiça e de Cidadania. Proposição sujeita à apreciação do Plenário.</p> <p>Tramitação ordinária.</p>	<p>Inicialmente o parecer do Relator foi pela rejeição.</p> <p>Aguarda designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.</p>
<p>Projeto de Lei 8.099/2014</p>	<p>Marco Feliciano (PSC/SP)</p>	<p>Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo.</p>	<p>Comissões de Educação e Cultura e Constituição e Justiça e de Cidadania.</p> <p>Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões.</p> <p>Regime de tramitação Ordinária.</p>	<p>Apensado ao PL 309/2011 – Altera o art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino religioso nas redes públicas de ensino do país.</p> <p>Desarquivada em 2015, aguarda parecer da Comissão de Finanças e Tributação.</p> <p>Em 2016, o parecer do Relator, Dep. Pedro Uczai (PT-SC), foi pela aprovação do PL 309/2011, com substitutivo, e pela rejeição do PL 8.099/2014, do PL 943/2015 (Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a inclusão do ensino da Bíblia nos ensinos fundamental e médio da educação básica – Alfredo Kaefer – PSDB/PR) e do PL 3.044/2015 (Dispõe sobre a possibilidade de escolha pelo conselho de pais e de mestres de cada instituição educacional sobre o conteúdo a ser ministrado na disciplina de ensino religioso na rede educacional – Takayama – PSC/PR).</p>

Fonte: Elaboração própria a partir de Câmara dos Deputados, 2013. Prisco, 2010. Dantas, 2011. Gonçalves, 2011. Duarte, 2012. Lopes, 2013. Cassotta, 2016. Doudement, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerada tradicionalmente um Continente católico, a América Latina tem experimentado um processo acelerado de pluralização de seu campo religioso principalmente em virtude do crescimento exponencial de sociabilidades confessionais de tipo pentecostal e neopentecostal oriundas da vertente religiosa protestante. Os indicadores quantitativos baseados nas pesquisas sobre a pertença religiosa dos latino-americanos além dos dados censitários disponibilizados pelos organismos oficiais na maioria dos 18 países analisados demonstram que o catolicismo tem declinado por vários motivos distintos; o mais significativo, entretanto, aponta que o recuo da religião católica no espaço societal latino-americano corresponde ao avanço das “seitas protestantes”, na expressão de Weber. Em outros termos, a expansão evangélica na América Latina tem se produzido a partir da própria migração da população católica às diferentes vertentes do protestantismo. Assim, o fenômeno de pluralização da América Latina tem ocorrido no âmbito da fragmentação de seu campo religioso a partir de um agressivo movimento de evangelização do Continente impulsionado pelos segmentos protestantes e que dificilmente ocorreria se não fosse favorecido pela terceira onda de redemocratização da América Latina iniciada nos anos 1980.

Expulso do espaço privado que passou a constituir a partir das redes educacionais particulares que formou e que se direcionavam às classes abastadas da sociedade latino-americana, o protestantismo de missão não pretendeu um simples ajustamento ao *status quo* que unia, em seu ordenamento jurídico, a Igreja ao Estado quando se estabeleceu definitivamente na América Latina a partir da segunda metade do século XIX. Era desprovido, contudo, de um ethos enraizado no movimento de Reforma do século XVI e não se notabilizou igualmente pela difusão do liberalismo político. Fruto dos movimentos de avivamento norte-americano do século XIX, o protestantismo latino-americano – excetuados os luteranos e anglicanos – se constituiu como missionário, conversionista e milenarista e passou a difundir o *American Way of Life* e a prosperidade econômica. Se o protestantismo latino-americano se uniu aos movimentos liberais o fez visando mais vantagens próprias às suas sociabilidades religiosas do que motivado por uma vocação

secularizante de separação entre Igreja e Estado. Assim, sobre a base do crescimento exponencial das sociabilidades religiosas protestantes e favorecidas pelos processos de redemocratização da América Latina iniciado nos anos 1980, o protestantismo latino-americano conseguiu transpor o conflito cultural entre a identidade evangélica àquela do católico romano ao campo político-partidário. De maneira inédita em uma sociedade enformada pelo catolicismo romano surgiam novos atores confessionais evangélicos na cena político-partidária latino-americana desejosos de conquistar a esfera pública e, em especial, o campo político, percebido como um espaço dominado pelo mal.

Se a América latina está se tornando um Continente protestante a partir do processo de conversão em massa da população católica às diferentes vertentes do protestantismo – principalmente as de tipo pentecostal e neopentecostal – é difícil de afirmar de maneira homogênea. Os censos demográficos nos 18 países analisados têm demonstrado que a América Latina segue sendo um Continente cristão, porém, no marco dos Estados poliárquicos, o pluralismo societal continua circunscrito ao campo religioso.

Ele permite visualizar quatro distintos cenários políticos influenciados pela atual configuração do campo religioso latino-americano.

Em 9 países da América Latina a religião católica continua sendo predominante entre a população; os segmentos evangélicos já constituem, porém, a minoria religiosa mais importante no Paraguai, no México, na Colômbia, no Equador, na Bolívia, no Peru, na Venezuela, na Argentina, assim como no Panamá.

Em quatro países latino-americanos o catolicismo se tornou apenas a religião da maioria da população perdendo sua posição de religião dominante. Esse fenômeno de declínio do catolicismo pode ser observado na Costa Rica, na República Dominicana, no Brasil e também no Chile.

Em outros três Estados da região, quais sejam, El Salvador, Guatemala e Nicarágua, todos eles situados na América Central, a população evangélica, somada ao conjunto dos que se declaram pertencer a outras religiões distintas do catolicismo com os segmentos não religiosos, agnósticos ou ateus, constitui a metade da população.

Finalmente, em apenas dois países da América Latina – Honduras e

Uruguai – o catolicismo representa menos da metade das declarações de pertença à religião católica. Contudo, apenas em Honduras o protestantismo supera numericamente o catolicismo romano em termos de declarações de pertença religiosa enquanto que no Uruguai os não religiosos constituem uma impressionante maioria de 37% da população, os evangélicos 15% e os filiados a outras vertentes representam 6% da população uruguaia; juntos superam os 42% de católicos no país.

Nos países latino-americanos apresentando maior densidade demográfica protestante, os atores evangélicos encontraram condições favoráveis à sua inserção na cena político-partidária. Contudo, embora o crescimento demográfico dos segmentos protestantes nesses países seja condição necessária à conquista da esfera política ela, por si só, não é condição suficiente para a explicação do fenômeno. A inserção e conquista do espaço político pelos segmentos evangélicos tem variado significativamente de maneira a transcender os tipos de ordenamento jurídico presentes atualmente nos países latino-americanos. A estabilidade política dos países e seus respectivos sistemas partidários também constituem importantes variáveis a serem consideradas.

Uruguai (T4), Argentina (T1), México (T1) e Chile (T2) podem ser recompostos em um bloco de países latino-americanos onde se observa pouca ou nenhuma ativação dos segmentos evangélicos na esfera político-partidária. Uruguai e México são países onde os processos como a secularização, no caso do primeiro, e a laicidade, no caso do segundo, são mais ampliados pelo poder estatal, o que contém as clivagens entre os setores protestantes e a Igreja. No Chile, dispositivos constitucionais impediam a participação de religiosos no Congresso Nacional; a revogação destes em 2017 pode facilitar o ingresso de atores evangélicos no parlamento chileno. Na Argentina, o único Estado de tipo confessional desse bloco, o catolicismo tem recuado na esfera social menos em decorrência do crescimento do protestantismo do que pelo processo de individualização e privatização das crenças religiosas entre os católicos. Nesses países, os segmentos católicos são mais progressistas que os evangélicos em termos de seu apoio às políticas públicas voltadas às minorias, por exemplo, 59% dos católicos uruguaiois, 53% dos católicos argentinos, 50% de católicos mexicanos e 46% dos católicos chilenos se declararam

favoráveis à união civil entre pessoas do mesmo sexo; apenas 35% dos evangélicos uruguaios; 32% de evangélicos argentinos; 35% dos evangélicos mexicanos e 26% de evangélicos chilenos apoiam a mesma iniciativa. Ainda assim, os índices são mais altos se comparados a outros países da região.

Peru (T1) e Venezuela (T1), assim como alguns países da América Central – República Dominicana (T2), El Salvador (T3), Guatemala (T3) e Nicarágua (T3), os segmentos protestantes tornam-se particularmente ativos na esfera político-partidária em razão das clivagens com o Estado que se apoia na Igreja a fim de manter sua hegemonia política. Isso ocorre não apenas em virtude da fragilidade do próprio sistema político, mas igualmente devido ao fato da laicidade se apresentar de forma restrita, de maneira que dispositivos constitucionais garantem privilégios à Igreja. No Panamá (T1), país predominantemente católico, mas onde o Estado tem garantido maior igualdade entre os cultos, o protestantismo não tem entrado em conflito com o poder estatal. Além disso, o Panamá tem se notabilizado pela estabilidade de seu sistema político além de possuir um dispositivo constitucional, o art. 45, que impede que os ministros religiosos exerçam cargos públicos fora da esfera da assistência social, da educação e das investigações científicas. No Peru (T1), assim como na Costa Rica (T2), o único país apresentando um regime de tipo confessional, o protesto das minorias religiosas se converteu em movimentos sociais se organizando em partidos políticos confessionais inclusive com uma significativa presença evangélica no parlamento peruano. Nesses países, a ação política dos protestantismos tem se notabilizado pela busca de reconhecimento do Estado como atores relevantes na cena partidária buscando mais a obtenção de vantagens às suas sociabilidades religiosas do que um Estado laico.

Finalmente, países latino-americanos como Bolívia, Colômbia, Equador, Brasil e Honduras, todos afirmando a laicidade em seus ordenamentos jurídicos, formam um bloco onde o crescimento da religião protestante permitiu a inserção e conquista dos segmentos evangélicos na esfera político-partidária. Embora a laicidade seja vista em termos do reconhecimento do poder estatal à igualdade de culto religioso as denominações não católicas, o catolicismo romano continua sendo o principal ator político a negociar com o Estado, mas deixou de ser o único. Neste tipo de regime, principalmente onde existe o sistema multipartidário, os atores

evangélicos podem competir com a Igreja no espaço público dependendo do peso numérico de suas sociabilidades religiosas e do reconhecimento da parte do Estado como sua clientela política. De maneira geral, a emergência de partidos políticos confessionais evangélicos em vários países latino-americanos constituiu a principal novidade em sistemas partidários que mudaram pouco durante os processos de redemocratização do Continente iniciado nos anos 1980.

Em toda a América Latina, os segmentos evangélicos têm lançado candidaturas próprias tanto ao poder executivo quanto ao legislativo. Embora o voto protestante não possa mais ser desprezado pelos políticos que postulam a esses postos, as candidaturas vitoriosas aos cargos majoritários têm sido aquelas que tem cooptado os segmentos evangélicos apresentando-se de maneira messiânica, mas sem deixar de negociar com setores sociais mais amplos, como aconteceu com os *outsiders* Collor de Mello, eleito presidente do Brasil em 1989 contando com amplo apoio das sociabilidades religiosas evangélicas e Alberto Fujimori que se elegeu presidente no Peru através de uma ampla coalizão reunida em torno do movimento Cambio 90; mas também o pentecostal Jorge Serrano Elías, eleito o primeiro presidente evangélico na Guatemala em 1991 além das eleições no Brasil de Lula em 2002 e 2006 e sua sucessora Dilma Rousseff em 2010 e 2014, ambos contaram com o apoio de amplos segmentos sociais além do suporte massivo dos setores evangélicos e, finalmente, de Óscar Nicanor Duarte Frutos, eleito presidente do Paraguai em 2003, o primeiro protestante a assumir o posto máximo do país. Contudo, os evangélicos vêm obtendo maior sucesso eleitoral quando disputam cargos proporcionais por serem direcionados a um segmento social mais restrito, no caso as próprias sociabilidades religiosas. Esse fenômeno tem sido particularmente expressivo na Câmara dos Deputados do Brasil, onde desde a transição democrática parlamentares reivindicando abertamente sua pertença evangélica tem sido eleitos sobre a base do prestígio denominacional ou do corporativismo religioso.

O estudo da bancada evangélica durante o período de 9 legislaturas na Câmara dos Deputados – da 47ª Legislatura (1983-1986) à 55ª Legislatura (2014-2018) permitiu demonstrar, em primeiro lugar, a existência de 488 mandatos evangélicos: 101 deputados federais evangélicos tiveram apenas uma passagem pela Câmara dos Deputados, o que representa pouco mais de 42% do total da

bancada evangélica. Considerando a profissionalização no legislativo federal a participação do parlamentar em pelo menos em duas legislaturas na Câmara dos Deputados, se pode afirmar que os 237 parlamentares evangélicos se tornaram políticos profissionais. Dentre esse grupo, 75 deputados federais evangélicos tiveram duas passagens pela Câmara dos Deputados, o que representa pouco mais de 31% do total da bancada evangélica; 26 parlamentares evangélicos tiveram 3 mandatos na Casa legislativa, ou seja, 10,97% da bancada evangélica; outros 18 parlamentares evangélicos tiveram 4 passagens pelo legislativo federal, representando 7,59% dos deputados evangélicos; 6 parlamentares evangélicos tiveram 5 mandatos (2,53% da bancada evangélica); apenas 4 deputados federais evangélicos se elegeram a 6 mandatos na Câmara, 1,68% da bancada evangélica e, finalmente, uma minoria de 5 parlamentares evangélicos obtiveram 7 mandatos que representam 2,10% na Casa legislativa.

A análise das profissões dos parlamentares evangélicos dos 488 mandatos permitiu demonstrar o perfil elitista da bancada evangélica composta por 92 Advogados (18,85%); 73 pastores e ministros evangélicos (14,95%); 70 empresários (14,34%); 36 economistas (7,37%); 30 servidores públicos (6,14%); 29 médicos (5,94%), 26 engenheiros (5,32%); 25 professores (5,12%); 19 comunicadores (3,89%) e 11 sociólogos (2,24%). O elitismo profissional reflete o elitismo educacional uma vez a grande maioria dos parlamentares evangélicos possui nível de educação superior, contrariando a ideia de que os evangélicos na Câmara dos Deputados não possuem um grau elevado de instrução escolar. Assim, o grau de escolaridade dos parlamentares evangélicos com nível superior ao ingressar na vida pública representa 70,49% dos 488 mandatos analisados, o que em números absolutos corresponde a 344 parlamentares com nível superior. Outros 128 (26,22%) parlamentares evangélicos analisados possuíam ensino médio e apenas uma minoria de 11 parlamentares possuía apenas o ensino fundamental completo, ou seja, 2,25% da bancada evangélica. De maneira paradoxal, considerando que a religião protestante continua apresentando um maior crescimento entre as classes mais populares no Brasil, a chamada Classe C, que ascendeu socialmente nos últimos 13 anos e que possui o maior número de eleitores, quer dizer 54% do eleitorado, os parlamentares evangélicos, pelo perfil

sócio-educacional elitista que apresentam, representam pouco esses segmentos sociais economicamente desfavorecidos que compõe a base de apoio eleitoral provinda das sociabilidades religiosas evangélicas que representam.

Ao longo das nove legislaturas analisadas se verificou que a idade média dos parlamentares evangélicos ao ingressar nas legislaturas era de 48 anos de idade, a maioria com experiência prévia no serviço público ou político-partidária. Predominante na Câmara dos Deputados, o gênero masculino foi também preeminente na bancada evangélica. Dos 488 mandatos evangélicos analisados, 454 deles foram constituídos por parlamentares do sexo masculino (93,03%); apenas 34 mandatos tiveram representação do sexo feminino, ou seja, apenas 6,96% de mulheres chegaram a exercer um mandato na Câmara dos Deputados.

No que se refere a distribuição dos parlamentares evangélicos por partido observou-se que a agremiação político-partidária com maior número de mantados na bancada evangélica foi àquelas vinculadas ao PMDB, com 93 mandatos (19,05%); seguidas pelo PFL, com 56 (11,47%); PTB com 42 (8,60%); PSC com 32 (6,55%) e, finalmente, o PSDB, com 29 (5,92%). Juntos estes cinco partidos elegeram 252 parlamentares evangélicos (51,63%). Os outros 30 partidos com representatividade na bancada evangélica elegeram 236 parlamentares (48,36%). É significativo destacar que a maior representação confessional de parlamentares evangélicos durante as 9 legislaturas é do protestantismo “histórico” de missão – batistas, presbiterianos, metodistas, incluindo a pentecostal Assembleia de Deus – e o luteranismo como vertente do protestantismo de etnia.

Em segundo lugar, a recorrente permanência de uma bancada evangélica a cada nova legislatura na Câmara dos Deputados brasileira possibilitou a emergência de uma nova elite parlamentar de tipo confessional distinta da tradicional elite oligárquica ou da mais recente elite patronal, a primeira representada na Câmara dos Deputados pela bancada ruralista e a última pela bancada empresarial, que juntamente com a bancada evangélica constituem os três grupos de pressão numericamente mais importantes e influentes na Câmara dos Deputados. Contudo, embora se notabilize pela defesa de matérias de ordem moral – uma característica imposta pela Câmara dos Deputados que institucionalizou os mais de 112 diferentes *lobbies* na Casa legislativa em 2005 – a *Frente Parlamentar*

Evangélica defende o patrimonialismo por compor-se, em seu perfil profissional, de pastores-empresários, “donos de igrejas” ligados ao setor da mídia religiosa agindo como grupos de pressão no interesse das empresas religiosas que representam, além de apoiar a bancada ruralista em seus projetos.

O fenômeno de representação parlamentar através da ação dos grupos de pressão agindo em favor de grupos de interesse exercendo direta influência nas agendas políticas do chefe do executivo tem enfraquecido a representação partidária na Câmara e favorecido a corrupção, um tema grandemente explorado pelos partidos de direita na oposição aos governos com agendas progressistas.

A análise conjunta do comportamento político dos parlamentares evangélicos demonstra sua atuação na cena legislativa como grupo de pressão agindo segundo as agendas dos grupos de interesse que representam.

Em suma, a participação de atores evangélicos na cena político-partidária latino-americana tem se notabilizado menos pela luta efetiva pela separação entre Igreja e Estado, ou pelo estabelecimento de um Estado laico, pela ampliação de direitos, do que pela instauração de um Estado multiconfessional em que as sociabilidades religiosas evangelicas gozem dos mesmos privilégios outorgados pelo Estado à Igreja através da imposição da sua moral religiosa ao conjunto da população.

REFÊRENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Abranches, S. 1988. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados*, 31(1), 5-38.
- Alcántara, M. & Freidenberg, F. 2002. Partidos políticos na América Latina. *Opinião Pública* [online], 8 (2), 137-157. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762002000200001>
- Alcántara, M. 2012. *El ofício de político*, Madrid, Tecnos.
- Álvarez, G. J. 2008. *Evangélicos y elecciones en el Perú (1979-2006)* [e-book]. Asin, Fernando Armas/Cotrina, Carlos Aburto (eds.). Políticas divinas: Religión, diversidad y política en el Perú Contemporáneo. Lima: Instituto Riva-Aguero. pp. 1-22. Disponível em: <https://rolandoperez.files.wordpress.com/2009/01/evangélicos-y-elecciones-en-el-peru.pdf>
- American Baptist Churches of Ohio 2011. *Gustavo Parajón has died* [online]. Ohio, USA: ABC-Ohio. Disponível em: <http://www.abc-ohio.org/index.php/news/menu-cat-abc-usa-news-state/294-gustavo-parajon-has-died> [Consultada em 2015].
- Aragon, R. 2010. *Reportagem Especial Igreja da Libertação: Uma visão histórico-pastoral da Igreja Católica na Nicarágua*. ADITAL: Agência de Informação Frei Tito para a América Latina e Caribe. Disponível em <http://www.adital.com.br>
- Araúz, H. B. 2006. *Elecciones en Costa Rica 2006* [online]. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/panama/cela/tareas/tar123/07arauz.html>
- Bastian, J. P. 1997. Minorités religieuses et confessionnalisation de la politique en Amérique latine. *Archives de sciences sociales des religions*, 97-114.
- Bastian, J.P. 1986. Protestantismo popular y policia en Guatemala y Nicaragua. *Revista Mexicana de Sociologia*, 181-199. Universidad Nacional Autónoma de México. Vol. 48, n 3 (jul. - set.). Disponível em: <http://www.jstor.org/journal/revimexisocial>
- Bastian, J.P. 1999. Los nuevos partidos políticos confesionales evangélicos y su relación con el Estado en América Latina. *Estudios sociológicos* [online], 153-173, Vol. 17, nº. 49. Disponível em <http://www.jstor.org/journal/estusoci>
- BBC Brasil 2015. *Duas visões: juristas contra e a favor avaliam pedido de impeachment* [online]. São Paulo: BBC Brasil. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/12/151201_impeachment_2visoes_juristas_jp [Consultada em março de 2017].
- Biografías y Vidas 2004. *La Enciclopedia Biografica en Linea* [online]. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com> [Consultada em 2015].
- Braga, M. do S. S., Veiga, L. F., & Miríade, A. 2009. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006 [online]. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24(70), 123-142. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000200008> [Consultada em março de 2017].
- Burke, K. 1969. *A grammar of motives*. [e-book] Univ of California Press.

Câmara dos Deputados 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte* [online]. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. Disponível em: <http://imagem.Câmara.gov.br/Imagem/d/pdf/239anc05mai1988.pdf> [Consultada em fevereiro de 2017].

Câmara dos Deputados 2005. *Ato da Mesa nº 69, de 10/11/2005* [online]. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.Câmara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html> [Consultada em março de 2017].

Câmara dos Deputados 2008. *Saiba como evoluiu a legislação brasileira sobre petróleo* [online]. Brasília: Agência Câmara Notícias. Disponível em: <http://www2.Câmara.leg.br/Câmaranoticias/noticias/126538.html> [Consultada em fevereiro de 2017].

Câmara dos Deputados 2009. *Decreto Legislativo nº 698* [online]. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.Câmara.leg.br/legin/fed/decleg/2009/decretolegislativo-698-7-outubro-2009-591628-publicacaooriginal-116679-pl.html> [Consultada em março de 2017].

Câmara dos Deputados 2013. *Projetos de Lei e outras proposições* [online]. Brasília/DF: Biblioteca Digital. Disponível em <http://www.Câmara.leg.br/buscaProposicoesWeb/pesquisaSimplificada> [Consultada em março de 2017].

Câmara dos Deputados 2015. *Discursos e Notas Taquigráficas* [online]. Brasília/DF: Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.Câmara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas> [Consultada em março de 2017].

Câmara dos Deputados 2015b. *Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara dos Deputados* [online]. Brasília/DF: Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.Câmara.leg.br/Câmaranoticias/noticias/politica/481104-eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-câmara-dos-deputados.html> [Consultada em março de 2017].

Câmara dos Deputados 2017a. *Conheça os Deputados* [online]. Brasília/DF: Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www2.Câmara.leg.br/deputados/pesquisa> [Consultada em fevereiro de 2017].

Câmara dos Deputados 2017b. *O Papel das Comissões Permanentes* [online]. Brasília/DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.Câmara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes> [Consultada em março de 2017].

Câmara dos Deputados 2017c. *Constituintes* [online]. Brasília/DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www2.Câmara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/constituintes [Consultada em março de 2017].

Carazo 2013. *A 4 días del terremoto de Managua, nació EL CEPAD, y auxilió a más de 100 mil damnificado (s en una iglesia de Acahualinca* [online]. Nicarágua: Periódico Carazo. Disponível em: <http://www.aquiNicarágua.com/carazo2.html> [Consultado em 2015].

Carta Capital 2012. *Nos tempos do engavetador-geral: Refrescando Henrique Cardoso*

[online]. São Paulo: Editora Confiança Ltda. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/nos-tempos-do-engavetador-geral-refrescando-henrique-cardoso/> [Consultada em março de 2017].

Carta Capital 2013. *Constituição e PMDB seguram reforma agrária* [online]. São Paulo: Editora Confiança Ltda. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/constituicao-e-pmdb-atrasam-reforma-agraria-1723.html> [Consultada em fevereiro de 2017].

Carta Capital 2014. *O poder dos evangélicos na política* [online]. São Paulo: Editora Confiança Ltda. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/811/alem-do-misticismo-9696.html> [Consultada em março de 2017].

Carta Maior 2015. *PEC 171: um estelionato contra os direitos dos jovens* [online]. São Paulo: Carta Maior – O portal da esquerda. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/PEC-171-um-estelionato-contra-os-direitos-dos-jovens/5/33171> da em março de 2017].

Carta Maior 2015b. *PL 4.330/04: desmascaramento e enfrentamento* [online]. São Paulo: Carta Maior – O portal da esquerda. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Principios-Fundamentais/PL-4-330-04-desmascaramento-e-enfrentamento/40/33277> [Consultada em março de 2017].

Carta Maior 2015c. *Comando do Congresso é um escárnio às manifestações de 2013* [online]. São Paulo: Carta Maior – O portal da esquerda. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Comando-do-Congresso-e-um-escarnio-as-manifestacoes-de-2013/32794> [Consultada em março de 2017].

Cassotta, P. L. 2016. *Avaliando a atuação dos deputados evangélicos na Câmara dos Deputados: comportamento partidário ou religioso?* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos – UFSCar (online <https://www.repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/8470>)

Cassotta, P. L. 2016. *Uma análise do comportamento dos deputados evangélicos no Legislativo Brasileiro*. E-legis, Brasília, n. 20, p. 75-101, maio/ago., ISSN 2175.0688 (online <http://bd.Câmara.gov.br/bd/handle/bdCâmara/29362>).

Castro, J. R. X. 2003. *Conducta Política del Cristianismo en Nicaragua. Ética Y Política* [online]. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Nicaragua/cielac-upoli/20120806013622/cap10.pdf>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) 2010. *Verbetes do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> [Consultado em janeiro de 2017].

Clarín Digital 2008. *Cada vez hay menos católicos y la gran mayoría no va a misa* [online]. Buenos Aires/Arg: Clarín Digital. Disponível em https://www.clarin.com/ultimo-momento/vez-catolicos-gran-mayoria-va-misa_0_ryGYm3RpFI.html [Consultada em 2011].

Confederação Nacional dos Metalúrgicos 2009. *O Brasil não esquecerá: 45 escândalos que marcaram o governo FHC* [online]. São Bernardo do Campo: CNM/CUT. Disponível em: <http://www.cnmcut.org.br/conteudo/o-brasil-nao->

esquecera-45-escandalos-que-marcaram-o-governo-fhc [Consultada em março de 2017].

CongresoVisible 1998. *Toda la información sobre el Congreso Colômbiano en un solo lugar* [online]. Bogotá/Colômbia: Departamento de Ciencia Política de la Universidad de los Andes. Disponível em <http://www.congresovisible.org/congresistas/> [Consultada em março de 2015].

Congreso de la Republica del Peru 2006. *Congresistas* [online]. Lima, Peru: Congreso de la Republica. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/Congresistas/> [Consultada em 2015].

Congresso em Foco 2013. *Notícias* [online]. Brasilia/DF: Congresso em Foco. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/category/noticias/> [Consultada em abril 2013].

Congresso em Foco 2015. *Cunha põe evangélicos no comando da Câmara* [online]. Brasilia/DF: Congresso em Foco. Disponível em <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/eduardo-cunha-poe-evangélicos-no-comando-da-Câmara/> [Consultada em março de 2017].

Congresso em Foco 2016. *Deputados citaram “Deus” 59 vezes na votação do impeachment* [online]. Brasilia/DF: Congresso em Foco. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/deputados-citaram-“deus”-59-vezes-na-votacao-do-impeachment/> [Consultada em abril de 2016].

Congresso em Foco 2016b. *Do atual Congresso, 42 votaram impeachment de Collor* [online]. Brasilia/DF: Congresso em Foco. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/do-atual-congresso-42-votaram-impeachment-de-collor/> [Consultada em março de 2017].

Consejo Cristiano de Agencias de Desarrollo 2011. *Fundación Consejo Cristiano de Agencias de Desarrollo CONCAD* [online]. Guatemala: Coordinación de ONG y Cooperativas (CONGCOOP). Disponível em: <http://www.congcoop.org.gt/nuestros-miembros/26-fundacion-consejo-cristiano-de-agencias-de-desarrollo-concad.html> [Consultada em 2015].

Consejo Supremo Electoral 2006. *Elecciones Presidenciales – Cuadro Comparativo 1958-2000* [online]. Venezuela: Consejo Supremo Electoral. Disponível em <http://www.cne.gob.ve/web/documentos/estadisticas/e006.pdf> [Consultada em 2016].

Córdova, J. 2003. Capacidades Políticas del Movimiento Evangélico Boliviano. Nuevos Actores Sociales. Volumen I. Cuaderno de Futuro 16. Informe de Desarrollo Humano. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNDU).

Costa Rica Hoy 2012. *Notícias 24/7* [online]. Costa Rica: Comunicación Digital. Disponível em <https://www.crhoy.com/resultados/?r=religion> [Consultada em dezembro de 2012]

Costa, E. 1988. Sangue e escravidão. *Cadernos de Saúde Pública* [online], 4(2), 145-146. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1988000200001> [Consultada em 2017].

Cristiano Digital 2012. *Evangélicos presentan al país nueva fuerza política con miras a elecciones del 2016* [online]. Republica Dominicana: Cristiano Digital. Disponível

em <http://www.cristianodigital.net/index.php/2015/07/22/evangélicos-presentan-al-pais-nueva-fuerza-politica-con-miras-a-elecciones-del-2016/> [Consultada em 2012].

Da Costa, N. 2014. The religious sphere in Uruguay: An atypical country in América Latina. Pew Research Center, Washington, D.C.

Dantas, B. S. do A. 2011. *Religião e Política: ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica De São Paulo PUC-SP. (online <https://sapiencia.pucsp.br/handle/handle/16946>)

De Souza, A. R. 2009. O desempenho político-eleitoral dos evangélico de 1986 a 2008. *Revista Brasileira de Historia das Religiões, ANPUH Maringa* (PR), 1(3).

Decresci, S. 2016. O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai. *Sem Aspas*, v. 4. Disponível em <http://seer.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/7114>

Degregori, C. I. & Grompone, R. 1991. *Elecciones 1990: demonios y redentores en el nuevo Perú: una tragedia en dos vueltas*. Lima: IEP ediciones. Disponível em: <http://lanic.utexas.edu/project/laoap/iep/ddtlibro36.pdf>

Deiros, P. A. 1986. Los evangélicos y el poder político en América Latina. *Grand Rapids*.

Departamento Administrativo Nacional de Estadística (DANE). *Censo General 2005* [online]. Bogotá D.C., Colômbia: DANE. Disponível em: <http://www.dane.gov.co> [Consultada em 2013].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) 1994. *Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 1995-1999* [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br> [Consultada em outubro 2011].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) 1998. *Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 1999-2003* [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br> [Consultada em outubro 2011].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 1988. *Quem foi quem na Constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores* [online]. Brasília/DF: DIAP, São Paulo: Cortez, Oboré. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/23-quem-foi-quem-na-constituente-nas-questoes-de-interesse-do-trabalhadores-1988/233-quem-foi-quem-na-constituente-nas-questoes-de-interesse-do-trabalhadores-apresentacao> [Consultada em outubro de 2011 e março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 1990. *Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 1991-1995* [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/263-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-1991-1995-novembro-de-1990> [Consultada em outubro 2011 e em março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 1994. *Radiografia do Novo Congresso Boletim do DIAP Edição Especial* [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/boletim-do-diap/viewcategory/11-boletim-do-diap?start=100>

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 2002. *Radiografia do Novo*

Congresso, Legislatura 2003-2007 [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br> [Consultada em outubro 2011 e março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 2006. *Radiografia do Novo Congresso*, Legislatura 2007-2011 [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/267-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2007-2011-novembro-de-2006> [Consultada em outubro 2011 e março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 2007. *Frentes parlamentares proliferam no Legislativo Federal* [online]. Brasília/DF: Agência DIAP. Disponível em: http://www.diap.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5464:frentes-parlamentares-proliferam-no-legislativo-federal [Consultada em março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 2010. *Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2011-2015* [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/355-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2011-2015-dezembro-de-2010> [Consultada em outubro 2011 e março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 2011. *Bancadas informais no Congresso Nacional em 2011* [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: http://www.diap.org.br/images/stories/publicacoesDIAP/Radiografia_011/Radiografia_011_P35.pdf [Consultada em março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 2014. *Radiografia do Novo Congresso – Legislatura 2015-2019* [online]. Brasília/DF: DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/finish/41-radiografia-do-novo-congresso/2883-radiografia-do-novo-congresso-legislatura-2015-2019-dezembro-de-2014> [Consultada em março de 2017].

Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar 2015. *Proposições opõem interesses de trabalhadores e patrões* [online]. Brasília/DF: Agência DIAP. Disponível em: <http://www.diap.org.br/index.php/noticias/agencia-diap/25174-pauta-trabalhista-projetos-opoem-interesses-de-trabalhadores-e-patroes> [Consultada em março de 2017].

Doudement, M. L. 2016. *Jogos regimentais: estratégia de aprovação e obstrução na Câmara dos Deputados. O caso da Frente Parlamentar Evangélica*. Monografia, Universidade de Brasília – UNB (online <http://bdm.unb.br/handle/10483/12776>)

Duarte, T. dos S. 2012. “*A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá*”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília – UnB (online <http://repositorio.unb.br/handle/10482/9803>)

El Comercio 2015. *Elecciones 2016: Frepap solo presentará candidatos al Congreso*. Lima, Peru: Empresa Editora El Comercio S.A. Disponível em: <http://elcomercio.pe/politica/gobierno/elecciones-2016-frepap-solo-presentara-candidatos-al-congreso-noticia-1866956> [Consultada em dezembro de 2015].

El País 2014. *Aborto no Uruguai, a exceção latino-americana* [online]. Madrid: Ediciones El País. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/07/sociedad/1394208119_165255.html

[Consultada em 2016].

El Tiempo Casa Editorial 2007. *El nuevo mapa religioso del país* [online]. Bogotá/Colômbia: El Tiempo. Disponível em: <http://www.eltiempo.com/archivo/documento/MAM-2435333> [Consultada em 2013].

El Webguerrillero 2011. Afiliación religiosa en la Republica Dominicana: la hegemonía católica a la luz de la información estadística [online]. Republica Dominicana: Periodico Digital EL WEBGUERRILLERO. Disponível em: <http://periodicodigitalwebguerrillero.blogspot.com.br/2011/05/afiliacion-religiosa-en-la-republica.html> [Consultado em outubro de 2011].

Embajada del Reino de los cielos 2009. *Iglesia Evangélica de la Cruz: Un Grand Templo para un Grand Dios* [online]. Venezuela: Embajada del Reino de los cielos. Disponível em <https://embajadadelreino.wordpress.com/tag/gabriel-hernan-nino/> [Consultada em 2016].

Estadão 1992. *Acervo: Impeachment de Collor* [online]. São Paulo: Grupo Estado. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm> [Consultada em março de 2017].

Estadão 2010. *Contra aborto, bancada evangélica cresce 47%* [online]. São Paulo: Grupo Estado Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,contra-o-aborto-bancada-evangelica-cresce-47,622029> [Consultada em outubro de 2011].

Estadão 2016. *Maluf e FHC disputaram a compra da emenda da reeleição, diz delator* [online]. São Paulo: Grupo Estado. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2016/06/01/delator-da-lava-jato-desenterra-emenda-da-reeleicao-no-governo-fhc.htm> [Consultada em março de 2017].

Estadão 2016b. *Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap* [online]. São Paulo: Grupo Estado. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528> [Consultada em março de 2017].

Estado de Minas 2013. *Renúncia de deputado atrasa inquérito da Polícia Federal* [online]. Belo Horizonte: EM Digital. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/07/17/interna_politica,424001/renuncia-de-deputado-atrasa-inquerito-da-policia-federal.shtml [Consultada em janeiro 2017].

Estado Plurinacional da Bolívia. *Constitución del Estado Plurinacional de Bolivia*, aprovada em 25 de janeiro de 2009, mediante referendo popular. Disponível em: http://www.justicia.gob.bo/index.php/normas/doc_download/35-nueva-constitucion-politica-del-estado

Fediakova, E. s/d. *Evangélicos y política*. Movimento Cristiano por Chile. Disponível em <http://movimientocristianoporchile.bligoo.cl/content/view/680322/Evangélicos-y-politica.html#.WPd30FKqHeQ> [Consultada em 2013].

Folha 1992. *Anões do orçamento manchou a "gestão transparente"* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1992.shtml> [Consultada em março de 2017].

Folha 1995. *Bancada evangélica troca voto a favor da reforma por isenção fiscal* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/11/brasil/41.html> [Consultada em março de 2017].

Folha 1997. *Congresso promulga emenda da reeleição* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc050616.htm> [Consultada em março de 2017].

Folha 1997b. *Evangélicos são contra três artigos sobre poluição sonora* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff050932.htm> [Consultada em março de 2017].

Folha 1998. *Lei Ambiental é sancionada com 10 vetos* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc13029809.htm> [Consultada em março de 2017].

Folha 1999. *Brasil é 79º em qualidade de vida* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/fovest/fo0110199910.htm> [Consultada em março de 2017].

Folha 2000. *Cronologia da reeleição* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fol/pol/reelei/crono.htm> [Consultada em março de 2017].

Folha 2001. *Brasil ocupa 69º lugar no IDH, atrás de Argentina, Chile e Uruguai* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u22130.shtml> [Consultada em março de 2017].

Folha 2002. *Petista tenta ganhar voto de evangélicos* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2809200225.htm> [Consultada em março de 2017].

Folha 2006. *Índice de candidatos reeleitos aumentou desde 1998* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u82046.shtml> [Consultada em março de 2017].

Folha 2006b. *Lula ignora PT para apoiar Crivella no Rio* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0207200605.htm> [Consultada em março de 2017].

Folha 2006c. *CPI deve pedir cassação de mais de 70 parlamentares* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2006/08/10/2/> [Consultada em março de 2017].

Folha 2006d. *CPI dos Sanguessugas denuncia 72 parlamentares; veja lista* [online].

São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u81238.shtml> [Consultada em março de 2017].

Folha 2007. *Deputado nega suspeita da polícia e PSC se solidariza com ele* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2007/06/307481-deputado-nega-suspeita-da-policia-e-psc-se-solidariza-com-ele.shtml> [Consultada em janeiro 2017].

Folha 2014. *O crescimento dos ministérios de Collor a Dilma* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/infograficos/2014/08/110862-o-crescimento-dos-ministerios-de-collor-a-dilma.shtml> [Consultada em março de 2017].

Folha 2017. *Há 20 anos, Câmara aprovou emenda da reeleição* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2017/02/25/ha-20-anos-Camara-aprovou-emenda-da-reeleicao/> [Consultada em março de 2017].

Folha 2017b. *Impeachment!* [online]. São Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/2016/04/18/2/#> [Consultada em março de 2017].

Folha Gospel 2006. *Evangélicos pedem anulação da Concordata* [online]. Brasil: Folha Gospel. Disponível em <http://folhagospel.com/modules/news/article.php?storyid=957> [Consultado em 2012].

Folhaonline 2000. *Dinheiro Cronologia* [online]. São Paulo: Empresa Folha da Manhã Ltda. Disponível em <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro90.htm> [Consultada em março de 2017].

Freitas, E. 2012. “Digas ‘não’ e salvar-te-emos pela coalizão”: pressão, patrulhamento e desagendamento nas relações entre a bancada evangélica e Dilma Rousseff. *Anais dos Simpósios da ABHR*, 13.

Frente Parlamentar Evangélica 2015. Gospel+ Notícias. Disponível em: <https://noticias.gospelmais.com.br/tag/frente-parlamentar-evangelica> [Consultada em abril 2013].

Freston, P. 1993. Brother votes for brother: The new politics of Protestantism in Brazil. *Rethinking Protestantism in Latin America*, 66-110.

Freston, P. 1993. *Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (online www.bibliotecadigital.unicamp.br).

Freston, P. 2005. Religião e política, sim; Igreja e Estado, não: os evangélicos e a participação política. Viçosa/MG: Ultimato, 2006. FGV–Fundação Getúlio Vargas. Retrato das religiões do Brasil. Rio de Janeiro.

Fundação Perseu Abramo 2002. *Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo – Carta ao Povo Brasileiro*. São Paulo: Partido dos Trabalhadores. Disponível em <http://novo.fpabramo.org.br/uploads/cartaaopovobrasileiro.pdf> [Consultado em março de 2017].

Gazeta do Povo 2014. *Após Collor, país teve 61 tentativas de destituir presidentes*

- [online]. Curitiba: Editora Gazeta do Povo S.A. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/apos-collor-pais-teve-61-tentativas-de-destituir-presidentes-egigvz3kbwr6l9djt4o9i0ifi> [Consultada em março de 2017].
- Gonçalves, R. B. 2011. *Bancada evangélica?: uma análise do discurso parlamentar evangélico durante a 52ª Legislatura da Câmara Federal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas – UFPel (online <http://www.guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/1591>)
- Guías Costa Rica 2013. *Información General e Historica* [online]. Costa Rica: Guías Costa Rica. Disponível em: <http://guiascostarica.info/gobernantes/gobernantes-de-costa-rica/> [Consultado em 2013].
- Hall, S. 2004. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A.
- Haslan, David. 1987. *Faith in struggle: the protestant churches and their response to the revolution*. Epworth Press. London.
- Helmsdorff, D. 1996. Participación política evangélica en Colômbia (1990-1994). *Historia crítica*. No.12. Bogotá: Universidad de los Andes. pp. 79-84.
- Hornung, M. L. 2010. *Congresista evangélica Mirtha Lazo de Hornung “Ley de Libertad Religiosa es una Ley histórica”* [Arquivo de vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3qbV-2ITXyo> [Consultado em 2015].
- Huntington, S. P. 1994. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. Ática.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010. *Censo 2010* [online]. Brasil: IBGE. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> [Consultada em outubro 2011].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017. *Biblioteca* [online]. Brasil: IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720> [Consultada em março 2017].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2017b. *O Brasil em Síntese* [online]. Brasil: IBGE. Disponível em: <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-escolarizacao-das-pessoas-de-6-a-14-anos.html> [Consultada em março 2017].
- Instituto de Estudios Políticos para a América Latina y Africa (IEPALA) 1980. *Guatemala: um futuro* [e-book]. Madrid. Disponível em: <https://books.google.com.br/books>
- Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC) 1998. *Censo 2011* [online]. Costa Rica: INEC. Disponível em <http://www.inec.go.cr/estadisticas> [Consultada em dezembro 2012].
- Jiménez, I. M. 2008. Resenha. Clotilde Obregón Quesada. *El proceso electoral y el Poder Ejecutivo en Costa Rica 1808-1998*. San José, Editorial de la Universidad de Costa Rica, 2008.
- Jornal do Senado 2008. *Na Constituinte, tentativa de adoção do parlamentarismo fracassou* [online]. Brasília: Agência Senado. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/09/25/na-constituente-tentativa->

de-adocao-do-parlamentarismo-fracassou [Consultada em fevereiro de 2017].

Junta Electoral 1995. *Elecciones del 14 de Mayo de 1995 – Total General De La Provincia – Gobernador Y Vicegobernador* [online]. Provincia de Buenos Aires: Junta Electoral. Disponível em: <http://www.juntaelectoral.gba.gov.ar/resultados/poranio/1995.pdf> [Consultada em 2013].

Kienyke 2012. *La iglesia que recoge diezmos con datáfono* [online]. Bogota, DC/Colômbia: Kienyke.com Disponível em: <https://www.kienyke.com/historias/la-iglesia-que-recoge-diezmos-con-datafono> [Consultada em março de 2015].

La Nacion 2013. *PLN y Carlos Avendaño rechazan investigar supuesto nexos de Liberman con caso de Toledo* [online]. San Jose/Costa Rica: La Nacion. Disponível em: http://www.nacion.com/nacional/politica/PLN-Carlos-Avendano-Liberman-Toledo_0_1348865222.html [Consultada em 2013].

La Republica 2012. *Varias sombras en la hoja de vida de María del Pilar Cordero* [online]. Lima: Grupo La República Publicaciones S.A. Disponível em: <http://www.larepublica.pe/17-12-2012/varias-sombras-en-la-hoja-de-vida-de-maria-del-pilar-cordero> [Consultada em 2013].

La Tercera 2015. *Bachelet promulgó ley que pone fin al binominal: “Era un sistema concebido a partir del miedo”* [online]. Chile: Consorcio Periodístico de Chile S.A. (COPESA) Disponível em: <http://www.latercera.com/noticia/bachelet-promulgo-ley-que-pone-fin-al-binominal-era-un-sistema-concebido-a-partir-del-miedo/> [Consultada em 2016].

Letras 2010. *Biografia de Gióia Júnior* [online]. Petropolis: Petaxxon Comunicação Online. Disponível em: <http://www.letras.com.br/biografia/gioia-junior> [Consultada em fevereiro de 2017].

Lopes, N. A. 2013. *A Frente Parlamentar Evangélica e sua atuação na Câmara dos Deputados*. Monografia, Universidade de Brasília – UnB (online <http://bdm.unb.br/handle/10483/7140?mode=full>)

López, D. 2002. *El nuevo rostro del pentecostalismo latinoamericano*. Lima: Ediciones Puma.

López, D. 2004. *La seducción del poder. Evangélicos y política en el Perú de los noventa*. Lima: CENIP.

Mainwaring, S. 1989. *The progressive church in Latin America*. University of Notre Dame Press.

Marcelino, D., Braga, S., & Domingos, L. 2009. Parlamentares na Constituinte de 1987/88: uma contribuição à solução do "enigma do Centrão". *Revista Política Hoje* [online], v. 18, n. 2, p. 239-279, Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2764>.

Marengo, A. 2012. Reformas Eleitorais na América Latina: grandes expectativas, poucos casos, resultados perversos. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 14, n 31, set./dez. p.238-268.

Mariano, R., & Pierucci, A. F. 1992. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, 34, 92-106.

Mendonça, A. G. & Velasques Filho, P. O. *Celeste Porvir: A Inserção do Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 1984.

Mendonça, A. G. 1990. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. Edições Loyola.

Metropoles 2015. *Morre marido da deputada distrital cassada Eurides Brito* [online]. Brasília, DF: Metrôpoles Mídia e Comunicação S/A. Disponível em: <http://www.metropoles.com/distrito-federal/politica-df/morre-marido-da-deputada-distrital-cassada-eurides-brito> [Consultada em março de 2017].

Millones Maríñez, I. 2010. *Políticas divinas: Religión, diversidad y política en el Perú contemporáneo*. [Resenha]. Anuario Historia de la Iglesia [online], 19 (2010): 595-596. Disponível em: <http://dadun.unav.edu/handle/10171/15312> [Consultado em].

Monteiro, L. 2009. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. *Sociedade e Cultura*, 12(1), 25-32.

Monterroso, J. 1995. Protestantismo y religión de Estado en Guatemala, in *Evangélicos na América Latina: iglesia, pueblos y culturas*. Adiciones Abya-Yala, Quito-Ecuador, n 37-38, Abril-Sietiembre.

Neohechos Periódico Cristiano 2012. *Panorama Evangélico de Chile y el mundo* [online]. Chile: Neohechos. Disponível em: <http://neohechos.cl> [Consultada em dezembro 2012].

Nicolau, J. 2007. O Sistema Eleitoral Brasileiro. Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Org. Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra. Editora Unesp, São Paulo.

Noticias Cristianas 2005-2017. *Alberto Fujimori y los evangélicos del Perú*. Peru: Noticias Cristianas [online]. Disponível em: <http://www.noticiacristiana.com/sociedad/2007/09/alberto-fujimori-y-los-evangélicos-del-peru.html> [Consultada em]

O Globo 2015. *Senado chileno aprova reforma de sistema eleitoral instaurado por Pinochet* [online]. Brasil: Infoglobo Comunicação e Participações S.A 1996-2017. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/senado-chileno-aprova-reforma-de-sistema-eleitoral-instaurado-por-pinochet-15049726#ixzz4ezYEtPLZ> [Consultada em 2016].

O Globo 2015b. *Candidatura de Crivella ao governo do Rio é cassada pelo TRE* [online]. Brasil: Infoglobo Comunicação e Participações S.A 1996-2017. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/candidatura-de-crivella-ao-governo-do-rio-cassada-pelo-tre-15615207> [Consultada em março de 2016].

O Sul 2016. *Saiba o que o Supremo decidiu sobre o aborto* [online]. Brasil: Rede Pampa de Comunicação. Disponível em: <http://www.osul.com.br/saiba-o-que-o-supremo-decidiu-sobre-o-aborto/> [Consultado em 2016].

O Tempo 2013. *Réu no STF, deputado mineiro Mário de Oliveira renuncia ao mandato*. Belo Horizonte: O Tempo. Disponível em: <http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/r%C3%A9u-no-stf-deputado-mineiro-m%C3%A1rio-de-oliveira-renuncia-ao-mandato-1.681228> [Consultada em 2017].

Observatorio de Elites Parlamentarias de América Latina (PELA) 2000-2015. *Eliteca* [online]. Salamanca, Espanha: Universidad de Salamanca, Observatorio de Instituciones Representativas de América Latina (OIR). Disponível em:

<http://americo.usal.es/oir/elites/> [Consultada em 2016-2017].

Oro, A. P. & Ureta, M. 2007. Religião e política na América Latina: uma análise da legislação dos países. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n.27, p. 281-310, jan./jun.

Oro, A. P. 2007b. Religião, coesão social e sistema político na América Latina. São Paulo, *iFHC*.

Pachas, D. T. 2012. *Caso Michael Urecho, Crónica Judicial* [online]. Lima, Peru: Pontificia Universidad Católica de Perú (PUCP): Instituto de Democracia y de Derechos Humanos. Disponível em: <http://idehpucp.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/2012/07/michael-urtecho.pdf> [Consultada em 2015].

Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV) 2012. *Candidato Reyes debatirá su propuesta de gobierno con comunidades* [online]. Venezuela: PSUV. Disponível em: <http://www.psuv.org.ve/portada/candidato-reyes-reyes-debatira-su-propuesta-gobierno-comunidades/#.WPkHRlKqHeQ> [Consultada em janeiro de 2014].

Pedron-Colombani, S. 2000. Le pentecôtismes au Guatemala: éloignement du monde et salut national. *Imaginaires politiques et pentecôtismes: Afrique/Amérique latine*, 199-212.

Pédron-Colombani, S. 2001. *Pentecôtisme et changement religieux au Guatemala*, In La modernité religieuse en perspective comparée: Europe latine – Amérique latine (J. P. Bastian, ed.), Paris: Karthala, 199-212.

Pédron-Colombani, S., Aigle, D., De La Perriere, B. B., & Chaumeil, J. 2000. Pentecôtisme, recomposition de pratiques anciennes et transformation du champ religieux guatémaltèque. *La politique des esprits. Chamanismes et religions universalistes*. Nanterre, Société d'ethnologie.

Pereira de Queiroz, M. I. 1965. O messianismo no Brasil e no mundo. São Paulo, Dominus/Edusp.

Pew Research Center 2014. Religião na América Latina: Mudança generalizada em uma região historicamente católica. 13/nov.

Poblete, J. & Nahuelhual, J. 2013. *Censo 2012: chilenos sobrepasan los 16,5 millones y católicos registran leve baja* [online]. Chile: La Tercera. Disponível em <http://diario.latercera.com/2013/04/02/01/contenido/pais/31-133542-9-censo-2012-chilenos-sobrepasan-los-165-millones-y-catolicos-registran-leve-baja.shtml> [Consultado em abril de 2013].

Ponte, V. M. D. & Pudenzi, L. 2010. Notas para entender a realidade mexicana. *Novos Estudos - CEBRAP*, (88), 135-151. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000300008>

Portal Brasil 2002. *Política Nacional, Eleições 2002, Resultado oficial das eleições 2002* [online]. Brasília: Portal Brasil. Disponível em: http://www.portalbrasil.net/politica_eleicoes2002_resultados.htm [Consultada em março de 2017].

Pragmatismo Político 2014. *Especial: 25 anos das eleições de 1989* [online]. Disponível em <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2014/09/especial-25-anos-das-eleicoes-de-1989.html> [Consultada em fevereiro 2017].

Presidência da República 2010. *Decreto no. 7.107* [online]. Brasília: Casa Civil. Ministério Das Relações Exteriores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7107.htm [Consultado em março de 2017].

Prisco, L. 2010. *Os evangélicos na Câmara dos Deputados: um olhar sobre os projetos de Lei da bancada evangélica da 53o. legislatura*. Mémoire de 4e année, Séminaire : Amérique Latine. SciencesPo, Renne.

Reporte Centroamerica 2014. *Costa Rica: Projeto de Lei beneficiaria Igrejas Cristãs Evangélicas* [Arquivo de video]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h3zOwwrzhBA> [Consultado em 2015].

República Argentina. *Constitución de la Nación Argentina*, aprovada em 22 de agosto de 1994. Disponível em: <http://www.saij.gov.ar/legislacion/constitucion-nacional-1994.htm>

República de Colômbia. *Constitución Política de Colômbia*, promulgada em 4 de julio de 1991. Disponível em: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Colômbia/Colômbia91.pdf>

República de Costa Rica. *Constitución Política de Costa Rica*, aprovada em 7 de novembro de 1949. Disponível em: https://www.cne.go.cr/cedo_dvd5/files/flash_content/pdf/spa/doc362/doc362-contenido.pdf

República de El Salvador. *Constitución de La República*, aprovada 15 de dezembro de 1983. Disponível em: <http://www.asamblea.gov.sv/eparlamento/indice-legislativo/buscador-de-documentos-legislativos/constitucion-de-la-republica>

República Federativa do Brasil 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Restrepo, L. A. 1988. Los movimientos sociales, la democracia y el socialismo. En Revista No. 5, septiembre-diciembre.

Riovale Jornal 2012. *Homenagem a Siegfried Heuser* [online]. Santa Cruz do Sul: Editora Dreher Ltda. Disponível em: http://www.riovalejornal.com.br/materias/600-homenagem_a_siegfried_heuser [Consultada em 2017].

Rivera, M. A. 2009-2014. *Elecciones Generales en Costa Rica 1994 – Consulta de Resultados*. Costa Rica: Recursos Electorales en la Internet. [online]. Disponível em: <http://www.electionresources.org/cr/presidente.php?election=1994> [Consultada em 2013].

Rivera, P. B. 2006. Religião e política no Peru pós-Fujimori. Em Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 6, n. 2, jul.-dez. p. 55-75.

Rivera, P. B. 2006b. Evangélicos y policia electoral en América Latina. Um estudo comparado entre Brasil y Perú. Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos. Volume VIII, n1, pp.63-82.

Rodrigues, L. M. 2009. Mudanças na classe política brasileira [online]. Rio de Janeiro: *Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*. 154 p. ISBN: 978-85-7982-011-3. Disponível em: SciELO Books <http://books.scielo.org>

- RPP Noticias 2012. *Fujimori es visitado constantemente por congresista María Cordero* [online]. Lima: GRUPORPP S.A.C. Disponível em: http://www.rpp.com.pe/alberto-fujimori-visitas-diroes-maria-cordero-noticia_547776.html [Consultada em dezembro de 2012].
- Sábato, E. 1984. *Nunca Más: Informe da Comissão Nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina, presidida por Enesto Sábato*. Porto Alegre: LP&M.
- Santos, A. D. & Araujo, G. 2012. *Eleição de 1989, e a influencia do debate editado pela Rede Globo* [online]. Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Social (Jornalismo). Belo Horizonte: Faculdade Estácio de Sá. Disponível em <https://pt.slideshare.net/AlanDomingues1/referencial-tericoeleio-de-1989-e-a-influncia-do-debate-editado-pela-rede-globo> [Consultada em março de 2017].
- Sistema de Informação do Legislativo (SILEG) 2013. *Dados Parlamentares*. Correspondencia trocada com tecnicos da Câmara.
- Stone, L. 2011. Prosopography. *Revista de Sociologia e Política*, 19(39), 115-137.
- Supremo Tribunal Federal 2015. *Inteiro Teor do Acórdão* [online]. Brasília: STF. Disponível em: STF.JUS.BR, 28/05/2015 {Consultado em março de 2017}.
- Sylvestre, J. 1986. *Irmão vota em irmão*. São Paulo: Ed. Pergaminho.
- Terra 2010. *Bancada evangélica salta de 43 para 71 parlamentares* [online]. São Paulo: Terra Networks Brasil S.A. Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI4725385-EI6578,00-Bancada+evangelica+salta+de+para+parlamentares.html> [Consultada em outubro de 2010].
- Terra 2013. *Lembre do escândalo dos Anões do Orçamento que completa 20 anos* [online]. São Paulo: Terra Networks Brasil S.A. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/lembre-do-escandalo-dos-anoes-do-orcamento-que-completa-20-anos,3f1376212bd42410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html> [Consultada em março de 2017].
- Trevisan, J. B. 2013. Evangélicos pentecostais na política partidária brasileira: de 1989 a 2010. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 5, n. 15, p. 1-15.
- Tribunal Superior Eleitoral 2010. *Eleições 2010* [online]. Brasília/DF: Tribunal Superior Eleitoral: O Tribunal da Democracia. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010/eleicoes-2010> [Consultada em março de 2017].
- Tribunal Superior Eleitoral 2017. *Eleições anteriores* [online]. Brasília/DF: Tribunal Superior Eleitoral: O Tribunal da Democracia. Disponível em : <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores> [Consultado em fevereiro de 2017].
- Universidad Peru 2005. *Restauración Nacional* [online]. Peru: UniversidadPeru.com. Disponível em: <https://www.universidadperu.com/restauracion-nacional-elecciones.php> [Consultada em 2015].
- Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) 2012. *Faleceu teólogo metodista*

José Miguez-Bonino [online]. São Paulo: UMESP. Disponível em: <http://portal.metodista.br/fateo/noticias/faleceu-teologo-metodista-jose-miguez-bonino> [Consultada em julho de 2012].

Universo Online (UOL) 1996. *A Bolívia é um país mais indígena que mestiço, conforme censo* [online]. Brasil: UOL. Disponível em <http://clickeaprenda.uol.com.br/portal/mostrarConteudo.php?idPagina=33469> [Consultada em agosto de 2013].

Universo Online (UOL) 2014. *Supremo absolve ex-presidente Collor por falta de provas* [online]. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/24/maioria-dos-ministros-do-stf-absolve-collor-por-falta-de-provas.htm> [Consultada em março de 2017].

Universo Online (UOL) 2015. *'Lamento que seja um brasileiro', diz Dilma sobre denúncias contra Cunha* [online]. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/10/1695443-lamento-que-seja-um-brasileiro-diz-dilma-sobre-denuncias-contr-cunha.shtml> [Consultada em 2015].

Valente, M. S. 2016. O papel dos Movimentos Sociais na constitucionalização dos Direitos Humanos como princípios da política externa brasileira [online]. Belo Horizonte: *10o. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política*. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/papel-dos-movimentos-sociais-constitucionalizacao-dos.pdf>

Valor Economico 2016. *Há golpe em impeachment sem crime de responsabilidade, diz professor* [online]. Rio de Janeiro: Grupo Globo. Disponível em: <http://www.valor.com.br/politica/4689527/ha-golpe-em-impeachment-sem-crime-de-responsabilidade-diz-professor> [Consultada em março de 2017].

Valverde, G. S. 2005. *Alianza Nacional Cristiana da Adhesión a Libertarios* [online]. Costa Rica: Sociedad Periodística Extra Limitada. Disponível em <http://www.diarioextra.com/2005/mayo/10/nacionales07.shtml> [Consultado em 2016].

Vega, E. R. 2004. *Costa Rica en el siglo XX*, Volumen 3 [e-book]. Costa Rica: EUNED. Disponível em: https://books.google.co.cr/.../Costa_Rica_en_el_siglo_XX.html?... [Consultado em 2013].

Veja.com 2017. *Citei todos eles e todos eles estão aí, diz delator dos anos 90* [online]. São Paulo: Editora Abril S/A. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/brasil/citei-todos-eles-e-todos-eles-estao-ai-diz-delator-dos-anos-90/> [Consultada em março de 2017].

Velasques Filho, P. 1990. Deus como emoção: origens históricas e teológicas do protestantismo evangélico. Em Mendonça, A. G.; Velasques Filho, P. (orgs.) *Introdução ao protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola: pp. 81 – 107.

Veloso, D. S. 2016. *O poder de veto da frente parlamentar evangélica na Câmara dos Deputados*. Monografia, Universidade de Brasília – UNB (online <http://bdm.unb.br/handle/10483/14335>)

Vinhas de Queiroz, M. 1977. *Messianismo e conflito social (A guerra sertaneja do Contestado: 1912-1916)*. 2ª ed., São Paulo, Ática.

Wainstein, M. 2015. Teatro y Política. Construcción y destrucción del personaje político en el caso de Pedro Bordaberry. Elecciones 2014. *Congreso Internacional Élités y Liderazgo em tiempos de cambio*. FLACSO; Area de Ciencia Política y de la Administración.

Wynarczyk, H. 2006. Partidos políticos evangélicos conservadores bíblicos en la Argentina. Formación y ocaso 1991-2001. *Cívitas*, Porto Alegre, v.6, n.2 jul-dez.

Wynarczyk, H. 2010. Sal y Luz a las naciones. Evangélicos y política en la Argentina (1980-2001). Buenos Aires: Instituto Di Tella - Siglo XXI, Iberoamericana. Buenos Aires.